

# Atualidades do trabalho

O NÚMERO 98 de *ESTUDOS AVANÇADOS* mantém seu propósito de uma publicação acadêmica pluralista, voltada para a disseminação de conhecimento produzido em todos os campos científicos e para a divulgação de ensaios sobre os mais distintos aspectos da cultura.<sup>1</sup>

De início, o volume contém substantivo número de estudos baseados em sólidas investigações empíricas que abordam o mundo contemporâneo do trabalho. Um primeiro grupo de estudos explora as relações entre trabalho, gênero e cuidado. Não são poucos os aspectos examinados: os diferentes significados do “cuidado”; as relações entre cuidado, responsabilidade e compromisso; o cuidado sob enfoque jurídico e sindical. Nesse conjunto, destaca-se estudo comparativo que aponta diferenças e similitudes entre experiências e organizações sociais do cuidado no Brasil, na França e no Japão.

Embora sob outra perspectiva teórico-metodológica, porém ainda no interior do mesmo campo temático, outro conjunto de estudos tem por objeto as novas metodologias do trabalho contemporâneo. Questões relevantes dizem respeito à patogênese provocada por essas novas metodologias à vida e à saúde dos trabalhadores; a precarização das condições de trabalho mediante a flexibilização das relações contratuais entre trabalhadores e empregadores cujo exemplo marcante é a chamada *uberização* na era do trabalhador *just-in-time*. O conjunto igualmente coloca em discussão o retorno à arena política brasileira dos projetos de reforma sindical.

Na mesma linha de preocupações para com os problemas de nossa contemporaneidade situam-se os estudos no domínio das conexões entre meio ambiente e desenvolvimento. Trata-se de um campo vasto e complexo. Neste número 98 comparecem duas sugestivas contribuições. A primeira caracteriza de forma minudente a bioeconomia, fortemente relacionada às potencialidades dos recursos naturais no estado do Amazonas. A segunda se ocupa de tema da maior relevância não apenas para a economia e sociedade neste país, mas também para o mundo globalizado. Trata-se do balanço do estado da arte em torno da dinâmica climática e biogeográfica do Brasil no Último Máximo Glacial (UMG).

Este número contém ainda copiosos e substantivos estudos culturais. É muito difícil dirigir o olhar do leitor quando todas as contribuições, inclusive as resenhas bibliográficas, revelam a riqueza da diversidade dos temas abordados. Esse conjunto retoma clássicas, porém sob nova leitura, preocupações com as relações entre memória e esquecimento; o teatro tardio de Samuel Beckett a partir do conceito de *paródia*; os mecanismos político-discursivos que caracterizam a epistemologia dos padres da Companhia de Jesus na obra *O Jesuíta* de José Alencar; as disputas estéticas e ideológicas no pensamento católico brasileiro por meio de artigo de autoria de Murilo Mendes; a reflexão sobre a vida e a obra do Marquês de Sade a partir de distintas noções de arquivo; a possibilidade da existência de indivíduos em *Mayombe*, de Pepetela; os trajes e hábitos (não)vestimentares dos indígenas brasileiros tratados a partir de iniciativa de Johan Maurits van Nassau-Siegen em festa ocorrida em Haia, em 1644. Esse bloco ainda acolhe interessantes ensaios sobre a obra de José Saramago, em especial *História do cerco de Lisboa*.

## Nota

1 Para mais informações, consultar Bosi (2011).

## Referência

BOSI, A. A revista *Estudos Avançados*. *Estudos Avançados*, v.25, n.73, p.155-58, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000300019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000300019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.

Sergio Adorno<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. @ – sadorno@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-5358-1289>

# O ano fáustico de 2019

Rafael Rocca dos Santos<sup>1</sup>

O ANO DE 2019 viu no Brasil o lançamento de diversas obras, sendo textos literários e críticos, tratando de Fausto em suas diversas manifestações e suas diversas abordagens. Citamos, como exemplo, o volume 96 desta revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, que dedicou uma seção a Johann Wolfgang von Goethe e, entre os textos ali publicados, encontram-se análises novas tanto da obra *Fausto* como de aspectos relacionados à tradição fáustica, como o texto de Michael Jaeger. O organizador desse dossiê publicou seu volume *A dupla noite das tílias: história e natureza no Fausto de Goethe* (Mazzari, 2019), que trata da natureza na tragédia de Goethe, relacionando-a a diversos aspectos analíticos, entre eles questões de teoria literária (como os conceitos de símbolo e alegoria) e políticas (o processo colonizador).

Esses dois exemplos permitem afirmar que, longe de esgotada, a tradição fáustica continua a dar subsídios e ser ponto de partida para análises atuais da sociedade e de sua manifestação na literatura, confirmando a ideia de Italo Calvino acerca do clássico. O interesse pelo tema “Fausto” segue vivo e atual, na medida em que as bases daquela tradição são uma parte relevante da individualidade atual: entre elas, a busca pelo imediato, a ânsia de abarcar o conhecimento total (e poderíamos dizer a vigilância total), a vontade de poder e de dominação, a subjugação da natureza, como vimos em episódios recentes no país. Essa tradição, no entanto, passou por diversas mudanças e adquiriu nuances conforme

o decorrer dos séculos, à medida que se transformava o pensamento das sociedades (por exemplo, do caráter religioso da regência da vida à secularização, da condenação por pecados à redenção, do coletivismo ao individualismo, entre outros).

Tais bases da tradição fáustica originam-se de um personagem de carne e osso que viveu na Alemanha entre os séculos XV e XVI e sobre quem se escreveu uma obra anônima, destinada à educação da base protestante, como forma de demonstrar a essa população cristã as consequências de se entregar a espíritos duvidosos para alcançar uma sabedoria sobre o mundo que deveria permanecer oculta. Esse texto foi impresso por um editor alemão chamado Johann Spies em 1587, publicado na Feira do Livro de Frankfurt daquele ano, e que agora finalmente se oferece ao leitor brasileiro em duas traduções: *História do Doutor Johann Fausto*, publicado pela editora Filocalia (Anônimo, 2019), e como segundo texto de uma coletânea mais ampla intitulada *A trágica história do Doutor Fausto*, tradução brasileira da peça de Christopher Marlowe (2018). As duas obras podem ser lidas em complementaridade, motivo pelo qual se escolheu iniciar pela publicação da editora Filocalia.

Traduzida, organizada e comentada por Magali Moura, professora de língua e literatura alemã da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sua versão do texto anônimo do século XVI traz uma gama de comentários, sendo um dos principais trunfos da edição. Nota-se de partida que a pesquisa levada a cabo por

Moura tem uma profundidade ímpar e permite que o leitor moderno se inteire dos pormenores do texto fáustico, por vezes de difícil acesso dada a distância temporal, ampliando a compreensão tanto da época de escrita do texto quanto dele em si.

A tradução se baseia nas principais edições publicadas em língua alemã (qualidade compartilhada pela edição da Ateliê), com uma justificativa plausível pela escolha do texto-base. Ressalta-se a importância do tratamento das questões que envolvem o mito fáustico já nas primeiras notas ao texto, que, em linguagem simples que não carece de complexidade, são apresentadas ao leitor os principais fundamentos que permitirão uma compreensão mais ampla do restante da obra. O preciosismo e o detalhamento das notas, ao invés de se tornar um estorvo à leitura do texto em si, flui de maneira agradável ao leitor, ainda que, por decisão editorial, tenha-se posicionado as notas ao final de cada capítulo e não em rodapé, nem ao final do volume, o que compromete uma melhor fruição da obra enquanto livro.

Para além da publicação do texto em si, cuja tradução é fluida, a maior qualidade do livro está no ensaio crítico publicado após o texto. Nele, Magali Moura traça um panorama amplo e detalhado sobre o homem Fausto e o surgimento da tradição literária, identificando já nos primórdios os temas que foram posteriormente trabalhados e retrabalhados por outros autores, entre eles Goethe em sua obra magna. O texto do ensaio traz informações antes não disponíveis em português, tais como a tradução da carta de Johannes Trithem a Johannes Virdung (p.219-220), um dos documentos principais sobre as atividades do

Fausto-homem por testemunhas de época; no mesmo sentido, têm-se, à página 223, a tradução dos registros municipais de Ingolstadt e Nuremberg que atestam a presença de Fausto nesses locais, o que permite traçar uma trajetória do que se viu e ouviu dizer sobre esse obscuro personagem. Conversas de Lutero à mesa (as *Tischreden*) também são abordadas, traduzidas e comentadas, o que enriquece sobremaneira o ensaio, que, por seu teor crítico e documental, pode ser lido tanto por estudiosos quanto por interessados em geral.

Em seguida, a autora identifica e comenta os principais traços da composição da temática fáustica que se originou a partir da publicação do livro anônimo. A relação da percepção do diabo em meio à sociedade e sua transformação pré e pós-Renascimento e Reforma; a curiosidade como elemento perturbador da ordem religiosa e social, relacionando-a a condenações por transgressão à lei religiosa;<sup>1</sup> e o uso do humor e do riso como elemento de aproximação e identificação ao leitor da época e aos propósitos da publicação do livro são os temas principais do ensaio da autora, além da história do texto e de seu estabelecimento nos anos após sua publicação original em 1587.

A análise da autora se baseia em fontes recentes e discussões atuais, que podem facilmente ser extrapoladas pelo leitor em analogia com a situação atual da sociedade, o que torna a leitura do texto anônimo e do ensaio crítico proveitoso para uma compreensão mais fundamentada do funcionamento dos mecanismos de controle da sociedade pelas instituições religiosas. Essa possibilidade de atualização do tema, aliada à leitura das obras mencionadas no início deste texto,

justifica a importância que deve ser atribuída à publicação da narrativa primeira da profícua tradição fáustica.

Logo após publicada, a história anônima de Fausto foi traduzida para o inglês, sem uma data consensualmente definida entre os especialistas (c. 1588-1592), e publicada na Inglaterra com modificações e alterações do tradutor P. H. Cavalheiro, conforme era corrente nas traduções da época. O “livro inglês do Fausto” atraiu a atenção de Christopher Marlowe (2018), que escreveu a peça *A trágica história do Doutor Fausto*, oferecida ao leitor brasileiro na bela edição da Ateliê Editorial, com tradução e notas de Luís Bueno e Caetano W. Galindo.

A peça, provavelmente a primeira tradução brasileira, conforme Luís Bueno afirma em seu texto introdutório, é apresentada em edição bilíngue, permitindo ao leitor acompanhar o texto original ao lado da versão em português. A tradução, conforme comentam os tradutores da obra, tem o propósito de ser lida individualmente e foi pensada também para o aproveitamento no teatro, o que enriquece a musicalidade e a dramaticidade do texto original.

O texto introdutório traz informações acerca da vida de Christopher Marlowe em um tom leve, próprio de seu autor, e identifica as questões principais relacionadas ao momento da composição e às particularidades e polêmicas atribuídas ao escritor. Uma breve história da obra e de sua recepção e ampliação na Europa marcam a ligação entre o texto introdutório e o posfácio assinado por Patrícia da Silva Cardoso, professora da Universidade Federal do Paraná. De cunho histórico-analítico, o posfácio discute, em um primeiro momento, a transforma-

ção da condenação simples operada no texto anônimo editado por Spies para a tragédia desenvolvida por Marlowe em sua peça. Em um segundo momento, a autora traça um pequeno desenvolvimento da temática fáustica até Fernando Pessoa, autor que, tendo lido Marlowe e Goethe, leva o individualismo do (auto) conhecimento às últimas consequências, discutindo a própria capacidade de querer e de amar como construções intimamente humanas. Nota-se, na *Tragédia Subjetiva* de Pessoa, uma fragmentação completa, que se reflete também na própria forma do texto, do íntimo do ser, o que resvala por vezes em uma aporia niilista do pensamento que se arrasta até o limite do próprio conhecimento. O conhecimento da tradição fáustica é, portanto, essencial para a compreensão do drama pessoano, que carece de uma edição brasileira comentada, tendo em vista, assim como os textos fáusticos da tradição, a atualidade das discussões que são feitas na tragédia de Pessoa.<sup>2</sup>

A edição da Ateliê Editorial apresenta ao leitor também uma tradução, assinada por Mario Luiz Frungillo, do livro anônimo de Spies, que complementa a leitura da tragédia de Marlowe, ainda que o saibamos somente pela sinopse traseira do volume. Com um objetivo editorial diferente da edição de Magali Moura, a tradução de Frungillo, competente quanto a aspectos técnicos, apresenta o texto anônimo com uma quantidade menor de comentários e notas, o que, se por um lado permite uma leitura mais fluida da narrativa em si, por outro lado pode deixar leitores não especializados um tanto desamparados quanto a lugares, pessoas e acontecimentos mencionados no texto. Não prejudica, no entanto, o entendimento geral do texto, tendo



*Goethe em seu quarto de trabalho, ditando ao seu secretário e escrevente Johann August John.*

15.

em vista que a própria obra original era destinada a leitores leigos, almejando um público mais amplo, o que se reflete na escolha da própria prosódia textual, da divisão em episódios claramente delimitados e na apresentação de questões religiosas de maneira clara e simples visando ao pronto entendimento; essas características textuais estão presentes e foram adotadas por Frungillo, conferindo uma fluidez à leitura do texto.

A edição também inclui um breve comentário sobre a tradução inglesa do Fausto, aquela em que Marlowe provavelmente se baseou para a escrita de sua própria peça. Optou-se por não apresentar uma tradução integral dessa obra, o que enriqueceria ainda mais a edição, mas somente o apontamento de algumas modificações do tradutor da obra para o inglês em relação ao texto publicado por Spies. Como as obras que tratam do tema fáustico estão felizmente sendo traduzidas ao português, uma versão também do Fausto inglês seria de grande valia para especialistas e entusiastas desse que é um dos principais mitos da moderna sociedade individual e individualista, nos termos de Ian Watt.

Circunscrito, em sua maior parte, a meios acadêmicos, o conhecimento das bases da tradição fáustica poderia esclarecer certas atitudes atuais e levar à reflexão o posicionamento do indivíduo em face à sociedade. É nesse sentido que se acolhe com entusiasmo a publicação – dupla! – do texto original anônimo editado por Spies, aquele que deu início ao que virou uma longa e profícua tradição literária, e da competente tradução brasileira em versos da peça de Christopher Marlowe que, como esperam os tradutores, possa vir a se popularizar mediante sua encenação.

## Notas

- 1 Não é redundante frisar esse ponto, pois que seria uma das maiores transformações pela qual passa o pensamento sobre Fausto. Segundo a autora: “Essa condenação peremptória da paixão de Fausto pelo saber tem sua raiz nos primeiros anos do cristianismo, por meio do filósofo Agostinho de Hipona (354-430), de cujas ideias Lutero se municiou para assentar a base de sua teologia, a qual, por sua vez, é a linha mestra que guiou o autor da *História*” (p.229). Pensando já sob a égide do Esclarecimento, Lessing, em um fragmento de Fausto, alteraria sobremaneira esse pensamento, já que, diante de um mundo que se pretende racionalista, condenar alguém pelo saber seria contraditório.
- 2 “Com tais linhas de força, o cenário em que se instala este Fausto [de Fernando Pessoa] é marcado pela melancolia e pelo desespero, devidamente repudiados pelo homônimo goetheano em sua aspiração solar” (p.483). Na *História* de 1587, conforme nos aponta Moura, a *melancolia* era ligada, especialmente por Lutero, a forças diabólicas; interessante notar a transformação para um Fausto puramente melancólico no início do século XX, em que esse estado (tomando as lições de Starobinski em *A tinta da melancolia*) é a condição primeira da existência e do substrato dos pensamentos do Fausto pessoano.

## Referências

- ANÔNIMO. *História do doutor Johann Fausto*. Trad., notas e ensaio de Magali Moura. São Paulo: Filocalia, 2019.
- DOSSIÊ GOETHE. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.33, n.96, p.225-393. set./dez. 2019.
- MARLOWE, C. *A trágica história do doutor Fausto*. Org. e introdução de Luís Bueno. Trad. e notas de Luís Bueno, Ca-

etano W. Galindo e Mário Luiz Frungillo.  
Posfácio de Patrícia da Silva Cardoso. São  
Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

MAZZARI, M. V. *A dupla noite das tília*s:  
história e natureza no *Fausto* de Goethe.  
São Paulo: Editora 34, 2019.

*Rafael Rocca dos Santos* é mestre em Teo-  
ria Literária e Literatura Comparada pela  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da USP e doutorando em Estu-  
dos Literários e Culturais (LETRAS, litera-  
tura hebraica, FFLCH-USP).

@ – rocca@usp.br /

<https://orcid.org/0000-0003-3783-1302>

Recebido em 3.2.2020 e aceito em  
2.3.2020.

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas, Universidade de São Paulo, São  
Paulo, Brasil.

# Fausto, nosso contemporâneo

Klaus F. W. Eggersperger<sup>1</sup>

“INCOMENSURÁVEL” é a avaliação que a Segunda Parte do *Fausto* recebeu várias vezes de seu próprio criador, por exemplo, numa conversa com Eckermann em fevereiro de 1831, quando o poeta octogenário diz que no seu *Fausto* “o todo permanece incomensurável, mas, justamente por isso, como um problema não solucionado, continuará estimulando as pessoas a sempre retomar seu estudo” (Eckermann, 2016, p.428). Quanto maior a complexidade de um texto canônico, tanto maior o dilema do crítico literário: ao fazer uma releitura atualizadora, sua tarefa paradoxal consiste em despertar o interesse do público sem reduzir a complexidade estética, filosófica e social da obra em questão.

Na sua renomada edição brasileira comentada do *Fausto*, Marcus Mazzari enfrentou “o problema não solucionado”, deixando o drama goethiano mais comensurável para os leitores de língua portuguesa do século XXI. Agora, com a monografia *A dupla noite das tílias*, Mazzari (2019) nos oferece de certa forma um comentário mais extenso ainda, desta vez focalizado no quinto e último ato da tragédia. Conversando com a história cultural do Ocidente como um todo, com os clássicos Dante, Shakespeare, Marx, Schopenhauer, entre muitos outros, com os viajantes europeus no Brasil do século XIX e com a bicentenária história da recepção da obra, o autor não se contenta em trazer resultados da pesquisa europeia para o nosso contexto. Como pesquisador brasileiro que é, está também em constante diálogo com a literatura nacional, com os romances

*Quincas Borba* ou *Grande sertão*, por exemplo.

Um belo exemplo disso é a discussão das primeira e segunda cenas do último ato do *Fausto II*. Em Goethe, Filemon e Baucis, casal conhecido das *Metamorfoses* de Ovídio, vivem pacificamente em uma paisagem onde natureza e cultura estão interligadas de forma harmoniosa – ou melhor: estavam interligadas, pois os arredores da região já foram transformados pela ação colonizadora de Fausto e Mefistófeles. A dupla representante da modernidade capitalista não aceita natureza nem história no caminho do progresso. O que irrita o líder do projeto colonizador nas cenas em questão são duas tílias antigas, árvores que por si já representam séculos de história e remontam à mitologia ovidiana, mas que para Fausto não têm função ou valor algum. Além disso, ele se exaspera com o sino da capela de Filemon e Baucis. Em consequência, o casal de anciãos é massacrado junto com um visitante denominado apenas de Peregrino, enquanto árvores e capela são destruídas. Aqui a monografia estabelece uma relação com um episódio em *Os sertões*:

Nem faltaria, na reconstrução do massacre feita por Euclides da Cunha, um traço que lembra o ódio despertado no colonizador pela sineta de Filemon e Baucis: o destaque que sua narrativa dá ao bombardeio que três canhões Krupp deflagraram sobre “a igreja velha, de madeiramento já todo exposto [...] e em cujo campanário não se compreendia que ainda subisse à tarde o impávido sineiro, tangendo as notas consagradas da Ave-Maria. (p.123)



“Tens força, tens, pois, o direito”, comentaria Mefistófeles (v.11.184). Aprendemos tanto com Goethe como com Euclides da Cunha que ordem e progresso costumam se basear pura e simplesmente na violência. A monografia de Mazzari está cheia dessas observações agudas. Na tragédia goethiana, a destruição das antigas formas “orgânicas” e comunitárias da vida social acontece junto com a destruição da natureza e sua substituição por coisas artificiais – no lugar das tílias será erguido um miradouro, como manda Fausto.

Muitos intelectuais da época de Goethe eram anticapitalistas românticos, no sentido que Michael Löwy desenvolveu em *Revolta e melancolia* (Löwy; Sayre, 2015). A monografia de Mazzari faz alusões aos “*dark satanic mills*” de William Blake, mas também às advertências ecológicas de cientistas como J. B. Spix e Carl F. P. Martius ou Alexander von Humboldt.<sup>1</sup> Diferentemente desses e de outros contemporâneos, a produção literária e as pesquisas no campo das ciências naturais sempre andaram juntas em Goethe, para quem a arte e a ciência constituíam uma unidade fundada na natureza. Quase um terço de uma edição impressa da obra goethiana consiste em trabalhos científicos, que até hoje são muitas vezes ignorados pelos Estudos Literários.<sup>2</sup> Na sua edição brasileira, Mazzari não abre mão de comentar as diversas cenas do *Segundo Fausto* que tematizam questões geológicas e meteorológicas.<sup>3</sup> Durante mais de meio século de pesquisas científicas, Goethe tentou estabelecer um tipo de ciência que entra em contato com a natureza de forma não violenta. No seu pequeno ensaio *Recht und Pflicht* [Direito e dever] de 1824 podemos ler: “Se o naturalista [der

Naturforscher] fizer questão do seu direito de livre observação e contemplação, ele deve empenhar-se em assegurar os direitos da natureza; vai ser livre somente onde ela estiver livre, onde ela estiver presa aos regulamentos humanos, ele também estará preso”.<sup>4</sup>

A ideia de uma natureza liberta vai ser retomada somente 150 anos mais tarde pelos frankfurtianos Theodor W. Adorno e, principalmente, Herbert Marcuse. Goethe sempre valorizou uma relação não instrumental com a natureza a partir da fenomenologia; para sua mais importante figura literária, Fausto, vale o contrário. Como lidar com um protagonista que fracassa em grande estilo? Lembremos os famosos versos que abrem o monólogo inicial da Primeira Parte da tragédia, nos quais o professor e investigador da natureza declara sua vontade de conhecer o âmago profundo do mundo – esse projeto intelectual acaba no final da Segunda Parte em cegueira completa do protagonista, cegueira literal e metafórica ao mesmo tempo. Seu último gigantesco projeto de colonizar novas terras subtraídas ao mar não cria a base para um povo livre em solo livre, ao contrário: trata-se de uma utopia destrutiva que combina um despotismo irrestrito com a tecnologia que busca domínio total sobre a natureza, como aponta Mazzari. No contexto da discussão do *Segundo Fausto* dentro da germanística internacional, a leitura proposta na monografia não é nova; o autor mesmo cita importantes precursores e também pesquisadores atuais que mantiveram e mantêm o espírito crítico ao rejeitar leituras identificadoras e/ou perfectibilistas. Mazzari evita também o outro extremo no campo da recepção, o qual nega a relevância atual da obra

goethiana, como é o caso de Harold Bloom (1995, p. 199), em *O cânone ocidental*, quando lemos: “Goethe não é mais nosso ancestral [...] Sua sabedoria permanece, mas parece-nos vir de outro sistema solar que não o nosso”. Será que, por exemplo, um confronto entre a civilização capitalista moderna e o passado comunitário da humanidade, como acontece nas cenas em torno de Filemon e Baucis, está fora do nosso horizonte atual? Obviamente não. A respeito disso, Mazzari faz uso feliz de um comentário do velho Goethe ao falar em fórmulas ético-estéticas.<sup>5</sup> Para o poeta alemão, as qualidades estéticas da natureza têm um significado ético, enquanto um filósofo como Adorno ressaltará mais tarde a importância ética das qualidades estético-artísticas. Em seu magistral estudo *Eine Ästhetik der Natur* [Uma estética da natureza], infelizmente ainda não traduzido para o português, Martin Seel ressaltou que a liberdade estética somente se realiza onde ela indica ao mesmo tempo a liberdade ética. As qualidades estéticas da natureza têm um significado ético; o belo natural faz parte daquilo que atualmente, no contexto latino-americano, chama-se o *Bem Viver*, concepção que indica uma relação harmônica entre os seres humanos e equilibrada com a natureza. O conceito está ligado a cosmovisões indígenas e ganhou força na primeira década do novo século, quando foi incluído nos discursos oficiais, nas reformas normativas e institucionais na Bolívia e no Equador.

Fausto é tão contemporâneo hoje, em plena era do Antropoceno, como o era no início do século XIX, quando Goethe captou o potencial destrutivo da era industrial que viu manifestar-se *in statu nascendi*, como comenta Mazzari. Uma figura

secundária no *Segundo Fausto*, Linceu, o Vigia, lamenta a aniquilação da comunidade pré-moderna e a destruição da vegetação nativa com as seguintes palavras: Flâmea língua se esparrama / Pelas hastes, pela rama; / Galhos, crepitando e ardendo, / Ruem em rápida ignição. / Olhos meus, ah! que estais vendo! / Por que tenho tal visão! (v.11324-11329)

Nos últimos anos, temos assistido à destruição da vegetação nativa nas mais diversas regiões do mundo, na Europa mediterrânea, na Califórnia, no Brasil, na Austrália – tudo isso acelerado pela mudança climática antropogênica. “Nascidos para ver, a enxergar destinados”, e aparentemente impotentes tal qual Linceu, costumamos receber notícias da destruição ambiental pela internet e pela TV – destruição não do planeta, mas da base de boa parte da vida animal na Terra. Às vezes sabemos “lamuriar” e “gemer” (nas palavras de Fausto) como Linceu e, ainda como ele, acreditamos erroneamente que não podemos interferir. Precisamos de leituras como a de Mazzari para entender a atualidade de um clássico “verde” da literatura mundial.

#### Notas

1 Ver, por exemplo, as considerações desenvolvidas no 11º capítulo (“O que a vista deliciava, com os séculos se foi”: Uma fórmula ético-estética para a destruição da natureza”), em especial na p.216.

2 A chamada *Leopoldina-Ausgabe*, edição histórico-crítica e comentada dos trabalhos de Goethe sobre ciências naturais, engloba nada menos do que 29 volumes. Concebida sob os auspícios da Academia Alemã dos Naturalistas (Leopoldina), esta edição pode ser consultada online:

<https://goethe.leopoldina.org/index.html>.

- 3 Vejam-se, por exemplo, os comentários meteorológicos e geológicos no texto introdutório à cena “Alta região montanhosa” (p.749-51); ou ainda, na introdução à cena “Noite de Valpúrgis clássica”, as explicações sobre a participação de Goethe na discussão científica de seu tempo em torno da gênese da vida orgânica na Terra, o que levou Charles Darwin a afirmar: *There is no doubt that Goethe was an extreme partisan of similar views* [isto é, nas fileiras da teoria evolucionista].
- 4 No original: *Wenn der Naturforscher sein Recht einer freien Beschauung und Betrachtung behaupten will, so mache er sich zur Pflicht die Rechte der Natur zu sichern; nur da wo sie frei ist, wird er frei sein, da wo man sie mit Menschenatzungen bindet, wird auch er gefesselt werden.*
- 5 Ver, nesse sentido, os comentários no 5º capítulo (“Nascido para ver, a enxergar destinado”: O vigia Linceu”) sobre a caracterização que Goethe fez de si mesmo, numa carta de 3 de novembro de 1826, como um “matemático ético-estético” em busca daquelas “últimas fórmulas, mediante as quais o mundo ainda se me torna apreensível e suportável”.

#### Referências

BLOOM, H. *O cânone ocidental*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

ECKERMAN, J. P. *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida: 1823 – 1832*. Trad. Mario Luiz Frungillo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GOETHE, J. W. von. *Fausto: uma tragédia – Segunda parte*. Trad. Jenny Klabin Segall. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2017.

LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZARI, M. V. *A dupla noite das tíliaas*. História e natureza no *Fausto* de Goethe. São Paulo: Editora 34, 2019.

SEEL, M. *Eine Ästhetik der Natur*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1996.

*Klaus F. W. Eggensperger* é professor de Estudos Literários e Culturais da Graduação e da Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, onde fundou o Grupo de Estudos Ecocríticos (Geco). @ – [klausegge@gmail.com](mailto:klausegge@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0003-4484-8874>

Recebido em 28.1.2020 e aceito em 3.2.2020.

<sup>1</sup> Faculdade de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

# A Escola Francesa de Geografia

*Nilson Cortez Crocia de Barros<sup>1</sup>*

**A** DISPONIBILIZAÇÃO em língua portuguesa da obra *A Escola Francesa de Geografia: uma abordagem contextual* – que aborda a disciplina no seu período formativo na passagem do século XIX para o século XX – representa, com certeza, eficaz auxílio às discussões epistemológicas que incessantemente se processam nos ambientes dos Programas de Pós-graduação em Geografia das universidades brasileiras.

Há de reconhecer que as deficiências na proficiência em línguas estrangeiras entre os alunos nesses centros devotados à ciência & tecnologia se constitui num obstáculo à formação educacional, de modo que cabe à presente tradução o importante papel de minimizar os obstáculos, ou de reduzir problemas, ao bom andamento das leituras, das aulas e das pesquisas estimuladas pela grande difusão das chances de profissionalização em geografia no Brasil que teve lugar nas últimas décadas.

O livro é sem dúvida o trabalho de um *scholar* na acepção mais rigorosa do termo, filiando-se a uma linhagem de obras de historiadores da geografia em língua francesa como Paul Claval e André Meinier. Vincent Berdoulay mobiliza uma vasta bibliografia que, embora naturalmente concentrada em língua francesa, está também fortemente ancorada na tradição literária geográfica cultural ou humana anglo-americana. Isso lhe concede um distinto posicionamento para o entendimento da experiência da construção da geografia antropológica franco-germânica na já mencionada passagem dos séculos.

Amparada em sólida documentação e em amplas evidências, as conclusões ou propostas de interpretação historiográfica que faz o autor sobre a formação da “escola francesa” são ponderadas, relativizadas, tentativas, desprovidas, portanto, daquelas tão comuns durezas doutrinárias. O discurso do autor, desse modo, abre espaço criativo às apreciações. O Prefácio à edição brasileira, por Eduardo Marandola Jr., esclarece o contexto de produção da obra.

Na Introdução o autor apresenta o panorama dos estudos em História das Ciências e expõe com clareza e em detalhes – originalmente foi a tese de doutoramento do autor – as suas escolhas historiográficas. Profissionais da geografia afeitos a contar a história da disciplina sabem como a historiografia se tornou controversa nas últimas décadas, nesses tempos do relativismo, da pós-modernidade, da pós-disciplinaridade e da desconstrução. O autor examina com discernimento os dilemas historiográficos – basicamente o internalismo e o externalismo –, os possíveis caminhos a seguir, e apresenta enfim a metodologia que preferiu adotar: o contextualismo. Tentando encontrar outros termos para expressar o mesmo dilema, poder-se-ia falar em historiografia doutrinária – voltada para o interior da disciplina, para a área das ideias –, por um lado; e, por outro, em historiografia relativista – procurando explorar as relações entre o caráter temático e conceitual da disciplina e o ambiente social e econômico de onde se nutre (Barros, 2006, 2008, 2017). Berdoulay procede a uma atenta avaliação

crítica do espectro de estilos dentro da historiografia contextual.

Mobilizando perspectiva sociológica na análise da formação das ciências, o autor entende que deve atribuir grande importância à institucionalização das inovações no sistema universitário, entendendo a institucionalização como se situando na intersecção entre os fatores de mudança externos (contextuais) e os internos à disciplina. Nesse particular, é ele enfático na proposição de se evitar tratar os tais fatores de mudança nas disciplinas de forma dicotômica.

A abordagem das circunstâncias ou contextual adotada por Berdoulay, não sendo ela finalista, cumulativa, evolucionária, disciplinarmente “oficial” e nem doutrinária, permite a “suspensão” das teses, digamos, dos estilos ou paradigmas hegemônicos ou proeminentes. Desse modo, o trabalho abre campo ao reconhecimento das práticas, estilos e ideias dentro da geografia mesmo que elas tenham configurado uma tendência que não se propagou, que não foi “bem-sucedida” e que, portanto, não passou à posteridade. Reconhecer essas experiências permite não raro esclarecer o que teria feito a “corrente dominante” e que circunstâncias viveu para conseguir se impor.

O autor enfatiza que questões sociais ou políticas que possuem grande importância numa época precisam ser consideradas, não obstante elas possam não parecer diretamente ligadas à geografia. Então: como essas questões impregnam de alguma forma a geografia? Os geógrafos teriam “círculos de afinidades” com pessoas e ideias que ultrapassam o ambiente de relacionamento propriamente profissional; eles teriam interações ideológicas, políticas, intelectuais em geral,

mais amplas com o mundo circundante. Os tais “círculos de afinidades” formam um conceito que seria a ferramenta metodológica para escavar as *networks* influenciadoras e desvendar a interação entre o pensamento geográfico e a sociedade, acredita o autor.

O trabalho está distribuído em seis capítulos, as Conclusões e um *post-scriptum*. No Capítulo 1, o autor expõe como a experiência da institucionalização da geografia na Alemanha inspirou e influenciou a expansão da geografia na França. Os “seminários”, aulas-atividade destinadas a pequenos grupos de estudantes, criados na Alemanha, se propagaram no ensino superior francês. Eles divergiam do padrão usual das aulas-magistrais. As missões de geógrafos franceses na Alemanha eram intensas.

Por exemplo, Vidal de La Blache com frequência viajava à Alemanha para visitas a laboratórios de geógrafos famosos como Ferdinand Richtoffen, Frederico Ratzel, Peschel, e outros. Brunhes esteve também em visitas, inclusive a Ratzel. Bolsas acadêmicas facilitavam esse intercâmbio, como a permanência de E. de Martonne na Alemanha em 1896-1897. Tal proximidade interativa no momento formador da geografia moderna entre os dois países sugere que o termo “escola” possui muito menos poder de marcar diferenças e distinção do que se possa imaginar, e o seu uso poderia ser tido como uma herança dos nacionalismos europeus impregnando a historiografia.

O Capítulo 2 expõe a expansão colonial francesa como contexto para a geografia, apresentando-se o imperialismo como um fenômeno globalmente político e econômico. Essa expansão colonial esteve associada ao ímpeto nacionalista que se seguiu à guerra de 1870, quando

a Sociedade de Geografia de Paris – fundada em 1821 – experimentou grande aumento no número de membros, e outras instituições similares foram criadas (Lyon, 1873; Bourdeaux, 1874 etc.). “Em torno de 1884, havia mais sociedades de Geografia na França (26) e mais membros (18 mil) que em qualquer outro país do mundo” (p.39). O número de professores ligados ao ensino superior da geografia na França decuplica entre 1870 e 1910. Além disso, subvenções governamentais para despesas “institucionais” (publicações, encontros etc.) tornaram-se frequentes, revelando o interesse dos poderes constituídos pela disciplina.

O Capítulo 3 é dedicado a explorar a importância do ensino na edificação e na evolução da República na França, seguindo-se do exame específico da posição e das funções da geografia no Ensino Fundamental, no Médio e no Superior. O Capítulo aborda o momento crítico da fixação da universidade como instituição de estudos e pesquisa; quando, em 1877, ao lado de várias reformas nos regimentos das faculdades, são criadas 300 bolsas de estudos para estudantes de nível superior.

No Capítulo 4 se procede a uma exposição das várias ideias-guia presentes no espectro educacional, com particular atenção ao papel das ideias regionalistas na geografia. O Capítulo 5 é dirigido ao estudo do papel dos vários “círculos de afinidades” na construção da geografia na França. Três dos exemplos explorados são: o círculo de Vidal de La Blache – Sorbonne, École Normale, *Annales*, de onde vieram J. Brunhes, A. Demangeon, e outros –, o “círculo” dos estudiosos da geografia histórica e o “círculo” da cartografia e exploração colonial.

O Capítulo 6 expõe a concepção vidaliana da geografia, o coração epistemológico da “escola” francesa. A geografia possuiria um campo vasto, que incluiria as complexas relações entre os fenômenos que se produziam na superfície da Terra, sendo cada fenômeno, por sua vez, resultante de um conjunto de causas. A ideia básica era o complexo, a combinação, a integração, a síntese entre os fatores, fosse a superfície planetária toda, fosse dela uma pequena fração apenas. Essa maneira integrada de ver a superfície da Terra, mediante a metáfora sinfônica, é característica do *scholar* mandarim germânico, segundo Ringer (1990).

O homem teria papel ativo em modificar o ambiente, e seria por esse mesmo meio também influenciado. Cada civilização, uma vez que cada uma favorecia certas espécies de plantas e animais em detrimento de outras, tendia a uniformizar os meios que dominava. Enfim, a geografia da qual Vidal foi o grande inspirador, “pode incorporar, [...] em uma síntese notável, o essencial da contribuição geográfica alemã, assim como os elementos esparsos, mas significativos, do pensamento francês da época” (p.226).

Ao final, à guisa de Conclusão, V. Berdoulay sugere que narrar a história das ideias geográficas deve ser ação que incorpore o exame da sensibilidade da disciplina ao contexto social mais amplo. A geografia francesa do momento da institucionalização, no seu caráter, expressou sobremaneira as questões que agitaram o país na virada do século XIX. E, coerente à abordagem contextualista adotada, o autor acredita que as grandes questões sociais, políticas e educacionais da França no período explicam “que tipo de seleção particular de ideias os vi-

dalianos fizeram e que tipo de quadro eles elaboraram para integrá-las em um todo coerente” (p.233).

#### Referências

BARROS, N. A historiografia da geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate, *Revista Geográfica*, México, v.139, p.83-102, 2006.

\_\_\_\_\_. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal, *Estudos Avançados*, São Paulo, v.62, p.317-34, 2008.

\_\_\_\_\_. Tópicos metodológicos para a historiografia da geografia, *Revista de Geografia*, Recife, v.34, n.3, p.15-25, 2017.

BERDOULAY, V. *A Escola francesa de geografia: uma abordagem contextual*. Trad. O. B. Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017. 255p.

RINGER, F. K. *The decline of the German mandarins: the German academic community, 1890-1933*. S. l.: The University Press of New England, 1990.

*Nilson Cortez Crocia de Barros* é doutor e livre-docente em Geografia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento na University of Durham, Reino Unido. É professor titular no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. @ – nccrocia@ufpe.br / <https://orcid.org/0000-0002-7633-3085>

Recebido em 30.7.2019 e aceito em 22.8.2019.

<sup>1</sup> Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

# Resenhas



# Versões de um mestre

Alexandre Koji Shiguehara <sup>1</sup>

O TÍTULO do ensaio que abre o livro *Entre a literatura e a história*, de Alfredo Bosi (2015), tem a forma de uma pergunta desconcertantemente simples e direta: “A poesia é ainda necessária?”. Longe de ser apenas retórica, a pergunta exprime de fato uma inquietação funda, radicada na postura ética do crítico desde sempre fiel a uma visão da literatura que jamais a rebaixa ao âmbito do tecnicismo ou do academicismo estrito – vale dizer, jamais deixa de considerar o engaste incontornável entre a literatura e a vida.

Bastaria lembrar, a respeito disso, um ensaio fundamental como “Poesia resistência”; ou a menos conhecida atuação de Bosi, desde a juventude, em movimentos sociais como os das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A pergunta que nomeia o ensaio mencionado faz pensar no intelectual de olhar atento às contingências do seu tempo, nunca indiferente às transformações que ameaçam tornar cada vez menos humanas as condições em que vivemos. Após indagar sobre o lugar da poesia no mundo contemporâneo, Bosi reafirma ainda uma vez a sua necessidade absoluta, como instância de resistência à reificação, à violência e à fraude do discurso ideológico.

A tarefa a que se propuseram Augusto Massi, Erwin Torralbo Gimenez, Marcus Vinicius Mazzari e Murilo Marcondes de Moura – organizadores de *Reflexão como resistência: homenagem a Alfredo Bosi* – tem a complexidade que eles próprios registram no texto de apresentação do volume, ao comentar a dificuldade da escolha do título:

Todo o itinerário de Alfredo Bosi não é o de um homem de letras comum: sua perspectiva crítica guarda raríssima amplitude. Como dar a ver o enlace entre a vivência tão entranhada da poesia e o pendor para o pensamento filosófico? Como abarcar num título os traços marcantes do professor e do militante? Algum aspecto parecia escapar sempre. Como fazer justiça à complexidade do homenageado? O núcleo vivo da reflexão deve resistir às reduções. (p.13)

O intuito nada simples da publicação se cumpriu, entretanto, com a reunião de um conjunto extenso e necessariamente heterogêneo de textos, organizados em sete seções que, por assim dizer, assumem estruturalmente no livro uma *abertura para o diálogo* – característica assinalada por muitos dos 52 autores como qualidade particularmente distintiva do homenageado.

“Abertura”, “Cartas na mesa”, “Escritos revisitados”, “Crítica de ouvido”, “Leituras em diálogo”, “Depoimentos” e “Ensaio de estima”: as seções de *Reflexão como resistência* acolhem uma diversidade notável de abordagens e de pontos de vista – ou, para usar termos reconhecidamente caros a Bosi, de *tons* e de *perspectivas*. O livro é composto de poemas, uma partitura musical, cartas de agradecimento, depoimentos pessoais, textos de apresentação de livros do crítico, ensaios de sua autoria ou a respeito de sua obra ou simplesmente de sua predileção. A homenagem se abre, assim, a diferentes ângulos de visão e a diversas vozes para contemplar, além da inesti-

mável contribuição intelectual do homenageado, a sua dimensão humana, que completa aos olhos do leitor uma figura realmente muito singular.

É de fato impossível deixar de assinalar o tom afetivo que rege grande parte dos textos. Não apenas os da seção “Depoimentos” ou os poemas da “Abertura” – entre os quais o belíssimo “Retrato”, de Ecléa Bosi (1936-2017) –, mas também algumas das “Leituras em diálogo”, espaço reservado a reflexões sobre aspectos da obra de Alfredo Bosi. Muitos dos autores foram alunos do crítico ou tiveram suas trajetórias sensivelmente influenciadas pelo diálogo direto com ele ou com a sua bibliografia, o que explica as recorrentes expressões de gratidão e reconhecimento.

Já da seção “Cartas na mesa”, destaca-se nesse sentido uma carta de Raduan Nassar, datada de 25 de fevereiro de 1999, na qual o escritor agradece a Bosi pelo seu ensaio “Camus na festa do Bom Jesus”, sobre a novela “A pedra que cresce”, do autor franco-argelino:

Se contei poucas horas depois com o silêncio para acompanhar a tua análise, transitei por outro lado, o tempo todo, entre a leitura do ensaio e o sentimento de que você estivesse me estendendo a mão através dele, o que se confirmou aos meus olhos efetivamente na exortação cheia de luz com que você fecha o teu trabalho [...] Seja como for, foram horas em que fui tocado no coração de modo fundo, quando chegou a acontecer aquela comunhão, uma recompensa insólita para o meu cansaço de noites mal-dormidas [...] Nem precisaria te dizer então que a festa me fez feliz. Obrigado, Alfredo. (p.42)

Trechos como esse vão compondo ao longo do livro, a meu ver, a imagem do crítico para quem a reflexão sobre a literatura – “instância dialógica e aglutinadora por excelência”, nas palavras de José Miguel Wisnik (p.204) – parece pressupor o diálogo e, portanto, perfazer-se apenas no encontro com o outro.

É na seção de “Depoimentos” que esses contornos ficam mais nítidos, sobretudo em “O testemunho de velhos militantes: Singela homenagem a Alfredo Bosi”, de Paulo de Salles Oliveira. Para escrever o texto, Oliveira entrevistou antigos companheiros de militância do professor na Pastoral Operária, com quem ele trabalhou nos anos de 1970 no município paulista de Osasco. Os comovedores testemunhos – de ex-operários, líderes comunitários, assistentes sociais – ratificam o perfil ético do humanista cujo pensamento não se separa da ação e mantém com ela profunda coerência.

Ao lado desse texto, figuram depoimentos do músico Ivan Vilella, do romancista e professor da UFRJ Marco Lucchesi e de colegas de Universidade de São Paulo como Fernando Paixão, Jacques Marcovitch, Pedro Garcez Ghirardi e Ulpiano T. Bezerra de Menezes. O desse último, diferentemente dos demais, não tem foco específico na atuação de Alfredo Bosi na Universidade, mas nos rumos preocupantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, dos tempos da Rua Maria Antônia até os dias de hoje. Uma ampliação temática que contribui para descortinar no livro, em complemento ao perfil pessoal e intelectual de Bosi, algo das circunstâncias concretas de sua produção e de seu cotidiano como docente – ou, numa outra palavra acionada com frequência pelo professor e crítico, algo do seu *horizonte*.

A *raríssima amplitude* da perspectiva crítica de Alfredo Bosi, observada pelos organizadores do livro, é contemplada principalmente nas seções “Escritos revisitados” (composta de dois artigos do próprio Bosi, um sobre *Fogo morto*, de José Lins do Rego, outro sobre a presença de Camões em Jorge de Lima), “Crítica de ouvido” (textos de apresentação de livros do homenageado), “Leituras em diálogo” e nos “Ensaio de estima”.

Como se lê no texto de quarta-capa e no de apresentação do volume, assinado pelos organizadores, é possível notar durante a leitura do livro a fidelidade de Bosi a certos escritores: Antonio Vieira, Machado de Assis, Graciliano Ramos e Jorge de Lima, por exemplo, formam um arco de afinidades eletivas. Ao mesmo tempo, a recorrência de certos termos e conceitos nos textos que refletem sobre a obra do crítico talvez permita reconhecer alguns tópicos fundamentais da sua percepção e absorção pelos contemporâneos. *Articulação; mediação; ductilidade da abordagem* (sem prejuízo algum do rigor e sem incorrer no ecletismo); *consideração da riqueza do problemático ou do contraditório; abertura do olhar para a diversidade, em relação dialética com a atenção minuciosa para o singular; resistência* e “*consórcio entre vida e literatura*” (João Carlos Félix de Lima, p.198) parecem ser algumas dessas noções basilares.

Dois ensaios, o de Cleusa Rios P. Passos e o de Yudith Rosenbaum, abordam aproximações de Alfredo Bosi com a psicanálise. Ambos enfatizam nesse movimento do crítico o seu espírito independente, que enriquece a perspectiva de análise na confluência com determinados conceitos da teoria psicanalítica e, ao mesmo tempo, procura preservar

a observação da singularidade de cada sujeito e situação.

Caminham em direção semelhante os comentários de Hélio de Seixas Guimarães em torno de “Uma genealogia dos escritos de Alfredo Bosi sobre a obra de Machado de Assis”. O pendor para a mediação e para a relativização é apontado como a tendência marcante, sendo significativa quanto a isso a sugestão de que o Conselheiro Aires, a personagem diplomática por excelência, possa ser lido como alter-ego do próprio Bosi.

Antes de comentar os ensaios de *Brás Cubas em três versões* (Bosi, 2006), Marcus Vinicius Mazzari relembra considerações teóricas de Alfredo Bosi no último ensaio de *Céu, inferno* (Bosi, 2003), sublinhando a observação de que os muitos perfis de um fenômeno literário não devem ser jamais substituídos por dados exteriores ao próprio fenômeno. Coerente com esse pressuposto hermenêutico fundamental, indica o texto de Mazzari, é a leitura integradora do romance machadiano realizada por Bosi, que procura “surpreender na trama romanesca a interação viva dos vetores formais, existenciais e miméticos, sem atribuir a nenhum deles o papel de instância última, isto é, monocausal e sobredeterminante” (p.224).

É principalmente de *articulação*, portanto, o trabalho do crítico que reconhece a irredutibilidade da literatura a elementos externos a ela mesma, mas também não descuida de suas relações com a sociedade e a história. Nas suas considerações sobre os ensinamentos de Bosi, José Miguel Wisnik ressalta a naturalidade do seu trânsito por campos muito variados – a filosofia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a história –, mas em especial o rigor cuidadoso e

exigente com que o crítico articula os diversos dados na análise das obras.

Nesse percurso as tensões são inescapáveis, e mais de um autor identifica na perspectiva crítica de Bosi a percepção do *problemático* não como um entrave paralisante, mas como ponto de partida fecundo. “Essa tensão manifesta-se nas dualidades em que o crítico divisa o fato e o problema, ou o fato *como* problema, para guardar a sábia precaução de Otto Maria Carpeaux” (p.97), escreve Alcides Villaça. André Luís Rodrigues, estudando os trabalhos de Alfredo Bosi sobre Antonio Vieira, detém-se em dado momento na expressão “riqueza das suas contradições”, qualidade notada pelo crítico na obra do grande orador jesuíta (p.104). Encontra nela o indício de que Bosi atribua parte do valor dessa obra justamente aos problemas que ela apresenta: “rica *porque* contraditória”, sugere Rodrigues.

Problemática também, já que infinitamente complexa, é a singularidade do sujeito, enigma diante do qual o crítico homenageado não se retrai. E persistir na investigação da matéria densa da subjetividade não deixa de ser um modo de *resistência*. Parece sugerir-lo a seguinte formulação de Alcides Villaça:

Numa época marcada pelas exterioridades fáceis e fórmulas de prestígio midiático [...], a condição mesma da subjetividade sofre atropelos. Quando o pensamento surge ancorado na consistência de seu sujeito, daquele eu profundo que se reconhece a si mesmo e quer reconhecer o outro no mesmo movimento, o compromisso crítico vive de perfazer o caminho difícil entre as instâncias da singularidade e da universalidade. (p.96)

Entre tantos textos de grande interesse, dos quais só foi possível mencionar aqui uma pequena parte, cabe um destaque ao de João Carlos Félix de Lima, que se dedica à formação intelectual do homenageado – e constata, vale insistir ainda uma vez, a firme vinculação dos caminhos do seu pensamento ao seu itinerário pessoal.

Parafrazeando a questão proposta por Bosi no ensaio que citei na abertura deste texto, é fácil dizer que o diálogo com a sua obra viva e inspiradora segue e seguirá sendo absolutamente necessário – e que a profunda dignidade da figura retratada em *Reflexão como resistência* é um alento valioso, ponto de luz intensa na escuridão dos dias que vivemos.

#### Referências

BOSI, A. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BOSI, A. *Entre a literatura e a história*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

MASSI, A. et al. (Org.) *Reflexão como resistência – Homenagem a Alfredo Bosi*. São Paulo: Cia. das Letras; Edições Sesc, 2018.

*Alexandre Koji Shiguehara* é doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É funcionário da Fundação Nacional de Artes. @ – alexandre.shk@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2684-7387>

Recebido em 1º.2.2020 e aceito em 14.2.2020.

<sup>1</sup> Fundação Nacional das Artes, São Paulo, São Paulo, Brasil.

# José Saramago e a poética da Insubordinação

JEAN PIERRE CHAUVIN<sup>1</sup>

“Os documentos também nada dizem acerca do comportamento sexual normal da população. Mas nem por isso os historiadores se resignam a ignorar tudo a esse respeito.”  
(José Mattoso, 1988, p.26).

“Fulano diz que Beltrano disse que de Cicrano ouviu, e com três autoridades dessas se faz uma história.”  
(José Saramago, 1989, p.39)

“[...] a história continua precisando ser ‘escrita’, ou seja, apresentada de alguma maneira.”  
(Jörn Rüsen, 2010, p.11)

SERIA oportuno começar este texto com um episódio anedótico, porventura leve e brejeiro, com vistas a abrandar o tom acadêmico e preparar leitores, eventualmente desavisados, para o pouco que segue. Isso porque dissertar sobre um romance de José Saramago envolve riscos: o primeiro deles é soar óbvio, parafrástico ou redundante. O segundo é desdizer o que afirmam as criaturas de papel, devido à pretensão de adivinhar o que ia na mente do escritor, quando compôs e alinhou a narrativa. Assim sendo, compartilhar esses apontamentos pressupõe a maior benevolência possível de quem o ler. Nisso, tento seguir os conselhos vistos em *Retórica a Herênio* (que ensinava como dar início a discursos) com vistas a provocar deleite, ensinar e mexer com as paixões do auditório.

Vamos à historietta. Quando Jaime Bertoluci expôs o projeto que realizaria no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e me convidou para ajudá-lo a pensar em nomes para um evento (acolhido e apoiado pelo Instituto), enviei prontamente o título que vai neste ensaio. Àquela altura, ele me pareceu objetivo o suficiente; hoje, penso que ele não deixa muito clara a abordagem que pretendia. Talvez ele recebesse outra denominação, por exemplo: “As três insubordinações de Raimundo”. Digo isso porque suponho haver algum interesse em refletir sobre a aproximação entre as palavras “poética” e “insubordinação”, maiormente ao nos debruçarmos sobre essa obra. A anedota que se vai ler é mais triste do que alegre.

Em 2010, eu lecionava elevada carga de aulas no Colégio da Polícia Militar, perto da Rua Pedro Vicente, e um punhado de disciplinas na Fatec São Caetano do Sul. O dia 18 de junho caiu numa sexta-feira. Era fim de semestre e

recordo-me de que fui dar as seis aulas da manhã com um sentimento de orfanidade. Ela não se restringia ao aspecto intelectual; mas envolvia uma espécie de vínculo estreito com um sujeito que não cheguei a conhecer. Dois dias depois, em meio à enxurrada de notícias sobre o escritor desde a antevéspera, topei com um jornal do Vaticano, em que o articulista lamentava a postura de Saramago contra a Igreja católica e chegava a celebrar a sua morte. Na ocasião, achei o episódio grotesco, mas curioso: parecia que, involuntariamente, a Igreja reeditava a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus, José. Não seria preciso lembrar que, em acordo com os evangelhos, Cristo teria morrido numa tarde de sexta-feira e ressuscitado no domingo... Não poderia haver ironia melhor. É como se o escritor português estivesse a zombar da instituição a partir do além-túmulo.

Como se sabe, Saramago escreveu contos, romances, poemas, peças teatrais, diários de viagem e crônicas. Ele também foi tradutor e revisor, o que sugere estarmos diante de um polígrafo, ou seja, um sujeito bem versado em todas as artes que escreveu e sobre as variadas matérias sobre as quais discorreu. Isso nos leva a considerar alguns dentre os principais temas geradores de sua ficção, que transitaram entre praticamente todos os gêneros e modalidades discursivas.

Salvo engano, e sem prejuízo de outros tópicos, creio que poderíamos nos concentrar em alguns deles: a ficcionalização da história (e as discussões decorrentes); o protagonismo dos subalternos; a (melhor) equalização entre mulheres e homens; a contestação do teísmo; o questionamento das formas invariavelmente mesquinhas do poder, quase sempre calcadas na supremacia do capital; a solidariedade, como uma espécie de antídoto (ou gesto de resistência) contra o comportamento utilitarista e egótico, que caracteriza grande parte de suas personagens; o efeito dos afetos, capazes de desconcertar a suposta ordem do mundo-recompensa em que infravivemos.

Esses temas e motivos comparecem, em maior ou menor medida, à grande parte de seus romances. A relativa harmonia entre homens e mulheres evidencia-se no *Manual de pintura e caligrafia*, no *Memorial do convento*, no *Evangelho segundo Jesus Cristo*, na *História do cerco de Lisboa*, no *Ensaio sobre a cegueira*; em *Todos os nomes...* O alargamento do discurso historiográfico marca tanto o *Memorial do convento*, quanto a *História do cerco de Lisboa*, com a diferença de que embasa o enredo, no primeiro caso, e funciona como pretexto para outros acontecimentos, no segundo. Quanto aos demais temas, já referidos, perpassam por praticamente todas as obras, em prosa e verso.

Aparentemente, a questão seria mais simples de resolver se a obra de José Saramago se limitasse ao emprego de temas mais, ou menos, recorrentes. Mas, como sabemos, não é bem o que acontece. Isso porque o seu método de composição relaciona-se intimamente com os gêneros em que escreveu e os tópicos sobre os quais os livros versam. Embora o objetivo maior seja discutir um de seus romances, não poderíamos nos furtar àquela novela que recebeu nome de *O conto da Ilha Desconhecida*:

Um homem foi bater à porta do rei e disse-lhe, Dá-me um barco. A casa do rei tinha muitas mais portas, mas aquela era a das petições. Como o rei passava todo o tempo sentado à porta dos obséquios (entenda-se, os obséquios que lhe faziam a ele), de cada vez que ouvia alguém a chamar à porta das petições fingia-se desentendido, e só quando o ressoar contínuo da aldraba de bronze se tornava, mais do que notório, escandaloso, tirando o sossego à vizinhança (as pessoas começavam a murmurar, Que rei temos nós, que não atende), é que dava ordem ao primeiro-secretário para ir saber o que queria o impetrante, que não havia maneira de se calar. Então, o primeiro-secretário chamava o segundo-secretário, este chamava o terceiro, que mandava o primeiro-ajudante, que por sua vez mandava o segundo, e assim por aí fora até chegar à mulher da limpeza, a qual, não tendo ninguém em quem mandar, entreabria a porta das petições e perguntava pela frincha, Que é que tu queres. O suplicante dizia ao que vinha, isto é, pedia o que tinha a pedir, depois instalava-se a um canto da porta, à espera de que o requerimento fizesse, de um em um, o caminho ao contrário, até chegar ao rei. Ocupado como sempre estava com os obséquios, o rei demorava a resposta, e já não era pequeno sinal de atenção ao bem-estar e felicidade do seu povo quando resolvia pedir um parecer fundamentado por escrito ao primeiro-secretário, o qual, escusado se ria dizer, passava a encomenda ao segundo-secretário, este ao terceiro, sucessivamente, até chegar outra vez à mulher da limpeza, que despachava sim ou não conforme estivesse de maré. (Saramago, 2009, p.5-9)

As linhas iniciais de *O conto da Ilha Desconhecida* se relacionam explicitamente ao que será observado sobre o romance *História do cerco de Lisboa*. Ambas as narrativas envolvem a sublevação de homens, tidos por comuns, frente ao discurso supostamente nobre e elevado da história (no conto, personificada no rei; no romance, centrada nos manuais de história de Portugal). Para isso, mostram-se perseverantes, ainda que quando diminuídos pela forte e vagarosa burocracia instituída, quando mais convém, pelos poderosos.

Particularmente em *História do cerco de Lisboa*, caberia falar no caráter “metaficcional” da narrativa (Carvalho, 1998; Arnaut, 2002; Gobbi, 2011), que colabora no embaralhamento entre o plano da ficção e da historiografia. Relembro, com Ana Paula Arnaut (2002, p. 306), o “[...] pleno direito que a ficção tem de por em causa a História, duvidando quer dos seus métodos[,] quer das suas opções para conferir maior relevo a uma ou outra figura, a um ou outro evento, assim instaurado, ou pelo menos propondo novos cenários do que poderia ter acontecido”. Sob esse aspecto, o escritor poderia ser visto como um sujeito capaz de suspender juízos, especialmente quando coloca incertos princípios e valores em questão.

Antes de prosseguirmos, considere-se o título que este ensaio leva. O primeiro termo (“poética”) pressupõe que o autor da *História do cerco de Lisboa* teria obedecido a certas preceptivas que interferem diretamente nos temas abordados e no modo de composição. Se preferirem, afirmaria mais simplesmente

que, nestas páginas, a acepção de “poética” se relaciona a uma espécie de estilística composicional saramaguiana – por sinal, examinada por especialistas de maior calibre. Em consonância com a leitura de Márcia Valéria Zamboni Gobbi (2011, p.67-8):

A fidelidade discursiva do romance em relação ao registro historiográfico chega, por vezes, a ser praticamente literal, como neste fragmento em que os árabes respondem à proposta dos portugueses, feita antes do cerco, para que eles se retirassem pacificamente da cidade, portanto, na iminência da luta armada. Diz o texto de Herculano, dando voz ao porta-voz dos árabes: “Fazei o que o poderdes, concluíam eles; nós faremos o que for da divina vontade” [19--., p. 21]. Diz o personagem mouro na *História do Cerco de Lisboa*: “Não vos demoreis mais tempo, fazei o que puderdes, nós o que for da vontade de Deus” [Saramago, 1989, p. 205].

Fosse por obedecer a determinados preceitos prévios à sua ficção, fosse do ponto de vista estético, há uma recorrência de expedientes, localizados em outras obras do autor, empregados com maestria na *História do cerco de Lisboa*. Isso talvez explique algum desconforto, quando lemos “poética” e “insubordinação”, já que “poética” pressupõe alguma regularidade de temas, ocorrências e estilos no texto, enquanto “insubordinação” leva a pensar justamente no contrário, ou seja, na desobediência à história, a autoridade, às normas de composição, às ditas tendências literárias etc. Talvez seja possível propor uma síntese. Digamos que o narrador do romance se vale de seu domínio da língua, dos moneios da linguagem e da arte de narrar episódios para subverter tanto o texto historiográfico, quanto para dilatar o alcance do discurso literário.

A esse respeito, Eduardo Calbucci (1999, p.66) ressalta que: “As duas narrativas, a de Raimundo e a de Saramago, misturam-se, criando um discurso polifônico, de vozes diferentes que pouco a pouco chegam aos limites da criação ficcional, em que o passado é recuperado pelo presente, mas sob a nova perspectiva que foi aberta pelo revisor”. Por sua vez, Ana Paula Arnaut (2002, p.304-5) salienta que “[...] o historiador pode ingenuamente acreditar estar a contar a verdade. No entanto, essa será sempre uma verdade relativa pois, *ad exemplum* no caso em que o número de fontes se revele insuficiente”, a resvalar na “pretensão de totalidade” – como José Mattoso (1988, p.17) alertava em *A escrita da história*.

Seria razoável abordar esse romance a partir do que Vera Bastazin (2006, p.21) observou sobre *O evangelho segundo Jesus Cristo*, publicado em 1991: “Tempo e história constroem a trama ficcional no romance, colocando em evidência que qualquer limite entre o real e o imaginário é apenas mais um artifício do texto literário”. Recorro novamente a Márcia Valéria Zamboni Gobbi (2011, p.15), que salienta um aspecto essencial na literatura contemporânea, a confrontar o “esgarçamento de sentido”, comum ao nosso tempo: “Uma de suas formas de combate é justamente ancorar-se na História, na tentativa de perceber



a dimensão e o alcance de uma experiência singular inserida na continuidade, nas transformações e nas rupturas – na dinâmica histórica, enfim –, talvez convencida de que a circulação generalizada da percepção histórica constitui não só a especificidade, mas também a identidade do nosso tempo como instala, paralelamente, um desafio, pois a ninguém se permite ficar fora da História” (ibidem).

Feitas essas ressalvas e acomodadas eventuais diferenças entre a dicção ficcional e a pretensão historiográfica à verdade, creio que o segundo termo (“in-subordinação”) poderia sugerir que José Saramago atribuía a Raimundo Silva a capacidade de questionar a autoridade dos editores, a responsabilidade por esticar o conceito de fato histórico e problematizar as posições, por vezes assimétricas, entre homens e mulheres. Os questionamentos do revisor situam-se em capítulos facilmente localizáveis no volume e dizem respeito a três aspectos, mais ou menos distintos, de sua vida. No âmbito profissional, a autoridade do chefe é colocada em xeque; no plano intelectual, a subversão da história de Portugal concentra-se no acréscimo de um advérbio de negação; na esfera pessoal, a negociação com Maria Sara só acontece após esses lances, que parecem “preparar” Raimundo para o passo maior, para além da vida rotineira e do ofício que ocupa a maior parte do seu tempo.

Esses e outros eventos são dispostos linearmente, no romance. O que os episódios guardam em comum? A impaciência do revisor, perante acordos unilaterais impingidos pelos editores; o questionamento da palavra oficial; o temor frente à intimidade com a mulher. Eles nos autorizam supor que a pequena história do revisor acontece no instante em que o *éthos* de Raimundo Silva é colocado à prova e permite ultrapassar os limites de sua existência apequenada. Decorre daí uma possível chave de leitura: para uma mesma poética, no romance, há pelo menos três modos de insubordinação concentradas na figura do protagonista, no trabalho do revisor e na vida íntima de Raimundo. Instância narrativa multifacetada, a enunciação poderia ser examinada sob três perspectivas. Nesse sentido, a subversão da história tradicional, a rebeldia profissional e o enfrentamento da inibição pessoal são pequenas revoluções nascidas de um homem que ganha força e forja o caráter porque as articula. As três insubordinações de Raimundo sugerem que a mudança postural da personagem corresponde, necessariamente, à infração editorial (daí, o embate com o empregador); e ao difícil desnudamento físico e ético, perante Sara Maria.

Para transitar do âmbito descritivo para o analítico, conviria examinar alguns excertos do romance, com vistas a calçar os pressupostos anunciados. Após a leitura e análise deles, talvez possamos arriscar algumas hipóteses interpretativas. Principiemos:

Em Raimundo Silva, os motivos que em momento algum da sua vida haviam sido de rancorosa frustração, são hoje, uns, meramente estéticos, por não lhe soar bem a vizinhança dos dois gerúndios [Raimundo Bemvindo], e os outros, por assim dizer, éticos e ontológicos, porque, segundo a sua

maneira desenganada de entender, só uma ironia muito negra pretenderia fazer crer que alguém é realmente bem-vindo a este mundo, o que não contradiz a evidência de alguns se acharem bem instalados nele. (Saramago, 2003, p.28)

A passagem escande os incômodos do protagonista com relação ao seu nome do meio (Benvindo). Como adivinha o narrador, um dos fatores é estético e passa pela sonoridade redundante de Raimundo e Benvindo. O segundo motivo começa com o aspecto semântico e envolve o conceito subjacente a quem seja nomeado como bem-vindo a um mundo que lhe parece inóspito. Não se trata de pormenor digressivo ou acidente literário. A discussão em torno do nome da personagem também se relaciona à sua identidade, ou seja, a maneira como é classificado (e como se percebe) entre bilhões da sua espécie, particularizado dentre outros revisores chamados Raimundo e atrelado ao humilde ofício de revisor de textos. “Raimundo”, dissera Drummond, pode rimar com “mundo”, mas não traduz nem implica solução. No romance, o protagonista passa por um visível processo de mudança. O circuito se fecha: parece lógico que o questionamento sobre si mesmo envolva refletir sobre o som e o caráter irônico embutido em seu nome.

Do exame centrado no protagonista, passemos a discutir uma ação relacionada a outras figuras do romance:

Ia a manhã em meio quando o telefone tocou. Era da editora, queriam saber notícias sobre o andamento da revisão, quem começou por falar foi a Mônica da Produção, que tem, como todos os que trabalham nesse sector, o hábito da menção majestática, assim, Senhor Silva, disse, a Produção pergunta, parece que estamos a ouvir, Sua Alteza Real quer saber, e repete como os arautos repetiam, a Produção pergunta pelas provas, se falta muito para entrega-las, mas ela, a Mónica, ainda não percebeu, depois de tanto tempo de vida em parte comum, que Raimundo Silva detesta que lhe chamem Silva sem mais nada, não que lhe o aborreça a vulgaridade do nome, que anda pela dos Santos e Sousas, mas porque lhe faz falta o Raimundo, por isso respondeu, seco, ferindo injustamente a pessoa delicada que Mónica é, Diga lá que amanhã está pronto o trabalho, Eu digo, Senhor Silva, eu digo, e mais não acrescentou porque, o telefone foi tomado bruscamente por outra pessoa, Fala Costa, Aqui Raimundo Silva, pôde o revisor responder, Já sei, é que as provas preciso delas ainda hoje [...] Para este tipo de livro, assunto, número de páginas, o tempo de revisão está dentro da média, Não me venha com médias, quero o trabalho acabado, a voz do Costa subira, sinal de que deveria estar por perto um chefe, um diretor, talvez o próprio patrão. (Saramago, 2003, p.32-3)

O segundo excerto envolve o tenso diálogo entre Mónica e, depois, Costa com o revisor. Aqui, a gradação ascendente dos postos hierárquicos é reforçada pela interrupção da rotina de Raimundo, evidenciada pela disposição dos períodos frasais no parágrafo. Mónica estava próxima de Costa que, a seu turno,

estava a meia distância do patrão. A linguagem de um e outro confirma o desconforto da assimetria. Mónica, funcionária menos graduada da editora, gasta mais palavras ao se dirigir respeitosa e cerimoniosamente ao “Senhor Silva”. Fenômeno contrário se observa na fala ríspida e econômica de Costa, situado num entre-lugar: nem funcionário sem poderes, nem patrão plenipotenciário.

O extrato seguinte revela o conflito que se estabelece entre o sujeito e as ideias que vão nele:

As palavras que o Dr. Jekyll acabou de dizer tentam opor-se a outras que não chegámos a ouvir, essas disse-as Mr. Hyde, não seria preciso mencionar esses dois nomes para percebermos que neste prédio velho do bairro do Castelo assistimos a mais uma luta entre o campeão angélico e o campeão demoníaco, esses dois de que estão compostas e em que se dividem as criaturas, referimo-nos às humanas, sem exclusão dos revisores. Mas, esta batalha, desgraçadamente, vai ganhá-la Mr. Hyde, percebe-se pela maneira como Raimundo Silva está a sorrir neste momento, com uma expressão que não esperaríamos dele, de pura malignidade, desapareceram-lhe do rosto todos os traços do Dr. Jekyll, é evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro está a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade. (Saramago, 2003, p.44)

Na terceira amostra, o narrador alude à célebre personagem de Robert Louis Stevenson, em romance publicado em 1886, com 103 anos de antecedência. Uma violenta dicotomia assaltara o espírito do revisor, diante de uma narração historiográfica que lhe pareceu inverossímil. A evocação da criatura meio homem/meio monstro, criada pelo romancista escocês, é análoga à indecisão do revisor (entre a assertiva e a negativa) e pode sugerir que o acréscimo do não seria um gesto paradoxal. A explicação parece voltar-se para os artifícios linguísticos empregados pelo narrador saramaguiano, que desafiam a própria concepção de tempo e registro historiográfico.

José Francisco Rodrigues de Carvalho (1998, p.83) assinalou que: “Em Saramago ocorre, possibilitada pela ficção e por novas concepções de História e narrar, uma mistura dos tempos que possibilitará também a revisão histórica a partir do questionamento da visão linear e estratificada que serve de base, por exemplo, a Herculano. A interpenetração dos tempos, entretanto, não se dá de súbito[,] mas constrói-se paulatinamente”.

Na leitura da *História do cerco de Lisboa* devemos atentar para o papel desempenhado pelo narrador, que “por meio de suas constantes intervenções de caráter metalinguístico ou metaficcional, comporta-se como um ser acima do universo ficcional criado ao estabelecer, por exemplo, jogos temporais que evidenciam o caráter manipulador de seus domínios sobre a narrativa” (Gobbi,

2011, p.77). Em termos mais restritos, qual seria a implicação embutida no pequeno grande ato de se acrescentar um elemento (no caso, o advérbio “não”) cuja presença subtrai? A intervenção do revisor indica que os questionamentos de Raimundo Silva ultrapassaram o âmbito pessoal e contagiaram outras esferas, talvez menores que antes, de sua vida. Maria Alzira Seixo (1999, p.75) constatou que:

A História é, portanto, o Livro; e daí que todo o livro tenha de se remeter à História. É certo que este é, nos romances de Saramago, aquele onde o discurso da História mais lugar ocupa, tendo, no entanto, uma ocupação diegética reduzidíssima, quase inexistente, tornada símbolo ou pretexto indicial de formulação da intriga. Isto é: o que efetivamente acontece, no universo ficcional, é o namoro de Raimundo e Maria Sara, os dois funcionários da editora que publica o livro *História do Cerco de Lisboa*; se isso acontece, porém, é porque Raimundo praticou um erro na revisão das provas e, desse erro, vai surgir a presença da doutora Maria Sara na editora e a sua (dele) outra escrita no mesmo sucesso. Caminha-se, assim, da História como hesitação de discursos na aproximação ideal com o Livro para a História do próprio presente.

O diálogo com o célebre e inusitado enredo de Stevenson reforça não só dicotomia moral enfrentada por Raimundo Silva; sinaliza para a dificuldade em distinguir entre a potência do texto ficcional e a intenção do discurso historiográfico. Acompanho Márcia Gobbi (2011, p.27), para quem: “Parece inevitável, então, que tomemos as duas instâncias, História e ficção, como textos, uma vez que só temos da História, mesmo a contemporânea, a sua versão textualizada, o discurso sobre o acontecimento ou, na formulação mais extrema de Hayden White (1992), os ‘restos textualizados da História’”.

O próximo excerto traz o primeiro contato entre o “revisor” Raimundo Silva e a “doutora” Maria Sara, ao telefone:

[...] o próprio rosto de Raimundo Silva se crispa enquanto do outro lado a doutora Maria Sara, serena, num gesto evidentemente gracioso, atira para trás, com um movimento de cabeça, o cabelo do lado esquerdo para poder encostar o auscultador ao ouvido, e diz finalmente, Não fomos apresentados no outro dia, mas apresento-me agora a mim mesma, o meu nome é Maria Sara, o seu ia a dizer, Já o conheço, mas Raimundo Silva, arrastado pelo hábito, disse o seu nome, mas disse-o o completo, declarou-se Bem-vindo, e quase morreu de ridículo ali mesmo. A doutora Maria Sara, porém, apesar de não ter enunciado da sua pessoa mais do que esse pouco, não fez reparo na confissão, tratou-o por senhor Raimundo Silva, sem poder adivinhar quanto bálsamo estava derramando na macerada susceptibilidade do revisor, Gostaria de falar consigo sobre o modo de organizarmos o nosso trabalho, estou a ter encontros com todos os revisores, interessa-me saber o que pensam, sim, encontros pessoais, não há outra maneira, amanhã ao meio-dia, se lhe convier, de acordo, fico à sua espera, até amanhã. O telefo-

ne já fora desligado, e Raimundo Silva ainda não recuperara por completo a serenidade, agora a casa está cheia de silêncio, apenas se adivinha uma pulsação inaudível, tanto pode ser o arfar da cidade como o mover do rio, ou simplesmente o coração do revisor. (Saramago, 2003, p.91-2)

Temos um novo diálogo ao telefone. Esse caso, porém, é outro. Os turnos da fala são capitaneados por Maria Sara – mais senhora de si do que Raimundo Silva respondia por ele. Os sintomas do afeto que Raimundo alimenta pela mulher refletem-se na enunciação lacunar do narrador. Adivinhamos as perguntas e réplicas de Raimundo, mas não porque as tenhamos lido. Ao omitir a voz do sujeito e privilegiar o discurso da mulher, o revisor nos induz a supor que a insubordinação de Raimundo se defrontara com um limite intangível, para além das métricas relacionadas ao ofício de revisor. A disputa pela razão, que também é uma forma de reafirmar poder, cede terreno à desordem dos afetos, que converte apaixonados em seres apassivados, mais dóceis e menos eloquentes.

Aqui interessam os pequenos gestos e as grandes hesitações de Raimundo, enquanto balbucia palavra e outra ao telefone, em duro diálogo com Maria Sara. Todos os aspectos de sua vida parecem estar submetidos a um novo modo de conceber e sentir. A essa altura, a ordem dos afetos ainda não atingiu o flanco deixado em aberto pelo revisor; mas o diálogo com a “doutora”, sua superiora hierárquica, dali em diante, antecipa os gestos duros, a palavra presa, os modos apequenados do homem. Raimundo poderia ser metáfora da cidade, com suas cores do dia, e pulsações dos sujeitos que protagonizam a pequena grande história do cotidiano. A história particular de Raimundo Silva parece imiscuir-se, embaralhar-se à História de Portugal, país em que ele, deslocado, habita.

A revolução das coisas, no âmbito pessoal, associa-se à dilatação dos prazos para consecução do trabalho revisional, perante o chefe; mas também dialoga com o desafio ao senso comum, lançado por Raimundo, face à reprodução de meias-verdades em determinados livros *de história*. Essas dicotomias também dizem respeito aos limites da narrativa que preenche as páginas de um romance subintitulado *ensaio*. Para aqueles que tanto se esforçam na discussão de gêneros, torna-se complexo definir (e, portanto, delimitar) o romance. Maria Alzira Seixo notou, com perspicácia, que:

É certo que o erro [atribuído a Raimundo] tem também uma função gnoseológica: o Livro dos Conselhos que Saramago inventa propõe a correcção para o alcance da verdade; mas, à parte a confusão casuística que lavra entre essas dúbias noções de erro e de emenda, ou da emenda como erro, ou do erro como forma dúbia de atingir a verdade, também a epígrafe que desse livro se extrai termina com a incitação “entretanto, não te resignes”, que aponta justamente para a adequação da temporalidade ao tempo, e para o investimento do projecto no concreto. (Seixo, 1999, p.77)

A essa altura, reitera-se que é redutor classificar a *História do cerco de Lisboa* como exemplar ora mais, ora menos romanesco. Tampouco será produtivo

rotulá-lo com a etiqueta de “romance histórico”, supondo conferir ao romance maior ou menor valor e estatura – a depender do repertório, do grau de criticidade e da concepção sociopolítica (mais ou menos exclusiva) de seu leitorado. Talvez seja mais oportuno abordar a obra como materialização discursiva de diferentes estratos do tempo – nos termos de Koselleck (2014), que ocorrem simultaneamente ao acionamento de acordes, ora harmônicos, ora dissonantes, produzidos pelas vozes que brotam dessas surpreendentes criaturas de papel.

## Referências

ARNAUT, A. P. *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne, máscara de Proteu*. Coimbra: Almedina, 2002.

BASTAZIN, V. *Mito e poética na literatura contemporânea: um estudo sobre José Saramago*. Cotia: Ateliê, 2006.

CALBUCCI, E. *Saramago: um roteiro para os romances*. Cotia: Ateliê, 1999.

CARVALHO, J. F. R. de. Herculano, Saramago e a *História do cerco de Lisboa*. In: LOPONDO, L. (Org.) *Saramago segundo terceiros*. São Paulo: Humanitas, 1998. p.77-110.

GOBBI, M. V. Z. *A Ficcionalização da história: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MATTOSO, J. *A escrita da história – teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

RÜSEN, J. *História viva – Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2010.

SARAMAGO, J. *História do cerco de Lisboa*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S.Paulo, 2003 [1989].

\_\_\_\_\_. *O conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEIXO, M. A. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: INCM, 1999.

*RESUMO* – No ensaio, aborda-se a caracterização das personagens e se examinam por que, quando e como acontecem os gestos de insubordinação por parte do revisor Raimundo Benvindo Silva: sujeito simples alçado ao protagonismo de uma história sobre a História. Sendo uma interpretação de caráter interdisciplinar, no artigo discutem-se as fronteiras entre o discurso ficcional e o historiográfico, a partir dos pressupostos da Teoria da História e da Crítica Literária.

*PALAVRAS-CHAVE*: Literatura, História, José Saramago.

*ABSTRACT* – In this essay, we analyze how characters are depicted and examine why, when and how the gestures of insubordination of reviser Raimundo Benvindo Silva occur. He is a simple man raised as protagonist of a story about History. Converging into an inter-

disciplinary interpretation, this article discusses boundaries between fictional and historiographic discourses based on assumptions of History Theory and Literary Criticism.

*KEYWORDS:* Literature, History, José Saramago.

*Jean Pierre Chauvin* é doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Professor responsável pela disciplina de graduação *A prosa de José Saramago* na Escola de Comunicações e Artes da USP. Docente credenciado no Programa de Pós-Graduação Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, vinculado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da FFLCH-USP. @ – tupiano@usp.br / <http://orcid.org/0000-0001-9514-109X>

Recebido em 4.12.2019 e aceito em 14.2.2020.

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.





# O tempo entre ficção e filosofia: sobre a *História do cerco de Lisboa*, de José Saramago

MARCELO LACHAT<sup>1</sup>

*Quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio.*

[O que é o tempo, então? Se ninguém me perguntar, eu sei;  
mas, se eu quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei].

(Agostinho. 2017, XI, XIV, 17).

**N**A *História do cerco de Lisboa*, romance de José Saramago publicado em 1989, há três estratos temporais que se atravessam: o do narrador, o de Raimundo Benvindo Silva e Maria Sara e o de Mogueime e Ouroana. Este último é o único que tem uma data bem definida: 1147, ano em que ocorreu o chamado “cerco de Lisboa”, evento histórico que culminou (de acordo com uma perspectiva eurocêntrica e cristã) na “reconquista” da cidade, então dominada pelos “mouros”; para essa tomada de Lisboa, os portugueses, comandados por D. Afonso Henriques, contaram com o auxílio dos cruzados. Já aquele primeiro estrato temporal, o do narrador do romance, é indefinível, presentificando-se a cada leitura; enquanto o segundo, concernente à história de Raimundo Silva e Maria Sara, dá-se num passado próximo, que ainda hoje pode ser considerado contemporâneo. Embora as três camadas de tempo dessa obra saramaguiana sejam ficcionais, elas são concebidas, neste trabalho, à semelhança dos “estratos do tempo” propostos por Reinhart Koselleck (2014, p.9) no campo da historiografia, os quais “remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”. Assim, eles permitem “reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos” (ibidem).

Posto isso, é preciso ressaltar que as relações entre ficção e história na produção literária de Saramago já foram amplamente analisadas por pesquisadores como Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1989), Ana Paula Arnaut (1996) e Aparecida de Fátima Bueno (1999). Ademais, pode-se recordar que, para Linda Hutcheon (1991, p.141ss.), um aspecto fundamental da “poética do pós-modernismo” seria justamente a “metaficção historiográfica”, cuja importância no romance português contemporâneo – e, particularmente, na *História do cerco*

*de Lisboa* – é discutida por Arnaut (2002, p.295ss.). Nesse sentido, cabe ainda lembrar o estudo de Márcia Gobbi (2011), o qual, a partir dos conceitos de mito e de paródia, trata da ficcionalização da história na narrativa portuguesa contemporânea.

Todavia, o que se propõe neste artigo, tendo em vista aqueles estratos temporais e levando em consideração essas relações entre ficção e história na literatura portuguesa contemporânea (em especial, na prosa), é uma discussão – mais filosófica e menos historiográfica – a respeito da concepção de tempo na *História do cerco de Lisboa*. Essa reflexão pautada pela filosofia parece pertinente, entre outras coisas, porque o próprio personagem central do romance, o revisor Raimundo Silva, admite sua “vocação para ser filósofo” (Saramago, 2019, p.79) – não se devendo desconsiderar, evidentemente, a ironia desse trecho; ironia, aliás, que permeia toda a obra. O revisor chega a essa conclusão ao lembrar-se de um diálogo que teve com o historiador, autor do livro historiográfico sobre o cerco de Lisboa a ser revisado. Nesse diálogo, que se dá nas primeiras páginas do romance, Raimundo Silva elucubra acerca da relevância do ofício que ele exerce: “Porque os tempos deixaram de ser noite de si mesmos quando as pessoas começaram a escrever, ou a emendar, torno a dizer, que é obra doutro requinte e outra transfiguração”; ao que responde o historiador: “Creio perceber nas suas palavras uma certa amargura cética”; e emenda o revisor: “Vejo-a mais como um ceticismo amargo” (ibidem, p.12). Como um filósofo cético, Raimundo Silva emprega a ironia para questionar as (supostas) verdades históricas, pois, segundo ele mesmo, “tudo quanto não for vida, é literatura, [...] A história sobretudo, sem querer ofender” (ibidem, p.13). Esse ceticismo irônico, que instaura a dúvida constante, evidencia-se já na epígrafe do romance: “Enquanto não alcançares a verdade, não poderás corrigi-la. Porém, se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes”. Feito filósofo, enfim, o revisor medita sobre o tempo e o historiador lhe assinala a vocação: “É o que tem o tempo, corre e não damos por ele, está uma pessoa por aí ocupada nos seus quotidianos, subitamente cai em si e exclama, meu Deus, como o tempo passa, ainda agora estava o rei Salomão vivo e já lá vão três mil anos, Quer-me parecer que você errou a vocação, devia era ser filósofo, ou historiador, [...] Meta-se a filósofo, homem” (ibidem, p.14-15).

A ironia que constitui a *História do cerco de Lisboa* não é apenas um instrumento filosófico de questionamento da verdade, mas também um procedimento linguístico (e literário) que é assim definido por Hutcheon (1995, p.11):

*Irony, then, will mean different things to the different players. From the point of view of the interpreter, irony is an interpretive and intentional move: it is making or inferring of meaning in addition to and different from what is stated, together with an attitude toward both the said and the unsaid. The move is usually triggered (and then directed) by conflictual textual or contextual evidence or by markers which are socially agreed upon. However, from the point of view of what I too (with reservations) will call the ironist, irony is the*

*intentional transmission of both information and evaluative attitude other than what is explicitly presented.* (grifos da autora)<sup>1</sup>

Desse modo, o “não” que Raimundo Silva acrescenta ao livro do historiador determina, por meio de ironia histórica, filosófica e ficcional, que os cruzados não ajudaram os portugueses no cerco de Lisboa; ou seja, empregando-se os citados termos de Hutcheon, esse irônico “não” do revisor transmite, intencionalmente, uma informação e uma atitude avaliativa que estão além daquilo que é apresentado de forma explícita. Como sintetiza o narrador do romance, “agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar” (Saramago, 2019, p.53). Por isso, o “não” de Raimundo Silva desconstrói a história portuguesa tradicionalmente aceita e estabelece uma nova verdade, constituída de irônicas incertezas, e um novo tempo em que passado, presente e futuro se fundem indefiníveis.

No entanto, para compreender-se essa concepção temporal da *História do cerco de Lisboa*, é necessário ter em mente que são, filosófica e historicamente, diversas as noções de tempo. Na teologia cristã, Deus, que está fora do tempo, foi quem o criou e é a sua causa onipresente; por conseguinte, em todos os acontecimentos históricos há a presença divina. O sentido (primeiro e último) da história e do próprio tempo é, portanto, Deus. Em suas *Confissões*, Agostinho (2017, p.318) declara, por exemplo, que “tu [Deus] fizeste todo o tempo e és antes de todo tempo, e não houve um tempo em que não havia tempo. Logo, não houve um tempo em que não fizesses algo, porque tu fizeste o próprio tempo. E nenhum tempo é coeterno contigo, porque tu permaneces; mas ele, se permanecesse, não seria tempo”. Em seguida, o mesmo Agostinho questiona-se sobre em que consiste propriamente o tempo:

O que é o tempo, então? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei: mas é com segurança que afirmo saber que, se nada passasse, não haveria tempo passado; se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro; e, se nada fosse, não haveria tempo presente. Logo, aqueles dois tempos, passado e futuro, em que sentido eles são, se o passado não é mais, e o futuro ainda não é? Mas o presente, se fosse sempre presente e não se tornasse passado, não seria presente, e sim eternidade. Logo, se o presente, para que seja tempo, há de se tornar passado, como podemos dizer, a respeito dele também, que é, se a razão de sua existência é deixar de ser? De maneira que não afirmamos com verdade que o tempo é, senão porque ele tende a não ser. (ibidem, p.319)

Respondendo a esses questionamentos, conclui Agostinho que, não se podendo conceber nem o futuro nem o passado, o que há, rigorosamente, são três tempos: “o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. Esses três, de fato, estão na alma, de alguma maneira, e não os vejo em outro lugar: a memória presente do passado, a visão presente do presente, a expectativa

presente do futuro” (ibidem, p.324). Assim, o tempo não está nas coisas, mas somente na alma (*anima*), presentificando-se como memória (*memoria*), visão (*contuitus*) e expectativa (*expectatio*).

As concepções teológicas de tempo prevalecem até fins do século XVIII, quando se consolida a noção de progresso, que delas se desvencilha e na qual “se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (Koselleck, 2006, p.317). Apreende-se o tempo, a partir de então, predominantemente, como progresso, sendo a Revolução Francesa um grande marco dessa nova concepção temporal: desde o final do Setecentos, o conceito de “revolução” não comporta a repetição do passado, implicando, pelo contrário, a busca pela ruptura da continuidade. Isso porque “as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas [...] já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro” (ibidem, p. 318). Daí o “espaço de experiência” não ser mais limitado pelo “horizonte de expectativa”, projetando-se um futuro inédito, num tempo cada vez mais acelerado.

Nesse sentido, o texto *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), de Immanuel Kant (1986), é considerado o escrito inaugural da filosofia da história alemã e um dos primeiros a sustentar, filosoficamente, esse novo conceito do tempo (histórico) como progresso. Nele, o autor afirma que as ações humanas são determinadas por leis naturais universais, as quais indicam “um desenvolvimento continuamente progressivo” das disposições originais de toda a espécie. Por isso, seria tarefa do filósofo “descobrir, neste curso absurdo das coisas humanas, um propósito da natureza que possibilite, todavia, uma história segundo um determinado plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio” (Kant, 1986, p.10). Para tanto, Kant apresenta nove proposições. A oitava assenta que é possível “considerar a história da espécie humana, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política (*Staatsverfassung*) perfeita interiormente e, quanto a este fim, também exteriormente perfeita, como o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade, todas as suas disposições” (ibidem, p.20). Kant propõe, então, uma perspectiva historiográfica teleológica: a história como realização de um plano oculto da natureza; e o tempo histórico pode ser acelerado, por meio da “disposição racional” humana, para se alcançar mais rapidamente tal finalidade, que é, nas palavras do filósofo prussiano, “o advento de uma era tão feliz para os nossos descendentes”. O propósito supremo da natureza, ao qual a história visa, é, enfim, “um estado cosmopolita universal, como o seio no qual podem se desenvolver todas as disposições originais da espécie humana”. Daí apontar a nona e

última proposição desse texto kantiano para a viabilidade de “uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana” (ibidem, p.22). Seria essa, em suma, uma “história filosófica” (ibidem, p.24).

A noção de tempo como progresso (e também como evolução) embasa, ainda que de forma implícita – e com diversas nuances, evidentemente –, importantes discussões filosóficas do século XIX: por exemplo, a dialética de Hegel,<sup>2</sup> o positivismo de Comte<sup>3</sup> e o materialismo histórico de Marx e Engels.<sup>4</sup> Porém, na segunda de suas quatro “considerações extemporâneas”, intitulada *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida* (1874), Friedrich Nietzsche (2014, p.30) rompe com tal noção e critica o excesso de “sentido histórico” dos pensadores de sua época, exagero que conduziria a “uma cômoda renúncia da vida e da ação” e à “edulcoração da vida egoísta ou do ato covarde e vil”, pois “é apenas na medida em que a história serve à vida que queremos a ela servir; mas existe um grau, no exercício e na valorização da história, em que a vida fenece e se degenera”. Ainda de acordo com o filósofo, há três maneiras possíveis de se relacionar com o tempo: a-histórica, histórica e supra-histórica. A primeira é como os animais vivem:

Observe o rebanho a pastar: ele nada sabe do que é ontem e o hoje; saltita aqui e acolá, come, descansa, digere, novamente saltita, noite e dia, dia após dia. Em resumo, preso ao seu prazer e desprazer, estancado no instante, não se entristece nem se enfastia. Ver isso é difícil para o homem, que se vangloria de sua humanidade perante o animal, mas contempla enciumado a sorte deste – pois o homem apenas quer, como o animal, viver sem fastio e sem dor; mas o quer em vão, por não querer como aquele. (ibidem, p.33)

Quanto à segunda maneira, ela diz respeito aos homens históricos: estes “creem que o sentido da existência sairá à luz paulatinamente no decurso de um *processo*; por isso eles só olham para trás, a fim de entender o presente pela consideração do processo até o momento, e aprendem a desejar ansiosamente o futuro” (ibidem, p.42). Finalmente, a terceira é a dos homens supra-históricos, que conseguem ver aquilo que é eterno; para eles, “o passado e o presente são uma e mesma coisa, ou seja, em toda multiplicidade, são tipicamente iguais e, como uma onipresença de tipos perpétuos, são uma imagem paralisada de valor invariável e de significado eternamente idêntico” (ibidem, p.43).

Nesse texto, Nietzsche ataca, em suma, tanto a filosofia positivista, que entende a história como ciência objetiva e neutra, quanto a concepção teleológica hegeliana, que toma a história como progresso do espírito. Desse modo, a crítica ao excesso de sentido histórico e à ideia de progresso na segunda “consideração extemporânea” suscita, como possível contraposição lógica – que não aparece nesse escrito –, um dos conceitos mais relevantes (e mais difíceis) da filosofia nietzschiana: o eterno retorno. Em *Assim falou Zaratustra*, encontra-se um dos principais esboços de tal conceito:

Pois teus animais bem sabem, ó Zaratustra, quem tu és e tens de tornar-te: eis que és o mestre do eterno retorno – é esse agora o teu destino!

Que tenhas de ser o primeiro a ensinar essa doutrina – como esse grande destino não seria também teu maior perigo e maior doença?

Vê, sabemos o que ensinas: que todas as coisas eternamente retornam, e nós mesmos com elas, e que eternas vezes já estivemos aqui, juntamente com todas as coisas.

Ensinas que há um grande ano do vir-a-ser, uma monstruosidade de grande ano: tal como uma ampulheta, ele tem de virar sempre de novo, a fim de novamente escorrer e transcorrer: –

– de modo que todos esses anos são iguais a si mesmos, nas coisas maiores e também nas menores – de modo que nós mesmos somos iguais a nós mesmos em cada grande ano, nas coisas maiores e também nas menores. (Nietzsche, 2018, p.211)

Na doutrina nietzschiana do eterno retorno, o tempo não é progressivo, e sim cíclico: todas as coisas, todas as pessoas e todas as ações retornam eternamente; tudo é sempre igual ao que foi, ao que é e ao que será.

Já no primeiro quartel do século XX, outra concepção filosófica de tempo que foge à ideia de progresso é a de Henri Bergson (2006), particularmente na sua obra *Duração e simultaneidade* (1922). Para discutir a natureza do tempo, o filósofo francês propõe o conceito de duração, que consiste em

[...] uma memória interior à própria mudança, memória que prolonga o antes no depois e os impede de serem puros instantâneos que aparecem e desaparecem num presente que renasceria incessantemente. Uma melodia que ouvimos de olhos fechados, pensando apenas nela, está muito perto de coincidir com esse tempo que é a própria fluidez de nossa vida interior; mas ainda tem qualidades demais, determinação demais, e seria preciso começar por apagar a diferença entre os sons, e depois abolir as características distintivas do próprio som, conservar dele apenas a continuação do que precede no que se segue e a transição ininterrupta, multiplicidade sem divisibilidade e sucessão sem separação, para encontrar por fim o tempo fundamental. Assim é a duração imediatamente percebida, sem a qual não teríamos nenhuma ideia de tempo. (Bergson, 2006, p.51-2)

A duração constitui, em última instância, o próprio tempo; e ambos são, posto que unos, multiplicidades virtuais (Deleuze, 2012, p.68-75). Além disso, “a duração é essencialmente uma continuação do que não é mais no que é. Eis aí o tempo real, ou seja, percebido e vivido. Eis também qualquer tempo concebido, pois não se pode conceber um tempo sem representá-lo percebido e vivido. Duração implica portanto consciência; e pomos consciência no fundo das coisas pelo fato de lhes atribuirmos um tempo que dura” (Bergson, 2006, p.57).

Esse tempo-duração bergsoniano, que só existe enquanto consciência, pode ser relacionado com aquele primeiro estrato temporal da *História do cerco de Lisboa*, isto é, o do narrador. Dessa maneira, as primeiras palavras do romance são

justamente do narrador, as quais, ironicamente semelhantes àquelas do capítulo inicial de *Gênesis*, criam o tempo da ficção: “Disse o revisor” (Saramago, 2019, p.9). Se o tempo de Raimundo Silva e Maria Sara é o passado próximo indicado pelo verbo “disse” e o de Mogueime e Ouroana é o passado distante do cerco de Lisboa, em 1147, o da narração é a duração percebida e vivida por cada leitor no momento da leitura. Logo, o tempo da ficção é único e uno, porém, multiplicidade virtual, ele é composto de três camadas que são elas próprias diferentes tempos. E, para o narrador (irônico demiurgo), todo romance é uma busca pelo tempo que passou, apenas ele efetivamente tempo, embora sempre perdido:

Afinal, é apenas um romance entre os romances, não tem que preocupar-se mais com introduzir nele o que nele já se encontra, porque livros destes, as ficções que contam, fazem-se, todos e todas, com uma continuada dúvida, com um afirmar reticente, sobretudo a inquietação de saber que nada é verdade e ser preciso fingir que o é, ao menos por um tempo, até não se poder resistir à evidência inapagável da mudança, então vai-se ao tempo que passou, que só ele é verdadeiramente tempo, e tenta-se reconstituir o momento que não soubemos reconhecer, que passava enquanto reconstituíamos outro, e assim por diante, momento após momento, todo o romance é isso, desespero, intento frustrado de que o passado não seja coisa definitivamente perdida. (ibidem, p.61)

Uma visão assim deceptiva do romance como desespero e intento frustrado de reconstituir o passado é possível de ser aproximada à compreensão crítica de utopia apresentada por Emil Cioran, na obra *Histoire et utopie* [*História e utopia*] (1960). Para o filósofo romeno, “*toutes les sociétés sont mauvaises*” (Cioran, 2014, p.20);<sup>5</sup> daí a necessidade da utopia, definida como um princípio de renovação das instituições e dos povos. Mais ainda: a vida sem utopia torna-se irrespirável, pelo menos para a “multidão”; e não há nada perfeito na história. Diante daquela maldade congênita das sociedades e desta imperfeição da história, a utopia (e, pode-se acrescentar, tal como o romance histórico) é uma ficção que adquire as virtudes de um dado primordial: “*Ayant quitté la réalité pour l'idée, et l'idée pour l'idéologie, l'homme a glissé vers un univers dérivé, vers un monde de sous-produits, où la fiction acquiert les vertus d'une donnée primordiale*” (ibidem, p.22).<sup>6</sup> Conforme Cioran, uma sociedade subsiste somente na medida em que ela cria ficções, alimenta-as, preserva-as e a elas se liga fortemente. Entretanto, cada civilização acredita que seu modo de vida é o único bom e adequado, e que a esse modo ela deve converter o mundo, à força se for preciso; por esse motivo, o filósofo romeno afirma ser a utopia “*une féerie monstrueuse*” (ibidem, p.40).<sup>7</sup>

Além disso, especificamente quanto aos conceitos de tempo e de história, Cioran assevera que os tempos históricos só avançam pisoteando, esmagando as massas. Por conseguinte, deve-se concluir que a história não tem, absolutamente, uma essência angelical; na realidade, nela não se concebe outro desejo senão o de promover a amargura na dignidade de uma gnose: “*Cadre où nous accomplissons le contraire de nos aspirations, où nous les défigurons sans cesse, l'Histoire*

*n'est assurément pas d'essence angélique. À la considérer, nous ne concevons plus qu'un désir: promouvoir l'aigreur à la dignité d'une gnose*" (ibidem, p.54-5).<sup>8</sup> E se a sabedoria recomenda a felicidade dada, existente, o homem, por ser um "animal histórico", deseja a felicidade imaginada; conseqüentemente, os sonhos humanos de um mundo melhor fundam-se numa impossibilidade teórica:

*De gré ou de force, nous misons sur l'avenir, en faisons une panacée, et, l'assimilant au surgissement d'un tout autre temps à l'intérieur du temps même, le considérons comme une durée inépuisable et pourtant achevée, comme une histoire intemporelle. Contradiction dans les termes, inhérente à l'espoir d'un règne nouveau, d'une victoire de l'insoluble au sein du devenir. Nos rêves d'un monde meilleur se fondent sur une impossibilité théorique.* (ibidem, p.109)<sup>9</sup>

Contudo, o autor também aponta alguns méritos da utopia, sendo o principal deles denunciar os malfeitos da propriedade, o horror que ela representa, as calamidades de que ela é causa. Por isso, é um orgulho e uma revelação descobrir que nada pertence a ninguém: "*Quelle fierté de découvrir que rien ne vous appartient, quelle révélation!*" (ibidem, p.115).<sup>10</sup>

No sexto e último ensaio que compõe *Histoire et utopie*, Cioran trata da Idade de Ouro. Para tanto, cita inicialmente a descrição de Hesíodo em *Os trabalhos e os dias* e, em seguida, relaciona a Idade de Ouro ao Paraíso bíblico (do livro de *Gênesis*). Nos dois casos, de acordo com o filósofo romeno, o que reina é "o eterno presente", isto é, um tempo forjado por oposição à própria ideia de tempo. E, no mito da Idade de Ouro, foi Prometeu o responsável por arrancar o ser humano desse eterno presente. Para Cioran, então, a passagem das idades míticas (ouro, prata, bronze e ferro) marca a progressão da queda humana. Assim, "*tombés sans recours dans l'éternité négative, dans ce temps éparpillé qui ne s'affirme qu'en s'annulant, essence réduite à une série de destructions, somme d'ambigüités, plénitude dont le principe réside dans le néant, nous vivons et mourons dans chacun de ses instants, sans savoir quand il est, car à la vérité il n'est jamais*" (ibidem, p.126).<sup>11</sup> O ser humano vive e morre em cada um dos instantes da eternidade negativa, desse tempo disperso que só se afirma anulando-se; por ter caído da Idade de Ouro ou do Paraíso, o homem vive e morre no tempo sem saber quando é, pois na verdade nunca é. E, precisamente, o que a utopia busca conciliar é o eterno presente com a história. Portanto, "*L'utopie est un rêve cosmogonique au niveau de l'histoire*" (ibidem, p.130);<sup>12</sup> mas a harmonia, universal ou não, nunca existiu nem jamais existirá.

Depois de toda essa devastação filosófica dos conceitos de utopia, história e tempo, Cioran revela, no final da obra, o único paraíso possível: "*Point de paradis, sinon au plus profond de notre être, et comme dans le moi du moi*".<sup>13</sup> Todavia, como questiona o próprio filósofo: esse novo paraíso no mais profundo do ser, e como que no "eu" do "eu", não seria uma mera substituição daquele "fantasma" da Idade de Ouro por outro, isto é, pelo "eu original", que evoca o vazio e, no fim das contas, a ele se reduz? A essa questão responde Cioran com



outra pergunta, que encerra o texto de modo inquietante: “*Soit! Mais un vide qui dispense la plénitude ne contient-il pas plus de réalité que n’en possède l’histoire dans son ensemble?*” (ibidem, p.142).<sup>14</sup>

Em *La chute dans le temps* [*A queda no tempo*] (1964), obra publicada quatro anos depois de *Histoire et utopie*, há outras significativas reflexões cioranianas acerca do tempo. Dessa forma, para examinar essa “queda no tempo”, o autor realça que, quando se contempla a passagem dos instantes, não se distingue nada além de uma sucessão sem conteúdo, tempo abstrato que perdeu sua substância, “variedade do nosso vazio”. Mas o tempo não é feito para ser conhecido, e sim vivido. Pelo conhecimento de si mesmo, paga-se sempre muito caro: num universo explicado, nada teria sentido, porque a consciência significa distância. Ademais, “*après avoir gâché l’éternité vraie, l’homme est tombé dans le temps, où il a réussi, sinon à prospérer, du moins à vivre: ce qui est certain, c’est qu’il s’en est accommodé. Le processus de cette chute et de cet accommodement a nom: Histoire*” (Cioran, 1981, p.191).<sup>15</sup> Ou seja, para o filósofo romeno, a história é o processo da queda do ser humano (que caiu da verdadeira eternidade), bem como de sua acomodação no tempo. Com a queda, o homem perdeu sua inocência original e adquiriu a consciência; e, almejando superar-se incessantemente, ele confunde devir e progresso. Tudo muda, mas raramente – talvez nunca – para melhor: o progresso é apenas a versão profana da queda.

No entanto, há ainda outra queda possível: cair não da eternidade, e sim do próprio tempo, e cair dele é cair da história. O tempo, porém, constitui o elemento vital do ser humano; então, restaria – como ruminação dessa perda dupla – apenas o tédio, que é o estado normal, o modo de sentir oficial de uma humanidade ejetada, finalmente, da história: “*Avoir perdu et l’éternité et le temps! L’ennui est la rumination de cette double perte. Autant dire l’état normal, le mode de sentir officiel d’une humanité éjectée enfin de l’histoire*” (ibidem, p.193).<sup>16</sup> Chegando a esse extremo, o homem terá somente uma saída: conquistar uma segunda inocência e, recomeçando o conhecimento, edificar outra história, desagravada da antiga maldição.

Na *História do cerco de Lisboa*, aquele “não” que o revisor Raimundo Silva adiciona ao livro do historiador seria uma tentativa de edificar outra história? Como pondera Cioran, “*il n’est nullement improbable qu’une crise individuelle devienne un jour le fait de tous et qu’elle acquière ainsi, non plus une signification psychologique, mais historique. Il ne s’agit pas là d’une simple hypothèse; il est des signes qu’il faut s’habituer à lire*” (ibidem, p.191).<sup>17</sup> A crise individual de Raimundo Silva, ao tornar-se um fato comum a todos os portugueses com o referido “não”, adquire, portanto, uma significação histórica.

Além do “não” do revisor, outro tema central do romance é o cão rafeiro com o qual Raimundo Silva depara nas Escadinhas de S. Crispim, durante suas andanças por Lisboa, que, guiadas pelas informações contidas no texto do historiador, procuram refazer os caminhos do cerco:

Senta-se num degrau para recobrar-se do susto, enxota um cão que se aproximara de focinho estendido, a beber-lhe os ares, e tira do bolso os papéis que separara do maço das provas, desdobra-os, alisa-os sobre os joelhos.

[...] O cão aproximou-se outra vez, agora Raimundo Silva olha-o apreensivo, sabe-se lá se não estará raivoso, uma ocasião, não se lembra onde, leu que um dos sinais do terrível mal é a cauda caída, e este rabo não demonstra grande vigor, mas será por causa do mau passadio, que bem se lhe veem as costelas ao bicho, e é sinal também, mas esse decisivo, a sinistra baba escorrendo das fauces e colmilhos, ora o rafeiro em presença, se saliva, será por estímulo de um cheiro de comida em preparação aqui nas Escadinhas de S. Crispim. O cão, tranquilizemo-nos, não está raivoso, se fosse no tempo dos mouros, talvez, mas agora, numa cidade como esta moderna, higiênica, organizada, até mesmo esta amostra de cão vadio é de estranhar, provavelmente tem-no salvado da rede frequentar de preferência este caminho desviado e íngreme, que requer perna ágil e fôlego de rapaz, bondades que não confluem inevitavelmente nos apanhadores de cães. (Saramago, 2019, p.75-6)

Marcos Aparecido Lopes (2005, p.322) sintetiza a importância de tal episódio nos seguintes termos: “Ao continuar sua redescoberta da cidade, mais precisamente ao descer as Escadinhas de S. Crispim, Raimundo Silva encontrará um cão rafeiro que lhe chamará a atenção. Motivo recorrente na narrativa, o cão rafeiro e faminto será associado à situação dos sitiados do cerco de Lisboa. Pode-se dizer que sua figura também constitui uma metáfora cuidadosamente elaborada ao longo do relato”. E é essa metáfora da figura do cão que reaparece para encerrar a narrativa:

Na minha ideia, Ouroana vai voltar para a Galiza, e Mogueime irá com ela, e antes de partirem acharão em Lisboa um cão escondido, que os acompanhará na viagem, Por que pensas que eles se devem ir embora, Não sei, pela lógica deveriam ficar, Deixa lá, ficamos nós. A cabeça de Maria Sara descansa no ombro de Raimundo, com a mão esquerda ele acaricia-lhe o cabelo e a face. Não adormeceram logo. Sob o alpendre da varanda respirava uma sombra (Saramago, 2019, p. 386).

Nesse trecho final do romance, aqueles três estratos do tempo se confundem no presente da leitura: as histórias de Raimundo-Mogueime e Maria Sara-Ouroana apresentam-se, enfim, temporalmente indistintas. Quanto ao narrador, ele oscila, perdido no tempo, entre o presente e o passado: “descansa”, “acaricia-lhe”, “adormeceram”, “respirava”. E o futuro é uma sombra que respira sob o alpendre da varanda, ou seja, o futuro é utopia, um vazio que dispensa a plenitude religiosa, moral ou histórica. O cão utópico, sombra do tempo da ficção, é dúvida eterna que ressurge em eterno retorno.

## Notas

- 1 “A ironia significará, então, coisas diferentes para os diferentes atores. Do ponto de vista do *interpretador*, a ironia é um movimento interpretativo e intencional: é criar ou inferir *significado* além e diferente do que é afirmado, juntamente com uma *atitude* em relação tanto ao dito quanto ao não dito. O movimento é usualmente desencadeado (e depois dirigido) por evidências textuais ou contextuais conflitantes ou por marcadores socialmente acordados. No entanto, do ponto de vista do que eu também (com reservas) chamarei o *ironista*, a ironia é a transmissão intencional tanto de informações quanto de atitudes avaliativas, para além daquilo que é explicitamente apresentado” (tradução minha).
- 2 “Hegel usou o termo *dialética* para designar um processo que dá origem a uma oposição, entre uma tese e uma antítese, que tem em si um impulso para ser resolvida por uma síntese, uma combinação em que os elementos conflitantes são preservados e de algum modo conciliados. Um exemplo é a oposição entre o ser e o não ser, superada na sua síntese, o devir. Toda a síntese dará por sua vez origem a um novo oposto, e assim por diante” (Mautner, 2011, p.212).
- 3 “A partir de Auguste Comte, a *filosofia positiva* e o *positivismo* são usados para designar uma mundividência que se considera estar em sintonia com a ciência moderna, rejeitando assim a superstição, a religião e a metafísica como formas pré-científicas de pensamento que irão dar lugar à ciência positiva no progresso contínuo da humanidade” (ibidem, p.590).
- 4 “Com este nome [materialismo histórico] Engels designou o cânon de interpretação histórica proposta por Marx, mais precisamente o que consiste em atribuir aos fatores econômicos (técnicas de trabalho e de produção, relações de trabalho e de produção) peso preponderante na determinação dos acontecimentos históricos. O pressuposto desse cânon é o ponto de vista antropológico defendido por Marx, segundo o qual a personalidade humana é constituída intrinsecamente (em sua própria natureza) por relações de trabalho e de produção de que o homem participa para prover às suas necessidades. A “consciência” do homem (suas crenças religiosas, morais, políticas, etc.) é resultado dessas relações, e não seu pressuposto. Esse ponto de vista foi defendido por Marx, sobretudo na obra *Ideologia alemã* (*Deutsche Ideologie*, 1845-46). Em vista disso, a tese do M. histórico é de que as formas assumidas pela sociedade ao longo de sua história dependem das relações econômicas predominantes em certas fases dela” (Abbagnano, 2007, p.652).
- 5 “Todas as sociedades são más” (tradução minha).
- 6 “Tendo abandonado a realidade pela ideia, e a ideia pela ideologia, o homem deslizou em direção a um universo derivado, em direção a um mundo de subprodutos, no qual a ficção adquire as virtudes de um dado primordial” (tradução minha).
- 7 “Uma feeria monstruosa” (tradução minha).
- 8 “Quadro no qual realizamos o contrário de nossas aspirações, no qual as desfiguramos sem cessar, a História não é, seguramente, de essência angélica. Ao considerá-la, não concebemos mais do que um desejo: promover a amargura na dignidade de uma gnose” (tradução minha).
- 9 “De boa vontade ou à força, apostamos no futuro, fazemos dele uma panaceia e, assimilando-o ao surgimento de um *absolutamente outro* tempo no interior do próprio

tempo, consideramos [o futuro] uma duração inesgotável e, no entanto, acabada, como uma *história intemporal*. Contradição nos termos, inerente à esperança de um novo reino, de uma vitória do insolúvel no seio do devir. Nossos sonhos de um mundo melhor se fundam numa impossibilidade teórica” (tradução minha).

- 10 “Que orgulho descobrir que nada lhe pertence, que revelação!” (tradução minha).
- 11 “Caídos irremediavelmente na eternidade negativa, neste tempo disperso que somente se afirma se anulando, essência reduzida a uma série de destruições, soma de ambiguidades, plenitude cujo princípio reside no nada, vivemos e morreremos em cada um de seus momentos, sem saber *quando* é, pois na verdade nunca é” (tradução minha).
- 12 “A utopia é um sonho cosmogônico ao nível da história” (tradução minha).
- 13 “Nada de paraíso, senão no mais profundo de nosso ser, e como no eu do eu” (tradução minha).
- 14 “Que seja! Mas um vazio que dispensa a plenitude não contém mais realidade do que possui a história como um todo?” (tradução minha).
- 15 “Depois de desperdiçar a eternidade verdadeira, o homem caiu no tempo, em que ele conseguiu, se não prosperar, ao menos viver: o que é certo é que ele aí se acomodou. O processo dessa queda e dessa acomodação tem nome: História”.
- 16 “Ter perdido a eternidade e o tempo! O tédio é a ruminação dessa dupla perda. Em outras palavras, o estado normal, o modo de sentir oficial de uma humanidade ejetada, enfim, da história” (tradução minha).
- 17 “Não é, de forma alguma, improvável que uma crise individual se torne um dia fato comum e que assim adquira, não mais um significado psicológico, mas histórico. Não se trata de uma simples hipótese; há sinais que é preciso se habituar a ler” (tradução minha).

## Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammi. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017.

ARNAUT, A. P. *Memorial do Convento: história, ficção e ideologia*. Coimbra: Fora do Texto, 1996.

\_\_\_\_\_. *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne, máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina, 2002.

BERGSON, H. *Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein*. Trad. Claudia Berliner; revisão técnica Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BUENO, A. F. Três momentos do romance histórico de José Saramago. *Boletim do CESP*, Belo Horizonte, v.19, n.24, p.61-82, jan./jun. 1999.

CIORAN, E. M. *La chute dans le temps*. Paris: Gallimard, 1981.

\_\_\_\_\_. *Histoire et utopie*. Paris: Gallimard, 2014.

DELEUZE, G. *Bergsonismo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi; tradução dos textos em apêndice de Lia de Oliveira Guarino e Fernando Fagundes Ribeiro. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOBBI, M. V. Z. *A ficcionalização da história: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HUTCHEON, L. *Irony's edge: the theory and politics of irony*. London; New York: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Org. Ricardo R. Terra; trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; rev. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Puc-Rio, 2006.

LOPES, M. A. *Rosário Profano: hermenêutica e dialética em José Saramago*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MAUTNER, T. (Dir.) *Dicionário de filosofia*. Direção da edição portuguesa de Desidério Murcho; trad. Victor Guerreiro, Sérgio Miranda e Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2011.

NIETZSCHE, F. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. Org. e trad. André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

SARAMAGO, J. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, T. C. C. *José Saramago: entre a história e a ficção, uma saga de portugueses*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

*RESUMO* – O propósito deste artigo é discutir a concepção de tempo na *História do cerco de Lisboa* (1989), de José Saramago. Para tanto, a partir da leitura do romance, recorre-se a considerações filosóficas – de Agostinho, Kant, Nietzsche, Bergson, Cioran e Koselleck – sobre tempo e história. Pretende-se, assim, evidenciar e analisar os estratos temporais dessa *História* saramaguiana com base nas relações entre ficção e filosofia.

*PALAVRAS-CHAVE*: Literatura portuguesa, José Saramago, *História do Cerco de Lisboa*, Tempo, Filosofia.

*ABSTRACT* – The purpose of this paper is to discuss the concept of time in the *History of the Siege of Lisbon* (1989), by José Saramago. To this end, based a reading of the novel, we turn to philosophical considerations – by Augustine, Kant, Nietzsche, Bergson, Ci-

oran and Koselleck – about time and history. Thus, we intend to highlight and analyze the temporal strata of Saramago's *History* based on the relationships between fiction and philosophy.

*KEYWORDS:* Portuguese literature, José Saramago, *History of the Siege of Lisbon*, Time, Philosophy.

*Marcelo Lachat* é professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). @ – marlachat@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-0353-8618>

Recebido em 19.12.2019 e aceito em 12.2.2020.

<sup>1</sup> Departamento de Letras, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil.

José Saramago:  
temas e linguagens

# Um cão perdido na Lisboa medieval de Saramago

JAIME BERTOLUCI<sup>1</sup>

“O cão, com mais de oito séculos de maus tratos no sangue e na herança genética, levantou de longe a cabeça para produzir um ganido lamentoso, uma voz exasperada e sem pudor, mas também sem esperança, pedir de comer, ganindo ou estendendo a mão, mais do que de degradação sofrida de fora, é renúncia vinda de dentro.”

(Saramago, 2003, p.143-4)

ESTA ANÁLISE faz parte de um trabalho mais amplo, um projeto multidisciplinar que desenvolvo junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP como pesquisador colaborador e que visa extrair da prosa de ficção de José Saramago a compaixão que o autor expressa pelo sofrimento que os homens infringem aos animais não humanos, tentando entender a causa dessas atitudes nos contextos filosófico, histórico, social e/ou religioso de cada obra. O objetivo principal é demonstrar o que deveria ser óbvio para qualquer mente minimamente livre-pensante: a compaixão (por homens ou animais) independe de qualquer tipo de religiosidade e, pelo contrário, a ausência de compaixão, a indiferença pelo sofrimento alheio a até mesmo a crueldade podem, paradoxalmente, estar relacionadas a algum tipo de crença religiosa. A ideia para essa pesquisa surgiu do encontro entre meu amor pelos animais e minha admiração pela escrita e pelo pensamento de Saramago, e teve como mote uma pergunta acintosa feita a ele por um dos muitos inconformados com seu ateísmo e exaustivamente citada na internet, mas cuja origem não fomos capazes de determinar:

*Perguntaram a Saramago:* – Como podem homens sem Deus serem bons? Ele respondeu (com uma pergunta perfeitamente especular): – Como podem homens com Deus serem tão maus?

A pergunta parece querer atrelar, de forma ingenuamente linear, a bondade ao teísmo e sugere que a presença daquela seja impossível na ausência deste. Sua resposta ironicamente inquisitiva denuncia a incoerência de certas atitudes de homens que se autodenominam piedosos em relação aos animais, sejam estes humanos ou não. Note-se que ateísmo não é sinônimo de falta de religiosidade ou espiritualidade, pois o budismo, que, não por acaso, se preocupa com o bem-estar de todos os animais a ponto de cultivar o vegetarianismo, é uma religião ateísta (Dalai Lama, 2018).



## **A compaixão**

As bases biológicas das emoções e dos sentimentos vêm sendo desvendadas e estabelecidas na literatura científica graças aos avanços relativamente recentes das Neurociências (e.g., Ekman, 1992; Goleman, 1995; Damásio, 1996, 1999, 2004). António Damásio, conterrâneo de Saramago e neurocientista mundialmente respeitado por suas pesquisas de vanguarda relacionando cérebro e mente, consciência e emoções e sentimentos, classifica a compaixão entre as emoções sociais – ao lado de embaraço, vergonha, culpa, desprezo, ciúme, inveja, orgulho e admiração – aquelas desencadeadas em situações eminentemente sociais e que exercem papéis importantes na vida dos grupos (Damásio, 2011). Fisiologicamente, como no caso de qualquer outra emoção, a compaixão requer estímulos emocionais particulares (imagens, palavras, memórias); sendo desencadeada em uma região específica do cérebro (o córtex pré-frontal ventromediano), é constituída por um programa de ação corporal elaborado e percebida pelo indivíduo como um sentimento (Damásio, 2011). A maioria das emoções sociais originou-se recentemente na nossa evolução, e algumas podem ser exclusivamente humanas, o que é o caso da compaixão pelo sofrimento mental e social de outras pessoas, mas não o da compaixão pela dor física, presente em muitos animais, sobretudo nos primatas e grandes símios. Isso quer dizer que o homem não é o único animal a exhibir esse e, com certeza, outros sentimentos.

Nas palavras do próprio Damásio (2011, p.160):

As emoções sociais incorporam princípios morais e formam um alicerce natural para os sistemas éticos. A vida diária apresenta toda sorte de problemas, e a menos que os indivíduos se comportem de modo compassivo em relação aos demais, as perspectivas de uma sociedade sadia tornam-se muito reduzidas.

Dessa forma, as bases biológicas da compaixão, profundamente enraizada em nossa psique e com origens em ancestrais distantes, quer dirigida a humanos, quer a animais, suportam cientificamente a adoção desse sentimento altamente construtivo no sistema ético de qualquer cultura, independentemente de suas crenças religiosas.

## **O melhor amigo do homem**

Os cães são certamente os animais mais intimamente ligados ao homem, resultado da mais longa história de domesticação conhecida, iniciada há mais de 20.000 anos, em algum lugar do Oriente Médio, a partir de grupos de lobos-cinzentos (*Canis lupus*). Os primeiros registros de cães ajudando o homem na caça consistem em pinturas rupestres encontradas recentemente na Península Arábica, e já revelam o uso de coleiras (Guagnina et al., 2018). Propõe-se que lobos foram inicialmente atraídos para os acampamentos humanos pelo odor de carne, beneficiando-se de ossos e restos de alimento deixados pelos humanos (Ha; Campion, 2019). Os lobos complementavam nossas habilidades sensoriais, quer com seu olfato superdesenvolvido, quer com sua visão a distância apurada, alertando os homens primitivos de perigos e oportunidades de caça.

Os cães mantiveram características juvenis durante o processo de domesticação, um processo chamado pela Biologia de pedomorfose. Tais características, tanto comportamentais (abandar a cauda, engajar-se em brincadeiras, solicitar colo e carinho e lambe a cara das pessoas) como morfológicas (cabeça e encéfalo menores em relação ao tamanho corporal, focinho mais curto e largo, menor número de dentes e olhos mais arredondados), estão associadas a animais mais dóceis, assim selecionados para nos proteger e ajudar na caça (Ha; Champion, 2019). Pesquisadores russos que mantêm um programa de criação de raposas (*Vulpes vulpes*) em cativeiro na Sibéria desde 1959 conseguiram obter filhotes dóceis em apenas seis gerações, mantendo as mesmas características pedomórficas apresentadas pelos cães domésticos.<sup>1</sup>

A associação extremamente longa com o homem, a natureza social dos canídeos de modo geral e o fato de a domesticação não ter envolvido o uso dos cães como alimento,<sup>2</sup> trazendo benefícios mútuos, levou a uma intimidade tão grande entre esses dois mamíferos que somos capazes de entender e nos comunicar com os cães de uma maneira muito particular, sem paralelo no mundo animal, integrando-os aos mais variados aspectos de nossa vida.

Por um lado, os cães tornaram-se especialmente sensíveis aos sinais humanos, sendo capazes de nos solicitar imperativamente um objeto fora de seu alcance (Ha; Champion, 2019), entender sinais e olhares que revelam a localização de uma fonte de alimento escondido, confiando mais no próprio dono do que em qualquer outra pessoa (Hare et al., 2002; Heberlein et al., 2016), e até mesmo compreendendo centenas de palavras, que são capazes de associar a objetos e situações.<sup>3</sup> De fato, sons e odores humanos são percebidos facilmente por nossos amigos caninos, e pesquisas recentes revelaram que o encéfalo de homens e cães realmente processam vocalizações e emoções de modo mais similar do que acreditávamos (Ha; Champion, 2019).

Os homens também desenvolveram a habilidade de compreender os cães. Cachorros de diversas raças exibem mais expressões faciais relacionadas a emoções quando encaram um rosto humano do que quando estão diante de qualquer outro objeto, mesmo que seja alimento (Kaminski et al., 2017). O comportamento de elevar as pálpebras, tornando os olhos maiores em relação à cabeça (característica de filhotes de praticamente todos os mamíferos, incluindo os bebês), desperta nossa simpatia e compaixão, resultando em adoção mais rápida de animais nos abrigos (Waller et al., 2013) e todos os benefícios decorrentes da convivência conosco.

Assim, durante milênios os cães simbolizaram fidelidade, lealdade, amor e proteção, mas uma assimetria de capacidades e sentimentos entre homens e cães tornou evidente um lado sombrio dessa parceria: a população atual de cães do planeta é estimada em cerca de um bilhão, grande parte vivendo como vira-latas em grandes centros urbanos dos países do terceiro mundo, vítimas de abandono, fome, doenças e maus-tratos (Ha; Champion, 2019). Maria Esther Maciel

(2011, p.97), analisando diversos romances de John M. Coetzee que abordam o problema da relação homem-animais em seus diversos matizes, nos ensina que os cães:

Quando amados, recebem toda a gama de afetos, mas quando rejeitados e descartados, passam a representar a escória e, na condição de vira-latas, a ser associados aos humanos que também vivem à margem da vida social e política.

De modo geral, temos mais compaixão pelo sofrimento dos cães do que de qualquer outro animal. Por outro lado, a visão do cão como inferior pode levar os homens a ter dois tipos de comportamentos eticamente censuráveis: maus-tratos ou falta de compaixão pelo sofrimento dos animais e uso da palavra “cão” como vitupério. Em *História do cerco de Lisboa*, José Saramago tem a oportunidade de criticar ambos esses comportamentos, como veremos a seguir.

### **O cão no bestiário de Saramago**

A presença de animais é quase uma constante na obra de Saramago, desde bois puxando carros pesados e touros sendo martirizados em arenas em *Memorial do convento* (Saramago, 1982) até um elefante realizando uma viagem insólita em *A viagem do elefante* (Saramago, 2008), passando por rolas e cordeiros sendo sacrificados em rituais religiosos em *O evangelho segundo Jesus Cristo* (Saramago, 1991), muitas vezes com a clara função de expressar a compaixão do autor pelo sofrimento de homens e animais e criticar as atitudes que o geram.

Contudo, como para a maioria das pessoas, os cães parecem ser os animais prediletos de Saramago, que expressa sem reservas sua identificação com eles (Aguilera, 2010, p.38):

Quando nos Cadernos de Lanzarote eu me pergunto onde acabam meus cães e onde começo eu, ou onde eu acabo e onde começam eles, no fundo tem, não sei, muito a ver com uma espécie de sentimento panteísta, de que não falamos.

Esse amor, nos conta o próprio escritor (Aguilera, 2010, p.71), aconteceu bem tarde em sua vida, pois o pequeno José teve na infância pelo menos duas experiências negativas com cães:

Eu não tinha nenhuma paixão por cães. Quando era pequeno, lá na aldeia, tive duas ou três experiências muito violentas. Até há poucos anos não conseguia escapar a um certo medo do cão. Foram experiências de susto autêntico que não quero nem lembrar.

As tais experiências traumáticas são descritas com detalhes (curiosos, por vezes divertidos) no texto *Entra, encontre a tua casa*, disponível na página da Fundação José Saramago (Saramago 2012). Nesse mesmo texto, em que o lirismo saramaguiano atinge um de seus mais altos graus, pode-se ver como os cães entraram finalmente em sua vida, em Lanzarote, no ano de 1993, despertando sua compaixão, assim como a de Pilar (Saramago, 2012):

Passados muitos muitos anos, noutra terra, debaixo de outro céu, um cão apareceu à minha porta. Tinha fome e sede. Demos-lhe água e comida, e deixámo-lo. Voltou poucas horas depois e olhou para nós. Então dissemos-lhe: “Entra, encontraste a tua casa”. Não foi o único. Outros dois, cada um por seu lado, vieram perguntar se a casa também estava aberta para eles. Dissemos-lhes que sim. Chamam-se, por ordem, Pepe, Greta e Camões. São os nossos cães, e está tudo dito.

Saramago amava seus cães, confessando sua dor pela da morte de Pepe (“Eu não imaginava que se pudesse chorar por um cão como eu chorei”) (Aguilera, 2010, p.71), e era amado por eles na mesma medida, conforme nos conta Pilar Del Río, viúva do escritor (Del Río, 2012):

Quando o cão chamado Camões regressou a casa depois da morte de José Saramago, não conseguiu aceitar a ausência. Esteve inquieto durante o dia, mas quando chegou a noite e não viu o dono nem na cama nem no sofá que ocupava habitualmente, quando uma e mil vezes percorreu o espaço entre os dois quartos, quando percebeu que o dono já não estava nem ia estar, que isso é a morte, uivou, gritou, rasgou-se numa dor que arranha a alma só de descrevê-la.

A partir de sua reconciliação com o mundo canino, Saramago passa a incluir cães em muitos de seus livros, de alguns dos quais muito se orgulha (Saramago, 2012):

Este homem que não se envergonha de confessar que tinha medo dos cães dedicou parte do seu trabalho de escritor a criar, a inventar, a modelar figuras de cão, como se, já que temia os outros, estivesse na sua mão corrigir os erros da natureza. Assim pôs no mundo da literatura o cão Constante de *Levantado do chão*, o cão do fio de lã azul da *Jangada de pedra*, o cão das lágrimas do *Ensaio sobre a Cegueira*. Esse sobre o qual eu disse que, se o que escrevi caísse no esquecimento, ao menos que de mim restasse a memória de ter dado vida a um cão em que palpitava o coração do melhor dos humanos...

É interessante notar que os dois primeiros cães citados pelo autor no trecho acima foram incluídos naqueles romances em 1980 e 1986, antes, portanto, de Pepe, Greta e Camões terem sido adotados.

Os cães ficcionais de Saramago que possuem nomes (curiosamente quase todos acabam sendo chamados de Constante), presentes em *Levantado do chão* (1980), *A jangada de pedra* (1988), *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *A caverna* (2000), *O homem duplicado* (2002) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004), tiveram seus papéis como personagens mais ou menos importantes discutidos por Ferraz (2012).

Em *História do cerco de Lisboa*, originalmente publicado em 1989, Saramago (2003) usa cães para revelar a visão que mouros e cristãos tinham desses animais (e uns dos outros) na Lisboa medieval, que envolve causas religiosas, e para expressar compaixão pelo sofrimento de um animal abandonado na Lisboa moderna.

## **Visão dos cães entre mouros e cristãos**

Nas primeiras páginas do livro, o revisor critica o historiador por este sugerir a presença de “cães e ladrar de cães” na Lisboa medieval moura, “pois ele sabe que o cão, para os árabes, é impuro animal, como o é também o porco, sendo portanto demonstração de crassa ignorância supor que os mouros de Lisboa, tão zelosos, estariam vivendo paredes meias com a canzoada”, e afirma que “Chiqueiro à porta de casa e casota de mastim ou açafate de fraldiqueiro são invenções cristãs” (Saramago, 2003, p.22).

Mais adiante, Saramago lamenta essa visão negativa dos cães por parte dos mouros (“se realmente assim é, faz pena não poder contar mais com a graça de um cão a ladrar à lua ou coçando a orelha atormentada de carraças” (Saramago, 2003, p.22), duvida dela tanto teoricamente (“admitamos que o excluíssem das casas, dos afagos e da gamela, mas nunca do vasto Islão” (Saramago, 2003, p.62) como com base no relato do historiador (“se lembra da descrição que o historiador fez dos horrores da fominha dos sitiados ao cabo dos meses, não ficou vivo nem cão nem gato”; Saramago, 2003, p.62) e a crítica, às vezes com ironia (“se somos tão capazes de levar a vida em paz com as impurezas que são nossas próprias, por que haveríamos de rejeitar violentamente as impurezas alheias” (Saramago, 2003, p.62), e às vezes com mais ironia, prevendo que, devido à fome imposta aos mouros pelo cerco dos portugueses, esses “impuríssimos animais ... começarão a alimentar com a sua suja carne o corpo enfraquecido das criaturas humanas de Alá” (Saramago, 2003, p.256-7).

Sobre a natureza impura dos cães, a página Iqara Islam (2019) manifesta duas opiniões opostas. Para a maioria dos eruditos islâmicos, os cães são impuros, opinião esta baseada nas palavras de Maomé: “Se um cachorro beber de um recipiente seu, purifique-o lavando-o sete vezes, sendo a primeira com areia”. Outro grupo de estudiosos, contudo, ensina que o cão é puro porque todos os seres vivos são puros. Ressalta-se, todavia, que, apesar da impureza dos cães, a Shari’ah islâmica ordena que os muçulmanos sejam gentis e piedosos com todos os animais. A mesma fonte informa que, no verso 5: 4 do Alcorão, Allah diz: “Consultar-te-ão sobre o que lhes foi permitido; dize-lhes: Foram-vos permitidas todas as coisas sadias, bem como tudo o que as aves de rapina, os cães por vós adestrados, conforme Deus ensinou, caçarem para vós”. Ora, esse verso parece indicar que os cães coexistiam intensamente com os muçulmanos, a ponto de serem adestrados para a caça, justificando a descrença de Saramago em uma total exclusão dos cães da vida dos mouros.

### **As palavras cão e perro usadas como vitupérios**

Uma análise detalhada do conflito entre os pensamentos mouro e cristão em *História do cerco de Lisboa* pode ser encontrada no trabalho de Carla Carvalho Alves (2010). Aqui me ateno a analisar as passagens em que as palavras cão e perro são usadas com sentido ofensivo.

A inimizade secular (agora milenar) entre muçulmanos e cristãos atinge seu auge de tensão na Lisboa sitiada de 1147. No romance, todas as combinações de xingamento usando aquelas palavras parecem possíveis, de modo que (1) muçulmanos podem chamar os cristãos de perros (“os muçulmanos chamam perros aos guerreiros da cruz, e muita sorte que não lhes tenham chamado cerdos, pelo menos não consta.” (Saramago, 2003, p.22), mas (2) também de cães (“... salvos também pela vontade de Alá ... pela graça de Quem nos emos libertado da ameaça pavorosa daqueles cães que estão saindo a barra, cruzados são e atravessados sejam...” (Saramago, 2003, p.159-160), (3) um cristão pode chamar um muçulmano de cão (“os fidalgos portugueses que aí vêm ... ao mais cruel adversário não escolhem pior palavra para chamar-lhe, Cão, dizem, e parece não haver outra ofensa que tanto doa, salvo Filho de Cadela” (Saramago, 2003, p.62), (4) as ofensas podem ser concomitantes, o que geralmente leva às vias de fato (“Cão, diz o mouro, Cão és tu, responde o cristão, e ei-los que se batem com lança, espada e adaga...” [Saramago, 2003, p.62]) ou podem-se juntar contra um terceiro desafeto em comum (“[...] dos humanos, que tão mau uso fazem do nome de cão, a torto e a direito o atirando à cara de inimigos, de mouros os cristãos, de cristãos os mouros, de judeus todos juntos” (Saramago, 2003, p.62). O leitor há de ter reparado que aqui nenhum cristão chamou um muçulmano de perro. Para que não saia daqui frustrado, recomendo ler *Os lusíadas* (Camões, 2000):

Andam pela ribeira alva, arenosa,/Os belicosos Mouros acenando/Com a adarga e co a hástia perigosa,/Os fortes Portugueses incitando./Não sofre muito a gente generosa /Andar-lhe os Cães os dentes amostrando;... (Camões, 2000, Canto I, p.32)

Levantam nisto os Perros o alarido/Dos gritos; tocam a arma, ferve a gente, /As lanças e arcos tomam, tubas soam, /Instrumentos de guerra tudo atroam! (Camões, 2000, Canto III, p.79)

Saramago não compartilha desse apego à identidade nacional e dos conflitos de fé, reconhece a alteridade e trata o assunto com ironia e bom-humor, permanecendo fiel a seus princípios de razão, lucidez e bondade.

Sobre uma epifania não realizada (Saramago, 2003, p.17-8):

[...] mas Cristo não quis aparecer aos mouros, e foi pena, que em vez da crudelíssima batalha poderíamos, hoje, registar nestes anais a conversão maravilhosa dos cento e cinquenta mil bárbaros que afinal ali perderam a vida, um desperdício de almas de bradar aos céus.

Sobre as verdadeiras origens do povo português (Saramago, 2003, p.66):

[...] o tempo abre-se em dois ramos para não tocar nesta aldeia rupestre, está assim, a bem dizer, desde os godos, ou os romanos, ou os fenícios, depois é que vieram os mouros, os portugueses de raiz, os filhos e os netos deles, estes que somos [...]

Sobre as pretensas diferenças entre os povos (Saramago, 2003, p.183):

Deu naquelas palavras clara mostra o arcebispo de Braga de saber que Deus e Alá é tudo o mesmo, e que remontando ao tempo em que nada e ninguém tinham nome, então não se encontrariam diferenças entre mouros e cristãos senão as que se podem encontrar entre homem e homem, cor, corpulência, fisionomia [...]

Sobre a superioridade cultural dos árabes, pelo menos na arte do amor (Saramago, 2003, p.262-3):

Claro que os portugueses não são de todo brutos na matéria, afinal as possibilidades dependem de meios mais ou menos comuns a toda a gente, mas falta-lhes evidentemente requinte e imaginação, talento para o movimento subtil, jeito para a suspensão sábia, enfim civilização e cultura.

Sobre a maior coerência do discurso de um mouro que do arcebispo de Braga (Saramago, 2003, p.186):

Confrontando as duas falas, pesou ao revisor ver como um simples mouro a quem faltavam as luzes da verdadeira fé, se bem que com patente de governador, soube, em prudência e eloquência, librar mais alto seu voo que um arcebispo de Braga, apesar de versado em concílios, bulas e doutrinais.

### **O cão das Escadinhas de São Crispim**

A história do revisor insubordinado transcorre basicamente dentro dos limites das antigas muralhas mouras, no bairro medieval de Alfama, que se esparra por uma suave colina coroada pelo Castelo de São Jorge. Raimundo Silva mora na Rua dos Milagres de Santo Antonio, cujo acesso, desde a cidade dita cristã, logo abaixo, à margem do Tejo, se dá pelas Escadinhas de São Crispim, uma série de escadas e patamares com centenas de degraus que traçam um caminho estreito e tortuoso entre as edificações. Em uma de suas idas à casa editorial, enquanto descansa por um momento nas escadinhas, depara-se com um cão sem dono que se aproxima a ver se pode conseguir algum alimento com o estranho (Saramago, 2003, p.61):

O revisor não espera mais, desce precipitadamente as Escadinhas de S. Crispim e só para depois da curva [...] Senta-se num degrau para recobrar-se do susto, enxota um cão que se aproximara de focinho estendido, a beber-lhe os ares [...]

Analisa a figura do cão, teme que esteja raivoso, mas conclui que os aparentes sinais de raiva devem-se antes à fome (Saramago, 2003, p.61-2):

O cão aproximou-se outra vez, [...] sabe-se lá se não estará raivoso, ... um dos sinais do terrível mal é a cauda caída, e este rabo não demonstra grande vigor, mas será por causa do mau passado, que bem se lhe vêem as costelas ao bicho, e é sinal também, mas esse decisivo, a sinistra baba escorrendo das fauces e colmilhos, ora o rafeiro em presença, se saliva, será por estímulo de um cheiro de comida em preparação aqui nas Escadinhas de S. Crispim.

Num pensamento que não se sabe se é do narrador ou da personagem, Saramago ironiza a presença de um cão vadio em uma Lisboa moderna (Saramago, 2003, p.62):

O cão [...] não está raivoso, se fosse no tempo dos mouros, talvez, mas agora, numa cidade como esta, moderna, higiénica, organizada, até mesmo esta amostra de cão vadio é de estranhar, provavelmente tem-no salvado da rede frequentar de preferência este caminho desviado e íngreme, que requer perna ágil e fôlego de rapaz, bondades que não confluem inevitavelmente nos apanhadores de cães.

O cão sente impulsos de seguir o homem, controla o medo, segue-o até certo ponto, mas “não se atreve a continuar, talvez o medo de agora se torne insuportável por lembrança dum susto antigo, gato escaldado de água fria tem medo, o cão também” (Saramago, 2003, p.63). Refugia-se na segurança de seu mundo conhecido, parecendo aguardar que outra pessoa apareça e lhe de atenção.

No segundo encontro com o cão, enquanto se encaram, Raimundo Silva se pergunta “com que personagem de ficções se parece neste momento”, e substituindo o cão por outros animais, imagina-se São Francisco com o lobo, São Marcos com o leão e até mesmo Santo Antonio pregando aos peixes, em um desfile de associações em que Saramago revela todo o seu conhecimento da simbologia das Escrituras e da tradição católica. Apesar de estar se fazendo tarde, Raimundo Silva não consegue abandonar o cão ao seu infortúnio, pois “o ganido passou a choro [...] e o que ele pede, roga, suplica e importuna, como se este simples homem fosse a própria pessoa de Deus, é uma bucha de pão, um osso” (Saramago, 2003, p.144). O vira-latas nem pode mais contar com sua fonte precária de sustento, visto que “agora usam uns contentores de lixo trabalhosos de abrir ou derrubar, daí ser a necessidade muita, meu Senhor”.

A compaixão fala mais alto, Raimundo Silva corre à casa em busca de algum socorro para o cão (Saramago, 2003, p.144):

Posto entre seguir adiante e o remorso de o ter feito, Raimundo Silva resolve voltar a casa para procurar algo que um cão faminto não se atreva a rejeitar, [...] preocupado que vinha com a hora tardia e a ideia de fazer boa figura quando pusesse diante do cão o produto do saque, que vai embrulhado em papel de jornal, um bocado de chouriço cozido, uma fatia de presunto gordo, três bocados de pão, pena não ter ali um osso robusto para a sossega, não há nada melhor, enquanto a digestão se vai fazendo, que um osso para excitar as glândulas salivares e fortalecer a dentadura de um cão.

Encontra o cão no mesmo lugar, sua compaixão aumenta, e ele compara a figura esquelética e faminta do animal à de Cristo moribundo na cruz (Saramago, 2003, p.145):

O cão não se movera, apenas deixara descair a cabeça, o beijo rente ao chão. As costelas salientes, como de Cristo crucificado, tremem-lhe nos encaixes da espinha [...]



Talvez Saramago tenha formado aqui, como eu, a imagem do célebre Cristo crucificado do pintor gótico alemão Matthias Grünewald (1470-1528), painel central do vasto Retábulo de Isenheim, que “deveria servir de consolo aos pacientes do hospital” do mosteiro antonino homônimo, na Alsácia (Beckett, 1997, p.75-7). “Cristo está hediondo”, seu corpo cadavérico, imenso em comparação às demais figuras da cena, parece vergar a trave mal-desbastada da cruz, e as mãos crispadas e os pés retorcidos pela crueldade dos cravos transmitem ao observador uma agonia e um sofrimento que percorrem toda a superfície da pintura, perdendo-se no tenebroso fundo negro e indefinido.

Ainda com medo de uma possível agressão, o cão aproxima-se do jornal estendido, mas “duvida se deve olhá-lo a ele, para prevenir o provável pontapé, ou lançar-se sobre a comida cujo cheiro lhe está estorcegando as entranhas brutalmente, a saliva inunda-lhe os dentes” (Saramago, 2003, p.145). Um lamento dolorido pelo sofrimento de um inocente é lançado (pelo narrador?): “ó deus dos cães, por que fizeste para tantos de nós tão difícil a vida,...” (Saramago, 2003, p.145), para logo em seguida perceber que tendemos a atribuir a algo externo aquilo que só pode existir em nosso interior, incluindo aí nossas culpas e suas respectivas absolvições. Finalmente a fome supera a dúvida, e “o animal avança um pouco, o nariz freme de ansiedade, de repente a comida estava e deixou de estar, abocanhada em dois movimentos desapareceu, e a língua pálida e comprida lambe a gordura impregnada no papel. É um espetáculo miserável este que o destino oferece aos olhos de Raimundo Silva” (Saramago, 2003, p.145).

O homem lembra-se de seu compromisso com a doutora Mara Sara e mal-diz em pensamento o tempo perdido com o cão (“diabos levem o cão, eu feito samaritano, o mais seguro é que não iria a casa buscar comida se fosse uma velha que estivesse a pedir nas Escadinhas de S. Crispim, bem, se fosse uma velhinha talvez sim, mas a apostar que não se fosse um velho” (Saramago, 2003, p.146), mas reflete sobre a inconstância e a relatividade da bondade, sua dependência das circunstâncias, do humor da pessoa e do objeto a que é dirigida e acaba se alegrando com sua própria ação para com o “pobre animalzito”.

A compaixão de Raimundo Silva pelo cão reaparece mais à frente no romance, imaginando-o agora como uma companhia amorosa para sua própria solidão (Saramago, 2003, p.165-6):

[...] que trouxesse consigo o cão das Escadinhas de S. Crispim, que bonito quadro seria um barquinho a remos atravessando o manso esteiro, [...] e um revisor remando, enquanto o cão, sentado à popa, vem bebendo os ares e, nos intervalos, mordendo tão discretamente quanto pode as pulgas que lhe desferem aguilhadas nas partes sensíveis.

Pouco antes de o encontro romântico entre Raimundo Silva e sua editora Maria Sara se concretizar, em duas páginas de puro lirismo, o narrador nos informa que o revisor não encontrou mais o cão nas duas ou três vezes que tomou aquele caminho, que pensou se o animal teria emigrado “para paragens mais

abundantes de restos,” ou se teria finalmente sucumbido à inanição. Lamenta não ter repetido a caridade, mas se perdoa dizendo a si mesmo que “isto de cães, sabe-se como é, vivem com a ideia fixa de ter um dono, dar-lhes confiança e pão é tê-los à perna para sempre, ficam a olhar para nós com aquela ansiedade neurótica e não há outro remédio que pôr-lhes coleira, pagar a licença e metê-los em casa” (Saramago, 2003, p.257). Raimundo Silva concede a si mesmo aquele perdão citado anteriormente. E é esta a última vez que as Escadinhas de S. Crispim, “onde não passa ninguém”, são citadas.

Ao final do romance, nos braços de sua amada à entrada das escadinhas, Raimundo Silva conta a ela que houve ali há tempos (mente) um rafeiro, que desapareceu, que o animal não abandonava o local por nada, que o havia alimentado duas ou três vezes (mente novamente) e que os vizinhos também o faziam (mente pela terceira vez). Diz que ignora se o cão mudou para paragens melhores ou morreu de fome e declara seu remorso por não tê-lo alimentado mais vezes, já que a despesa de trazer-lhe alguns restos ou “comprar-lhe mesmo dessas comidas para cães que há agora” não o levaria à ruína. Raimundo continua repetindo suas culpas, consciente no entanto da falsidade de seu remorso, sente-se ridículo diante de Maria Sara por dedicar tantos cuidados a um cão vadio e espera dela apenas um comentário que o inocentasse, “por exemplo, Coitado do bicho, e foi isto mesmo que ela disse, Coitado do bicho, e logo depois, levantando-se, Vamos” (Saramago, 2003, p.277).

O romance se encerra com um diálogo breve entre os novos amantes, em que o revisor-agora-escritor Raimundo Silva define o destino de suas próprias personagens da história paralela do Cerco de Lisboa, arranjando-lhes, como em um passe de mágica, como companhia de viagem, um “cão escondido” jamais citado na história dentro da história, fundindo as duas ficções em uma só (Saramago, 2003, p.319):

Na minha ideia, Ouroana vai voltar para a Galiza, e Mogueime irá com ela, e antes de partirem acharão em Lisboa um cão escondido, que os acompanhará na viagem, Por que pensas que eles se devem ir embora, Não sei, pela lógica deveriam ficar, Deixa lá, ficamos nós. A cabeça de Maria Sara descansa no ombro de Raimundo, com a mão esquerda ele acaricia-lhe o cabelo e a face. Não adormeceram logo. Sob o alpendre da varanda respirava uma sombra.

Apesar de analistas sugerirem com propriedade, segundo suas próprias interpretações, que a sombra que respirava na varanda é uma metáfora para História, prefiro pensar que Saramago, na voz de seu narrador, como que dando uma última chance para a compaixão de Raimundo Silva manifestar-se, refere-se a uma sombra real de algo concreto, algo que pode servir de anteparo à luz do luar e projetar uma sombra no chão, algo que respira e faz sua sombra respirar, e que por isso não deve ser chamado de algo, e que chamo, para triunfo da compaixão, de o Cão das Escadinhas de São Crispim.

## Notas

1 Cf. *National Geographic*, Brasil, março de 2011, ano 11, n.132.

2 Ewersen et al. (2018) forneceram evidências de que cães podem ter sido usados como uma fonte alimentar conveniente no início do processo de domesticação. Atualmente o consumo de cães restringe-se a algumas culturas, sendo um tabu para a maioria dos povos.

3 Disponível em: <<http://chaserthebordercollie.com>>.

## Referências

AGUILERA, F. G. (Org.) *As palavras de Saramago* – Catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

ALVES, C. C. *Figurações do mouro na literatura portuguesa: o lado errado do mare nostro?* São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BECKETT, W. *História da pintura*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMÕES, L. V. *Os lusíadas*. São Paulo: Klick Editora. 2000.

DALAI LAMA. *Porque a ética é mais importante que a religião*. Harper Collins, 2018.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes* – Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness*, Harcourt, 1999.

\_\_\_\_\_. *Em busca de Espinosa* – Prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *E o cérebro criou o homem*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *A estranha ordem das coisas* – as origens biológicas dos sentimentos e da cultura. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

DEL RÍO, P. Diário de Notícias. 2012. Disponível em: <<https://www.dn.pt/artes/morreu-camoes-o-cao-que-inspirou-jose-saramago-2700936.html>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

EKMAN, P. An argument for basic emotions. *Cognition and Emotion*, v.6, n.3/4, p.169-200, 1992.

EWERSEN, J. et al. Stable isotopic ratios from mesolithic and Neolithic canids as indicator of human economic and ritual activity. *Journal of Archaeological Science: Reports*, n.17, p.356-7, 2018.

FERRAZ, S. *Dicionário de personagens da obra de José Saramago*. S. l.: Edifurb, 2012.

GOLEMAN, D. *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More than IQ*. New York: Bantam Books, 1995.

GUAGNINA, M, M. R. et al. Pre-Neolithic evidence for dog-assisted hunting strategies in Arabia. *Journal of Anthropological Archaeology*, v.49, p.225-36, 2018.

- HA, J.; CAMPION, T. *Dog Behavior - Modern Science and Our Canine Companions*. Academic Press, 2019.
- HARE, B, M. et al. The domestication of social cognition in dogs. *Science*, v.298, p.634-6, 2002.
- HEBERLEIN, M. T. E. et al. A comparison between wolves, *Canis lupus*, and dogs, *Canis familiaris*, in showing behaviour towards humans. *Animal Behaviour*, v.122, p.59-66, 2016.
- IQARA ISLAM. Disponível em: <<https://iqaraislam.com/caes-sao-considerados-impuros-no-islã-e-os-gatos>>. 2019.
- KAMINSKI, J. et al. Human attention affects facial expressions in domestic dogs. *Scientific Reports*, v.7, n.12914, 2017.
- MACIEL, M. E. A vida dos outros - J. M. Coetzee e a questão dos animais. *Aletria*, v.3, n.21, p.91-101, 2011.
- SARAMAGO, J. *Levantado do chão*. Lisboa: Caminho Editorial, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Memorial do convento*. Lisboa: Caminho Editorial, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A caverna*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O homem duplicado*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A viagem do elefante*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Entra, encontraste a tua casa*. Outros Cadernos de Saramago. Disponível em: <<https://caderno.josesaramago.org/158715.html>> 2012.
- WALLER, B M. et al. Paedomorphic facial expressions give dogs a selective advantage. *PLOS ONE*, v.8, n.12, p.e82686, 2013.

**RESUMO** – Com base na *História do cerco de Lisboa* (1989), de José Saramago, discuto aqui como o autor expressa compaixão pelo sofrimento de um cão perdido no bairro lisboeta de Alfama na voz do narrador e das atitudes e pensamentos da personagem principal do romance e a visão que mouros e cristãos tinham dos cães e uns dos outros na Idade Média.

**PALAVRAS-CHAVE:** Romance português contemporâneo, José Saramago, Cães, Compaixão.

**ABSTRACT** – Based on José Saramago's *History of the siege of Lisbon* (1989), I discuss here how the author expresses compassion for the suffering of a stray dog in Alfama, a

Lisbon neighborhood, through the narrator's voice, the attitudes and thoughts of the novel's main character, and how Moors and Christians viewed dogs and each other in the Middle Ages..

*KEYWORDS:* Contemporary Portuguese novel, José Saramago, Dogs, Compassion.

*Jaime Bertoluci* é professor do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), atuando na área de Zoologia de Vertebrados, com ênfase em Ecologia, História Natural, Comportamento e Conservação de Anfíbios e Répteis. É pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados da USP.  
@ – jaime.bertoluci@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-9959-9740>

Recebido em 19.12.2019 e aceito em 4.3.2020.

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Biológicas, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, Brasil.

# Johan Maurits van Nassau-Siegen e os trajes dos ameríndios<sup>1</sup>

FAUSTO VIANA<sup>1</sup>

## Introdução

**E**RA O DIA 12 de agosto de 1644, portanto há 375 anos. Naquela noite, a festa orquestrada por Johan Maurits van Nassau-Siegen seria lembrada por um longo tempo.

A casa era chamada de Mauritshuis, ou a Casa de Maurits. Era uma das casas mais elegantes do centro de Haia, o núcleo administrativo da então República Neerlandesa,<sup>2</sup> e foi construída entre 1633 e 1644. O projeto foi desenvolvido por Jacon van Campen (1596-1657), que teve a assistência de Pieter Post (1608-1669) (Buvelot, 2014, p.11).

Os convidados eram parte da elite política, incluindo David Le Leu de Wilhelm (conselheiro do príncipe Frederik Hendrik, o *stathouder*<sup>3</sup> e cunhado do poeta e diplomata Constantijn Huygens), ministros protestantes e suas esposas (Françozo, 2014, p.176), outras autoridades, membros da família e seus amigos, entre os quais amantes da arte (Buvelot, 2014, p.63).

Houve um espetáculo e os *performers* eram pessoas que nunca antes haviam estado em Haia ou em qualquer outra parte do que um dia viria a ser chamado de Holanda. A possibilidade de os convidados terem visto algo semelhante anteriormente era praticamente nula: eram 11 ameríndios<sup>4</sup> brasileiros. Os “índios selvagens nus”<sup>5</sup> dançaram de acordo com seus próprios rituais, mas eram essencialmente uma parte do plano de Johan Maurits para revelar as maravilhas americanas.

## Johan Maurits van Nassau-Siegen: traços biográficos

Johan Maurits nasceu na cidade de Dillenburg (que atualmente pertence ao território da Alemanha) em 1604. Como Buvelot (2014, p.16) cita,

Ele nasceu em um tempo em que a República Holandesa estava em guerra com a Espanha em um esforço pela independência que duraria 80 anos (1568-1648). Como seu avô Johann, o Velho (1533-1584) – um irmão de William, o Silencioso (1533-1584) – e seu pai, o conde Johann VII de Nassau (1561-1623), Johan Maurits estava destinado a seguir uma carreira militar.

Johan Maurits foi educado na Universidade de Basel e frequentou a Ritterakademie (Academia dos Cavaleiros) em Kassel (na atual Alemanha). Nassau

estudou grego, latim, francês, inglês, italiano, espanhol, teologia, filosofia, matemática, ciência militar, medicina, retórica, história, música, dança e combate em guerra, disciplinas consideradas fundamentais na formação humanista que o padrinho de Nassau e dono do Colegium Mauritianum, Moritz von Hesse-Kassel, julgava serem essenciais para um jovem homem nobre (Françoze, 2014, p.80).

Ele se juntou ao Exército do Estado em 1620, aos 16 anos. Promovido a capitão em 1626, em 1629 participou do “cerco e captura de ‘s-Hertogenbosch, que garantiu ao *Stadholder* Frederick Hendrik, um primo de seu pai, o apelido de ‘conquistador de cidades’” (Buvelot, 2014, p.16).

Mas foi em 1636 que fez sua mais importante conquista: a captura de Schenkenschans, uma fortaleza próxima a Kleve. O cerco tinha começado em 1635, e na ocasião 1.500 homens faziam parte do exército oponente. Em 1636, quando Johan Maurits negociou uma rendição honrosa com o novo governador da Fortaleza, apenas 600 sobreviventes saíram no dia 30 de abril de 1636.

No início do século XVII, a Holanda se tornou o centro comercial da Europa. Já tinha formado um império colonial na Ásia e estava atacando as possessões ibéricas na África e no Novo Mundo – onde estava o Brasil. Os holandeses lentamente abriram seu caminho até o Brasil – em 1540, um mercador da Antuérpia comprou um engenho de cana-de-açúcar na capitania hereditária de São Vicente, no sudeste do Brasil. Eles estavam interessados na produção de açúcar conduzida no Brasil pelos portugueses e no intenso comércio de produtos entre a América do Sul e a África, incluindo prata, ouro, cobre; couro, peles, marfim, pimenta, madeiras e algodão, entre outros (Françoze, 2014, p.49). Os holandeses pilharam a costa da África em 1595 e a cidade de Salvador em 1604.

Esses mercadores tinham se organizado em pequenas associações privadas e estavam concorrendo entre si. Ao mesmo tempo, os conflitos militares e políticos entre a Espanha e a Holanda aumentaram e a última decidiu formar a Companhia das Índias Ocidentais<sup>6</sup> em 1620. De acordo com Françoze, a intenção principal era transferir a guerra com a Espanha para a América. Mas rapidamente o comércio – nem sempre legalizado – começou a ser o foco da Companhia. Em 1624, a esquadra da Companhia ocupou Salvador em menos de 24 horas, ainda que ficassem confinados aos limites da cidade. Os habitantes locais, organizados em guerrilhas e com o apoio que receberam da Europa, atacaram os holandeses e eles se entregaram em 1625. Mas não seria o último ataque holandês.

Em 1630 eles atacaram Pernambuco, conquistando Olinda. Dessa vez, o “poder dos holandeses se estendeu do Ceará ao Rio São Francisco”, de acordo com o historiador Boris Fausto (2007, p.85). Em 1636, eles precisavam de um governador-geral e Johan Maurits estava disponível: por conta de sua carreira militar, os dezenove diretores (Os “Heren XIX” ou “Senhores XIX”, grupo que fazia toda a gestão) da Companhia das Índias Ocidentais o indicaram para a posição (Buvelot, 2014, p.14).

Johan Maurits chegou ao Brasil em 1637 e medidas políticas e financeiras tiveram que ser tomadas imediatamente. Muitos proprietários de engenhos tinham fugido da Bahia quando os holandeses chegaram. Johan Maurits vendeu essas propriedades em condições especiais aos moradores locais, estimulando a agricultura. Em termos de religião, apesar de ser calvinista, ele foi tolerante aos católicos e judeus: duas sinagogas existiram na década de 1640 no Recife.<sup>7</sup> Como parte do seu trabalho, ele tinha que administrar o Brasil Holandês, planejar e coordenar operações de guerra, garantir a produção de açúcar e sua exportação para a Europa. Para que isso acontecesse, já que os ameríndios não trabalhavam sob as condições brutais a que os negros eram submetidos, os holandeses atacaram os fortes portugueses no norte da África e começaram a conduzir o tráfico de escravos transatlântico.

Se os portugueses haviam começado mal suas relações com os nativos no Brasil, Françaço chama nossa atenção para o fato de que para a Companhia das Índias Ocidentais os ameríndios não eram vistos apenas como inimigos selvagens, mas também como possíveis aliados.

Fausto (2007, p.86) diz que Nassau trouxe consigo artistas, naturalistas e acadêmicos para Pernambuco. Entre aqueles estavam Frans Post – o primeiro pintor a registrar paisagens e retratar pessoas no Brasil – e Albert Eckhout. Post e Eckhout, como será visto adiante, produziram documentos importantes sobre a imagem dos ameríndios e o traje que eles vestiam no dia a dia.

Nassau começou a construir uma nova cidade, Mauritsstad (Mauriciópolis), próxima à parte velha da cidade do Recife, onde começou a erguer um palácio e um enorme jardim (Figura 2) para abrigar e expandir seu gabinete de curiosidades,<sup>8</sup> tão em moda na Europa de então.

O prédio, que teve um alto custo, era cercado pelo jardim. O arquiteto pode ter sido Pieter Post, irmão do pintor Frans Post, que esteve no Recife por alguns meses e depois acompanhou a obra a distância. O palácio e o jardim funcionavam de forma integrada para mostrar a coleção de Johan Nassau: enquanto o palácio abrigava os artefatos obtidos dos ameríndios e os trabalhos artísticos produzidos pelos holandeses, os jardins foram construídos para ser o primeiro jardim botânico da América.

Tanto o palácio como os jardins eram imensos em termos de estruturas coloniais. Para se ter ideia das dimensões, examinem-se algumas das pinturas de Eckhout como as das Figuras 3 e 4, respectivamente *Mulato* (1641?) e *Mameluca* (1641). *Mulato* tem 2,74m de altura (por 1,70m de largura) e *Mameluca*, 2,71m de altura (por 1,70m de largura). Françaço (2014, p.97-8), diz que:

[...] o jardim, assim como a coleção de objetos, apresentava também elementos provenientes dos vários outros locais onde as companhias de comércio holandesas haviam instalado colônias ou entrepostos comerciais. Evidentemente, porém, a maioria dos espécimes ali presentes provinha da América do Sul e da costa oeste da África, ou, melhor dizendo, das áreas



em que a Companhia das Índias Ocidentais tinha colônias e comercializava. [...] Havia cerca de 2.000 coqueiros, [...] 252 laranjeiras, além de 600 [outras árvores], que, reunidas graciosamente umas às outras, serviam de cerca e deliciavam os sentidos com a cor, o sabor e o perfume dos frutos. [...] Havia 58 pés de limões grandes, 80 de limões doces...

É importante destacar que o jardim tinha uma função decorativa – que mostrava o poder de Johan Maurits –, mas também era um local para coletar informações e espécimes na natureza americana. Muitos desses foram enviados para a Europa, para outros jardins botânicos e coleções – e o jardim também se tornou um ponto de recepção e adaptação de espécies estrangeiras. Nassau estava em contato com outros holandeses que também mantinham jardins. Nassau era um humanista – e os jardins eram um bom lugar para o desenvolvimento de novos medicamentos. Ele podia manter uma coleção viva e estudá-la bem de perto.

A maior parte dos animais na coleção foi dada a Nassau pelos portugueses que viviam no Brasil Holandês, incluindo os desejados papagaios vermelhos.

Em 1638, quase um ano após a chegada de Johan Maurits em 1637, ele teve um primeiro encontro com os ameríndios. Eles ofereceram para Johan Maurits artefatos plumários, “dados pelos emissários do rei dos tapuias, com presentes, arcos, flechas, lindíssimas penas de ema, com as quais se enfeitam indo para a guerra” (Barleus apud Françaço, 2014, p.116). Esses tapuias eram do grupo de Janduí e se tornariam importantes aliados de Nassau. Naquela ocasião, Nassau notou que aquela era uma oportunidade de expandir relações e se aproximar dos ameríndios – ele sabia que eles eram estrategicamente importantes, e ofereceu presentes a eles e a seu líder, como descrito por Françaço (2014, p.116):

Com a devida cortesia, aceitou-os como dádivas de paz e um começo de concórdia e penhores de benquerença, e, tratando digna e magnificamente aos embaixadores, retribuiu os mimos, mandando-lhe vestimentas de linho, camisas de mulher, facas, chocalhos, miçangas, corais, anzóis, pregos, objetos para eles desconhecidos ou pelo menos raros. Sobremodo contentes com isso, retiraram-se, prometendo persuadir seu rei de aproximar-se do Conde e vir saudá-lo.

A troca de mercadorias foi uma das maneiras encontradas por Nassau para conquistar e manter aliados políticos durante o tempo em que esteve no Brasil. Em 1639, houve uma situação difícil em que as tropas holandesas tiveram que enfrentar a esquadra espanhola, um inimigo comum aos holandeses e ameríndios. Nassau convidou todos os líderes indígenas e os incitou a lutarem contra os espanhóis. Todos aceitaram e receberam de Nassau um presente especial.

Os presentes também foram uma forma encontrada por Nassau para garantir o fluxo constante de peças boas, exóticas e incomuns para sua coleção. Entre as tribos indígenas, as prendas finas recebidas de Nassau os tornavam importantes para outras tribos, garantindo assim a associação dentre os próprios



Figura 1 – Pieter Soutman, *Retrato de Johan Maurits* (1604-1679), *Conde de Nassau-Siegen*, 1647. Água-forte, 42x31 cm. Amsterdã, Rijksmuseum, Rijksprentenkabinet (RP-P-1938-499).

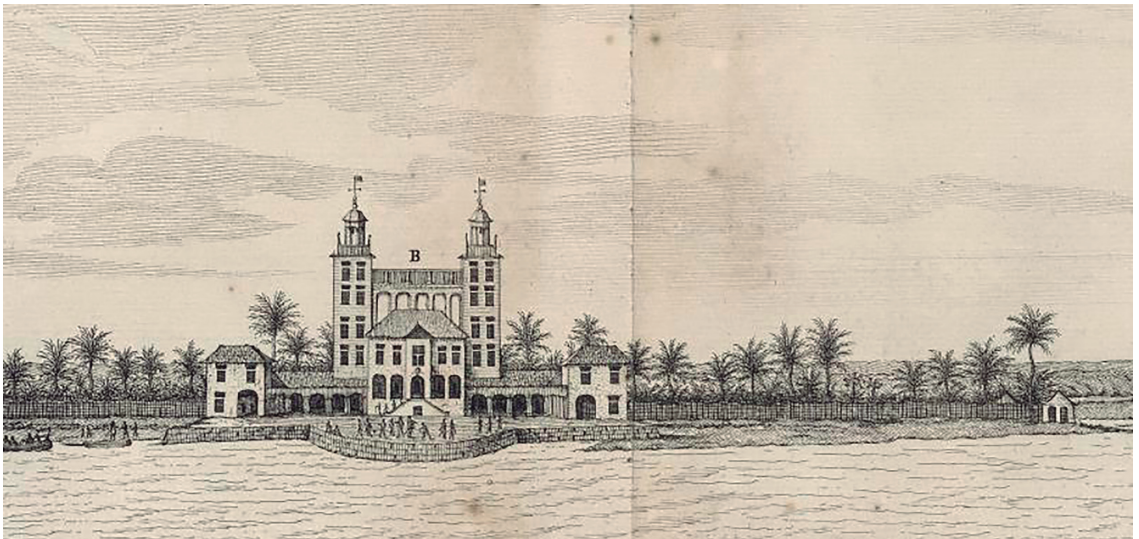


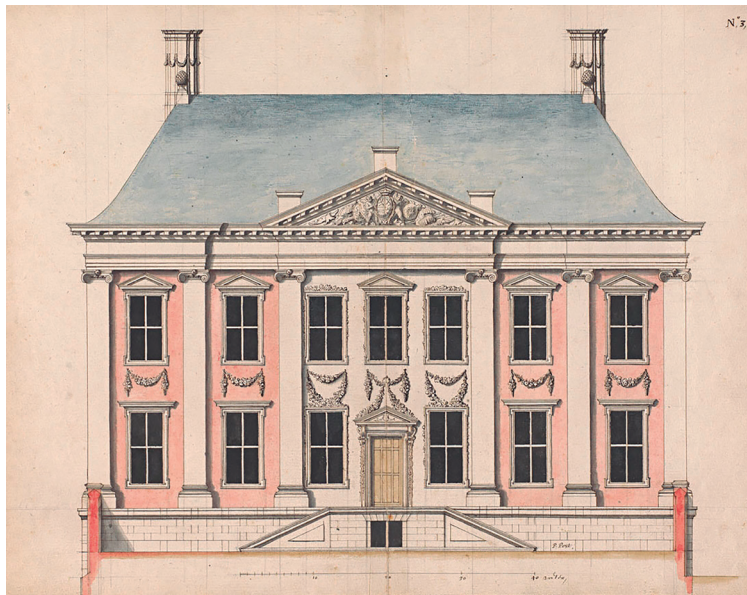
Figura 2 – Frans Post, *Detalhe do Castelo de Vrijburg, a casa de Johan Maurits no Brasil*, 1647. Gravura de placa de cobre sobre papel, 53x 41 cm, Biblioteca Nacional da Holanda (1043 B 14, na p.144 n.38).



Figura 3 – Albert Eckhout, *Mulato*, 1640-44, óleo sobre tela, 274x170cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.38.a5).



Figura 4 – Albert Eckhout, *Mameluca*, 1641, óleo sobre tela, 271x170cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.38.a6).



Fonte: Biblioteca Nacional, Haia. (128-A 34).

Figura 5 – Pieter Post. *Fachada frontal da Mauritshuis*, 1652.

índios, que compartilhavam tudo o que recebiam dos holandeses com outras tribos, como disse um chefe: “Vês, meu filho, como é necessário que eu dê aos tapuias parte do que me ofereceste? Pois, de outro modo, eu ficaria só: não tenho o suficiente para distribuir aos outros chefes” (Françozo, 2014, p.127).

Por volta de 1642, Nassau pensou em retornar para casa. Ele já havia feito fortuna com a exploração de açúcar e, infelizmente, com o comércio de escravos negros da África para as Américas. A atitude soa minimamente contraditória com o que se espera de um humanista.

Ele havia pedido mais tropas para a CIO, bem como mais suprimentos e dinheiro para o governo da colônia, devido ao aumento de ataques de diferentes esquadras. Como justificativa oficial, os diretores disseram que estavam desgostosos com os custos de seu novo castelo e seu jardim. Havia outras razões mais concretas por trás disso: os lucros do açúcar e do comércio de escravos tinham caído.

Nassau foi demitido pelo corpo diretivo da CIO em 1644.

### **A Casa de Maurits (Mauritshaus) e seu Gabinete de Curiosidades**

Johan Maurits van Nassau-Siegen não esteve em Haia durante a construção de sua nova casa, o palácio que seria batizado de La Maison du Sucre, ou a casa de açúcar. As pessoas se referiam à casa assim por conta da enorme quantia de dinheiro que Nassau tinha adquirido com a exploração do tráfico negreiro e os desvios das exportações de açúcar que iam do Brasil para Haia – o que Nassau negava, naturalmente.

A Casa de Maurits também foi, por vezes, apelidada ironicamente de Palácio do Açúcar. Não era apenas uma referência às pedras naturais de cor clara da fachada do edifício, mas também às origens dos rendimentos de Johan Maurits. No Brasil, ele ganhou muito dinheiro para a Companhia das Índias Orientais, e para si mesmo, através da negociação de cana-de-açúcar. A sua realização foi possível graças aos esforços de homens e mulheres escravizados da África. Johan Maurits só foi capaz de construir sua casa em Haia não só graças ao açúcar de cana, mas também à escravidão.<sup>9</sup>

Era – e ainda é, já que ainda existe – uma casa muito grande. O projeto, como visto, foi desenvolvido por Jacob van Campen, que foi assistido por Pieter Post. No entanto, o patrono comissionário, neste caso o próprio Johan Maurits, era muito interessado em arquitetura. Os acadêmicos assumem que ele teve um papel importante no pré-projeto da casa antes de sua viagem ao Brasil.

O terreno foi comprado em três fases: em fevereiro de 1633, março de 1633 e o que seria o jardim foi comprado em 1636. O edifício, como muitos outros nos Países Baixos, tinha que refletir a arquitetura da Antiguidade. A casa fazia parte do classicismo holandês, um estilo que continuaria até o final do século XVII, e teve muitos detalhes clássicos anexados ao projeto, como as ordens das colunas e ornamentos, tais como festões e moldes decorativos (Buvelot, 2014, p.14).

No porão da casa havia duas cozinhas; uma sala de jantar dos empregados; uma adega de cerveja; salas de armazenamento. O piso térreo tinha um vestíbulo, a escadaria, um grande salão e dois apartamentos constituídos por uma antecâmara, o quarto de dormir e um armário e um guarda-roupa no fundo. O primeiro andar abrigava uma grande galeria e um grande salão, e novamente dois apartamentos, como já descritos.

Nassau viu a casa pela primeira vez em 1644, oito anos depois de ter ido para o Brasil. Trouxe com ele material de uma região, a América do Sul, que nunca tinha sido examinada e documentada tão exaustivamente como ele e sua equipe fizeram. Buvelot (2014, p.55) diz que

Quando a frota do conde partiu do porto do Recife em 23 de maio de 1644, contava com treze navios transportando 1200 passageiros e uma valiosa carga de armas sul-americanas, artefatos e joias, móveis de marfim, instrumentos musicais, animais empalhados, penas, couros, conchas e corais, minérios, metais preciosos e pedras, e inúmeros outros objetos.

Essa é basicamente uma descrição de seu gabinete de curiosidades, que foi instalado na casa. Buvelot imagina que a coleção de artefatos etnográficos e outros itens notáveis devem ter sido exibidos em uma espécie de cenário museológico, e por isso é seguro dizer que pelo menos parte da Casa de Maurits já funcionava como um museu no século XVII. Em uma exposição recente, houve a tentativa de recriar as salas de modo parecido com o que elas podem ter sido no século XVII, como na Figura 6.

As luzes da casa estavam como a Figura 7 mostra, na década de 1660. Havia quatro candelabros de cristal, cada um com seis velas, pendurados no canto da cúpula central; no lado da janela, quatro luminárias de prata, no formato de um braço com mão, ficavam penduradas à esquerda e à direita dos espelhos. Havia inúmeras velas nas mesas e perto das janelas.

### ***A performance dos ameríndios e seus trajés***

As recepções na casa de Maurits tinham uma função muito clara, além de mero entretenimento. Aquela festa brasileira, como o historiador Fernando da Cruz Gouvêa (2006, p.184) a chamou, fazia parte de um plano concebido por Johan Maurits para fazer uma declaração enfática sobre suas habilidades e seus méritos como militar, governador e cortesão, sem excluir de tudo isso uma prova de sua mordacidade. Ninguém poderia deixar a casa de Maurits sem ficar surpreso com seu dono e – mais importante – sabendo do que ele era capaz de fazer.

Os convidados, como já mencionado, eram membros da elite política e financeira, incluindo David Le leu de Wilhelm (um conselheiro do príncipe Frederik Hendrik, ministros protestantes e suas esposas e muitas autoridades). Não faltaram família e amigos, entre eles também os amantes da arte. Não se sabe qual foi a comida servida, mas a bebida teve altíssima rejeição – era temperada com pimenta brasileira, ou como Vorstius (professor de Leiden na ocasião) es-



Fonte: Buvelot (2014, p.57).

Figura 6 – Um dos cômodos da Casa de Maurits durante a exposição *Até onde o mundo se estende*, 1979-1980.



Figura 7 – Pieter Philippe, baseado em Jacob Toorenvliet. Banquete na Casa de Maurits em 30 de maio de 1660, por ocasião da visita de Charles II, Rei da Inglaterra, 1660. Gravura. 40x49cm. Amsterdã, Rijksmuseum, Rijksprentenkabinet (RP-P-OB-81.891).



Figura 8 – Albert Eckhout, *Dança dos tarairiu/ tapuias (Tarairiu-dansere)*, 1640-44, óleo sobre tela, 172x295cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.38.b).

creveu em uma carta, depois da festa: “Talvez, se eu pudesse especular, ele (Nassau) [...] quisesse com isso dar um sinal de que não é todo feito de açúcar ou dócil, mas também, como assim se revela, tem vinagre dentro de si” (Françoze, 2014, p.179-80).

Se a casa já era parte do cenário – impressionando os convidados por seu tamanho e qualidade de seus acabamentos –, seu interior pode ter causado medo a muitas pessoas. Como visto, era um tipo de iluminação reduzida, à luz de velas. Se as salas tinham ambientações como a retratada na Figura 6, composta por animais empalhados e grandes pinturas, o resultado final seria bastante peculiar para a elite, família e amigos “desfrutarem”. Vortius, na carta escrita após a festa, lembrou que Johan Maurits mostrou madeiras raras, pinturas, “marfim bruto e esculpido, peles de animais e penas coloridas” (Françoze, 2014, p.179). Algumas das pinturas da casa eram tão grandes como as das Figuras 8, 9 e 10.

Buvelot (2014, p.57) diz que

O lema do Conde “*qua patet Orbis*” (até onde o mundo se estende) foi perfeitamente refletido no interior da Casa de Maurits. Ele mostrou que o proprietário da casa era um verdadeiro cosmopolita cujos interesses e experiências do mundo certamente não tinham ficado confinados à República. Na casa de Maurits, ficava-se cercado pelas maravilhas e riquezas da natureza, lado a lado com as criações de artistas e artesãos, *Naturalia e artificialia*.

Se a missão de Johan Maurits era impressionar os convidados, funcionou com Vortius: “Quanta alegria que todos nos deram. [...] Tudo o que vimos, seguramos, provamos na casa do herói foi maravilhoso e agradável” (Buvelot, 2014, p.64).



Figura 9 – Albert Eckhout, *Homem tapuia (Tapuia-mand)*, 1641, óleo sobre tela, 272x171cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.?).



Figura 10 – Albert Eckhout, *Mulher tapuia (Tapuia-kvinde)*, 1641, óleo sobre tela, 280x176cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.38.a.2).



Figura 11 – Albert Eckhout, *Homem tupi (Tupi-  
-mand)*, 1643, óleo sobre tela,  
272x163cm. Museu Nacional da  
Dinamarca (N.?).



Figura 12 – Albert Eckhout, *Mulher tupi (Tupi-  
-kvinde)*, 1641, óleo sobre tela,  
183x294cm. Museu Nacional da  
Dinamarca (N.38.a.4)

De acordo com França (2014, p.177), Johan Maurits – agora elevado a O Herói! – levou com ele 11 ameríndios<sup>10</sup> quando saiu do Recife, no Brasil. Eles quiseram ir, e isso é peculiar: não foram forçados a ir, nem foram amarrados ou sofreram qualquer tipo de violência. “Embarcaram por iniciativa própria e com certeza tinham seus próprios planos sobre o que fariam na Holanda”, diz a autora (ibidem).

Dois eram tapuias do grupo de Janduí, quatro pertenciam à nação dos Carapatós e Vaiebas e os demais eram cinco “brasileiros”, como Barleus os chamava (*apud* França, 2014, p.177). As pinturas nas Figuras 9, 10, 11 e 12 mostram tapuias, e dão uma ideia do que eles poderiam estar vestindo, já que os trajes utilizados são o maior interesse deste artigo.

### **O espetáculo – a apresentação**

Em algum momento da noite, como David Le Leu de Wilhelm escreveu para seu cunhado Huygens, um grupo de 11 ameríndios entrou na sala.

Quando eles entraram, a porta da sala foi fechada e viram dançar estes selvagens todos nus com suas armas levantadas, como vós vistes na pintura do senhor Post. Eis como se paga a curiosidade de nossos ministros e de suas mulheres. Isso suscitou muitas opiniões e risos entre todas as pessoas. (França, 2014, p.176)

Apesar de mencionar o sr. Post (Frans Post), ele deve ter se referido à pintura de Eckhout mostrada na Figura 8, *Dança dos tapuias*. Buvelot (2014, p.55) disse que os ameríndios fizeram “suas danças nativas”.

Os “selvagens nus” provavelmente não estavam nus. Uma das possibilidades é que vestissem os trajes tapuias das Figuras 11 e 12, descritos por alguns estudiosos como tecidos europeus (linho ou algodão). Johan Maurits tinha um método de pagar os ameríndios com uma quantidade determinada de tecido, uma vez que as atividades solicitadas fossem concluídas (Vries; Dourado, 2002, p.195). Parte de seus corpos estava coberta, mas isso para os europeus poderia significar nudez.

Se analisarmos a *Dança dos tapuias* (Figura 8), veremos

Oito homens tapuias dançando de frente uns para os outros, dispostos em duas filas. [...] Todos os dançarinos têm o mesmo corte de cabelo, enfeites labiais e cordões penianos. [...] Apenas um deles porta dois ossos nas bochechas, enquanto os demais não parecem ter bochechas perfuradas. Todos aparentam trazer algum tipo de enfeite nas orelhas, mas apenas um tampão é visível. Dois dançarinos possuem nas orelhas macios chumaços brancos, os quais, de acordo com relatos da época, eram usados para fazer fogo com o auxílio de uma pua. Todos os homens são retratados usando na cabeça uma faixa estreita marrom, enfeitada com algumas penas longas, além de colares e pulseiras feitos de sementes de cor castanha, normalmente nos pulsos e tornozelos. (Boongart, Ernst van Der *apud* Vries; Dourado, 2002, p.126)

A Figura 9 também é uma boa indicação do que pode ter sido usado em termos de trajas naquela noite. O homem tapuia está usando

Uma faixa de pequenas plumas vermelhas e duas linhas de plumas amarelas e doze plumas longas vermelhas, amarelas e pretas, despontando para cima. Seus adornos faciais consistem em dois adornos cilíndricos de madeira em uma ou nas duas orelhas, dois ossos finos em cada bochecha (também usados por um dos tapuias na cena da dança) e a um adorno de resina verde no lábio inferior. Seu corpo não apresenta nenhuma pintura ou tatuagem que, de acordo com relatos da época, eram comuns entre esses indígenas. Ele carrega nas costas um adereço de plumas de ema (?) preso por um cordão amarrado à cintura. Tem um cordão amarrado com três voltas em torno do seu pênis. [...] Os pelos pubianos e grande parte dos pelos faciais foram removidos. (Boongart, Ernst van Der apud Vries; Dourado, 2002, p.120)

Duas coisas no homem tapuia chamam especialmente a atenção. Uma delas são as sandálias (Figura 13), iguais às que usa a mulher tapuia na Figura 10.



Figura 13 – Detalhe de Albert Eckhout, *Mulher tapuia (Tapuia-kvinde)*, 1641, óleo sobre tela, 280x176cm. Museu Nacional da Dinamarca (N.38.a.2).

A outra é o adereço circular de penas de ema, chamado originalmente enduape, como se pode ver na Figura 14. O que se pode questionar é que esses ornamentos, em princípio, pertenciam às tribos dos tupinambás. Eram de uma etnia distinta e que na época de Johan Maurits já tinha sido domada e domesticada. Notadamente, o uso de penas não era mais comum entre eles, já que os sacerdotes católicos diziam que estas eram objetos do demônio (Berete Due apud Vries; Dourado, 2002, p.120). O homem tapuia tem ainda quatro lanças com pontas de metal (?) e uma espécie de arco com penas, e uma borduna grande de madeira, decorada com penas. Já a mulher tapuia

[...] tem o cabelo aparado como um cogumelo no alto e comprido dos lados, com uma faixa fina em volta da testa separando as duas partes do penteado. Sustentada por uma faixa passada na cabeça, a cesta em suas costas é contornada por duplas linhas pretas e uma faixa preta na borda. [...] Mantido no lugar por um fio fino ao redor da cintura, um chumaço de folhas corre entre suas pernas de maneira a cobrir as partes íntimas. [...] Ela usa sandálias. [...] Seu único adorno corporal resume-se a uma pulseira de pequenas sementes verdes no pulso esquerdo. (Boongart, Ernst van Der apud Vries; Dourado, 2002, p.120)

Desnecessário dizer que a mão que ela segura na sua mão direita e o pé que aparece no cesto indicam que ela é canibal, ou seja, se alimenta com carne humana, o que não é comum a todos os ameríndios. Se alguns são canibais, outros são antropófagos: estes devoram a carne dos homens que derrotam em guerra ou disputas. É um sinal de respeito.



Fonte: STADEN, Hans. *Americae tertia pars: memorabile provinciae Brasiliae historiam continens*. Publicado em 1592 com ilustrações de Theodor De Bry.<sup>11</sup>

Figura 14 – Os tupinambás vestidos com enduapes, adereços de cabeça e mantos.

Cabe mencionar que na casa de Maurits, naquela noite da festa, havia uma enorme coleção de ornamentos de penas. Entre esses estavam os primeiros presentes que Johan Nassau ganhou dos ameríndios em sua primeira reunião em 1637 no Brasil, como visto, e que podem ser aqueles atualmente na coleção do Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague. Vortius disse: “que riqueza de

[...] penas brilhantemente cobertas podiam ser vistas junto lá. Com que habilidade eram feitas as colchas e os adornos de seu sofá nobre harmoniosamente feitos das penas de pássaros indígenas, em cores iridescentes” (Buvelot, 2014, p.273).

Havia uma larga variedade de cocares e mantos de penas, como os das Figuras 15 e 16. Também é possível imaginar que o corpo dos indígenas estivesse pintado, como acontecia normalmente no Brasil, quando as tribos iam para a guerra ou embates físicos. Em 1642, “Schmalkalden escreveu que os tapuias eram um pouco mais altos e com a pele mais morena do que os tupinambás. Ambos os sexos andavam praticamente nus, porém pintavam os rostos e os corpos” (Schjellerup, Inge apud Vries; Dourado, 2002, p.142).



Figura 15 – Cocar de penas de arara. Museu Nacional da Dinamarca, 1600(?), (HC56).

Figura 16 – Manto de penas vermelhas de guará. Museu Nacional da Dinamarca, 1640(?), (HC 52).

### Conclusão

O traje etnográfico foi colecionado na Europa a partir do final do século XVI, como evidência visual da existência dos povos exóticos e misteriosos, disse Lou Taylor (2004, p.67). Agora os etnógrafos do mundo inteiro trabalham juntos para estudar e exibir artefatos com a determinação de explicar sua função original dentro das comunidades que as produziram (Taylor, 2004, p.86).

A principal motivação neste trabalho foi mostrar como o traje etnográfico foi usado como “traje de cena”, muito no sentido contemporâneo – incluindo *body art*, pintura corporal, tatuagem, “maquiagem” e tecido – naquela festa brasileira que aconteceu em Haia, em 1644. Parte da pesquisa indica que de alguma forma e por alguma razão aspectos dos trajes dos ameríndios foram escondidos sob o rótulo de selvagem.

Embora existam muitos viajantes que produziram desenhos antes deles, Frans Post e Albert Eckhout forneceram as principais fontes que permitiram analisar e refletir sobre os trajes usados naquela noite. Post e Eckhout foram os primeiros artistas a virem para o Brasil e a pintar a terra e seu povo. Por essa razão, eles têm que ser valorizados. No entanto, a observação do desenho/gravura da Figura 17 permitiu elaborar outros questionamentos.



Figura 17 – François Carypyra, um guerreiro tabajara. A gravura foi incluída no livro do Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pertencente à biblioteca José e Guita Mindlin na USP.

Por que os ameríndios não foram pintados com suas tatuagens, escarificações e outras características corporais? O guerreiro na Figura 17, como explicado na parte inferior da gravura, tem 24 tatuagens, cada uma feita para registrar a morte de um oponente eliminado. Portanto, matou 24 inimigos, o que o torna poderoso. Questiona-se então se os ameríndios de Post e Eckhout foram representados

sem tatuagens e escarificações justamente para reduzir seu poder diante de Nassau; por falta de informação ou se, coincidentemente, os índios retratados tinham seus corpos sem nenhuma marca – o que parece inverossímil. Um relato de um tupinambá escravizado, anotado pelo frade capuchinho francês Yves d’Evreux e citado pela curadora da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Berete Due, revela claramente o que era para um indígena não ter pinturas ou ornamentos: “Quando eu olho para mim mesmo, um escravo – sem pinturas, sem um ornamento de penas na cabeça, nos braços e nos pulsos – eu preferiria estar morto” (Due apud Vries; Dourado, 2002, p.195).

Ainda assim, sabe-se também que alguns grupos étnicos não usam pintura todos os dias. Alguns deles reservam sua pintura corporal para situações cerimoniais (Vidal, 1992, p.100).

Lux Vidal, uma antropóloga francesa, disse que mesmo no século XX, “apesar da riqueza do material disponível, o estudo da arte e da ornamentação do corpo foi relegado a segundo plano, durante muito tempo, no que diz respeito às sociedades indígenas do Brasil”, adicionando que

[...] apenas recentemente a pintura, a arte gráfica e os ornamentos do corpo passaram a ser considerados como material visual que exprime a concepção tribal de pessoa humana, a categorização social e material e outras mensagens referentes à ordem cósmica. Em resumo, manifestações simbólicas e estéticas centrais para a compreensão da vida em sociedade. (Vidal, 1992, p.13)

Rebecca Parker Brienen, historiadora de arte da Universidade de Miami, acredita que o conjunto dos quadros monumentais pintados por Eckhout tem por objetivo prestar um tributo a Nassau:

Todos os homens portam armas e demonstram apoio ao governador e sua Colônia por meio da força. Todas as mulheres carregam cestos e fazem ofertas a Johan Maurits van Nassau-Siegen – a mulher africana oferece frutos maduros e os prazeres de seu corpo belo e fecundo, e a mameluca, em sua representação da flora brasileira, carrega flores e levanta graciosamente sua saia. A mulher brasileira oferece seu trabalho. A última [...], a mulher tapuia, [...] oferece ao governador a mão e o pé decepados de sua mais recente vítima (Vries; Dourado, 2002, p.90)

Assim, para Eckhout, o corpo “limpo” dos ameríndios das Figuras 8 a 12 também deveria ser entendido como uma homenagem ao conde Johan Maurits, que teve que ser respeitado, honrado e reconhecido como superior, mostrando que como governador da colônia holandesa ele era invencível. O próprio Nassau desejou ser reconhecido assim ao fazer a festa, trazer todos os seus itens colecionáveis e também os índios para realizarem sua performance.

Se o traje for entendido como o conjunto inteiro dos materiais sobre o corpo do performer, é possível dizer que havia um “traje” para essa “apresentação”. Sabemos também que estar nu, surgir nu ou despír-se durante um es-

petáculo pode adquirir significados muito diferentes no palco ou na área de representação cênica – a sala do conde em Haia, no caso da festa brasileira. No caso dos ameríndios, Ernst van der Boongart disse que

A nudez dos dançarinos e a presença de armas podem ter trazido associações com selvageria, agressividade e canibalismo à mente do observador europeu [...] A Dança tapuia [a pintura] pode ser ainda interpretada como uma representação de algo que os europeus achavam notável e admirável em um povo tão “selvagem”, como julgavam ser os Tapuias. (Boongart, Ernst van Der apud Vries. Dourado, 2002, p.128)

Completamente fora do seu circuito de atitudes e de seu meio ambiente, aqueles ameríndios desempenharam um triste papel naquela noite. Se a casa estava cheia de material “valioso” que não podiam se locomover – eram objetos inanimados – os ameríndios foram tratados como objetos que podiam se mover. Como diz Françaço (2014, p.177),

[...] no momento da exibição da dança no palácio do Conde, eles eram uma parte muito especial e peculiar do conjunto de elementos exóticos que Johan Maurits usava para representar e discorrer sobre seu tempo no novo mundo. Ali, naquela sala da Casa de Maurits, o pertencimento a grupos diferentes e a origem desses grupos não eram relevantes e, tampouco, os motivos que os levaram até a Europa.

Eram apenas 11 “selvagens nus” de alguma forma impressionando uma comunidade de pessoas ricas e influentes às quais Johan Maurits estava ansioso para impressionar, para alcançar força militar ou política. Lamentavelmente, não se sabe o que aconteceu com os indígenas depois daquela noite.

Johan Maurits de Nassau-Siegen usou as peças de seu gabinete de curiosidades como presentes para pessoas influentes. Em 1647, foi nomeado *stathouder* do Ducado de Kleve, e só voltaria a Haia para consultas diplomáticas. Buvelot (2014, p.84) diz que “é difícil dizer quantos anos ao todo Johan Maurits gastou na sua casa em Haia. [...] De qualquer forma, ele passou a maior parte do ano de 1675 na Casa de Maurits”. Viveu seus últimos anos em Kleve, em uma casa relativamente simples, que fora construída após o incêndio de sua casa de campo. Foi lá que ele faleceu em 1679.

## Notas

- 1 Este texto foi produzido no âmbito do programa Ano Sabático, do Instituto de Estudos Avançados, no ano de 2018.
- 2 Françaço salienta que nesse período seria mais adequado utilizar os termos República Neerlandesa, Províncias Unidas ou simplesmente Países Baixos. O termo “Holanda” denominava então apenas uma das sete províncias da República Neerlandesa nos séculos XVI e XVII, e não o Estado como um todo. Ver Françaço (2014, p.43).
- 3 Não foi encontrado um termo claro para definir *stathouder* em língua portuguesa. De acordo com a Enciclopédia Britânica, era um intendente executivo de províncias



nos Países Baixos e Holanda, entre os séculos XV e XVIII. Suas obrigações incluíam presidir as assembleias das províncias, controlar e comandar o exército e indicar oficiais importantes. Ver mais em: <<https://www.britannica.com/topic/stadtholder>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

- 4 “Ameríndio – Qualquer membro dos povos indígenas das Américas. Não costuma ser utilizado pelos próprios indígenas, sendo mais restrito aos círculos acadêmicos.” Disponível em: <<https://www.survivalbrasil.org/sobrenos/terminologia>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- 5 Como registrado em uma carta que David Le Leu escreveu para seu cunhado quinze dias depois (Françoze, 2014, p.176).
- 6 Françoze (2014, p.51) aponta que a CIO foi “criada oficialmente por carta-patente em 3 de junho de 1621”.
- 7 Sobre as sinagogas do Recife, ver Novinsky (2015), e Levy (2018).
- 8 Silvia Hunold Lara, professora de história na Unicamp, descreve em linhas gerais o que era um gabinete de curiosidades: são coisas raras e excepcionais juntadas por um colecionador. Colecionar era um hábito bastante difundido entre nobres e burgueses da época moderna, e o que mais os interessava eram “pedras preciosas, plantas e animais exóticos (vivos, secos ou empalhados), conchas, armas, peças de vestuário, objetos de uso cotidiano ou ritual e outros artefatos produzidos por gente distante e diferentes dos europeus” (Lara apud Françoze, 2014, p.21). Ela mesma completa: “coleccionava-se para estudar ou para mostrar” (ibidem).
- 9 Informações disponíveis em: <<https://www.mauritshuis.nl/en/discover/mauritshuis/history-of-the-building/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- 10 Buvelot (2014, p.55) menciona que 12 índios acompanharam Johan Maurits em sua viagem de regresso, do Recife para Haia.
- 11 Disponível em: <<https://archive.org/details/americaetertiapa00stad/page/n3>>. Acesso em: 6 abr. 2019. É importante salientar que esta gravura foi feita por De Bry baseada em um modelo usado por Hans Staden na primeira publicação do seu livro *Duas viagens ao Brasil*. O nome do(s) ilustrador(es) ou gravurista(s) se perdeu ao longo do tempo. O fato é que De Bry nunca esteve no Brasil, e nunca poderia ter feito esta gravura *in loco*, portanto. Essas penas retratadas são muito mais semelhantes às penas de avestruz, cheias, encorpadas, do que às penas de ema, que parecem ser o que as figuras dos índios de Eckhout vestem. A ema é uma ave da América do Sul, enquanto a avestruz é africana. Mas um enduape de penas de ema é menos vistoso, razão pela qual De Bry pode ter optado por estas penas mais volumosas, que deixariam o trabalho mais impressionante, para um público ávido por exotismos como era o europeu do século XVI.

## Referências

- BUVELOT, Q. *Mauritshaus, the building*. The Hague: Mauritshaus, 2014.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FRANÇOZO, M. de C. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

- GOUVÊA, F. da C. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: UFPE, 2006.
- LEVY, D. *De Recife para Manhattan: os judeus na formação de Nova York*. São Paulo: Planeta, 2018.
- NOVINSKY, A. et al. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- TAYLOR, L. *Establishing dress history*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- VIDAL, L. (Org.) *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Edusp, 1992.
- VRIES, E. de; DOURADO, G. M. (Org.) *Catálogo da exposição Albert Eckhout volta ao Brasil*. Copenhagen: Museu Nacional da Dinamarca, 2002.

*RESUMO* – Em 1644, no coração de Haia, na atual Holanda, Johan Maurits van Nassau-Siegen promoveu uma festa para os cidadãos ricos da cidade para exibir seu Gabinete de Curiosidades e suas conquistas no Brasil. Em um momento de terror, houve uma *performance* de 11 nativos brasileiros: todas as portas foram fechadas e os “ameríndios antropófagos” realizaram a sua apresentação, alguns em trajes ritualísticos, outros nus, em escândalo nunca antes visto em Haia e suficientemente forte para perpetuar a imagem do “selvagem da América do Sul” que, de alguma maneira, ainda hoje perdura. Este artigo é sobre trajes e hábitos (não)vestimentares dos indígenas brasileiros, naquela noite e antes dela. Os referenciais teóricos principais são Buvelot (2014) e Françaço (2014).

*PALAVRAS-CHAVE*: Traje de cena, Johan Maurits van Nassau-Siegen, *Performance*.

*ABSTRACT* – In 1644, in the heart of The Hague, in present-day Netherlands, Johan Maurits van Nassau-Siegen promoted a party for the wealthy citizens to display his Cabinet of Curiosities and his conquests in Brazil. In a moment of horror, there was a performance with 11 native Brazilians: all the doors were closed and the “anthropophagous Amerindians” did their presentation, some dressed in ritualistic attire, some nude, in a never seen before scandal in The Hague, powerful enough to perpetuate the image of the “South American savage” that still prevails today. This article is about the attire and the (non)costume habits of the Brazilian Indians. The main theoretical references are Buvelot (2014) and Françaço (2014).

*KEYWORDS*: Costume design, Johan Maurits de Nassau-Siegen, Performance.

*Fausto Viana* é professor livre-docente de História da moda, da indumentária, da cenografia e do traje de cena na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Bacharel em Teatro (1992), mestre (2000) e doutor em artes (2004) pela ECA-USP. Tem um doutoramento adicional em museologia (2010) na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Portugal) e um mestrado em têxtil e moda na EACH-USP. @ – faustoviana@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-4823-3626>

Recebido em 15.4.2019 e aceito em 18.6.2019.

<sup>1</sup> Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.



# Autômatos ideológicos

BENHUR BORTOLOTTO<sup>1</sup>

O PROBLEMA fundamental de *Mayombe* (Pepetela, 2013a) é o da *possibilidade* de haver indivíduos. Uma vez que a resposta esteja, já de partida, dada, o que se impõe, como necessidade filosófica, é a formulação precisa da pergunta. Sua eficácia, portanto, depende das condições de enunciação. Audaciosa ironia do texto de Pepetela, que se vale do romance, forma artística que tem o indivíduo como *necessário*, para *cogitar sua possibilidade*.

A pergunta, para que não seja tomada como mero exercício de estilo, precisa impor-se de tal modo que faça sentido hesitar diante da resposta pronta. Não pretendo reduzir a engrenagem do texto a uma elaboração artística de duas vias em que se expressa, na perspectiva das personagens, uma *performance*, simulacro de um argumento cujo método é analítico – de constituição de uma resposta – e, na perspectiva do leitor, um real argumento de caráter sintético – de explicação da resposta (Arnauld; Nicole, 1992, p.281). O objetivo aqui é compreender de que modo as condições do enunciado permitem que faça sentido se perguntar pela existência do indivíduo, tomado como sujeito último de liberdade. Antecipando, em linhas gerais, o que será minha proposta, pode-se dizer que o romance de Pepetela oferta um contexto limite, em que, de um dado ponto de apreciação, assentir a autonomia do indivíduo torna-se um risco.

## A guerra como metáfora

As oposições fundamentais que dão movimento ao mundo são uma constante histórica tanto da ação humana quanto do pensamento. Ao suprimi-las, Parmênides condena a natureza a um monismo rigoroso e estático, que não comporta qualquer mudança. Antes das concepções metafísicas que propuseram oposições mais sutis a fim de restabelecer o movimento à realidade, Heráclito já havia compreendido que tornar inteligíveis as tensões entre opostos deveria ser a estratégia de apreensão para a multiplicidade e as mudanças do mundo. Sugeri que a guerra é o pai de tudo (Kirk et al., 2010, p.187) e que o impasse é nossa própria condição de sobrevivência.

Pois *Mayombe* é um livro *da e sobre a* guerra que está em curso. Sem Medo é a personagem que expressa a resistência do sujeito a dois condicionantes que se inserem na luta pela independência de maneira decisiva para intensificar o que se pode apresentar como uma *perspectiva de obliteração do indivíduo*: ideologia e tribalismo, respectivamente. A ideia de que esses condicionantes não estabelecem tal perspectiva, e sim a *intensificam*, é tributária do fato, entre outros, de que estão *contidos* na luta armada.

A metáfora, que para Heráclito surge como tentativa de conferir inteligibilidade à mudança, impõe-se como realidade ao povo angolano. Mas em

*Mayombe* a guerra também é, e tem de ser, metáfora, porque, a princípio, parece não haver inimigo – a menos não onde se espera que ele esteja. O tuga, que precisa ser combatido, vencido e humilhado, ludibriado por esguelhas da astúcia quando em vantagem numérica, não adquire, no romance, existência real. Rita Chaves (1999, p.222), em *Pepetela: romance e utopia na história de Angola*, observou que o inimigo não tem “sequer estatuto de personagem”, reduzindo-se a “uma espécie de figuração” ou “sombra que corta o caminho dos guerrilheiros”. Aquele que, *prima facie*, deveria ser o inimigo não se constitui essencialmente e sequer protagoniza as ameaças aos combatentes que, mais do que com as balas do tuga, preocupam-se com a indiferença do povo angolano e sua resistência em aderir à luta pela independência, com a desorganização dos responsáveis pela logística, com o arrivismo no movimento político que articula a guerra, com a sobrevivência na floresta, com a sujeição aos de outra tribo, etc.

Diante dessa ausência, vale recorrer ao panorama oferecido por Jane Tutiikian (2006, p.89) em *Velhas identidades novas*, que faz um mapeamento do papel desempenhado pela literatura no processo de constituição de uma identidade angolana, em suas dimensões histórica e cultural – do qual é partícipe o próprio Pepetela. Ora, com *Mayombe*<sup>1</sup> estamos, portanto, diante de um quadro em que a unidade do país que busca sua independência é extremamente inorgânica, ainda que, sob certo aspecto político, possa ser irrevogável.

Mas a ausência do suposto inimigo, embora suficiente para justificar a tentativa de encontrar no texto uma tensão que não se dê entre Angola e Portugal, não é suficiente para explicar a natureza não extrínseca dos opostos que, no romance, a guerra conjura. Perceber o conflito como um problema de identidade é deslocá-lo para o âmbito da consciência. Isso porque, no limite, *Angola ainda é uma ideia portuguesa* que, em tentativa de adquirir autonomia política, sequer está segura de sua autonomia identitária. Embora cada vez menos, Angola ainda é uma abstração imposta à realidade por seus exploradores, que delimitam suas configurações política e geográfica básicas. Mas, se, por um lado, Angola é uma concepção do colonizador, por outro, a própria noção de um Império Português passou a ser dependente da submissão da colônia, que agora a integra como parte constitutiva de sua identidade – não apenas pela relação de dependência econômica mas também por seu posicionamento numa outra relação, qual seja, a de dominador e dominado.

Tal como na elaboração das consciências e perspectivas de liberdade identificadas por Hegel (1992, p.126 ss.) na dialética do senhor e do escravo, o mando português é constitutivo das identidades em jogo: uma (a portuguesa) que o toma como afirmação; outra (a angolana) que vai, progressivamente, se fazendo autônoma em relação a ele. Ainda: para o povo que se rebela, uma eventual derrota não modifica seu estado corrente, já para Portugal, que se pretende um Império uno e indiviso, do Minho ao Timor, a derrota determina, não apenas em termos políticos e econômicos, mas mesmo identitários, uma nova condição de existência.<sup>2</sup>

Numa tentativa de tornar mais esquemático o argumento, podemos traçar uma linha de apropriação no intento separatista: a guerra de Angola é com Portugal, não com as demais potências europeias cujas respectivas colônias delimitam o território angolano. Ou seja, a guerra de Angola é para ser aquilo que Portugal determina geograficamente que Angola é, mas sê-lo a seu próprio modo e de acordo com seus próprios interesses. Há tanto afirmação quanto negação das *ideias* constitutivas. Um conjunto complexo definiu, com o tempo, um traço de unidade das muitas culturas que a demarcação portuguesa contingenciou. A *língua*<sup>3</sup> e, por antagonismo, *o colonizador* (Bortolotto, 2015, p.32), organizam e pautam os elementos deste conjunto.

O que se tem é, enfim, um problema de *identidade* e de *autonomia* que, embora indissociáveis, não se expressam em termos de igualdades estanques. Deflagrada a guerra, municidas as armas e mobilizadas as tropas, o problema da identidade se põe ao conjunto dos guerrilheiros, fazendo perder-se, em perspectiva, sua expressão mais elementar e suas clivagens mais significativas, que remetem ao próprio indivíduo, cuja ação se desenvolve em contextos que o forçam até os limites de sua ética, seu conhecimento e, ainda, seus signos.

O que temos da guerra real, portanto, é um emaranhado de filiações identitárias que, sob qualquer que seja o aspecto, eclodem e redefinem constantemente suas grandezas. O ponto fixo, cuja constância precisa absorver as rupturas institucionais e a própria fluidez dos signos,<sup>4</sup> é a constituição de uma identidade que opere como substrato de todas essas mudanças. Ora, além de tomá-las, as mudanças, como eventos constitutivos de uma identidade em formação, é necessário, ainda, tomá-las como resultado da autonomia que lhe vai caracterizar. Impõe-se, assim, uma perspectiva de liberdade cuja expressão primeira reporta, em essência, ao indivíduo. Mais: na disputa entre colônia e colonizador há já um desfecho anunciado, de tal modo que os dramas que tomam corpo ao longo do texto são mais os da vitória do que os da derrota,<sup>5</sup> ou seja, mais os da superação da subserviência do que os da sua continuidade.

Tentei fundamentar uma leitura do romance em que se possa definir, a partir da centralidade da guerra, uma disputa que não se dá meramente de modo externo à nação e ao indivíduo, entre colonizadores e colonizados.<sup>6</sup> A engrenagem do romance permitirá identificar, na guerra real, uma ferramenta de decifração para aquilo que de fato está em disputa: a liberdade do indivíduo que ancora as ideias de desenvolvimento de um país cuja identidade, até então dada numa relação de subserviência, adquire uma autonomia que se revela com o terrível assombro de suas *responsabilidades* e seus *limites*.

### **O indivíduo**

A primeira das personagens de *Mayombe* a assumir o papel de narrador, já na segunda página do texto, é Teoria. Do relato sobre seu drama no mundo, face ao problema capital que lhe dá motor à existência, segue-se a decisão que expressa *uma primeira vontade individual que se sobrepõe a um consenso*. Teoria diz

trazer em si o inconciliável. Proscrito do sim e do não, separa as pessoas em dois grupos, “os maniqueístas e os outros”, e acrescenta: “É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta” (Pepetela, 2013a, p.14). Dizê-lo é reivindicar uma condição de raridade, e é nessa condição que insiste em, mesmo ferido, seguir a marcha, contra todas indicações. Afirma estar apto a prosseguir quando, de fato, não está; afirma estar apto a bater em retirada caso necessário; e afirma, ainda, que seu retorno, amparado por outro guerrilheiro, resultaria em um desfalque significativo para o contingente já escasso – ou seja, alega, contrariamente às ponderações do Comissário, que sua permanência é do melhor interesse para o êxito da ação. Há, nisso, um movimento relevante: sua vontade – continuar a marcha com o restante do grupo – se expressa, ainda que Teoria não diga “quero ir *para* ajudá-los”, pela declaração de estar *conforme ao interesse coletivo*. Há, para se valer do jargão kantiano, uma *opacidade motivacional* naquilo que, estando *conforme* ao interesse dos demais, talvez não se dê *pelo* interesse dos demais.

Observemos, no entanto, que a insolubilidade entre agir *conforme* ao interesse coletivo e agir *pelo* interesse coletivo é arditosamente realocada a outra distinção: aquela entre a conveniente declaração dos fins e a garantia dos meios. Ora, dada a natureza do evento, os riscos envolvidos e a responsabilidade com a vida dos outros, as condições físicas de Teoria não são, de forma alguma, secundárias em relação a seu desejo de ajudar. Como apontado pelo Comissário, um soldado combalido pode ser mais prejudicial ao destacamento do que dois soldados faltantes. Mas esse é precisamente um dos pontos de refração com que a personagem conta para fazer valer sua vontade. Sua insistência parece sustentar-se em pelo menos duas posições distintas que Teoria não delimita – deixando-as em aberto para ver por onde poderá obter mais êxito: a primeira, de que, ao contrário do que dá a entender o Comissário, um soldado combalido vale mais do que dois soldados faltantes (negar a validade dessa asserção é colocar seu mérito em disputa); a segunda, de que o sujeito sabe mais de suas condições físicas do que qualquer outra pessoa.

Tanto por aquilo que fala quanto por aquilo que ouve sem assentir, Teoria parece ter uma estratégia: dar ares de certeza quanto ao fim, forçar um impasse no que concerne aos meios, e, deste modo, submeter o *supostamente* incerto ao *supostamente* certo. O absurdo da tentativa de tomar como critério para subordinação dos meios aos fins não a própria natureza da ação mas sim a subjetiva e enviesada aferição das garantias de propósito é expressamente refutada: “Num passeio, um tipo pode agir contra toda a razão, só porque lhe apetece ir pela esquerda em vez de ir pela direita. Na guerra não tem esse direito, arrisca a vida dos outros” (ibidem, p.15).

A resistência de Teoria em acatar a posição do Comissário e de Sem Medo carece de um endosso. O que a personagem obtém não é apenas a autorização para prosseguir mas, mais do que isso, um reconhecimento de validade. Este

reconhecimento vem de Sem Medo, para quem “é evidente que a razão objetiva está do lado do Comissário” (ibidem, p.15). O que se assinala por “razão objetiva” é que o grau de certeza não pode ser o critério para estabelecer, no caso específico, o papel desempenhado pelas partes numa estrutura de subordinação entre o que é finalidade e o que é meio. Ainda assim, Sem Medo assente. Sua justificativa, no entanto, não parece, e nem pretende parecer, em nada mais objetiva do que aquela que Teoria oferecera: “Se foi por teimosia ou não, só ele sabe. [...] Se quer partir a cabeça, se escolheu partir a cabeça, devemos dar-lhe a liberdade de partir a cabeça” (ibidem, p.16). Repousa, assim, sua decisão, sob o abrigo de uma autoridade que faltava ao postulante.

O que o romance vai mostrar, com êxito e relevância, é que existe um princípio para a decisão de Sem Medo, e este princípio não é mera arbitrariedade. Não se trata, com isso, de um transbordo da literatura para uma prescrição ética de natureza particularista, tampouco de um subjetivismo militante ou de um individualismo libertário. O que pretendo mostrar é que esta possibilidade é dada, essencialmente, pela resistência ao que chamei de perspectiva de obliteração do indivíduo.

No início do romance, é Teoria a primeira personagem a assumir a condição de narrador, é ele quem, após reivindicar o lugar especial que atribui aos não maniqueístas, põe-se diante de seus superiores, informando sua decisão em tom de descabida confiança e simulando uma autoridade que se desmente na exata medida em que se expressa, apesar de certa empáfia, na condição de um pedido ou uma súplica. Diz *eu vou para a missão*, mas ir ou não ir depende, mais do que de sua vontade obstinada, da anuência daqueles que enfrenta com postura algo esotérica e pleno de suas convicções. Faz algo típico do herói de aventuras – que, diante de uma necessidade pessoal, posta pela consciência, precisa transgredir formalidades. Mas fazê-lo não lhe garante o protagonismo do texto. É porque, configurada a situação, surge um drama cuja abordagem detalhada é peculiaridade de *Mayombe*: o critério do endosso.

A resposta de Sem Medo (ibidem, p.15), em si, parece ter pouco a oferecer: “eu compreendo o camarada Teoria... Por mim, se ele acha que pode continuar, não me oponho. Mas objetivamente o Comissário tem razão”. O trecho ainda revela uma cumplicidade lacônica entre quem pede e quem consente. Sem Medo reconhece que Teoria tem seus motivos para ir e que este os conhece (“Teoria sabe e pode explicar. Mas não quer, e acho que nisso ele tem razão”), e, uma vez pressionado pelos oficiais mais próximos a ser menos subjetivo, escapa, também ele, de se justificar, esvaziando a “razão objetiva” que há pouco reconhecera na posição do Comissário: “Neste caso? Não, aqui só arrisca a sua [vida], e mesmo isso... Sei que se for necessário bater o xangui, Teoria parecerá um campeão”.

O que se segue, no argumento deste estudo, é a iluminação que o restante do livro pode conceder a esse primeiro diálogo, no qual há ainda uma formulação, da perspectiva de Teoria, que se mostra central: “o Comandante também



tinha um segredo. Como cada um dos outros. E era esse segredo de cada um que os fazia combater, frequentemente por razões longínquas das afirmadas” (ibidem, p.17). A cartografia é retórica, mas marca um ponto: a diferença. Qualquer que seja sua intensidade ou a relação de distância que estabelece, há algo de distinto entre o conjunto do alegado e o conjunto do vivido e, para os autômatos, o que quer que estabeleça a disjunção precisa ser negado.

Não para Sem Medo, solitário convicto para quem a verde clausura do Mayombe acabará por se tornar seu lugar definitivo no mundo. A tragédia da guerra, que se constitui num denominador comum da experiência de todos os homens da base, é, a partir da obstinada solidão de Sem Medo, contraposta às individualidades de cada combatente. Mas, vale reiterar, o texto não é, de forma alguma, um manifesto individualista.

Para o recorte deste estudo, a solução estrutural da narrativa que se faz relevante é o revezamento dos narradores. Em forma de pequenos monólogos, cada declaração é resultado subjetivo da experiência comum da guerra. O primeiro deles, “*Eu, o narrador, sou Teoria*”, já define o tom quase arquetípico que essas intervenções terão ao longo do texto. Não apenas pelos significados comuns dos nomes de guerra dos combatentes (Eu, o narrador, sou Teoria; Eu, o narrador, sou Mundo Novo etc.), que proporcionam ao leitor um acesso já carregado por sentidos ao monólogo, mas, principalmente, porque esses trechos revelam uma determinada estrutura mental de percepção do mundo (ibidem, p.14, 64, 209): “o mundo é geralmente maniqueísta”; “um intelectual, que nada conhece da vida, que não sofreu”; “não tem razão em estar ao lado do Comandante, que é kikongo”. As sentenças, note-se, são afirmações peremptórias que, num registro íntimo e solitário, revelam nuances de uma perspectiva de apreensão essencial do mundo a sua volta. Mas os essencialismos, mesmo os que possam ser considerados mais lúcidos e precisos, ou ainda os triviais, se desfazem, ora na alteridade das narrativas, ora na conduta de Sem Medo, que força um acesso ao que é propriamente subjetivo em seus interlocutores não no refúgio de um monólogo solipsista, mas numa estrutura dialógica em que as subjetividades se expressam diante de uma razão e uma subjetividade alheias. É a constante do livro: Sem Medo, frente a algum de seus companheiros de Movimento, pergunta pela razão que o leva a lutar, não as razões comuns, mas as mais íntimas e verdadeiras.

A busca pelo indivíduo não se dá na tentativa de isolá-lo do contexto social. Ao contrário, o objetivo é inseri-lo numa relação cujos parâmetros de endosso estão condicionados, sobretudo, pela luta armada, que define um sentido comum de apreensão do mundo, pela ideologia e pelo tribalismo. Como quer que se dê essa inserção, ela estabelece, forçosamente, uma estrutura relacional que se perde na totalização a que tende toda ideologia.

Convém ressaltar que a afirmação do indivíduo só adquire sentido num contexto não individualista (que seria, em seus aspectos normativos, mais uma

forma de ideologia) – ou seja, levando em consideração que o indivíduo não é e nem deve ser o parâmetro único de toda ação ou conduta humana –, já que sua afirmação se dá tomando-o como elemento fundamental de uma estrutura maior. Os monólogos demarcam a posição do indivíduo, mas a narrativa em terceira pessoa e a postura política de Sem Medo o inserem em relações com os demais em que o associativo e o dissociativo precisam, como no modelo de Heráclito, coexistir sem que se anulem. O comandante, aliás, o manifesta expressamente em conversa com Mundo Novo (ibidem, p.227-8), ao dizer que seus guerrilheiros “não são um conjunto de homens manejados para destruir o inimigo, mas um conjunto de seres diferentes, individuais” e, reiterando a percepção de Teoria, acrescenta: “cada um com as suas razões subjetivas de lutar”.

Sem Medo, então, insiste em trazer à luz um aspecto da ação política – a luta armada – que, ao mesmo tempo em que estabelece um drama comum a todos os membros do grupo, ainda se adere diretamente a algo de subjetivo. Sua insistência é uma batalha pessoal contra a negação que se impõe ao que é próprio do indivíduo. Antes de retornar à necessidade de negação, vale observar que o que constitui a diferença entre o alegado e o vivido é justamente a dimensão subjetiva do indivíduo que, ao compartilhar com os demais a luta pela sobrevivência, a ideologia política e, em alguns casos, a tribo, ainda tem em si algo de profunda e inexoravelmente seu, que não ganha sentido para além da própria experiência.

Não convém, aqui, definir com maior rigor a constituição ideológica, no caso específico, da necessidade de negar o que é subjetivo, isto é, aquilo que é a marca do indivíduo. É porque o caso específico remonta ao modelo socialista que pauta a ação política do Movimento Pela Libertação de Angola, o que, como cabe à personagem de Sem Medo deixar claro, é contingente. A apreciação política de Pepetela é mais ampla que o momento histórico preciso, que não lhe serve como matriz, mas apenas como ilustração exemplar. O problema está calcado na demarcação sempre insuficiente de padrões prescritivos. Seu limite, embora fundamental para a composição de qualquer modelo político, é invariavelmente deficitário diante do imenso conjunto da experiência humana possível. Noutras palavras: em qualquer que seja o modelo político, a pressão ou a omissão da sociedade e suas limitações operacionais são forças que vão, a seus turnos, incidir sobre a vontade individual, marcando a diferença essencial e fazendo pressão em sua liberdade. O ponto parece ser que, diante de uma limitação natural, negar esta limitação é promover ilusões que de nada servem para a erradicação do limite, que deixa de ser um impasse para o indivíduo, diante daquilo em que acredita, e adquire feições revulsivas ou expiatórias. O impasse entre indivíduo e ideologia, visto de fora, não resulta de uma oposição inconciliável entre termos que sequer são análogos, mas, ainda assim, o impasse força, necessariamente, um recuo, ou seja, o efeito esperado do que seria uma contradição *stricto sensu*. Cabe à precipitação irrefletida engendrar, de improviso, uma causa (o indivíduo) que possa ser limada.

## **A morte, a ideologia e a tribo**

A fim de entender de que modo a ideologia acaba por obliterar o indivíduo é preciso antes considerar as maneiras pelas quais uma opção política desempenha, na distribuição dos signos e dos valores, um papel semelhante ao da própria guerra, que se torna o campo de significação em que a sobrevivência e a luta de cada um adquirem contornos comuns. Propriedade da alma humana a de converter, por confluências mais ou menos naturais, particularidades que, sob certos aspectos, se misturam e confundem. As situações extremas proporcionam uma sensação de pertencimento que acolhe as peculiaridades subjetivas e as organiza, não sem impacto psicológico.

Mas observe-se que, se por um lado a situação limite organiza as condições, primeiro de sobrevivência e depois de significação, os limites políticos da sociedade, artifício que para conferir liberdade precisa cerceá-la, também estabelecem parâmetros de convergência. Ideologia, tomada aqui com um sentido amplo, que abarca o ideal de modelo político, surge como um elemento aglutinador de indivíduos que convergem em suas representações de uma liberdade efetiva na vida em grupo. Mas à representação ideal (de finalidade) aderem-se ainda representações laterais (de condições práticas e de mobilização). “Tu serves-te dos homens, neste momento é necessário. Eu não posso manipular os homens, respeito-os demasiado como indivíduos”, diz Sem Medo (ibidem, p.228-9), apontando o ideal prático de Mundo Novo.

Entre as dificuldades de realização do projeto ideológico de liberdade social, está a divergência na própria noção que o conceito de liberdade adquire no curso interno de desenvolvimento de uma ideia. Contorná-la, seja pela sincera tentativa de elucidação de quem tem absoluta firmeza de suas posições, seja pela mobilização panfletária (ibidem, p.114), é um dos desafios sobre os quais se pode teorizar. Sobreposição constante de noções intelectuais, que, tendo início na definição de um conceito aceitável de liberdade, precisa agora de novas elucubrações conceituais para organizá-lo em contextos específicos e depois para realizá-los, a princípio de modo inerente à sua própria natureza e, em seguida, de modo a fazer frente às adversidades e assim sucessivamente.

A superestrutura ideológica, então, se compõe de maneira a dar conta de um amplo conjunto de divergências, intrínsecas e extrínsecas. O limite – isto é, quando não há, sob todas as diferenças em disputa, um substrato comum, interessa menos do que os distanciamentos parciais, as adesões que a vasta diversidade da experiência humana impede de totalizarem-se. “Posso ser liberalista de vez em quando, pois tenho-te sempre como anjo-da-guarda para me guiar”, diz Sem Medo ao Comissário Político (ibidem, p.160), lembrando-o de seu papel de orientação política, mas reservando-se o direito de resguardar uma dimensão de sua vida para agir conforme a própria consciência. O “posso” do comandante é, para que siga existindo, um “devo”.

Em nome da perspectiva de certa noção de liberdade realizada pelo mo-

delo social pretendido, o discurso pode tolher a liberdade individual de escolha, de aderência ou não, uma vez que lhe sonegue ou adultere informações. Uma variação precisa dessa fórmula é cuidadosamente explorada no romance, cuja sintaxe estrutural define um drama basilar do discurso da formação nacional. A proximidade indébita com o proletariado é um remorso que distorce a realidade: “Para fazer parte da equipa dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. O operário que a isso acede passou muitos anos ou na organização ou estudando. Deixa de ser proletário, é um intelectual. Mas nós todos temos medo de chamar as coisas pelos seus nomes e, sobretudo, esse nome de intelectual”, diz Sem Medo, e completa: “Tu, Comissário, és um camponês? Porque o teu pai foi camponês, tu és camponês? Estudaste um pouco, leste muito, há anos que faz trabalho político, és um camponês? Não, és um intelectual. Negá-lo é demagogia, é populismo” (ibidem, p.112). A *maka* com relação aos intelectuais, que se expressa de diferentes formas ao longo do texto, é concêntrica a problemas de pelo menos duas ordens: primeiro, a legitimidade do próprio discurso de formação, que se constitui teoricamente na experiência literária adquirida nos estudos na Europa e por meio do conhecimento acadêmico – ou seja, a definição de um propósito de liberdade que se organiza conceitualmente de acordo com as ideias produzidas por aqueles que lhes confiscam a autonomia; segundo, a analogia difusa com o próprio drama da liberdade do indivíduo que é sufocada pelas sobreposições teóricas da superestrutura ideológica, uma vez que os intelectuais, ao organizarem sua percepção dos dramas sociais, o fazem conceitual e cientificamente – ou seja, por meio de universais e abstrações –, ao passo que o “homem comum” lida com a apreensão individual e particular.

Quanto à legitimidade, não será necessário explorar a falácia da formulação que, sendo compreensível que surja, não sobrevive a uma análise minimamente cuidadosa. A legitimidade do conhecimento ou, para ser mais preciso, de uma ideia, não é dada por sua nacionalidade, mas por sua fundamentação. De tal modo que expressar aqui uma formulação possível do atrito com os intelectuais não é um endosso de argumento. É importante, de todo modo, notar que, se a própria noção de Angola é dolorosamente tributária do jugo português, os meios de conquista da autonomia reivindicada, em certo sentido, também o são. Como última ressalva a esse problema, vale recorrer à epígrafe do romance, que se utiliza da figura de Prometeu, herança da cultura grega, que rouba dos deuses um conhecimento eficiente também aos humanos (ibidem, p.9, 248).

Está identificada, então, a primeira de duas maneiras relevantes de subjugar o indivíduo à ideologia. É a relação exterior em que se precipita uma aderência enganadora. Há ainda uma relação interior que guarda algumas semelhanças, em características e efeitos, com o elemento tribalista que abordarei adiante. Com o adiamento de alguns de seus aspectos, cabe a formulação sucinta: trata-se do jugo que a estrutura ideológica impõe ao indivíduo que a toma de maneira monóptica, em sua totalidade e sem clareza de seus aspectos constitutivos, como

parâmetro de apreensão do mundo e juízo de ações. A totalidade do *corpus* ideológico adquire um sentido que é imposto a suas partes; um conjunto de ideias cuja formação nem sempre está clara, mas que adquire, mesmo que na falta de clareza, a capacidade de *representar o ideal de formação social*, a *medida do certo ou do errado*, a *posição do indivíduo diante dos demais* – amigo ou inimigo – etc. É nesse sentido que a ideologia tende a uma totalização violenta, já que serve, em termos práticos, ao indivíduo, em muitas esferas distintas: determina o modo de apreensão do mundo, o modo de atuação, os parâmetros éticos do juízo e o situa diante dos demais indivíduos. Drama individual o de quem, para não prescindir do ideológico, abrirá mão de si mesmo. Drama político e cultural o que, na irrefletida negação do indivíduo, inviabiliza o refinamento do *corpus* ideológico.

Se antes da ideologia como campo de significação comum observamos que, de forma mais ampla, é a guerra, como situação limite, que desempenha esse papel, é necessário ter em mente que os contextos agudos, os momentos extremos das crises são, por definição, transitórios. A configuração crítica que perdura não é mais crise, mas um novo estado de coisas. No horizonte, portanto, aparece o retorno às diferenças e ao alcançá-lo se faz necessário saber como agir diante delas. Como prospecto do impasse diante da diferença, *Sem Medo* tem, mais do que suas crenças e intuições, o vislumbre imediato do tribalismo, origem de boa parte dos atritos internos do grupo.

É porque a noção de pertencimento do tribalismo monopoliza a empatia e oferece um critério de legitimação de indivíduos. Um conjunto cultural retém travas tocantes à moralidade, ao epistema e aos costumes que são reproduzidas de modo a forçar uma convergência identitária que se assenta em um critério específico de reconhecimento. O sangue é ora seu signo, ora seu avalista – tradução ou fundamento. Toda similitude humana que transcende a fronteira delimitada pela tribo passa a ser ilegítima. A engrenagem negativa é tal qual a operada pela ideologia e não é o propósito delinear suas peculiaridades genéticas, mas há uma complexidade orgânica e fluida que o romance revela com precisão: tribalismo e ideologia, ao compartilharem certos aspectos funcionais, contribuem para uma mútua intensificação de seus respectivos discursos ao custo de, eventualmente, fragilizarem-se diante dos atritos entre pressupostos e formulações constituídas em percursos socioculturais específicos (ibidem, p.47).

*Sem Medo* é a personagem solitária de Pepetela em *Mayombe* que, a seu modo, cumprirá a mesma função que Aníbal desempenha em *A geração da utopia* (Pepetela, 2013b). Os preconceitos do tribalismo não podem afetá-lo porque o vínculo tribal não tem muito a oferecer. O sangue que traduz e oferece mediação é menos preciso e autêntico que o juízo de quem aprendeu a identificar de maneira menos mediada aquilo que discursos tribais e ideológicos pretendem sintetizar. Os ranços da “ideologia estreita” (Pepetela, 2013a, p.233), que não relativiza, não se convertem em modelo de apreensão do mundo ou fórmula para julgar os homens porque a ideologia é segunda em relação a um propósito

de liberdade do qual a personagem não abre mão. Tampouco acredita que possa ser liberdade se repete, com seus homens, por ascendência de qualquer natureza, a relação de dependência identitária entre dominador e dominado. Sua noção de liberdade, portanto, não pode se realizar às custas da liberdade alheia.

A inquietação humana de *Sem Medo* engendra seu isolamento e lhe permite a visão crítica, a consciência dos limites de sua ação e, com a consciência, os seus riscos. A coragem a que faz referência o nome de guerra não é, portanto, apenas a do guerreiro bravo (ibidem, p.45), mas uma coragem para assumir a dura responsabilidade de julgar por si mesmo.<sup>7</sup> Sua obstinação na busca pela liberdade não o tolhe de uma visão política específica, mas não a toma como parâmetro último. Sabe que abstrair as responsabilidades de uma opção ideológica – qualquer que seja ela – e negar seus limites significa, necessariamente, negar-se a si mesmo ao deparar com a divergência entre o preceito político e a própria liberdade.

A fórmula de *Mayombe* consiste em inserir o indivíduo em cada circunstância de afirmação ideológica, sem revogá-la, mas numa tentativa de introduzi-lo de tal modo que a conduta política seja pautada pela consciência, sua condição de liberdade. A narrativa em terceira pessoa, ao descrever os fatos narrados e referir suas justificativas como proferidas por seus atores nem substitui nem pode ser substituída pela narração solipsista dos monólogos, mesmo quando não parecem divergir fatalmente. Sobretudo porque a imprecisão representativa do que é narrado só se revela nos narradores momentâneos, condicionados, por algo alheio a suas consciências, a negar a distinção entre o narrado e o vivido.

Com *Sem Medo*, ideologia e indivíduo convergem sem a alienação das divergências que força uma ruptura entre discurso e realidade ou, como efeito, entre discurso e ação. O drama individual vai do mais básico (a sobrevivência diante da fome e do inimigo de morte), ao mais abstrato e intelectualizado (a constituição política de uma sociedade), passando pelo amor e o afeto. No cerne dessas inquietações propriamente humanas, está uma personagem que busca nos demais algo de profundamente particular, que seja capaz de mostrar que, no final das contas, tanto sobreviver quanto amar ou construir uma sociedade livre diz respeito àquilo que motiva cada um a lutar e a correr riscos.

O pensamento distópico que Pepetela retratou em *A geração da utopia* já se insinua como ameaça em *Mayombe*. É o paroxismo da “ideologia estreita” que, como se verá n’*A geração da utopia*, terá levado o discurso político revolucionário a assumir o papel autoritário e regulativo que antes era do desempenhado pelo colonizador.

A inquietação humana sobre sua própria natureza adquire, com a sofisticação teórica e o avanço tecnológico e cultural, camadas e camadas que se sobrepõem, incorporando complexidade a ideias cuja envergadura se perde nas limitações do olhar mais breve. Disputas ideológicas dividiram o mundo no século XX e, de certo modo, com oscilação de intensidade, dividem, internamente, as

sociedades cada vez menos autóctones do século XXI. O que se deixa escapar é que para qualquer que seja a posição ideológica defendida há, em sua gênese, uma determinada noção do que seja uma pessoa e uma determinada concepção de liberdade que a ancoram. Mais do que oferecer julgamentos ou formulações parciais, *Mayombe* traz essas concepções ao primeiro plano para que sejam capazes de iluminar aquilo que se perde entre as trivialidades e pressupostos de teorias esvaziadas que, partindo de um ideal de liberdade, tantas vezes se tornam os apreciados e confortáveis calabouços de nossa consciência.

## Notas

- 1 Cf., sobre *Mayombe* especificamente, Vecchia e Reghini (2016, p.291).
- 2 Cf., sobre os desdobramentos da nostalgia do Império Português, Lourenço (1996).
- 3 Cf., sobre o papel desempenhado pela língua portuguesa na conformação das identidades nacionais das colônias portuguesas, Tutikian (2006).
- 4 Cf., sobre a relação entre história, ficção e identidade nas literaturas luso-africanas, Tutikian (2008, p.67).
- 5 Rita Chaves (1999, p.222) apresenta de modo bastante preciso o quadro emocional daquilo que chama de “inexorabilidade que ergue impasses e registra a necessidade de soluções”.
- 6 Cf., sobre as múltiplas instanciações, em que os elementos semânticos são sucessivamente substituídos de modo a preservar estruturas relacionais, Bortolotto (2015, p.32).
- 7 Cf., sobre a coragem necessária para “servir-se de si mesmo” e fazer uso do entendimento, Kant (1985, p.100).

## Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou L'art de penser*. Paris: Gallimard, 1992.
- BORTOLOTTI, B. Revolução, camarada porco. *Via Atlântica*, n.27, 2015.
- CHAVES, R. Pepetela: romance e utopia na história de Angola. *Via Atlântica*, n.2, 1999.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*: parte I. Petrópolis: Vozes, 1992.
- KANT, I. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KIRK, G.; RAVEN, J.; SCHOFIELD, M. Os filósofos pré-socráticos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Leya, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013b.
- TUTIKIAN, J. *Velhas identidades novas*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006.
- \_\_\_\_\_. Os órfãos de passado e a busca do presente. In: *Construções literárias e discursivas da Modernidade*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

VECCHIA, R.; REGHINI, T. Mayombe: presença da guerra, perspectiva histórica e memória na construção do romance. *Cerrados*, n.40, 2016.

*RESUMO* – A fórmula de *Mayombe* consiste em introduzir o indivíduo em cada circunstância de afirmação ideológica, não para negá-la, mas numa tentativa de inseri-lo de tal modo que a conduta política seja pautada pela consciência do sujeito como condição necessária da liberdade.

*PALAVRAS-CHAVE*: Pepetela, *Mayombe*, Angola, História e literatura, Filosofia e literatura.

*ABSTRACT* – The formula of *Mayombe* consists in introducing the individual to every circumstance of ideological affirmation, not to deny it, but in an attempt to insert him or her in such a way that political conduct is guided by the subject's consciousness as the necessary condition of freedom.

*KEYWORDS*: Pepetela, Mayombe, Angola, History and literature, Philosophy and literature.

*Benhur Bortolotto* é mestrando do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. @ – [benhur.bortolotto@ufrgs.br](mailto:benhur.bortolotto@ufrgs.br) / <https://orcid.org/0000-0001-6984-5544>

Recebido em 10.5.2018 e aceito em 29.6.2018.

<sup>1</sup> Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Brasil.





# Espelhos do mal: arquivo e corrupção em Sade

ALINE LEAL FERNANDES BARBOSA<sup>1</sup>

“Será enviado um mensageiro ao sr. Lenormand, mercador de madeira... para pedir-lhe que venha ele próprio, com uma charrete, buscar meu corpo para ser transportado... ao bosque de minhas terras da Malmaison... onde quero que seja colocado, sem cerimônia alguma, na primeira mata de corte cerrada que se encontra à direita no dito bosque... Minha fossa será aberta nessa mata pelo caseiro da Malmaison, sob a inspeção do sr. Lenormand, que só deixará meu corpo após tê-lo colocado dentro da dita fossa... A fossa, uma vez recoberta, serão semeadas bolotas de carvalho a fim de que, em seguida, o terreno da dita fossa se achando reguarnecido e a mata se achando cerrada como era antes, os vestígios de meu túmulo desapareçam da superfície da terra, como me gabo de que minha memória se apagará do espírito dos homens.”

(Testamento do Marquês de Sade citado na revista *Acéphale*).

**O**RITUAL que Sade (1740-1814) deixa registrado em seu testamento parece ter como objetivo final o apagamento do indivíduo, seu descolamento da memória da humanidade, o que soa coerente com o projeto de desindividuação e de dissolução do sujeito na atividade erótica<sup>1</sup> e, mais radicalmente, com o projeto de sua destruição na obra sadiana, arruinado como a religião, o idealismo, os costumes, as virtudes, a família.

Seus livros dão testemunho desse desejo de aniquilação. Em *A filosofia na alcova – os preceptores libertinos* (1795), encena-se uma didática das práticas lúbricas para a jovem Eugênia, alternando cenas de libertinagem com reflexões filosóficas. Em *Os infortúnios da virtude* (1787-1788), os vícios sempre prosperam, ao passo que as fraquezas da virtude sucumbem inevitavelmente, para não falar de *Os 120 dias de Sodoma* (1785), em que se investe insistentemente na necessidade imperiosa de afrontar valores e de destruir seus significados, apostando na capacidade do autor de renovar seu motivo principal ao infinito.

Georges Bataille (1897-1962), no ensaio que dedica a Sade em *A literatura e o mal*,<sup>2</sup> discorre a respeito desse testamento, na chave do que ele chama de “vontade de destruição de si”, como sentido da obra sadiana: “[...] o sentido de uma obra infinitamente profunda está no desejo que o autor teve de desaparecer (de se dissolver sem deixar nenhum vestígio humano): pois não havia nada mais à sua altura” (Bataille, 2015, p.104-5).

É verdade que, apesar da obra monumental que Sade produziu, a possibilidade de apagamento de seu nome da memória da literatura ocidental não lhe passou longe. Sabe-se que morreu acreditando que os manuscritos de *Os 120*

*dias de Sodoma* – um rolo de 12 metros de comprimento por 12 centímetros de largura<sup>3</sup> – haviam sido perdidos em 14 de julho de 1789, durante o levante da Bastilha, onde Sade se encontrava preso havia cerca de dez anos. Doze dias antes da revolução, entretanto, ele teria sido transferido para o hospício de Charenton, julgado louco por berrar de sua cela que degolavam prisioneiros no interior das fortalezas. Os manuscritos – escondidos pelo marquês entre as pedras de sua masmorra como plano para reduzir a possibilidade de serem apreendidos, ciente que estava de seu conteúdo inaceitável – desapareceram. Sabe-se que foram recolhidos por um tal de Arnoux de Saint-Maximin e levados à posse da família dos Villeneuve-Trans, de origem nobre, onde permaneceram durante três gerações, até serem vendidos a um colecionador alemão.<sup>4</sup>

Foi apenas no início do século XX, tendo passado o século XIX na interdição e no ostracismo, que a obra de Sade foi redescoberta. Em 1929, Maurice Heine (1884-1940) recuperou os manuscritos dos *120 dias* e os repatriou à França, publicando, ao longo da primeira metade da década de 1930, uma edição cuidadosa em três volumes, ainda hoje referência para edições subsequentes. Antes disso, o poeta Guillaume Apollinaire (1880-1918) foi o principal introdutor dos livros de Sade na cena literária francesa, até então um escritor praticamente desconhecido. No prefácio biográfico da antologia que publicou dos textos de Sade, em 1909, Apollinaire o chamou de o “espírito mais livre que já existiu na terra”, embora o marquês tenha ficado quase trinta anos de sua vida encarcerado em onze instituições.

Há ainda mais uma reviravolta: em 1982, o manuscrito foi roubado e vendido a um colecionador suíço de livros eróticos. Somente em 2014 voltou à França, como um dos manuscritos mais caros da história, adquirido por 7 milhões de euros pelo bibliófilo francês Gérard Lhéritier, diretor do fundo Aristophil e do Museu de Letras e Manuscritos de Paris. A história apresenta ainda outros pontos de virada, como a detenção do próprio Lhéritier, acusado de fraude, e a tentativa de venda dos manuscritos pelo fundo. Declarado tesouro nacional pelo governo francês, entretanto, os rolos foram impedidos de ser leiloados.

Simone de Beauvoir (1908-1986), no longo ensaio *Deve-se queimar Sade* (Beauvoir, 1961), afirma que é possível folhear obras minuciosas sobre as “ideias do século XVIII” e a “sensibilidade do século XVIII” sem encontrar vestígios do maior representante da literatura libertina europeia desse século. Seria esse “silêncio escandaloso”, segundo a autora, que faria os devotos de Sade saudarem-no como “genial profeta”, cuja obra anunciaria, ao mesmo tempo, Nietzsche, Stirner, Freud e os surrealistas. Tal divinização do “divino marquês”, no fim das contas, dificultaria sua compreensão, ao tratá-lo com mais adoração do que com rigor, mais como ídolo do que como homem, culto que trai o caráter volúvel e contraditório de sua obra e de sua figura histórica.

Georges Bataille também parte do mote incendiário que tantos nomes pretendeu levar à fogueira no ensaio dedicado a Franz Kafka, em que indaga:

“Faut-il brûler Kafka?”. Apenas o título já sinaliza o desejo de consumação de seus livros pelo fogo, tarefa que relegou ao amigo Max Brod. Bataille, por sua vez, aponta para o caráter equívoco dessa nomeação: havia confiado a execução do auto de fé àquele de seus amigos que o avisara que se recusava a executá-lo. Não morreu, entretanto, sem exprimir a vontade de aparência decisiva: jogar no fogo aquilo que deixava (Bataille, 2015, p.143).

É curiosa a dramaturgia que Sade criou para sua morte, que tenha se dado ao trabalho de deixar registrada a teatralização de seu enterro, saída literária que contribui para a consolidação de sua memória. Apesar do desejo de desaparecer da face da terra, Sade produz, ao escrever, provas de sua existência, transmitindo para o futuro um arquivo grandioso, sem horizonte de esgotamento, indicando a tensão entre a vontade de desaparecimento (do autor) e a vontade de preservação (da obra). E, assim como o desejo final de Kafka não foi respeitado e seus manuscritos sobreviveram, Sade foi enterrado no cemitério do asilo de Charenton, em uma cova com uma cruz e sem nenhuma inscrição. Mais que isso: sua obra e sua biografia permaneceram.

Jean-Jacques Pauvert (1926-2014), famoso editor de clássicos da literatura erótica, então com apenas 20 anos, foi o primeiro a editar oficialmente a obra completa do marquês na França, entre 1945 e 1947, começando com *A história de Juliette*. Foi, por isso, processado pelo Ministério Público francês, ganhando a causa em 1958. Depois de um período de ostracismo, perseguição e clandestinidade, em 1990 a obra sadiana passa a fazer parte da famosa coleção francesa La Pléiade, reservada aos mais renomados autores franceses. O *slogan* da campanha para divulgar o lançamento indica o caráter profano dessa consagração: “*L’enfer sur papier bible*”.

Mas que tipo de escritor é esse que ousa renegar a própria posteridade? Para Theodor Adorno (2003, p.62-3), nenhuma obra de arte moderna que tenha algum valor deixa de encontrar prazer na dissonância e no abandono, e afirma que os romances que realmente contam se assemelhariam a “epopeias negativas”. Nesse sentido, a literatura moderna se fundamentou em torno do movimento de transgressão do estilo racionalista e edificante que vigorou no século XVIII. Sade, ao mesmo tempo herdeiro e traidor do pensamento das Luzes, seria precursor desse desejo de aniquilamento, um empreendimento ético-estético que visava a uma corrupção das instituições pelo corpo, pela letra e pela lei, apostando na soberania do indivíduo sobre as normas. Em *Os 120 dias*, Sade (2017, p.62) reconhece o ineditismo de sua subversão na história da literatura: “Agora, amigo leitor, prepara teu coração e teu espírito para o relato mais impuro já feito desde que o mundo existe, pois não há livro semelhante nem entre os antigos nem entre os modernos”.

Em sua literatura, encontra-se uma insistente degeneração do corpo e das práticas que lhe são instituídas. Só para citar um exemplo em meio a incontáveis insubordinações, em *A filosofia na alcova*, Mme de Saint-Ange relata para a

pupila Eugênia uma fantasia extraordinária: “O gosto do meu marido consiste em ser chupado, e eis o singularíssimo episódio que ele lhe acrescenta: enquanto, curvada sobre ele, minhas nádegas em cheio sobre seu rosto, eu aspiro com ardor a porra de seus colhões, tenho de cagar-lhe na boca! Ele engole” (Sade, 2015, p.60). Põe-se a filosofia ao exame do corpo, deslocando a soberania da razão – da cabeça –, como produtora de reflexões, para o baixo ventre. Não à toa Bataille e o grupo que o circundava – Pierre Klossowski (1905-2001), André Masson (1896-1987) – elegeram a figura do acéfalo para “encabeçar” (sic) a revista e a comunidade de cunho iconoclasta e antirracionalista que fundaram em 1936 com a sentença: “O homem escapou da sua cabeça como o condenado da prisão” (Revista *Acéphale*, v.1 [A conjuração sagrada], 1936). Não escapa à lembrança a guilhotina do incorruptível Robespierre que fez carreira no século XVIII e da qual Sade escapou por um triz.

Imoral e indigno em qualquer regime, Sade foi perseguido pela monarquia (Antigo Regime), pelos revolucionários vitoriosos de 1789 e, depois, por Napoleão. Na espécie de panfleto que se encontra após o quinto diálogo de *A filosofia na alcova*, intitulado “Franceses, mais um esforço se quereis ser republicanos”, Sade estende a todos os cidadãos franceses a educação que estava sendo aplicada no quarto de concentração da luxúria. A principal lição consistirá em eliminar a religião e os costumes a fim de contribuir para o progresso das Luzes. O marquês reconhece, conforme aponta Contador Borges no posfácio da tradução de *A filosofia na alcova*,<sup>5</sup> que a Revolução Francesa e o Iluminismo haviam realizado um bom trabalho no intuito de eliminar as trevas da ignorância, da superstição e do preconceito, mas era preciso ir um pouco além, *encore un effort*, para que o homem atravessasse uma radical transformação, o que passaria, necessariamente, por um processo de destruição (Borges, 2015, p.217).

Jacques Derrida (2001), em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, trata da pulsão de morte – ou pulsão de agressão, ou pulsão de destruição – como a variável fundante do “mal de arquivo”, que seria um questionamento crucial do conceito de arquivo. Para Derrida (2001, p.21), “ela [a pulsão de morte] trabalha para destruir o arquivo: com a condição de apagar mas também com vistas a apagar seus ‘próprios’ traços – que já não podem desde então serem chamados ‘próprios’”. O autor realiza uma desconstrução da concepção clássica de arquivo, em que a noção de conservação do passado cede lugar a uma abertura ao futuro, à construção de novos enunciados, sob o signo do apagamento e da destruição.

O arquivo, como expõe Derrida, está referido à palavra grega *arkhê*, que condensa um duplo significado: o de começo, seu sentido ontológico, e o de comando, princípio nomológico de autoridade. Assim, trata-se de definir, de um lado, onde e quando começa o arquivo e, de outro, quem o comanda. A consignação a que está sujeito, por sua vez, ordenaria e classificaria os signos e os documentos, submetendo-os a um guardião e a um intérprete. Derrida (2001, p.22-3) afirma:

Se não há arquivo sem consignação em algum *lugar exterior* que assegure a possibilidade da memorização, da repetição, da reprodução ou da reimpressão, então lembremo-nos também que a própria repetição, a lógica da repetição, e até mesmo a compulsão à repetição, é, segundo Freud, indissociável da Pulsão de Morte. (grifo do original).

Nesse sentido, a consignação, ou seja, a reunião e a reorganização dos signos deslocados de seu lugar originário sob um comando interpretativo pavimentam uma nova configuração, embora igualmente sujeita a uma violência instituidora: a escolha da instituição, a forma, a língua, a estrutura de arquivo, a demanda, a lei. Não há, portanto, arquivo que não se submeta aos imperativos ontológicos e nomológicos, às dimensões cognitivas, éticas e políticas. Contudo, essa finitude – como condição de possibilidade do arquivo – é potencializada pelo processo de repetição do ato arquivante, apontando para a infinitude do futuro.

Eliane Robert Moraes (2003), no artigo “A prosa degenerada”, observa que o escândalo de Sade não foi escrever obras obscenas, o que aliás era corrente na literatura libertina setecentista, mas sim deslocar o pensamento iluminista para a alcova lúbrica, aproximando a filosofia do erotismo. Ao dar à filosofia a prerrogativa de um domicílio e de um intérprete outros – a alcova e o grupo de libertinos –, o marquês parece radicalizar essa consignação, reunindo princípios aparentemente inconciliáveis e investindo uma medida de destruição no que é da ordem da conservação. A pulsão de morte relacionada por Derrida ao mal de arquivo possibilitaria tanto o *esquecimento* quanto a *renovação* do arquivo pelas novas consignações, que seriam, portanto, a condição de possibilidade de acrescentar novos arquivamentos.

Ao ter conhecimento de que os rolos de *Os 120 dias de Sodoma* haviam desaparecido, Sade se exprime assim a esse respeito: “Meus manuscritos, cuja perda me faz derramar lágrimas de sangue!... nunca poderei descrever para vós meu desespero por essa perda, ela é irreparável para mim” (apud Bataille, 2015, p.103). Segundo nos conta Bataille (2015, p.103), aparentemente foi a perda de *Os 120 dias* que levou Sade a retomar, numa versão escandalosa, a história de Justine e a lhe dar como sequência a história de Juliette: “[...] não dispondo mais do testemunho essencial que quisera dar, ele devia pensar em substituí-lo por outra obra tão completa quanto aquela”. Tratava-se, portanto, de reconstruir os elementos que elaborara em *Os 120 dias* de forma expansiva e que supunha ter sido perdida para sempre. O princípio de destruição do arquivo indica, nessa passagem, sua potência incubadora de novas escritas, geradas nos rastros das lágrimas de sangue. É preciso continuar escrevendo em face da ameaça da integridade do manuscrito, pressionado entre as pedras da masmorra da Bastilha, denotando a fragilidade e o risco do arquivamento.

No ensaio “A dissolução universal”, Octavio Paz (1999) apresenta a impressionante contemplação do sistema sadiano, sua orgulhosa prisão:

[...] coerência desolada, vertiginosa fortaleza. Sensação de angústia e total desamparo; estamos trancados, mas nossa prisão não tem limites; nunca acabaremos de percorrer essas masmorras e corredores sem fim. Nenhum muro nos esmaga, e sim o horror vazio. Estamos cercados de infinitos, um infinito feito de repetições. Uma a uma, as construções de Sade se derrubam. Nada exterior as derruba: o dinamizador é o seu próprio pensamento. Sade nega Deus, as morais, as sociedades, o homem, a natureza. Ele nega a si próprio e desaparece por trás de sua gigantesca negação. (Paz, 1999, p.90)

A bela imagem de Paz aponta para a interminável tarefa de percorrer os vãos e os desvios dessa prisão a que se estaria confinado irremediavelmente, indicando talvez um falso dilema proclamado por seus prisioneiros, ocupados em denunciar sua falta de liberdade ou pelo menos evidenciando a estratégia do divino marquês de contornar essa instância limitadora. Seria essa prisão a vida, a linguagem, as instituições, o sistema? Será o arquivo igualmente um exemplo de aprisionamento, tendo em vista sua geografia de limites definidos, sua organização e interpretação baseadas em uma autoridade? Entretanto, ainda que se aponte para a finitude do arquivo, cerceamento inerente à sua constituição, para o princípio da tradição interpretativa, há uma margem que se estende a uma abertura infinita, futuro de promessa inalcançável, terra que jamais se avista, indicando um limite de fronteiras ilimitadas. Ao inserir a pulsão de morte como constitutiva do mal de arquivo, Derrida parece apontar para o sentido de uma insistente abertura do vir-a-ser.

Se alguns pensadores do século XX denunciaram a linguagem como uma “camisa de força”, na medida em que não permite dizer, mas obriga a dizer, segundo a célebre proposição barthesiana em *O grau zero da escritura* (Barthes, 2004), Paz indica que a prisão sadiana apresenta uma dimensão labiríntica. Para alcançar o lado de fora – liberdade impossível –, é preciso empreender uma tarefa exaustiva, esquadrihar milimetricamente toda a extensão da língua, transformando esse percurso em literatura. Se autores – sobretudo do século XX – buscaram a vertigem do fora pelas bordas da linguagem valendo-se não raro do silêncio<sup>6</sup> para tanto, o marquês, por seu turno, lançou mão da estratégia verborrágica, enciclopédica, de elencar, classificar, contabilizar as possibilidades que se desdobram *ad infinitum*. Embora esse infinito, em tese, tenha um fim, quem poderá de fato extinguir a vastidão de seu território? A tarefa será sempre a de um prisioneiro.

Tal imagem nos leva a pensar em “A biblioteca de Babel”, conto de Jorge Luis Borges (1999). Tem-se a descrição de sua superfície: “No vestíbulo há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para que essa duplicação ilusória?), prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito...” (Borges, 1999, p.38). A biblioteca de Borges abrange o universo *todo, todos* os livros possíveis formados por meio de *todas* as combinações possíveis das letras do alfabeto: uma conta de escala não humana.

No ensaio “Sade, a felicidade libertina”, Eliane Robert Moraes (2006) apresenta a alcova libertina como um lugar pequeno, privado e íntimo, mas cujas dimensões parecem se ampliar indefinidamente. A função dos espelhos – presença obrigatória na alcova – multiplicaria o efeito das cenas libertinas de modo que atingisse todos os que se encontrassem presentes e mesmo aqueles que não participassem diretamente dos atos lúbricos.

### **Espelhos do mal**

O espelho proliferador de imagens é também construtor de mundos, de acordo com Michel Leiris (2001) em *O espelho da tauromaquia*.<sup>7</sup> O autor privilegia o momento de breve paroxismo, que “não dura mais que um relâmpago e que deve seu fulgor ao fato de estar na encruzilhada de uma união” (Leiris, 2001, p.11). Lugares em que o homem tangencia o mundo e a si mesmo, como o gesto do *torero* conduzindo suavemente o touro nas dobras românticas de sua capa. Acontecimentos que suscitam a “sensação de que sua função na ordem geral das coisas consiste em nos pôr em contato com o que há em cada qual de mais profundamente íntimo, de mais quotidianamente turvo e mesmo de mais impenetravelmente oculto” (ibidem). Os artistas seriam, nesse sentido, agenciadores de experiências cruciais, de revelações e, tal como a tauromaquia, os esportes ou os jogos (em especial os jogos de azar), a atividade passional e genital, construtores de mundos, “artesãos lúcidos de nossas revelações” (ibidem, p.74). No entanto, é preciso que esses espelhos – esses mundos – venham acompanhados de alguma rachadura, algum elemento suscetível de fazer despontar o vício por meio da beleza a fim de elucidar nossa comunhão futura com a morte.

Michel Leiris faz referência ao ideal poético de beleza de Baudelaire, em que a modernidade circunstancial e transitória mancharia a beleza abstrata e indefinível, um rosto feminino ardente e triste, amargo e voluptuoso. Ao reforçar a medida perturbadora dessa noção, sua falha ou passagem de infortúnio, Leiris parece incorporar os acidentes da *matéria à matéria*, fazer coincidir o princípio da destruição no que se conserva. Será justamente essa brecha o fundamento da ideia de beleza, assim como a corrupção do arquivo – o mal de arquivo, suas rasuras e lacunas, suas falhas e descontinuidades – será seu princípio arquivante, sua possibilidade de existência, talvez sua relíquia. A pitada de veneno que assegura a noção de beleza, porém, tem uma medida insondável: o coeficiente dessa equação ou sua proporção alquímica cabe a cada construtor de espelho, um cálculo lançado ao futuro.

Em “Sade, um humanismo possível?”, Michel Delon<sup>8</sup> (2015) conta a história do envio de um exemplar autografado por Leiris de *O espelho da tauromaquia* (1938) ao já citado Maurice Heine, editor na França dos *Infortúnios da virtude* e de *Os 120 dias de Sodoma*. De acordo com Delon, Heine teria agradecido o presente confessando, entretanto, uma “prevenção capital” contra todos os combates de animais”, dizendo que Leiris havia “analisado admiravelmente o menos admirável de todos os códigos”. Fica evidente, pelo comentário contra-



riado de Heine, que o procedimento sadiano, sua medida extrema de crueldade, atuaria no registro ficcional, que seus espelhos construídos antes criam que refletem imagens do mundo, que a ferida dos corpos não se corta na carne – menos ainda na carne de *animais inocentes*. Leiris teria destacado o *horror sangrento* enquanto Sade haveria de anunciar o *horror sonhado*, sublinha Delon (2015, p.37).

### Arquivos do mal

Haverá mais sadismo em um romance de Sade ou em práticas sádicas de uma vida? Ilse Koch,<sup>9</sup> a abominável “cadela de Buchenwald”, esposa de Karl Otto Koch e comandante dos campos de extermínio de Buchenwald e Majdanek, tornou-se sinistramente famosa por colecionar como *souvenir* pedaços de peles tatuadas de prisioneiros. As peles viravam capas de livro, luvas, abajures e lustres; órgãos e cabeças encolhidas eram expostos como troféus; polegares mumificados, usados como interruptores. Tratada por sádica pela história, comparada às heroínas criminosas do Marquês, em que medida será de fato uma aliada de Sade, uma de seus pares no domínio da crueldade? Em *Sacher-Masoch: o frio e o cruel* (1967), Gilles Deleuze (2009) elabora a ideia de que os dois autores – Sacher-Masoch e Sade –, ao darem seus nomes para designar duas perversões básicas (o masoquismo e o sadismo), assumiriam o papel de médicos, e não de doentes: “O médico não inventou a doença. Mas separou sintomas até então associados, agrupou outros antes dissociados, ou seja, constituiu um quadro clínico profundamente original” (Deleuze, 2009, p.17). Será Sade médico do sadismo, na medida em que destina à dimensão literária uma prática interdita ao plano do real?

No artigo “A fera pensante”, Eliane Robert Moraes (1999) aponta para a leitura de Sade feita pela geração de intelectuais europeus da segunda metade do século XX, que se via compelida a repensar as bases do humanismo: “A filosofia radicalmente anti-humanista do Marquês representava então uma possibilidade de aprofundar a reflexão no sentido de investigar as representações do mal que, expurgadas da cena simbólica, haviam retornado com força assassina na cena histórica”.

Bataille (2015, p.22) afirma que a literatura é inorgânica: “Sendo inorgânica, ela é irresponsável. Nada repousa sobre ela. Ela pode dizer tudo”, isso porque, ao espreme-la, não sairá sangue; ao se cortar na carne, não se estará enterrando a espada no lombo do touro “até que se molhem os dedos” (Leiris, 2001, p.43) (descrição, aliás, bastante erótica). No entanto, na dissolução do código retórico, no encaminhando da linguagem para sua ruína, a literatura é culpada, advertiu-nos Bataille: culpada de trair o discurso, culpada de prescrever a moral, de exceder os sentidos, de transbordar os limites, de seu gasto improdutivo, de seu gozo frívolo.

É, aliás, o princípio da perda, a noção de dispêndio que Bataille (2013) elege para desenvolver seu tratado da economia humana e expor sua visão sistêmica do mundo em *A parte maldita*, em contraste com a economia clássica

da aquisição. Os ritos sacrificiais das antigas civilizações, sobretudo as mexicanas e, em especial, o Potlatch,<sup>10</sup> das tribos do noroeste da América do Norte, como “poder de perder”, serão privilegiados na medida em que o dispêndio ali praticado subverte a ordem da acumulação para a ordem do gasto improdutivo, criando uma suspensão das atividades produtivas em favor do jogo, da festa. Há, na sociedade humana, observa Bataille (2013, p.20), o “*interesse em perdas consideráveis, em catástrofes que provoquem, de acordo com necessidades definidas, depressões tumultuosas, crises de angústia e, em última análise, um certo estado orgíaco*” (grifos do original).

Corromper o arquivo civilizatório pela tinta de sua pena, transgredir as convenções de modo que se desorganizem as estruturas de poder sustentadas por uma ordem discursiva e simbólica. A tradição se constitui sobre e com o arquivo, pelos arquivamentos promovidos pelo poder e pelo arconte; a pulsão de morte ou o mal de arquivo, por sua vez, seriam “anarquívicos” ou “arquiviolíticos”, destruidores do arquivo, segundo Derrida (2001, p.21). A operação textual de Sade tratará de rastrear todos os possíveis usos da língua, e não apenas seus usos convencionais, fazendo da literatura erótica o terreno privilegiado para revelar, ao destruir, novas configurações e disparar sensações inéditas. Daí a dimensão inaugural do gesto sadiano, a originalidade de seu empreendimento.

Roland Barthes (1979, p.36), em seu ensaio sobre Sade, cita um trecho em que o autor libertino teria escrito: “Para reunir o incesto, o adultério, a sodomia e o sacrilégio ele, com uma hóstia, enraba a filha casada”. Parece haver aí também um jogo de espelhos que multiplica ao infinito os efeitos de representação, não sem distorcer a imagem a partir da corrupção do arquivo ofertado à civilização ocidental e de uma reorganização por meio da transgressão dos signos. Aquilo que a linguagem – seus nomes e desígnios – torna proibitivo é também o que ela pode ultrapassar e reconfigurar, inaugurando novas disposições. Em Sade, essa multiplicação se dá pela atividade erótica: “É a frase (os seus resumos, correlações internas, figuras, a sua sucessão soberana) que liberta as surpresas da combinação erótica e converte a rede do crime em árvore maravilhosa”, diz Barthes (1979, p.36).

O ideal erótico – seu efeito semeador – seria que todos pudessem manter relações sexuais entre si, sem interdição de ordem parental, etária, corpórea, de gênero, classe, numérica, ampliando e proliferando as possíveis conexões sintáticas e semânticas na gramática dos corpos e da letra, nas catalogações e protocolos do arquivo erótico. Essa ideia é apresentada por Susan Sontag (1987, p.22) em “A imaginação pornográfica”, de 1967:

O universo proposto pela imaginação pornográfica é um universo total. Tem o poder de ingerir, metamorfosear e traduzir todas as preocupações com que é alimentado, convertendo tudo à única moeda negociável do imperativo erótico. Toda ação é concebida como uma série de *intercâmbios sexuais*. De tal modo, a razão pela qual a pornografia se recusa a fazer distinções fixas entre os sexos, ou a permitir que qualquer gênero de preferên-

cia ou proibição sexual permaneça, pode ser explicada “estruturalmente”. A bissexualidade, o desrespeito pelo tabu do incesto e outros traços similares comuns às narrativas pornográficas funcionam para multiplicar as possibilidades de troca. No plano ideal, seria possível a toda pessoa manter relação sexual com qualquer outra. (grifo do original)

No entanto, é também a interdição que, em sua potência organizadora, fornece o contorno do erotismo. Nesse mesmo texto, Sontag (1987, p.67) afirma que o erotismo – ou a pornografia, entendendo a distinção entre os termos de caráter estritamente moral – tem a ver com a restrição relativa à atividade erótica: “A simples explicitação dos órgãos e atos sexuais não é necessariamente obscena; apenas passa a sê-lo quando é realizada em um tom particular, quando adquiriu uma certa ressonância moral”. Assim, a pornografia diria respeito a trabalhos de arte que incorporam a ideia de que a lascívia ou os pensamentos luxuriosos são imorais. Quando não se tem consciência de um julgamento moral contra o comportamento sexual, por sua vez, não se pode considerar erótico determinado trabalho artístico. Reforça-se, dessa forma, o caráter inquietante do erotismo, de modo que a liberdade e o limite, a lei e sua traição, a pulsão de vida e a de morte, a conservação, a destruição e a invenção coincidem.

Em “Arquivos literários e reinvenção da literatura comparada”, Reinaldo Marques (2015, p.221-2) trata do arquivo literário como “espaço aberto e inacabado, zona de contato e relações entre distintas temporalidades e subjetividades, “capaz de promover descontinuidades e estranhamentos em relação ao tempo presente, ao ativar anacronismos potencialmente problematizadores da racionalidade arcôntica, estatal e científica, da evidência histórica”. Trata-se, assim, de escovar a história a contrapelo, para usar expressão benjaminiana: ao se operar um movimento inverso ao sentido oficial da história, é possível vislumbrar os espaços e as matérias encobertas, o que transita na superfície, está aderido à pele, em contato com o que, não raro, sua e fêde, de modo a denunciar o que tem aparência aseada e apresentar uma nova disposição, menos organizada em relação ao padrão instituído pela “racionalidade arcôntica”, à sua pretensão de verdade, a seus métodos e valores. Aparece, assim, a figura do “anarquivista”, termo cunhado por Reinaldo Marques na esteira da pulsão “arquiviolítica” e “anarquívica” pensada por Derrida, em que arquivista e anarquista se reúnem para formar o pesquisador desejável – aquele que conhece as leis e as normas às quais o arquivo está submetido, mas que poderá transgredi-las a fim de encontrar novas relações, estabelecer contatos e fricções que lançam o arquivo a um futuro sem as leis e as lógicas que ora o regem.

### **Resquícios do mal**

O arquivo Sade só poderia ser lido no século XXI de uma perspectiva anarquivista ou arquiviolítica, de forma que sua literatura, sua filosofia e sua controversa figura histórica fossem tomadas de modo anacrônico e desterritorializado, e respondessem a novas urgências, formulando relações diferentes daquelas do

século XVIII, quando revelava as hipocrisias sociais, políticas e religiosas que perpassavam tanto o Antigo Regime quanto a França iluminista, ou mesmo daquelas do século XX da França, em que se buscava uma voz dissonante para inverter e redimir a catástrofe europeia. Oferecido ao futuro, Sade desafia – pela literatura – princípios e noções, formas e regras caras à civilização ocidental? O título do ensaio já citado de Michel Delon (2015) – “Sade, um humanismo possível?” –, ao trazer uma pergunta, indica a concepção de um humanismo outro, em alternativa àquele que teria sucumbido e que enfrentava sua pior crise no pós-Segunda Guerra, na descrença total em relação ao humano – ou determinado humano –, um projeto fracassado.

Contador Borges (2015, p.218), no posfácio à sua tradução de *A filosofia na alcova*, afirma que, apesar de toda a crueldade em Sade, ele nos faz sonhar, isso porque a palavra sadiana corresponderia à própria imaginação. Como se trata de operação de valor sobretudo estético, a crueldade em Sade, diz o pesquisador, é apenas uma estratégia de negação do mundo, uma forma de demonstrar seus equívocos e quão distante ele se encontra do ideal de felicidade humana. Vista desse modo, aponta Borges (2015, p.218), “sua crueldade talvez pareça ‘menos horrível’ e seu ‘sadismo’ possa ser visto menos como um conjunto de perversões patológicas do que como o emblema de uma operação textual de grandes efeitos que traz em seu bojo um arranjo inusitado e terrível entre a razão e o sonho”.

Michel Delon, após listar nomes de filósofos e ensaístas franceses que se debruçaram sobre a obra de Sade e que também lutaram contra o fascismo e os regimes de opressão, cita uma observação de Maurice Nadeau,<sup>11</sup> que publica, em 1947, uma antologia de Sade: “A obra de Sade convém menos ainda aos cúmplices do Terror, aos adeptos da vontade de poder, aos fascistas, aos torturadores dos campos de concentração”. “Como”, ele pergunta, “os detratores de Sade puderam arriscar uma assimilação tão grosseira?” E responde: “Sua obra e sua vida se inscrevem, ao contrário, na contramão dos destruidores modernos da espécie humana, contra os carcereiros e os carrascos, contra todos aqueles que matam e prendem legalmente” (Nadeau apud Delon, 2015, p.40).

A recusa sadiana em relação às disciplinas dos homens e a favor da liberdade das paixões oferece possíveis modos de não sucumbir a discursos conservadores que tratam o bem e a lei como valores abstratos e transcendentais. Em vez disso, incita a buscar um trajeto contra-hegemônico capaz de desestabilizar determinadas estruturas para a abertura de novas formas de vida, abafadas pelas convenções sustentadas pelo poder e pela distinção. Sade, um nobre indomável do século XVIII, defensor das liberdades individuais, “feroz inimigo de qualquer ideia de crime legal, com seu ódio às leis e sobretudo à pena de morte” (Peixoto, 1979, p.15), teve, na literatura erótica, seu território de atuação política, seu enfrentamento indisciplinado à repressão que se confunde com natureza, ordem e instituição. Para Fernando Peixoto (1979, p.15), “Sade é a expressão

literária de uma revolta total e quase metafísica, a reivindicação de liberdade não só de princípios mas principalmente de instintos”. Assim, pode-se pensar a perversão nos romances sadianos como a contraface do mundo das ordens bem instituídas, geralmente remetidas a um instrumento de poder e subordinação, aos poderosos investidos em manter seus privilégios na ordem assegurada por leis e instituições repressivas e de aparência definitiva. Contudo, é também nos romances de Sade que encontramos diversas relações sexuais não consentidas, em que há gozo por parte de quem pratica a violência, mas não por parte daquele que a sofre. É Sade quem submete a flagelações Rose Keller, que ficou conhecida como a pedinte ou a mendiga que prestou queixa contra o marquês, em 1768, levando-o ao encarceramento. Portanto, há não somente uma face libertária e reveladora da falsidade do bem nas operações sadianas mas também um individualismo irresponsável destruidor de parcela do arquivo civilizatório que convém conservar. Assim, qual será esse limite e quem vai ditá-lo, na medida em que se trata de um território em disputa? Eis nossa inescapável danação.

Figura altamente controversa, geralmente tomada no limite da condenação e da veneração, o marquês de Sade foi uma referência importante para o pensamento do século XX,<sup>12</sup> sobretudo para as vanguardas francesas que celebraram o aspecto transgressivo e anti-institucional de sua obra, sendo, conforme observou Daniel Serravalle de Sá (2008, p.365), “[...] quem sabe, o único criminoso da história literária a ser estudado, legitimamente, em termos filosóficos e intelectuais”. No avançar do século XXI, que contribuição poderíamos recolher dessa personagem histórica? Numa época em que os discursos de benevolência e dos chamados cidadãos de bem geram cada vez mais desconfiança, o mal, a morte, o apagamento, a destruição se apresentam como estratégias de destituição de determinados valores e de reinvenção de novos/mesmos arquivos, esses “penhores do futuro”.<sup>13</sup>

O “Evangelho do Mal”, como Jean Paulhan chama *Os 120 dias de Sodoma*. A crítica sistemática da concepção clássica de arquivo com base na ideia de *Mal de arquivo (Mal d’archive)*. *A literatura e o mal (La Littérature et le mal)* – segundo Georges Bataille, para livrá-la da subordinação, do moralismo e do tédio. Talvez seja interessante pensar no potencial político e de resistência desse sinal invertido da positividade,<sup>14</sup> que visa sobretudo evidenciar as unidades de sentido que nos formam, a partir das quais podemos identificar também os princípios de sua destruição – ou desconstrução, para usar uma ideia cara à Derrida. Dolmancé, um dos preceptores imorais de Eugênia, afirma no terceiro diálogo de *A filosofia na alcova*: “Não se pode sempre fazer o mal. Privados do prazer que ele dá, equiparemos ao menos essa sensação à pequena maldade picante de jamais fazer o bem” (Sade, 2015, p.47).

## Notas

- 1 Esta é sobretudo uma leitura do erótico feita por Georges Bataille.
- 2 Retomada do artigo “Le Secret de Sade” [O segredo de Sade], publicado nos n.15-16 (ago.-set.) e 17 (out.) da revista *Critique*, em 1947. (Nota dos editores da edição brasileira de *La Littérature et le mal* – Bataille, 2015, p.97)
- 3 Informação presente na nota de rodapé n.6 do ensaio “Sade”, de *A literatura e o mal* (Bataille, 2015, p.103).
- 4 Várias fontes dão conta dessa informação. A principal referência para a elaboração deste parágrafo se encontra em *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos* (Roudinesco, 2008).
- 5 Trata-se da edição da coleção Pérolas Furiosas, da editora Iluminuras, dirigida por Contador Borges, responsável pela tradução, pelo posfácio e pelas notas (Sade, 2015). Os outros livros de Sade publicados pela coleção são: *Os 120 dias de Sodoma*; *Diálogo entre um padre e um moribundo*; e outras diatribes e blasfêmias; *Os infortúnios da virtude*; e *Justine*: ou os tormentos da virtude.
- 6 Como autores do silêncio podemos apontar Beckett, Proust, Mallarmé.
- 7 Esse ensaio foi ilustrado por Andre Masson.
- 8 Organizador da edição La Pléiade.
- 9 A citação a Ilse Koch é feita por Michel Delon em referência ao livro de Michel Onfray *La Passion de la méchanceté* (2016). Nesse livro, Onfray critica a mitificação de Sade por intelectuais do século XX e das gerações seguintes, chamando de “vulgate freudienne” o fato de tomarem Sade por um escritor que transferiu a paixão pela maldade do plano real para o plano simbólico, indicando a história da cadela de Buchenwald como um tema de romance sadiano e tratando o escritor setecentista de feudal, misógino, falocêntrico e violento. Cito Onfray: “*Tout le monde connaît les frasques d’Ilse Koch, mais peu savent son nom: les abat-jour en peau humaine dans les camps de concentration nazis, c’est elle – entre autres gestes maléfiques... La vie de cette femme racontée simplement, sans fioritures lyriques, mais avec la précision d’un anatomiste, donnerait un roman du marquis de Sade. Le tenants de la religion sadienne pousseront des cris: la littérature n’est pas le réel, la passion pour la méchanceté sur le papier dispenserait même le passage à l’acte! Sade ne fut pas sadique ni sadien, tout juste un grand écrivain fantasmant ce qu’il n’a pas fait! Vulgate freudienne...*” (Trecho retirado da resenha do referido livro. Disponível em: <<https://leslecturesdeninablog.wordpress.com/tag/michel-onfray>>. Acesso em: 4 set. 2019). Michel Delon trata o livro de Onfray de “panfleto”, indicando outra leitura do Marquês: o “[...] panfleto recente de Michel Onfray, que não hesita em comparar as heroínas celeradas de Sade a Ilse Koch, a cadela de Buchenwald. ‘Os sadianos recusam essa assimilação entre a libertinagem do marquês e a da Comandante. Por quê? Há mais num romance de Sade do que nessa vida sadiana? Ou menos?’ Não somente eles recusam tal assimilação, mas defendem a ideia de uma possível leitura liberadora dos romances de Sade” (Delon, 2015, p.38).
- 10 De acordo com o maior número de fontes consultadas, Potlatch, em chinook, quer dizer “presente” ou “ato de dar”.
- 11 Crítico, editor e escritor francês, Maurice Nadeau (1911-2013) é autor de *História do surrealismo* (1945) e fundador da revista *Quinzaine Littéraire* (1966).
- 12 Autores que escreveram sobre Sade: Georges Bataille, Jacques Lacan, Michel Foucault,

Gilles Deleuze, Philippe Sollers, Pierre Klossowski, Maurice Blanchot, Roland Barthes, Simone de Beauvoir, Jean Paulhan, Octavio Paz, entre outros. O filósofo francês Jacques Derrida, ao que parece, não escreveu sobre o marquês.

- 13 Em *Mal de arquivo*, Derrida (2001, p.31) observa: “O arquivo sempre foi um penhor, e como todo penhor, um penhor de futuro. Mais trivialmente: não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira. O sentido arquivável se deixa também, e de antemão, codeterminar pela estrutura arquivante. Ele começa no imprimente”.
- 14 Como propõe Joel Birman (2008, p.109) no ensaio “Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud”, “[...] o arquivo seria um conjunto de *documentos* estabelecidos como *positividades*, na sua materialidade, e que seria ainda, na sua pretensa objetividade, o reflexo do que ocorreu de *fato* na experiência histórica. Portanto, como verdade de fato de uma dada tradição, o arquivo, na sua versão clássica, seria o *monumento* dessa tradição” (grifos do original).

## Referências

ADORNO, T. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003.

BARTHES, R. *Sade, Fourier e Loyola*. Trad. Maria de Santa Cruz. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1979.

\_\_\_\_\_. *O grau zero da escritura: seguido de novos ensaios técnicos*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATAILLE, G. *A parte maldita – precedida de A noção de dispêndio*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. *A literatura e o mal*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BEAUVOIR, S. de. *Deve-se queimar Sade*. Trad. Augusto de Sousa. São Paulo: Difel, 1961.

BIRMAN, J. Arquivo e mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana*, v.10, n.1, p.105-28, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2019. Aline Leal Fernandes Barbosa - OK.rtf

BORGES, C. Posfácio. In: SADE, M. de. *A filosofia na alcova*. Trad. Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2015.

BORGES, J. L. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 1999.

DELEUZE, G. *Sacher Masoch: o frio e o cruel*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DELON, M. Sade, um humanismo possível? *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v.1, n.26, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/108671>>. Acesso em: 4 set. 2019.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- LEIRIS, M. *O espelho da tauromaquia*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- MARQUES, R. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.
- MORAES, E. R. A fera pensante. *Folha de S.Paulo*, 13.11.1999. Jornal de Resenhas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1311199912.htm>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. A prosa degenerada. *Folha de S.Paulo*, 10.5.2003. Jornal de Resenhas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1005200308.htm>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- PAZ, O. *Um mais além erótico: Sade*. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Mandarim, 1999.
- PEIXOTO, F. *Sade: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- REVISTA Acéphale. A conjuração sagrada (v.1, 1936). Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora, 2013.
- ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos – uma história dos perversos*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- SÁ, D. S. de. O Marquês de Sade e o romance filosófico do século XVIII. *Eutomia – Revista de Literatura e Linguística*, v.1, n.2, 2008, p.362-77. Disponível em: <4. Aline Leal Fernandes Barbosa - OK.rtf<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/viewFile/1948/1514>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- SADE, M. de. *A filosofia na alcova*. Trad. Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Os 120 dias de Sodoma*. Trad. Alain François. São Paulo: Iluminuras, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Justine ou os tormentos da virtude*. Trad. Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. São Paulo: Iluminuras, 2019.
- SONTAG, S. A imaginação pornográfica. In: \_\_\_\_\_. *A vontade radical: estilos*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

*RESUMO* – Neste artigo, o objetivo é pôr a obra e a vida do Marquês de Sade – em que impera a ideia de transgressão e de destruição – em contato com diversas noções de arquivo, sobretudo a de Jacques Derrida em *Mal de arquivo*, em que a pulsão de morte repousa no que é da ordem da conservação. Se a renovação com base em novas con-signações é a condição de posteridade do arquivo, de que modo podemos ler Sade no século XXI?

*PALAVRAS-CHAVE*: Marquês de Sade, Arquivo, Erotismo, Derrida, Espelhos.

*ABSTRACT* – The article puts in contact the works and life of the Marquis de Sade – in whom the idea of transgression and destruction prevails – and several notions of archive,



especialmente que de Jacques Derrida em *Archive fever*, em que a morte se repousa sobre o que pertence à ordem da conservação. Se o renascimento de novos consignamentos é a condição da posteridade do arquivo, como podemos ler Sade no século XXI?

*KEYWORDS:* Marquis de Sade, Archive, Eroticism, Derrida, Mirrors.

*Aline Leal Fernandes Barbosa* é bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É mestra e doutora pela mesma instituição. @ – alinelfbarbosa@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-5488-0654>

Recebido em 6.1.2020 e aceito em 17.2.2020.

A autora agradece as contribuições dadas ao texto pelo grupo de orientação da Profa. Dra. Rosana Kohl Bines (PUC-Rio).

<sup>1</sup> Programa Nacional de Pós-Doutorado Capes, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

# Murilo Mendes, leitor de Romano Guardini<sup>1</sup>

PABLO SIMPSON<sup>1</sup>

UMA NOTA contextual não me parece desnecessária para situar o encontro de um artigo de Murilo Mendes sobre Romano Guardini, publicado em *O Estado de S. Paulo* com o título “Um livro revolucionário” em 25 de junho de 1948 e reproduzido no anexo. Estava inserido numa edição de *Poesia em pânico* presente na Casa Guilherme de Almeida da rua Macapá, bairro de Perdizes, em São Paulo, sem que se saiba ao certo se essa inserção foi realizada pelo poeta mineiro ou se pelo paulista.<sup>2</sup> No momento da pesquisa, o interesse era percorrer as eventuais bibliotecas, por assim dizer, religiosas de alguns escritores brasileiros. No caso de Guilherme de Almeida, tratava-se de uma visita motivada por versos como estes abaixo do poema “Oferenda” do *Livro de horas de Soror Dolorosa*, de 1920:

Em minha mão mais fresca que uma concha,  
suspendo aos lábios do Senhor  
as lágrimas de fel da pobre monja  
que amou demais o seu amor (Almeida, 1920, p.11)

Na biblioteca de Guilherme de Almeida havia poucos estudos religiosos e vários livros de poesia: *Christus imperat* (1930) de Octávio Mangabeira, *Na mão de Deus* (1958) de Lucas Teixeira, *A alma das horas* (1958) de Olavo Dantas, *Liturgias* (1965) do poeta e artista Theon Spanudis. Dentre eles constava o de Murilo Mendes e a nota recortada do texto completo sobre Romano Guardini, cujo contexto material assinala ao menos três coisas. A primeira delas, o trânsito conjunto de um projeto de poesia religiosa e uma reflexão sobre o catolicismo no século XX, com menção aos principais teólogos contemporâneos. Trata-se de um projeto explícito em Murilo Mendes, indicado num livro como *O discípulo de Emaús*, de 1945, quando afirma que “A doutrina católica é supremamente elegante” (Mendes, 1997, p.838) ou propõe que a arte deva “voltar à unidade” (ibidem, p.840), com um projeto distinto do também aforístico *Rappel à l'ordre* de Jean Cocteau, livro de 1926, porque fundada, essa “chamada à ordem”, na Igreja.<sup>3</sup> O texto recortado que acompanha o livro de poemas é menos um ensaio crítico sobre arte ou poesia religiosa, que Murilo Mendes fez, em certa medida, em alguns *Retratos-relâmpagos*, em *Recordações de Ismael Nery* ou no artigo “O eterno nas letras brasileiras modernas” (Mendes 1936) – de modo menos abrangente do que Roger Bastide, por exemplo, em seus *Estudos sobre a poesia religiosa no Brasil* – do que uma apresentação de um livro em dois tomos sobre Jesus Cristo, intitulado *O Senhor*.

A segunda delas, a presença consistente de obras religiosas na biblioteca de Murilo, em contraste com a biblioteca de Guilherme de Almeida. Dos quatro autores mencionados logo no início do artigo sobre Romano Guardini – Karl Borromäus Adam, Columba Marmion, Anscar Vonier e Gertrud Von Le Fort – há nela considerável bibliografia, sobretudo em língua francesa, como é o caso também da edição de *Le Seigneur* de Guardini, presente na tradução francesa de Pierre Lorson, padre jesuíta, autor de *Un chrétien peut-il être objecteur de conscience?* (1941), cuja edição também consta do acervo. Essa presença confirma o que poeta indicou no ensaio “A poesia e o nosso tempo”, texto originalmente de 1959, em que refez o seu percurso intelectual:

Entre 1924 e 1952 fiz acurados estudos de religião católica, ora por minha conta, ora sob a orientação de dois ilustres teólogos beneditinos, dom Tomás Keller e dom Martinho Michler. Bem que tenha lido e meditado por diversas vezes toda a Bíblia, dediquei-me em particular às epístolas de São Paulo e ao Evangelho de São João. Li também inúmeros tratados patrísticos. Entre os medievais estudei com muita atenção Mestre Eckhart, Suso e Raimundo Lúlio. Do rico patrimônio cultural do catolicismo em nossa época interessou-me mais a obra de teólogos, exegetas e sociólogos como Newman, dom Anscar Vonier, dom Columba Marmion, Karl Adam, Romano Guardini, Henri de Lubac, Teilhard de Chardin, L. Lebreton, de que a de poetas e romancistas como Claudel, Péguy, Mauriac, Bernanos, Grahaam Greene, se bem que conheça e admire a todos esses também. (Mendes, 2014, p.250-1)

Essa presença mais evidente de livros religiosos aproxima Murilo Mendes de um conjunto de poetas que passaram a dedicar-se aos estudos de teologia. É conhecido o movimento de poetas católicos nessa direção. Paul Claudel foi autor de obra exegética importante reunida postumamente por Michel Malicet, Dominique Millet e Xavier Tilliette, em 2004, com o título *Le Poète et la Bible*, obra que lhe ocupou 25 anos de produção intelectual. Jean Grosjean, de que consta um livro autografado na biblioteca Murilo Mendes, escreveu um longo tratado sobre a ironia crística no Evangelho de João, além de ter traduzido o Novo Testamento.

A terceira, por fim, o fato de essa reflexão estar presente em revistas e suplementos literários. Maria Betânia Amoroso (2012) percorreu nos últimos anos essa produção crítica, como indicou em “Murilo Mendes nos jornais: entre a política e a religião”. Estudou uma série de textos que o poeta publicou em *Dom Casmurro*, em 1937, revista literária dirigida por Álvaro Moreyra e Brício de Abreu, indicando-nos que “pouco se escreveu sobre Murilo Mendes e o catolicismo, como também pouco se escreveu sobre o poeta mineiro enquanto intelectual participante da vida literária brasileira” (Amoroso, 2012, p.84). Num desses textos, o mais conhecido, intitulado “Perfil do catolicão”, Murilo pretendeu associar certa compreensão da religião católica com novas propostas estéticas. Em momento polêmico e humorado, o “catolicão” lembra-nos do burguês “pouco-a-pouco” da conhecida ode de Mário de Andrade:

O catolicão possui um senso tão agudo da propriedade, que acredita ser a burrice propriedade dele só. Ninguém mais tem o direito de ser burro. Os catolicões tiraram patente. Um indício seguro para se reconhecer o catolicão: ele tem um incedível mau gosto em matéria de arte e de literatura. O catolicão prefere tudo o que é insípido, incolor, aguado. Repugnam-lhes os alimentos fortes, os tons violentos, precisos. (apud Amoroso, 2012, p.86)

Como observou Maria Betânia Amoroso (2012, p.88), trata-se de uma luta do poeta contra a religião de hábito, e que poderíamos observar, com o mesmo humor, num poema em prosa de Max Jacob, que também se converteu ao catolicismo, embora não tenha tido o projeto de Murilo Mendes de uma Igreja católica que “se apresentasse como uma força moderna de integração da sociedade” (ibidem). Intitula-se “Famílias cristãs” e foi publicado em *Derniers poèmes*:

Houve um grande acontecimento na Escola congregacionista de X. Um milagre formidável! Um monge bateu num rapaz porque este havia caçoado dele. O adolescente tomou Cristo como testemunho de que não caçoara, e o Cristo de mármore branco estendeu seu braço sobre a vítima para abençoá-la e o mesmo braço estapeou o algoz. Toda a sala estava de joelhos. Vocações nasceram, pensam que deu no quê? As famílias ficaram comovidas. Retiraram as crianças do pensionato não porque nelas se batia mas porque a educação era “muito mística demais. (apud Simpson, 2012, p.139)

São artigos, no caso de Murilo Mendes, em que se mesclam política e literatura, saindo do âmbito de uma “crônica mundana”, como nos textos que publicou no jornal *A Tarde* em Juiz de Fora nos anos 1920 (Pereira, 2004). Artigos longos como “O catolicismo e os integralistas”, “Integralismo, mística desviada”, “Resposta aos integralistas”, num contexto de combate ideológico. Esse último, por exemplo, dedicou-se à disputa com o poeta Tasso da Silveira: sobre comunismo, integralismo, com menção a textos da Igreja como a encíclica *Divini Redemptoris* e alertando para o fato de a ação integralista roubar “parte das atividades próprias à Igreja e parte das atividades próprias à polícia”, com o risco de tornar-se “um grande movimento anticlerical” (apud Macedo, 2016, p.120-1). Tais artigos valeram ao editor Brício de Abreu, como indicou Tania de Luca (2013, p.287), “vários dissabores por ocasião do golpe do Estado Novo – encarceramento, proibição de circulação do jornal, uma enxurrada de cartas anônimas contra a publicação – atribuídos à campanha do *Correio da Manhã* e de folhas integralistas, que qualificavam *Dom Casmurro* de jornal francês e comunista”.<sup>4</sup>

Rafael Velloso Macedo, mais recentemente, recolheu e analisou alguns desses artigos, aos quais somou outros publicados em *Boletim de Ariel*. São uma pequena parte da produção jornalística do poeta, que publicou ainda na *Revista de Antropofagia*, no *Jornal do Brasil*, no *Jornal do Comércio* do Recife. Nesses artigos algumas fontes teológicas, pressentidas em sua obra literária, como no trecho sobre o “homem integral” do fragmento 170 de *O discípulo de Emaús*, se

manifestam. Jacques Maritain é uma delas, referido em defesa própria no artigo “Prendam o papa”, em contexto de repúdio ao fascismo espanhol e campanha dos meios de imprensa brasileiros para desacreditar o pontífice. A resposta de Murilo Mendes aproxima as posições de Maritain da própria Igreja, com o respaldo da encíclica *Caritate Christi compulsi* (1932) com que Pio XI denunciaria o imperialismo nacionalista.<sup>5</sup> No artigo, menciona a “autoridade e serenidade de filósofo cristão, rigorosamente fiel à disciplina e obediente às diretrizes da Igreja” (apud Macedo, 2016, p.120). Afirma considerar suspeito o “apetite teológico” de jornais e políticos brasileiros na condenação do autor francês e assinala que a Igreja estaria, como Maritain, “acima e independente de todos os fascismos, comunismos e outros ismos deste mundo” (ibidem, p.130).

É, de algum modo, nesse contexto de difusão de um debate cristão, portanto, quando o cristianismo “despertou e voltou à arena, à luta política e social, ao debate dos problemas não só transcendentais como imediatos”, afirmaria Murilo (apud Guimarães, 2012, p.145), que publica o artigo sobre Romano Guardini. Trata-se de um momento de tentativa de universalização da mensagem cristã, quando defenderia “a beleza e a universalidade do Evangelho” (apud Macedo, 2016, p.120). “Universo”, aliás, é, como se sabe, palavra recorrente em sua poesia: “Tudo no universo marcha” em “Poema dialético”, ou no “antiuniverso” do poema “O filho pródigo” (Mendes, 1997, p.410 e 444).<sup>6</sup> Lembramos da universalidade que pretendeu para a arte ao defender a vantagem do cinema com relação à pintura,<sup>7</sup> num momento em que ele e muitos outros estão pensando a arte proletária: quando Louis Aragon e André Gide, por exemplo, vão à Rússia, Aragon em 1930, Gide em 1936. Murilo Mendes, em vários desses artigos, traz essa universalidade da arte e da literatura para o âmbito religioso: Baudelaire seria um poeta “informado do catolicismo até a medula”, Breton, “católico sem saber”, Bandeira, um “poeta pré-católico – talvez sem o saber, pois que me declarou uma vez não gostar de catolicismo”, Jorge Amado e José Lins do Rego “muito mais cristãos do que certos frequentadores de igreja que tiram o chapéu diante do Banco do Brasil” (apud Macedo, 2016, p.123, 124, 106), para concluir que “anticatólicos e acatólicos são nossos irmãos transviados [...] pertencem todos ao Cristo” (ibidem, p.95). Como afirmaria Raul Antelo, citando o artigo “Poesia universal” de Murilo Mendes publicado no *Boletim de Ariel*:

É esse o sentido do catolicismo muriliano, o da construção de um novo universal pós-kantiano, que fica claro quando afirma, por exemplo que “todos os homens, todas as culturas tendem, consciente ou inconscientemente, para a catolicidade, que não é outra coisa senão a recapitulação de tudo em Cristo, o Espírito Universal por excelência. (Antelo, 2006, p.12)

Para além dessa universalidade, o contexto é também de renovação. Foi o que observou o crítico Alceu Amoroso Lima nas obras de Georges Bernanos, Murilo Mendes e Ismael Nery, por meio da recuperação de uma tradição mística medieval no primeiro, e com a defesa de um sentido de liberdade, do “homem livre”, em Murilo e Ismael.

A França, para Bernanos, estava indissolúvelmente ligada a uma concepção mística, medieval e cristã, a que juntava as tradições das lutas populares. Por isso mesmo repudiava a concepção tradicionalista católica, de um catolicismo já burguês, que vê na Revolução Francesa uma antítese do espírito religioso cristão. (Lima, 1973, p.169)

Tanto Murilo Mendes como Ismael Nery são precursores, entre nós, de um movimento sísmico, sem ruptura, mas com distinções importantes no catolicismo mundial e não apenas brasileiro. Quero referir-me à cisão, embora sem ruptura integral, entre integristas e progressistas, que prefiro chamar de conservadores e renovadores. (ibidem, p.109)<sup>8</sup>

Como se poderá observar, no artigo sobre Romano Guardini a palavra central será “revolução”: um livro “revolucionário”. Indicam-se, com isso, algumas dimensões. A primeira delas, uma renovação ou renascença, afirmaria Murilo Mendes, dos estudos litúrgicos no século XX, para a qual Guardini teve contribuição fundamental com o livro *Espírito da liturgia*. A segunda, uma nova interpretação que Guardini promoveria dos ensinamentos de Jesus Cristo: “em lugar de pensar o Cristo em função do mundo, faz pensar o mundo e todas as coisas em função do Cristo”, diria Murilo em paráfrase da conclusão do livro de Guardini (1945, p.273). Por fim, em seu último parágrafo, a ideia de um cristianismo como “começo de uma vida nova”. Estaria assim, no Cristo, o início de uma “verdadeira revolução, que, não contente com o campo deste mundo, ainda se transporta para o de outro”.

Não se trata aqui, portanto, do que Murilo Mendes indicou em “A comunhão dos santos”, quando propôs que “todo o católico deve ser automaticamente comunista” (apud Macedo, 2016, p.132) ou do que escreveu num artigo sobre Albert Béguin publicado em 1958 na revista *Diálogo* — “costumo dizer que o socialismo é o agudo aguilhão do cristianismo” (apud Guimarães, 2012, p.145)<sup>9</sup> – embora pressinta-se, no artigo sobre Guardini, um inconformismo com a condição presente. Trata-se menos de um questionamento da sociedade burguesa do que, desta vez, de um sentido da experiência cristã capaz de confrontar tempo e eternidade, contingência e transcendência, “a corrupção do pecado e a santidade divina”, tensões ou um “drama”, em suas palavras, fundamentais para a compreensão também de sua poesia.<sup>10</sup>

\* \* \*

Romano Guardini nasceu na Itália em 1885. Foi ainda criança à Alemanha, onde fez estudos de teologia, ordenou-se padre e defendeu uma tese de doutorado sobre São Boaventura. Em 1923, tornou-se professor de Filosofia da Religião na Universidade de Berlim, sendo posteriormente afastado pelos nazistas em virtude da publicação do artigo “Der Heiland”, no qual criticou a idolatria por parte de Hitler no uso da saudação “heil”; para Guardini o único salvador/*Heiland* é o Cristo (Krieg, 2004, p.118). A partir de 1945, foi professor respectivamente nas universidades de Tubinga e Munique. É o momento em que várias de suas obras são traduzidas para o francês: a editora Plon edita *Espí-*

*rito da liturgia*, originalmente publicada em 1918; *A essência do Cristianismo* é publicada em 1945; *O universo religioso de Dostoievski*, em 1947.

*O Senhor* foi publicado em alemão com o título *Der Herr* em 1937, traduzido para o francês em 1945 e para o português em 1964 pela Agir. A edição que apresenta Murilo Mendes é a francesa, embora esteja presente na biblioteca do poeta também a edição portuguesa traduzida por Fernando Gil, ao lado de outros seis livros de Guardini: *L'Esprit de la liturgie* (1930), *Les fins dernières* (1950), *Pascal ou le drame de la conscience chretienne* (1951), *Initiation à la prière* (1951), *Les sens et la connaissance de Dieu* (1954) e *Dante, visionnaire de l'éternité* (1962).<sup>11</sup> Foram todos esses livros muitíssimo anotados por Murilo Mendes, mais anotados do que livros de poesia e crítica literária em geral. Em *Initiation à la prière*, por exemplo, grifa uma frase de grande importância para a sua poética: “O homem deve apreender a tornar-se *presente*” (Guardini, 1949, p.23), com essa tripla dimensão: do aprendizado, do tempo – de um homem cujo acesso a si mesmo se dá na sua relação e distância do tempo, como afirmaria no poema “Primeira meditação”: “Só no tempo exterior dependemos da história,/ Intimamente não” (Mendes, 1997, p.771) – e do presente. Nesse mesmo livro, publicado na França em 1940, Murilo Mendes grifa ainda trechos que apontam para uma dimensão antissentimentalista da liturgia. Um deles é um fragmento que vai no sentido de opor à intuição a ordem, a disciplina e o trabalho:

A prece que jorra de um impulso interior parece, no conjunto, ser quase a exceção. Quem quiser edificar apenas sobre ela a sua vida religiosa quase não irá mais rezar. Seria com um homem que quisesse dedicar-se inteiramente à intuição e à inspiração, e deixar de lado a ordem, a disciplina, o trabalho. Uma vida assim estaria livrada ao acaso. (Guardini, 1949, p.12)<sup>12</sup>

Trata-se de uma oposição que também estará em *O espírito da liturgia*. Por um lado, assinala, em trecho grifado por Murilo, que um pensamento dogmático nos “libertaria da servidão do sentimentalismo, do vago e do incômodo sensíveis” (Guardini, 1930, p.109). Para Guardini, em trechos igualmente grifados por Murilo, “a liturgia não gosta das efusões do sentimento”, “a liturgia é a emoção domada” (ibidem, p.116). Com o auxílio da observação de Robert D’Harcourt no prefácio à edição francesa, retira-se do âmbito da liturgia uma “tendência instintiva do mundo contemporâneo a fazer da emoção a condição da prece” (ibidem, p.35), reforçando os seus vínculos com a razão teológica. Para Guardini, ainda: “toda tentativa para fundar o valor de verdade do dogma sobre o seu valor vital é profundamente anticatólico”, também com grifo do poeta brasileiro (ibidem, p.269).

Em rápido paralelo com a poesia de Murilo, é possível compreender o seu interesse por esses trechos e o seu desinteresse pelas leituras que foram feitas por parte de poetas convertidos ao catolicismo no início do século XX da obra do abade Henri Brémond, autor de *La poésie pure* e de *Histoire littéraire du senti-*

*ment religieux en France*.<sup>13</sup> Supõe uma dimensão intelectualizada do discurso religioso mas também poético, assumindo o tom “de severo rigor”, como observou Júlio Castañon Guimarães, que se manifestaria com a publicação, em 1959, de *Sonetos brancos*, livro escrito entre 1946 e 1948 (Guimarães, 1986, p.64-65), contemporâneo ao artigo sobre Guardini. Em trecho citado por Joana Matos Frias, que toma de empréstimo a expressão “surrealismo lúcido” de Luciana Stegagno Picchio, há uma frase de Murilo Mendes em correspondência enviada a Walmir Ayala que afirmaria que a “operação poética é baseada em linguagem, afetividade e engenho construtivo” (apud Frias, 2001, p.85).<sup>14</sup>

São indicações que repercutirão no conjunto de artigos que publicaria nos anos 1940 sobre o artista Ismael Nery. Nos estudos sobre Nery, menciona Guardini nessa mesma chave da compreensão da liturgia como razão, ou como afirmaria Bento XVI, de um “primado do Logos sobre o ethos” (Ratzinger, 2013, p.129), ainda que esse não faça da teologia pura teoria, mas um existencial (Balthasar, 2010).<sup>15</sup> Murilo nos explicita o interesse do artista brasileiro pelo tomismo, diz-nos que Ismael “detestava o vago”. Afirma, ademais, que viria mais tarde a descobrir que um dos principais motivos do interesse de Ismael Nery pela liturgia “residia no fato de esta operar uma síntese realista, como o demonstra Romano Guardini no seu célebre livro” (Mendes, 1996, p.82-3). Daí, muito possivelmente, a presença de abreviações espalhadas pelas margens dos livros de Guardini feitas por Murilo, marcadas com “ess.”, talvez abreviação de “essencialismo”.

Por outro lado, Murilo está atento ao movimento de Guardini de fundar a liturgia em sua dimensão coletiva, com um “estilo litúrgico” — título de um capítulo de *O espírito da liturgia* — por meio do qual a emoção individual se traduziria em elementos essenciais, simbólicos, compartilhados (Guardini, 1930, p.160). São momentos que Murilo grifa com indicações curtas: a essência íntima da liturgia seria ser si-mesma uma obra de arte (ibidem, p.220), sem, contudo, reduzir-se a um esteticismo (ibidem, p.248). A liturgia retiraria o “indivíduo da esfera das ideias habituais para apropriar-se de um mundo de pensamentos infinitamente mais amplo e mais rico” (ibidem p.145).<sup>16</sup> É possível pressentir o diálogo com essa dupla visada, da riqueza e da amplitude simbólicas, num trecho importante que escreveu sobre Ismael Nery:

A maioria dos fiéis apresenta a tradição como um símbolo inerte, incapaz de renovação e de participação às fontes vivas. Ismael mostrou-nos a fecundidade da tradição católica e sua plasticidade dentro da rigidez de certos princípios imutáveis. Mostrou-nos que a própria experiência histórica revela a riqueza e mobilidade da doutrina católica, adaptável a todos os tempos, civilizações e regimes políticos. (Mendes, 1996, p.83)

No caso de *O Senhor*, há um volume grande de grifos sobretudo no capítulo “A morte” do primeiro tomo e na parte dedicada ao Apocalipse, no segundo. Como se sabe, o livro de Guardini relata a vida de Jesus desde a sua genealogia



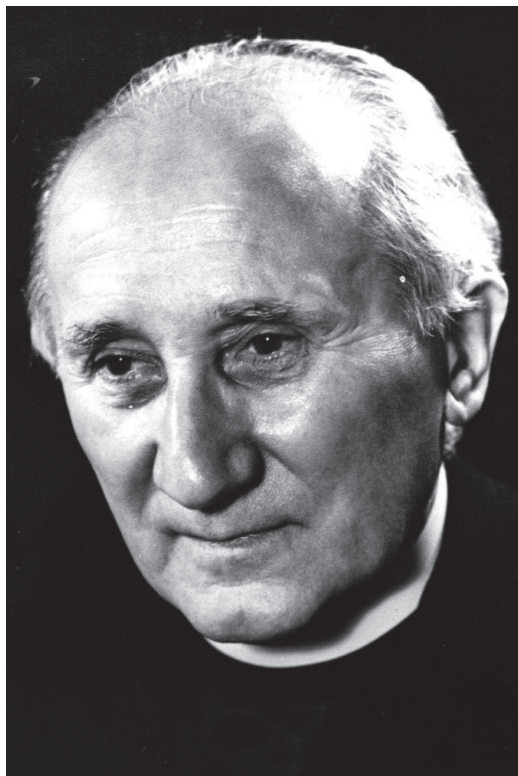
até o fim dos tempos, com notável atenção ao contexto histórico, que poderia fazer dele um modernista como Alfred Loisy, não fosse, por um lado, uma compreensão do papel da Igreja notadamente distinto do autor de *L'Évangile et l'Église* — “É a Igreja que detém a ciência divina da verdade” (Guardini, 1945, p.181) – por outro, sua dimensão sobrenatural, jamais submetida “às normas do possível e do conveniente” (ibidem, p.272).

Em *O Senhor*, um tema constante reaparece articulado com o que Guardini chamaria de “experiência profética”, que é a dupla oposição entre a existência histórica dos homens e o futuro, o tempo e a eternidade. Com a primeira, explicita o quanto o profeta seria aquele que interpreta a história “em função da visão salvífica de Deus”, erguendo as barreiras na qual está “fechada a existência histórica” (ibidem, p.9-10), cuja verdadeira significação permaneceria, portanto, escondida. Com a segunda, assinala o abalo que o temporal sofreria diante da eternidade revelada pelo Apocalipse: “o apocalipse ensina o que se torna o tempo quando chega a eternidade” (ibidem, p.235-6). Trata-se de uma página marcada em marginalia por Murilo Mendes com a indicação “tempo e eternidade”. Sugere-nos, sobretudo, o poema “O pavor ante o eterno”, que consta da primeira edição de *Tempo e eternidade*, posteriormente suprimido:

Meu Deus  
Afasta de mim Tua face;  
Cobre-Te com as nuvens e o arco-iris,  
Porque não suporto tão grande esplendor.  
Não precisas de fazer maiores milagres  
Do que os desdobramentos da alma imortal  
E a conservação da nossa vida  
Apesar das catástrofes diárias.  
Para que duvidar de Ti, si Te vejo?  
Afasta de mim Tua face transluminosa:  
Meu ser temporal só tem coragem de vê-la,  
Diminuída, nos meus irmãos corruptíveis, como eu.  
(Mendes; Lima, 1935, p.99)

Nesse poema, há essa falta de coragem do eu diante da eternidade e o desejo, assim, de vê-la reduzida ao tempo. Encontramos nele um olhar muito distinto de outros poemas desse livro tão apocalíptico, em que o eu se mostra muitas vezes confiante face ao sobrenatural. É como se acenasse, com esse movimento de recusa que não significa dúvida mas um “abalo”, nas palavras de Guardini, para o mesmo gesto que realizará mais tarde o eu de Carlos Drummond de Andrade (2006, p.301) em sua “Máquina do Mundo”, com a visão de um esplendor que será, neste, menos ofuscante, de uma máquina que não produzirá “nem um clarão maior que o tolerável”.

\* \* \*



*Romano Guardini (1885-1968).*

Uma última nota antes de prosseguirmos ao artigo de Murilo Mendes. Assim como o poeta, outros intelectuais e escritores brasileiros se interessaram por Romano Guardini. Rubem Braga afirmou em crônica de 1954 ter sido Athos Bulcão um leitor da obra do teólogo (Braga, 2016). Carlos Drummond de Andrade também teve contato com o livro *De la mélancolie* em sua edição francesa (Camilo, 2001, p.163).<sup>17</sup> Suzy Sperber (1976, p.21) afirmou ter sido Guardini uma das influências de Guimarães Rosa. Alguns anos após o artigo de Murilo Mendes, entretanto, Tasso da Silveira publicou dois textos sobre Romano Guardini: um breve artigo em que defendeu a importância de sua leitura, ao lado de Garrigou-Lagrange, contra a “mixórdia sensorial de Proust, ou a sofística existencial de Sartre” (Silveira, 1951a, p.3), e uma resenha de *Le Seigneur*, dessa vez a partir de sua tradução para o português.<sup>18</sup>

No artigo sobre Guardini, Tasso da Silveira observa a atenção do teólogo à humanidade do Cristo, louva a sua “eficácia criativa”, que aproximaria de Proust: “também Guardini escava incansavelmente a crosta seca do tema, perfurando-a até atingir o núcleo de humus virgem, em que toda a fertilidade pulsa viva [...] não é uma análise, propriamente, que procedem. É uma ressurreição.” (Silveira, 1951b, p.5). E conclui com uma das questões centrais à obra do teólogo: a possibilidade de uma Redenção sem Paixão, ou, como afirmaria Murilo, “que a crucificação talvez não estivesse no primitivo plano de Deus”.

\* \* \*

## Um livro revolucionário

Murilo Mendes (25.6.1948, *O Estado de S. Paulo*)

Parece-me apressado afirmar categoricamente que o homem do século XX rejeitou Cristo. Abstraindo o grande número dos que – dignos ou indignos – o confessam, há ainda um número bem ponderável de pessoas que secretamente anseiam por Ele, que gostariam de chegar a uma adesão integral. Mesmo os mais cândidos e ingênuos, os que aparentemente consideram o Cristo “superado” por novas ideias e novas categorias científicas, políticas ou religiosas, mesmo estes, se puderem se examinar sem influências ambientes, se puderem descer ao fundo de si mesmo, verificarão que o mais íntimo, o mais puro e intocado de seu ser apela para um valor absoluto, um valor que não seja atingido pelo tempo. Parece que a instabilidade das teorias e dos sistemas atuais pelo menos conseguiu isto: pôr a nu um desejo espiritual de permanência, uma sede de essencial. O homem está sendo acuado por forças superiores que ele não pode dominar nem pesar nos seus instrumentos de precisão. Até as pessoas mais superficiais e mais indiferentes pressentem que algo de grande está se passando além das dimensões comuns. Verifica-se ainda o caso de muitos materialistas que recuam nas explicações dos grandes problemas da existência humana, explicações dadas como definitivas até há poucos anos em termos puramente econômicos ou políticos.

Os herdeiros dos enciclopedistas começam a intuir que existem outros fenômenos além daqueles percebidos normalmente pelos sentidos. Mesmo muitos evolucionistas ortodoxos já compreendem que o espírito escapa às leis da evolução estando isto ao alcance da observação comum.

Qualquer homem de boa fé que tomar os Evangelhos e os examinar atentamente, mesmo sem os recursos de luzes extraordinárias, verificará que todos aqueles fatos passaram-se num determinado ponto da terra, nos anos tais, sob o governo de tais imperadores ou cônsules, e que ao mesmo tempo se passam todos os dias em qualquer outro ponto da terra, sob quaisquer outras autoridades. Nenhuma figura, nenhum personagem dos Evangelhos envelheceu, porque os autores inspirados gravaram somente seus traços fundamentais e apresentaram situações promovidas à categoria de símbolos, pois que se repetem diariamente na existência comum. Mas não é só por isto que o tempo não atinge a novidade do Evangelho: o motivo principal é que o próprio Verbo de Deus lhe insufla a vida que Ele mesmo quer comunicar aos homens, e com prodigalidade.

A exegese de quase vinte séculos apropriou-se a pessoa e a mensagem do Cristo, levantando um formidável monumento de amor, ciência e espiritualidade, mas cujas partes apresentam interesse desigual. Ao lado de livros e estudos objetivos baseados nas fontes autênticas visando a unidade da Revelação, existem inúmeras manifestações de pieguice, oriundas de um subjetivismo duvidoso, oferecendo uma versão muito particularizada do Cristo – concepção essa plasticamente exteriorizada nas insípidas imagens da escola do St. Sulpice que se espalharam pelo mundo inteiro, e estão a milhares de léguas da verdadeira fisionomia do Cristo.

Esta nos pode ser reconstituída pelo Novo Testamento ou pela exegese dos Padres e teólogos que seguem com fidelidade a letra e o espírito dos Livros revelados, e sua mensagem não-temperamental, mensagem encarnada numa Pessoa que é ao mesmo tempo uma realidade ontológica, o Cristo Jesus. Entre os autores do nosso tempo que mais de perto seguem esta linha, figuram Karl Adam,<sup>19</sup> Dom Columba Marmion,<sup>20</sup> Dom Ascário Vonier<sup>21</sup> e Romano Guardini.

Romano Guardini, padre secular, nascido na Itália de pais italianos, foi cedo levado para a Alemanha e lá foi educado, escreveu e publicou seus livros. A mocidade católica alemã dos anos 20, dada aos esportes, aos jogos, à vida de “equipe” sentia que um espírito superior devia presidir essas manifestações de vitalidade: mas faltava quem lhe desse a fórmula de tudo isto, a justificação desses movimentos naturais. Esse homem foi Romano Guardini, com o seu famoso livro *O Espírito da Liturgia*. Tornou-se Guardini um dos chefes da renascença litúrgica da nossa época, sendo ao mesmo tempo considerado um dos escritores mais vivos da Alemanha moderna, ao lado da grande Gertrude Von Le Fort.<sup>22</sup> Além de outros livros, publicou ainda um ensaio denso, *O Universo religioso de Dostoievski*, e agora chega-nos às mãos a versão francesa de sua obra sobre o Cristo, versão essa que traz o título *Le Seigneur* (trad. Do P. Lorson,<sup>23</sup> S. J. Edition Alsatia, 1945, Paris).

O livro de Guardini segue de perto o Evangelho, abstraindo completamente as considerações de ordem sentimental e subjetivista. Este livro é uma revolução e uma libertação. É uma revolução nos métodos habituais de exame da pessoa e dos atos do Cristo; é uma libertação porque opera uma mudança do eixo chamado fé: em lugar de pensar o Cristo em função do mundo, faz pensar o mundo e todas as coisas em função do Cristo. Nada tão necessário ao homem de nossos dias, mais absorvido pela idéia de tempo do que o homem de qualquer outra época... Esta obra põe-nos no centro mesmo da realidade do Cristo, de sua essência e de sua permanência. Mostra a perfeita conjugação do Cristo histórico e do Cristo místico, do Cristo homem e do Cristo Deus. Aponta os fatos do Evangelho não como episódios distantes, mas como exames e iluminações da nossa própria vida individual e coletiva. Creio não ter conhecido até hoje um livro que projete luz tão forte sobre as intenções do Cristo, esclarecendo de modo definitivo nossas origens e nossas finalidades. O “élan” da obra não se perde em nenhuma página; sente-se ali um movimento impetuoso e irresistível, uma ventania de Pentecostes. Chegamos a uma conclusão: não se deve ser mais abalado pelos acontecimentos exteriores, ainda que fortíssimos, do que pelos acontecimentos contidos na Revelação, que transcendem a contingência e anunciam a subversão total do universo e uma nova vida, a do conhecimento de Deus através do seu Filho enviado à terra para realizar um batismo de fogo e recapitular todas as coisas na sua pessoa. Depois da leitura e meditações deste livro, não é possível a ninguém mais persistir na ignorância de pessoa do Cristo, sob o pretexto de que é revolucionário e que o cristianismo está “superado”: qualquer um de boa fé perceberá logo que o cristianismo é de fato inquietante, uma verdadeira máquina de explorar o céu, a terra, o inferno e o coração do homem: que o cristianismo consegue fundir estes dois termos, a doçura e a implacabilidade. Porque o Cristo – não adianta escondê-lo – embora tenha dito que seu jugo é suave, se nos apresenta como um amigo exigente, duro de aturar às vezes. Muitos dos judeus e dos discípulos sentiram-no ao seu contacto. É que o Cristo reclama a permanência no seu amor: na observância do seus preceitos não pode haver intervalos, solução de continuidade. O fiel tem que estar sempre a postos, de noite e de dia. O Cristo, além do mais, não oferece compensações imediatas, nem possui sentimentalismo de espécie alguma. Como a caridade está longe do sentimentalismo! De fato é difícil a vida comunitária com três pessoas invisíveis, o Pai inexorável que manda seu Filho único ser crucificado, o Filho que não distribui elogios nem promessas de lucro terreno, o Espírito Santo, cuja missão é destruir a preguiça e a rotina, transformando diariamente a face da terra. Por isto o apóstolo São Paulo escreveu que vivia sempre “temendo e estremecendo”. A religião católica ao mesmo tempo

que afirma a miséria e decadência do homem declara que ele deverá julgar os anjos. Entre a corrupção do pecado e a santidade divina oscila o paradoxal cristão, exilado num período do qual ele deve se desgarrar logo ao nascer pelo batismo, renunciando a esse mundo oposto ao Cristo, ao mesmo tempo que deverá assumi-lo pela caridade. Por isso o cristão é sempre estranho aos outros homens: já os primeiros documentos da nossa era assinalam o caráter particular, muito marcado dessa gente. O cristão é fundamentalmente uma criatura de drama: vive numa contínua luta entre tempo e eternidade, entre a zona do Filho de Deus e a zona do espírito das trevas. Quando Guardini escreve — e com ele o cremos que o Cristo é uma realidade cósmica, tomamos essa expressão no sentido grego, isto é, o de que o Cristo é o poder ordenador e regulador, o estabelecedor de limites entre o bem e o mal, e não um senho de um vago infinito tão afeiçoado pelos poetas românticos. Foi para separar a luz das trevas que o Cristo veio ao mundo, conforme declara São João no início do seu Evangelho. Mas as trevas não o compreenderam. O malogro da missão do Cristo é um tema que se impõe sempre ao espírito de todos os seus fiéis. Guardini examina várias vezes esse problema delicado mostrando audaciosamente que a crucificação talvez não estivesse no primitivo plano de Deus, tendo o Cristo sido forçado a aceitá-la devido à malícia, incompreensão e dureza dos homens. Quis o Filho de Deus assumir a miséria humana sob todas as suas formas e até as suas extremas consequências, ao invés de dar um caráter abstrato à Redenção.

\* \* \*

Romano Guardini dedica várias páginas do seu grande livro ao comentário do Apocalipse. Surge daí o Apocalipse não apenas um registro de profecias e de alegorias, com alusões históricas, mas também, e, sobretudo um livro [de] consolação e de julgamento. Todo o simbolismo do Apocalipse é desmontado aos nossos olhos, não só como visão do futuro, mas com a elevação do presente a uma categoria mística, a do encontro no plano cósmico, entre a consciência do fiel e a realidade do Cristo vencedor e juiz da história. A chamada precursora do julgamento final em cada decisão humana, eis o que é o apocalíptico, diz Guardini. Produz o Apocalipse em síntese a pressão da eternidade sobre o tempo. Considerando os fins últimos do homem, o crente opõe à instabilidade de todas as coisas a permanência do Cristo como valor único e indestrutível. O apocalipse é o coroamento da vida do Cristo e de sua mensagem, o remate da Redenção, por assim dizer.

Creio que mais do que nenhum outro, o livro de Guardini faz compreender que o cristianismo é o começo de uma vida nova, que o cristão é o homem novo anunciado com insistência nas epístolas de S. Paulo, e que do Cristo parte a verdadeira revolução, que, não contente com o campo deste mundo, ainda se transporta para o de outro (E. S. I.<sup>24</sup>).

## Notas

- 1 Este artigo faz parte do projeto de pesquisa “Literatura e Catolicismo no século XX” (Fapesp 2017/06254-5).
- 2 Em conversa com a conservadora da Casa Guilherme de Almeida, Marlene Laky, esta afirmou que é muito provável que o recorte tenha sido feito pelo próprio Guilherme de Almeida.
- 3 Jean Cocteau, no artigo “Le secret professionnel”, incluído nesse mesmo livro, afirmaria não saber “no que a poesia nos afasta ou aproxima de Deus”. Segundo ele, o “espírito de poesia” seria o “espírito religioso fora de toda religião precisa” e estaria próximo do que Paul Claudel identificou em Rimbaud como um “misticismo em estado selvagem” (Cocteau, 1995, p.512).
- 4 Há outras informações sobre a revista que estão no artigo de Tania Regina de Luca (2013). Uma delas, a de que Brício de Abreu teria publicado um livro de poemas intitulado *Evangelho de ternura*, em 1921.
- 5 “*Non possono fomentare quell'imperialismo nazionalistico*”, afirma o texto da encíclica, consultado em vatican.va.
- 6 Joana Matos Frias, em *O erro de Hamlet: poesia e dialética em Murilo Mendes*, nos lembra que há quatro princípios da estrutura poetológica de Murilo, o primeiro deles a “*universalidade* da arte, e, concretamente, da poesia”, com o qual se relaciona o terceiro princípio: “o entendimento da obra ou do texto como lugar de *conciliação de contrários*”. Os grifos são seus (Frias, 2002: 68). Indica-nos ainda a proximidade de Murilo desse universalismo dos “modernistas que pretenderam edificar obras não limitadas pelo espaço geográfico ou cultural dos seus países” (ibidem, p.69).
- 7 Cf. o artigo coligido por Raphael Velloso Macedo “O impasse da pintura” foi publicado por Murilo no *Boletim de Ariel* em 1931: “O cinema não substituirá a pintura, mas, pintura, em movimento, suceder-lhe-á. Com a vantagem do seu caráter de universalidade.” (apud Macedo, 2016, p.93).
- 8 Assinalo apenas a importância de pensar essa “renovação” de Alceu Amoroso Lima em contraste com o que propôs em seu estudo publicado em *A literatura no Brasil* de Afrânio Coutinho (1986) com o título “A *reação* espiritualista” (grifo meu).
- 9 Nessa mesma edição de Júlio Castañon Guimarães, que recolhe cartas de Murilo Mendes a correspondentes europeus, há três do poeta brasileiro enviadas a Beguin.
- 10 Joana Matos Frias observou uma dimensão dialética nos textos de Murilo que poderíamos aproximar desse “drama”. Para Frias (2001, p.78), “o seu texto é sempre um tecido de conflitos cuja resolução anularia o próprio texto, situando-se pois no momento dialético ou negativamente-racional em que a contradição subsiste enquanto lei de funcionamento do texto”. Davi Arrigucci Jr. (2000, p.149) chamou a atenção para o *topos* do *theatrum mundi* em Murilo, refazendo “a perspectiva de nossa própria condição no mundo, sujeita como processo natural à perene catástrofe, embora aspirando à sobrevivência”.
- 11 As datas são das edições francesas. Em português estão traduzidos *Espírito da liturgia*, com duas edições, pela Lumen Christi (1942), com tradução de F. A. Ribeiro, e pela Cultor de Livros (2018), sem indicação do tradutor, *O fim dos tempos modernos*, pela Livraria Morais Editora (1964), com tradução de M. S. Lourenço, reeditado com o título *O fim da Idade Moderna* pelas Edições 70 (2018) e *Introdução à vida de oração*,

pela Cultor de Livros (2018). Há ainda as edições das *Cartas de formação* traduzidas pelo poeta Ruy Belo (Áster, 1960), de *O mundo e a pessoa*, traduzida por Fernando Gil (Livraria Duas Cidades, 1963), de *A aceitação de si mesmo: as idades da vida* (Palas Athena, 1987), traduzido por João Camara Neiva, e de *Liberdade, graça e destino*, traduzida por Domingos Sequeira para Aster (1953).

- 12 Reproduzo o trecho em francês: “*La prière qui jaillit d’une impulsion intérieure paraît, dans l’ensemble, être presque l’exception. Qui voudrait édifier sur elle seule sa vie religieuse en viendrait vraisemblablement à ne plus prier. Il ressemblerait à un homme qui voudrait s’en remettre complètement à l’intuition et à l’inspiration, et laisser de côté l’ordre, la discipline, le travail. Une vie de ce genre serait livrée au hasard*”.
- 13 Há três livros do abade Brémond na biblioteca de Murilo: *Sainte Catherine d’Alexandrie* (1917), *La poésie pure* (1926) e *Autour de l’humanisme d’Erasmus a Pascal* (1936).
- 14 Joana Matos Frias (2001, p.85), interessada pelas “relações construtivas” do poeta, menciona ainda a expressão “lucidez construtiva” empregada por José Paulo Paes para descrever a poesia muriliana. O debate sobre construção e imaginação está também em Davi Arrigucci Jr. (2000, p.119 ss.), que se servirá da imagem da “arquitetura” da memória, emprestada de Vieira da Silva, para apontar, com o ritmo de Murilo, para uma “secreta harmonia em meio ao aleatório ostensivo dos escombros caóticos” (ibidem, p.133).
- 15 Ebook: “*He wanted theology to be understood, never as pure theory, but equally as an existential*”.
- 16 Ou ainda, na página 164: “Nos veremos constantemente na liturgia a expressão espiritual – que nesta se encarna na palavra, no gesto, na cor ou no objeto cultural – despojada de sua particularidade individual, intensificada, apaziguada, alçada ao estatuto de valor universal”.
- 17 Cf. ainda *O Movimento litúrgico no Brasil* de José Arioaldo da Silva, que menciona as leituras de Guardini feitas no Brasil no século XX.
- 18 Como se sabe, Tasso da Silveira foi um dos editores responsáveis pela revista modernista *Festa*, com a participação de autores importantes, como Henriqueta Lisboa e Cecília Meirelles. É importante esse diálogo com Tasso da Silveira, pensando, por um lado, no artigo muito agressivo que lhe dirigiu Murilo Mendes, intitulado “Resposta aos integristas”, mas também, por outro, que a opção por uma poesia religiosa por parte de Murilo resultou em algo muito distinto do grupo da revista *Festa*.
- 19 Karl Borromäus Adam (1876-1966) nasceu na Bavaria (Alemanha), e foi um teólogo católico do início do século XX. Ordenado em 1900, tornou-se doutor pela universidade de Munique em 1904, onde foi professor de teologia a partir de 1915. A editora Cultor de Livros, de que tomo de empréstimo esta nota informativa, publicou de sua autoria *Jesus Cristo*. Na Biblioteca Murilo Mendes, consta a sua edição francesa publicada em Mulhouse pela editora Salvator em 1934 [N.T.].
- 20 Columba Marmion (1858-1923) nasceu em Dublin onde, aos dezesseis anos, ingressou no seminário diocesano. Formou-se em teologia em Roma, tornando-se monge e abade. No Brasil, a editora Cultor de Livros publicou cinco de seus livros: *A união com Deus em Cristo*, *Jesus Cristo nos seus mistérios*, *Jesus Cristo, ideal do monge*, *Jesus Cristo, vida da alma* e *Sponsa Verbi: a Virgem consagrada ao Senhor*. Há mais informações sobre o abade, beatificado por João Paulo II em 3 de setembro de 2000, em <[www.marmion.be/marmpl1000.html](http://www.marmion.be/marmpl1000.html)>. Quatro livros dele estão presentes na biblioteca de

Murilo Mendes em edições francesas: *Le Christ dans ses mysteres*, *Le Christ ideal du moine*, *Le Christ vie de l'ame*, *Sponsa verbi*, publicados pela editora Desclée de Brouwer [N.T.].

- 21 Ou Anscar Vonier (1875-1938), foi teólogo beneditino, conhecido também como o abade de Buckfast. No Brasil, foram publicados de sua autoria os livros *Os Anjos*, *O Povo de Deus*, *Vitória de Cristo* e *O Espírito Cristão*, os dois últimos pela editora Lumen Christi entre 1939 e 1940. Há em andamento o Projeto Anscar Vonier (<<https://anscarvonier.wordpress.com>>) de tradução de suas obras inéditas. Há seis livros de A. Vonier na biblioteca de Murilo Mendes, em edições brasileiras, francesas e espanholas.
- 22 Gertrud Von Le Fort (1876-1971) foi uma escritora alemã convertida ao catolicismo em 1926, autora de *A última ao cadafalso: medo e esperança*, *O Papa do Ghetto* e *A Mulher eterna*, traduzidos em português e o primeiro deles adaptado por Georges Bernanos em *O Diálogo das Carmelitas*. O poeta Tasso da Silveira, que traduziu alguns dos poemas de Le Fort para o suplemento *Letras e Artes* em 1946, afirmou no artigo “Meus poetas”, ter sido ela uma das últimas vozes a repercutir “nos subterrâneos do meu ser” (cf. p.14 de 11.5.1952). Na biblioteca de Murilo Mendes, constam edições francesas de *A última ao cadafalso*, *O véu de Verônica* e *A Mulher eterna*, todas dos anos 1930.
- 23 Pierre Lorson (1897-1954), padre jesuíta, autor de *Un chretien peut-il etre objecteur de conscience?* (1941), livro que consta na biblioteca de Murilo Mendes.
- 24 Não consigo recuperar o que possa significar a abreviação. A referência ao homem novo, todavia, está na Epístola aos Efésios, 2-15 e 4-20. Segundo nota da *Bíblia de Jerusalém* (1973, p.2199), o homem novo seria o protótipo da nova humanidade. Está também no capítulo 6 da Epístola aos Romanos, com a instituição do batismo como acesso a um novo nascimento: “assim também nós vivamos vida nova”.

## Referências

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1973.

ALMEIDA, G. de. *Livro de horas de Soror Dolorosa “A que morreu de amor”*. São Paulo: Nacional, 1920.

AMOROSO, M. B. Murilo Mendes nos jornais: entre a política e a religião. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n.16, p.82-98, 2012.

ANDRADE, C. D. de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

ANTELO, R. Murilo, o surrealismo e a religião. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v.6, n.8/9. *Poesia: passagens e impasses*, p.4-17, 2006.

ARRIGUCCI JUNIOR, D. *O cacto e as ruínas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

BALTHASAR, H. U. Von. *Romano Guardini: reform from the source*. Trans. Albert K. Wimmer and D. C. Schindler. San Francisco: Ignatius Press, 2010 (ebook).

BRAGA, R. *Segredos todos de Djanira e outras crônicas sobre arte e artistas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

CAMILO, V. *Drummond: da Rosa do Povo à Rosa das Trevas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.



- COCTEAU, J. *Romans, poésies, oeuvres diverses*. La Pochothèque, 1995.
- FRIAS, J. M. O “Surrealismo lúcido” de Murilo Mendes. *Remate de Males*, Campinas, p.63-93, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O erro de Hamlet: poesia e dialética em Murilo Mendes*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- GUARDINI, R. *L’Esprit de la liturgie*. Traduit par Robert D’Harcourt. Paris: Librarie Plon, 1930.
- \_\_\_\_\_. *Le Seigneur*, 2 tomes. Alsatia, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Initiation à la prière*. Traduit par Jean Minéry S. J. Editions Alsatia, 1949.
- GUIMARÃES, J. C. *Murilo Mendes: a invenção do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cartas de Murilo Mendes a correspondentes europeus*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.
- KRIEG, R. A. *Catholic theologians in Nazy Germany*. New York; London: Continuum, 2004.
- LIMA, A. A. *Memórias improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LUCA, T. R. de. Brício de Abreu e o jornal literário *Dom Casmurro*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.29, n.49, p.277-301, jan./abr. 2013.
- MACEDO, R. V. *Murilo Mendes nos periódicos Boletim de Ariel e Dom Casmurro*. Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.
- MENDES, M. O eterno nas letras brasileiras. *Lanterna verde: boletim da sociedade Felipe d’Oliveira*. 4 de novembro de 1936, p.43-8.
- \_\_\_\_\_. *Recordações de Ismael Nery*. São Paulo: Duas Cidades/Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Antologia poética*. Org. Júlio Castañon Guimarães e Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- MENDES, M.; LIMA, Jorge. *Tempo e eternidade*. Porto Alegre: Editora da Livraria Globo, 1935.
- PEREIRA, M. L. S. (Org.) *Imaginação de uma biografia literária: os acervos de Murilo Mendes*. Ed. UFJF, 2004.
- RATZINGER, J. *Introdução ao espírito da liturgia*. Trad. Silvia Debetto C. Reis. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- SILVEIRA, T. Guardini e Garrigou. *Letras e Artes: suplemento de A Manhã*, 29.7.1951a.
- \_\_\_\_\_. O Senhor. *Letras e Artes: suplemento de A Manhã*, 2.12.1951b.
- SIMPSON, P. *O Rumor dos cortejos: poesia cristã francesa do século XX*. São Paulo: Ed. Fap-Unifesp, 2012.
- SPERBER, S. F. *Caos e cosmos: Leituras de Guimarães Rosa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

*RESUMO* – Este texto apresenta e contextualiza a publicação de um artigo de Murilo Mendes em 1948 com o título “Um livro revolucionário”, dedicado ao livro *O Senhor (Der Herr, 1937)* do teólogo ítalo-alemão Romano Guardini. Partindo do estudo das bibliotecas pessoais de escritores religiosos, pretende-se situar o artigo de Murilo Mendes no contexto das disputas estéticas e teológicas no pensamento católico brasileiro, tanto quanto compreender os desdobramentos da leitura de Guardini para a sua poética.

*PALAVRAS-CHAVE:* Murilo Mendes, Romano Guardini, Poesia brasileira, Teologia.

*ABSTRACT* – This paper presents and contextualizes the publication of an article by Murilo Mendes in 1948 titled “A Revolutionary Book”, on the book *The Lord (Der Herr, 1937)* by Italian-German theologian Romano Guardini. Starting with the study of personal libraries of religious writers, we intend to situate Mendes’ article in the context of the aesthetic and theological disputes in Brazilian Catholic thought, and understand how reading Guardini influenced Mendes’ poetry.

*KEYWORDS:* Murilo Mendes, Romano Guardini, Brazilian poetry, Theology.

*Pablo Simpson* é doutor em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de São José do Rio Preto. @ – pablo.simpson@unesp.br / <https://orcid.org/0000-0002-2645-8939>

Recebido em 6.9.2019 e aceito em 7.10.2019.

<sup>1</sup> Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.



# “Tu és jesuíta”.

## A epistemologia inaciana de José de Alencar

FABIANO LEMOS<sup>I</sup> e ULYSSES PINHEIRO<sup>II</sup>

“Mas, senhor, meio século do tempo e dez milhões de habitantes para esse imenso império, o que são?”

(José de Alencar, *Cartas a favor da escravidão*)

### I

**A**DMIRAMO-NOS de um paradoxo; chamemo-lo, por enquanto, de *enigma*. Mais especificamente, de *enigma do barroco brasileiro*. Como toda questão enigmática, dar-lhe uma forma significa violar sua contradição, que, ao mesmo tempo, é a violência de sua estrutura; e uma vez que a demanda do dizer aqui se confunde com não poder fazê-lo, somos obrigado a afirmar a violência do enigma do seguinte modo: *quanto mais glorioso o barroco jesuítico se dá ao olhar, mais ele instaura um amplo campo de invisibilidade, ou melhor, de desaparecimento*. Teremos de deixar para uma outra ocasião explorar as implicações dessa proposição para uma teoria geral do barroco no Brasil, para o que, adotando a perspectiva teológico-política, seria necessário avaliar também a retórica e os modos de visualidade de outras ordens, além daquela da Companhia de Jesus. Limitamo-nos, portanto, a discutir sumariamente a particularidade estabelecida na fórmula que apresentamos, ou seja, o sentido da dimensão jesuítica do barroco em seu paradoxo.

Para além dos debates acadêmicos sobre o significado histórico-político da presença jesuítica no Brasil, para além dos detratores iluministas e de seus apologetas dogmáticos, a controvérsia a respeito desse tema se desenvolveu frequentemente por caminhos mais elípticos e certamente menos conhecidos. Aqui se insere a primeira senha de sua invisibilidade: codificada em meio a conceitos estéticos, a questão ideológica do jesuitismo por vezes passou como acessória ou circunstancial. Ocorre, contudo, que, justamente nesses momentos em que ela emerge como ornamento, se deixa, aparentemente, calar a operação que institui uma matriz de inteligibilidade, ela mesma, jesuítica. Seria simplista afirmar que obras cujas temáticas pertencem ao horizonte semântico da Companhia de Jesus revelam, no fundo, compromissos ideológicos com a ordem. Nesse nível, a continuidade poderia ser eletiva, e o que gostaríamos de propor é algo diverso, ou seja, que o modo de pensar inaciano, seu modo de produzir sínteses discursivas

sivas, modos de objetivação e subjetivação, enfim, paradigmas de experiências, configuraria uma *epistemologia* de tipo muito particular, na qual o aparecimento do poder no mundo é também um mecanismo de desaparecimento. Não nos parece uma coincidência que esse mecanismo se manifeste justamente em uma peça cujo título, *O jesuíta*, denuncia, a princípio, sem dúvidas seu objeto. Menos arbitrário ainda seria o fato de ter ela sido assinada em 1861 por esse nome que constitui, nos manuais de história da literatura no Brasil, o primeiro nacionalista: José de Alencar. Ao tomarmos essa peça como uma espécie de miniatura do barroco jesuítico estamos completamente cientes do anacronismo dessa leitura, que, no entanto, instrumentalizamos a fim de assinalarmos os componentes de um jesuitismo mais intermitente que sua designação histórica clássica.

No que diz respeito à formação dos discursos, Alencar se encontrava em um ponto em que o antijesuitismo já se poderia representar como uma tradição. A expulsão dos padres da Companhia de Jesus de todo o reino e domínio de Portugal, decretada pelo marquês de Pombal em nome do rei D. José I em 3 de setembro de 1759, autorizava, enfim, há mais de um século, a organização das inúmeras críticas empreendidas contra os inicianos, quase desde sua presença primeira na Bahia, ainda no século XVI, sob a forma de um projeto filosófico-político no qual eles não mais se incorporavam – ou pior, faziam-no como sinal invertido do poder.<sup>1</sup> Esse expurgo permitiu não apenas que representações, alegorias e argumentos antijesuíticos se instituíssem como objeto ou tema de peças teatrais, poesias, pinturas e tratados, mas que viessem a configurar o próprio modo de se pensar as artes, a filosofia e a política. Ou seja, o *ethos* pombalino se reconheceria não somente no nível das sínteses objetivas dadas, mas, mais fundamentalmente, no nível epistemológico das formações dos campos de produção de sentido – não apenas no grande colorido antijesuítico, por exemplo, dos versos de Basílio da Gama, mas na compreensão mesma do sentido da poesia, dos mecanismos de seu funcionamento, dos dispositivos de inscrição ideológica que esses versos partilham como seus pressupostos. Desenha-se, desse modo, uma epistemologia pombalina que não se limita a ser uma propaganda do esclarecimento português, mas se constitui como a matriz de inteligibilidade de discursos muitas vezes aparentemente distantes do horizonte teológico-político, mesmo que, olhadas de certo modo, possam nele se localizar. Sua figura é a *luz*, e sua exigência, a de um olhar pleno que repousa sem trégua sobre tudo.

Seria, é claro, equivocado enxergar nessa situação a homogeneidade de um contexto ideológico. Na verdade, a via pombalina está inserida em um território de disputas muito amplo, uma vez que, do lado dos defensores da Companhia de Jesus também se procurou constituir uma ordem discursiva, ou antes, uma epistemologia pró-jesuítica, muito mais incisiva do que qualquer simples apologia que lhe poderia ser feita. É nesse território que o jesuitismo encontra um caminho muito mais longo, fixando-se, na linguagem, não como transparência, mas como vertigem do olhar. Sua figura é o *ofuscamento*, e a lógica de

sua dominação se guarda no poder de se imiscuir e desaparecer. Estamos não no nível das ideias, mas no das formações de sínteses.

Em um autor como José de Alencar, confundir um nível com o outro, sobrepor seus temas aos seus procedimentos discursivos, pode significar desconsiderar a complexidade de sua poética que, em todo caso, e exatamente em razão de sua forma muito peculiar de se colocar a favor dos inicianos no nível da *produção de sentido*, parece-nos sempre mais interessante que seu repertório melodramático, que o faz meramente do ponto de vista dos objetos e do gosto de uma época. Pode-se, assim, tanto denunciar o histrionismo corneilliano de seus personagens como acusar, com razão, os elementos reacionários de suas composições – lembremo-nos de suas cartas a favor da escravidão, manifestação enfática de um conservadorismo que ele defendeu em sua vida política e nos padrões de sociabilidade desenvolvidos em seus romances. São todas boas razões para não gostarmos de Alencar, e poderíamos imaginar algumas outras tantas. Há, no entanto, ao menos uma que investe esse escritor, colocado pelas narrativas historiográficas no lugar de uma fundação, de um interesse insuspeito: sua compreensão da mecânica jesuítica.

## II

Curiosamente, é no instante mesmo em que essa compreensão se insinua que Alencar parece condenado a se tornar um extemporâneo, uma figura obsoleta, incompatível com a tendência supostamente progressista das vésperas do positivismo no Brasil. Referimo-nos especificamente ao modo como *O jesuíta* foi responsável pelo seu desfavor junto ao público e a uma parte considerável da crítica. Sua estreia no palco do teatro São Luís, no Centro do Rio de Janeiro, se deu no dia 18 de setembro de 1875, quatorze anos depois de ter sido escrita a pedido do ator João Caetano para a celebração do 7 de setembro (Prado, 1972, p.131), mas seu surpreendente fracasso fez que, das outras três representações planejadas, apenas mais uma tivesse lugar, no dia seguinte, para uma plateia praticamente deserta (Faria, 1987, p.153).

A peça se passa no Rio de Janeiro, às vésperas da expulsão dos jesuítas ordenada por Pombal. Seu personagem central é Samuel, introduzido e reconhecido por todos à sua volta inicialmente como um médico italiano, uma espécie de pai adotivo de Estêvão – que, no entanto, é indicado como seu “pupilo” na apresentação dos personagens (Alencar, 1960, v.IV, p.478). Desde o começo da peça, o conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro, afirma estar de posse de um documento marcado com o selo de Pombal que iria revelar uma verdade insuspeita sobre o suposto médico, e que resultaria em sua prisão. Esse segredo, ignorado por todos e revelado em seguida, é a própria identidade de Samuel, na verdade, um jesuíta. Para sua surpresa, contudo, no momento em que essa revelação é feita pela primeira vez (quando o falso médico aparece vestido com o traje de sua ordem), ouve-se a confissão de que se trata não de um jesuíta apenas, mas do próprio “vigário-geral da Companhia de Jesus no Brasil” (ibidem,

p.522). Disfarçado durante décadas, ele pretendia levar a termo o plano de, com a ajuda de grupos de judeus, ciganos, índios e protestantes, vindos de toda parte do mundo para auxiliá-lo, instituir a independência do Brasil em relação a Portugal. Samuel sabe, contudo, que já alcançou idade avançada demais para realizar seus planos e concebe várias artimanhas para obrigar Estêvão, inadvertidamente, a dar continuidade a eles. A principal delas foi ter, secretamente, instituído o jovem como jesuíta, sem que esse o soubesse. Estêvão havia feito, há muito tempo, uma promessa a Samuel de ordenar-se entre os inacianos. Tomado, contudo, de amor pela jovem filha do conde de Bobadela, Constança, ele se recusa a cumprir o juramento. O que Estêvão não podia imaginar é que, sendo Samuel ele mesmo um padre, esse juramento, acompanhado de algumas palavras de confirmação por parte do pai-mestre, que o jovem não pôde discernir à altura, tinha a força de um voto. A cena IX do primeiro ato se constitui, assim, na revelação de uma profissão de fé secreta e enviesada:

SAMUEL – Lembras-te do dia em que me prometeste abraçar a vida religiosa e entrar no convento dos jesuítas?

ESTÊVÃO – É verdade que vos fiz então essa promessa; porém, não previ que me seria impossível cumpri-la [...]

SAMUEL – Mas essa promessa, feita nas minhas mãos, é juramento: é um voto!... Naquele momento tu professaste, Estêvão!

ESTÊVÃO – Eu...

SAMUEL – [...] Nas palavras que pronunciei então, e que não compreendeste, aceitei os teus votos, e te sagrei em nome do Senhor. Tu és jesuíta! (Alencar, 1960, v.IV, p.491)

Sem que pudesse convencer o jovem de sua condição, Samuel parte, então, para uma série de estratégias para atar Estêvão ao destino que lhe havia traçado, ou melhor, ao destino do Brasil mesmo – e que incluíam sequestrar Constança, forçá-la a se oferecer sexualmente e, por fim, ameaçá-la de morte – tudo com o auxílio do índio paraguaio Garcia, que servia como aquilo que a Inquisição chamava de “braço secular”, ou seja, o meio que permitia à Igreja condenar e executar através de um outro, que preservava sua pureza.<sup>2</sup> Há, contudo, uma espécie de conversão piedosa ao final da peça, quando Samuel resolve o conflito entre o maquiavelismo de seus planos e o amor paterno para com Estêvão, cedendo a essa última disposição e abençoando sua união com Constança. Nos últimos instantes após essa redenção sentimental, Samuel, encurralado pelo exército do conde de Bobadela, declama um discurso profético sobre o futuro do Brasil e escapa por uma porta secreta.<sup>3</sup> A peça se encerra com a constatação atônita desse desaparecimento.

As hipóteses para o descaso do público diante do drama permanecem sustentadas em conjecturas, todas exploradas pelos seus leitores desde então: em primeiro lugar, o crescente interesse dos cariocas pelo teatro de divertimento, antítese da sobriedade celebratória de *O jesuíta* e, ao mesmo tempo, signo de que “o público fluminense ainda não sabe ser público” (Alencar, 1960, v.IV,

p.1008); além disso, um anticlericalismo insistente derivado de recentes reações da população contra medidas ultraconservadoras da Igreja; por fim, elementos mais intrínsecos ao texto, como a ambiguidade incômoda de Samuel (Faria, 1987, p.153-5), para Alencar (1960, v.IV, p.1009), única via de composição de um autor “que não é nem maçom, nem carola”. O que, entretanto, não parece ser reconhecido nem pelo público de 1875, nem pelos comentadores mais contemporâneos de Alencar, é como esse drama, indexical em seu decepcionante destino, se nutria, justamente, de uma compreensão radical da mecânica do jesuitismo na qual seu autor, de inúmeras maneiras, procurou se inscrever. É a epistemologia inaciana de *O jesuíta* que o torna não a peça mais bem-sucedida acerca da Companhia de Jesus, mas a que mais amplamente derivou de suas premissas.

E é aqui que reencontramos o problema do enigma, que se traduz, no drama, nas tensões organizadas entre duas indiscernibilidades:

1. A primeira delas, na cena em que Estêvão é informado de que era um jesuíta, e que poderíamos denominar de *enigma do filho*, ou seja, o do pertencimento compulsório à tradição. Essa cena, edificada sobre um conjunto de signos cifrados – uma promessa que é um voto, palavras entreouvidas que se revelam sacramentos, um pai que é um confessor – pode ser lida como a repetição teatral de um dos mais eficientes procedimentos de colonização dos jesuítas entre os índios brasileiros: o de revelar-lhes, não sem esforço, seu cristianismo latente. De fato, a intenção dessa filiação compulsória estava firmada desde, pelo menos, a carta de Pero Vaz de Caminha, que, a respeito dos nativos ameríndios, afirma: “outra coisa não falece a essa gente, para ser toda cristã, a não ser nos entenderem” (Caminha, 2001, p.113). No século que se seguiu, e além, os Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antonio Vieira expressaram tão mais sua cautela quanto mais investiam o projeto da conversão com o tom ibérico, heroico-cavalleiresco, da Companhia de Jesus. Tema perene de suas lamentações – analisado por Eduardo Viveiros de Castro (2017) – a tendência a voltar aos velhos hábitos *pré-cristãos* fazia dos índios *quase-cristãos*,<sup>4</sup> mas não somente cristãos por vir, uma vez que os jesuítas enxergavam entre eles sinais de um passado piedoso. Conhecemos bem a carta de Nóbrega a Martin de Azpicuelta Navarro escrita em 10 de agosto de 1549, poucos meses depois da chegada dos inacianos à Bahia:

*Tienen noticia dei diluvio de Noé, puesto que no según la verdadera historia, porque dizen que murieron todos, sino una vieja que escapo en un arbol alto. Y también tienen noticia de Santo Thomé e de un su compaiero, y en esta Baya están unas pisadas en una rocha que se tienen por suias, y otras en Sant Vicente, que es en el cabo desta costa. Dizen dél que les dió el mantenimiento que ellos agora tienen, que son raizes de yervas; están bien con él, puesto que de un su compaiero dizen mal. Y no sé la causa, sino, quanto oy dezir que las flechas que le tiravan se tornavan a los que las tiravan y los matavan. Espántanse mucho de veer el nuestro culto divino y la veneración que tenemos a las cosas de Dios. (Monumenta Brasiliae, 1956, v.I, p.138)*



Se a presença de São Tomé nas Américas, de acordo com uma velha lenda da Igreja primitiva (Cavalcante, 2009, p.30-45), justificava o vínculo através de um passado mítico cristão, e se um outro jesuíta, Fernão Cardim, reconhecia nas falas dos pajés em sua tribo os traços da sermonística dos padres da Companhia (Massimi, 2005, p.21-3), não era apenas porque o Brasil, para os missionários do XVI e XVII, segundo a fórmula do mesmo Cardim (2009, p.168), “é já outro Portugal”, mas porque, além disso, os nativos *são já outros cristãos*. Como na cena de José de Alencar, os sinais de pertencimento entre os índios estão cifrados, e apenas o jesuíta é capaz de, construindo um léxico organizado por sua teologia, quase murmurado entre dentes, atribuir ao outro as condições de escuta e de rememoração que, na verdade, serão sempre as suas próprias. Nesse sentido, não é nada ocasional que, em *O jesuíta*, os signos da visualidade sejam constantemente embaralhados pelos da escuta: tudo aquilo que aparece, tudo o que é visto, é profundamente modificado pela ordem do dizer, do ouvir, ou, mais precisamente, do *ouvir-dizer*.<sup>5</sup> Com isso, o passado, mítico porque redescobre na imanência da visualidade uma espessura insuspeita e fatal, uma *história*, só pode emergir à tona através do ofício da autoridade de uma *voz* que o faz *lembrar*. Tomando essa autoridade como ponto de partida, o jesuíta – em José de Alencar, mas em Vieira, igualmente – é o único que pode administrar a distância cheia de sombras entre o olho e ouvido. Na peça de 1875, a primeira frase pronunciada por Samuel em cena – “Tua vida, meu filho, já não te pertence” (Alencar, 1960, v.IV, p.488) – se explica pelo seu poder de mediação entre a *memória* e a *audição*. À desalentada Constança, ele diz: “Minha *voz lembrava* a Estêvão que ele não pode dar-vos, e que vós não podeis aceitar, a sua vida” (ibidem, p.489, grifos nossos), diz ele a Constança.

Alencar explora aqui um dos mecanismos mais radicais do poder colonizador dos jesuítas dos séculos XVI e XVII no Brasil – a instituição da voz como instrumento de construção de um pertencimento esquecido, ou seja, de uma *vocação* secreta dos indígenas, reativada pela memória *ouvida*. Esse elemento dramático em Alencar parece, contudo, atravessar todo o campo discursivo do barroco jesuítico. Sua característica específica é a de que, nele, a vertigem do olhar, de suas dobras e ornamentos, é amplificada pelo modo como sua expressão, bem como os problemas de enunciação vinculados a ela, levam continuamente, o sentido para um *outro lugar*. Se aceitarmos essa caracterização, podemos avaliar mais amplamente a importância dada aos sermões na dinâmica colonial da Companhia de Jesus. As torções e retorções operadas por Vieira ao longo de sua obra parenética, em todos os níveis da linguagem (simbólicos, sintáticos, acústicos, etimológicos) — e que organiza, aliás, o colapso de todos esses níveis — oficiam esse deslocamento intermitente do sentido através da atividade de rememoração, administrada pela escuta, ou seja, pela pregação. Os *Exercícios espirituais* de Inácio de Loyola fazem dessa compreensão um de seus centros. É por isso que o primeiro ponto estabelecido já no primeiro desses exercícios é, justamente, a demanda de se trazer à lembrança e falar sobre o passado de pecado para modificar a vontade:

*El primer punto será traer la memoria sobre el primer pecado, que fue de los ángeles, y luego sobre el mismo el entendimiento discurriendo, luego la voluntad, queriendo todo esto memorar y entender por más me envergoiizar y confundir, trayendo en comparación de un pecado de los ángeles tantos pecados míos.* (Loyola, 1982, p.222, grifo nosso)

Que a lembrança se produza pela voz que corrige o olhar, eis o que Vieira afirma em muitas ocasiões, às vezes de forma bem explícita, ainda que sob a forma do *enigma*, como, por exemplo, no *Sermão das chagas de São Francisco*, pregado em Roma em 1672, ao dizer:

Olhai, senhores, para aquelas Chagas. Oh que silêncio! Oh que vozes! Oh que clamores! Aquelas chagas abertas são cinco bocas; aquele sangue ardentemente gelado nelas são cinco línguas, que ferindo os olhos mais cegos penetram os ouvidos mais surdos. Ou as vejais como Chagas de Cristo impressas em Francisco, ou como Chagas de Francisco transformado em Cristo, de modo que são bocas, são línguas, são vozes. [...] A estas vozes convido hoje, senhores, não os vossos ouvidos, senão os vossos olhos. (Vieira, 2015, t.II, v.X, p.437)

O Samuel de Alencar é a chave de um mistério identitário porque o que ele dá a ouvir, cifradamente, deve fazer Estêvão lembrar o que ele é, modificando seu destino. João Adolfo Hansen (2005, p.31) já havia mostrado como esse dispositivo funcionava em Anchieta: “quando estabelece analogia entre a oralidade e as ações dos selvagens, o jesuíta propõe que a língua deles está escurificada pelo mal”; é desse modo que, “visando reavivar a memória desse saber no indígena, também o padre Anchieta confere uma memória do bem à língua tupi”. Colonizado por Samuel, Estêvão se reúne à vocação dos índios sob o jugo jesuítico de se tornar um povo – o do Império de Cristo, entre os inacianos, mas também o do Reino do Brasil no indigenismo de Alencar. Por isso, mesmo antes de a revelação “Tu és jesuíta”, diante das primeiras insinuações de Samuel de que era frei sem saber, Estêvão hesita: “E dizeis que eu sou... Não! não!... Vosso espírito se ilude... ou perdi a memória do passado... a recordação do passado... a recordação do que fui e do que eu sou...” (Alencar, 1960, v.IV, p.489).

O exercício de indiscernibilidade operado pela voz da memória, administrada em segredo por um representante do poder – e aqui é significativo que esse representante seja não um qualquer, mas uma autoridade máxima – arrasta a luminosidade plena do *eu sou* para o segredo da escuta complexa do *tu és*. O que se cria, com isso, é um poder sobre o modo de circulação das identidades, estratégia que permitia aos jesuítas projetarem suas vozes por dentro do tecido das mais diversas culturas. Que esse não seja apenas um tema da peça de 1875, mas uma configuração geral da poética de Alencar, se mostra pelo modo como muitos de seus textos se ocuparam do problema da relação entre linguagem e vocação. Na verdade, essa era a questão central de sua polêmica com Gonçalves de Magalhães, ao denunciar no épico *A confederação dos tamoios*, escrita por esse último em 1856, uma linguagem artificial, nos moldes do classicismo português, incapaz de

alcançar esse ponto ideal em que “já não é o poeta que fala; é uma época inteira que exprime pela sua voz as tradições, os fatos e os costumes” (ibidem, p.893). O escritor genuinamente brasileiro deve ocupar, portanto, a função análoga do indiscernível confessor, que impõe, sem ser percebido, uma voz para o *ser* nacional, ou seja, indígena. Alencar se filia, assim, ao modelo de dominação da circulação identitária dos jesuítas, exigindo que sua voz atribua ao índio sua memória, sem aparecer enquanto tal. Para traduzir as ideias “rudes e grosseiras” dos nativos, se requer que “a língua civilizada se molde quanto possa à primitiva língua bárbara, e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que pareçam naturais na boca do selvagem” (Alencar, 1960, v.III, p.306).<sup>6</sup> Tutela da identidade, a vocação soprada nos ouvidos deve se confundir com a voz de quem ouve. Quando Alencar publicou *Iracema* em 1865, acompanhada de várias notas explicativas nos pés de página, não era por “zelo” como acreditaram alguns de seus comentadores (Bastos 2014, p.62), mas porque essas notas constituem um paratexto, que, por sua vez, corresponde ao murmúrio de um pertencimento atribuído sub-repticiamente – se não em segredo, ainda que a olho nu.

2. A segunda indiscernibilidade que organiza as tensões da peça se localiza no extremo oposto da cena da revelação a Estêvão, e, nela, a equivocidade se manifesta não na emergência de uma nova identidade, mas no eclipsamento de uma outra. Refiro-me aos já referidos últimos instantes do drama, quando Samuel, perseguido, após um discurso profético, escapa por uma passagem secreta e desaparece. A forma desse acontecimento dramático é a do *enigma do pai*.

Apesar de ser o maquiavélico idealizador do plano da independência do Brasil e de conduzir forçosamente todos à sua volta a se sacrificar a ele, Samuel é um personagem em conflito. O que o torna, aliás, defensável e modelar para Alencar é precisamente essa disjunção constitutiva entre a missão e a compaixão. Se, de um lado, ele é capaz de lançar mão das maiores vilezas para levar adiante seu projeto, por outro, o mais terrível, “terá consciência de seu ato” (Alencar, 1960, v.IV, p.1017). O resultado desse embate é que, a partir de certo ponto, ele passa a ameaçar a integridade identitária daquele que deve organizar as identidades: “Eu mesmo não me reconheço!”, confessa, aturdido, a uma certa altura (ibidem, p.529). O que interessa, contudo, é elaborar uma resposta a essa ameaça de tornar-se outro, que colocaria em risco o dispositivo catequético-colonial inteiro. Os primeiros jesuítas do Brasil tinham completa clareza quanto a essa ameaça. É horrorizado que Manuel da Nóbrega escreve, em italiano, ao padre Simão Rodrigues no dia 6 de janeiro de 1950:

Direi a V. R. [Vossa Reverência] uma coisa mais para chorar que para crescer. Um religioso sacerdote impelido pelo demônio conduziu um dia um principal [um chefe da tribo] de uma fortaleza ao seu adversário, para fazê-lo matar e comer. Ele, não querendo fazer o que foi dito ao adversário, dizendo para isso que o queria tomar em guerra e não por engodo, aquele sacerdote começou a incitá-lo, chamando-o vil e pusilânime, pois não matava seu inimigo, tanto que o fez e o comeu, sem outra utilidade daquele

religioso, salvo que recebeu não sei que punhado de coisa. (Monumenta Brasiliae, 1956, v.I, p.164)

Evidentemente, o padre degenerado não poderia ser um jesuíta, mas oferece um espelho invertido da eficiência missionária. Assim, o medo de se corromper, ou seja, em última análise, de se tornar índio, fazia parte do cotidiano jesuítico e circunscrevia, pelo avesso, suas instabilidades. Nas mãos dos inimigos dos jesuítas, a imagem do padre como índio disfarçado obteve um destino duradouro, que se vinculava a outras denúncias de falsidade ideológica, ao apresentá-lo como filojudaizante ou herege. É exemplar, nesse sentido, a acusação enfrentada por Antonio Vieira, tal como narrada por ele em carta ao padre André Fernandes em 1659: “Um prelado de certa Religião diz constantemente que eu sou feiticeiro” (Vieira, 2015, t.I, v.II, p.259). Fixar uma nova identidade não seria suficiente – embora esse possa ser entendido como o objetivo final da missão jesuítica –, uma vez que qualquer modelo poderia vir a ser destituído pelo que, no Outro, seria da ordem do absolutamente desconhecido. O problema compreendido em profundidade pelos padres da Companhia de Jesus – e disso deriva, talvez, a eficácia de seu enraizamento no projeto de construção da identidade nacional brasileira – era escapar da armadilha das inversões identitárias. Para isso, era preciso se afirmar mesmo na negação, o que significou, em termos gerais, tornar-se presente mesmo na ausência, ou melhor, presente em toda parte por causa de sua ausência. Somente assim nenhuma inversão poderia apagar os signos da colonização jesuítica. Essa astúcia define o *enigma do pai* – da função-pai exercida por Samuel ou por Manuel da Nóbrega – dentro do quadro do que poderíamos chamar de *dispositivo deuteronomico*.

O capítulo 34, o último do livro de Deuteronomio no Antigo Testamento – o texto, portanto, que põe fim aos livros da Lei, o Pentateuco – parece concluir a longa história da busca pela Terra Prometida de modo paradoxal. Isso porque, ao final dos trinta anos de peregrinação pelos desertos, ao avistar, enfim, o lugar destinado por Iaweh a seu povo, Moisés é levado por este até o alto do monte Nebo, onde é informado de que não poderá entrar ali: “Eu a mostrei aos teus olhos; tu, porém, não atravessarás para lá” (Dt 34:4).<sup>7</sup> Tudo poderia não passar de mais uma irônica maldade de Deus, não fosse essa impossibilidade acompanhada de uma estratégia que a transformasse em condição da onipresença de Moisés como figura legislante e originária no novo território. Isso porque, ao morrer, ele é sepultado pelo próprio Iaweh nas fronteiras da Terra Prometida, “e até hoje ninguém sabe onde é sua sepultura” (Dt 34:6). Transferido pelo próprio Deus mesmo do nível geográfico e determinado para o nível toponômico e indeterminado – ou seja, para a atopia fundamental da Ordem – é aí que Moisés pode fundar a Lei: ausente, ele está presente em toda parte, constituindo a própria fronteira enquanto limite do Novo Mundo. Paradoxo da excepcionalidade que anima essa fundação, o dispositivo deuteronomico faz do desaparecimento o quadro geral de invisibilidade onde qualquer olhar deve testemunhar qualquer aparecer: o deslizamento operado entre o *em alguma parte* e o *por toda parte*.

Como o Moisés do Deuteronomio, Samuel não pode alcançar sua Terra Prometida, muito embora a vislumbre de longe. Sintomáticas, portanto, são suas últimas palavras, em meio ao êxtase profético, antes de desaparecer: “Oh! Deus me ilumina!.. Eu vejo!... Além... no futuro... ei-lo!... Brasil!... Minha pátria!...” (Alencar, 1960, v.IV, p.536). A pergunta final do conde Bobadela – “Onde está?” – e a resposta de frei Pedro depois da qual a cortina se fecha – “Deus o sabe!” (ibidem) – representam a contrapartida idealmente jesuítica à expulsão de Pombal, que pretendia não ver os padres da Companhia *em parte alguma*. Também aqui o padre Antonio Vieira entendeu perfeitamente as premissas de sua ordem: nos eventos mais fundamentais, para se permanecer o mesmo, afirmava, seria preciso se deslocar de diante do olhar para trás dele. Não é senão essa ideia a que é expressa em seu comentário acerca do final do Deuteronomio no *Sermão das Exéquias da senhora Dona Maria de Ataíde*, de 1649: “Pois porque não quis Deus que tivessem os homens notícia da sepultura de Moisés? A razão não é menos que de Santo Agostinho: *Ne faciem, quae radiaverat, supressam videret*: ‘por que aquele rosto, em que se tinham visto tantos resplendores, não se visse mudado’” (Vieira, 2015, t.II, v.XIV, p.123-4). Eis o mistério do pai ausente-presente.

### III

Chamamos de *enigma* os dois paradoxos da indeterminação jesuítica no drama de Alencar, mas se tivéssemos de usar de forma precisa seu vocabulário, teríamos de falar de *charada*. É esse o termo utilizado por ele em seu ensaio de autobiografia *Como e porque sou romancista*, escrito em 1873 e publicado postumamente: “O dom de produzir a faculdade criadora, se a tenho, foi a charada que a desenvolveu em mim” (Alencar, 1960, v.I, p.134).

Os *enigmas* ou as *charadas* de *O jesuíta* resultam em um deslocamento que só se nota ao final, mas que, ao ser notado, tem de ter estado em operação desde o início: não sabemos a quem se refere o personagem-título – ao filho, que escuta um passado que o modifica, ou ao pai, que desaparece para permanecer. Em se tratando de um autor depositado na *origem* da história literária nacional, essa indeterminação talvez seja mais do que circunstancial. Pode-se erguer a hipótese de que a função da origem na narrativa da história de nossa literatura esteja tensionada entre essas suas fantasmagorias que chamamos de início de *barroca*, a de um filho que *não é* e a de um pai que *não está*. Não temos como desenvolver essa questão tão amplamente quanto desejaríamos aqui. O que nos parece importante notar, ainda que não surpreendentemente, é que o patriarca do indigenismo tenha compromissos epistemológicos tão incontornáveis com o jesuitismo, ou antes, com o modelo de estratégia colonial da Companhia de Jesus.

Restaria explorar, além dos mecanismos paradoxais que procuramos discutir aqui, semelhanças mais imediatas entre a posição retórico-ideológica de Alencar e a dos jesuítas. Do ponto de vista dos valores com os quais seus romances

identificam os índios, basta mencionarmos a distinção entre os bons goitacazes e os cruéis aimorés, que sustenta o argumento central de *O guarani*: ela perpetua a oposição entre os nativos do litoral e os do interior, ou, para usarmos a designação generalista de Anchieta e de Vieira, entre os *tupis* protocristãos e os indomáveis *tapuias*.<sup>8</sup> No que diz respeito à política, somente um grande esforço comparativo poderia avaliar a abrangência da homologia que fazia com que tanto Vieira, por exemplo, quanto Alencar, embora por argumentos distintos, fizessem a apologia do índio simultaneamente à defesa da necessidade social da escravidão negra.<sup>9</sup> Consideramos mesmo que esse debate poderia produzir uma nova compreensão da relação entre a historiografia da literatura brasileira e os mecanismos de sujeição colonial para além de seu tempo histórico. Ainda está por se abordar, enfim, na consideração do jesuitismo de Alencar, o papel vocacional da profecia na construção da identidade nacional. Enquanto em Anchieta e Vieira, a perscrutação do futuro autorizava a entrada da história em uma nova narrativa de sentido, conforme analisou César Braga-Pinto (2003, espec. cap.2 e 4), o que dizer do lugar da antevisão do tempo na poética de Alencar? O lugar dessa contemplação, presente, como vimos, no discurso final de Samuel em *O jesuíta*, não seria o mesmo daquele “Tu viverás!” pronunciado por Peri em *O guarani* ao salvar sua amada? Essas questões desenham todo um campo problemático que coincide com a reconsideração do viés colonialista do discurso fundador indigenista de Alencar.

Seja como for, parece-nos razoável supor que seja possível construir um argumento no qual sua obra atestaria que o jesuitismo seria uma outra coisa, além do movimento histórico-político determinado no tempo, embora esteja, é claro, relacionado a ele. Referindo-se ao amor de Peri por Ceci, e ao resgate heroico da jovem durante a inundação na fazenda da família, Luiz Roncari (2014, p.606) havia notado:

Entre a realização desse amor promíscuo, com a conseqüente corrosão da ordem patriarcal, e incendiar a casa dos Mariz com todos os seus membros, inclusive os entes familiares queridos, de modo a liberar os amantes para fundar a “nova nação”, Alencar opta pela segunda alternativa. Ele alimenta o mito da nacionalidade sem transgredir a velha ordem. Seria o que poderíamos chamar de a boa devastação.

A expressão *boa devastação* define de modo preciso a teologia colonial: como acontecia em Vieira, a igualdade utópica entre os nativos e os colonos, deixando de fora, ou mantendo subjugados, inúmeros outros personagens, serve às estratégias de dominação de um discurso paradoxalmente identitário. “Peri quer ser cristão!”, diz o índio apaixonado em devoção religiosa (Alencar, 1960, v.II, p.364). Uma compreensão dos problemas filosófico-políticos de José de Alencar enquanto fundador da literatura brasileira depende de entendermos que é a nós que sua triste figura se dirige. Nós, os jesuítas.

## Notas

- 1 Uma síntese didática desse contexto, do ponto de vista da constituição de campos discursivos, é fornecida em Silva (2015, p.413-52).
- 2 Sobre a fórmula “relaxamento ao braço secular”, ver Vainfas (2010, p.375-6).
- 3 A verossimilhança dessa passagem secreta se sustenta para Alencar, como ele sugere na série de artigos “O teatro brasileiro: a propósito de *O jesuíta*” (publicados no jornal *O Globo* também em 1875), na lenda de que o colégio dos jesuítas se ligava através de passagens subterrâneas pelo morro do Castelo – àquela altura denominado de São Sebastião – a outros edifícios construídos pelos padres da Companhia (cf. Alencar, 1960, v.IV, p.1019).
- 4 Apenas para dar um exemplo típico, quase estrutural pela sua repetição incansável nas cartas jesuíticas dos séculos XVI e XVII, remeto a essa passagem de uma carta de Anchieta escrita no dia 1º de setembro de 1554: “Com estas e semelhantes coisas conseguem que uns não criam na pregação da palavra de Deus e que outros, que parecia já termos encerrado no redil de Cristo, voltem aos antigos costumes e se apartem de nós, para poderem viver mais livremente” (Anchieta, 1984, p.77). Uma versão conceitualmente e retoricamente mais elaborada da questão é apresentada no conhecido *Sermão do Espírito Santo*, de Antonio Vieira, de onde partem as análises de Viveiros de Castro.
- 5 Ana Lúcia de Oliveira (200, p.70-) mostrou a importância da *performance* oral em Vieira, mas não explorou os mecanismos, também próprios das práticas jesuítas que analisa, através dos quais se dá a colonização do espaço entre a boca e o ouvido, além de não tirar consequências do cruzamento dessa linha com a do olhar.
- 6 É bem verdade que os leitores de um texto como *Ubirajara* (1874) teriam, talvez, mais facilidade em reconhecer certos diálogos travados entre índios de aldeias inimigas (cf. Alencar, 1960, v.III, p.342) a partir da estilística da ética cavalheiresca de referências clássicas como *Le Cid*, de Corneille, notável em toda parte no livro. Assim como os jesuítas do século XVI escreveram gramáticas tupi desde a perspectiva do sistema de categorizações das gramáticas latinas, a demanda de pureza linguística de Alencar dependia do que lhe interessava estabelecer como código primitivo: “Não que o escritos tratasse o perfil linguístico ao natural, de fato, jornais e charges satíricas já vinham estabelecendo uma espécie de convenção caricata da prosódia popular. Alencar deve ter aproveitado o material dessa codificação para compor falas que obedecessem ao preceito da coloquialidade, tal como o exigia o gênero dramático em que suas peças se inseriam, a *Comédia Realista*. Trata-se de uma imitação artística por excelência” (Parron, 2008, p.29).
- 7 O impedimento imposto por Iaweh a Moisés pode caracterizar uma punição por este, em companhia de Aarão, ter desobedecido suas instruções para bater em um rochedo de modo a que dele jorrasse água diante do povo incrédulo e sedento. Tendo Moisés e Aarão batido duas vezes na rocha, Iaweh os acusa de duvidar de seu poder (Nm 20:12). Ou ainda, ele poderia se explicar pela necessidade estrutural da narrativa, no momento em que seria preciso criar as condições históricas para a sucessão de Josué. Sobre esse último ponto, ver Woods (2011, p.331-2).
- 8 David Treece (2008, p.253) já havia tocado nesse ponto a respeito de *O guarani*. Sobre a perpetuação dessa mitologia classificatória, ver Zeron (2019). Há de notar que a oposição, embora tenha sido mais amplamente divulgada nos escritos jesuíticos, se encontrava disponível em autores como Gabriel Soares de Souza (2010, p.290-1) e seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. O estudo introdutório de Tâmis Parron (2008) permanece uma referência importante e rara para a questão da escravidão em Alencar.

9 Sobre esse ponto, o estudo mais detalhado de que temos conhecimento encontra-se em Zeron (2011, especialmente p.159-88). Cf. também Amantino (2013).

## Referências

ALENCAR, J. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. 4v.

AMANTINO, M. Os jesuítas e seus escravos na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII. In: FERNANDES, E. *A Companhia de Jesus na América*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Contracapa, 2013.

ANCHIETA, J. *Cartas. Correspondência ativa e passiva*. São Paulo: Loyola, 1984.

BASTOS, A. *Alencar, o combatente das letras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

BRAGA-PINTO, C. *As promessas da História*. Discursos proféticos e assimilação no Brasil colonial (1500-1700). São Paulo: Edusp, 2003.

CAMINHA, P. V. Carta de Pero Vaz de Caminha. 1º de maio de 1500. In: AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500. Quarenta documentos*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009.

CASTRO, E. V. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu, 2017.

CAVALCANTE, T. L. V. *Tomé: o apóstolo da América. Índios e Jesuítas em uma história de apropriações e ressignificações*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

FARIA, J. R. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1987.

HANSEN, J. A. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, L. H. (Org.) *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

LOYOLA, San I. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

MASSIMI, M. *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Loyola, 2005.

MONUMENTA BRASILIAE. Roma: Monumenta Historica Societatis Jesu, 1956. 5v.

OLIVEIRA, A. L. *Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2003.

PARRON, T. Introdução. In: ALENCAR, J. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

PRADO, D. A. *João Caetano*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

RONCARI, L. *Literatura brasileira. Dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, A. R. C. O Marquês de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (Org.) *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SOUZA, G. S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.

TREECE, D. *Exilados, aliados, rebeldes*. O momento indianista, a política indigenista e os Estado-Nação imperial. São Paulo: Edusp, 2008.

VAINFAS, R. *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



VIEIRA, A. *Obra completa*. São Paulo: Loyola, 2015. 4t., 30v.

WOODS, E. *Deuteronomy*. Nothingham: Inter-Varsity Press, 2011.

ZERON, C. *Linha de fé*. A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2011.

\_\_\_\_\_. Vieira em movimento: subjacências da distinção entre tapuias, tupis e negros. *Estudos Avançados*, v.33, n.97, 2019.

*RESUMO* – Através de uma leitura da peça *O jesuíta*, de José de Alencar, o artigo propõe a análise de alguns mecanismos político-discursivos que caracterizariam a epistemologia dos padres da Companhia de Jesus em sua dinâmica colonial no Brasil, fundamentada na construção de certas identidades paradoxais. Essas identidades, compondo o quadro geral de um barroco jesuítico, se apresentariam sob a forma enigmática do deslocamento e do desaparecimento, indexadas nos problemas enfrentados pelos personagens da peça. O artigo busca, enfim, avaliar de que modo tais elementos permitiriam entender como o vínculo entre a perspectiva de José de Alencar e a dos jesuítas não seria apenas temático, mas propriamente epistemológico, reconsiderando, assim, a operação de dominação identitária que sustenta a narrativa da história da literatura brasileira.

*PALAVRAS-CHAVE*: José de Alencar, Jesuítas, Filosofia da literatura brasileira.

*ABSTRACT* – By reading one of José de Alencar’s plays called *The Jesuit*, this paper presents an analysis of certain political-discursive mechanisms that characterize the epistemology of the priests of the Society of Jesus in its colonial dynamics in Brazil, grounded on the development of some paradoxical identities. These identities compose the general framework of a Jesuit Baroque and are enigmatically presented as displacement and disappearance, as referenced in the issues faced by the play’s characters. The paper aims, at last, to evaluate how these components might allow us to understand that the link between the perspectives of José de Alencar and the Jesuits is not only thematic, but properly epistemological. Thus, it reconsiders the operation of identity dominance that underpins the narrative of the history of Brazilian literature.

*KEYWORDS*: José de Alencar, Jesuits, Philosophy of Brazilian literature.

*Fabiano Lemos* é doutor em Filosofia, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. @ – fabianolemos@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-3837-9776>

*Ulysses Pinheiro* é doutor em Filosofia, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. @ – ulyssespinheiro@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-7687-1465>

Recebido em 26.12.2019 e aceito em 23.1.2020.

<sup>1</sup> Departamento de Filosofia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>11</sup> Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Cultura

# Os impedimentos da memória

JEANNE MARIE GAGNEBIN<sup>1</sup>

## Introdução

**D**ESDE A “Advertência” de seu livro mestre sobre *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur (2007, p.17) nos surpreende afirmando que essa nova pesquisa se deve a uma “lacuna” em sua obra, a saber, a falta de uma reflexão mais aprofundada sobre a memória e, mais ainda, sobre o esquecimento. O leitor que leu as belas análises de Ricoeur sobre Proust, Santo Agostinho ou mesmo Nietzsche fica surpreso, mesmo se a honestidade e a modéstia do autor sejam bem conhecidas. A essa “preocupação privada”, acrescenta Ricoeur, se une uma “preocupação pública” que orienta toda a escrita desse grande livro e talvez explique essa nova obra:

Preocupação pública: perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos. (Ricoeur, 2010, tradução br. 2007, p.17)

Assim, podemos estabelecer uma primeira hipótese: esse novo trabalho de Paul Ricoeur (2000/2007), após os três volumes de *Tempo e narrativa* ou a reflexão sobre a identidade de *O si-mesmo como outro* (Ricoeur, 1990, trad. br. 2014), não se deve apenas a uma preocupação de honestidade intelectual, mesmo da exaustividade que essas obras também testemunham. Esse novo livro faz parte de uma preocupação cada vez mais política, no sentido de uma ética da cidadania e das instituições, do pensamento ricoeuriano. Certamente Ricoeur sempre teve essa preocupação com a política e seus paradoxos. Mas, a partir do final da década de 1980, essa preocupação acentua-se, como se a reflexão hermenêutica e linguística, realizada com paciência e obstinação, pudesse finalmente levar a uma filosofia prática, passar *Do texto à ação*, segundo o título de seu segundo volume de ensaios hermenêuticos (Ricoeur, 1986).<sup>1</sup> Assim, os dois volumes intitulados *O justo* (Ricoeur, 2008a/b), que traçam uma verdadeira filosofia do direito. Nesse itinerário, *A memória, a história, o esquecimento* marca a virada, porque esse livro não apenas dialoga com a historiografia contemporânea, notadamente francesa, como fizeram o primeiro e o último volumes de *Tempo e narrativa*, mas porque se confronta diretamente com a “bulimia comemorativa” que tentam pensar os grandes volumes organizados por Pierre Nora em torno dos *Lieux de mémoire*, e à qual para o desgosto de seu autor e organizador eles parecem ter contribuído.<sup>2</sup>

No entanto, e essa será minha segunda hipótese, mesmo que Ricoeur e Nora sejam ambos de acordo, como diz François Dosse (2004, p.256-70) em

um belo artigo que corrige a recepção frequentemente distorcida, até odiosa, de *A memória, a história, o esquecimento* em revistas e jornais parisienses, se ambos defenderem “com a mesma firmeza o dever, a dívida das gerações atuais em relação ao passado”, na esteira desse “rito fúnebre” que é a escrita da história segundo Michel de Certeau, a obra de Ricoeur é um hino ao que ele chama de uma memória viva, não apenas fiel mas até mesmo «feliz”.<sup>3</sup> Nesse sentido, Ricoeur defende a precedência da memória sobre a operação histórica:

A injunção a se lembrar corre o risco de ser entendida como um convite dirigido à memória para que provoque um curto-circuito no trabalho da história. Por meu lado, estou tanto mais atento a esse perigo pelo fato de meu livro ser uma apologia da memória como matriz de história, na medida em que ela continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado. (Ricoeur, 2007, p.100)

A questão de *A memória, a história, o esquecimento* pode, portanto, ser descrita como sendo ao mesmo tempo uma tomada de posição firme para com uma “política da justa memória” (Ricoeur, 2007) e uma reabilitação, de origem fenomenológica, da primazia da memória contra sua redução a um sentimento subjetivo, até privado de interesse epistemológico. Essa primazia ontológica da memória explicaria talvez a curiosa falta de um “Prelúdio” na construção da obra. Uma vez que a segunda e a terceira partes (respectivamente “História/Epistemologia” e “A condição Histórica”) são precedidas por prelúdios que formulam uma dúvida, uma interrogação que problematizam as reflexões a serem seguidas; a primeira parte, “Da memória e da reminiscência”, começa logo após uma breve “nota de orientação geral”, nota também presente para a segunda e a terceira partes. Parece, portanto, que a memória goza de um *status* privilegiado: mesmo que ela não configure nenhuma origem última, visto que a filosofia deve fazer o luto da possibilidade dessa figura, não obstante ela é a primeira porque não dedutível, ela nasce com a linguagem humana e até a precede na história singular e não dita do corpo de cada um. Já na famosa conclusão de *La philosophie de la volonté* intitulada “O símbolo dá o que pensar”, Ricoeur (1960, p.324) afirmou em conjunto a impossibilidade de uma filosofia “sem pressuposto” e a necessidade, para a filosofia, ancorada na plenitude da linguagem, de “se recordar para começar”.<sup>4</sup> Desde Platão, a filosofia nasce com a linguagem, e o *logos* é como a articulação de uma *anamnese* primeira cujo “objeto” é inatingível – pelo menos pela filosofia que, no entanto, gostaria de poder dar-lhe um nome.

### **Pierre Nora: entre memória e história**

Essa precedência ontológica da memória sobre a história pode nos iluminar sobre as diferenças que existem, a despeito de todos os pontos comuns, entre o diagnóstico de Nora e a tentativa de Ricoeur. Em seu texto teórico introdutório ao projeto dos *Lieux de mémoire*, texto intitulado “Entre mémoire et histoire”, Pierre Nora descreve com sagacidade e, com frequente humor, nossa excessiva preocupação contemporânea a respeito da memória. Colóquios,

estudos, projetos de pesquisa, os números de periódicos, todos eles são incontáveis sobre esse assunto. Certamente a preocupação com a memória do passado, especialmente dos mortos do passado, já guia os *kleos* grego e toda a poesia homérica, mas essa preocupação assume hoje características específicas: é porque não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva – como tentava descrever Maurice Halbwachs – que precisamos lutar contra essa caducidade das obras e das existências humanas, que criamos tantas estratégias de conservação, arquivos, gravações, vídeos, centros de memória. Nora propõe, portanto, esboçar nos sete volumes de *Lieux de mémoire* uma história verdadeira das relações complementares entre memória e história, e de suas várias manifestações, dos memoriais aos mortos, aos grandes dicionários e aos múltiplos centenários (e bicentenários).

Para fazer isso, ele parte de uma definição intuitiva daquilo que geralmente chamamos “memória” e daquilo que entendemos como “história”, no sentido de uma disciplina científica. Ao fazê-lo, Nora retoma implicitamente uma hipótese-chave da sociologia alemã do final do século XIX (Ferdinand Tönnies e Georg Simmel em particular), que estabeleceu como uma característica específica da nossa contemporaneidade desde, *grosso modo*, a Primeira Guerra Mundial – mas sendo sua fonte muito mais antiga no desenvolvimento do capitalismo industrial – isto é, o fim de uma relação de continuidade imediata entre o presente e o passado. Isso é também o que Walter Benjamin descreve como o fim da experiência, no pleno sentido do termo alemão *Erfahrung*, experiência compartilhada e transmitida de geração em geração. O desenvolvimento da técnica, um dos principais temas da sociologia e da filosofia após as bombas da Primeira Guerra, e a aceleração da produção industrial cava entre gerações sucessivas (e às vezes dentro da mesma geração) um abismo de experiência e vida que torna a transmissão das histórias e o significado dessas histórias, do sentido da vida, profundamente problemático, até impossível. Tönnies usa a oposição entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), ou seja, a passagem de um organização social restrita, orgânica e até familiar, ligada à agricultura e ao artesanato, a uma organização social muito mais ampla, e até global, governada pelas duras leis de um capitalismo competitivo e da produção industrial, para retratar essa transformação. É também a transição do convívio das aldeias rurais para o anonimato das grandes cidades industriais, das megacidades de hoje. Nora aborda esse tema quando sinaliza a ruptura operada pelo fim do campesinato na França.

Não me atreveria a discutir aqui nem os méritos dessas descrições nem a veracidade delas. O que é claro é que elas geralmente são acompanhadas por uma forte idealização do passado, de uma nostalgia pela perda da comunidade (a qual não podemos realmente dizer se foi tão harmoniosa) e de uma acusação, muitas vezes justificada, em relação ao nosso presente competitivo, globalizado e anônimo, reclamação que vai contudo acompanhada com um certo entusiasmo pela invenção ilimitada de novas mercadorias e a aceleração de sua produção. O

que eu gostaria de salientar é que Nora assume implicitamente esse quadro teórico quando fala de “*L’arrachement de ce qui restait encore de vécu dans la chaleur de la tradition, dans le mutisme de la coutume, dans la répétition de l’ancestral sous la poussée d’un sentiment historique de fond*”, para concluir com uma bela fórmula irônica: “*On ne parle tant de mémoire que parce qu’il n’y en a plus*”.<sup>5</sup> A diferença aumenta entre uma “história-memória”, ou seja, para Nora, uma “tradição histórica” que “*s’est développée comme l’exercice réglé de la mémoire et son approfondissement spontané*”<sup>6</sup> e uma “história crítica”, que não apenas denuncia os mitos, mas “*se met en devoir de traquer en elle ce qui n’est pas elle, se découvrant victime de la mémoire et faisant un effort pour s’en délivrer*”.<sup>7</sup> Enquanto “*l’histoire est devenue une science sociale*”, “*la mémoire [est] un phénomène purement privé*”,<sup>8</sup> conclui Nora talvez de maneira abrupta, passando de um “*monde où l’on avait des ancêtres à un monde du rapport contingent à ce qui nous a faits*”.<sup>9</sup>

O grande mérito das reflexões de Pierre Nora consiste nesse questionamento da memória, em sua historicização: funções, exercícios e valores da memória mudando profundamente de acordo com o contexto histórico de cada cultura, oral ou escrita, camponesa, artesanal ou industrial, por exemplo. Essas mudanças são a prova de que a memória não é uma faculdade antropológica imutável, mas a expressão de uma relação com a temporalidade humana, um relacionamento em si impregnado de historicidades singulares. Como historiador da memória, Nora chama a atenção em particular para o entusiasmo contemporâneo pelos projetos de preservação, conservação, de salvaguarda que, segundo ele, nascem menos de uma vontade natural de lembrar e mais da consciência aguda – mesmo que pouco explícita – da fragilidade e da caducidade das tradições passadas, mais geralmente de todas as obras humanas, especialmente das nossas. Portanto, nosso desejo de conservação, nosso arquivismo ilimitado, seria mais o sinal da ansiedade com a aceleração dos processos de destruição e obsolescência, e não o resultado de uma deliberação cuidadosa sobre o valor – ou não – do que nós nos esforçamos para preservar. Essa tendência a uma conservação exaustiva é também a de uma historiografia acadêmica cuja erudição estéril Nietzsche já denunciou, na *Segunda consideração intempestiva*, a erudição estéril. A redução do gesto memorial a um gesto de preservação atesta certamente uma preocupação de respeito, até de piedade, mas tende a secar a força de vida desse ato, transformando a memória numa prática de embalsamamento.

Não se pode deixar de notar que o próprio Nora parece ser vítima de uma certa nostalgia, até mesmo de uma idealização da memória “verdadeira”, com a que ele próprio havia contribuído a denunciar como um sinal de nossa contemporaneidade ansiosa, quando ele declara:

*Sans doute est-il impossible de se passer du mot [du mot de “mémoire”]. Acceptons-le, mais avec la conscience claire de la différence entre la mémoire vraie, aujourd’hui réfugiée dans le geste et l’habitude, dans les métiers où se transmettent les savoirs du silence, dans les savoirs du corps, les mémoires*

*d'imprégnation et les savoirs réflexes, et la mémoire transformée par son passage en histoire, qui en est presque le contraire: volontaire et délibérée, vécue comme un devoir et non plus spontanée; psychologique, individuelle et subjective, et non plus sociale, collective, englobante.*<sup>10</sup>

Essas afirmações são ambíguas: por que opor a memória verdadeira à “*mémoire saisie par l'histoire*”, como Nora chama no segundo subtítulo de sua grande introdução geral, uma vez que tínhamos entendido que a memória é sempre uma figura histórica, não uma essência “verdadeira” e imutável? Talvez – e essa é minha suspeita – para melhor destacar as prerrogativas da disciplina histórica que prevalece e deve prevalecer hoje em nossa relação com o passado. A história, pois, essa disciplina científica, “voluntária e deliberada”, é promovida a uma espécie de consciência crítica da nação – e seu porta-voz, o historiador, como garantidor da busca da verdade contra o caráter emocional e sempre subjetivo das reivindicações memoriais. Assim já aponta, no início deste projeto histórico dos “*Lieux de mémoire*”, o alerta do historiador crítico contra a febre comemorativa e identitária a qual o Estado francês se vê forçado no final do século XX: desde a ênfase na memória da Shoah, cada um parece ter o direito de reivindicar a celebração de sua história, geralmente dolorosa, de sua identidade perante os órgãos oficiais da República Francesa. Daí a constatação irônica, mas também exasperada do historiador Nora no final desses sete volumes:

*C'est la dynamique même de la commémoration qui s'est inversée, le modèle mémoriel l'a emporté sur le modèle historique, et, avec lui, un tout autre usage du passé, imprévisible, capricieux. Un passé qui a perdu son caractère organique, péremptoire et contraignant. Ce n'est pas ce qu'il nous impose qui compte mais ce que l'on y met. D'où le brouillage du message, quel qu'il soit. C'est le présent qui crée ses instruments de commémoration, qui court après les dates et les figures à commémorer, qui les ignore ou les multiplie, qui s'en donne d'arbitraires à l'intérieur du programme imposé (tel Valmy annexé à 1789) ou qui subit la date (par exemple 1994 pour l'affaire Dreyfus, la condamnation, pas la réhabilitation), mais pour en transformer la signification. L'histoire propose, mais le présent dispose, et ce qui se passe est régulièrement différent de ce que l'on voulait.*<sup>11</sup>

Entendemos que essa “*refabrication du passé*”<sup>12</sup> é suficiente para irritar Pierre Nora, representante de uma história científica “*telle qu'elle s'est constituée en institutrice de la nation*”,<sup>13</sup> como ele coloca belamente. É de fato uma crise dessa tradição, portanto uma crise da filiação à nação, sinalizada por essa efervescência comemorativa – e isso a favor de iniciativas de identidade assumidas “*avec les moyens du bord, des plus sauvages aux plus scientifiques*”<sup>14</sup> por muitos grupos, na maioria das vezes por aqueles que se sentiram sufocados ou justificadamente ignorados pelas autoridades nacionais. A passagem “*de l'historique au mémoratif et du mémoratif au commémoratif*”<sup>15</sup> indica, assim, dois fenômenos relacionados, o rompimento da unidade “Nação” e a crescente distância entre um modelo crítico com pretensão científica de apreensão do passado, passado reco-

nhecido como um bem comum de todos os cidadãos de uma mesma unidade nacional e uma pluralidade de memórias soterradas que reivindicam a sua volta à existência e à consciência, sem se preocupar em primeiro lugar com o caráter científico deste discurso. Donde um jorro de comemorações e de contracomemorações que indicam mais uma problemática do presente do que uma atenção ao passado. A história não é mais “*une mémoire vérifiée*”,<sup>16</sup> onde cada um podia encontrar seu lugar, mas se tornou uma narrativa dilacerada, conglomerado de narrativas parciais ou mesmo partidárias, muitas vezes militantes.

### **Paul Ricoeur e a memória viva**

Paul Ricoeur (2007, p.421) observou a “amargura” do historiador. No entanto, parece-me que todo o livro de Ricoeur defende outra concepção de memória, muito diferente daquela que é denunciada por Nora (1997) como um aglomerado de memórias diversas (“memória operária, occitana, feminina” por exemplo) que têm em comum a reivindicação de uma identidade até agora desprezada ou silenciada. Ricoeur evita a armadilha da questão identitária (não nos esqueçamos de que *A memória, a história, o esquecimento* é escrito após *O si-mesmo como outro!*) para aprofundar uma concepção de memória ligada à vida, como Bergson o queria, abundantemente citada nesse livro (em oposição a uma certa distância em relação a Heidegger).

Ricoeur, portanto, insiste que não podemos prescindir da memória para poder estabelecer uma relação com o passado. Retomando a citação de Aristóteles, “A memória é do passado”,<sup>17</sup> ele deixa temporariamente de lado o problema epistemológico da fidelidade ou da verdade da memória para enfatizar seu *status* transcendental. Sem memória, o passado não existiria para nós, estaríamos tão presos a um presente que seria constantemente adicionado a outro presente:

Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. (Ricoeur, 2007, p.40)

Portanto, é esse *statuto* transcendental que nos obriga a refletir, por assim dizer, a montante, antes da questão da exatidão ou não de nossas lembranças, a refletir sobre esse vínculo com o passado que nos constitui e que só percebemos através da memória. A distinção bergsoniana entre memória-hábito e memória-lembrança sublinha essa temporalidade viva, pela oposição entre a repetição do hábito – daquilo que aprendemos no passado e que estamos reativando – e o lembrar de eventos únicos que às vezes surgem sem o nosso esforço consciente e manifestam a imprevisibilidade e a espontaneidade da vida. À memória-repetição se opõe essa memória que traz de volta o passado esquecido, ou nunca realmente percebido, o que Proust chamava de pequenas “ressurreições da memória” porque esse passado estava morto e que subitamente salta para o palco do presente, transformando-o.

A leitura atenta de Reinhart Koselleck (1979), ao termo de *Tempo e narrativa*, perseguiu um objetivo análogo: a saber, que o “espaço da experiência”



que extraímos do passado e o “horizonte de espera” que podemos projetar sobre o futuro são as condições de possibilidade de um presente verdadeiramente vivo, portanto enraizado em uma temporalidade reconhecida e assumida. Ricoeur desloca, portanto, a questão epistemológica da exatidão, ou não, das lembranças, questão ligada a todos os avatares da imagem e da imaginação,<sup>18</sup> para se debruçar sobre uma análise da memória como condição de possibilidade da vida humana, essa existência temporal que conhece seu passado e seu futuro, que sabe de sua finitude, mas também de sua inventividade (o *Dasein* heideggeriano sendo retomado com uma forte conotação positiva da afirmação de vida).

Para Ricoeur, o problema se transfere da “representação” do passado, em alemão *Vorstellung*, imagem mental que o historiador se esforça para evocar de maneira precisa e verificável, ao da “representância”, no alemão *Vertretung*, um ato de lembrar que quer representar (*vertreten*), no sentido político e ético da palavra, como um deputado representa seus eleitores: representância dos mortos do passado, em particular de suas lutas e de suas esperanças. Como o enfatizam Olivier Abel e Jérôme Porée (2007, p.72), é “a dialética de *não ser mais* que dá a medida do desaparecimento do passado e do *ter sido* que atesta sua presença ausente”, o que dá a representância sua densidade ontológica. Não se trata apenas de conhecer o melhor possível o passado, como gostaria o historiador, mas de retomar seus gestos inacabados e suas aspirações, portanto de lembrar de seus sofrimentos.

Nesse sentido, a representância, próxima ao *Eingedenken* (que eu traduziria por rememoração, algo muito diferente da noção de comemoração) de Walter Benjamin, proclama mais a necessidade de *não esquecer*, o que não é sinônimo de “dever da memória”, rapidamente transformado e alienado em comemoração oficial. Na fonte dessa relação memorial, certamente há uma injunção teológica que encarnam as palavras de Jesus aos seus discípulos, instituindo a Ceia antes de ser entregue ao tribunal e à morte: “Façam isso em minha memória”.<sup>19</sup> Relação que, no entanto, pode ser de ordem ética e política, sem pressupor uma fidelidade religiosa determinada. Podemos observar que Walter Benjamin também assumiu à sua maneira um legado teológico quando ele observou, respondendo às objeções de Max Horkheimer ao seu projeto historiográfico:

O corretivo desta linha de pensamento [as de Horkheimer sobre a caducidade do passado] pode ser encontrado na consideração de que a história não é apenas uma ciência, mais igualmente uma forma de rememoração. [...] Esta pode transformar o inacabado (a felicidade) em algo acabado e o acabado (sofrimento) em algo inacabado. Isto é teologia; na rememoração, porém, fazemos uma experiência que nos proíbe de conceber a história como fundamentalmente ateológica, embora tampouco nos seja permitido tentar escrevê-la com conceitos imediatamente teológicos. (Benjamin, 2009, p.513)

## Dimensão ética e política da memória

Essa relação de representância explica a veemência com a qual Ricoeur insiste na relação entre memória do passado e exigência ética, opondo à “tirania da memória” e à febre comemorativa, justamente denunciadas por Pierre Nora, uma necessidade de pensar o trabalho de memória “sob a égide da idéia de justiça” (Ricoeur, 2007, p.104). Ora, a justiça só pode ser pensada no presente, a saber: como se lembrar fazendo justiça a esse passado (*vergangen*), é claro, mas contudo ainda e sempre inscrito no presente, um passado (*gewesen*) presente? Em que minha atividade presente faz justiça ao passado? Essa relação entre o passado, em particular entre os sofrimentos do passado e o presente, carrega a atividade memorial com o peso de uma tarefa que proíbe defini-la como uma figura ideal de objetividade, aquilo que a ciência histórica visa. Esse lado emocional (no vocabulário de Pierre Nora) da memória não se esgota em um subjetivismo reivindicativo, mas sublinha o vínculo de vida que une o presente ao passado. A memória, como força vital, nos permitiria prestar contas da *dívida* que temos com o passado – mas também de não permanecer nela eternamente presos, vítimas dessa tendência mortífera que Nietzsche denuncia na Segunda Dissertação da *Genealogia da moral* quando ele analisa a relação entre dívida (*Schuld*) e culpa (*Schuld*).

Quando ele introduz conjuntamente as noções de “representância” e “dívida” no terceiro volume de *Tempo e narrativa*, Ricoeur (2010, p.266) cita Michel de Certeau, em particular sua releitura do texto de Freud, *Moisés e o monoteísmo*, e a “dupla relação de contestação e pertencimento” que caracteriza o Moisés freudiano. A partir de agora, Certeau e Freud acompanham a reflexão ricoeuriana sobre o “enigma da preteridade” (Ricoeur, 2010, p.267), este passado que interpela os homens do presente e lhes ordena não apenas a não esquecê-lo, mas também a “restituir aos homens do passado – aos mortos – o que lhes é devido” (Ricoeur, 2010, p.268). A tarefa da memória, portanto, não é apenas de lembrar, mas de lembrar respondendo a uma interpelação, um tema que encontramos em Arendt e em Benjamin.

Todas as estratégias de impedimento da memória, “Memória impedida, memória manipulada, memória comandada de modo abusivo”, conforme listado no subtítulo do capítulo II de *A memória, a história, o esquecimento*, (Ricoeur, 2007, p.82) portanto, não visam simplesmente uma falsificação da lembrança, mas muito mais: elas tendem a impedir a escuta dessa interpelação e a resposta que lhe poderia ser dada no presente, dentro do presente e para o presente. É por isso que Ricoeur vai se confrontar com as dimensões propriamente políticas da memória e do esquecimento. A necessidade de uma uma reflexão mais aprofundada sobre o tema do esquecimento surge da afirmação de renovação que as “ressurreições da memória” tornam possível, portanto, de uma distinção entre uma memória concebida como um vasto armazém cheio de objetos de todos os tipos, de acordo com as descrições clássicas de Santo Agostinho,<sup>20</sup> e essa memó-

ria viva e espontânea que se lembra não se sabe donde. Assim Ricoeur distingue, nos passos de Proust e Freud, um esquecimento como o apagamento dos rastros e um “esquecimento de reserva”, reserva de vida e de surpresa quando o sujeito, singular e também coletivo, concorda em não controlar de um punho de ferro, o de sua consciência, o processo da lembrança. Ousar apostar na “sobrevivência das imagens”<sup>21</sup> na alegria e na vergonha que essas imagens enterradas provocam em nós, é, segundo a lição de Freud retomada por Ricoeur, ousar apostar em uma nova vida no presente.

O esquecimento de reserva permite melhor entender o quanto todas as formas de esquecimento impostas – quer pelo superego do sujeito singular ou por uma política de “esquecimento comandado”, pelas numerosas leis de *anistia*,<sup>22</sup> embora possam de fato impedir a menção de lembrança e então a silenciar –, que essas várias táticas nunca consigam produzir apaziguamento (ou “reconciliação da nação”, como dizem alguns governos), que deveria justificá-las. Impor o esquecimento é, paradoxalmente, impor uma forma única de memória, produzindo ao mesmo tempo uma “memória impedida” que não cessa de sempre voltar e solapar o difícil equilíbrio alcançado: a memória viva reivindica sua independência e contesta as disposições precárias da memória oficial. Em páginas preciosas e precisas sobre a figura política da anistia, Ricoeur insiste sobre o caráter temporário dessa decisão, às vezes necessário para alcançar a sobrevivência imediata da cidade (Atenas em 403 a.C. após a vitória dos democratas sobre os Trinta Tiranos) ou da nação (com o Editto de Nantes em 1598, que deve pôr um fim às guerras fratricidas da religião). A anistia é, portanto, um gesto de interrupção (Ricoeur, 2007, p.460), de cesura que deve permitir que um grupo permaneça um grupo, discordante, dividido certamente, mas, no entanto, capaz de continuar uma vida em comum. Mas a anistia não abole o *conflito*, também uma condição dessa vida em comum. Ela significa, portanto, uma trégua ao conflito, trégua talvez necessária, mas que não pode pretender constituir uma regra eterna. É por isso que “a proximidade mais que fonética, e até semântica, entre anistia e amnésia” (Ricoeur, 2007, p.460), ou seja, a confusão entre anistia e esquecimento, e até perdão,<sup>23</sup> deve ser vigorosamente denunciada.

Como Jacques Derrida, Ricoeur se debruçou muito tempo sobre a política incorporada na África do Sul pela Comissão da “Verdade e Reconciliação”, criada após sua saída da prisão por Nelson Mandela, que se tornou presidente. O objetivo dessa comissão não era conciliar os concidadãos defendendo o esquecimento dos crimes do apartheid, mas, pelo contrário, permitindo uma retomada de sua vida em comum, enquanto grupo – o que a palavra africana *Ubuntu*<sup>24</sup> significa – sobre a base da narração pública e completa dos crimes cometidos. O deslize fatal da anistia para o esquecimento, à memória impedida, só pode ser combatido pela confissão e pelo relato dos crimes, uma retomada narrativa que explica o caráter de trégua temporal da instituição de anistia, necessário para pôr fim a uma luta sangrenta, uma trégua que não é sinônimo de esquecimento ou

de silêncio no futuro. É isso que Ricoeur destaca em um artigo que cita a Comissão Sul-Africana:

*Donc le lien de l'amnistie à l'aveu devient l'essentiel. Elle est individuelle et conditionnelle, à l'inverse des amnisties générales octroyées en Amérique latine sous la pression des militaires. Par l'aveu, elle est liée à la parole et à son juste pacte avec la vérité et non au silence du non-dire, comme dans la justice violente où s'efface la frontière entre amnistie et amnésie commandée.*<sup>25</sup>

Ricoeur estabelece, portanto, uma distinção nítida entre uma política de anistia, como estratégia temporal de paz social para permitir que a nação se recomponha como tal, e um desejo implícito de impor uma amnésia política, de poder impor uma narrativa do passado que apaga definitivamente certos episódios como se eles simplesmente não tivessem acontecido e não deixassem nenhum rastro. Assim, ele destaca não apenas os riscos de qualquer prática de anistia, mas também suas prováveis consequências, ainda mais que geralmente são os vencedores que proclamam uma anistia, talvez geral, mas que na maioria das vezes os protege bem mais do que seus adversários.<sup>26</sup> Assim, ele escrevia seis anos antes da publicação de *A memória, a história, o esquecimento*:

*À l'interdiction de toute action en justice, donc à l'interdiction de toute poursuite de criminels, s'ajoute l'interdiction d'évoquer les faits eux-mêmes sous leur qualification criminelle. Il s'agit donc d'une véritable amnésie institutionnelle invitant à faire comme si l'événement n'avait pas eu lieu. [...] Le prix à payer est lourd. Tous les méfaits de l'oubli sont contenus dans cette prétention incroyable à effacer les traces des discordes publiques. C'est en ce sens que l'amnistie est un contraire du pardon, lequel [...] requiert la mémoire.* (Ricoeur, 1995, p.206)<sup>27</sup>

### **O modelo freudiano**

“Fazer como se a situação não tivesse acontecido”: esse gesto é a fonte das patologias da memória que Freud descreveu. Memória impedida pelas feridas traumáticas e/ou pelas resistências do recalque que só podem se transformar em memória viva e verdadeira pelo longo trabalho da fala e da narração. Na trilha aberta por *Tempo e narrativa* e de *O si-memo como outro*, Ricoeur insiste na mediação narrativa, não apenas para dizer o tempo, para contar sua história e, assim, ousar construir uma identidade pessoal como ipseidade, mas também, em *A memória, a história, o esquecimento*, para passar do esquecimento que não quer saber a uma palavra que busque a verdade. O paradigma freudiano é assumido tanto na parte da obra dedicada à memória, quanto naquela dedicada ao esquecimento (Ricoeur, 2007, p.83-93, 452-62).

O pequeno texto de Freud “Rememoração, repetição, perlaboração”,<sup>28</sup> abundantemente citado, data de 1914. Geralmente publicado nos volumes que tratam das reflexões de Freud sobre a “técnica” da cura psicanalítica, ele se propõe, de fato, a exortar tanto o analista quanto o analisando à paciência... e ao trabalho (*durcharbeiten*). A evocação da lembrança traumática e sua enunciação, que poderiam ser o começo de uma cura, mesmo de uma mudança de vida, não

apenas não remontam facilmente, mas são duramente colocados de lado, rejeitados com toda a força pelo paciente preso às resistências do recalque, diz Freud, citado por Ricoeur (2007, p.84). De fato, essa lembrança e essa narração renovariam o sofrimento e destruiriam o equilíbrio precário, duramente conquistado, mesmo à custa da doença, pelo analisando. Ele indica claramente a presença do evento passado, mas o faz de maneira indireta: “O paciente não reproduz [o fato esquecido] em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o *repete* sem, obviamente saber que o repete” (Ricoeur, 2007, p.84). E essa repetição pode até levar a uma passagem ao ato, uma espécie de mímica distorcida do trauma inicial. Para que a “cura” ocorra, portanto, é necessária uma longa paciência do analista que não deve forçar um “resultado”, mas dar tempo ao paciente para cessar as queixas e acusações e, escreve Freud, “não mais considerar sua doença como algo desprezível, mas olhá-la como um adversário digno de estima, como uma parte de si mesmo cuja presença é muito motivada e na qual convirá colher dados preciosos para sua vida ulterior”.<sup>29</sup> É esse trabalho difícil que Freud chama *Durcharbeitung*, trabalho que, por assim dizer, atravessa (*durch*) as várias camadas de recalque, resistência, vergonha e dor: “Trabalho é a palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão por repetição”, explicita Ricoeur.<sup>30</sup> Observemos que a palavra “compulsão” traduz o termo alemão *Zwang*, substantivo derivado do verbo *zwingen*, restringir, forçar, encurralar, evocando uma violência que escraviza, enquanto o trabalho da lembrança (*Erinnerung*) visa a libertação da escravidão. Da mesma forma, o trabalho de luto (*Trauerarbeit*), que Freud opõe à melancolia no segundo texto citado por Ricoeur nesse capítulo,<sup>31</sup> permite ao sujeito que perdeu uma pessoa amada (mas que também podia ter devoção por uma entidade abstrata como a pátria, o partido, a revolução) de não mergulhar em amargura e imobilidade, mas libere sua *libido* para novos objetos e novos projetos. O luto e a rememoração são, portanto, forças vitais – mas exigem tempo, paciência e persistência.

Já no ensaio de 1965 sobre Freud, Ricoeur (1965) havia mostrado o quanto a “tendência a *repetir* [...] O material recalçado, em vez de *evocá-lo* como uma lembrança” (ibidem, p.282), é mortífero. A compulsão (*Zwang*) à repetição introduz a pulsão de morte (ibidem p.290) porque encerra o sujeito em sua história e em sua dolorosa solidão, da qual ele não quer sair por medo da ameaça fulgurante do reconhecimento do evento traumático – do qual, no entanto, deseja se livrar quando empreende um processo analítico no qual sua fala pode se alimentar da escuta de um outro sujeito. É dizer o quanto a lembrança pode ser um aliado essencial da vida quando ela transforma o que ficava soterrado no silêncio em uma produção simbólica compartilhada com outros humanos. Mas isso quer dizer também que esse trabalho do lembrar só se torna possível quando ancora-se em um desejo de cura, no desejo de “mudar de vida”, como dizemos, e não nesta inércia (*Trägheit*) que a vida orgânica também persegue em seu caminho para a morte, como Ricoeur ressalta, lendo *Além do princípio do prazer* (ibidem, p.285).

Mas o que dizer do uso desse modelo freudiano para pensar melhor na dinâmica de uma memória coletiva? Se Ricoeur sabe muito bem que a transferência de um modelo vinculado à dinâmica da subjetividade singular não se aplica necessariamente à da chamada memória coletiva (foi também o problema de Freud em vários de seus escritos sobre sociedade ou religião) (Ricoeur, 2007, p.85), ele se permite, no entanto, adotar o paradigma da “rememoração, repetição, perlaboração” na última parte do livro dedicada à “condição histórica” quando se trata de analisar as formas sociais de esquecimento e impedimentos da memória, “a meio caminho entre transtornos atinentes a uma psicopatologia da vida cotidiana e transtornos atribuíveis a uma sociologia da ideologia” (Ricoeur, 2007, p.456). Citando o trabalho de Henry Rousso sobre o regime de Vichy e as hesitações que regulavam suas diferentes elaborações, Ricoeur retoma seu conceito de “obsessão pelo passado” e o acolhe como “parente [do conceito] de repetição [...], precisamente como oposto ao de perlaboração, de trabalho, de memória” (Ricoeur, 2007, p.456).

Podemos observar que Theodor W. Adorno (1998, p.555-72), retornando à Alemanha após a Segunda Guerra Mundial e a revelação da Shoah, também retomou esse texto de Freud e essa ideia de trabalho da memória, quando ele escreve, em 1959, o pequeno texto “O que significa: elaboração do passado?” tentando explicar essa noção na ordem do dia da República Federal Alemã, sem resvalar apenas na litania das acusações e da culpabilidade. Em outro contexto, as pesquisas sociológicas sobre a violência na América Latina, em particular sobre a persistência da tortura, mostram que, de fato, nos países que atravessaram uma ditadura e restabeleceram uma democracia, unicamente a denúncia e a elaboração de traumas coletivos, torturas, mortes, desaparecimentos, tornam possível interromper sua *repetição*, mesmo seu *aumento* perverso, em especial em relação às populações pobres e marginalizadas.<sup>32</sup>

Se a exigência freudiana do trabalho de perlaboração e, também, do trabalho de luto, para chegar a uma memória que faça justiça aos sofrimentos do passado e libere as forças de vida do presente pode, portanto, aplicar-se corretamente às tentativas coletivas de alcançar uma “política da justa memória” que Ricoeur convida desde a primeira página de seu livro, persiste, no entanto, uma dúvida que me permito expressar como conclusão. Seguindo Freud, Ricoeur (2007, p.84) insiste que o paciente pare de repetir e reclamar e ouse, como já citamos, “encontrar coragem para fixar sua atenção em suas manifestações mórbidas [...], mas olhar para ela [sua doença] como um adversário digno de estima, como uma parte de si cuja presença está bem motivado e na qual convirá colher dados preciosos para sua vida ulterior”. Essa coragem é essencial, assim como a presença do analista que conforta, pela sua escuta, o caminho do paciente – não esqueçamos que Freud escreveu estas páginas no contexto mais amplo da “técnica” da cura. No entanto, nem a vontade do analisando nem a figura do analista têm seu equivalente nas atribuições da memória coletiva. E atualmente, neste ano de 2019, é como se uma onda de repetições sinistras se abatessem

sobre muitas de nossas democracias cansadas. Certamente, a vontade e a coragem de se lhe opor, de ousar confrontar o não dito do passado para trazê-lo à memória e à fala, a fim de poder inventar uma outra ordem da vida em comum, essa coragem e essa vontade não faltam. Mas não há garantia de que elas possam prevalecer.

## Notas

- 1 Lembremos que o primeiro volume *dos ensaios de hermenêutica* tinha um título diferente: *O conflito das interpretações* (Ricoeur, 1978).
- 2 Pierre Nora (1997) fala de “bulimia comemorativa” no último texto, “L’ère des commémorations,” nesta imponente série organizada em três volumes (*Les lieux de mémoire* 3).
- 3 Como Ricoeur (2010) o diz em vários momentos, ver o índice temático ao final de *A memória, a história, o esquecimento*.
- 4 “*On sait l’harassante fuite en arrière de la pensée en quête de la première vérité, et plus radicalement encore à la recherche d’un point de départ qui pourrait bien ne pas être une première vérité; l’illusion n’est pas de chercher le point de départ, mais de le chercher sans présupposition; il n’y a pas de philosophie sans présupposition; une méditation sur les symboles part du langage qui a déjà eu lieu, et où tout a déjà été dit en quelque façon; elle veut être la pensée avec ses présuppositions. Pour elle, la première tâche n’est pas de commencer, mais, du milieu de la parole, de se ressouvenir; de se ressouvenir en vue de commencer*” [“Sabemos da esgotante fuga do pensamento em busca da primeira verdade, e ainda mais radicalmente em busca de um ponto de partida que pode não ser uma primeira verdade; a ilusão não é buscar o ponto de partida, mas de buscá-lo sem pressupostos; não há filosofia sem pressuposto; uma meditação sobre os símbolos parte da linguagem que já ocorreu, e onde tudo já foi dito de alguma maneira; ela quer ser o pensamento com seus pressupostos. Para ela, a primeira tarefa não é começar, mas, do meio da palavra se relembrar; de se relembrar para começar” (tradução nossa)].
- 5 Nora (1997, p.23): “A extração do que ainda restou de vivido no calor da tradição, no silêncio dos costumes, na repetição do ancestral sob a pressão de um sentimento histórico de fundo” [...] “Falamos tanto sobre memória porque não há mais dela” (tradução nossa).
- 6 Nora (1997, p.26 e 25): “se desenvolveu como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo” (tradução nossa).
- 7 Nora (1997, p.26): “se propõe a rastrear nela o que não é ela, descobrindo-se vítima da memória e fazendo um esforço para livrar-se” (tradução nossa).
- 8 Nora (1997, p.28): “a história se tornou uma ciência social”, “a memória [é] um fenômeno puramente privado” (tradução nossa).
- 9 Nora (1997, p.29): “mundo onde tínhamos antepassados para um mundo da relação contingente com o que nos fez” (tradução nossa).
- 10 Nora (1997, p.30): “Sem dúvida, é impossível prescindir da palavra [da palavra “memória”]. Aceitemo-lo, mas com uma consciência clara da diferença entre a memória verdadeira, hoje refugiada no gesto e no hábito, nas profissões onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes re-

flexos e a memória transformada por sua passagem na história, que é quase seu contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva, e não mais social, coletiva, abrangente” (tradução nossa).

- 11 Nora (1997), último artigo: “L’ère des commémorations”. “É a própria dinâmica da comemoração que foi revertida, o modelo memorial levou à vitória sobre o modelo histórico e, com ele, um uso completamente outro do passado, imprevisível, caprichoso. Um passado que perdeu seu caráter orgânico, peremptório e necessário. O que importa não é o que ele nos impõe, mas o que colocamos nele. De onde a confusão da mensagem, seja o que for. É o presente que cria seus instrumentos comemorativos, que corre atrás das datas e das figuras a serem comemoradas, que as ignora ou as multiplica, que se dá figuras arbitrárias dentro do programa imposto (como Valmy anexado a 1789) ou que tolera a data (por exemplo, 1994 para o caso Dreyfus, a condenação, não a reabilitação), mas para transformar seu significado. A história propõe, mas o presente dispõe, e o que acontece é em regra, diferente do que queríamos” (Nora, 1984, p.4696, tradução nossa).
- 12 Nora (1997, p.4697): “refabricação do passado” (tradução nossa).
- 13 Nora (1997, p.4704): “tal como foi constituída em professora da nação” (tradução nossa).
- 14 Nora (1997, p.4704): “com os meios disponíveis, dos mais selvagens aos mais científicos” (tradução nossa).
- 15 Nora (1997, p.4705): “do histórico para o rememorativo e do rememorativo para o comemorativo” (tradução nossa).
- 16 Nora (1997, p.4704): “uma memória verificada” (tradução nossa).
- 17 Citado pela primeira vez na página 34 de *A memória, a história, o esquecimento*, esta frase do *De memoria et reminiscencia* de Aristoteles “acompanha”, diz Ricoeur (2007), “todo o meu percurso”.
- 18 Ver Paul Ricoeur (1998), La marque du passé, *Revue de Métaphysique et Morale*, 1.
- 19 Evangelho de Lucas, 22,19.
- 20 Livro X das *Confissões*
- 21 Um termo de Bergson que Ricoeur retoma em uma entrevista, *Revue Live*, outubro 2000, 47.
- 22 Ver Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, todo o capítulo III, em particular o parágrafo 3, “O esquecimento comandado: a anistia”, da parte consagrada ao esquecimento, p.423 ss.
- 23 Uma confusão que a maioria dos regimes autoritários – mesmo que tenham uma aparência democrática, como por exemplo o Brasil – mantém proibindo tanto a denúncia de crimes passados como sua punição.
- 24 Por uma reflexão crítica sobre a inadequação da palavra ocidental “reconciliação” (Hegel, *Versöhnung*) para traduzir o termo *ubuntu*, leremos o artigo de Jacques Derrida “*Versöhnung, ubuntu, pardon: quel genre?*” no livro coletivo *Vérité réconciliation réparation*, editado por Cassin et al. (2004).
- 25 Paul Ricoeur, “*Avant la justice non violente, la justice violente*”, na coleção coletiva *Vérité, réconciliation, réparation*, 170: “Portanto, a relação entre a anistia e a confissão se torna essencial. Ela é individual e condicional, diferentemente das anistias gerais conce-



- didadas na América Latina sob a pressão dos militares. Pela confissão, ela está ligada à fala e ao seu justo pacto com a verdade e não ao silêncio de não-dizer, como na justiça violenta, onde se desfaz a fronteira entre anistia e amnésia comandada” (tradução nossa).
- 26 Este é, entre outros, o caso da famosa lei de anistia promovida pelos militares brasileiros em 1979, cinco anos antes do fim da ditadura militar, lei que admitia o retorno ao Brasil de muitos exilados, mas que também tornou impossível denunciar os torturadores e puni-los.
- 27 A conferência “Sanction, réhabilitation, pardon”, de onde tiro esta citação, foi pronunciada por Ricoeur em 30 abril de 1994: “À proibição de qualquer ação legal, portanto, à proibição de qualquer processo judicial criminoso, é adicionada a proibição de evocar os próprios fatos sob sua qualificação criminal. Portanto, se trata de uma verdadeira *amnésia institucional* que convida a agir como se o evento não houvesse ocorrido. [...] O preço a pagar é alto. Todos os *males do esquecimento* são contidos nesta pretensão incrível de apagar os rastros da discórdia pública. É neste sentido que a anistia é um oposto do perdão, o qual [...] requer a memória” (tradução nossa).
- 28 Sigmund Freud, “Erinnern, Wiederholen, Durcharbeiten”, *Studienausgabe* (Fischer Verlag, 1975, v.X, p.206-15). Ricoeur cita a tradução francesa de Antoine Berman (1970).
- 29 Citado por Ricoeur (2007, p.84).
- 30 Citado por Ricoeur (2007, p.85).
- 31 A saber Sigmund Freud, “Trauer und Melancholie,” *Studienausgabe*, v.3 (1917). Ricoeur cita a tradução de Laplanche e Pontalis no volume *Métapsychologie* (Ricoeur, 1968).
- 32 Ver entre outros o artigo da jurista Flávia Piovesan na coleção *O que resta da ditadura* (Teles; Safatle, 2010).

## Referências

- ABEL, O.; POREE, J. *Le vocabulaire de Paul Ricoeur*. Paris: Ellipses, 2007.
- ADORNO, T. W. Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit? In: *Eingriffe, Gesammelte Schriften*. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998, v.10-2, p.555-72.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BERMAN, A. *La technique psychanalytique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- CASSIN, B.; CAYLA, O.; SALAZAR, P.-J. *Le genre humaine*. Paris: Seuil, novembro de 2004.
- DOSSE, F. Lieux, travail, devoir de mémoire chez Paul Ricoeur. In: *Cahier de l’Herne*. Consagrado à Ricoeur. Paris : Éditions de l’Herne, 2004. p.256-70.
- FREUD, S. Erinnern, Wiederholen, Durcharbeiten. *Studienausgabe*. Fischer Verlag, 1975, v.X, 206-15.
- \_\_\_\_\_. Trauer und Melancholie. *Studienausgabe*, v.3, 1917.
- KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.

- NORA, P. L'ère des commémorations. In: \_\_\_\_\_. *Les lieux de mémoire*. v.3, Les France. Paris : Éditions Quarto, Gallimard, 1997.
- RICOEUR, P. *Finitude et culpabilité. La symbolique du mal*. Paris: Aubier, 1960
- \_\_\_\_\_. *De l'interprétation. Essai sur Freud*. Paris: Seuil, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Métapsychologie*. Paris: Gallimard, 1968.
- \_\_\_\_\_. O conflito das interpretações. In: *Ensaio de hermenêutica*. São Paulo: Imago, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Le juste*. Paris : Éditions Esprit, 1995.
- \_\_\_\_\_. La marque du passé. *Revue de Métaphysique et Morale*, 1. 1998.
- \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O justo 1*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *O Justo 2*. Trad. Ivone C. Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner e Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

**RESUMO** – Este artigo tem como pressuposto que a retomada do tema da memória e do esquecimento, em *A memória, a história, o esquecimento*, parte de uma pesquisa da “justa memória” em um cenário político francês que sofre de “bulimia comemorativa”, como denuncia Pierre Nora em *Les lieux de mémoire*. É apresentado o confronto entre uma concepção da memória imbuída de emoções subjetivas, em oposição ao rigor científico da história (Nora), e uma concepção da memória viva como condição transcendental de nossa relação com o passado (Ricoeur). Esse confronto se abre sobre a insistência do aspecto ético da política memorial e das práticas coletivas de esquecimento e de amnésia. Segundo Ricoeur, as hipóteses de Freud sobre a elaboração do trauma e sobre o trabalho do luto podem servir como paradigma privilegiado a esse empreendimento que visa uma narrativa histórica justa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, História, Rememoração, Representância, Justiça.

**ABSTRACT** – This article assumes that Ricoeur’s approach to memory and forgetting in *Memory, History, Forgetting* stems from his reflections on “just memory” in a French political landscape that suffers from “commemorative bulimia,” as Pierre Nora put it in *Les lieux de mémoire* (Realms of Memory). The article contrasts a concept of memory imbued with subjective emotions, in opposition to the scientific rigor of history (Nora), and a concept of living memory as the transcendental condition for our relationship

with the past (Ricoeur). This confrontation underscores the ethical dimension of the politics of memory and of the collective practices of forgetting and amnesia. According to Ricoeur, Freud's hypotheses concerning trauma and mourning may serve as a paradigm for a task that aims at a just historical narrative.

*KEYWORDS:* Memory, History, Remembrance, Representance, Justice.

*Jeanne Marie Gagnebin* é professora de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente colaboradora do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. @ – jmgagnebin@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-3979-2343>

Tradução de Cleiton Neri de Santana. O original em francês – “Les empêchements de la mémoire”, publicado em *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, v.10, n.1, p.42-57, 2019 – encontra-se à disposição do leitor no Instituto de Estudos Avançados da USP para eventual consulta.

Recebido em 4.10.2019 e aceito em 28.1.2020.

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.



# Mais que paródia?

## *Aquela vez* e o teatro tardio de Samuel Beckett<sup>1</sup>

LUCIANO GATTI<sup>1</sup>

O TEATRO PRODUZIDO por Samuel Beckett a partir dos anos 1970 distingue-se nitidamente das peças que fizeram a fama do autor. Beckett dá continuidade à erosão dos fundamentos do gênero dramático iniciada em sua peça de estreia, *Esperando Godot* (*Waiting for Godot*; *En Attendant Godot* [1953]), mas as peças tardias se situam a uma distância ainda maior das convenções dramáticas, caso não as tenham eliminado por completo. Em dimensão reduzida, a cena não apresenta mais personagens em diálogo, como as duplas de *Godot* e *Fim de partida* (*Endgame*; *Fin de partie* [1957]), mas concentra-se em seres solitários contracenando com uma voz que tende a escapar ao controle, seja o fluxo verbal ininterrupto de *Não eu* (*Not I*; *Pas moi* [1972]), seja a voz em *off* de *Aquela vez* (*That time*; *Cette fois* [1975]), *Passos* (*Footfalls*; *Pas* [1975]) e *Acalanto* (*Rockaby*; *Berceuse* [1980]). O recurso de cena – a voz mecanicamente reproduzida – acentua a cisão interna da personagem beckettiana, duplicando e exteriorizando a voz pessoal no mesmo passo em que confunde a sua autoria. Reportar-se ao passado, costurando-o ao presente em cena, de modo a constituir uma experiência de vida contínua torna-se uma tarefa ainda mais escorregadia dado o deslizamento constante entre o eu e o outro. Imóveis ou próximos da imobilidade, de corpo inteiro ou recortados (uma boca, uma cabeça), antes fantasmas que figuras de carne e osso, tais personagens acompanham a tendência da redução drástica dos movimentos no palco, que aos poucos se esvai desde os *clowns* de *Godot* até a Winnie enterrada na areia de *Dias felizes* (*Happy days*; *Oh les beaux jours* [1961]). A cena tende ao *tableau*, minuciosamente composto com recursos exíguos, porém precisos, de cenografia e figurino. A imagem pregnantante se impõe como presença em cena, mas também é tornada abstrata, fantasmática mesmo, num jogo complexo com as vozes, capaz de suscitar dúvidas a respeito da materialidade mesma das figuras em cena. Tão logo a peça se inicia, as antigas unidades de espaço e tempo, resíduos últimos da literalidade própria à situação teatral, são colocadas em xeque. Por meio de um amplo repertório de procedimentos repetitivos, da reiteração dos movimentos de cena, do ir e vir de um ponto a outro, à retomada constante e alternada das mesmas palavras, dos mesmos fragmentos de episódios passados, personagens e histórias ensaiam continuidades, mas nunca se aglutinam num todo coeso. No âmbito depurado

do teatro tardio, mais que o questionamento, tem-se a resistência mesma à configuração de identidades e unidades narrativas.

As peças tardias colocavam questões novas a respeito da constituição do espetáculo teatral. Caracterizar o novo é também pensar a atualidade da reflexão produzida e sedimentada em teorias e conceitos. Não é por outro motivo que a reflexão teatral volta e meia retorna ao conceito de drama. No caso de Beckett é de especial interesse a reflexão proposta por Adorno ao analisar *Fim de partida* como uma *paródia* do drama (Gatti, 2014). De modo geral, o conceito de paródia é um termo-chave do modernismo em seu olhar para o passado. Em outras palavras, ela é um sinal da consciência histórica a respeito da inviabilidade dos materiais e formas da tradição. Se as convenções permitiam prever que o conflito entre os personagens, exposto formalmente no diálogo, encaminharia a ação, primeiro, para a intensificação do conflito e, depois, para sua resolução, conferindo unidade ao conjunto, *Fim de partida* subverte o sentido do drama enquanto gênero. Ao se valer do conceito de paródia, Adorno observa que os elementos constitutivos do drama comparecem em *Fim de partida*, mas compondo uma espécie de atestado de óbito do gênero:

Elas [as categorias dramáticas] são todas parodiadas. Mas não se zomba delas. De maneira enfática, a paródia se define pela utilização de formas na época de sua impossibilidade. Ela demonstra essa impossibilidade e transforma deste modo as formas. As três unidades aristotélicas são conservadas, mas o drama mesmo perece. Assim como ocorre com a subjetividade, cuja representação póstuma é *Fim de partida*, também o herói é abandonado; da liberdade só se conhece aquele reflexo impotente e ridículo de decisões que não são nada. (Adorno, 1999, p.302-3)

Embora a paródia caracterize os diferentes matizes do conflito entre Hamm e Clov, senhor e servo, Adorno privilegia o exemplo da “esticomitia”, uma técnica de alternância acelerada entre personagens do diálogo cuja função era intensificar a ação dramática. *Fim de partida* retoma esse procedimento, mas os diálogos alternados, monossilábicos, não instauram tensão em vias de uma resolução. Ao contrário, o ânimo arrefece, as personagens perdem o fôlego, o diálogo fraqueja no ritmo até o emudecimento que dissolve a tensão dramática e reinstaura o vazio na administração do tempo presente. O fim do drama, sua conversão em paródia de si mesmo, pode ser lido então como cifra deste processo tanto histórico quanto artístico. Se Clov não se liberta do domínio de Hamm, abandonando o refúgio e conferindo sentido retrospectivo ao conflito com seu senhor, é porque tal ação exigiria as condições de exercício da liberdade disponíveis ao herói do drama burguês, mas não a esses habitantes do refúgio de *Fim de partida*. A resolução da ação não é uma constelação possível diante da situação histórica atual do drama.

Como se vê, a paródia condensa para Adorno uma crise do drama que não promete superação, uma vez que essa exigiria condições de liberdade inexistentes segundo o diagnóstico adorniano do mundo administrado. Nesse senti-

do, Adorno entende o teatro beckettiano como uma resposta mais consequente à crise do drama do que tentativas de superação em novas formas, tal como pretendia o teatro épico brechtiano. Assim como *Fim de partida*, o teatro não aristotélico de Brecht também guardava uma referência ao drama, mas não como paródia, e sim como a sua negação determinada. Diante desse quadro, a questão colocada pelo teatro tardio de Beckett é a da pertinência do conceito de paródia para a caracterização da experiência que delineiam. Beckett referia-se às suas peças tardias como “dramaticulos”, um termo que trai vestígios de tradição, cabeira perguntar se reportam-se ao gênero dramático da mesma maneira que *Fim de partida*. Caso contrário, seriam superações do drama num sentido análogo ao proposto pelo épico ou configuram o meio teatral de um modo irreconhecível à luz do passado?

Que a questão é intrincada, não há dúvida. Neste artigo, eu gostaria de encaminhar a discussão colocando em foco uma peça em particular, *Aquela vez*. A dificuldade de abordá-la pelo viés da crise do drama e de suas tentativas de superação pode ser exemplificada pela posição ambígua que tal peça ocupa no *Teatro pós-dramático* de Hans-Thies Lehmann. Esse livro, um marco recente dos estudos teatrais, propõe a superação do drama por um teatro mais próximo das artes performáticas e visuais, distante portanto da encenação que tem por parâmetro a representação de um universo ficcional. “Pós-dramático”, portanto, não é apenas um teatro crítico dos parâmetros do drama burguês ou aristotélico, como, de resto, o teatro brechtiano já o era, mas também um teatro para o qual o texto não é mais que um dos muitos elementos constitutivos do espetáculo. Nesse contexto, Lehmann considera as peças tardias de Beckett como *pós-dramáticas*, situando-as portanto após a ruptura proposta por seu livro. A sua análise de *Aquela vez* é, contudo, inteiramente conduzida pelo conceito de paródia, a saber, a paródia das unidades da tragédia clássica francesa.

Assim como ocorre em outras peças de Beckett, em *Aquela vez* há uma unidade de lugar e de tempo, mas ela é – evidentemente – parodiada. Nada daquilo que está associado à unidade de tempo no teatro dramático se aplica aqui. O que há não é exatamente uma unidade, mas uma desagregação da vivência do tempo. O fio da continuidade interna é rompido. (Lehmann, 2008, p.298-9)

Esse conceito de paródia parece menos carregado de história que o de Adorno, pois, se *Aquela vez* não admitisse mesmo nada daquilo tradicionalmente associado às unidades de tempo e lugar, por que caracterizar a peça como paródia do drama classicista? Lehmann defende a ruptura com o drama, mas para tal utiliza um conceito que pressupõe o vínculo: ao contrário do pastiche, a paródia implica alguma referência normativa ao termo parodiado (ao menos em sentido adorniano). O importante aqui é notar que Lehmann – involuntariamente, vale dizer – explicita a dificuldade em caracterizar tais peças, ou ao menos em abordá-las pelo viés das negativas implicado no conceito de pós-dramático. Vejamos a peça.

Escrita em inglês entre 1974 e 1975, estreada em Londres em 1976 com direção de Donald McWhinnie e Patrick Magee no papel de ouvinte, *Aquela vez* traz em seu título, segundo Ackerley e Gontarski, uma combinação da *Ode à Imortalidade* de Wordsworth (“Aquele tempo é passado”) com o soneto LX-XIII de Shakespeare (“Podes ver em mim aquela época do ano”). Ainda nas alusões intertextuais, a peça retomaria o texto dos Provérbios (26:11): “Como o cão que torna a seu vômito / é o insensato que repete a sua idiotice”. Nos primeiros esboços, tal idiotice (*Folly*) é identificada à “Torre de Barrington”, depois alterada por aliteração para “Foley’s Folly”, referência a um esconderijo de infância ao qual o personagem tenta em vão retornar quando adulto (Ackerley; Gontarski, 2006, p.599). Em carta a George Reavey, Beckett menciona que concebeu *Aquela vez* como uma “peça-irmã” de *Não eu*. Nessa última, escrita em 1972, “ela fala”; em *Aquela vez*, “ele ouve”.<sup>2</sup> Enquanto uma apresenta apenas a cabeça e os longos cabelos brancos do ouvinte, disposto em cena como se visto de cima, a outra limita-se à boca em fala ininterrupta ao lado do seu “auditor”. Imagens concisas mas eloquentes, recortes do corpo mergulhados na escuridão: quando interrogado, durante os ensaios para a estreia de *Aquela vez*, a respeito da desproporção entre o palco e a dimensão reduzida da cabeça, Beckett sustentou o princípio de que “menos é mais”, e que ela poderia ser ainda menor.<sup>3</sup> À direita, à esquerda e acima do ouvinte, três alto-falantes reproduzem alternadamente a voz de um mesmo ator que interpela o ouvinte na segunda pessoa do singular com fragmentos de três histórias independentes, enquanto o interroga (ou se interroga) a respeito da localização das histórias no tempo: “aquela vez”, “quando foi aquilo”, “foi aquela vez ou aquela foi outra vez”. Apenas duas pausas de dez segundos cada interrompem as vozes, ocasião em que o ouvinte abre os olhos para então tornar a fechá-los pouco após recomeçarem; ao final, quando silenciam, ele sorri por cinco segundos antes de as luzes se apagarem. É esta alternância constante de três vozes, de três histórias independentes, que daria corpo ao que Lehmann chama de “desagregação da vivência do tempo”.

A voz “A” recorda a tentativa frustrada de retornar ao antigo esconderijo da infância, “Foley’s Folly”. Ele reencontra os velhos trilhos, mas os bondes aparentemente não circulam mais.

[...] aquela vez você voltou daquela última vez para ver a ruína ainda estava lá onde você criança se escondeu quando foi aquilo [os olhos fecham] dia cinza tomei o onze até o fim da linha e dali em diante nenhum bonde todos se foram muito tempo atrás aquela vez em que você voltou para olhar a ruína ainda estava lá onde você criança se escondeu daquela última vez mais nenhum bonde no lugar só os velhos trilhos quando foi aquilo. (Beckett, 1990, p.388)<sup>4</sup>

A fala repetitiva, que mimetiza o esforço tateante de reencontrar e narrar o passado, também confunde temporalidades, pois “aquela vez” é, a um só tempo, o tempo da criança escondida nas ruínas de Folly, na companhia de seus



livros e de conversas imaginárias enquanto a família a procura, o tempo da errância do homem adulto em busca pelo local do passado, assim como o tempo de um narrador, seja ele o viajante frustrado que aguarda o trem de retorno, seja a voz que narra ao ouvinte em cena:

[...] inventando agora uma voz agora outra [...] inventando agora no degrau da porta enquanto você continuava se inventando todo de novo pela milionésima vez esquecendo tudo onde você estava e para quê Foley's Folly e o entorno a ruína da criança você veio procurar ainda estava lá para se esconder de novo até a noite chegar e ser hora de ir embora até que aquela vez chegou. (Beckett, 1990, p.394)<sup>5</sup>

Como Ackerley e Gontarski comentam, o retorno, embora frustrado, termina por remeter o adulto à situação da infância solitária, em busca de histórias nas quais possa se reencontrar: “ele se encontra mais uma vez no lugar, recriando a experiência da infância (como o autor, talvez), inventando histórias, uma voz e então mais uma” (Ackerley; Gontarski, 2006, p. 569). Memória e invenção, passado e presente, se entrelaçam no ato de narrar levado a cabo como uma busca por companhia, tema-chave também da prosa tardia de Beckett.

Sem continuidade explícita com a história de A, o tema da busca por um outro reaparece na voz “B”, dessa vez sob a figura do encontro amoroso frustrado.

[...] na pedra juntos sob o sol na pedra à beira da pequena floresta e tão longe quanto os olhos podiam ver o trigo ficando amarelo jurando a todo momento vocês amavam um ao outro só um murmúrio sem tocar nem nada parecido. (Beckett, 1990, p.388)<sup>6</sup>

Assim como o esconderijo de infância, a imagem de ambos sentados lado a lado na paisagem natural também é objeto de um relato constituído posteriormente. Em momentos distintos, espaçados no tempo, em que o narrador se encontra ora deitado na areia ora sentado no escuro diante de uma janela, o recurso à narração é mais uma vez a contrapartida de uma busca não consumada:

[...] ou diante da janela no escuro ouvindo a coruja nem um pensamento na sua cabeça até ficar difícil de acreditar mais e mais difícil de acreditar você nunca contou a ninguém que os amava ou alguém você até só uma daquelas coisas que você ficava inventando para escapar do vazio só mais uma daquelas velhas histórias para evitar que o vazio te cobrisse com a mortalha [...] ou sozinho nas mesmas nas mesmas cenas inventando daquele jeito para continuar continuar na pedra [olhos fecham] sozinho no fim da pedra [...] *or by the window in the dark harking to the owl not a thought in your head till hard to believe harder and harder to believe you ever told anyone you loved them or anyone you till just one of those things you kept making up to keep the void out just another of those old tales to keep the void from pouring in on top of you the shroud [...] or alone in the same the same scenes making it up that way to keep it going keep it out on the stone [ Eyes close. ] alone on the end of the stone.* (Beckett, 1990, p.390)<sup>7</sup>

Por último, a voz C interpela o ouvinte com a história de um homem decrépito, próximo ao desespero, que se abriga da chuva na National Portrait Gallery de Londres. Sentado diante de um retrato, o reflexo da tela provoca-lhe um choque, confundindo a sua imagem com a do retratado. O abalo da própria identidade é tanto um “ponto de viragem” quanto uma experiência recorrente para um “eu” constantemente colocado à prova.

[...] você já disse eu alguma vez pra você mesmo na sua vida vamos lá [olhos fecham] você poderia alguma vez dizer eu para você mesmo no ponto de virada da sua vida essa era uma palavra e tanto [...] sem saber quem estava dizendo o que você estava dizendo na caveira de quem você estava trancado no lamento de quem você era do que jeito que era daquela vez ou era aquela outra vez sozinho com os retratos dos mortos pretos de sujeira e antiguidade e as datas nas molduras para o caso de você errar o século sem acreditar que poderia ser você até eles te colocarem para for a na chuva na hora de fechar. (Beckett, 1990, p.390-1)<sup>8</sup>

Experiências semelhantes de descentramento do eu ocorrem no correio, onde ele é acometido pela sensação de não existir ao passar despercebido, e na biblioteca, cujas estantes forradas de livros o afetam com a experiência do pó que tudo recobre: “quando você abriu os olhos do chão ao teto nada além do pó”. Ackerley e Gontarski reconhecem aí tanto a advertência de Deus a Adão (“pois tu és pó e ao pó tornarás”) quanto o pressentimento da morte próxima, do movimento incessante de ir e vir desaparecendo com o tempo: “desaparecido em tempo algo algum desaparecido em tempo algo algum” (Ackerley; Gontarski, 2006, p.569-70). É o que torna a voz C ainda mais enfática no fracasso do encontro consigo mesmo.

Se a referência topográfica confere algum lastro às lembranças evocadas, aglutinando-as em um local demarcado (a ruína, a pedra no campo, a biblioteca), que pode ser posteriormente buscado ou visitado, a indeterminação temporal (“quando foi isso”) chama a atenção para os laços esgarçados entre presente e passado. Durante os ensaios para a sua encenação da peça em Berlim, em 1976, Beckett forneceu duas indicações nesse sentido. A primeira delas a respeito das vozes. Embora cada uma remontasse a um período da vida do ouvinte, sendo gravadas pelo mesmo ator com entonações ligeiramente distintas, ele insistiu que fossem encadeadas em um fluxo contínuo, sem pausas. Veja-se o relato de Walter Asmus, assistente de direção de Beckett na ocasião:

Entre A, B, C deve haver uma transição sem interrupção, como, por exemplo, na música, de Lá menor para Dó maior, diz Beckett; um fluxo sem começo e fim, sem que se enfatize ou se assinale muita coisa. [...] Beckett mesmo demonstra o modo de falar: plano, respirando sem ruídos, murmurando, sonhador, sem qualquer interrupção perceptível, ele passa por toda uma fala sem parar. [...] Se alguém pudesse passar sem cortes, mantendo o mesmo andamento constantemente, seria o melhor... (Asmus, 1986, p.346-7)

Como os momentos do passado não se encadeiam de modo cronológico, mas pelo embaralhamento repetitivo de momentos distantes no tempo, qualquer noção de continuidade torna-se problemática. A segunda indicação acentua o mesmo ponto, dessa vez pela alternância entre as vozes e os momentos de silêncio em que o ouvinte abre os olhos.

Beckett comenta o silêncio após cada uma das três partes: nesses momentos, o homem retorna ao presente. Enquanto ele ouvia a sua voz, ele estava no passado. Durante a escuta tudo está fechado. No silêncio, ele fica surpreso ao encontrar-se no presente; tudo está aberto. Não é claro se ele abre os olhos e a voz para por esse motivo ou se a voz para e, portanto, abre os olhos. (Asmus, 1986, p.348)

Esses arranjos por meio da exteriorização mecânica das vozes tendem a frustrar as expectativas convencionalmente associadas à memória: não se tem mais uma apropriação dos eus passados pelo eu presente, que os reúne conferindo-lhes identidade, mas uma polifonia de três vozes que, cada uma à sua maneira, trabalham a partir da cisão entre o eu das lembranças passadas e o ouvinte no presente da encenação. Questões transversais às três vozes, como a busca por si e por companhia ou o hábito de contar histórias, se fornecem pontos de contato, também reafirmam o estranhamento entre o eu e o outro, entre presente e passado. Casualmente associadas à figura em cena, as narrativas não se atualizam em uma “ação dramática no agora do palco”, como diz Lehmann. Embora as três vozes sejam interlocutoras da mesma figura em cena, não há solução de continuidade entre elas. O sequenciamento rigoroso (ACB, CAB, CBA, BCA, BAC) em três sessões de 5 minutos, intercaladas por uma pausa de 10 segundos, contribui mais para a autonomia das vozes que para a sua unidade. Tal desagregação problematiza a continuidade própria à experiência, favorecendo a dispersão dos dados isolados, ouvidos como histórias que, dada a exterioridade da reprodução mecânica, apresentam-se em sua alteridade ao sujeito dessa experiência, como vivências de outros. A relação entre voz e ouvinte assemelha-se aqui àquela apresentada por Beckett em *Eh Joe*, sua primeira peça televisiva. Se lá a alteridade da voz era bem marcada pelo emprego de uma voz feminina interpelando o personagem masculino, em *Aquela vez*, ela é acentuada pela cisão da identidade da experiência em vozes autônomas. Por fim, o sorriso diante do silenciamento das vozes, que aparece também em *Eh Joe* (*Eh Joe* [1965]) e em *Trio-Fantasma* (*Ghost-Trio* [1975]), caso indique a vitória do eu em luta contra a alteridade da voz, também pressupõe a clivagem entre personagem e narrativa.

Voltando à leitura de Lehmann, tais cisões são perpassadas pelo tema comum da busca frustrada de um tempo perdido: a voz A busca “o tempo de um passado individual, pessoal, um *tempo da infância*”; a voz B, o “*o tempo da natureza*, do encontro sexual”; e a voz C, “a continuidade de um suprapessoal *tempo da cultura*, do contexto social, da tradição – daí os velhos retratos no museu, a biblioteca, o sistema social da escrita, o correio” (Lehmann, 2008, p.299). O fracasso nos três casos é interpretado como resultado da desagregação

da identidade subjetiva, selo da “morte do indivíduo” colocada em cena pela disjunção polifônica entre falar, ouvir e ouvir-se falar. Como já foi indicado, os recursos para encenar esse diagnóstico decorrem da tradição, pois a redução beckettiana é, a seu ver, uma paródia da redução classicista:

A estética da redução do teatro classicista, especialmente o de Racine – períodos de tempo mínimos, lugar único, concentração em um conflito quase que puramente espiritual, com a tendência de supressão de qualquer elemento real que preencha o espaço e o tempo –, retorna modificada na radical dramaturgia do ponto zero de Beckett. [...] Seus personagens levam uma existência espiritual quase que incorpórea – paródia da abstração e da espiritualização clássicas. (Lehmann, 2008, p.299-300)

Lehmann chama a atenção para a impossibilidade da redução clássica, pois ela produzia algo em cena por meio da “colisão dramática”. Na ausência do tradicional conflito entre individualidades, resta a paródia como resposta adequada a um tempo de ruínas. É surpreendente como o conceito de paródia termina por situar a interpretação de Lehmann não tanto no terreno de um teatro “pós-dramático”, mas em estreita continuidade com a leitura de *Fim de partida* proposta por Adorno. É o que dá a entender seu comentário da imagem da biblioteca recoberta de pó com que Beckett conclui a peça: “Tempo algum, apenas partículas. A decomposição e a pulverização da dimensão temporal manifestam a desagregação e a morte do indivíduo, O pó do tempo cultural que estava acumulado em milhões de páginas de livros e agora tolhe a vista – apenas isso resta do tempo como forma da experiência” (Lehmann, 2008, p.300).

Sob o signo do fracasso, a leitura de Lehmann, em alguma medida, tende a unificar os momentos dispersos ao tomar a imagem da biblioteca como o arremate da peça que “sela o desastre” para o indivíduo e para a cultura. O que “resta do tempo como forma da experiência” é a desagregação mesma de uma concepção de experiência constituída pela recapitulação dos momentos constitutivos de uma vida inteira. Que a obra de Beckett extraia força do declínio de uma noção tradicional de experiência, não há dúvida, mas seria essa a história inteira? Embora a referência paródica à tradição confira lastro histórico e reflexão formal a seus esforços, cabe *perguntar se a redução beckettiana não sugere também que o estado de desagregação seja o meio mesmo da constituição da experiência no presente*. Em outros termos, não mais experiência como a *interiorização retrospectiva de continuidades*, mas, tal como um paradoxo em movimento, a experiência como *a busca por articulações transitórias de instantes dispersos apreendidos em sua exterioridade*. Essa seria uma formulação mais próxima da conjunção entre o que o espectador escuta e o que vê em *Aquela vez*. Colocar em relação fragmentos desconexos, justapô-los sem unificá-los, repeti-los em configurações diversas sem término à vista, oscilando entre a expectativa de conclusão e impossibilidade de que a “história seja contada”: tem-se aí as forças de atração e repulsão que conferem dinamismo à produção tardia de Beckett, como pode evidenciar uma

incursão mais detida por seu teatro. Não por acaso, essa dialética também dá nome à peça inaugural do teatro tardio de Beckett: *Não eu*.

A negação da primeira pessoa enuncia uma cisão fundamental na constituição da personagem beckettiana, a qual encontrará na relação entre a figura em cena e a voz em *off* uma forma privilegiada de exposição. Nesse terreno em que o indivíduo em crise é moeda corrente, Beckett confronta a desagregação da experiência ao buscar conexões transitórias e dissonantes de vozes que se alternam e se repetem, simultaneamente em alusão e resistência a continuidades que nunca se verificam por completo. Se outrora o drama era motor e representação do destino individual, recapitulando o todo no desfecho conclusivo, seriam os dramáticulos de Beckett ainda uma paródia do gênero? Eis nosso ponto de partida. As peças examinadas deixaram para trás as convenções do drama: os personagens não tem contornos precisos, as narrativas do passado invadem e desmancham a atualidade viva do presente dramático, as vozes se autonomizam das figuras em cena por meio da reprodução mecânica, o tempo avança apenas na medida da repetição, nenhum vestígio, em suma, da imitação de uma ação completa, antigo modelo do drama. Se ainda são textos para teatro, não são mais textos dramáticos. Adentram então o terreno do pós-dramático?

Vale aqui arriscar uma hipótese antes de concluir. Se as convenções dramáticas são terra arrasada, o conflito, por sua vez, aguilhão mesmo do drama, mantém-se presente nas conexões buscadas entre os elementos de uma experiência em desagregação, da justaposição de vozes e narrativas ao embaralhamento de temporalidades. Mas essa é uma busca que se configura nos processos de encenação, não mais no drama enquanto tal. Os conceitos de paródia e de pós-dramático, por sua vez, pressupõem uma abordagem das peças pelo viés do drama. Por esse motivo não dão conta dos dramáticulos de Beckett, os quais não são propriamente nem um novo gênero de escrita teatral, para além do drama, nem uma forma de teatro alheia aos problemas colocados pela história do drama.<sup>9</sup> Diante disso, arriscaríamos dizer que o alcance do teatro beckettiano estaria em conceber os processos de encenação como responsáveis por dar forma aos problemas oriundos do rompimento da unidade interna ao drama. Em outras palavras, os meios de encenação se valeriam de textos não dramáticos para problematizar questões que foram uma vez postas pelo drama, tais como indivíduo, conflito e experiência. Daí a dimensão maior dessas peças como fenômenos cênicos, em que o texto, este velho produtor dos sentidos, tem suas funções dadas pela encenação, colaborando na apresentação de identidades cindidas e relativizando a evidência literal da presença em cena.

O recurso reiterado à voz em *off* é especialmente propício à discussão desse drama de segundo grau produzido pelas práticas de encenação. Dispositivo cênico imprescindível ao teatro tardio, ela é impensável sem a experiência de Beckett com outros meios artísticos, em particular a voz “desencarnada” das peças para o rádio e para a televisão. Do mesmo modo, a cena fortemente pictórica

deve muito à composição de imagens televisivas. Beckett lidou simultaneamente com diversos meios artísticos, mas é característico de seu trabalho que as reverberações de um meio sobre outro não resultem em hibridismo formal. Muito pelo contrário, elas tendem a acentuar a especificidade de cada um dos meios empregados. Seu teatro vai assim na direção contrária da cena expandida pela música, pela dança e pela performance em espetáculos híbridos, contemporâneos a ele, analisados por Lehmann pelo viés do pós-dramático. Ele não apenas se manteve à distância de tendências intermediárias como também não via com bons olhos as tentativas de adaptação de suas obras de um meio para outro.<sup>10</sup> Seria então Beckett um modernista aguerrido em defesa da autonomia dos meios? Somente se a autonomia também implicar a possibilidade de negação imanente dos meios. É o que Beckett propõe ao fazer da encenação o âmbito expandido para uma autorreflexão a respeito da experiência obsoleta do drama.

## Notas

- 1 Agradecimento – O presente artigo resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na modalidade “Auxílio Regular”.
- 2 Carta de Beckett a George Reavey de 1º de setembro de 1974 (apud Ackerley; Gontarski, 2006, p.598). Estranhamente esta carta não consta da edição das cartas de Beckett editadas pela Cambridge University Press.
- 3 *The theatrical notebooks: the short plays* (Gontarski, 1999, p.360). Os cadernos de encenação de Beckett trazem indicações de mudanças de iluminação (luz forte durante as pausas, meia-luz durante a escuta das vozes) e variações dos padrões de alternância das vozes.
- 4 As traduções da peça de Beckett são de minha responsabilidade. Para comparação com o original, deixo em notas a versão inglesa. “*that time you went back that last time to look was the ruin still there where you hid as a child when was that [Eyes close] grey day took the eleven to the end of the line and on from there no trams then all gone long ago that time you went back to look was the ruin still there where you hid as a child that last time not a tram left in the place only the old rails when was that*”.
- 5 “*making it up now one voice now another...*”, “*making it all up on the doorstep as you went along making yourself all up again for the millionth time forgetting it all where you were and what for Foley’s Folly and the lot the child’s ruin you came to look was it still there to hide in again till it was night and time to go till that time came*”.
- 6 “*on the stone together in the sun on the stone at the edge of the little wood and as far as eye could see the wheat turning yellow vowing every every now and then you loved each other just a murmur not touching or anything of that nature*”.
- 7 “*or by the window in the dark harking to the owl not a thought in your head till hard to believe harder and harder to believe you ever told anyone you loved them or anyone you till just one of those things you kept making up to keep the void out just another of those old tales to keep the void from pouring in on top of you the shroud [...] or alone in the same*

*the same scenes making it up that way to keep it going keep it out on the stone [Eyes close.] alone on the end of the stone”.*

8 “*did you ever say I to yourself in your life come on now [Eyes close.] could you ever say I to yourself in your life turning-point that was a great word [...] no notion who it was saying what you were saying whose skull you were clapped up in whose moan had you the way you were was that the time or was that another time there alone with the portraits of the dead black with dirt and antiquity and the dates on the frames in case you might get the century wrong not believing it could be you till they put you out in the rain at closing-time”.*

9 A irredutibilidade de Beckett ao pós-dramático é análoga àquela de Heiner Müller, ironicamente o dramaturgo mais associado por Lehmann ao conceito. Cf. Luciano Gatti (2015).

10 A adaptação da prosa para o palco é um interessante capítulo da recepção de seu trabalho, muito bem discutido por Jonathan Kalb (1989, especialmente o cap.7).

## Referências

ACKERLEY, C. J.; GONTARSKI, S. E. (Ed.) *The Faber Companion to Samuel Beckett*. London: Faber and Faber, 2006.

ADORNO, T. W. Versuch, das *Endpiel* zu verstehen. In: \_\_\_\_\_. *Noten zur Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

ASMUS, W. Rehearsal notes for the German premiere of Beckett’s *That Time* and *Footfalls*. In: GONTARSKI, S. E. (Ed.) *On Beckett: Essays and Criticism*. New York: Grove Press, 1986.

BECKETT, S. *That Time*. In: *The Complete Dramatic Works*. London: Faber and Faber, 1990.

GATTI, L. *A peça de aprendizagem*. Heiner Müller e o modelo brechtiano. São Paulo: Edusp, 2015.

\_\_\_\_\_. Adorno e Beckett. Aporias da autonomia do drama. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.5, n.130, Dec. 2014.

GONTARSKI, S. E. *The Theatrical Notebooks of Samuel Beckett*, v.4, *The Shorter Plays*. London: Faber and Faber; New York: Grove Press, 1999.

KALB, J. *Beckett in performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KNOWLSON, J. *Damned to Fame*. The Life of Samuel Beckett. New York: Grove Press, 1996.

LEHMANN, H.-T. *Teatro pós-dramático*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

*RESUMO* – O artigo propõe um debate a respeito do teatro tardio de Samuel Beckett a partir do conceito de paródia, tal como utilizado por Theodor W. Adorno e Hans-Thies Lehmann para pensar tanto a crise do drama quanto as possibilidades de sua superação. Nesse contexto, a peça *Aquela vez* é analisada como um caso singular de seu teatro tardio. As relações entre memória e narrativa na experiência individual, tais como propostas pelo texto beckettiano, são examinadas à luz do emprego da voz em *off* como

recurso de encenação. Com base nesses elementos, o artigo discute a pertinência do conceito de paródia para o teatro tardio de Beckett.

*PALAVRAS-CHAVE:* Samuel Beckett, Drama, Teatro contemporâneo, Paródia.

*ABSTRACT* – The paper proposes a debate on Samuel Beckett’s later theater based on the concept of parody, as discussed by Theodor W. Adorno and Hans-Thies Lehmann, as a reflection both on the crisis of drama and on the possibilities of overcoming it. In this context, the play *That Time* is analyzed as a singular case of Beckett’s later theater. The relations between memory and narrative in individual experience, as proposed by his play, are considered in the light of voiceover as a major staging device. Based on these elements, the article discusses the relevance of the concept of parody to Beckett’s later theater.

*KEYWORDS:* Samuel Beckett, Drama, Contemporary theater, Parody.

*Luciano Gatti* é doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Bolsista de Produtividade do CNPq. @ – lfgatti@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-3960-3610>

Recebido em 4.10.2019 e aceito em 5.11.2019.

<sup>1</sup> Departamento de Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil.



# Dinâmica climática e biogeográfica do Brasil no Último Máximo Glacial: o estado da arte

DANIEL MEIRA ARRUDA<sup>I</sup>

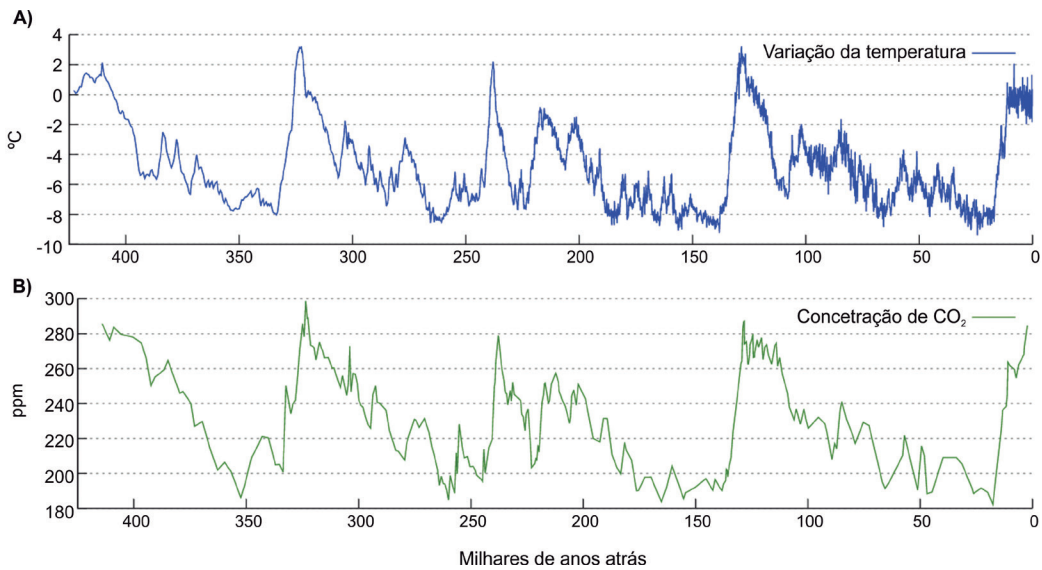
e CARLOS ERNESTO GONÇALVES REYNAUD SCHAEFER<sup>II</sup>

## Introdução

**A**S VEGETAÇÕES são um produto da interação entre os fatores ambientais (geologia, clima, solo) das diferentes paisagens. Essas se alteram em razão das mudanças ambientais ocorridas em diversas escalas. O clima, fator ambiental de grande relevância para o estabelecimento das vegetações em grande escala (Holdrige, 1967; Arruda et al., 2017), está em constante mudança e é responsável por tornar o planeta tão dinâmico. Entender como as mudanças ambientais promovem alterações na distribuição de espécies e biomas tem sido o principal objetivo da biogeografia, um ramo multidisciplinar da ecologia que cresceu significativamente nas últimas décadas.

Mudanças na temperatura global têm sido acompanhadas por alterações nas concentrações de gases de efeito estufa, como H<sub>2</sub>O, CH<sub>4</sub>, N<sub>2</sub>O e CO<sub>2</sub>; esse último se destaca pela maior concentração. Assim, menor concentração desses gases na atmosfera implica menor retenção da radiação infravermelha e manutenção de baixas temperatura na troposfera. Os momentos de considerável diminuição da temperatura global configuram períodos glaciais, os quais podem variar em escalas espaciais e temporais. Somente nos últimos 420 mil anos, o planeta experimentou quatro glaciações (Figura 1), sendo a última (Último Máximo Glacial – UMG), iniciada a 120 ka AP (mil anos antes do presente), durando aproximadamente 100 mil anos (Petit et al., 1999). Essas mudanças são proporcionadas por uma série de fatores (forçantes) internas ao planeta (como vulcanismo e mudanças nas direções de correntes de ventos e oceanos) ou externas (como ciclos solares, mudanças orbitais, poeiras cósmicas e colisões com corpos celestes) (Flato et al., 2013).

A percepção de que diferentes zonas climáticas proporcionam drásticas mudanças nas vegetações foi primeiramente atribuída ao naturalista prussiano Alexander von Humboldt, há mais de 200 anos. Essa é tida como o mais antigo padrão ecológico (Hawkins, 2001). Porém, a percepção de que o clima do



Fonte: Dados de *core* de gelo da estação Vostok, Antártica, disponíveis em NOAA ([www.ncdc.noaa.gov](http://www.ncdc.noaa.gov)).

Figura 1 – Reconstrução da mudança da temperatura (A) e concentração de CO<sub>2</sub> atmosférico (B) nos últimos 420 ka.

passado pode proporcionar mudanças na cobertura das vegetações é recente, e maiores contribuições para o assunto surgiram somente a partir da segunda metade do século XX. A partir de estudos geomorfológicos e palinológicos, foram inferidos que momentos glaciais pudessem ter sido frios e secos, e momentos interglaciais, quentes e úmidos. Com isso, surgem diversas propostas para cobertura da vegetação no Último Máximo Glacial. Com o avanço dos modelos climáticos e o surgimento de novos métodos de reconstrução do clima, o passado glacial frio e seco começa a ser questionado, o que implica em mudanças drásticas nas reconstruções da vegetação do passado.

### Último Máximo Glacial mais frio e seco

Desde a primeira metade do século passado, diversos estudos buscavam compreender como as paisagens brasileiras foram moldadas pelos diferentes ciclos climáticos. Estudos geomorfológicos levavam a crer que regiões onde atualmente se estabelece um clima úmido, não necessariamente o foi no passado, e que momentos glaciais pudessem ter sido frios e secos, e momentos interglaciais quentes e úmidos. Nesse sentido, sob um clima mais seco predominariam processos físicos, com maior desintegração mecânica do que decomposição química da rocha matriz, e maior erosão superficial e remoção dos solos devido a chuvas torrenciais típicas dos ambientes sazonais. Como produto, os solos tenderiam a ser mais rasos, ricos em nutrientes devido ao maior contato com a rocha matriz e baixa lixiviação, com camadas superficiais pedregosas ou mesmo exposição da rocha matriz (Bigarella et al., 1994; Ab'Saber, 2003). Devido às grandes taxas

de erosões, esse tipo climático promoveria o aplainamento da paisagem, com erosão das encostas e entupimento dos níveis de base, processo denominado pedimentação. São ambientes favoráveis para ocorrência de fisionomias vegetais mais abertas e sazonais, como caatingas e cerrados. Assim, solos eutróficos, cálcicos e com argila de alta atividade encontrados em depressões de regiões úmidas, são considerados vestígios de um clima seco do passado (Schaefer; Dalrymple, 1995).

De forma análoga, o clima mais úmido favoreceria um equilíbrio bioclimático, em que os processos químicos provenientes do clima (maior precipitação e temperatura) e dos organismos (maior decomposição e formação de ácidos húmicos) predominariam sobre a decomposição da rocha matriz. Como produto, haveria maior aprofundamento do manto de intemperismo, solos com maior lixiviação dos nutrientes e espessamento do saprolito (Bigarella et al. 1994; Ab'Saber, 2003). Esse tipo climático tende a produzir relevos com formas mais arredondadas devido ao entalhamento de encostas com massas de solos mais friáveis, esse processo também é chamado de mamelonização, o qual origina os “mares de morros” (Ab'Saber, 2003). São ambientes mais favoráveis para o desenvolvimento de extensas florestas. Assim, solos profundos e bem desenvolvidos sob um clima semiárido seriam vestígios de um clima úmido no passado (Arruda et al., 2013).

Sob uma perspectiva ecológica, momentos glaciais proporcionam a formação de refúgios de vegetações florestais nos quais pode propiciar especiação por isolamento de populações e/ou gerar regiões com grande endemismo de espécies. Esses refúgios, quando reconectados no pós-glacial, podem demonstrar diferenças significativas da comunidade. Baseando-se nesse pressuposto, ao observar distribuição de aves endêmicas em diferentes porções da Amazônia (entre as bacias dos rios Madeira e Tapajós, manchas dispersas na bacia do Rio Juruá e nordeste do estado do Pará), Haffer (1969) propõe a hipótese dos “Refúgios Amazônicos” em que a floresta foi fragmentada, sendo parcialmente substituída por vegetações abertas do tipo cerrado e caatinga durante o clima frio e seco do UMG (21-18 ka). Posteriormente, diversos estudos confirmaram essa hipótese a partir de endemismo de lagartos (Vanzolini, 1970), borboletas (Brown Jr., 1972) e plantas (Prance, 1973), e de registros polínicos em bacias sedimentares (van der Hammen; Hooghiemstra 2000; Absy et al., 1991; Hermanowsky et al., 2012), dando suporte para o passado não totalmente florestado na bacia.

Considerando o UMG mais frio e seco em todo Brasil, com possível redução da precipitação em até 35-55% (van der Hammen; Hooghiemstra, 2000), Ab'Saber (1977) faz a primeira aproximação da provável cobertura da vegetação brasileira no final da última glaciação. Em seu mapa, destaca o avanço do cerrado sobre a Amazônia, restando apenas refúgios florestais nas cabeceiras dos principais afluentes (como sugerido por Haffer, 1969), o avanço da caatinga sobre o domínio dos cerrados e parte da floresta atlântica do Sudeste, além de

expansão dos campos sulinos e deslocamento das florestas de araucárias para o norte. Em suma, retração das formações florestais e expansão das formações sazonais abertas.

Essa reconfiguração da cobertura vegetal do Brasil foi associada a intensificações das correntes frias marítimas que vem da Antártica, proporcionando ventos frios e secos para o interior do continente, e redução dos ventos alísios, diminuindo a precipitação próximo ao equador. Nesse contexto, alguns achados de polens fósseis corroboram as estimativas de Ab'Saber, como o deslocamento das florestas de araucárias para o norte (Salitre, MG – Ledru et al., 1996), expansão dos campos sulinos (Behling; Hooghiemstra, 2001; Behling, 2002; Behling et al., 2004) e expansão de campos onde hoje são florestas no Sudeste (Behling, 2002).

Ainda sob essa perspectiva ecológica, ao avaliar o padrão de distribuição de diversas espécies arbóreas decíduas, Prado e Gibbs (1993) propuseram a hipótese do “Arco Pleistocênico”, a qual considera que a atual distribuição fragmentada e em forma de arco (presentes na caatinga, em florestas decíduas do Sudeste e Brasil-Central, em missiones na Argentina, e vales secos dos Andes) corresponde a relíquias de uma distribuição contínua de vegetações sazonais (também defendida por Pennington et al., 2000). Esse mesmo princípio é utilizado para explicar a ocorrência de cerrados disjuntos na bacia amazônica e de caatinga na Região dos Lagos no Rio de Janeiro (Ab'Saber, 2003; Bohrer et al., 2010).

Outros estudos, baseados em abordagens moleculares e modelagem de nicho para distribuição de espécies e biomas, ora confirmam a hipótese do Arco Pleistocênico (Caetano et al., 2008; Collevati et al., 2013) ora a rejeitam (Mayle, 2004; Werneck et al., 2011; Whitney et al., 2011; Costa et al., 2018; Arruda et al., 2018). Tal controvérsia é ampliada quando diferentes regiões abrangidas pela hipótese são avaliadas isoladamente. Mayle et al. (2004) propõem que o norte da Bolívia (região dos chiquitanos) era constituído por floresta úmida no UMG, estabelecendo floresta estacional apenas no Holoceno médio (6 Ka AP), sendo esta substituída pela atual floresta úmida amazônica. Whitney et al. (2011) sugerem que a expansão das florestas estacionais para a região do Pantanal corresponde ao início do Holoceno e que esse período foi marcadamente o mais seco de todo Holoceno.

Embora diversos estudos tenham corroborado a hipótese dos refúgios de Haffer, outros diversos não encontram polens de cerrado ou caatinga no core da Amazônia, e sim pólen de espécies andinas, datadas com depósito para a mesma época (Colinvaux et al., 1996; 2000; Backer et al., 2001; Behling, 1996; Horn, 1997; Haberle; Maslin, 1999; Mayle et al., 2004; 2009; Wang et al., 2017), o que gerou grande controvérsia ao modelo de vegetação pré-definido para o UMG. Com isso, Colinvaux et al. (1996) lançam a hipótese de que a Amazônia sempre foi florestada e que o UMG não foi frio e seco, e sim frio e úmido suficiente para permitir a descida de espécies andinas para a bacia amazônica.

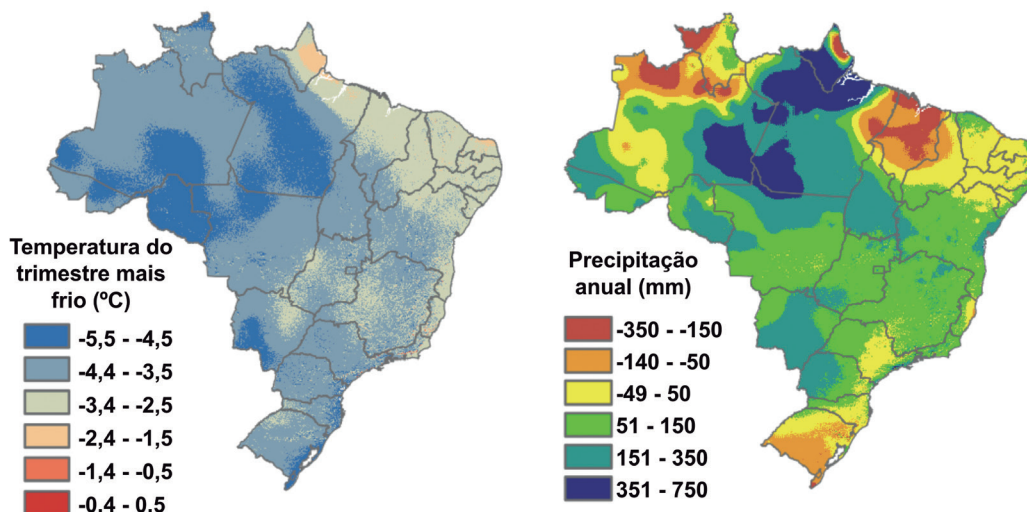
## Último Máximo Glacial mais frio e úmido

O debate sobre como foi o clima do UMG permanece nos dias atuais. Embora o passado frio seja inquestionável, em ordem de até 5°C, o padrão da precipitação ainda é debatido. A complexidade da precipitação na bacia amazônica tem sido associada à fenômeno antifase (efeito gangorra) entre o oeste amazônico e o leste amazônico/nordeste brasileiro durante o verão austral e ao deslocamento da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) para latitudes mais ao sul (Cruz et al., 2009; Cheng et al., 2013). A ZCIT marca a porção latitudinal em que os ventos quentes e úmidos dos dois hemisférios sobem, resfriam e proporcionam as intensas chuvas características da região equatorial. Com seu deslocamento para o sul (nas proximidades do eixo da bacia amazônica), maiores precipitações ocorreriam no interior do Brasil. Diferentes proxies e modelos climáticos (modelos de circulação geral) têm demonstrado que o clima amazônico do UMG foi, de fato, complexo ao longo da bacia e generalizadamente mais úmido que hoje, em resposta às forçantes orbitais e posição da Zona de Convergência Intertropical (Baker et al., 2001; Bush et al., 2002; van Breukelen et al., 2008; Sylvestre, 2009; Wang et al., 2017).

Os modelos climáticos globais associam diversos proxies, como alterações da concentração de CO<sub>2</sub> atmosférico, temperatura da superfície terrestre e oceânica, ciclos hidrológicos, interações de retroalimentação e forçantes externas (Flato et al., 2013; Eyring et al., 2016), para reconstrução climática. Diferentes modelos têm confirmado condições climáticas mais frias e úmidas para o UMG (Figura 2).

Considerando as temperaturas mais baixas e que a diminuição da precipitação no leste da bacia amazônica não foi suficiente para alterar significativamente a fisionomia da vegetação (Wang et al., 2017), Arruda et al. (2018) propõem uma hipótese intermediária entre a defendida por Haffer e por Colinvaux quanto à cobertura da bacia para o UMG. Segundo os autores, houve a formação de uma condição ambiental favorável para o estabelecimento de uma floresta similar à floresta atlântica costeira (ou seja, com menores temperaturas que a floresta equatorial), e manutenção de refúgios de floresta quente em algumas porções da bacia já citadas por Haffer (Arruda et al., 2018). Isso explicaria, inclusive, os achados de polens de florestas andinas. Além disso, dá suporte para manutenção de táxons de origem da floresta atlântica, os quais, podem ter vindo da extensa malha de florestas fluviais do Brasil-Central (Oliveira-Filho; Ratter, 1995), que matem uma disponibilidade hídrica em diferentes condições climáticas, ou da região costeira (Duke; Black, 1954), que foi estendida em mais de 100 km, devido ao rebaixamento do nível oceânico em algo próximo de 100 m do nível atual. Com o aquecimento pós glacial, os táxons adaptados ao frio foram então substituídos (Reis et al., 2017)

Importante destacar que, com o rebaixamento dos níveis oceânicos, todo ecossistema costeiro foi modificado. A cobertura de florestal ombrófila costeira,



Fonte: Adaptado de Arruda et al. (2018).

Figura 2 – Diferença climática entre o Último Máximo Glacial (20 ka AP) e a atualidade, baseado na média de três modelos climáticos globais (CCSM4, MIROC-ESM e MPI-ESM-P). A) Temperatura média durante o trimestre mais frio; B) precipitação média anual.

principalmente sobre a Formação Barreiras, supostamente apresentava maior extensão (Buso-Junior et al., 2013). Os manguezais atuais possivelmente eram florestas ciliares, com pouca ou nenhuma influencia marinha. No atual contexto, as formações de restinga, são vegetações holocênicas, sobre recentes depósitos de areia marinha.

Ainda corroborando esse passado generalizadamente mais úmido, diversas pesquisas mais recentes defendem que a maior distribuição das vegetações sazonais ocorreu após UMG, seguindo o aquecimento do início do Holoceno (Mayle, 2004; Werneck et al., 2011; Whitney et al., 2011; Arruda et al., 2018). Segundo os estudos que rejeitam a hipótese de Prado e Gibbs, a maior distribuição das florestas estacionais ocorreu no Holoceno, impulsionada por condições climáticas recentes, e não no final do UMG. Porém, ao considerar o solo como um fator limitante para a dinâmica das vegetações, Arruda et al. (2018) consideram que a caatinga e a floresta decidual restringiram sua dinâmica às condições ecotonais dos biomas. Suas preferências pedológicas, exigentes de solos com pH elevado e eutróficos (Arruda et al., 2017), apresentam-se em poucas áreas favoráveis de um país geologicamente antigo e pedologicamente lixiviado. Assim, seria pouco provável a formação de um arco ou uma diagonal contínua de vegetações secas. Em suma, o aumento da temperatura (e não a diminuição) e a diminuição da precipitação pós-glaciação que proporcionou a expansão das vegetações sazonais, nos locais onde os solos foram propícios.

Porém, é de destacar a diminuição considerável da precipitação no sul do país durante o UMG (Cruz et al., 2006a,b; Wang et al., 2006), que promoveu

expansão dos campos sulinos e deslocamento da floresta de araucária para regiões mais ao norte (Behling; Hooghiemstra, 2001; Behling, 2002; Behling et al.; 2004), indo até a região do Triângulo Mineiro (Ledru et al., 1996). A retomada das florestas e retração dos campos sulinos se dá após o UMG (Behling; Pillar, 2007).

### Conclusão

Entender a dinâmica climática do passado é fundamental para saber as principais causas da atual configuração do Brasil. Dessa forma podemos indicar áreas reliquias de um clima passado e áreas cuja a dinâmica da cobertura seja recente. A partir da disponibilidade de dados atuais e da evolução dos modelos climáticos, podemos concluir, até o momento, que as alterações climáticas do UMG tiveram efeitos sobre as vegetações brasileiras em diferentes graus. Devido à maior complexidade climática da bacia amazônica, essa possivelmente experimentou maiores alterações da cobertura vegetal. Já as demais formações podem ter tido sua dinâmica restrita às regiões ecotonais.

Para o UMG, por mais que haja consenso de diminuição da temperatura em todo território brasileiro, pesquisas pontuais têm apontado diferentes comportamentos em relação a precipitação. Assim, mais pesquisas sobre esse tema, desenvolvidas em menores escalas e incluindo mais coleta de dados para validação de modelos (como polens fósseis), são necessárias para solucionar todo histórico da dinâmica vegetal brasileira, um país de escala continental, tão complexo e diversificado em relação a espécies e biomas.

### Referências

AB'SABER, A. N. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. *Paleoclimas* (Instituto de Geografia – USP), v.3, p.1-19, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABSY, M.L.; CLEEF, A.; FOURNIER, M.; MARTIN, L.; SERVANT, M.; SIFEDINE, A.; FERREIRA DA SILVA, M.; SOUBIES, K.; TURCQ, K.; VAN DER HAMMEN T. Mise en évidence de quatre phases d'ouverture de la forêt dense dans le sud-est de l'Amazonie au cours des 60.000 dernières années. Première comparaison avec d'autres régions tropicales. *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences*, v.312, p.673-78, 1991.

ARRUDA, D. M. et al. Phytogeographical patterns of dry forests sensu stricto in northern Minas Gerais State, Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.85, p.283-94, 2013.

ARRUDA, D. M. et al. Combining climatic and soil attributes better predicts cover of Brazilian biomes. *The Science of Nature*, v.104, p.32, 2017.

ARRUDA, D. M. et al. Vegetation cover of Brazil in the last 21 ka: New insights into the Amazonian refugia and Pleistocenic arc hypotheses. *Global Ecology and Biogeography*, v.27, p.47-56, 2018.

- BAKER, P. A. et al. The history of South American tropical precipitation for the past 25,000 years. *Science*, v.291, p.640-3, 2001.
- BEHLING, H. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v.177, p.19-27, 2002.
- BEHLING, H.; HOOGHIEMSTRA, H. Neotropical savanna environments in space and time: Late Quaternary interhemispheric comparisons. In: MARKGRAF, V. (Ed.) *Interhemispheric Climate Linkages*. San Diego: Academic Press, 2001. p.307-23.
- BEHLING, H.; PILLAR, V. D. Late Quaternary vegetation, biodiversity and fire dynamics on the southern Brazilian highland and their implication for conservation and management of modern Araucaria forest and grassland ecosystems. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v.362, p.243-51, 2007.
- BEHLING, H. First report on new evidence for the occurrence of Podocarpus and possible human presence at the mouth of the Amazon during the Late-glacial. *Vegetation History and Archaeobotany*, v.5, p.241-246, 1996.
- BEHLING, H. et al. Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Camará do Sul core in southern Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v.203, p.277-297, 2004.
- BIGARELLA, J. J. et al. *Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- BOHRER, C. B. A. et al. Mapeamento da vegetação e do uso do solo no Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil. *Rodriguésia*, v.60, p.1-23, 2009.
- BROWN JUNIOR, K. S. The Heliconians of Brazil (Lepidoptera: Nymphalidae). Pt. III. Ecology and biology of *Heliconius nattercri*, a key primitive species near extinction and comments on the evolutionary development of *Heliconius* and *Eucides*. *Zoologica*. v.57, p.41-69, 1972.
- BUSH, M. B. et al. Orbital forcing signal in sediments of two Amazonian lakes. *Journal of Paleolimnology*, v.27, p.341-52, 2002.
- BUSO-JUNIOR, A. A. et al. Late Pleistocene and Holocene vegetation, climate dynamics, and Amazonian taxa in the Atlantic Forest, Linhares, SE Brazil. *Radiocarbon*, v.55, p.1747-62, 2013.
- CAETANO, S. et al. The history of seasonally dry tropical forests in eastern South America: inferences from the genetic structure of the tree *Astronium urundeuva* (Anacardiaceae). *Molecular Ecology*, v.17, p.3147-59, 2008.
- CHENG, H. et al. Climate change patterns in Amazonia and biodiversity. *Nature Communications*, v.4, p.1411, 2013.
- COLINVAUX, P. A. et al. A long pollen record from lowland Amazonia: forest and cooling in glacial times. *Science*, v.274, p.85-88, 1996.
- COLINVAUX, P. A. et al. Amazonian and neotropical plant communities on glacial time-scales: the failure of the aridity and refuge hypotheses. *Quaternary Science Reviews*, v.19, p.141-69, 2000.
- COLLEVATTI, R. G. et al. Drawbacks to palaeodistribution modelling: the case of South American seasonally dry forests. *Journal of Biogeography*, v.40, p.345-58, 2013.



- COSTA, G. C. et al. Biome stability in South America over the last 30 kyr: Inferences from long term vegetation dynamics and habitat modelling. *Global Ecology and Biogeography*, v.27, p.285-97, 2018.
- CRUZ, F. W. et al. A stalagmite record of changes in atmospheric circulation and soil processes in the Brazilian subtropics during the Late Pleistocene. *Quaternary Science Review*, v.25, p.2749-61, 2006a.
- CRUZ, F. W. et al. Reconstruction of regional atmospheric circulation features during the late Pleistocene in subtropical Brazil from oxygen isotope composition of speleothems. *Earth Planet Science Letters*, v.248, p.494-506, 2006b.
- CRUZ, F. W. et al. Orbitally driven east–west antiphasing of South American precipitation. *Nature Geoscience*, v.2, p.210-14, 2009.
- DUCKE, A.; BLACK, G. A. Phytogeographical notes on the Brazilian Amazon. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.25, p.1-46, 1954.
- EYRING, V. et al. Overview of the Coupled Model Intercomparison Project Phase 6 (CMIP6) experimental design and organization. *Geoscientific Model Development*, v.9, p.1937-58, 2016.
- FLATO, G. et al. Evaluation of Climate Models. In: STOCKER, T. F. et al. (Eds.) *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HAFFER, J. Speciation in Amazonian forest birds. *SCIENCE*, v.165, p.131-7, 1969.
- HABERLE, S. G.; MASLIN, M. A. Late Quaternary vegetation and climate change in the Amazon Basin based on a 50,000 year pollen record from the Amazon Fan, ODP Site 932. *Quaternary Research*, v.51, p.27-38, 1999.
- HAWKINS, B. A. Ecology's oldest pattern? *Trends Ecology and Evolution*, v.16, p.470, 2001.
- HERMANOWSKI, B.; DA COSTA, M. L.; CARVALHO, A.T.; BEHLING, H. Palaeoenvironmental dynamics and underlying climatic changes in southeast Amazonia (Serra Sul dos Carajás, Brazil) during the late Pleistocene and Holocene. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v.365, p.227-246, 2012
- HOLDRIDGE, L. R. *Life zone ecology*. San Jose: Tropical Science Center, 1967.
- HOORN, C. Palynology of the Pleistocene glacial/interglacial cycles of the Amazon Fan (Holes 940A, 944A, and 946A). In: FLOOD, R. D. et al. (Ed.) *Proceedings of the Ocean Drilling Program*, v.155, p.397-418, 1997.
- LEDRU, M. P. et al. The last 50,000 years in the Neotropics (Southern Brazil): evolution of vegetation and climate. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v.123, p.239-57, 1996.
- MAYLE, F. E. Assessment of the Neotropical dry forest refugia hypothesis in the light of palaeoecological data and vegetation model simulations. *Journal of Quaternary Science*, v.19, p.713-20. 2004.
- MAYLE, F. E. et al. Responses of Amazonian ecosystems to climatic and atmospheric carbon dioxide changes since the last glacial maximum. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B: Biological Sciences*, v.359, p.499-514, 2004.

- MAYLE, F. E. et al. Vegetation and fire at the Last Glacial Maximum in tropical South America. In: F. VIMEUX, F. et al. (Ed.) *Past Climate Variability in South America and Surrounding Regions*. Netherlands: Springer, 2009. p.89-112.
- OLIVEIRA-FILHO, A. T.; RATTER, J. A. A study of the origin of central Brazilian forests by the analysis of plant species distribution patterns. *Edinburgh Journal of Botany*, v.52, p.141-94, 1995.
- PENNINGTON, R. T.; PRADO, D. E.; PENDRY, C. A. Neotropical seasonally dry forests and Quaternary vegetation changes. *Journal of Biogeography*, v.27, p.261-73, 2000.
- PETIT, J. R. et al. Climate and atmospheric history of the past 420,000 years from the Vostok ice core, Antarctica. *Nature*, v.399, p.429-36, 1999.
- PRADO, D. E.; GIBBS, P. E. Patterns of species distributions in the dry seasonal forests of South America. *Annals of the Missouri Botanical Garden*, v.80, p.902-27, 1993.
- PRANCE, G. T. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae. *Acta Amazônica*, v.3, p.5-28, 1973.
- REIS, L. S. et al. Environmental and vegetation changes in southeastern Amazonia during the late Pleistocene and Holocene. *Quaternary International*, v.449, p.83-105, 2017.
- SCHAEFER, C. E. G. R.; DALRYMPLE, J. Landscape evolution in Roraima, North Amazonia-Plantation, paleosols and paleoclimates. *Zeitschrift für Geomorphologie*, v.39, p.1-28, 1995.
- SYLVESTRE, F. Moisture pattern during the last glacial maximum in south America. In: VIMEUX, F.; SYLVESTRE, F.; KHODRI, M. (Ed.) *Past Climate Variability in South America and Surrounding Regions*. Netherlands: Springer, 2009. p.3-27.
- VAN BREUKELEN, M. R. et al. Fossil dripwater in stalagmites reveals Holocene temperature and rainfall variation in Amazonia. *Earth and Planetary Science Letters*, v.275, p.54-60, 2008.
- VAN DER HAMMEN, T.; HOOGHIEEMSTRA, H. Neogene and Quaternary history of vegetation, climate, and plant diversity in Amazonia. *Quaternary Science Review*, v.19, p.725-42. 2000.
- VANZOLINI, P. E. *Zoologia sistemática, geografia e a origem das espécies*. USP, Inst. Geogr.; Ser. Monografias e Teses, 3. 1970.
- WANG, X. et al. Interhemispheric anti-phasing of rainfall during the last glacial period. *Quaternary Science Review*, v.25, p.3391-403, 2006.
- WANG, X. et al. Hydroclimate changes across the Amazon lowlands over the past 45,000 years. *Nature*, v.541, p.204-7, 2017.
- WERNECK, F. P. et al. Revisiting the historical distribution of Seasonally Dry Tropical Forests: new insights based on palaeodistribution modelling and palynological evidence. *Global Ecology and Biogeography*, v.20, p.272-88, 2011.
- WHITNEY, B. S. et al. A 45kyr palaeoclimate record from the lowland interior of tropical South America. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v.307, p.177-92, 2011.

*RESUMO* – A partir de meados do século XX, cresceu significativamente o interesse em se compreender a dinâmica das vegetações em respostas às mudanças climáticas do Último Máximo Glacial - UMG (18 mil anos atrás). Nesse contexto, uma paisagem pode ser fruto de mudanças recentes ambientais ou relíquias de condições ainda mais remotas. Isso pode determinar, inclusive, o grau de complexidade e diversificação da paisagem. Diversos pesquisadores têm proposto modelos para explicar a cobertura da vegetação brasileira sob as condições do UMG desde a década de 1960, porém, o recente avanço dos modelos climáticos globais tem proporcionado novas perspectivas para uma reconstrução mais fiel das condições pretéritas. Nesse sentido, aqui discutimos sobre teorias biogeográficas formuladas e modificadas ao longo dos últimos 60 anos de estudos sobre a reconstrução das vegetações do Brasil para o UMG.

*PALAVRAS-CHAVE:* Fitogeografia, Hipótese dos refúgios amazônicos, Hipótese do arco Pleistocênico, Mudanças climáticas, Última glaciação.

*ABSTRACT* – From the mid-20<sup>th</sup> century onwards, there has been significant growing interest in understanding the dynamics of vegetation in response to the climatic changes of the Last Glacial Maximum (LGM, 18 thousand years ago). In this context, landscapes may be the result of recent environmental changes or relics from even more remote times, and this may even determine the degree of their complexity and diversification. Since the 1960s, several researchers have proposed models to explain the coverage of Brazil's vegetation under the LGM, but the recent advance of global climate models has provided new perspectives for a more faithful reconstruction of the past conditions. We also discuss biogeographic theories formulated and modified over the last 60 years of studies on the reconstruction of Brazilian vegetation of the LGM.

*KEYWORDS:* Phytogeography, Amazon refuge hypothesis, Pleistocene arc hypothesis, Climate changes, Last glaciation.

*Daniel Arruda* é pesquisador no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). @ – [arruda.dm@hotmail.com](mailto:arruda.dm@hotmail.com) / <https://orcid.org/0000-0002-3541-4786>

*Carlos Schaefer* é professor no Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). @ – [carlos.schaefer@ufv.br](mailto:carlos.schaefer@ufv.br) / <https://orcid.org/0000-0001-7060-1598>

Recebido em 27.1.2019 e aceito em 7.3.2019.

<sup>1</sup> Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Departamento de Solos, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Agradecimentos – DMA agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pós-doutoramento (Processo n.88887.160033/2017-00). CEGRS agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa de produtividade em pesquisa.



# Energia solar e desenvolvimento sustentável no Semiárido: o desafio da integração de políticas públicas<sup>1</sup>

MARCEL BURSZTYN<sup>1</sup>

## Introdução

**H**Á QUASE cinco séculos Copérnico revolucionou a ciência, ao lançar a teoria de que não era a Terra, mas sim o Sol, o centro do universo. Quase um século depois, Galileu, com seu telescópio, consolidou a tese heliocêntrica (do grego, *Helios* = Sol) e foi condenado pelo tribunal do Santo Ofício, que refutava qualquer novidade que negasse os dogmas da Igreja católica, que estava apegada à visão geocêntrica de Ptolomeu.

O legado de Galileu é conhecido e, não por acaso, ele é considerado o pai da ciência moderna.

Muito além do olhar científico, o Sol sempre despertou um instinto de contemplação e mesmo devoção. O antigo Egito cultuava Ra, o deus-sol. Povos ameríndios pré-colombianos tinham no Sol um elemento essencial de sua cosmovisão; e possuíam notável conhecimento de sua relevância no ordenamento da vida. Na mitologia tupi, o Sol (Guaraci ou Coaraci) tem papel de destaque, como criador da vida.

A revolução heliocêntrica deflagrou uma nova era de avanços no conhecimento e abriu também as portas para notáveis avanços nas técnicas. Logo a Revolução Industrial despontou, valendo-se da notável apropriação de fontes energéticas da natureza como forma de substituir o trabalho humano e a força animal na produção de manufaturas e, mais adiante, também na agricultura. De lá para cá, aprendemos a explorar jazidas de carvão, de petróleo e de gás natural. Seguimos usando a lenha, mas aprimoramos substancialmente o aproveitamento da energia hidráulica, construindo gigantescas usinas hidrelétricas. Usinas term nucleares permitem a geração de energia, valendo-se de um complexo refino de material natural (o urânio enriquecido). E, diante de desafios de escassez de fontes não renováveis, disseminamos práticas de produção e consumo de biocombustíveis.

Ironicamente, a era da ciência heliocêntrica evoluiu principalmente tendo como base a energia de tipo geocêntrica, ou que utilizam recursos da Terra (hídricos, fósseis, minerais ou vegetais).<sup>2</sup> Fontes renováveis, como o movimento

das marés, os ventos e a luz solar, só muito recentemente passaram a ser consideradas como alternativas de amplo interesse.

Mas parece existir um tribunal da inquisição metafórico, se opondo à evolução da geração de energia segundo uma lógica heliocêntrica. Já não são dogmas religiosos que impedem tal avanço. Agora, são razões bem mais terrenas e pragmáticas. A energia nuclear segue com lugar de destaque na matriz energética do mundo industrializado, a despeito dos riscos de acidentes de enormes proporções (como foram os casos em Chernobyl e Fukushima). Os impactos ambientais e sociais não impedem a construção de grandes centrais hidrelétricas. A escassez, paradoxalmente, valoriza o papel dos combustíveis fósseis, tornando economicamente atrativas, inclusive, a extração em jazidas até recentemente inviáveis (como é o caso do xisto betuminoso), mesmo diante de graves consequências ambientais. Apesar das implicações sobre o meio ambiente e sobre a produção de alimentos, a produção de etanol e de biodiesel avança, empurrando outras lavouras comerciais para áreas de florestas, ampliando o uso de pesticidas e fertilizantes, degradando solos e os recursos hídricos.

Alguns países despertaram, recentemente, para a relevância da geração de energia renovável, como a eólica e a solar, mas ainda há relutância em disseminar tais práticas em escala planetária. Grandes interesses econômicos estão em jogo. Dogmas institucionais (lobbies de grupos econômicos influenciando políticas públicas) e profissionais (preconceitos técnicos por parte de quem aprendeu a fazer de uma forma e reage ao novo e desconhecido) funcionam como barreiras à mudança.

Este artigo tem como objetivo analisar a relevância da integração de diferentes eixos de políticas públicas setoriais, em torno de uma estratégia de disseminação da geração de energia fotovoltaica em escala familiar. Embora o foco seja o Semiárido nordestino brasileiro, as implicações e mesmo a própria aplicação da proposta podem ser estendidas a outros contextos. Dada a interligação da rede de distribuição elétrica nacional, uma menor dependência da geração de hidroeletricidade em uma região do Brasil reduz a demanda pela construção de novas barragens na Amazônia, por exemplo. E a ideia que será apresentada a seguir pode também inspirar aplicações em outros países.

O eixo central da análise é o imperativo da integração de políticas públicas, que usualmente operam de forma isolada, com cada setor definindo suas estratégias de ação, resultando frequentemente em conflitos que comprometem a sua eficiência e geram efeitos sobre as esferas sociais, econômicas e ambientais indesejados. A hipótese que orientou o estudo é de que essas três esferas, que representam os pilares do conceito de desenvolvimento sustentável, se tratadas de modo integrado, permitem redução das vulnerabilidades sociais, ao mesmo tempo em que reduzem efeitos ambientais, com menores custos.

### **O mito da abundância**

A realidade do Brasil nos permite um olhar bem particular e aprofundado sobre a visão exposta acima. A falta de jazidas ricas em carvão mineral foi um dos

fatores que explicaram, na interpretação de Furtado (1959), o fato de não termos avançado na industrialização tradicional do século XIX, nos moldes como o fizeram países europeus e os Estados Unidos. Nossa matriz energética evoluiu principalmente a partir da grande disponibilidade de recursos hídricos. Até muito recentemente, o petróleo não era uma vantagem comparativa do Brasil. Agora, já no final da era do petróleo, as reservas oceânicas em águas profundas se tornaram conhecidas e atrativas para a exploração.

A hidroeletricidade tem sido um mito associado ao modelo econômico (e energético) brasileiro e, em particular, ao processo industrial deflagrado depois da Segunda Guerra Mundial. O fato de utilizar a força hidráulica como motora da movimentação das turbinas serviu de esteio a um discurso desenvolvimentista que enaltecia o caráter ímpar de nossa matriz energética “limpa”. Passaram-se algumas décadas até que impactos na esfera socioambiental se tornassem evidentes e presentes na agenda política: o drama do deslocamento de populações ribeirinhas, o alagamento de extensas áreas de florestas, o processo de eutrofização das represas e seus efeitos sobre a qualidade da água e a emissão de carbono. Mais recentemente, já sob efeito de mudanças na dinâmica do clima, a própria segurança no fornecimento de energia (e também de água para agricultura e abastecimento doméstico) vem colocando em xeque a confiabilidade e a constância do fornecimento da hidroeletricidade.

A crise energética, que em grande medida resulta de uma crise hídrica, expôs o Brasil à necessidade de adotar soluções paliativas ao fornecimento de eletricidade, com a instalação de geradores termelétricos, cuja operação é cara e as emissões de carbono bem maiores.

Seguindo uma tendência consolidada em outros países, a ideia de estabelecer um modelo energético baseado no princípio de *smart grid*<sup>3</sup> prosperou nos debates acadêmicos e chegou aos organismos gestores do sistema energético brasileiro. Entretanto, diferentemente de outros países (do hemisfério Norte, mas também de casos do Sul, como no Marrocos), o Brasil pouco avançou em matéria de geração eólica ou solar. Além disso, em função da base normativa vigente, que limita a empresas a venda de energia por geração distribuída (Resolução Normativa Aneel n.482/2012), o espectro dessas fontes tem sido bem reduzido, cobrindo, em 2016, um percentual de apenas 5,4% (eólica) e 0,014% (solar) da oferta interna de energia elétrica.<sup>4</sup>

A despeito das limitações de ordem institucional, dos ainda elevados custos de instalação dos equipamentos e dos incipientes incentivos, a energia fotovoltaica tem se mostrado promissora no Brasil. Nesse contexto a região Nordeste responde por 64,5% da capacidade instalada. No entanto, apenas 5% da energia solar produzida na região é proveniente da *geração distribuída*, ou seja, que é colocada na rede de transmissão. Os 95% restantes são consumidos pelas próprias unidades geradoras. Vale assinalar que a região é a que dispõe de condições mais favoráveis, no contexto brasileiro, em termos de potencial residencial/

consumo residencial: se no Brasil essa relação é de 230%, no Nordeste ela atinge 323% (Bezerra, 2018). Isso significa uma ampla margem não apenas para suprir a demanda de cada unidade geradora, mas também para a venda do excedente via distribuição na rede de transmissão.

A título comparativo, o padrão brasileiro é bem diferente, por exemplo, do de países que dispõem de menos potencialidades (pela pouca insolação), como é o caso da Alemanha, cuja matriz energética atual é 28% de fonte eólica e 21% de fonte solar.<sup>5</sup> A Alemanha instituiu, em 1999, o “100.000 Roofs Solar Programme” – Programa do governo objetivando a instalação de 100.000 telhados solares, contando com financiamento em 10 anos com 0% de juro. O resultado foi a consolidação da Alemanha como a maior referência em fomento à geração de energia fotovoltaica mundial.

A Califórnia estabeleceu, em 2006, o “Million Solar Roofs Plan”, visando a instalação de sistemas fotovoltaicos em um milhão de telhados, totalizando 18GWp de potência até 2018.<sup>6</sup> Em 2017, aquele estado norte-americano já supria 16% de sua demanda energética com a geração fotovoltaica. Isso, em si, representava 86 mil empregos na indústria de equipamentos. Uma lei estadual de 2018 estabeleceu que, até 2030, 50% da energia consumida na Califórnia seja proveniente da geração fotovoltaica. Atualmente, das 80 mil novas residências construídas no estado, 15 mil já incluem a instalação para a geração de energia solar.<sup>7</sup>

A norma brasileira referente à geração distribuída de energia elétrica reflete o forte *lobby* das empresas distribuidoras, cuja estratégia de negócios valoriza muito mais a venda do que a compra de energia. De acordo com a norma vigente, uma empresa ou pessoa jurídica pode gerar e vender energia distribuída na rede. Mas uma pessoa física só pode obter créditos, para abater de seu consumo no sistema de *smart grid*.

O modo como o potencial de produção energética descentralizada em pequenas unidades familiares é inibido por força de regulamentações setoriais é consequência da tendência geral de falta de integração entre políticas públicas.

A ausência de um planejamento nacional que assegure a compatibilidade entre ações tende a levar a situações do tipo “jogo de soma negativa”. A busca de maior efetividade das políticas de um setor, sem que haja um devido entrosamento com as iniciativas de um outro setor, pode levar a resultados “contraproduzidos” e a “deseconomias” (Box 1). Assim, por exemplo, a busca de um bom desempenho de políticas de agricultura pode levar ao mau desempenho da política ambiental: a primeira valoriza a expansão de áreas de lavoura, enquanto a segunda deve evitar que florestas nativas sejam convertidas em áreas agrícolas ou de pastagens. Ou seja, se não integrada, a ação do Estado, ainda que setorialmente eficiente, pode resultar em ineficiência como um todo.



## Box 1

### *O princípio da Contraproduktividade*

É o meio pelo qual um processo benéfico se torna negativo. Depois que atinge certo limiar, o processo de institucionalização se torna contraproducente.

Por exemplo, Ivan Illich calculou que, nos Estados Unidos na década de 1970, se fosse computado o tempo gasto com trabalhar para ganhar o dinheiro para comprar um carro, o tempo gasto no carro (incluindo em engarrafamentos), o tempo gasto na área da saúde por causa de algum acidente de carro, o tempo gasto na indústria de petróleo para abastecer automóveis... a velocidade real de um veículo seria a mesma de se andar a pé.

### *Deseconomia Específica*

É a medida do grau de contraproduktividade que pode ser verificada, por exemplo: no caso da indústria de medicamentos, que acaba gerando novas demandas de cura para os seus efeitos colaterais; no sistema educacional, que na busca de especialidades leva a desconhecimentos gerais; no sistema judicial, que perpetua injustiças; ou na defesa nacional, que leva a inseguranças. O aumento das deseconomias específicas é um sintoma de que uma instituição ou indústria está sendo contraprodutiva em relação a seus objetivos originais.

*Fonte:* Illich (1973a/b, 1975).

O caso da gestão dos recursos hídricos é exemplar e tem sido objeto de estudo há várias décadas. Os vários usos das águas fluviais são fonte de conflitos, principalmente em momentos de escassez. Um mesmo manancial ou reservatório pode servir à geração de energia hidrelétrica, à agricultura irrigada, à indústria, ao lazer, à pesca e ao abastecimento humano. Quando o volume disponível se vê reduzido (fato bem recorrente em tempos de crise climática) os diferentes usos passam a ser objeto de disputa. Não havendo formalmente uma hierarquia de prioridades políticas, prevalece o *lobby* mais forte. Diante de tal situação, geralmente predomina a lógica da prioridade à energia, deixando o suprimento humano em posição secundária.

O uso dos recursos hídricos continua sendo foco de importantes tensões, apesar dos avanços institucionais após a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH – instituída pela Lei n.9.433 de 8 de janeiro de 1997), que reconhece a existência de conflitos entre usuários da água e estabelece instrumentos para garantir os seus usos múltiplos, priorizando o consumo humano e a dessedentação de animais em situação de escassez (art. 1º). No entanto, a atual distribuição dos riscos de desabastecimento não tem sido equânime entre os usuários deste recurso. Por exemplo, em algumas regiões da bacia do Rio São Francisco há competição de uso entre agricultura irrigada, pecuária, geração de energia e abastecimento humano, como nas sub-bacias dos rios Paraopeba, das Velhas, Alto Preto, Alto Grande, Verde Grade, Salitre e Baixo São Francisco (MMA; Cobrape-Projetec, 2017).

A maior parte dos conflitos de uso das águas do Rio São Francisco envolve a geração de energia, especialmente no que se refere à operação das barragens, coordenada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e gerenciada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). O Rio São Francisco é a principal fonte de geração de energia do Nordeste, o que torna a matriz regional altamente dependente da situação hidrológica da sua bacia. Algumas das práticas de operação criticadas pelos usuários incluem a imprevisibilidade dos níveis de água nos diferentes trechos, devido às variações de vazões turbinadas pelas usinas, que afetam a navegabilidade e o abastecimento de alguns municípios, e a inversão do regime natural de cheias e estiagens, que altera as características dos ecossistemas (CBHSF, 2015). Esses procedimentos têm derivado basicamente da prioridade de geração de energia e não de um acordo entre as instituições envolvidas na gestão da bacia, como ONS, Codevasf e seus usuários (MMA; Cobrape-Projetec, 2017).

No entanto, diante do cenário recente de grave déficit hídrico, a própria produção de energia hidrelétrica tem sido afetada. O reservatório de Sobradinho chegou a menos de 5% do total do volume em outubro de 2017, segundo dados da Agência Nacional das Águas (ANA).

Diante do desafio, o imperativo da integração das políticas públicas desperta o interesse no meio acadêmico e em alguns fóruns de debate sobre a efetividade da função reguladora do Estado. Nesse contexto, o caso dos recursos hídricos aparece como exemplo de possível eixo integrador. Seguindo a tradição do pensamento (e das práticas) da gestão integrada dos recursos hídricos (Rahman; Olli, 2005), a abordagem *Nexus* (Box 2) despontou como inspiração a uma nova corrente de abordagem integrada de três eixos de segurança que são interdependentes: hídrica, energética e alimentar. Se bem integradas, essas três esferas da regulação pública podem gerar “jogos de soma positiva”, com sinergias em relação a uma quarta esfera: a segurança socioambiental. Esta última é, frequentemente, deixada em um segundo plano, já que combina o social (que é tratado como custo, não como investimento) com o ambiental (que é visto como limitação a atividades produtivas no curto prazo). Na verdade, a esfera socioambiental tem um papel estruturante na integração de políticas e na consequente melhoria geral do seu nível de eficiência.

## Box 2

### *Abordagem Nexus*

O termo “nexus” é utilizado para se referir à abordagem que trata da integração entre os setores água-energia-alimentos, evidenciando a relevância de que esses três setores-chaves devem ser tratados de maneira coordenada. A mesma água que gera energia também serve ao abastecimento e à produção alimentar. A abordagem parte do pressuposto da interdependência entre estes três sistemas, concluindo que suas interações afetam sua disponibilidade. Os primeiros estudos apontando para este quadro emergiram no final dos anos 1990, mais foi principalmente no final da década de 2000 que esta literatura se consolidou (Artioli et al., 2017)

A abordagem *nexus* surgiu no contexto da crise financeira e alimentar global de 2007-2008 (Allouche et al., 2014).

*Fonte:* Milhorange e Bursztyn (2018, p.6).

### **A abundância como tragédia**

Desde épocas remotas, as sociedades se organizam para gerir o acesso aos recursos naturais. Regras para o uso da água já estavam presentes nas antigas sociedades da Mesopotâmia. O Código de Hamurabi, considerado a primeira referência legal escrita, já tratava da distribuição da água (Cech, 2003). No Egito dos faraós, onde a subsistência era dependente do Rio Nilo, os agricultores seguiam regras de uso, para que aquele recurso escasso fosse utilizado de forma eficiente. As águas do Nilo eram consideradas santificadas e seu fluxo representava a divindade Noun, o senhor das águas eternas, berço de toda a vida, inclusive dos deuses (Hassan, 2017). Sabemos, portanto, há muito tempo, que recursos que estão disponíveis na natureza, mas que são finitos, devem ser regulados: pelas crenças, por pactos comunitários ou pelas leis.

Os economistas clássicos do século XIX definiram como bem livre aquele que não é escasso e cuja disponibilidade é ilimitada, sem limitação de acesso. O ar que respiramos é sempre lembrado como um exemplo. Contudo, as experiências dos países industriais e das grandes aglomerações urbanas mostram que mesmo o ar é suscetível de escassez, pelo menos em seu estado puro, já que a poluição pode acarretar prejuízos à saúde e à própria produção. Ou seja, a condição de bem livre e o livre acesso não asseguram a sua integridade.

Dentro do quadro de classificação dos bens proposto por Ostrom (1990), a água tende a ser considerada, na ausência de regras de uso, como um bem público, como o ar, já que usualmente sua apropriação por um indivíduo não é entendida como impeditiva da apropriação por outro. Entretanto, esse tipo de visão pode levar a uma tragédia, como a que foi descrita por Hardin (1968) ao tratar da superexploração de pastagens comunais. Na verdade, a água é um recurso de uso comum (*common pool resource*), como os estoques pesqueiros,

já que o mau uso ou o sobreuso por parte de alguns usuários pode implicar escassez para outros e, nesse sentido, limitação do acesso. É, assim, um bem livre; mas ao mesmo tempo, um bem do tipo rivalidade (Quadro 1). O uso (ou apropriação) desse tipo de bem é geralmente objeto de regulamentação pelo poder público (Código de Águas, legislação de pesca, Código Florestal...), ou por regras comunitárias (como no caso das áreas comunais dos *fundos de pasto*), ou mesmo por pactos entre usuários (ex.: acordos de pesca) (Bursztyn; Bursztyn, 2013, cap.11; Ferraro Jr. et al., 2017; Oviedo et al., 2015).

Quadro 1 – Tipos de bens, segundo Ostrom (1990)

	EXCLUDENTES	NÃO-EXCLUDENTES
RIVALIDADE	<b>Bens privados</b> Alimentos, vestuário veículos, aparelhos eletrônicos...	<b>Bens comuns</b> Pesca, caça, madeira...
NÃO-RIVALIDADE	<b>Bens “clube”</b> Hotéis, cinemas, TV a cabo...	<b>Bens públicos</b> TV aberta, ar, defesa nacional...

A história da humanidade é pontuada por exemplos de civilizações que entraram em colapso por causa de uso abusivo de recursos naturais que eram abundantes e cuja apropriação pelos humanos não foi suficientemente bem gerida. Em *Colapso* (Diamond, 2005) relata vários desses casos, que têm como causa o crescimento da população frente a uma limitada capacidade natural de suprir as necessidades humanas.

A fronteira entre a dádiva, no caso de abundância de recursos naturais do tipo bem econômico, e a tragédia pode ser muito tênue. Vantagens comparativas naturais muitas vezes geram uma situação de acomodação que podem levar à superexploração, ao esgotamento de reservas, à degradação ambiental e à negligência em relação a outras atividades, menos rentáveis no curto prazo. Não por acaso, a abundância traz o risco de se tornar maldição.

Merece referência o processo que ocorreu nos Países Baixos nos anos 1960. A descoberta de uma rica jazida de gás natural, em 1959, levou a uma valorização da moeda nacional, já que boa parte daquele recurso natural era exportada. A maior atenção dada ao gás, como propulsor do crescimento da economia, deixou a indústria em segundo plano e as consequências logo foram sentidas, já que o país sofreu um processo de desindustrialização. Esse fenômeno foi chamado pelos economistas de *Dutch disease* – doença holandesa (Corden; Neary, 1982). Logo ficou evidente que o mesmo tipo de problema afetava outros países, prin-

principalmente aqueles ricos em petróleo, cuja dinâmica econômica acaba ficando a mercê das oscilações dos preços internacionais do produto, o que torna instável a capacidade de importar os bens e serviços de que necessitam.

O Brasil é um caso recente de *doença holandesa*, já que o crescimento do agronegócio tem gerado uma perda de importância relativa da indústria (Salama, 2012). É, também, um caso histórico de atrofia das potencialidades abertas pelas diferentes fases da revolução industrial, em razão da preeminência do setor primário-exportador (ex.: açúcar, café, minerais, soja). Além dos desafios econômicos da ênfase em uma economia dita extrativa (Lang et al., 2014), o país vem experimentando uma série de impactos ambientais decorrentes de um modelo predador em terras e recursos naturais.

### **O Sol é para todos**

A luz do Sol é um bem livre, ilimitado e não excludente. Isso significa que além de estar disponível para todos, o seu uso por uns não impede o acesso ou a disponibilidade para outros. Diferentemente da água doce, e também dos combustíveis fósseis, a luz solar é uma fonte inesgotável, tendo-se como base a escala geológica de tempo de nosso planeta. Sequelas ambientais recentes provocaram furos na camada de ozônio que filtra os raios ultravioleta e isso causa danos à nossa saúde. Mas a radiação solar, vital ao ciclo das plantas, não está comprometida. Recentes mudanças antropogênicas na dinâmica do clima têm acarretado variações na regularidade dos períodos de chuvas e estiagem, além de apontarem para uma tendência preocupante de aquecimento global (IPCC, 2014).

A variabilidade do regime de chuvas vem se mostrando como uma limitação aos diversos usos dos recursos hídricos. O recente episódio de seis anos de secas na região semiárida do Nordeste brasileiro (em algumas áreas esse período se estende a sete anos) expôs um conjunto de vulnerabilidades: sociais, da geração de energia elétrica, da agricultura de sequeiro, da produção pecuária, das práticas de plantio irrigado, do abastecimento das famílias, da produção pesqueira. Não foi a primeira grande seca na região, mas foi uma das mais persistentes já registradas. Entretanto, diferentemente de outras épocas, as populações afetadas se mostraram mais resilientes; não ocorreu flagelo, emigração ou tensões sociais com a intensidade do passado.

E o que o momento atual apresenta como singularidade em relação a outros períodos de seca? A resposta a essa pergunta é complexa, mas pode ser sintetizada em três fatores chaves: a garantia de uma renda mínima à população mais pobre (e mais vulnerável), por meio do programa de transferência de renda (em inglês *conditional cash transfer* – CCT) *Bolsa Família* e da expansão das aposentadorias rurais, associada à estratégias de inclusão produtiva; a garantia de mercados para a agricultura familiar; e a construção de uma extensa rede de pequenas cisternas domésticas, que garantem às famílias locais o armazenamento de água captada nos períodos de chuva e, na ausência desta, da água fornecida por meio de caminhões tanques.

Vale notar que o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) vem garantindo o acesso de agricultores familiares ao mercado e o acesso de populações em situação de insegurança alimentar a produtos produzidos localmente (quando estes são produzidos). Paralelamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mostrou que a articulação entre os produtos da agricultura familiar e a alimentação escolar contribui para o aumento da qualidade das refeições servidas nas escolas, a aceitação dos alimentos pelos estudantes e o consumo de produtos frescos e diversificados. Tais instrumentos conjugam a assistência alimentar com medidas de apoio à produção. A criação de uma demanda estruturada promove maior segurança no planejamento da produção familiar, na organização dos produtores e na sua remuneração (Milhorange, 2018).

A construção de cisternas familiares se inscreve no âmbito de uma notável mudança no modo como a seca é pensada e enfrentada. No lugar de construir grandes reservatórios (açudes), que não são acessíveis a todos, passou-se a uma estratégia de prover as famílias com estrutura própria de armazenamento da água. No lugar de políticas do tipo *combate* à seca, que prevaleceram por quase um século, passou-se a uma prática que tem como princípio a *convivência* com a seca (Lindoso et al., 2018). Essa mudança de paradigma se mostra coerente com um princípio maior, que é o de que em relação à natureza não se luta, mas sim se adapta.

A ideia de convivência vem sendo mobilizada a partir de uma leitura crítica sobre o papel do Estado no combate à seca e no apoio à modernização da agricultura. Tal perspectiva propõe um projeto de mudança política cujos protagonistas são os agricultores e as organizações sociais da região semiárida, valorizando os conhecimentos locais. Além disso, a noção de convivência tem se aproximado do debate internacional sobre adaptação às mudanças climáticas. Busca-se aumentar a adequação das comunidades ao aumento da variabilidade climática, transformando as práticas e modos de vida locais não sustentáveis (Milhorange, 2016).

Garantia de renda básica e provimento de infraestrutura de armazenamento de água às famílias são duas estratégias que trazem ensinamentos úteis ao processo de concepção, formulação e implementação de políticas públicas. Em primeiro lugar, os fundamentos institucionais de cada uma delas são bem distintos. O *Bolsa Família* é um programa do governo federal, do âmbito da assistência social, gerido pelos municípios, que visou a simplificação da gestão de vários programas assistenciais, por meio da transferência direta às famílias pobres. Já no caso das cisternas, a participação governamental foi originariamente concebida para ser mais indireta, cabendo à própria sociedade civil o papel central enquanto protagonista. O notável, no caso desses dois mecanismos, é o fato de que mesmo tendo sido concebidos para atender a propósitos diferentes (segurança socioeconômica e segurança hídrica), suas práticas revelaram uma sinergia positiva, na forma de capacidade de melhor conviver com as adversidades climáticas.

Em um contexto de insegurança material, a garantia de uma renda mínima e do suprimento hídrico doméstico reforçam o melhor uso de tais recursos e diminui a dependência das famílias pobres. Importante também é a escala de cobertura desses programas, considerando seus custos relativamente baixos. Em março de 2018 pouco mais de 14,16 milhões<sup>8</sup> de famílias eram beneficiárias do *Bolsa Família* no Brasil. Dessas, 7,12 milhões, ou pouco mais de 50% do total, estavam na região Nordeste, cuja população correspondia a 25% do total do país. No caso das cisternas, 615 mil unidades haviam sido construídas até maio de 2018.<sup>9</sup>

As lições dessas experiências podem ser estendidas a um novo horizonte de políticas, integrando-se novas dimensões territoriais, outros setores e outras esferas da sociedade. Nesse contexto, o Sol pode assumir um papel relevante, como eixo integrador.

### **Sol é Nexus**

As tecnologias para aproveitamento da energia solar por meio de painéis fotovoltaicos tiveram grande avanço nas últimas décadas. Comparativamente a outras opções de produção de energia elétrica, a fotovoltaica foi a que teve o melhor desempenho ao longo dos últimos anos: uma redução de 86% do custo médio de produção, entre 2009 e 2017, em valores médios LCOE – *Levelized Cost of Energy Analysis* – por MWh.<sup>10</sup> A segunda maior queda, no mesmo período, foi a da energia eólica: 67%.

A entrada da China na produção de painéis propiciou uma importante queda nos preços dos equipamentos, tornando mais viável economicamente a geração de energia fotovoltaica.

Ramadhani e Nasseeb (2011) analisaram a relação custo-benefício da implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica no Kuwait, com uma eficiência de 15%. A conclusão do estudo foi que, comparativamente ao uso de óleo, o sistema solar seria economicamente viável a partir do custo de cem dólares por barril de petróleo. O cálculo não levou em conta fatores cruciais, como o custo provocado pelas emissões de carbono, as grandes oscilações dos preços do petróleo ou a possibilidade de geração distribuída em unidades domésticas. Ainda assim, o grau de competitividade da energia solar já se apresentava como atraente naquele estudo, que teve como foco um país que tem no petróleo sua grande fonte de riqueza. Quase uma década depois, o custo médio da geração de energia fotovoltaica está mais baixo e as pressões e compromissos para a redução das emissões aumentaram, principalmente depois do Acordo de Paris (2015).<sup>11</sup>

A segurança do número médio de horas de insolação por ano, em cada localidade, permite uma previsibilidade dos investimentos, ao mesmo tempo em que reduz o risco de se ter de recorrer à geração termelétrica nos momentos de crise, como vem acontecendo com certa constância no Brasil, diante da intermitência da capacidade de fornecimento de energia hidrelétrica. No entanto, a capacidade fotovoltaica instalada no Brasil ainda é irrisória, baseada em instalações *off-grid*, não conectadas à rede nacional.

É, portanto, oportuno considerar a energia fotovoltaica como um eixo estruturante da busca de seguranças (hídrica, energética e alimentar), nos moldes da abordagem *Nexus*, que usualmente se apoia na água como fator central. Adicionalmente, a energia solar, por não provocar emissões de carbono, contribui para a qualidade ambiental.

São apresentados, a seguir, argumentos que conectam a opção por energia solar com a esfera social. Com isso, busca-se demonstrar que é possível estender a abordagem *Nexus*, agregando-se outra dimensão: a segurança socioambiental.

- A energia produzida a partir de painéis fotovoltaicos permite uma economia de água nos reservatórios, já que a demanda pela geração de eletricidade nas usinas hidrelétricas se reduz. A água se torna, então, menos escassa para outros usos, como a irrigação, a piscicultura, e o abastecimento doméstico e industrial. Esse aspecto é crucial, principalmente em momentos críticos de disponibilidade hídrica, que tendem a ser frequentes segundo os cenários climáticos disponíveis (Marengo, 2016).

- A quase universalização do acesso à eletricidade (programa *Luz para Todos*) trouxe notáveis benefícios a extratos da população que até então estavam excluídos desse serviço básico. Mas a conta do consumo energético se tornou um dos itens de custo mais críticos na economia doméstica dos pequenos agricultores familiares. A geração de energia em nível familiar pode permitir uma economia desse gasto, ao mesmo tempo em que pode gerar renda adicional, na medida em que haja um excedente que possa ser distribuído na rede. A legislação atual permite aos fornecedores pessoa física apenas acumular créditos para abatimento de suas contas, mas não vender e ser remunerados por isso. Caso essa legislação seja adaptada, a venda de energia se tornaria uma fonte segura de renda.

- Com energia a custo baixo, é possível adotar padrões produtivos mais energo-intensivos (na indústria, na agroindústria, na agricultura) e isso traz benefícios no nível geral de renda e emprego, com efeitos positivos sobre a arrecadação tributária.

- Os investimentos necessários ao provimento de infraestrutura para a geração de novas usinas hidrelétricas obviamente se reduzem. E essa economia pode justificar aportes de subsídios à implantação de sistemas familiares ou coletivos de geração fotovoltaica.

- Menos obras de construção de hidrelétricas significa também menos custos sociais às populações atingidas por barragens e menos gastos públicos com a mitigação de parte desses custos. Tal economia pode ser considerada na conta da viabilidade da opção pela via energética fotovoltaica.

- A renda gerada às famílias produtoras de energia pode reduzir a sua dependência das políticas de CCT,<sup>12</sup> gerando economias ao estado. E parte dessa economia pode também justificar subsídios à implantação desses sistemas.

- Uma vez que surja uma demanda por equipamentos de geração fotovol-



taica, novos negócios tendem a surgir (fabricação, implantação e manutenção), gerando empregos e renda.

- Ao passar da condição de beneficiários (passivos) de CCT à de produtores/vendedores (ativos) de energia, a fixação das populações em suas localidades de pertencimento se torna muito mais efetiva. Isso permite uma *justiça territorial* e uma maior garantia de preservação de vínculos identitários socioculturais. Bastando a conexão ao grid, qualquer lugar com bom nível de insolação se torna potencial gerador de renda complementar, dando auxílio à reprodução de modos de vida e atividades produtivas sob risco. Assim como diversas melhorias de infraestrutura e a garantia de uma renda mínima possibilitaram a permanência de certos grupos em seus locais de origem ou escolha, que antes não lhes era possível, a geração de renda pela venda de energia solar pode fornecer mais recursos para o investimento em outras atividades produtivas.

- Agricultores teriam uma atividade complementar: a de “plantadores de energia”, o que significa uma extensão dos conceitos de multifuncionalidade (da terra) e de pluriatividade (dos trabalhadores) (Tonneau et al., 2005). A necessidade de buscar trabalhos temporários complementares fora das suas terras, muito comum na agricultura familiar, poderia ser compensada pela atividade de produção de energia para o mercado.

- A vulnerabilidade às mudanças ou aos eventos extremos do clima seria bem menor, já que as famílias estariam muito mais adaptadas.

### **O vento também é *Nexus* (mas não é social)**

Em vários países, a instalação de parques eólicos tem sido uma alternativa energética, desde o final do século XX. Com uma certa defasagem temporal, o Brasil também passou a adotar esse padrão, que é menos vulnerável à irregularidade do regime de chuvas e não gera impactos socioambientais como os que decorrem da construção de grandes barragens.

Com rápido crescimento nos últimos anos, a energia eólica respondia por mais de 7% da matriz energética brasileira, no final de 2017.<sup>13</sup> Na região Nordeste, em particular, dadas as características naturais de presença constante de ventos, a produção de energia eólica está em franco crescimento. Em 2017, 60% do provimento de eletricidade na região foi suprido por usinas eólicas.<sup>14</sup> Por ser uma fonte limpa de energia, o bônus ambiental é inquestionável, já que evita-se alagamento de áreas de floresta e de produção agropecuária, e mudanças na dinâmica dos rios, problemas presentes na geração hidrelétrica, e também reduz-se as emissões de carbono resultantes da geração termelétrica e hidrelétrica.

Vista pela óptica da abordagem *Nexus*, a geração de energia eólica atende à dimensão segurança energética (por não depender do regime hídrico, como no caso da hidroeletricidade) e também à segurança hídrica (por não competir com outros usos da água). Por não demandar água, os rios e reservatórios tendem a oferecer maior disponibilidade para a produção agropecuária, o que pode favorecer a segurança alimentar. Os três eixos da abordagem *Nexus* são,

portanto, contemplados quando se considera uma estratégia de produção de energia eólica.

Entretanto, diferentemente do padrão tecnológico da energia solar, que permite a adoção em escala doméstica, as turbinas eólicas demandam investimentos bem maiores e não se viabilizam em pequena escala, por produtores/consumidores residenciais. Nesse sentido, comparativamente à alternativa fotovoltaica implantada em unidades familiares, os parques eólicos têm menor relevância, se considerada a geração direta de empregos ou de renda familiar.

### **Considerações finais**

Ao desenvolver sua matriz energética baseada na grande disponibilidade de água, o Brasil soube tirar proveito de sua vantagem comparativa e não precisou recorrer em grande escala a fontes fósseis e nuclear para suprir sua demanda de eletricidade na escala adotada por outros países.

Ao estabelecer que energia elétrica é um direito – com o programa *Luz para Todos* – o Brasil avançou na universalização do acesso, incluindo parcelas da população que estavam à margem, principalmente em comunidades rurais.

Ao criar um programa de transferência de renda à população vivendo abaixo da linha da pobreza, o Brasil avançou no sentido da justiça social e inseriu os beneficiários no mercado consumidor de bens básicos à subsistência. Isso representou, indiretamente, um avanço socioeconômico, ao dinamizar mercados, e também uma redução da vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas.

Ao adotar um amplo programa de construção de cisternas em unidades familiares, o Brasil deu um importante passo no sentido de ampliar a capacidade das populações vulneráveis no sentido de uma maior capacidade de convivência com a seca.

Ao instituir um programa governamental de aquisição de alimentos (PAA) para serem distribuídos em programas sociais (merenda escolar, alimentação em hospitais, distribuição de cestas básicas) o Brasil fortaleceu a agricultura familiar.

Esses cinco vetores positivos de políticas públicas, entretanto, não estão isentos de óbices, que merecem ser ponderados ao se buscar ganhos de efetividade.

A hidroeletricidade, apesar de ter como base uma fonte considerada limpa, pelo ser caráter renovável, vem mostrando com frequência preocupante um tendão de Aquiles: a sua vulnerabilidade à irregularidade das chuvas e da vazão dos mananciais e cursos d'água. Conflitos entre os diferentes usos se tornam mais evidentes em momentos de crise. E o recurso à geração termelétrica representa maiores custos econômicos e ambientais.

A universalização do acesso à luz elétrica representa custo para populações pobres. Para o padrão da economia doméstica daqueles que estão na base da pirâmide social, qualquer gasto adicional representa um fator de pressão sobre o orçamento familiar. Mesmo quando subsidiada, a conta de energia é usualmen-

te lembrada como um item de preocupação por parte dos novos incluídos no acesso à eletricidade.

A transferência de renda, como é o caso do programa *Bolsa Família*, também expõe fragilidades políticas e operacionais. Há riscos de perpetuação da dependência de beneficiários ao programa, cuja concepção originária é de que o aporte de renda serve para alavancar uma inclusão social plena. Isso implica ascensão à condição de superação da pobreza extrema e, portanto, a emancipação em relação ao programa. Os valores repassados às famílias, porém, se mostram muito aquém do necessário à alavancagem de investimentos em atividades produtivas. O debate sobre as portas de saída do programa ainda está em curso. O fato de que o consumo propiciado pela renda transferida pelo programa está dissociado da atividade produtiva levanta críticas. Quando não há um vínculo entre poder aquisitivo e produção, criam-se bases para uma *economia pária* (onde a capacidade de consumo está dissociada de uma capacidade produtiva) e para um ciclo vicioso de dependência de produtos oriundos de outros territórios. Ademais, a cultura política brasileira ainda reproduz práticas atrasadas de vinculação de direitos a favores políticos, resultando em clientelismo (Bursztyn; Chacon, 2011), envolvendo mesmo a estrutura burocrática da assistência social e do programa Bolsa Família (Eiró, 2018).

Em episódios de seca prolongada, a água armazenada nas cisternas não é suficiente para o consumo familiar, já que esta é planejada para o consumo de uma família média durante uma estação seca, o que prevê uma precipitação normal durante o ano. Na prática, o recurso ao *caminhão-pipa* persiste e, com ele, o risco de práticas clientelistas que marcaram a região por muitas décadas (Eiró; Lindoso, 2015).

Frente a adversidades climáticas a compra de parte da produção agrícola pelo governo se vê limitada em suas potencialidades de benefícios aos produtores, que nem sempre estão aptos a fornecer produtos ao mercado (Mesquita; Bursztyn, 2017).

A ideia de uma política que conecte as esferas social, econômica e ambiental em torno de uma *revolução socioenergética* pode trazer soluções para todas essas questões. Transformar beneficiários “passivos” em produtores ativos (de energia fotovoltaica) representa ao mesmo tempo: renda gerada pela inclusão *ecoprodutiva*, porta de saída da dependência frente à transferência de renda, economia de água (permitindo o melhor uso do recurso para outros fins), redução das emissões de carbono, geração de empregos (na indústria de painéis fotovoltaicos e na sua manutenção), economia de investimentos na construção de novas hidrelétricas, condições de permanência de populações propensas à migração, dentre outros aspectos positivos.

O processo poderia ter como ponto de partida a instalação de painéis no telhado das casas de agricultores, valendo-se da mesma superfície que já vem sendo usada para coletar água da chuva para o armazenamento em cisternas.

Novas áreas com painéis poderiam ser agregadas, servindo também para a captação de água das chuvas em novas cisternas. A energia gerada neutralizaria o custo do consumo da família e o excedente seria distribuído na rede, gerando remuneração aos produtores. Atingindo um nível maior de renda, os produtores não dependeriam mais das transferências de renda pelo governo.

É claro que os investimentos iniciais precisam ser considerados. Mas há de ponderar: as economias nos custos do programa *Bolsa Família*, as economias na construção de novas instalações para a geração hidrelétrica, o benefício das emissões evitadas, os efeitos multiplicadores (produção, emprego e tributos) dos negócios que surgiriam em decorrência da adoção de uma via fotovoltaica, a economia de água que poderia maximizar a geração hidrelétrica já instalada e garantir segurança hídrica e alimentar (agropecuária e piscicultura). Todos esses aspectos, agregadamente, justificam a concessão de subsídios à *revolução socioenergética*.

E há benefícios adicionais: a fixação da população nas suas localidades de origem, reduzindo a pressão do êxodo rural e assegurando um maior grau de justiça territorial (ao valorizar lugares condenados a serem eternos pontos de expulsão demográfica); um incremento na autonomia e na autoestima dos produtores, que se libertariam da dependência passiva das benesses do Estado paternalista, com menor margem para práticas clientelistas; o fim do custo social gerado pelo deslocamento de populações ribeirinhas para a construção de barragens para a geração de energia hidrelétrica; uma maior segurança à piscicultura praticada em represas, que estariam menos vulneráveis ao deplecionamento.

A *revolução socioenergética* pode ser a espinha dorsal da evolução da abordagem *Nexus*, que considera a integração das seguranças hídrica, energética e alimentar, no sentido de um “*Nexus+*”, que integraria também a segurança socioambiental. O eixo estruturante passaria do recurso água (que em contextos de crise resulta em fator *des*estruturante, dados os conflitos de uso inerentes à escassez e os impactos socioambientais) para a radiação solar (que, ademais, representa um serviço socioambiental).

A experiência deveria se iniciar no Semiárido nordestino, onde o problema (excesso de sol) se tornaria a solução (energia solar).

Uma pergunta pode ser lançada nesse ponto: porque uma *revolução socioenergética* solar e não eólica? A resposta nos remete a um debate que tem raízes nos anos 1970, com a publicação da obra de Schumacher (1973) *Small is Beautiful*. O padrão tecnológico da via eólica não se viabiliza na escala de uma pequena unidade familiar brasileira. A via fotovoltaica permite uma capilaridade muito maior do que o aproveitamento dos ventos, em termos de pessoas ocupadas direta e indiretamente, por KW gerado.

A incidência da luz solar é geograficamente determinada, mas sua apropriação é democrática.

## Notas

- 1 Este trabalho teve o apoio dos seguintes projetos: Projeto H2020-MSCA-RISE-2015 Odyssey, com recursos provenientes do the European Union's Horizon 2020 Research and innovation programme under the Marie Skłodowska - Curie grant agreement n.691053, e do Projeto INCT/Odisseia-Observatório das dinâmicas socioambientais: sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, ambientais e demográficas (chamada INCT – MCTI/CNPq/Capes/FAPs n.16/2014). Também teve o apoio da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais-Rede Clima. O autor agradece aos colegas que revisaram e contribuíram com sugestões em versões preliminares, em particular Carolina Milhorange, Gabriela Litre e Flávio Eiró.
- 2 Vale lembrar que o Sol tem influência no ciclo da água e na produção agrícola.
- 3 Literalmente, rede inteligente, que tem como base a possibilidade de que a produção e o consumo de energia possam se dar de forma bidirecional, permitindo que consumidores também possam vender parte da energia que geram.
- 4 De acordo com a Matriz Energética Brasileira (edição de junho de 2017). Fonte: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3580498/02+-+Resenha+Ener%C3%A7tica+Brasileira+2017+-+ano+ref.+2016+%28PDF%29/13d8d958-de50-4691-96e3-3ccf53f8e1e4?version=1.0>> Acesso em: 24 maio 2018.
- 5 Disponível em: <[https://www.energy-charts.de/power\\_inst.htm](https://www.energy-charts.de/power_inst.htm)> Acesso em: 24 maio 2018.
- 6 Disponível em: <<https://www.portalsolar.com.br/o-que-e-geracao-distribuida.html>> Acesso em: 5 jun. 2018.
- 7 Fonte: <[www.nytimes.com/2018/05/09/business/energy-environment/california-solar-power.html](http://www.nytimes.com/2018/05/09/business/energy-environment/california-solar-power.html)> Acesso em: 21 jul. 2018.
- 8 Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/marco/bolsa-familia-repassa-r-2-5-bilhoes-a-beneficiarios-em-marco>> Acesso em: 1º jun. 2018.
- 9 Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>> Acesso em: 30 maio 2018.
- 10 Disponível em: <<https://www.lazard.com/media/450436/rehcd3.jpg>> Acesso em: 30 maio 2018.
- 11 Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>> Acesso em: 31 maio 2018.
- 12 Os gastos estimados com o programa, em 2018 eram de 28 bilhões de reais, o que corresponde a menos de 1% do orçamento da União (Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/orcamento-de-2018-e-aprovado-com-previsao-de-gastos-de-r-357-trilhoes>>, Acesso em: 21 jul. 2018.
- 13 Disponível em: <<http://www.canalbioenergia.com.br/energia-eolica-pode-crescer-muito-mais-com-novos-leiloes/>> Acesso em: 13 jul. 2018.
- 14 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-08/eolicas-respondem-por-60-do-abastecimento-de-energia-do-nordeste-diz-ons>> Acesso em: 25 nov. 2018.

## Referências

- ALLOUCHE, J.; MIDDLETON, C.; GYAWALI, D. *Nexus Nirvana or Nexus Nullity? A dynamic approach to security and sustainability in the water-energy-food nexus*. Brighton: STEPS Centre, 2014.
- ARTOLLI, F.; ACUTO, M.; McARTHUR, J. The water-energy-food nexus: An integration agenda and implications for urban governance. *Political Geography*, v.61, p.215-23, 2017.
- BEZERRA, F. D. Nordeste: “Futuro Promissor para a Energia Solar”. *Caderno Setorial*, ETENE – BNB, ano 3, n.31, 2018.
- BURSZTYN, M.; CHACON, S. S. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido nordestino. *Revista Estudos Sociais e Agricultura*, v.19, n.1, p.30-61, 2011.
- BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CBHSF. *Plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: diagnóstico da dimensão técnica e institucional*. Salvador: Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, Disponível em: <[http://cbhsaofrancisco.org.br/planoderecursos-hidricos/wp-content/uploads/2015/04/t14032\\_RPIB\\_Volume\\_1\\_v2\\_Ago2015.pdf](http://cbhsaofrancisco.org.br/planoderecursos-hidricos/wp-content/uploads/2015/04/t14032_RPIB_Volume_1_v2_Ago2015.pdf)>, 2015.
- CECH, T. V. *Principles of Water Resources: History, Development, Management and Policy*. New York: John Wiley and Sons, 2003.
- CORDEN, W.; NEARY, J. Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy. *The Economic Journal*, v.92, n.368, p.825-48, 1982.
- DIAMOND, J. M. *Collapse: how societies choose to fail or survive*. New York: Viking Books, 2005.
- EIRÓ, F.; LINDOSO, D. P. Reinvenção de práticas clientelistas no Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, v.1, n.1, 2015, p. 62-76.
- EIRÓ, F. Anti-poverty Programs and Vote-Buying Strategies. In: KUBBE, I.; ENGELBERT, A. (Ed.) *Corruption and Norms*. Political Corruption and Governance. Springer International Publishing, 2018.
- FERRARO JUNIOR, L. A.; BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. Sustainability of the Remaining Agricultural Commons in the Brazilian Northeast: challenges beyond management. *ERDE*, v.148, p.150-66, 2017.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- GODENBERG, J.; PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. *Tempo Social*, v.15, n.2, p.219-35, 2003.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v.162, p.1243-8, 1968.
- HASSAN, H. A. *Egypt and Controlling the Nile - From Mythologies to Real Politics*. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201709080301.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.
- ILLICH, I. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973a.
- \_\_\_\_\_. *Celebration of awareness: a call for institutional revolution*. Harmondsworth, UK: Penguin Education, 1973b.

- ILLICH, I. *Medical Nemesis: The expropriation of health*. London: Marian Boyars, 1975.
- IPCC. *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Geneva: IPCC, 2014. 151p.
- LANG, M.; DUNIA, M.; DAUMAS, L. *Au-delà du développement: critiques et alternatives latino-américaines*. Paris: Éditions Amsterdam. 2014.
- LINDOSO, D. P. et al. Harvesting Water for Living with Drought: Insights From the Brazilian Human Coexistence with Semi-Aridity Approach Towards Achieving the Sustainable Development Goals. *Sustainability*, v.10 , n.3, 2018, 16p.
- MARENGO, J. A.; TORRES, R. R.; ALVES, L. M. Drought in Northeast Brazil-past, present, and future. *Theoretical and Applied Climatology*, n.20, p.1-12, 2016.
- MESQUITA, P. S.; BURSZTYN, M. Food Acquisition Programs in the Brazilian Semi-arid - Benefits to farmers and impacts of climate change. *Food Security*, v.10, p.1-11, 2017.
- MILHORANCE, C. Discutindo autonomia e sustentabilidade no Semiárido brasileiro. *Sustentabilidade em Debate*, v.7, n.3, p.264-66, 2016.
- \_\_\_\_\_. Contribuições do PAA África para o processo de consolidação do PRONAE em Moçambique [Internet]. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth; [cited 2018 Jun 27]. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pt-br/publication/28605>>, 2018.
- MILHORANCE, C.; BURSZTYN, M. *Interações entre Instrumentos de Políticas Públicas: conceitos, lacunas e agenda future de pesquisa*. Relatório de pesquisa. CDS/UnB, 2018, 52p.
- MMA, COBRAPE-PROJETEC. *Atualização e Complementação do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*: Relatório da Análise Integrada e Crítica sobre a Situação Atual da BHSF. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OVIEDO, A. et al. Agora sob Nova Administração: acordos de pesca nas várzeas da Amazônia brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v.18, p.119-38, 2015.
- RAHAMAN, M. M.; VARIS, O. Integrated water resources management: evolution, prospects and future challenges. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, v.1, n.1, p.15-21, 2005.
- RAMADHAD, M.; NASSEB, A. The cost benefit analysis of implementing photovoltaic solar system in the state of Kuwait. *Renewable Energy*, v.36, n.4, p.1272-7, 2011.
- SALAMA, P. Globalización comercial: desindustrialización prematura en América Latina e industrialización en Asia, *Comercio Exterior*, v.62, n.6, p.34-44, 2012.
- SCHUMACHER, E. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. New York: Harper & Row, 1973.
- TONNEAU, J.-P.; AQUINO, J. R. de; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.22, n.1, p.67-82, 2005.

*RESUMO* – A organização burocrática do Estado obedece a uma lógica de fragmentação setorial, tal como na Academia o conhecimento tende a ser construído segundo recortes disciplinares. A especialização contribui para o melhor equacionamento de desafios, mas pode esbarrar no enfrentamento de problemas complexos que exijam maior integração. Políticas públicas setoriais por vezes resultam em jogos de soma zero, quando em interação com outros eixos de intervenção. O presente estudo explora a ideia da integração de políticas sociais, econômicas e ambientais, em torno da questão energética, com foco na região semiárida do Nordeste brasileiro. A partir da abordagem *Nexus* (que integra as seguranças hídrica, energética e alimentar), que tem no recurso natural água seu eixo central, o estudo propõe a o fomento à geração de energia fotovoltaica por agricultores familiares, como forma de promover sinergias positivas das políticas social, ambiental e econômica.

*PALAVRAS-CHAVE:* Sustentabilidade, Políticas sociais, Energia solar, Integração de políticas, Abordagem *Nexus*.

*ABSTRACT* – The bureaucratic organization of the State follows a logic of sectorial fragmentation and, like in the Academy, knowledge tends to be built according to disciplinary frames. Specialization helps to address some challenges better, but tends to be limited when dealing with complex problems that require greater integration. Sectorial public policies sometimes result in zero-sum games when they interact with other intervention axes. This study explores the idea of integrating social, economic and environmental policies towards energy, with focus on the semi-arid region of Northeastern Brazil. Based on the *Nexus* approach, which integrates water, energy and food security, and sees water as a natural resource common to these three aspects, this study proposes the production of photovoltaic energy by family farmers as a way to promote positive synergies of social, environmental and economic policies.

*KEYWORDS:* Sustainability, Social policies, Solar energy, Policy integration, *Nexus* approach.

*Marcel Bursztyn* é professor titular do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. @ – marcel.cds@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2680-9145>.

Recebido em 26.11.2018 e aceito em 29.3.2019.

<sup>1</sup> Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.



# Ambiente e desenvolvimento

# Estratégias para o desenvolvimento da bioeconomia no estado do Amazonas

*ANDRÉ LUIS WILLERDING,<sup>I</sup>*

*LEONARDO RODRIGO DA SILVA,<sup>II</sup>*

*ROSEANA PEREIRA DA SILVA,<sup>III</sup>*

*GEISON MAICON OLIVEIRA DE ASSIS<sup>IV</sup>*

*e ESTEVÃO VICENTE CAVALCANTI MONTEIRO DE PAULA<sup>V</sup>*

## Introdução

**D**ENTRO DA REALIDADE por que passa o estado do Amazonas, com um futuro sombrio no esteio de sua economia pelo enfraquecimento do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), torna-se urgente promover um roteiro para o seu desenvolvimento com uma agenda prioritária de forma a fortalecer-lo e associá-lo com os problemas e demandas atuais além das oportunidades de futuro diante do desafio de um desenvolvimento econômico eficiente e atrelado às suas vocações naturais.

A trajetória do desenvolvimento econômico pode constituir-se numa boa alternativa para localidades particularmente vulneráveis que queiram aumentar sua resiliência (Horlings; Marsden, 2011, p.142). A própria “Iniciativa Econômica Verde” lançada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Pnuma) trata essa questão com um forte apelo ao novo paradigma no que tange a mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias limpas e na infraestrutura “natural” como as florestas e o solo para alcançar um crescimento efetivo, gerando emprego e renda, mas aliado aos serviços ambientais (Almeida, 2012, p.93).

Atualmente, há uma necessidade de promover uma diversificação da economia já existente, bem como o fortalecimento de uma “Economia Verde” definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais com uma exploração racional com agregação de valor sobre os recursos naturais (Diniz; Bermann, 2012, p.325).

No entanto, não há opção simples para o desenvolvimento da região ama-

zônica. Preservar a floresta implica construir caminhos capazes de gerar renda e qualidade de vida para suas populações. Desenvolver a Amazônia obriga a produzir uma interação virtuosa entre forças sociais capazes de usar as riquezas derivadas da biodiversidade. E isso não pode ser obtido pela replicação dos padrões atuais do que se convencionam chamar de desenvolvimento nas sociedades ocidentais (CGEE, 2009, p.6).

O desenvolvimento exige exatamente algo que potencialize as transformações e induza opções realmente habilitadoras de um futuro mais promissor. Cabe valorizar as características socioculturais e ambientais existentes e as forças sociais vivas, bem como promover maior articulação das estruturas regionais aos circuitos nacionais e internacionais, de forma a intensificar fluxos comerciais e financeiros e o intercâmbio cultural, científico e tecnológico (CGEE, 2016, p.19).

No entanto, o debate científico e governamental sobre desenvolvimento sustentável está entrando em uma fase que busca substituir o modelo clássico de crescimento econômico competitivo. Esse modelo impõe a caracterização de “ganhadores” e “perdedores” em razão das disparidades socioeconômicas que existem dentro da economia de escala ortodoxa (Horlings; Marsden, 2011, p.142).

Assim, surge um novo potencial para o desenvolvimento do Amazonas, estabelecido na magnitude de sua biodiversidade com a respectiva utilização e conservação dos recursos naturais de forma que possam contribuir decisivamente para a geração de oportunidades de renda para as populações atuais e futuras.

Nesse sentido, intensificam-se os esforços para promover e operacionalizar a “ciência da sustentabilidade”, que incorpora várias outras ciências como a do ambiente, social e da vida. Essa incorporação do ambientalismo a essas ciências outorgou os conceitos relacionados à sustentabilidade, tais como: capacidade de suporte, pegada ecológica, pegada hídrica, equidade regional, reciclagem dos recursos naturais que em última instância moldam a chamada Modernização Ecológica (Horlings; Marsden, 2011, p.145).

### **Justificativa**

O presente trabalho apresenta um panorama da realidade do estado do Amazonas com relação ao desenvolvimento de uma bioeconomia fortemente ligada com as potencialidades dos recursos naturais potenciais e recorrentes que existem.

Essa discussão se encaixa nas buscas por alternativas para economia do estado do Amazonas, muito centralizada pelo Polo Industrial de Manaus (PIM), mas que, confrontado com uma realidade difícil, se torna ano a ano cada vez mais ameaçado. O Amazonas não pode novamente na sua história entrar em um ostracismo econômico com o enfraquecimento do modelo ZFM.

Dessa forma, o artigo apresenta uma relação entre as ofertas das potencialidades locais com as demandas tecnológicas e de mercado. Discute também os

impactos econômicos e tecnológicos de inovação em biodiversidade e capacitação dos recursos humanos, que são necessários para alavancar o desenvolvimento de uma ciência aplicada na conversão de produtos da natureza em produtos comerciais.

Diante das complexidades das características naturais, econômicas e sociais do estado, é essencial que essas políticas conjuntas priorizem investimentos maciços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) focados em preparar o homem para uma nova economia do século XXI. Para essa bioeconomia, estima-se que em 2030 ela poderá contribuir com até 2,7% do PIB dos países industrializados, e ainda mais nos países em desenvolvimento. Para comparação, atualmente responde por menos de 1% do PIB dos países europeus (OCDE, 2009, p.11).

### **Metodologia**

A metodologia para o levantamento das potencialidades e da situação atual do ambiente em Ciência, Tecnologia e Inovação no estado do Amazonas foi baseada no modelo de inovação da *Quintuple Helix* (Carayannis et al., 2012, p.2) onde os ambientes naturais, da sociedade e da economia também devem ser vistos como motores da produção e inovação do conhecimento para o desenvolvimento social e econômico com base na interação: academia x empresa x governo x sociedade x meio ambiente.

### **Conjuntura 1: Potencialidades e desafios para os bioprodutos do Amazonas**

Na mesma lógica quanto aos setores estratégicos, o Quadro 1 indica os respectivos níveis de conhecimento, capacitação, tecnificação aplicada aos processos e o grau de afinidade com o mercado de alguns bioprodutos do Amazonas. O levantamento é subjetivo e dá uma ideia do que seria o cenário ideal (representado por 100%).

Com relação ao Quadro 1, observa-se uma discrepância entre alguns bioprodutos mais evoluídos com relação ao nível e conhecimento ou de capacitação como a castanha-do-brasil e do açaí. Ao mesmo tempo, o camu-camu, extremamente rico com vitamina C, apresenta seus níveis nos segmentos analisados bem baixos ou mesmo nulos. Isso, por outro lado, mostra o potencial e o campo ainda aberto que essa cultura tem para ser explorada tanto no aspecto da ciência básica como no desenvolvimento tecnológico de produtos.

A fruticultura tropical no Amazonas apresenta boas perspectivas e devem-se ampliar os esforços e investimentos na direção de pesquisas estrategicamente focadas na Fruticultura Tropical (Fitossanidade, Beneficiamento, Transporte e Boas Práticas de Manejo) e induzir a formação de projetos em rede com a promoção da Transferência de Tecnologia, para facilitar a solução de problemas e oportunidades de negócios voltados à exportação de frutas.

Com relação à castanha-do-brasil, para o incremento do nível de Conhecimento é importante o fomento aos projetos em rede e incentivo às interações interinstitucionais com outros estados. Desse modo, com a construção de políticas

Quadro 1 – Nível de conhecimento, capacitação, tecnificação e de afinidade com o mercado para alguns bioprodutos estratégicos no estado do Amazonas

BIOPRODUTOS	A				B				C				D				E			
	Nível de Conhecimento				Nível de Capacitação				Nível de Tecnificação				Nível de Mercado				Nível de Escalonamento			
	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%
1 Castanha do Brasil	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
2 Açaí	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
3 Guaraná	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
4 Camu-Camu	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
5 Fruticultura Tropical	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
6 Química Fina	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
7 Biotecnologia	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
8 Biocosméticos	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
9 Fitoterápica & Fitofármacos	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
10 Piscicultura	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
11 Insumos Agroflorestais	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Fonte: Seplancti (2017).

públicas que priorizem a cadeia da castanha-do-brasil e aumente sua escala de produção e também o incentivo para o incremento do número de produtores/cooperativas capacitadas, deve fazer da castanha um grande produto amazônico.

O desenvolvimento de biotecnologias para o aproveitamento da rica composição química do açaí em base seca (proteínas, lipídios totais, açúcares totais, açúcares redutores, frutose, glicose, sacarose, fibras brutas e minerais), além de arranjos de projetos em rede multinstitucionais, interestaduais e se possível internacionais podem promover o desenvolvimento de pesquisa e exploração de moléculas de interesse econômico.

O guaraná é outro produto com grande potencial mercadológico. Seria necessário alavancar o nível de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento da cafeína e teobromina purificadas, além de fortalecer os estudos sobre as propriedades terapêuticas. Induzir pesquisas de forma a apoiar a expansão dos plantios de guaraná em bases tecnológicas (variedades melhoradas, práticas de manejo integrado, boas práticas de processamento) e desenvolver pesquisas agrônômicas objetivando apoiar a exploração sustentável do guaraná, sobretudo utilizando os conhecimentos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

Quanto ao camu-camu, outra cultura com benefícios nutracêuticos, porém pouco explorada, deve promover o aumento do nível de conhecimento com a implementação de pesquisas de forma a apoiar a criação de plantios com bases tecnológicas. Fomentar pesquisas para o aproveitamento total da fruta e a vitamina C, bem como o desenvolvimento de novas variedades em parceria com Embrapa, Inpa, Ufam visando à agregação de valor com a aplicação de biomoléculas e micronutrientes nas Bioindústrias de cosméticos e alimentos nutracêuticos (suplementos alimentares de vitamina C).

Há a necessidade de desenvolvimento de tecnologias e capacitação de re-

cursos humanos para preparação de insumos em quantidade e qualidade e desenvolvimento de produtos e processos para as empresas atuantes no segmento de biocosméticos, fitoterápicos e fitofármacos.

## **Conjuntura 2: Relação da bioeconomia com as demandas tecnológicas e de mercado**

A bioeconomia é resultado direto da dinâmica do desenvolvimento de produtos que fazem uso de recursos da biodiversidade e que podem ser gerados a partir dos desdobramentos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo ciências básicas (biologia molecular, microbiologia, biologia celular, genética, genômica, embriologia etc.), ciências aplicadas (técnicas imunológicas, químicas e bioquímicas etc.) e áreas tecnológicas (informática, robótica e controle de processos).

Mesmo que a bioindústria amazonense exista, ela é emergente e utiliza um nível tecnológico de baixa a média complexidade, muitas adotando a biotecnologia clássica, fazendo uso dos recursos naturais submetidos a processos de beneficiamento simples pelo uso da biodiversidade *in natura* ou por processos de cortar ou secar utilizados nas atividades de comercialização de frutos e através da extração e destilação para obtenção de óleos fixos e essenciais (Lasmar, 2005, p.34).

Por exemplo, para produtos fitoterápicos como óleo de copaíba (*Copaifera* spp) encontram-se xaropes caseiros nas feiras e mercados ou no máximo cápsulas oriundas de empresas locais como (Pharmakos d'amazônia; Pronatus, Amazon ervas). Para bebidas em geral, o guaraná (*Paullinia cupana*) pode ser obtido como pó em feiras. O extrato é comercializado principalmente para as indústrias de bebidas de porte local ou nacional. Para as indústrias de cosméticos ou de higiene e limpeza, a elaboração de produtos fica na fase de loção, cremes e cápsulas (Queiroz; Mafra, 2017, p.100).

Embora tal diagnóstico seja de 2005, mais de uma década após (2017), a situação é a mesma. Pois existe pouca ou nenhuma ocorrência de bionegócios que envolvam processos químicos ou biológicos de alta complexidade envolvendo riscos técnicos e a obrigatoriedade de testes ou ensaios (normatização) aplicáveis nas atividades de perfumaria, cosméticos, bioenergia e fitoterápicos (Silva; Mafra, 2017, p.7).

Entretanto, observa-se um crescente interesse pelo tema, proporcionando o surgimento de *startups* com propostas de aplicação da biotecnologia moderna ou de química fina no uso dos recursos da biodiversidade amazônica nos mais diversos setores que poderão em um futuro, consolidar a bioindústria no Amazonas gerando renda e empregos qualificados (Mafra; Medeiros, 2017, p.12). No Amazonas, existem em torno de 59 *startups* incubadas, onde aproximadamente cinco delas desenvolvem soluções e produtos voltados diretamente para a bioindústria (Sousa, 2014, p.5; Fundação Certi, 2016; Sepiancti, 2017).

Um exemplo mais recente de fomento para ativar a bioeconomia amazônica foi o lançamento do Edital n.004/2018 – AMAZONAS ESTRATÉGICO, promovido em conjunto pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ci-

ência, Tecnologia e Inovação (Seplancti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que visa o fomento e seleção de projetos de pesquisa que contemplem atividades de prospecção, desenvolvimento, engenharia e/ou absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, estratégicos e demais ações necessárias para que esses sejam levados ao mercado de forma competitiva, visando ao desenvolvimento de empresas e tecnologias brasileiras nas cadeias produtivas contempladas pela nova matriz econômico-ambiental do estado do Amazonas (Lei 4.419 de 29 de dezembro de 2016) onde o principal objetivo visava financiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, nas seguintes linhas temáticas: 1) Agricultura (Fruticultura); 2) Aquicultura (Piscicultura e Peixes Ornamentais); 3) Química Fina, Biocósméticos e Biofármacos; 4) Tecnologia da Informação e Comunicação; 5) Novos materiais (biocompósitos, compósitos avançados e metamateriais bioinspirados); 6) Recuperação/Regeneração de Área Degradada; 7) Serviços ambientais; 8) Mineração (Fapeam, 2018).

De acordo com Abrantes (2006, p.34), o aproveitamento econômico dos produtos naturais será o ponto de partida para a inserção da economia da Região Amazônica na matriz de um novo modelo de desenvolvimento local. No entanto, ressalta-se que o estado do Amazonas ainda é pobre em termos de tecnologia, especialmente em relação às tecnologias voltadas para a valorização dos recursos naturais. Ao se analisar hoje, existe uma série de atividades econômicas que fazem uso da biodiversidade Amazônica, porém, com pouco valor agregado.

### *Estratégias para o desenvolvimento de mercado para bioeconomia no Amazonas*

A bioeconomia se apresenta como um novo vetor potencial para o desenvolvimento econômico nacional muito atrelado às características específicas do estado do Amazonas. No entanto, para que de fato seja possível tornar a bioeconomia uma realidade, há a necessidade de Políticas Públicas que incluam atividades habilitadoras necessárias para a construção de uma estratégia colaborativa, que envolvem, por exemplo, a bioprospecção de novas moléculas de interesse biotecnológico, bem como a formação de um programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação em bioconversão e Química Fina (Basecamp, 2017, p.13).

Além disso, é necessária a execução de ações de apoio em questões como: marco regulatório, infraestrutura e comunicação que também devem ser realizadas para garantir a consolidação da bioeconomia.

### *Agenda para o desenvolvimento da bioeconomia no Amazonas*

O ponto de partida da Agenda é reconhecer que o desenvolvimento de soluções inovadoras no campo das biociências é ancorado no conhecimento. Torna-se necessário fortalecer e ampliar a base de recursos humanos e a infraestrutura laboratorial para perseguir linhas de pesquisas avançadas relacionadas principalmente com a biologia sintética, genômica, proteômica e de biomateriais.

A bioeconomia é uma oportunidade real para o país e deve contemplar interesses do Estado brasileiro, alinhados com os setores empresarial, acadêmico e a sociedade civil, pautando-se pelo respeito à sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais, além de garantir a competitividade da indústria nacional frente no mercado global (CNI, 2014, p.29).

O objetivo é gerar uma massa crítica de pesquisadores qualificados e lideranças científico-tecnológicas. Nesse sentido, talvez seja necessário criar ou reforçar, em bases competitivas e meritocráticas, um conjunto mais restrito de grupos de pesquisa altamente qualificados, facilitando sua articulação com instituições internacionais de alto renome, de modo que esses grupos também se tornem referência na fronteira da bioeconomia.

O sofisticado embasamento técnico da biotecnologia moderna possibilita a criação de imensa gama de novos produtos e processos, tais como energia renovável, alimentos funcionais e nutracêuticos, biopolímeros, novos materiais, medicamentos e cosméticos. Isso faz que a Amazônia tenha uma janela de oportunidade para participar de maneira significativa desse desafio, garantindo espaço competitivo para produtos e processos inovadores de base biológica, em segmentos vitais como a agricultura, a saúde e as indústrias químicas, de materiais e de energia (Lopes, 2015, p.15).

A bioeconomia precisa do pesquisador-empresendedor-inovador, da formação de grupos científicos multidisciplinares capazes de se relacionar eficaz e eficientemente com o mundo empresarial. É preciso remover as barreiras de transferência do conhecimento científico-tecnológico do ambiente acadêmico para o ambiente empresarial e ampliar o conhecimento sobre estratégias de proteção, comercialização e gestão de bens de propriedade intelectual (CNI, 2014, p.14).

Os setores abrangidos pela bioeconomia se contrapõem aqueles mais tradicionais ou com características de produtividade mais ligadas ao capital físico, uma vez que seu maior diferencial é o capital humano e o conhecimento de fronteira, sobre os quais novas empresas e segmentos de mercados serão criados (CNI, 2014, p.30).

Em síntese, a ambição de constituir um vibrante setor de bioeconomia – com base nas suas vantagens comparativas – será modulada pelas restrições no plano do conhecimento; pelo desafio de estabelecer um marco regulatório avançado, pró-ciência, inovação e produção; e pelas condições de entorno capazes de impulsionar uma base ainda frágil de cientistas e tecnólogos empreendedores e inovadores (CNI, 2014, p.34).

### ***Plataforma de translação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)***

Uma plataforma de translação é um conjunto de processos técnicos e gerenciais robustos que trazem agilidade e rastreabilidade ao caminho da ciência básica, à tecnologia e depois ao desenvolvimento de produtos e conquista de



mercado. A plataforma deve ser acordada e aderida por todos os *players* envolvidos - representados em síntese pela Indústria, Academia e Governo (regulamentador) (Basecamp, 2017, p.10).

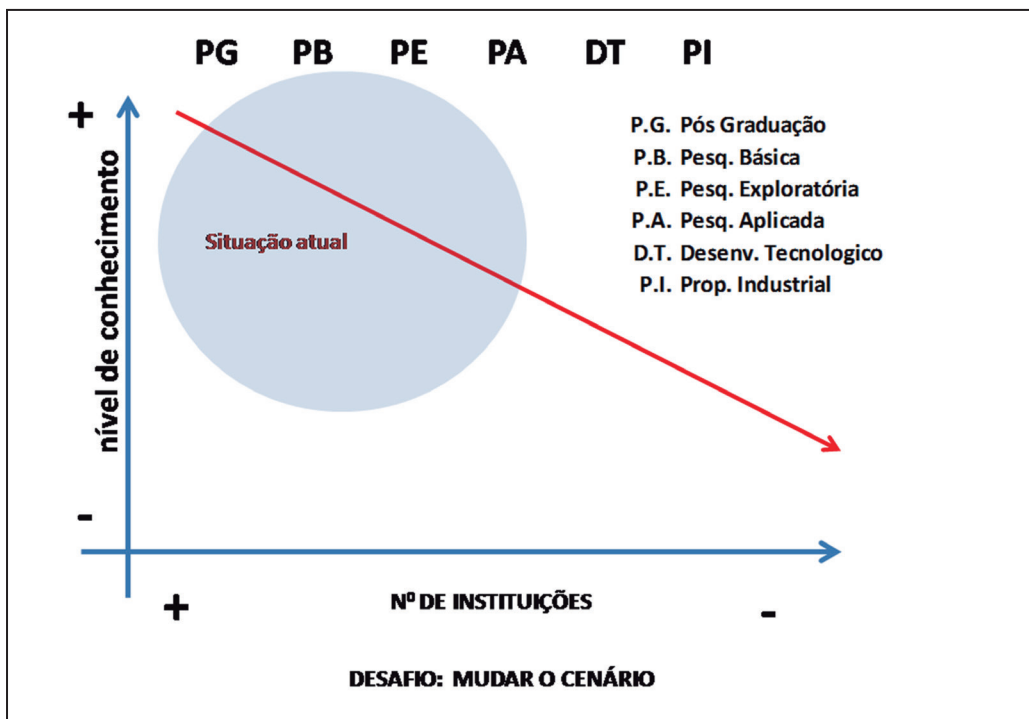
Promover a formação de consórcios para pesquisas colaborativas e habilitadoras necessárias para a construção de uma estratégia pesquisas em Redes Temáticas e associadas com as empresas, bem como promover a busca de interações entre a academia e empresas pode ser o elo para o sucesso de consórcios científicos e com isso, promover a quebra do isolamento geográfico e político com relação às outras regiões do país, o que impõe a união de esforços através de parcerias entre instituições estaduais, federais e internacionais para o fortalecimento das pesquisas científicas no Amazonas.

Em contraste, quando se analisa a produção científica e tecnológica no estado, há uma concentração na pesquisa básica e/ou exploratória. Quase nada se converte em pesquisa aplicada ao desenvolvimento tecnológico ou mesmo à propriedade intelectual. Nesse contexto, tornam-se necessárias ações que revertam esta situação e ajudem a alavancar a produção de bioprodutos (Figura 1). O desafio é mudar esse cenário, aumentando nível de conhecimento com possibilidade de adensamento tecnológico transformando-o em produtos com alto valor agregado no Amazonas em instituições como Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Centro Tecnológico do Amazonas (Cetam).

Mesmo assim, embora com grandes dificuldades de reverter esse quadro, na visão das empresas, o desenvolvimento tecnológico deverá permitir o uso da biodiversidade amazônica para se tornar produtos com grande potencial em um nicho de mercado significativo nos próximos anos devido a fatores como: o valor da marca Amazônia, a valorização da origem via o Documento de Origem Certificada (DOC), o aumento da exigência dos consumidores por sustentabilidade dos produtos e o crescimento do conhecimento sobre os recursos naturais amazônicos (Medeiros et al., 2017, p.21).

Essa situação detectada ao nível estadual também se reflete no nível federal. Segundo Mello e Sepúlveda (2017, p.2), o que se verifica é que não há a ligação necessária do investimento público na pesquisa básica com reflexos no direcionamento para o desenvolvimento tecnológico. A produção de conhecimento pela academia é financiada pelos impostos pagos pela sociedade. Apesar do avanço da pesquisa dentro da academia pelo setor privado, possivelmente mais de 90% da ciência produzida no Brasil seja ainda proveniente das universidades públicas.

Assim, a alocação de recursos públicos, pelos diferentes entes governamentais, para a produção de conhecimento é o motor principal que gera ciência e tecnologia. Para produzir seus bens e serviços a indústria utiliza a tecnologia por meio de máquinas, equipamentos e processos que em última análise foram originados na academia. Portanto, a academia e as empresas são elementos



Fonte: Seplancti (2017).

Figura 1 – Relação entre o nível de conhecimento científico versus número de instituições.

críticos de um circuito em que a ciência e a tecnologia permitem às empresas produzir riqueza, que por sua vez contribuem para a produção de mais ciência e tecnologia.

A presença da pesquisa básica é de extrema importância para a formação de recursos humanos técnicos especializados. Mas é a translação para o desenvolvimento tecnológico com a geração de produtos com valor agregado é que deve ser o esforço do estado para converter o conhecimento em capital (ou nota fiscal!).

Além da falta de planejamento estratégico de longo prazo, os diferentes obstáculos regulatórios à interação entre academia-empresa possivelmente constituem o principal determinante do baixo nível de intensidade que ainda hoje temos nessa interação (Mello; Sepúlveda, 2017, p.4). A consolidação e a regulamentação de um Marco Legal para o estado do Amazonas tornam-se prementes para esse fim à luz da Lei n.13.243 de 11 de janeiro de 2016 (Marco Legal Federal) já regulamentado pelo Decreto n.9.283 de 7 de fevereiro de 2018. As relações entre ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento são interativas, simultâneas e complexas, tendo as pessoas como principal forma propulsora de um ciclo virtuoso, ocorrendo a pesquisa como base, a inovação como vetor e o desenvolvimento como consequência (Audy, 2017, p.7).

Ao se analisar a Figura 1 e correlacionar com as condições do estado do Amazonas (mas vale também para os outros estados da Amazônia), pergunta-se: Qual tecnologia ou qual capacitação que se deve induzir para mudar esse cenário? A indicação que se tem é o investimento maciço em cursos Técnicos ou Tecnológicos voltados para as atividades das bioindústrias (técnico em química, técnico em farmácia, biotecnólogo, georreferenciamento, administração e contabilidade), sobretudo atingindo a população no nível médio de ensino e do interior do estado. Quando se investe nesse nicho, obtêm-se três resultados: 1) o aluno sai bem formado para competir no vestibular de universidade pública; 2) o aluno sai bem formado para mão-de-obra qualificada para bioindústrias (já citados anteriormente); e 3) o aluno pode sair capacitado para o empreendedorismo.

Todos esses resultados podem influenciar positivamente a economia do interior. Paradoxalmente, o Amazonas possui no seu interior uma infraestrutura para isso em função da presença de diversas instituições de nível médio e superior (Ufam, UEA, Ifam, Cetam, Sistema S, entre outros) em muitos municípios, sobretudo naqueles considerados polos e que podem servir como centros para esse desenvolvimento regional (Figura 2).

Mesmo com toda essa estrutura, o estado do Amazonas apresenta um intenso desequilíbrio econômico, social e cultural entre suas regiões geográficas e as cidades do interior. Embora a ciência e o conhecimento sejam fundamentais para o desenvolvimento, criação de riquezas, de empregos e de oportunidades (Silva; Mafra, 2017, p.19) e os principais agentes que compõem um sistema de geração e apropriação de conhecimento são empresas, universidades e o governo (Mafra; Medeiros, 2017, p.21), não se constata essa interação de maneira consolidada por políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do interior do estado do Amazonas.

O ciclo evolutivo de geração de ciência depende de descobertas para dinamizar a sociedade, gerar novas pesquisas, utilizar tecnologias diferenciadas e internalizar conhecimentos (Picinin et al., 2011, p.4). Em países desenvolvidos, o reconhecimento social de que a ciência gera resultados é permanente (Rapini, 2007, p.212; Gomes, 2016, p.17).

Um passo fundamental para a construção de uma estratégia de inserção da bioeconomia no desenvolvimento foi a aprovação da Lei n.13.123, de 20 de maio de 2015, que simplifica e regula o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, para fins de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (Lopes, 2015, p.15).

Há uma década que a OCDE sinalizava que a biotecnologia afetaria a maioria dos processos produtivos, em particular aqueles relacionados à produção de químicos, plásticos, enzimas, além as aplicações ambientais utilizadas na recuperação dos diversos ecossistemas (biorremediação) e na produção de biocombustíveis (Dias; Carvalho, 2017, p.4).

Estudos recentes da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) apontam que descobertas e inovações recentes no campo da biologia molecular estão abrindo novas possibilidades para a aplicação industrial, em particular aquelas que permitem a reprogramação de funções gênicas, que tornará factível a reprogramação funcional de componentes do genoma e do metabolismo celular com extensas aplicações para o setor de biotecnologia industrial com o desenvolvimento de novos (bio)polímeros, enzimas e biossensores (Dias; Carvalho, 2017, p.11).

Na busca por novos modelos de desenvolvimento, diferentes paradigmas podem ser identificados: o paradigma da bioeconomia e o paradigma da ecoeconomia, cada qual sustentando modelos alternativos para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável (Horlings; Marsden, 2011, p.145).

O paradigma da bioeconomia pode ser descrito como um conjunto das atividades econômicas que captam o valor latente em processos biológicos e nos biorrecursos renováveis, para produzir melhores condições de saúde, além de crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

O modelo de ecoeconomia envolve o surgimento de redes complexas de empresas (muitas das quais pequenas e médias) e atividades econômicas viáveis, que se utilizam recursos naturais de forma mais sustentável e ecologicamente corretos como energia renovável, empresas de ecoturismo e de empreendimentos sociais, por exemplo. O que é mais importante, não resulta na redução líquida dos recursos. Ao contrário, proporcionam benefícios cumulativos que agregam valor em termos tanto ecológicos quanto econômicos (Horlings; Marsden, 2011, p.147).

Ambos os paradigmas estão dentro da Modernização Ecológica, que compõe uma mensagem sobre as vantagens da inovação e pressupõe que é possível, através do desenvolvimento de novas tecnologias integradas, reduzir o consumo de matérias primas básicas, bem como a emissão de vários componentes. Os principais instrumentos para isso são: ciência e inovação tecnológica.

Percebe-se que mesmo no século XXI, o estado do Amazonas ocupa ainda uma posição de fornecedor de *commodities* ambientais como a precificação da água da evapotranspiração da floresta que, pelos rios aéreos, irrigam uma parte do sudeste e do sul do Brasil, além do norte da Argentina. Todas essas regiões citadas são grandes produtoras rurais. Isto é, a “chuva” que irriga vem da Amazônia. Ou seja, há a necessidade de uma valoração disso, que depende diretamente da manutenção da floresta em pé.

Do ponto de vista pragmático, o Amazonas continua vendendo seus recursos naturais na sua forma mais bruta e comprando de volta produtos de alto valor agregado. Esse modelo tradicional de desenvolvimento econômico traz consequências desastrosas e apontam para a necessidade de se reverter o padrão vigente, por meio de uma articulação de um conhecimento científico e tecnológico, permitindo a transformação dos recursos naturais com estruturas fabris com sustentabilidade produtiva e financeira (Sousa et al., 2016, p.5).



Fonte: Seplancti (2017).

Figura 2 – Distribuição das instituições de ensino, ciência e tecnologia no Amazonas.

Segundo Abrantes (2006, p.3), o aproveitamento econômico dos produtos naturais deverá levar a região a um novo modelo de desenvolvimento local. A existência de mais de 90% da área florestal é um dos fatores estratégicos que explica a preocupação de se ter uma ciência que possa converter os recursos da biodiversidade em recursos econômicos, mas com uma preocupação social e ambiental (Sousa et al., 2016, p.14).

#### *Impactos econômicos e tecnológicos da inovação em biodiversidade*

Nos últimos anos, inovação e sustentabilidade passaram a ser usados em conjunto para denominar uma nova abordagem de seleção de alternativas tecnológicas. Aliada a isto, a atribuição de valor econômico à floresta em pé permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação.

Somente novas formas de gestão dos recursos naturais poderão mostrar o caminho de como utilizar esse patrimônio sem destruí-lo. Este potencial será desvendado de forma segura com a interveniência da C,T&I como ferramenta para o desenvolvimento econômico.

De acordo com Becker (2007, p.14), o mercado de produtos provenientes da biodiversidade amazônica mostrou invejável crescimento com taxas diferenciadas nas duas últimas décadas do século XX, principalmente daqueles oriundos do estado do Pará. No Amazonas, a atuação de forma irregular pode estar vinculada não só à baixa capacidade de fiscalização/apoio ao setor pelo Estado, mas também à ausência de mão de obra especializada.

Corroborando com a citação anterior, o mercado mundial de bioprodutos amazônicos está em expansão, representando um segmento atrativo de investimentos para o Brasil, que como uma das três maiores economias da América Latina, tem desenvolvido, embora de maneira incipiente, arranjos políticos, econômicos e ambiental para a exploração sustentável desse potencial (Sousa et al., 2016, p.155)

Do ponto de vista do mercado local, a maioria dos produtos em estabelecimentos comerciais não possui autorização legal, com exceção dos produtos naturais processados vendidos em quiosques de *Shoppings Centers*. Em Manaus, por exemplo, existem diversos estabelecimentos comerciais que vendem produtos naturais, tornando-se difícil quantificar um número exato, que oferecem produtos para as mais distintas finalidades (para emagrecimento, contra celulite, pele, entre outros...). Essa situação compromete o mercado, uma vez que não é seguro para o comércio e nem para o consumidor leigo (Queiroz; Mafra, 2017, p.107).

Essas relações podem apontar uma demanda diferenciada relacionada tanto ao poder de compra quanto à facilidade de acesso ao produto, sem restrições, entre algumas deduções. No que se refere à demanda por motivo de saúde, o mercado de fitofármacos cresce a cada ano principalmente por serem estes mais baratos em relação aos fármacos. No que se refere à demanda por produtos que auxiliem no bem-estar, emagrecimento e cuidados com a pele e o corpo. Esse mercado é reflexo de pessoas aderindo a um modo de vida mais saudável com maiores cuidados com o corpo e com a ética alimentar (Queiroz; Mafra, 2017, p.108).

A floresta amazônica possui uma série de peculiaridades que a distingue das demais regiões em função de sua alta diversidade biológica. Essa riqueza natural, todavia, não se faz presente quando a análise se dá sob a dimensão econômica.

Por exemplo, indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus (PIM) coletado pelo programa Sinapse (Fundação Certi, 2015, p.6) mostram que a participação dos principais setores de atividades no faturamento total do PIM se configura da seguinte forma: produtos eletroeletrônicos incluindo bens de informática (50,6%); setor de duas rodas (16,4%) e o setor químico (11,9%).

Contrastando com a realidade desses principais segmentos, os indicadores da Suframa apontam uma participação bem menor no faturamento total do PIM para os subsetores de bebidas (0,91%) e produtos alimentícios (0,19%) (Fundação Certi, 2015, p.19). Ressalta-se que o PIM não tem como característica lançar produtos desenvolvidos localmente, mas sim desenvolvidos pela empresa matriz ou coligadas das empresas em outros centros, ou seja, utiliza tecnologia exógena (Sousa, 2014, p.12).

Tomando como base os dados mencionados, pode-se inferir que mesmo com todas as riquezas naturais que a região apresenta, quando se analisa a participação dos segmentos econômicos relacionados à biodiversidade no faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) observa-se que no atual modelo que dá sustentação à economia do Amazonas, esses segmentos não têm uma participação representativa. Em relação a isso, Sousa (2014, p.19) cita o que Benchimol (2000) considera como *modelo eunuco* justamente por não utilizar os recursos naturais da região. Portanto, a geração de conhecimento e a utilização sustentável da biodiversidade podem trazer importantes oportunidades de negócio para o estado do Amazonas.

### **Conjuntura 3: Desenvolvimento de áreas estratégicas para bioeconomia**

Para ampliar e fortalecer o desenvolvimento do Amazonas, com a utilização de tecnologias inovadoras em produtos, processos e serviços que promovam a interiorização da economia, visando o equilíbrio na geração de ocupação e renda no Estado, é necessária uma análise das potencialidades de programas em áreas estratégicas.

O Quadro 2 apresenta uma relação entre áreas estratégicas para o desenvolvimento de uma bioeconomia e uma escala subjetiva para os respectivos níveis de conhecimento, capacitação, tecnificação aplicados aos processos e o grau de afinidade com o mercado.

A escala indica o atual panorama de amadurecimento dessas quatro linhas de observação nas áreas estratégicas, sendo o nível máximo em 100% indicado como o ideal. Todavia, em praticamente todos os tópicos abordados, não há um cenário com um ótimo estabelecido. Exceção ao Nível de Conhecimento gerado quando analisada a questão da capacidade de translação da pesquisa, o que indica uma forte capacidade de geração de conhecimento. Porém, isto não se reflete quando se analisa o tópico em direção à afinidade para com o mercado. Esse será um comportamento comum em outras análises.

Para se alcançar os níveis ideais (utópicos ou não) será necessário um arranjo de ações específicas para cada área, o que trará fortes impactos.

Com relação à bioprospecção de moléculas de interesse biotecnológico, é importante fomentar uma nova economia baseada em inovação e uso sustentável da biodiversidade para gerar riqueza que proporcionarão importantes oportunidades de negócio para o estado do Amazonas. Como impacto resultante, po-

Quadro 2 – Nível de conhecimento, capacitação, tecnificação e de afinidade com o mercado para áreas estratégicas no estado do Amazonas

TÓPICOS	Nível de Conhecimento				Nível de Capacitação				Nível de Tecnificação				Nível de Mercado			
	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%	25%	50%	75%	100%
1 Bioprospecção de Moléculas de Interesse Biotecnológico	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
2 Inventário das Capacidades Intelectuais e Conhecimentos Gerados	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
3 Inventário de Catálogos e Coleções de Espécies, Extratos e Microrganismos	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
4 Processos de Bioconversão	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
5 Programa de PD&I em Bioconversão	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
6 Investimentos de Inovação em Química Fina	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
7 Consórcios para Pesquisas Colaborativas	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
8 Sistema de Informação Georreferenciada	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
9 Plataforma de Translação para PD&I	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
10 Tecnologia da Informação e Comunicação	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
11 Indústria 4.0	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
12 Mineração	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Fonte: Seplancti (2017).

tencializa-se o aproveitamento econômico dos produtos naturais para a inserção da economia em um novo modelo de desenvolvimento local.

A tarefa em questão é obviamente imensa e exigirá vários anos ou mesmo décadas de esforço concentrado. E nenhuma empresa, universidade ou agência governamental pode enfrentar esse empreendimento sozinho. É por isso que é necessária uma estratégia clara, envolvendo a seleção de prioridades, colaboração e execução focada (Homma, 2012, p.168).

Além das questões de espécies e extratos, a integração dessas informações com a descrição dos principais atores das respectivas cadeias produtivas também deve fazer parte desse sistema pela criação de Bancos de Dados ou *Big Data*. O levantamento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) também é uma forma de se conhecer essas informações. Mas o importante não é a quantidade de dados e sim o que as empresas podem fazer com os dados que realmente importam e que podem ser utilizados para as tomadas de decisões de investimento. Para isto, deve-se promover um plano de constante evolução de gerenciamento de dados para atender aos requisitos do sistema responsável pelo acesso público às informações genômicas em bancos de metadados via Fiel Depositário e em consonância com a Nova Lei de Acesso à Biodiversidade Lei n.13.123/2015.

A criação de um amplo programa de PD&I em Bioconversão voltado para as indústrias de cosméticos, artigos de higiene pessoal, fitofármacos ou fitoterápicos deve ser pensado junto aos cursos de Pós-Graduação de forma a promover capacitação em processamento em pequena escala de matérias-primas da biodiversidade. Duas áreas distintas podem servir como foco: A) Biotransformação para processamento em pequena escala de matérias-primas da biodiversidade em comunidades remotas ou em locais especializados e B) Biorrefinarias para processamento em grande volume de várias matérias-primas em escala industrial.

Com a bioeconomia pode-se transformar e dinamizar segmentos essenciais



na área da agricultura, alimentos, fibras e energia. Os avanços em tecnologia de biomassa permitem antever que as biorrefinarias ampla linha de substâncias químicas renováveis (Lopes, 2015, p15). Sobre os produtos da floresta, sustenta-se que o principal desafio é ampliar o número de empresas inovadoras capazes de transformar esses materiais em produtos com valor agregado.

O mercado amazonense não chega a 3% do mercado brasileiro, isso mostra um mercado muito pequeno para indústria do porte que existe hoje no estado. O ideal é atrair empresas cujos produtos atendam necessidades primárias, sair do modelo praticamente exclusivo de substituição de importação para agregar também exportação e, além disso, acrescentar empresas de pequeno e médio porte, pois agregam muito mais à economia local.

Um exemplo é com relação à castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*). Existem cinco Usinas de Beneficiamento de Castanha do Brasil no Amazonas, nos municípios de Amaturá, Beruri, Lábrea, Manicoré e Rio Unini. Elas produzem somente a castanha e embalam as de primeira qualidade para exportação. Mas poderiam processar os resíduos para a produção de óleo da castanha, inclusive refinando-o, e também a possibilidade de uma farinha rica nutritiva que poderia servir para a merenda escolar. As comunidades produtoras de cacau (*Theobroma cacao*) são outro exemplo de processar a torrefação ao invés de simplesmente comercializar as sementes.

A maioria dos bioprodutos comercializados na Amazônia brasileira possui baixa densidade tecnológica como frutos *in natura*, secos ou descascados, óleos vegetais sem purificação ou refinamento. Dessa forma e mesmo com essa baixa tecnologia embarcada, o principal fator de agregação de valor é o marketing de origem.

Produtos com um nível médio de processamento são secos, moídos, triturados ou transformados em polpa, extratos ou óleos vegetais fixos e essenciais. Assim, na busca de inibir a simples transferência de produtos e insumos locais de baixo valor agregado para outras regiões e países, é necessário o incremento científico e tecnológico para agregar valor e garantir maior qualidade final do produtos (Sousa et al., 2016, p.156).

Com relação às biorrefinarias, algo mais complexo do ponto de vista tecnológico é possível desenvolver técnicas para a obtenção de compostos bioativos por processos envolvendo química fina em produtos como: teobromina (obtida a partir do cacau); bromelina (abacaxi; *Ananas comosus*), cumarina (abricó; *Mammea americana*), cianidina-3-glucosídeo (Açaí; *Euterpe oleraceae*), carotenoides (buriti; *Mauritia flexuosa*), antocianinas e selênio (castanha do Brasil); quercitinas, campferol e vitamina C (essa com a maior concentração entre todas as espécies vegetais no camu-camu; *Myrciaria dubia*), cafeína, teobromina, teofilina e catequina (guaraná; *Paulinia cupana*). Todas essas substâncias apresentam pelo menos algum efeito como: antioxidante, hipoglicemiante, hipolipimante, anticoagulante, anticarcinogênico, antidepressivo, memória, antialérgico, anti-

-inlfamatório entre outras que podem servir como insumos de altíssimo valor agregado para a indústria de cosméticos, fitofármacos e de alimentos nutricionais (Ribeiro; Cruz, 2012, p.39-103). A implementação dessa reorientação da economia e da indústria expressa a opção por um novo modelo de desenvolvimento com uma nova base tecnológica a ser construída (Albuquerque, 2018, p.412).

Porém, a fim de facilitar a logística e ao mesmo tempo promover atividades de maior valor agregado nas comunidades remotas onde ocorre a extração da natureza, é desejável promover uma bioconversão da matéria-prima oriunda da biodiversidade. Na maioria dos casos, as matérias-primas obtidas da natureza precisarão ser submetidas a processamento adicional através de tratamento físico, processos bioquímicos, reações puramente químicas ou uma combinação desses. As indústrias de cosméticos, artigos de higiene pessoal e fragrância veem o potencial em especialidades em pequena escala e química básica em larga escala obtida através de bioconversão. Todos esses processos podem trazer contribuições importantes para seus esforços de sustentabilidade e inovação (Miguel, 2007, p.8).

Como a Química Fina é uma área com poder de agregação de valor sobre a matéria-prima *in natura* é importante incentivar a pesquisa científica na síntese e produção industrial de moléculas de altíssimo valor agregado. Fomentar editais temáticos para as propriedades de biomoléculas de interesse industrial e uma articulação com os cursos de Pós-graduação para o incentivo às pesquisas, são ações importantes, além de incentivar o desenvolvimento da Indústria de Química Fina no Amazonas (Comasseto; Santos, 2008, p.70; Miremadi et al., 2013, p.7).

Talvez a área de Química Fina seja a mais crítica com relação às exigências de tecnificação na operação e exploração da biodiversidade; quer seja na instrumentalização, quer na capacitação dos recursos humanos. Daí, a necessidade de se implantar cursos tecnológicos específicos nessa área como estratégia de capacitação de recursos humanos, sobretudo do interior do estado.

### **Conclusão & perspectivas**

Em se tratando da região amazônica de maneira geral e do estado do Amazonas de maneira específica, constata-se que não há opção simples para o desenvolvimento da região. O desafio consiste em aliar o necessário desenvolvimento econômico com a preservação da floresta implica construir caminhos capazes de gerar renda e qualidade de vida para suas populações. Essa busca pelo desenvolvimento deve levar a uma interação entre as forças sociais capazes de usar as riquezas derivadas da biodiversidade e outros recursos naturais regionais sem destruí-la. E isso não pode ser obtido pela replicação dos padrões atuais de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o estado do Amazonas deve buscar soluções fora do padrão econômico vigente relativo à Zona Franca de Manaus e seu Polo Industrial

como forma de impulsionar sua economia bem como promover a interiorização de sua economia como meio de minimizar as diferenças socioeconômicas.

A proposta aqui descrita pode servir a outros estados da região amazônica e o seu desenvolvimento exige exatamente algo que potencialize as transformações e induza opções realmente habilitadoras para um futuro mais promissor, bem como promover maior articulação das estruturas regionais aos circuitos nacionais e internacionais, de forma a intensificar fluxos comerciais e financeiros e o intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

## Referências

- ABRANTES, J. S. *Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 230p.
- ALBUQUERQUE, E. M. Catch up: ciência e tecnologia, desenvolvimento e desafios ambientais e demográficos em tempos de uma revolução tecnológica. In: ANDRADE, M. V.; ALBUQUERQUE, E. M. *Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões*. Belo Horizonte: Cedeplar - UFMG, 2018. p.409-25.
- ALMEIDA, L. T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos Avançados*, v.26, n.74, p.93-103, 2012.
- AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estudos Avançados*, v.31, n.90, p.65-87, 2017.
- BASECAMP CONSULTORIA. *Strategic Roadmap for the Brazilian Bioeconomy*. São Paulo: Natura, Givaudan e Kimberly-Clark, 2017. 26p.
- BECKER, B. K. Proposta de política de ciência e tecnologia para a Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, v.19, p.47-55, 2007.
- BENCHIMOL, S. *Comércio exterior da Amazônia brasileira*. Manaus: Ed. Valer, 2000.
- CARAYANNIS, E.; CAMPBELL, D. F. J.; BARTH, T. D. The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation et al. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 2012, p1-12.
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. 426 p.
- \_\_\_\_\_. *Panorama Preliminar das Áreas da Bioeconomia no Brasil e suas Conexões com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS*. 2016. 22p.
- CNI – Confederação Nacional da Indústria. *Bioeconomia: oportunidades, obstáculos e agenda*. Brasília: CNI, 2014. 81p.
- COMASSETO, J. V.; SANTOS, A. P. Química Fina: sua origem e importância. *Revista USP*, São Paulo, n.76, p.68-77, 2008.
- DIAS, R. F.; CARVALHO, C. A. A. Bioeconomia no Brasil e no Mundo: Panorama Atual e Perspectivas. *Revista Virtual de Química*, v.9, n.1, p.410-30, 2017.
- DINIZ, E. M.; BERMANN, C. Economia verde e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v.26, n.74, p.323-9, 2012.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM, 2018. Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-no0042018-amazonas-estrategico>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FUNDAÇÃO CERTI. SINAPSE: Ecossistema de Inovação Região Metropolitana de Manaus. FAPEAM. Manaus. 2015. 65p.

GOMES, G. *Mapeamento das competências em temas estratégicos em Bioeconomia*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília. 2016. 22p.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, v.26, n.74, p.167-86, 2012.

HORLINGS, I.; MARSDEN, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. *Sociologia*, v.13, n.27, p.142-78, mai./ago. 2011.

LASMAR, D. J. *Valorização da biodiversidade: capacitação e inovação tecnológica na fitoindústria do Amazonas*. Manaus, 2005. 228p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

LOPES, M. A. O Brasil na Bioeconomia. *Jornal Correio Braziliense*. Brasília, 14 jun. 2015, p.15.

MAFRA, R. Z.; MEDEIROS, R. L. (Org.) *Estudos da Bioindústria Amazonense: Sustentabilidade, Mercado e Tecnologia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. 187p.

MEDEIROS, R. L.; PIMENTA, N. L.; KUWAHARA, N. Avaliação do potencial inovador sustentável de uma pesquisa científica para a obtenção de extratos bioativos de resíduos agroindustriais do açaí (*Euterpe oleraceae* e *Euterpe precatoria*). In: MAFRA, R. Z.; MEDEIROS, R. L. (Org.) *Estudos da Bioindústria Amazonense: Sustentabilidade, Mercado e Tecnologia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. p.37-52.

MELLO, L. E. A. M.; SEPÚLVEDA, E. S. Interação academia-indústria. Relato da experiência da Vale. *Estudos Avançados*, v.31, n.90, p.89-101, 2017.

MIGUEL, L. M. *Uso sustentável da biodiversidade amazônica: experiências atuais e perspectivas das indústrias de cosméticos e fitoterápicos*. São Paulo, 2007. 132p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MIREMADI, M.; MUSSO, C.; OXGAARD, J. Chemical innovatio: An investment for the ages. *Mc. Kunsey on Chemical*. May, 2013. 9p.

OECD. *The Bioeconomy to 2030 Designing A Policy Agenda*. 2009.125p.

PICININ, C. T. et al. Investimentos em ciência, tecnologia e inovação: Panorama brasileiro. *Revista Espacios*, v.32, p.2-12, 2011.

QUEIROZ, L. A.; MAFRA, R. Z. A comercialização dos produtos naturais da biodiversidade amazônica: características da oferta no comércio varejista em Manaus. In: MAFRA, R. Z.; MEDEIROS, R. L. (Org.) *Estudos da Bioindústria Amazonense: Sustentabilidade, Mercado e Tecnologia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. p.93-112.

RAPINI, M. S. Interação Universidade-Empresa no Brasil: Evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. *Estud. Econ.*, São Paulo, v.37, n.1, p.211-33, 2007.

RIBEIRO, E. E.; CRUZ, I. B. M. *Dicta Amazônica: saúde e longevidade*. Manaus: Editora da Amazônia, 2012. 152p.

SEPLANCTI – Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, *Tecnologia e Inovação do estado do Amazonas*. Relatório Técnico: Matriz Econômica Ambiental do Amazonas - Jornada de Desenvolvimento, 2017. 32p.

SILVA, K. B.; MAFRA, R. Z. A bioeconomia no Amazonas: Análise dos entraves ao desenvolvimento da Bioindústria à luz da Teoria Institucionalista. In: MAFRA, R. Z.; MEDEIROS, R. L. (Org.) *Estudos da Bioindústria Amazonense: Sustentabilidade, Mercado e Tecnologia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. p.53-72.

SOUSA, K. A. A dinâmica da inovação em bionegócios no estado do Amazonas. In: XXIV SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESA. Belém. 2014. 25p.

SOUSA, K. A. et al. A bioeconomia na Amazônia: uma análise dos segmentos de fitoterápicos & fitocosméticos, sob a perspectiva da inovação. *Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v.5, n.3, 2016.

*RESUMO* – O presente trabalho apresenta um panorama da realidade do estado do Amazonas com relação ao desenvolvimento de uma bioeconomia fortemente ligada com as potencialidades dos recursos naturais. Essa discussão se encaixa nas buscas por alternativas para economia do estado, muito centralizada pelo Polo Industrial de Manaus (PIM), que se torna ano a ano cada vez mais ameaçado. Dessa forma, o artigo apresenta uma relação entre as ofertas das potencialidades locais com as demandas tecnológicas e de mercado. Discute também os impactos econômicos e tecnológicos de inovação em biodiversidade e capacitação dos recursos humanos, que são necessários para alavancar o desenvolvimento de uma ciência aplicada na conversão de produtos da natureza em produtos comerciais.

*PALAVRAS-CHAVE*: Bioeconomia, Bioprodutos, Amazonas, Desenvolvimento econômico.

*ABSTRACT* – This paper presents an overview of the state of Amazonas in terms of the development of a bioeconomy strongly linked to the potential of natural resources. This discussion fits well into the search of alternatives for the state's economy, very centralized by the Manaus Industrial Park (PIM), which becomes increasingly threatened year after year. Thus, the article presents a relationship between the potential of local offerings and technological and market demands. It also discusses the economic and technological impacts of biodiversity innovation and human resources training, needed to leverage the development of applied science to the conversion of natural products into commercial products.

*KEYWORDS*: Bioeconomics, Bioproducts, Amazonas, Economic development.

*André Luis Willerding* é doutor em Biotecnologia. Chefe do Departamento de Ações Estratégicas da Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) Manaus (AM). @ – alwillerding@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0517-2835>

*Leonardo Rodrigo da Silva* é assessor da Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) Manaus (AM). @ – leorodrigosilva@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2551-0686>

*Roseana Pereira da Silva* é doutora em Ciências de Florestas Tropicais. Gerente de Desenvolvimento Humano. Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) Manaus (AM). @ – roseanaps@yahoo.com / <https://orcid.org/0000-0002-4208-7365>

*Geison Maicon Oliveira de Assis* é assessor da Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) Manaus (AM). @ – geisonmoa@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-4720-6458>

*Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula* é Ph.D. em Ciências Agrárias. Professor titular da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Manaus (AM). @ – estevaompaula@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-9913-2403>

Recebido em 13.12.2018 e aceito em 27.2.2019.

<sup>I,II,III,IV</sup> Departamento de Ações Estratégicas da Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), Manaus, Amazonas, Brasil.

<sup>V</sup> Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.



# A reforma das relações sindicais volta ao debate no Brasil

CLEMENTE GANZ LÚCIO<sup>1</sup>

**A**S RELAÇÕES sindicais estão novamente em debate no Congresso Nacional, com propostas para promover reformas por iniciativa do Poder Executivo e por parte dos parlamentares que buscam dar tratamento legislativo colocar o assunto nas várias Comissões das duas casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Neste artigo recuperaremos brevemente a história desse debate, apontaremos as iniciativas recentes da reforma sindical, situaremos como está pautado o assunto e indicaremos princípios e diretrizes que tem pautado o movimento sindical de trabalhadores nesse processo.

## Relações sindicais: do que trata?

As relações sociais de produção econômica de bens e serviços, em uma economia de mercado capitalista, colocam trabalhadores e empregadores em situação de cooperação com interesses opostos nos resultados apropriados – salários e lucros – e que se traduzem em diversos tipos de conflitos gerais e específicos.

Ao longo da história os trabalhadores atuaram e realizaram lutas coletivas para expressar seu posicionamento ante os conflitos distributivos materializados em salário, jornada e condições de trabalho, saúde e segurança, proteção social e previdenciária, entre outros, bem como buscaram construir soluções e promoverem mudanças nas situações específicas e gerais. Ao surgirem os sindicatos vão adquirindo a forma de expressão organizativa dos trabalhadores, que buscam atuar coletivamente e de maneira solidária na expressão propositiva de suas demandas e projetos, no campo das questões do mundo do trabalho e da sua proteção laboral. Os empregadores também constituem suas organizações.

Uma das dimensões constitutivas do Estado moderno é trazer para a institucionalidade das democracias, nos contextos históricos específicos, a organização sindical, a formalização de instrumentos e regras para tratar dos conflitos no mundo do trabalho, o estabelecimento de procedimentos para mediar interesses, favorecendo que a representatividade de interesses seja capaz de pactuar regras para regerem as relações sociais de produção.

No pós-guerra se reestruturou o sistema sindical nos países da Europa, passando esse a compor a base política da socialdemocracia que buscava promover a coesão social naquele território. Uma economia de mercado regularia as relações sociais de produção pela mediação de interesses com equilíbrio de força entre capital e trabalho, com proteção da atividade sindical e com medidas



contra práticas antissindicais. Formação de um sistema sindical que favoreceria negociações para arranjos de sistemas nacionais de contratação coletiva, de maneira diversa articulados desde o local de trabalho, passando pelo nível setorial e chegando ao nacional. Um sistema tributário progressivo geraria receita para um Estado Social desenvolver políticas públicas universais garantidoras de igualdade de oportunidade e, algumas vezes, de igualdade de condição. Em outros países, como Estados Unidos e Japão especialmente, estruturou-se um sistema sindical focado na regulação no âmbito da empresa. Nos Estados Unidos um sistema que estimula a disputa entre trabalhadores e empregados sobre a oportunidade de estabelecer a regulação salarial por meio da representação coletiva. No Japão, um sistema que estimula um tipo forte de pactuação pulverizada por empresa.

No Brasil a institucionalidade das relações sindicais foi formalizada no Estado Novo, na década de 1940, quando o governo Vargas edita o Decreto-Lei n.5.452 de 10 de maio de 1943, com o qual cria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nele estão expressos direitos trabalhistas e obrigações dos empregadores para com as relações laborais e condições de trabalho e salário; é instituído o sistema sindical confederativo de representação dos interesses profissionais com os sindicatos, federações (reunião de sindicatos) e confederações (reunião de federações) de trabalhadores, e a representação espelhada do interesse econômico, a estrutura sindical dos empregadores; define as regras para as negociações, a maneira como se formalizam os acordos e convenções coletivas; são criados mecanismos de solução de conflito, em especial a Justiça do Trabalho e a maneira de tratar a greve e o *lockout*.

Na Constituição de 1988 o sistema sindical foi renovado, e confirmado, como elemento estruturante de um sistema de relações de trabalho recepcionado pelo Estado e por ele estimulado, inclusive para os servidores públicos.

### **Reforma sindical no Brasil pós 1988**

A Constituição de 1988 consagrou o sistema sindical para organizar a representação dos interesses dos trabalhadores nos setores privado e público. Desde então os servidores públicos vieram transformando as associações de servidores em sindicatos. Os trabalhadores do setor privado passaram a recuperar e sofisticar a sua organização sindical de base, investiram no aprimoramento da estrutura vertical (federações e confederações), avançando para criarem as Centrais Sindicais, uma organização de nível superior.

As negociações coletivas ganharam dinâmicas em todo o território e setores econômicos, assim como os servidores públicos passaram a demandar a formalização do direito de negociação coletivo no âmbito do direito administrativo.

Diferentes experiências foram se estruturando com sistemas de relações de trabalho que passaram a valorizar a negociação, inclusive sem a intervenção da Justiça do Trabalho, como no caso da negociação nacional dos bancários com os bancos, estruturando diferentes âmbitos e unidades de negociação setorial.

Em 1993, o ministro Walter Barelli, no governo Itamar Franco, articulou e realizou o “Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações do Trabalho no Brasil”.<sup>1</sup> Os debates indicaram os problemas do sistema sindical e de negociação coletiva, assim como destacaram suas virtudes. Há um claro indicativo presente nos debates de que é necessário investir no fortalecimento da representatividade das entidades, estimular a negociação coletiva, avançar na maior autonomia das partes para a solução dos conflitos em relação à Justiça do Trabalho, promover o direito de organização, bem como qualquer processo de mudança deve prever um período de transição que favoreça a modernização pretendida.

Dez anos depois, em 2003, foi instalado, no governo Lula, o “Fórum Nacional do Trabalho”, composto por representações dos empregadores, dos trabalhadores e do Estado e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Durante dois anos, em mais de 500 horas de negociação em mesas tripartites, em mais outras centenas de horas em reuniões bilaterais e por bancada, foi elaborado um projeto de reforma sindical que buscava estruturar e organizar uma reforma no sistema sindical e de relações de trabalho, a partir do qual se daria o aprimoramento da legislação trabalhista. Esse processo fundamentava-se no fortalecimento da representatividade das entidades sindicais, que assumiriam progressivamente mais responsabilidades com processos negociais incentivados e ampliados. O direito de negociação coletiva no setor público seria regulamentado. Mecanismos ágeis e seguros para a solução de conflitos, direito de greve, complementariedade voluntária entre o negociado e o legislado foram diretrizes materializadas no projeto. Novas regras para a organização sindical e seu financiamento visavam fortalecer as representações e criar condições para sua atuação. Um plano de transição visava gerar segurança para a realização das mudanças.

O acordo político pressupunha que a reforma sindical e do sistema de relações de trabalho antecederiam a reforma trabalhista, porque o novo modelo sindical e de negociação resultante da reforma proporcionaria os elementos para o contorno das mudanças na CLT, especialmente no que se refere à delimitação entre o legislado e o negociado, e à transição incentivada e voluntária da situação presente para a futura.

Esse projeto foi materializado na Proposta de Emenda Constitucional – PEC 369/2005 e uma proposta de Lei Complementar apresentadas pelo Poder Executivo em 4.3.2005.<sup>2</sup>

O projeto parou no Congresso Nacional na crise de 2005, nas disputas internas no mundo sindical de empregadores e de trabalhadores e nas múltiplas resistências às mudanças.

Com a Lei n.11.648/2008, estabeleceu-se o reconhecimento das centrais sindicais, organizações que passaram a compor o sistema sindical com a prerrogativa de representação geral dos trabalhadores.

Quase dez anos depois, em junho de 2017, o Legislativo e Executivo transformaram profundamente a legislação trabalhista brasileira e o sistema de

relações de trabalho com a Lei n.13.467/2017, a chamada reforma trabalhista. Meses antes, em março, a Lei n.13.429/2017 promoveu a liberação geral da terceirização no setor privado e público.

Essa reforma alterou a hierarquia normativa em que Constituição, legislação, convenções e acordos coletivos eram pisos progressivos de direitos. A partir de então, a Constituição passou a ser o teto, a legislação, uma referência de direitos que podem ser reduzidos pelas convenções; os acordos coletivos celebrados no âmbito da empresa podem diminuir garantias previstas nas leis e nas convenções; também foi dado ao indivíduo o poder de abrir mão de direitos conquistados coletivamente, dar quitação definitiva de verbas rescisórias. Os trabalhadores e os sindicatos “ganham o livre direito” de reduzir salários e garantias, flexibilizar contratos, ampliar ou reduzir jornada e quitar definitivamente direitos - na presença coercitiva do empregador. O acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho foi limitado. As empresas passaram a ter inúmeros instrumentos para garantir máxima proteção e liberdade jurídica para ajustar o custo do trabalho.

Vários novos tipos de contratos foram introduzidos com as mudanças na legislação – tempo parcial, trabalho temporário, intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho, trabalho em casa –, formas contratuais que permitem ajustar o volume de trabalho à produção no dia, na semana, no mês, ao longo do ano. Esses contratos podem ter ampla flexibilização da jornada no que se refere à duração, intervalos, férias, banco de horas etc. As definições do que é salário foram alteradas e os valores podem ser reduzidos, assim como outras obrigações legais. A demissão foi facilitada, inclusive a coletiva, com diversas formas de quitação definitiva de débitos trabalhistas.

O poder de negociação dos sindicatos vem sendo fragilizado com o “novo poder” de reduzir direitos, por meio da interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais é proibida a participação sindical, ou do empoderamento do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas quebram o papel sindical de escudo coletivo e protetor. Como já ocorre em outros países que adotam mecanismos semelhantes, os trabalhadores são incentivados e estimulados, por meio de inúmeras práticas antissindicais e de submissão patronal, a não apoiar ou financiar os sindicatos. Ficarão submetidos ao poder das empresas, pressionados para aceitar acordos espúrios diante do medo de perder o emprego, ainda mais em uma situação de altas taxas de desemprego de longa duração.

A Justiça do Trabalho, que passou a ser paga, terá as tarefas reduzidas à análise formal dos pleitos. A lei criou uma tabela que precifica o ônus da empresa até, no máximo, 50 vezes o salário do trabalhador!<sup>3</sup>

Ao todo foram alterados 117 artigos e outros 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho impactados, movimento que operou um verdadeiro ataque aos direitos laborais e sindicais dos trabalhadores.<sup>4</sup>

## Reforma trabalhista no mundo

As reestruturações institucionais avançaram desde 2008 nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo uma delas a reforma da legislação e do sistema de relações de trabalho. O objetivo é reduzir o custo do trabalho; criar a máxima flexibilidade de alocação da mão de obra, com as mais diversas formas de contrato e ajustes da jornada; reduzir ao máximo a rigidez para demitir e minimizar os custos de demissão sem acumular passivos trabalhistas; restringir ao limite mínimo as negociações e inibir contratos ou convenções gerais em favor de acordos locais realizados com representações laborais controladas; e quebrar os sindicatos.

As reformas das instituições dos sistemas de relações de trabalho e da legislação trabalhista foram realizadas por mais de uma centena de países depois da crise internacional. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou um estudo (*Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium*), produzido pelos pesquisadores Dragos Adascalietti e Clemente Pignatti Morano, sobre reformas legislativas laborais e de mercado de trabalho em 110 países, promovidas no período de 2008 a 2014. A pesquisa atualiza investigações anteriores e se utiliza, para a análise, de informações de estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).<sup>5</sup>

Em grande parte dos projetos de reforma implementados, duas dimensões são atingidas com maior ou menor intensidade: mercado de trabalho e negociação coletiva. Nos países desenvolvidos predominam iniciativas para reformar a legislação que regulamenta o mercado de trabalho no que se refere aos contratos permanentes. Já nos países em desenvolvimento, a ênfase é maior em reformas das instituições relativas à negociação coletiva. Os autores concluíram que a maioria das remodelagens rebaixou o nível de regulamentação existente e teve caráter definitivo.

Os dados trabalhados pelos autores mostram 642 mudanças na legislação, em 110 países, entre 2008 e 2014. As reformas atingem seu pico, em número, até 2012, na primeira fase da crise, e decrescem até 2014, quando voltam ao nível pré-crise. Para o conjunto dos países investigados, a maior parte das alterações (55%) teve o sentido de reduzir a proteção legal; foi implantada em bases permanentes (92%); e endereçada ao conjunto da população (69%). Deve-se esclarecer, contudo, que o resultado referente ao sentido das reformas deve-se, basicamente, às medidas implementadas nos países desenvolvidos, maioria do painel analisado (70%) e nos quais prevaleceram regras para redução da proteção (66%). Nos países em desenvolvimento, ao contrário, predominou o reforço da proteção por intermédio da legislação. Em vários desses, a mudança legal centrou-se na criação de instituições para a negociação coletiva, como Angola, Camarões e Gabão ou no reforço aos direitos sindicais, como Bolívia e Colômbia.

Os resultados do estudo<sup>6</sup> mostram os impactos sobre o emprego, grande objetivo para justificar as iniciativas. Observou-se que países que estão implantando medidas de austeridade fiscal e com regime de câmbio fixo são mais propensos à sua implementação. As variáveis ano eleitoral, ideologia política do governo e PIB *per capita* não apresentam efeito expressivo na introdução das reformas.

Para a análise dos impactos de curto prazo das reformas, os autores utilizam as mudanças na taxa de desemprego como variável dependente e observam que as medidas adotadas para a regulação do mercado de trabalho não apresentaram efeito significativo sobre o desemprego, seja para o conjunto de países, seja para os subgrupos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

Ao considerar o ciclo econômico em que as medidas são implantadas, o estudo revela que, no conjunto dos países analisados e no grupo “desenvolvidos”, há resultados negativos de curto prazo sobre o emprego quando as mudanças ocorrem em período de contração da economia; já em períodos de estagnação ou crescimento, não se observam impactos. Nos países em desenvolvimento, independentemente do ciclo econômico, não se verifica rebatimento sobre o emprego.

Em resumo, o estudo conclui que: (a) a aprovação de reformas está positivamente associada aos níveis e alterações das taxas de desemprego, indicando que resultados ruins no mercado de trabalho parecem levar ou facilitar os governos a promover reformas na legislação trabalhista; (b) países que passam por processos de consolidação fiscal, por meio da adoção de políticas de austeridade e tem um regime cambial de taxas fixas – caso dos países da União Europeia, com moeda única e política monetária estabelecida pelo Banco Central Europeu – têm maior probabilidade de realizar reformas trabalhistas; (c) no que se refere aos impactos de curto prazo das reformas, nem o aumento, nem a redução da regulação parecem ter impacto sobre a taxa de desemprego; (d) contudo, em situações de crise, a redução da regulação tem um efeito de curto prazo negativo, resultado observado para o conjunto dos países e para os países desenvolvidos.

Do total de reformas que diminuíram os níveis de regulação 74% trataram de jornada de trabalho, 65%, de contratos de trabalho temporário, 62%, de demissões coletivas, 59%, de contratos permanentes, 46%, de negociações coletivas e 28%, de outras formas de emprego.

### **Transformações no mundo do trabalho**

O mundo do trabalho vem sendo impactado de maneira multidimensional. Novas tecnologias promovem mudanças disruptivas na oferta de energia, nas possibilidades comunicação e nas formas de transporte, criando condições inéditas para uma nova concepção e estruturação de cadeias e arranjos produtivos, novas estratégias logísticas e localizacionais das empresas. Todos os setores econômicos estão sendo impactados em velocidade acelerada o que faz surgir novos empregos e, de maneira mais intensa, destrói muito mais postos de trabalho.

Fusões e aquisições fazem as empresas transitarem para novos proprietários, acionistas reunidos em fundos de investimento, ávidos pelo máximo lucro no curto prazo. A lógica da reprodução da riqueza financeira preside e orienta a produção de bens e serviços com novas dinâmicas produtivas e métodos de gestão. As estratégias de negócio e a gestão da força de trabalho têm novos objetivos, diferentes daqueles que estruturaram o sistema de relações de trabalho, a geração de empregos e a partilha de resultados nas últimas décadas. Aumenta a pressão por mudanças para reduzir ou restringir o poder dos sistemas de negociação.

As diferentes formas de terceirização passam a serem usadas em larga escala, no setor privado e público, como forma de externalizar riscos e custos. Uma força de trabalho crescentemente fracionada em múltiplas empresas e formas de ocupação não encontra resposta sindical adequada para essa nova situação.

As grandes empresas estão mudando a estrutura e a organização do sistema produtivo, integrando produção, serviços e comércio, interligando no mundo sua logística em uma unidade global de gestão que opera sem parar. As relações de dependência e submissão das pequenas e médias empresas aumentam, com pressões de todas as ordens. Os trabalhadores vivem no cotidiano das relações de trabalho todas essas mudanças e as pressões aumentam e se diversificam trazendo impactos inéditos para a saúde, jornadas extensas e flexíveis destroem o convívio familiar e social, pressões, perdas e estresse conduzem ao alívio através do uso de drogas.

A inteligência artificial e a internet geram a possibilidade, em velocidade alucinante, de as máquinas ocuparem cada vez mais espaços nas atividades produtivas e de transformar em produto econômico todas as atividades humanas. A industrialização com inteligência artificial do setor de serviços transforma, potencialmente, todas as atividades humanas em produtos econômicos (oferta) e em consumo (demanda). Empregos com bons salários e os melhores postos de trabalho, especialmente da indústria, são eliminados e surgem novas ocupações no setor de serviços, trabalhadores *uberizados*, assistentes, auxiliares e serventes, precários, flexíveis, inseguros e mal remunerados.

Rapidamente as atividades laborais passam a ser mediadas ou assistidas por máquinas e inteligência artificial. De maneira crescente e ampliada as máquinas passam a executar as atividades laborais e os humanos passam a ser auxiliares. Emprego, ocupação, profissão e postos de trabalho mudarão várias vezes ao longo da vida laboral.

As empresas, em velocidade estonteante, disputam mercados e aceleram mudanças para competir e ganhar o jogo da concorrência. Para isso combinam o domínio da vanguarda tecnológica, a guerra da propaganda cada vez mais sofisticada e a redução de custos laborais. Sindicatos, negociação e acordo coletivo representam obstáculos que devem ser eliminados.

A produtividade se concentra nos países desenvolvidos e nas grandes corporações, que ficam com os poucos e, cada vez mais raros, bons empregos e

salários. As desigualdades salariais aumentam e as condições de trabalho pioram. O crédito substitui o crescimento dos salários e o endividamento compromete a saúde financeira das famílias.

A legislação trabalhista muda para proteger as empresas, assegurando que as alterações na composição da força de trabalho ocorram sem que haja passivo trabalhista e sem mediação coletiva do sindicato. Cada indivíduo estabelece, de peito aberto e em suposta igualdade de poder e de condições com o empregador, as regras salariais e de condições de trabalho. Formas flexíveis de contrato, jornada e remuneração e as revisões de cada uma com a redução dos direitos, passam a dar às empresas a possibilidade de ajuste estrutural da força de trabalho para promover múltiplas reorganizações com a presença crescente da máquina.

A flexibilidade para as empresas é a insegurança para os trabalhadores, o custo ajustado do trabalho é o arrocho salarial, a competitividade para vencer a concorrência é o estresse e as doenças físicas e mentais, o bom resultado para a empresa é a derrota do trabalhador. A jornada de trabalho das famílias aumenta e a renda familiar cai. Os pais trabalham cada vez mais e os filhos não têm emprego. Os pais se destroem com uma vida profissional precarizada e os filhos se destroem sem perspectiva profissional. Os pais não têm tempo para o presente e os filhos têm um tempo sem futuro. O estresse e as várias formas de doenças emocionais e mentais se expandem na forma de depressão, ansiedade, agressividade, intolerância, apatia. Uma sociedade adoecida trabalha alucinada para produzir uma estúpida riqueza crescentemente concentrada.

A desigualdade aumenta assustadoramente com a concentração da renda e da riqueza. Os ricos pressionam para terem uma menor carga tributária e por um Estado com menor custo social, no que têm sido vitoriosos.

A riqueza concentrada captura os sistemas produtivos dos Estados (estatais) e a riqueza natural, que são privatizados, assim como são transferidos para o setor privado a tarefa de executar os serviços públicos de maneira lucrativa.

Transita-se do direito social universal para a assistência social focalizada; da seguridade para o seguro privado; da proteção garantida para o acesso pelo mérito; do acesso coletivo para o poder de compra de cada indivíduo. Essa lógica dominante é contrária aos valores de solidariedade que instituem os sindicatos, os Estados sociais, as políticas públicas universais, os valores presentes no interesse geral da sociedade e nos fundamentos da coesão social em uma economia de mercado.

Há insatisfação social com os resultados, mas há também a internalização do individualismo exacerbado pelo consumo compulsivo e pelo empreendedorismo libertário de não ter patrão. As fraturas das contradições desses movimentos ficam cada vez mais expostas e a queda da qualidade de vida, o desemprego, o endividamento, tem aberto avenidas para o avanço políticas de extrema direita e autoritárias. Os instrumentos e instituições que promovem a coesão social em uma economia de mercado, por meio da regulação, estão sendo estraçalhados.

As democracias não têm conseguido gerar a força social capaz de enfrentar essas transformações e dar outro sentido para tudo isso. As instituições do Estado e da vida pública e política não conseguem responder na velocidade de uma comunicação em tempo real e apresentam graves problemas de conteúdo. As democracias correm risco de vida!

A emergência ambiental e a crise do clima estão tomando contornos de catástrofe irreversível. Os impactos nefastos sobre a vida em sociedade e a economia são incalculáveis. Os pobres serão os mais gravemente atingidos. Os trabalhadores sofrerão todos os impactos acrescidos da perda do emprego.

No contexto histórico de estruturação do sistema sindical e de relações do trabalho, as transformações acima indicam que o tempo presente engendra mudanças disruptivas também no sindicalismo, nas formas de contratação coletiva e de construção da proteção laboral e social. Há, de partida, o desafio de compreender o processo de mudança, sua força e dinâmica. O contexto de complexidades disruptivas coloca tarefas para todo o sistema sindical promover reestruturações que lhe permitam relacionar a dinâmica de mobilização e de representação dos trabalhadores aos novos contextos organizativos do sistema produtivo, às novas formas de contratação e inserção laboral, bem como fazer emergir a agenda de proteção laboral e social demandada pelos trabalhadores que atualmente estão, e no futuro próximo estarão, presentes no mundo do trabalho.

### **A reforma sindical no Brasil**

Se as mudanças no mundo do trabalho passam cada vez mais a exigir transformações no sistema sindical, há também iniciativas institucionais que recolocam o tema da reforma sindical em debate junto ao Poder Executivo e, principalmente, junto ao Legislativo, mobilizando trabalhadores e empregadores para essa empreitada.

No âmbito do Poder Executivo, o governo instituiu o Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores) para debater questões sindicais e trabalhistas. O governo afirma que enviará um Projeto de reforma sindical no qual proporá a instituição dos princípios da liberdade sindical (autonomia e não interferência do Estado nas organizações) no primeiro semestre de 2020.

Por outro lado, o assunto da reforma sindical também está ativo do Congresso Nacional. São várias as iniciativas de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Os Projetos a seguir indicados estão ativos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJC), prontos para pauta na Comissão e a proposição sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação especial.

Os projetos/propostas tratam da reforma sindical, da liberdade sindical, da unicidade sindical, das contribuições sindicais, do sistema confederativo, das centrais sindicais e da organização no local de trabalho, do número de dirigen-



tes, da base sindical de representação, de vários aspectos relacionados à negociação coletiva e seus instrumentos, entre inúmeros outros aspectos sindicais e trabalhista, alterando artigos da Constituição Federal como os art. 7º, 8º, 9º, 11, 37, 103, 114.

As Propostas de Emenda Constitucional que estão na CCJC são:<sup>7</sup>

PEC 71/1995

PEC 102/1995, apensada à PEC 71/1995.

PEC 29/2003.

PEC 121/2003, apensada à PEC 29/2003.

PEC 314/2004.

PEC 369/2005, apensada à PEC 314/2004.

PEC 426/2005, apensada à PEC 369/2005.

PEC 196/2019, para instalação da Comissão Especial.

Mais recentemente foi apresentada a Propostas de Emenda Constitucional 196/2019, apreciada pela CCJC e encaminhada para a formação de da Comissão Especial para análise de mérito. Essa Comissão Especial está em processo de instalação.<sup>8</sup>

### **Diretrizes para a reforma sindical no Brasil**

O debate sobre a reforma do sistema sindical e de relações de trabalho tem o desafio de responder a duas ordens de mudanças, a saber: (a) às transformações estruturais e disruptivas no mundo do trabalho promovidas em todo o sistema produtivo, ou seja, criando novas ocupações, de contratação, de subordinação, novos arranjos das empresas, novas relações entre empresas e delas com o Estado; (b) às iniciativas para mudanças na legislação e no regramento que rege o sistema de relações sindicais e de relações do trabalho.

São duas ordens de mudanças que precisam estar articuladas nos projetos que alteram o sistema sindical, assim como sempre se realizará no contexto político situacional presente no país. No caso do Brasil, no contexto de um governo que sistematicamente afirma e atua para restringir o poder dos sindicatos, limitar sua capacidade de contratação, ferir de morte sua capacidade de financiamento.<sup>9</sup> Se as duas ordens de mudança são imperativos estruturais de grande complexidade e que exigirão respostas da mesma magnitude, o contexto situacional brasileiro reserva uma adversidade dura e uma insegurança quase absoluta quanto aos valores e as intencionalidades que poderão reger os processos legislativos.

Por isso mesmo, o movimento sindical tem procurado estabelecer diálogo de alto nível com o setor empresarial e suas organizações sindicais, bem como com os parlamentares, com vistas a promover um debate legislativo assentado nos desafios acima indicados, assim como promovê-lo em ambiente de diálogo social orientado pelos princípios da boa fé e do interesse de gerar avanços para que o sistema sindical promova relações compatíveis com um desenvolvimento econômico e social de alta qualidade.

Esse assunto tem conduzido debates acalorados nas bases sindicais que: (a) identificam a adversidade do momento para fazer esse tipo de mudança; (b) a insegurança em alterar nesse contexto uma regra constitucional – o artigo 8º; (c) a necessidade de ter propostas convergentes no contexto do processo legislativo avançar; (d) as diferenças de posicionamento frente ao aspecto da unicidade sindical (um único sindicato na mesma base), da liberdade sindical (possibilidade de pluralidade e pulverização sindical) e das formas de financiamento sindical (somente sócios ou todos os beneficiados pelos acordos e convenções coletivas).

Sistematizamos abaixo aspectos e propostas que estão pautando os debates sindicais desde 2019 e que podem orientar a atuação e intervenção sindical dos trabalhadores.

### **Fundamentos**

A reestruturação do sistema de representação sindical, se adotar o princípio da liberdade sindical como define a Convenção 87 da OIT, deve ser orientado para um tipo de liberdade de organização que estimule unidade dos trabalhadores e favoreça maior agregação sindical.

Uma reforma deve ser orientada para regras que levem à ampliação da representatividade do sistema sindical brasileiro.

O sistema sindical deve organizar-se para promover relações entre trabalhadores e empregadores no sentido de fortalecer e favorecer a negociação coletiva em todos os níveis e abrangências.

Há que se criar instrumentos e procedimentos que conduzam à solução ágil dos conflitos individuais e coletivos no âmbito trabalhista.

Autonomia para empregadores e trabalhadores instituírem, regularem e manterem a estrutura sindical e o sistema de negociação coletiva, suas regras de funcionamento, a forma de organização sindical e sua sustentação, os critérios e método de aferição da representatividade, a negociação e seus instrumentos de celebração de compromissos e de solução de conflitos.

O sistema sindical e de relações de trabalho deve garantir o direito de negociação coletiva para os servidores públicos no âmbito do direito administrativo.

Um projeto de mudança deve estar lastreado em um plano/processo de transição da atual para a futura estrutura sindical e sistema de negociação coletiva, assentado na cultura e história das organizações e favorecendo o seu engajamento no processo de transformação.

O sindicato deve continuar sendo a base do sistema sindical brasileiro; as federações e confederações são instâncias de agregação de grau superior; as centrais sindicais instâncias de máxima agregação.

A organização no local de trabalho é voluntária e regulada pelas partes interessadas.

## **Organização sindical**

Se for adotado a livre associação sindical (alteração do artigo 8º da Constituição), trabalhadores e empregadores têm autonomia frente ao Estado para se organizarem sindicalmente e estabelecerem regras e procedimentos para as relações de regulação laboral.

As entidades sindicais adquirem personalidade jurídica com o registro civil, sem mais necessidade da autorização do Estado.

O sistema sindical poderá ser constituído por sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e suas organizações intermediárias.

As entidades sindicais serão organizadas por setor ou ramo de atividade econômica e não inferior ao município.

A representação sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho é voluntária e esta será regulada entre as partes interessadas.

A contribuição dos sócios às entidades sindicais será definida nos estatutos das entidades sindicais e recolhida em folha de pagamento.

A contribuição negocial (ou contribuição solidária do não sócio) será definida em assembleia e devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo (sócios e não sócios), observados os limites fixados em lei ou pela entidade nacional de regulação e devida às entidades representativas.

### ***Representatividade***

A representatividade da entidade será aferida observando-se a razão entre o número de sócios efetivamente contribuintes e ativos no âmbito de representação sobre o total de trabalhadores ativos no âmbito de representação.

A entidade mais representativa (ou as mais representativas a partir de uma linha de corte) terão o direito de representação do total de trabalhadores ativos no âmbito da negociação / base de representação.

A representação de todos os trabalhadores abrangidos no âmbito de negociação pela base de representação se dará pelas entidades que obtiverem taxa de representatividade igual ou superior a X% no âmbito de representação. O período de transição deverá prever o escalonamento temporal e progressivo da taxa de representatividade.

Exclusividade: a entidade sindical mais representativa poderá obter a exclusividade de representação ou a exclusividade para o exercício sindical se os trabalhadores abrangidos pela negociação assim deliberarem por maioria em consulta estruturada (plebiscito e outros meios). A exclusividade terá limite temporal e poderá ser renovada.

A representatividade será aferida periodicamente.

### ***Negociação coletiva***

As entidades sindicais passarão a integrar o sistema de negociação coletiva se ao aferirem a representatividade atingirem o percentual mínimo de representatividade.

Os acordos e convenções, celebrados em negociação por entidades sindicais representativas, depois de aprovados pela maioria dos trabalhadores, atingirão todos os abrangidos no âmbito de representação, independente de filiação sindical.

Quando houver mais de uma entidade representativa no âmbito de representação, a mesa de negociação será única e com a representação unitária de todas as entidades que atingirem a representatividade, sob a coordenação da entidade sindical mais representativa.

Será mantida a vigência dos acordos ou convenções coletivas de trabalho no período das negociações coletivas, em prestígio à boa fé e à segurança jurídica das partes.

Desenvolver sistema de mediação e arbitragem privada e/ou pública, sem poder normativo.

### **Regulação**

Criar entidade nacional de regulação da estrutura sindical e do sistema de negociação coletiva que terá representação bipartite e paritária (empregadores, trabalhadores).

A entidade nacional de regulação será constituída por um Conselho bipartite e paritário e duas câmaras: de trabalhadores e de empregadores, com atribuições específicas.

Cabe ao ente de regulação: aferir a representatividade (definir método de aferição). Estabelecer normas específicas para o sistema de relações sindicais e de negociação coletiva funcionarem. Regulamentar de maneira complementar o custeio sindical. Criar câmaras de solução de conflitos que envolvam disputas intersindicais. Criar procedimentos para verificar e coibir práticas antissindicais.

Definir forma de financiamento da entidade nacional de regulação (x% da receita oriunda dos trabalhadores e empregadores).

### ***Servidores Públicos***

O fundamento geral é a Convenção 151 da OIT que trata direito de negociação coletiva para os servidores públicos.

Neste caso, dos servidores públicos, deve-se considerar como referência o Projeto de Lei 397/2015, de autoria do Senador Antônio Anastasia, que “estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

### **Papel do Estado**

Manter o Conselho Nacional do Trabalho como órgão tripartite de diálogo social para tratar das questões do mundo do trabalho que sejam demandas por qualquer das partes.

Justiça do Trabalho: atuar com mediação e arbitragem, individual ou coletiva, sempre que demandada pelas partes interessadas.

Promover políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de proteção social, laboral e previdenciária.

***O que deve constar nas disposições constitucionais transitórias (ADCT)***

Aprovada a PEC, deve ocorrer a instituição do ente bipartite e paritário de regulação em 90 dias.

Preservar, por um período de 3 anos (ou X anos), as prerrogativas das atuais entidades sindicais para que se preparem para a primeira mensuração da representatividade.

**Conclusão**

As mudanças no mundo do trabalho que estão em curso alteram os empregos, as ocupações, os postos de trabalho, a dinâmica laboral, as formas de contratação, jornada e condições de trabalho, entre inúmeros outros aspectos. Iniciativas dos poderes Executivo e Legislativo indicam disposição para alterar as regras constitucionais e normativas do sistema sindical brasileiro. A agenda da reforma sindical está em pauta.

Há posicionamento diversos no mundo sindical dos trabalhadores. Há aqueles que defendem que se deve preservar as atuais regras e há aqueles que concordam com mudanças. Todos querem um sindicalismo ativo e representativo e com negociações estruturadas. Todos consideram que o momento é de grande adversidade para tratar do tema.

De todo modo, mesmo que não se promovam alterações nos marcos normativos legais, há que realizar uma profunda reestruturação sindical para que a organização dos trabalhadores se coloque coetânea ao novo mundo do trabalho que irrompe nas bases das transformações do sistema produtivo. Representar todos os trabalhadores, com organizações estruturadas de modo a favorecer uma agregação ampliada da representação (setor ou ramo de atividade) e voltadas para práticas de cooperação.

Nesse caso ainda, poder-se-ia avançar para o desenvolvimento de um sistema autônomo e efetivo de autorregulação entre trabalhadores e empregadores, que fosse suporte para a reestruturação sindical do sistema de relações de trabalho e a solução dos conflitos por meio de instrumentos criados pelas partes.

Entretanto, se o processo legislativo for em frente, há que ter propostas para serem colocadas em debate. O Congresso Nacional poderia ser palco de um pacto entre trabalhadores, empregadores e organizações do Estado, que passariam a regular de maneira autônoma as relações laborais e sindicais.

Notas

1 Esse Fórum se reuniu de setembro a dezembro de 1993 na cidade do Rio de Janeiro e era composto por 11 representantes dos trabalhadores, 11 dos empregadores e 11 de órgão do Estado e sociedade civil. Os debates e as conclusões estão registrados na publicação do Ministério do Trabalho, “*Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil*” (Brasil, 1994).

- 2 A PEC 369/2005 está disponível no site da Câmara dos Deputados no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=277153>>.
- 3 Esses e outros aspectos foram questionados com Ações de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, ainda não julgadas.
- 4 Para uma análise detalhada do conteúdo da reforma recomendam-se as Notas Técnicas e demais publicações do Dieese, disponíveis em <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>, em especial a Nota Técnica 178 “A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil” e a Nota Técnica 179 “Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?”. No site do Dieese estão disponíveis também textos, apresentações e vídeos sobre o assunto. Sobre terceirização, entre outros estudos produzidos pelo Dieese, destaca-se a Nota Técnica 172 “Terceirização e precarização das condições de trabalho”. Também se indica a publicação do DIAP “Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas”, publicada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, disponível em <[www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)>.
- 5 Fontes e metodologia do estudo: As principais fontes de informação são as bases de dados da OIT EPLex e Natlex, as mais abrangentes sobre o assunto segundo os autores. O apanhado distingue as mudanças nas seguintes áreas (subdomínios) da legislação: contratos permanentes de trabalho; contratos temporários de trabalho; outras formas de emprego (teletrabalho, *dependente self-employees*); instituições da negociação coletiva; demissões coletivas; e jornada de trabalho. Assim, no caso de uma reforma abrangente, como a espanhola de 2012, os autores identificaram 18 alterações (segundo o subdomínio). A estas mudanças denominam, no estudo, “reforma”. Segundo os autores, esse procedimento pode levar a um número elevado de mudanças em determinado país sem, contudo, refletir a importância dessas. Para minimizar o problema, classificam todas as mudanças segundo três variáveis zero ou um (*dummies*): o sentido da intervenção (se aumenta ou diminui a legislação); a temporalidade da intervenção (se em bases permanentes ou temporárias); e se a sua cobertura / população alvo é parcial ou abrange toda a população.
- 6 Como variáveis explicativas, os autores utilizam: a) para o ambiente macroeconômico, a diferença entre a taxa de variação do PIB e sua taxa média de variação em 5 anos, centrada no ano corrente; b) para a situação fiscal, uma variável indicando se há ou não um processo de consolidação fiscal em curso; c) variável indicando a presença ou não de um regime de câmbio fixo (ou pertencimento a uma união monetária); d) PIB *per capita* como forma de captar as especificidades de cada país; e) duas variáveis, para captar a presença de ano eleitoral e ano pós eleitoral; f) uma variável para captar a orientação política do governo; g) outras variáveis menos relevantes.
- 7 Indicamos o aplicativo Infoleg, Câmara dos Deputados, por meio do qual se pode acessar todos os projetos abaixo, mapeando seu processo legislativo e situação atual. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/infoleg/aplicativo/>>.
- 8 Na primeira quinzena de março a maioria dos Partidos Políticos já haviam indicado os parlamentares que irão compor a referida Comissão Especial, o que aponta a possibilidade de instalação dessa Comissão na segunda quinzena do mês. Os trabalhos dessa Comissão duram de 10 a 40 sessões (em torno de 3 meses), cujo Relatório, quando aprovado na Comissão Especial, segue para duas votações do Plenário da Câmara dos Deputados, seguindo depois para trâmite semelhante no Senado Federal.

9 Dois exemplos recentes desse tipo de iniciativa: em março de 2019 o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 873/2019 que restringiu o financiamento sindical e as formas de recolhimento em folha de pagamento. Essa MP caducou, mas seus efeitos práticos continuam a atingir os sindicatos. A MP 905/2019, em vigor até meados de abril deste ano, e em debate no Congresso Nacional, altera inúmeros aspectos da regulação do trabalho e tira poder dos sindicatos na negociação coletiva da jornada de trabalho, da participação nos lucros e resultados, entre outros. Isso sem citar as falas de ministros e do próprio presidente que externam sua visão sobre os sindicatos.

## Referência

BRASIL. Ministério do Trabalho, *Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil*. Brasília, 1994. 445p.

*RESUMO* – A reforma sindical e do sistema de relações de trabalho está novamente em pauta no Brasil. Este texto apresenta um breve histórico e o contexto atual dos debates, além de propor algumas diretrizes e aspectos que deveriam ser considerados para as mudanças..

*PALAVRAS-CHAVE*: Sindicalismo, Reforma sindical, Sistema de relações do trabalho, Legislação trabalhista

*ABSTRACT* – Reform of trade unions and labor relations are again on the agenda in Brazil. The aim of this article is to present a brief history and the current context of the debate, and to propose some guidelines and aspects that should be considered to implement the changes.

*KEYWORDS*: Trade unionism, Trade union reform, Labor relations system, Labor law.

*Clemente Ganz Lúcio* é sociólogo, professor, consultor, foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de 2004-2019. Técnico do Dieese desde 1984. @ – clemente@dieese.org.br / <https://orcid.org/0000-0001-9718-0703>

Recebido em 9.3.2020 e aceito em 11.3.2020.

<sup>1</sup>Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, São Paulo, Brasil.

# Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?<sup>1</sup>

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO<sup>1</sup>

## Introdução

N O INÍCIO de 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 3,8 milhões de brasileiros tinham no trabalho por aplicativo sua principal fonte de renda. Já a pesquisa do Instituto de Locomotiva demonstrou que aproximadamente 17 milhões de pessoas obtêm regularmente algum rendimento por meio do trabalho por aplicativo no Brasil (Estadão, 2019). Na Europa, pesquisas evidenciam uma participação pequena, mas em rápido crescimento, da chamada *gig economy* na economia (Huws et al., 2018). Os estudos do trabalho veem-se desafiados a estabelecer novas categorias de análise, tais como o *crowdwork* e o trabalho *on-demand* (De Stefano, 2016), o *platform labour* (Van Doorn, 2017), a plataformação do trabalho (Grohemann, 2020) – termos que buscam categorizar por diferentes perspectivas as relações de trabalho que hoje são mediadas pelas plataformas digitais. A tese central deste artigo é que estamos acompanhando em ato uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que está amplamente relacionada ao trabalho mediado por plataformas digitais mas não se restringe a ele; trata-se de uma tendência global, aqui compreendida como uberização. Essa se refere à materialização de décadas de transformações políticas do mundo do trabalho, apresentando-se como tendência que permeia generalizadamente o mundo do trabalho, possibilitando-nos pensar em termos de consolidação do trabalhador como trabalhador *just-in-time*.

Nas metrópoles, o fenômeno ganhou visibilidade com a multidão de motoristas e a empresa Uber, que simplesmente vem reconfigurando a questão da mobilidade urbana no mundo; com os entregadores em motocicleta – que já existiam, mas têm agora seu trabalho transformado. Também com os jovens negros periféricos que se tornam *bike boys* no espaço urbano, que por vezes pedalam mais de 50 km por dia, sete dias por semana, em torno de 10 horas por dia, para ter um ganho médio de aproximadamente um salário mínimo (Aliança Bike, 2019), em um trânsito que não oferece condições mínimas de segurança para o ciclista. Mas, em realidade, a uberização abarca diversas ocupações, atravessando o mercado de trabalho de alto a baixo, seja no presente seja desenhando-se como um futuro próximo e possível.

A discussão aqui apresentada é orientada por resultados de aproximadamente dez anos de pesquisa empírica com revendedoras de cosméticos e entre-



gadores motociclistas, os chamados *motoboys*, ou, após a recente regulamentação da profissão, *motofretistas*.<sup>2</sup> Com as revendedoras, reconhecemos elementos tais como o trabalho amador, o *crowdsourcing*, a imbricação do trabalho no consumo, a transferência de riscos e custos em uma relação de trabalho que precede as plataformas digitais (Abílio, 2014). Naquela ocupação tipicamente feminina, socialmente invisível, em um trabalho que mal é reconhecido como tal, já era possível identificar elementos centrais que tecem a reprodução social das mulheres, que se espriam com a flexibilização do trabalho e hoje se atualizam na uberização. As indistinções entre o que é e não é tempo de trabalho, a nebulosidade entre o que é e não é trabalho, as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho são alguns dos elementos que compõem a flexibilização do trabalho e hoje se aprofundam sob uma nova forma de gestão e controle.

Com os *motofretistas*, acompanhamos as transformações de um trabalho que passa a estar organizado e subsumido sob novas formas, que alteram seus modos de remuneração, a determinação do tempo de trabalho, as motivações subjetivas, a formação da identidade profissional, a saúde do trabalhador, entre outros elementos. Em um movimento de ampliação e redução de nossas escalas de análise (Revel, 1998), conceituamos a uberização trazendo para o bojo da reflexão a experiência e a perspectiva dos trabalhadores.

### **A complexidade da uberização**

A uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

É possível também conceituá-la como um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal. Mostra-se complexa e poderosa na redefinição das relações de trabalho, podendo ser compreendida como mais um passo no processo de flexibilização do trabalho, ao mesmo tempo que concorre com as terceirizações na forma como as conhecemos nas últimas décadas. Opera também com um novo meio de monopolização de atividades econômicas (Slee, 2017) e de centralização do controle sobre o trabalho.

A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador. Por essa perspectiva, ela se conecta ao direito como um campo em movimento, de disputas

permanentes em torno das regulações que materializam os conflitos, as assimetrias e desigualdades, e as vitoriosas legitimidades que os envolvem. Ainda, na relação entre inovação tecnológica e papel do Estado, a uberização também se refere aos desafios nacionais ante os espaços transnacionais que se formam no ciberespaço do mundo do trabalho, dando uma nova dimensão ao que David Harvey (1992) denominou *organização na dispersão*.

Envolta na produção discursiva do empreendedorismo, a uberização remete também aos modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas de gestão do trabalho e ao neoliberalismo (Laval; Dardot, 2016; Dejours, 1999), que nos demandam uma compreensão do engajamento, responsabilização e gestão da própria sobrevivência, praticados e experienciados pelos trabalhadores e trabalhadoras uberizados.

Além disso, a uberização evidencia o presente e as tendências da gestão e subordinação do trabalho, que operam na indistinção entre vigilância, controle e gerenciamento do trabalho. Envolve a possibilidade de extração, processamento e gerenciamento de dados em dimensões gigantescas e ao mesmo tempo centralizadas, contando com as possibilidades contemporâneas de mapeamento integral do processo produtivo. Esse mapeamento e gerenciamento hoje incorporam, de novas maneiras ainda pouco conhecidas, a vida cotidiana de trabalhadores, usuários, consumidores (Zuboff, 2018, 2019).

Entretanto, é preciso compreender toda essa novidade não só como atualização e mudanças qualitativas de processos em curso há décadas, mas também como espraiamento e visibilização de elementos historicamente associados aos mercados de trabalho periféricos. Está em jogo a tendência de uma generalização em nível global de características persistentemente invisibilizadas e fortemente associadas à marginalidade, ao trabalho informal e, mais genericamente, ao mundo do trabalho da periferia (Abílio, 2018). Portanto, e é essa a perspectiva que costura toda a presente análise, a uberização não pode ser entendida apenas como uma espécie de ponta do *iceberg* do neoliberalismo e da flexibilização do trabalho, muito menos como mero resultado da inovação tecnológica. É preciso compreender que ela dá visibilidade, em uma perspectiva global, a elementos que são insistentemente invisibilizados e diretamente associados à constituição da periferia em sua especificidade no desenvolvimento capitalista. Assim, este artigo busca escapar das armadilhas epistemológicas (quase inescapáveis) das dualidades estruturantes entre modernização e atraso, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre integrados e não integráveis, entre centro e margem, para compreender a uberização como uma nova forma de gerenciamento, controle e organização do trabalho, que, ao mesmo tempo que nos demanda pensar em termos de capitalismo de plataforma (Srniczek, 2016) em capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018, 2019), também requer que em toda essa novidade joguemos luz em uma generalização de características estruturantes da exploração do trabalho na periferia, que foram comumente obscurecidas e tratadas

como marginais e agora revelam mais claramente sua centralidade no modo de produção capitalista.

Sinteticamente, a análise neste artigo é organizada por quatro elementos-chave que envolvem a definição de uberização: 1) Trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um autogerente subordinado (Abílio, 2019), ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção associados ao trabalho, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho. Podemos defini-la como redução do trabalhador a um trabalhador *just-in-time* (Oliveira, 2000; Abílio, 2017, 2019; De Stefano, 2016); 2) As empresas designam sua atividade principal como *mediadoras* que detêm essencialmente meios tecnológicos para a promoção e organização do encontro entre oferta e procura de diferentes atividades econômicas, e, em realidade, operam aí novas formas de subordinação e controle do trabalho. Essas hoje desafiam e mobilizam os estudos do trabalho, as políticas públicas, as regulações do trabalho no que concerne a seu reconhecimento, categorização, legalização. Para sua compreensão utilizaremos a definição de *gerenciamento algorítmico do trabalho*; 3) De um contingente predefinido passamos a lidar com a figura da multidão de trabalhadores disponíveis: controle e subordinação operam de forma racionalizada com a indeterminação quanto ao número de trabalhadores, seu perfil profissional, seu tempo de trabalho, sua remuneração. Na mesma lógica, o papel de instituir e executar normas de certificação e fiscalização do trabalho é transferido do Estado para as *empresas-aplicativo* (Abílio, 2017), que o terceirizam para a multidão indeterminada de consumidores. É transferida para os consumidores parte do gerenciamento e controle sobre o trabalho, também ele um controle subordinado pelas empresas-aplicativo. A indeterminação controlada da multidão será aqui compreendida por meio da definição de *crowdsourcing* (Howe, 2008); 4) Todos esses elementos envolvem também o deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de *trabalho amador*, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho.

### **O trabalhador *just-in-time*: autogerente disponível e subordinado**

As reconfigurações do mundo do trabalho nas últimas décadas deixaram evidente que é possível dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele. Tal dispersão se fez acompanhada de uma crescente transferência de riscos e custos das empresas soberanas (Bernardo, 2004) para as empresas e os trabalhadores a elas subordinados. Como já demonstraram David Harvey (1992) com a definição de organização na dispersão e João Bernardo (2004), a expansão em nível global dos nós das cadeias produtivas significou uma enorme transferência de riscos, custos e ônus do gerenciamento pelas redes hierarquizadas que as formam e ao mesmo tempo uma enorme centralização de capitais e do controle

sobre todo o processo de trabalho e formas ferrenhas de subordinação. O toyotismo, compreendido mais ampla e profundamente do que apenas uma nova forma de organização da linha de produção (Antunes, 2018), tem como aspecto central a transferência para o próprio trabalhador de parte do gerenciamento da produção. Esse gerenciamento permanece subordinado e controlado, engendrando novas formas de engajamento e disciplinarização que estão assentadas na participação e na contribuição ativa do trabalhador para o aumento de sua própria produtividade.<sup>3</sup> Para além das fábricas, pode-se percebê-lo emblematicamente na figura do trabalhador *home office*, que, liberto do relógio de ponto, da baia de um escritório, da figura do gerente, tem seu tempo de trabalho e sua produtividade altamente controlados por novos mecanismos, como os das metas e entregas por produto.

Assim, parte do gerenciamento do trabalho é transferido para o próprio trabalhador, ao mesmo tempo que custos são eliminados ou também transferidos. A suposta liberdade na definição do local de trabalho (e a dispersão do gerenciamento que vem com essa transferência), na duração da jornada, nos dias trabalhados, não significou, portanto, perda de produtividade do trabalhador ou mesmo redução do tempo de trabalho; pelo contrário. O que vemos é a crescente eliminação de proteções ao trabalhador, especialmente com relação às determinações e proteções sobre os limites da jornada de trabalho, sobre a remuneração, sobre os riscos e custos. São, portanto, centrais nessas décadas de flexibilização do trabalho as crescentes indistinções entre o que é e o que não é tempo de trabalho, a perda de regulações públicas sobre o próprio espaço de trabalho, as novas formas de remuneração – que passam pelo banco de horas, a remuneração por metas e produtos, as bonificações, a participação nos lucros e resultados – que se traduzem ao mesmo tempo em controle sobre a produtividade e eliminação de direitos e proteções para o trabalhador.

Resumindo a ópera, nessas décadas de desenvolvimento das tecnologias da informação; de mundialização das cadeias produtivas; de centralização de capitais por gigantes enxutas que se desvencilham dos pesos, custos e responsabilidades ao mesmo tempo que controlam todas as etapas de suas cadeias; das novas formas de gestão e gerenciamento do trabalho que têm em seu cerne o autogerenciamento e a participação do trabalhador na administração eficaz de sua própria produtividade, estabeleceram-se formas de subordinação e controle do trabalho que deixaram evidente que é possível terceirizar – até para o próprio trabalhador – parte do gerenciamento do trabalho, transferir riscos e custos, eliminar meios rígidos e publicamente estabelecidos de remuneração do trabalho, de controle do tempo de trabalho, de execução do trabalho, sem que isso signifique perda de produtividade ou de controle sobre o trabalhador.

Na uberização, a dispersão opera em novas dimensões e lógicas. Agora é preciso mirar na figura plenamente consolidada do trabalhador como autogerente de si mesmo, responsável por sua própria sobrevivência e permanência em

um trabalho onde nada parece estar garantido. O trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la. As estratégias pessoais para a gestão da própria sobrevivência passam a estar no cerne da reprodução social dos trabalhadores, ao mesmo tempo que são incorporadas e gerenciadas no processo de trabalho.

Grande parte das decisões legais que negam o vínculo empregatício de trabalhadores uberizados com as empresas-aplicativo apoia-se na possibilidade de o trabalhador determinar sua própria jornada de trabalho e na ausência de exclusividade, que permite a adesão a mais de uma empresa-aplicativo. Podemos olhar para essa suposta autonomia por uma perspectiva inversa: a ausência de qualquer garantia ou obrigação por parte das empresas quanto à remuneração e à carga de trabalho oferecida vem obrigando o trabalhador a exercer jornadas extensas, a abolir dias de descanso, além de ter de aderir a mais de uma empresa-aplicativo para poder garantir sua remuneração – ao passo que o poder de definir o valor da remuneração, a distribuição do trabalho, as regras e critérios de distribuição e remuneração é de total propriedade das empresas.

O trabalhador passa a ter seu trabalho utilizado e remunerado na exata medida da demanda. Aquele hoje denominado empreendedor é na realidade o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria reprodução social. Sozinho enquanto gerente de si próprio, ao mesmo tempo que segue subordinado às empresas. O trabalhador uberizado motofretista, por exemplo, assume o exercício/a necessidade permanente de estabelecer estratégias para garantir sua maior remuneração – o que envolve definir o melhor horário de trabalho, em outras palavras, o período em que lhe são ofertadas mais e melhores entregas; envolve decidir ir para casa à noite ou estender sua jornada em busca do bônus que poderá ou não conseguir ganhar; envolve correr maiores riscos em dias de chuva, quando o valor da corrida é aumentado; envolve escolher o local de trabalho na cidade, ou seja, a área onde há maior demanda por motofretistas, os caminhos que demandem menos tempo para a entrega, o que poderá garantir um ranqueamento melhor e conseqüentemente melhores entregas posteriores. Mas todas essas estratégias estão subordinadas às regras do jogo permanentemente cambiantes praticadas pelas empresas, que detêm o poder de definir – para além da vontade dele ou de seu poder de decisão – qual será o trabalho disponível para ele e a que preço/custo/ganho.

No centro de São Paulo, jovens *bikeboys* dormem nas praças esperando a próxima entrega (Machado, 2019); centenas de motoristas da Uber enfileiram-se em um terreno próximo ao aeroporto de Guarulhos aguardando às vezes por mais de 12 horas a corrida que lhes será disponibilizada pela empresa – e que pode ou não compensar sua espera (Machado, 2017). Para esses trabalhadores, permanecer na rua, disponível para a empresa, durante 18 horas por dia não significa ser remunerado por 18 horas de trabalho. A condição do trabalhador

*just-in-time* é estar disponível para ser imediatamente utilizado, mas ser remunerado unicamente pelo que produz.

A eterna batalha do capital para a redução dos poros do trabalho é finalmente resolvida. Note-se que já não se trata de conseguir utilizar a força de trabalho integralmente ao longo de uma jornada de trabalho definida: trata-se de ter a força de trabalho permanentemente disponível e só fazer uso dela quando necessário, remunerando-a estritamente pelo que for produzido.

É preciso ainda destacar que a transformação do trabalhador em trabalhador *just-in-time* também está relacionada ao poder de monopolização que as empresas que encabeçam a uberização vêm tendo (Slee, 2017). Há menos de dez anos, o setor de entregas por motocicletas em São Paulo, por exemplo, contava como uma gigantesca oferta de empresas terceirizadas de diferentes portes, desde escritórios improvisados que mantinham menos de dez empregados até empresas que ganhavam as licitações de serviços públicos, cartórios, hospitais. Não há dados precisos, mas hoje poucas empresas conseguem manter-se ante a atuação de empresas-aplicativo como a Loggi, atuante em São Paulo desde 2013, atualmente avaliada em US\$ 1 bilhão.<sup>4</sup> Em outras palavras, agora dezenas de milhares de motofretistas só conseguem sobreviver com as entregas se aderirem às três ou quatro empresas-aplicativo que dominam o setor na cidade de São Paulo.

Mauro,<sup>5</sup> 39 anos, motoboy há 15, entrevistado em 2018, sintetiza a condição do *just-in-time* e a relação desta com a monopolização:

“Você vai até achar estranho de eu falar só Loggi, hoje eles conquistaram o mercado, tanto que você tem que trabalhar até meia-noite, a carga horária aumentou... antigamente você tinha meta, eu particularmente e vários amigos meus, tinha meta de R\$300 por dia... ‘Eu vou fazer, tipo, até às 6h, no máximo até 7h’... você conseguia... hoje não. É o que a gente fala, o cara quando não tem família, é solteiro, é diferente, ele trabalha até a hora que ele quiser, então hoje a Loggi está praticamente obrigando você ficar até meia-noite, 11 horas na rua.

Antes tinha muita entrega, não tinha tanto estresse, não era tão nervoso, hoje em dia você cansa mais andando de moto, gastando, sem ganhar nada do que trabalhando. Por isso que eu falo, nesse último ano agora, pelo amor de Deus, o stress, nervoso, cansaço, as dores físicas nas costas, mental, piorou, porque você está andando mais de moto do que fazendo serviço, porque você tem que ficar rodando.”

A narrativa de Mauro evidencia um elemento recorrente nas pesquisas com trabalhadores *just-in-time*. Como Kalil (2019), Castro (2019) e Moda (2019) demonstram em suas pesquisas com motoristas da Uber, a definição da duração da jornada de trabalho não está mais relacionada com limites determinados sobre o tempo de trabalho, mas com o ganho necessário a ser obtido por dia. Como vemos, o que fundamenta as longas jornadas nada mais é do que a gestão da própria sobrevivência. Trabalhadores uberizados, com suas metas definidas

informalmente e por eles mesmos, em realidade estão trabalhando o tempo que for preciso para obter o valor que estabelecem para si como a renda necessária.

### **Empresas “mediadoras”, trabalhador “parceiro” e o gerenciamento algorítmico**

Para trabalhadores uberizados não há demissão, pois não há contratação. Não há vagas formalmente limitadas, não há processos seletivos, não há entrevistas ou envio de currículo. O motorista, o motofretista, o caminhoneiro, a empregada doméstica, o advogado, a manicure, o motoboy, o professor, o fisioterapeuta, entre tantos outros uberizados, não passarão por processos seletivos formais para trabalhar para/com as empresas-aplicativo: para ser, como elas propagam, um parceiro, basta aderir. A adesão implica preencher um cadastro, aceitar os “termos de adesão” de um contrato que não é um contrato de trabalho e cumprir requisitos mínimos.

Assim, ao invés de uma empresa com um contingente limitado e definido, a empresa-aplicativo conta com milhares, milhões de trabalhadores informais cadastrados, disponíveis, que são utilizados na exata medida da demanda. O termo “exata” não é exagero no que se refere ao trabalhador *just-in-time*: em uma metrópole como São Paulo, a empresa Uber processa, organiza e gerencia integralmente e em tempo real a atividade – agora transformada em dados – da multidão de consumidores-usuários e o exército de motoristas informais.

Em 2011, analisando o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos da empresa Natura, afirmávamos que a “informalidade se traduz em informação” (Abílio, 2014). Mulheres dos mais variados perfis socioeconômicos, com diferentes relações com as vendas, aderem a um trabalho que mal é reconhecido como tal, que se confunde com o consumo, que formalmente não exige da revendedora qualquer tipo de dedicação ou exclusividade. Assim como os trabalhadores uberizados, as mulheres simplesmente aderem à atividade, tornando-se mais um número em um cadastro; assim como eles, aparentemente elas trabalham quando querem, da forma que quiserem. Entretanto, uma série de mecanismos informais amarram a atividade estimulando o engajamento, o investimento em produtos que poderão ou não ser vendidos, a formação de estoques, a disseminação da marca, além das estratégias para sobreviver em meio a uma concorrência gigantesca.

A fábrica opera no modo de produção *just-in-time*, produzindo no tempo da venda das consultoras. Para o lado de dentro da fábrica, é possível transformar a atividade desse exército de um milhão de pessoas na informação que pauta a produção. O cerne do argumento é que a ausência de formas preestabelecidas do trabalho ou de requisitos das trabalhadoras é incorporada na gestão da produção, em uma dispersão gigantesca e ao mesmo tempo controlada do trabalho. Naquele caso, as características do trabalho tipicamente feminino fundamentam as indistinções entre o que é e não é tempo de trabalho, a imbricação do trabalho no consumo, a confusão entre espaços domésticos e de trabalho, entre

trabalho e lazer. Atualmente, como já indicávamos naquela análise, podemos pensar em termos de uma generalização destas características do trabalho tipicamente feminino, que passam também a ganhar maior visibilidade.

Atualmente, o gerenciamento algorítmico eleva a novos patamares a possibilidade de incorporar como elemento central da gestão a ausência de regras formalmente definidas do trabalho; a informalização é cada vez mais profundamente administrável. Ao mesmo tempo que se apresenta legalmente como uma mediadora, a empresa detém o poder de estabelecer regras do jogo da distribuição do trabalho e determinação de seu valor. O gerenciamento também mira na intensificação e extensão do tempo de trabalho, regulando soberanamente oferta e procura, por meio de regras permanentemente cambiantes que se retroalimentam da atividade da multidão. Seguindo com Mauro:

“[...] se o tempo estiver chuvoso, igual hoje de manhã, eles mandam mensagem 9 horas: ‘das 10h até as 13h, fazendo 8 pedidos delivery você ganha mais R\$50’. Se você não fizer você não ganha o bônus.”

O trabalhador não tem clareza sobre as regras que operam na definição de metas e bonificações; está evidente apenas que se trata de um estímulo ao seu engajamento em determinados períodos, sendo-lhe transferido o cálculo entre arriscar sua própria integridade e ganhar mais. Há um encontro entre o gerenciamento da empresa e o autogerenciamento subordinado do trabalhador: a empresa organiza a distribuição da oferta pelo espaço, ao mesmo tempo que tem de contar com as decisões do próprio trabalhador sobre seu deslocamento e engajamento nas tarefas ofertadas. O trabalhador vive disponível para o trabalho, sem saber como opera seu próprio recrutamento. Batalhando em um contexto de total incerteza, considera que é parte da programação a oferta de uma bonificação que não será possível alcançar:

“Eu, você e outro motoboy estamos trabalhando lá, são 8 pedidos, eu e você fizemos 7, o outro motoboy fez 4. Para quem eles vão jogar a entrega? Para o outro motoboy.”

O gerenciamento algorítmico conta com a possibilidade de cruzar e administrar uma ampla gama de dados em tempo real, pautar a atividade dos trabalhadores e ao mesmo tempo extrair das decisões e estratégias individuais novas definições e procedimentos. Dia de chuva, variação do valor da entrega, distribuição no tempo e no espaço, período do dia, oferta de trabalhadores, nível da demanda, tarefas cumpridas por cada trabalhador, são todos conjuntamente passíveis de ser mapeados, processados, cruzados e gerenciados como dados –um gerenciamento que, ao mesmo tempo que mapeia, também produz ações e comportamentos que serão novamente mapeados e gerenciados (aqui seguimos com a perspectiva inaugurada por Zuboff (2018, 2019), ao tratar do capitalismo de vigilância). Cada vez mais o termo gamificação (Scholz, 2013) parece fazer sentido, em um processo de trabalho que assume características de um jogo, cujas regras, porém, não estão claras e são extremamente flexíveis. Fica



evidente que o autogerenciamento do trabalhador *just-in-time* – suas decisões pessoais sobre o nível de engajamento no trabalho – é subordinado às determinações da empresa; ela detém os meios de controle sobre o trabalho, ou, em outros termos, de determinação das próprias regras do jogo. Um caminho para o reconhecimento da subordinação hoje é investigar onde está/quem detém o poder de defini-las.

### ***Crowdsourcing* e a multidão vigilante**

Em 2008, o jornalista Jeff Howe (2008) cunhou o termo *crowdsourcing*, hoje já bem difundido. O *outsourcing* teria chegado a seu novo estágio, tendo a *crowd* como a nova fonte das terceirizações. Navegando na celebração da economia compartilhada, o autor em realidade desvendava a enorme transferência de trabalho das empresas para os usuários de plataformas digitais, transformados em uma multidão indeterminada de trabalhadores. Hoje o *crowdsourcing* atravessa de ponta a ponta o mundo do trabalho, abarcando diferentes ocupações, qualificações, níveis de remuneração. Não se restringe às tarefas de baixa qualificação, como as executadas pelos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk ou os motoristas da Uber: transnacionais hoje contam com milhares de cientistas uberizados; plataformas do setor educacional oferecem os serviços de milhares de professores *online* (Gomes, 2019), entre outros. A plataforma Innocentive, por exemplo, liga cientistas uberizados à NASA e a corporações como Procter & Gamble e Johnson's & Johnson's, que estendem seus departamentos de pesquisa e desenvolvimento aos laboratórios improvisados dos usuários-pesquisadores. As empresas lançam seus “desafios” no site, os usuários encarregam-se de solucioná-los – estabelecendo eles próprios meios e estratégias para tanto, arcando com os custos e com o risco. As soluções propostas pelos usuários são selecionadas pela empresa e podem ser patenteadas por ela; a contrapartida para o usuário selecionado são as premiações em dinheiro.

No início dos anos 2000, a NASA criou o projeto Clickworkers e com ele descobriu que não precisava ter trabalhadores contratados para identificar elementos tais como crateras nas fotos de Marte: após testar a multidão de navegadores engajados, comprovou que essa era tão eficiente (e muito mais rápida) no cumprimento da tarefa quanto o contingente de geólogos contratados, realizando-a gratuitamente como forma de “colaboração para o futuro”. Como definir o trabalho dos usuários? Lazer? Trabalho não pago? O *crowdsourcing* está relacionado com uma informalização do trabalho que literalmente passa a significar uma perda de formas do trabalho. Somos então desafiados a uma nova compreensão sobre o trabalho informal. A forma trabalho pode ser mais ou menos reconhecível, levando-nos para o imbricamento entre consumo e trabalho, para as indistinções entre o que é e o que não é tempo de trabalho, para a imbricação entre trabalho e lazer, ou ainda para uma perda progressiva de formas do trabalho, especialmente no que se refere à ordem prescrita do trabalho (Dejours, 1999).

A base do *crowdsourcing*, portanto, é a multidão de trabalhadores disponíveis e engajados, que não são contratados ou pré-selecionados. Aderem às atividades disponíveis, arcam com os riscos e custos, dedicam seu tempo de trabalho a tarefas pelas quais podem ou não ser remunerados, em atividades que podem ou não ser reconhecidas como trabalho.

Para compreender como a forma de controle do *crowdsourcing* opera é preciso ainda mirar na participação de uma terceira parte, para qual também é terceirizada uma parcela do gerenciamento do trabalho. Trata-se da multidão de consumidores vigilantes.

A empresa determina o formato das avaliações sobre o trabalhador e como essas serão utilizadas no controle, produtividade e gerenciamento do trabalho. Entretanto, não é ela que executará essa tarefa de supervisão: terceiriza-a gratuitamente para o consumidor-usuário. Estabelece-se informalmente um padrão de qualidade que é definido por meio da cooperação dessa multidão de usuários dispostos – e também por vezes obrigados (para que possam continuar utilizando o serviço) – a definir o que é afinal o trabalho de qualidade. Há uma simbiose entre o trabalho uberizado, a empresa fetichizada como marca e o consumo que se realiza como supervisão do trabalho. Trabalhadores e consumidores proporcionam o fortalecimento e conseqüentemente a própria valorização da marca, o que é também o forjamento da confiança. Trabalho e consumo promovem e estabelecem em ato os padrões de qualidade, ao mesmo tempo que divulgam e fortalecem a marca. As certificações do trabalho podem já não se fazer pela mediação do papel regulatório do Estado, mas pelo exercício vigilante da multidão de usuários-consumidores conectados.

A avaliação pelos consumidores, determinada e administrada pela empresa, será utilizada simultaneamente como meio fundamental de vigilância e estímulo à produtividade do trabalhador. O ranqueamento que dela resulta dá visibilidade ao mesmo tempo que estimula a concorrência entre os trabalhadores. Para o trabalhador, o ranqueamento e a avaliação positiva não se restringem apenas a um reconhecimento de seu trabalho – aspecto central para a subjetividade do trabalhador (Dejours, 1999); são também fonte fundamental para os critérios de distribuição e remuneração do trabalho.

### **O trabalho amador e a generalização das características tipicamente femininas do trabalho**

*Crowdsourcing* e uberização concretizam uma crescente adesão a um trabalho que vai perdendo as formas socialmente reguladas e estabelecidas que lhe conferem a concretude de ser trabalho. A categoria de trabalho amador (Dujarier, 2009; Abílio, 2014, 2017) refere-se a um trabalho que é trabalho, mas que não confere identidade profissional, que não tem alguns dos elementos socialmente estabelecidos que envolvem as regulações do Estado e estruturam a identidade do trabalhador enquanto tal. O taxista e o motorista da Uber realizam o mesmo trabalho, mas o taxista é um motorista profissional e o da Uber, um

trabalhador amador. Quanto aos motofretistas, estamos acompanhando a mutação de sua identidade profissional com a uberização de seu trabalho. Como bem resume um motofretista no filme *Gig – uberização do trabalho*: “*Estão transformando nossa profissão em um bico*”.

O trabalho amador apresenta-se como o provisório, mesmo que seja permanente. Remete a uma perda de mediações publicamente estabelecidas que conferem a identidade profissional, uma perda de regulações estatais. Traz consigo uma maleabilidade que possibilita sua capilaridade com diferentes modos de vida e trajetórias ocupacionais. Essa maleabilidade também se traduz na ausência de medidas e limites com relação ao tempo de trabalho, às condições de trabalho, à saúde e segurança do trabalhador. Significa ainda uma nebulosidade quanto à remuneração do trabalho, no qual, por sua perda de formas, se confundem ganhos, investimentos e custos.

Essa perda de formas do trabalho confere uma maleabilidade, uma flexibilidade, uma potencialidade de adaptação a outros trabalhos e outras esferas da vida. A indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho, a fusão entre esfera profissional e esfera privada e a impossibilidade de mediações publicamente instituídas na regulação do trabalho, a indefinição quanto ao que é e o que não é trabalho são alguns dos elementos que costumam a vida cotidiana das mulheres e as chamadas ocupações tipicamente femininas. No mais precário trabalho da costureira em domicílio, da empregada doméstica, da revendedora, da dona de casa podemos encontrar elementos que hoje estão no cerne da flexibilização do trabalho.<sup>6</sup> Com as revendedoras já podíamos observar como um trabalho que não tem a forma profissional do trabalho, que se apresenta entre o lazer, a sociabilidade entre mulheres, um meio para o consumo, adquire o caráter de trabalho amador. Essa ausência de formas está se espraiando para diversas ocupações, em um processo de informalização que traz consigo novos meios de precarização do trabalho.

Vale destacar que, para a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, o autogerenciamento de uma sobrevivência onde muito pouco está garantido, de uma provisoriedade permanente, é elemento estruturante de um modo de vida que precede políticas neoliberais e flexibilização do trabalho dos últimos quarenta anos (o que não quer dizer que esse autogerenciamento também não tenha se atualizado em novas formas e lógicas). Entretanto, a grande novidade é que esse modo de vida passa a ser subsumido de forma controlada, racionalizada e monopolizada. A figura dos ciclistas negros e periféricos carregando nas costas os baús das empresas-aplicativo de entrega deixa evidente que um modo de vida sempre precário, arriscado, desprotegido, explorado está agora organizadamente subsumido e controlado por algumas empresas que se tornam gigantes do mercado.

Ainda, a compreensão da uberização como uma tendência refere-se ao potencial de generalização que ela traz. Aqui a noção de generalização expressa que características permanentemente associadas ao atraso, às margens, ao traba-

lho improdutivo, ao subdesenvolvimento agora ganham visibilidade na medida em que se normalizam e podem espalhar-se para além do viver de trabalhadores e trabalhadoras periféricos.

## Notas

- 1 O título deste artigo reproduz o da palestra apresentada em dezembro de 2019 junto ao Instituto de Estudos Avançados, como parte das atividades do grupo de estudos “Impactos das Novas Morfologias do trabalho sobre a vida dos trabalhadores”, sediado no IEA e coordenado pelo Prof. Dr. René Mendes. O grupo tem como objetivo debruçar-se sobre as novas morfologias do trabalho, visando contribuir com instrumentos para a crítica e formas de resistência.
- 2 A pesquisa sobre as revendedoras foi sediada no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-Unicamp, entre 2007 e 2011, com financiamento do CNPq. Com base no estudo de trajetórias de vida, foram realizadas 25 entrevistas em profundidade com revendedoras de diferentes perfis socioeconômicos, em São Paulo. Foram feitas também entrevistas abertas com funcionários e ex-funcionários da empresa, acompanhamento das reuniões promovidas por ela com as revendedoras, visita à fábrica, além de visita à empresa e entrevista com uma consultora em Paris e com uma revendedora em Londres. A pesquisa resultou no livro *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos* (Abílio, 2014). A pesquisa com os motoboys tem três fases. A primeira foi sediada na Faculdade de Economia da USP, como parte de pesquisa de pós-doutorado financiada pela Fapesp entre 2012 e 2015. Nessa apliquei 50 questionários semiestruturados com motofretistas, realizei entrevistas em profundidade baseadas no estudo de trajetória de vida com cinco destes trabalhadores em São Paulo, além de entrevista aberta com fundadores da empresa Loggi. Em 2018 realizei duas entrevistas em profundidade com motofretistas, uma em São Paulo e outra em Campinas. Essas integram a atual pesquisa de pós-doutorado sediada no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) – Unicamp, financiada pela Capes; contei também com auxílio da Fundação Perseu Abramo como parte da pesquisa nacional sobre trabalho informal no Brasil por mim coordenada entre 2018 e 2019.
- 3 Para uma abordagem teórica marxista sobre a subsunção do trabalho no toyotismo ver Paulani (2001). Para uma perspectiva que merece muita atenção nas análises da “passagem” do fordismo para o toyotismo, ver Dejours (1999): baseado em anos de investigação com trabalhadores em fábricas, hospitais, entre outros, o autor evidencia que a racionalidade taylorista também conta ativamente com a participação e o conhecimento do trabalhador. Trata-se da distância entre a organização prescrita e a organização real do trabalho, a qual conta permanentemente com o saber e o engajamento do trabalhador. Entretanto, as novas formas de gestão incorporam na própria organização prescrita a utilização do saber e do conhecimento dos trabalhadores “colaboradores”. Esse é um debate que se desdobra em vários outros da subsunção do trabalho e atravessa a própria compreensão sobre a relação entre capital e trabalho na contemporaneidade.
- 4 Recentemente, a empresa apresentou este ano o plano ambicioso de realizar qualquer entrega em qualquer local do país em um dia (Uol, 2019). Como descreve outra reportagem, a “estratégia de expansão agressiva da empresa” inclui “explorar desde o transporte a pé até entregas feitas por barcos”. Loggi fazer entrega em qualquer lugar (Revista *Época e Negócios*, 2019).

5 O nome do entrevistado foi trocado para preservação de sua identidade.

6 Ver Abílio (2018) e também as seções “O flex é feminino” e “O sistema de vendas diretas e a exploração do trabalho tipicamente feminino” em Abílio (2014).

## Referências

ABÍLIO, L. *Sem maquiagem*: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014

\_\_\_\_\_. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, *Site Passapalavra/ Blog da Boitempo*, 2017.

\_\_\_\_\_. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n.31, p.54-61, 2018.

\_\_\_\_\_. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, v.18, n.3, 2019.

ALIANÇA BIKE. *Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo*. São Paulo: Aliança Bike, 2019.

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BERNARDO, J. *Democracia totalitária*: Teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, V. As ilusões da uberização: entre as promessas da empresa e a experiência de motoristas Uber. Campinas, 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. *Conditions of Work and Employment Series*, Geneva, n.71, 2016.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DUJARIER, M. *Le travail du consommateur*. Paris: La Découverte, 2009.

ESTADÃO. Apps como Uber e Ifood se tornam o “maior empregador do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28.4.2019.

GIG – *A uberização do trabalho*. Dir. Carlos Juliano Barros, Caue Angeli, Maurício Monteiro Filho. Produção Reporter Brasil. Brasil, 2019.

GOMES, J. *Uberização da educação*: como a uberização avança sobre o trabalho docente na realidade brasileira. Texto de monografia. IE/Unicamp, 2019.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic.*, v.22, n.1, p.106-22, jan./abr. 2020.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOWE, J. *Crowdsourcing*: How the power of the crowd is driving the future of business. New York: Random House, 2008.

HUWS, U. et al. *Work in the European Gig Economy*. Buxelas: FEPS-Foundation for European Progressive Studies, 2018.

- KALIL, R. *Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos*. São Paulo, 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MACHADO, L. Por corrida motorista uber acampa 12 horas perto do aeroporto. *Folha de S.Paulo*, Caderno cotidiano, fevereiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: A rotina dos entregadores por aplicativo. *BBC News Brasil*. 22.5.2019.
- MODA, F. *Trabalho por aplicativo e uberização: as condições de trabalho dos motoristas da Uber*. Texto de qualificação. Guarulhos, 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2019.
- OLIVEIRA, F. Passagem na neblina. In: STEDILE, J.; GENOÍNO, J. (Org.) *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- PAULANI, L. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de prod. Uma análise dos dilemas contemporâneos. *Estudos Econômicos*, v.31, n.4, p.695-721, 2001.
- REVEL, J. *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- REVISTA ÉPOCA E NEGÓCIOS. Loggi, o mais novo unicórnio brasileiro quer ter frota de aviões para fazer entregas. Junho de 2019.
- SCHOLZ, T. (Org.) *Digital labor: The internet as playground and factory*. London: Routledge, 2013.
- SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. London: Polity, 2016.
- UOL. Loggi agora unicórnio quer fazer entregas de um dia no Brasil. São Paulo, 5.6.2019.
- VAN DOORN, N. Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. *Information, Communication & Society*, v.20, n.6, p.898-914, 2017.
- ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et al. (Org.) *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. *The Age of Surveillance Capitalism*. London: Profile Books, 2019.

*RESUMO* – A uberização do trabalho é analisada por meio de duas teses: 1) trata-se de uma tendência global em curso de consolidação do trabalhador em um autogerente subordinado disponível, desprovido de garantias e direitos, definido como trabalhador *just-in-time*; 2) as empresas se apresentam enquanto mediadoras, quando, em realidade, operam novas formas de subordinação e controle do trabalho; trata-se do *gerenciamento algorítmico do trabalho*. A discussão baseia-se em resultados de pesquisa empírica com revendedoras de cosméticos e motofretistas, além de dados secundários sobre motoris-

tas de Uber e os chamados *bike boys*. Compreendendo-se a uberização como um novo tipo de informalização, é discutido como esta envolve uma generalização de características tipicamente femininas e periféricas do trabalho, conferindo uma nova visibilidade a elementos que estruturam o viver de trabalhadores e trabalhadoras da periferia.

*PALAVRAS-CHAVE:* Uberização, Gerenciamento algorítmico do trabalho, Informalização do trabalho, Trabalho amador, Motoboys.

*ABSTRACT* – The uberization of work is analyzed from two main viewpoints: 1) It can be understood as an ongoing global trend, that consolidates workers as disposable, subordinated self-managers, defined here as just-in-time workers; 2) Companies present themselves as mediators, when, in reality, they are establishing new forms of subordination and labor control, defined here as algorithmic management of work. The discussion is based on the results of empirical research with cosmetics resellers and motorcycle couriers, in addition to secondary data on Uber drivers and so-called bike boys. Uberization is analyzed as a new type of gig work and as a generalization of typically feminine and peripheral features of work, giving a new visibility to elements that frame the everyday lives of workers in the outskirts of big cities.

*KEYWORDS:* Uberization, Algorithmic management of work, Gig work, Amateur work, Motorcycle couriers.

*Ludmila Costhek Abílio* é doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit-Unicamp).

@ – l.c.abilio@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2332-8493>

Recebido em 17.2.2020 e aceito em 10.3.2020.

<sup>1</sup>Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

# Questões do trabalho



# Patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo: conhecer para mudar

RENÉ MENDES<sup>1</sup>

## Introdução

ESTE BREVE artigo sintetiza as inquietudes e preocupações geradoras do nosso Projeto de Pesquisa “Impactos das novas morfologias do trabalho contemporâneo sobre o viver, o adoecer e o morrer de trabalhadores e trabalhadoras”, iniciado em setembro de 2019, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP).

O texto e o Projeto de Pesquisa partem da premissa de que, muito embora os estudos do processo das metamorfoses do mundo do trabalho e da *nova morfologia do trabalho* (conceito mais utilizado por Ricardo Antunes e por outros sociólogos e sociólogas do trabalho), ou das *novas morfologias do trabalho* – no plural, dadas as suas múltiplas faces como se estivessemos observando através de um caleidoscópio – tenham avançado muito, na perspectiva sociológica, econômica, e de gestão, são relativamente escassos e ainda incipientes os estudos que agreguem as preocupações pela vida, saúde/doença e morte de trabalhadores e trabalhadoras inseridos nestas novas configurações do trabalho contemporâneo.

Com efeito, o Projeto de Pesquisa apresentado ao IEA-USP partiu da constatação, e também da necessidade, da oportunidade e, por certo, da urgência de que a boa produção já existente no ambiente acadêmico seja mais “socializada”, conhecida e difundida, tanto internamente no corpo dos ambientes acadêmicos produtores do conhecimento, quanto, e principalmente, no âmbito da sociedade, dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos partidos políticos, dos formadores de opinião e dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Aliás, que trabalhadores e trabalhadoras pudessem não somente conhecer o que se produz, como também se apropriar do conhecimento existente, enquanto instrumento de luta, e que eles e elas também se vissem como autores, sujeitos e atores. Estruturas acadêmicas segmentadas, mais verticais que horizontais, e a escassez de olhares e abordagens transversais, inter e transdisciplinares e multiprofissionais integradas, baseadas em diálogos com a sociedade, explicam, talvez, a baixa vi-

sibilidade e o baixo impacto de nossas contribuições em alcançar mudanças no mundo do trabalho, em favor de quem mais precisa, isto é, dos mais vulneráveis.

Sob um viés da utopia *blochiana* – de Ernst Bloch (1885-1977) e seu *Princípio Esperança* –, este breve artigo tenta se aproximar dessas questões, ao agregar e priorizar as dimensões do viver, do adoecer e do morrer de trabalhadores e trabalhadoras inseridos nas novas formatações do trabalho no capitalismo contemporâneo. Repete, quiçá, a preocupação do médico italiano Bernardino Ramazzini (1633-1714), autor do clássico livro *De morbis artificum diatriba*, publicado em latim, em 1770, e traduzido ao idioma português como *As doenças dos trabalhadores*, que partiu da pergunta: “de que adoecem e morrem os trabalhadores?” (Ramazzini, 2016).

Também, esse texto repete e busca atualizar a questão *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, título emblemático do livro publicado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), organizado pelos médicos Herval Pina Ribeiro e Francisco Antonio de Castro Lacaz (Ribeiro; Lacaz, 1984). Mais do que uma pergunta, o livro era uma resposta dramática. Mais do que uma resposta dramática, uma denúncia e um verdadeiro libelo.

Passados 320 anos da obra de Ramazzini na Itália, e 36 anos da obra de Ribeiro e Lacaz, no Brasil, faz sentido investigar como vivem, e de que adoecem e morrem trabalhadores e trabalhadoras da atualidade, submetidos às novas formatações do trabalho no capitalismo contemporâneo. O Projeto de Pesquisa, em curso no IEA-USP, busca – exatamente – contribuir para tal iluminação. Não apenas como contribuição acadêmica, ou melhor: contribuição acadêmica “engajada” e participativa, mas também, como uma forma de buscar mudanças e transformações, inspiradas na “utopia do possível”. Daí o subtítulo deste breve artigo: “conhecer para mudar”.

### Conceitos

No campo da Saúde e da Medicina, o termo *patogênese* é conceituado como “o estudo das causas e do desenvolvimento das lesões e dos estados patológicos; mecanismo através do qual se produz um estado patológico ou uma doença”. Do grego *pathós* = sentimento, sofrimento, doença, e *genos* = que dá origem, semente etc. (Dicionário Médico Climepsi, 2012. p.680). Equivale a *patogenia*, enunciado como o “estudo dos mecanismos que propiciam o desenvolvimento de determinada doença.” (Camargo; Oliveira, 2007, p.108). *Patogênico* é um adjetivo, e se refere àquilo que é “capaz de produzir doença ou enfermidade” (Rey, 1999. p.584). Portanto, no contexto deste artigo, a “patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo” refere-se ao estudo de *como* o trabalho, nas suas novas formas ou estruturas (do grego, *morphe* = forma, aparência) produz sofrimento, dano, doença, morte etc. O foco, então, seria nos *mecanismos de ação*, e não apenas nos efeitos adversos produzidos.

Para conceituar “*nova morfologia do trabalho*”, tomaremos Ricardo Antunes, em algumas de suas múltiplas publicações, especialmente Antunes (2008, 2014, 2018, 2019a, 2019b) e Antunes e Praun (2015).

Com efeito, para esse autor, *nova morfologia do trabalho* é termo que [...] compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento [...] até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. *Nova morfologia* que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos os trabalhadores de *telemarketing* e *call center*, os *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam nos bancos, os assalariados do *fast food*, os trabalhadores jovens dos hipermercados etc. (Antunes, 2008, parágrafo 53)

Em outro artigo mais recente, Ricardo Antunes amplia a lista de exemplos, ao explicar a lógica da gênese das novas morfologias do trabalho:

A expansão das empresas de *call centers* e telemarketing e das empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital, acabou por incentivar a expansão de um novo proletariado de serviços, o *infoproletariado* (Antunes e Braga, 2009) ou o *cybertariat*, na feliz expressão de Ursula Huws (2003). Assim, em plena era da *informatização do trabalho* no mundo maquinal-digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pelo aumento da *informalização do trabalho*, presente na ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial, teletrabalhadores, ampliando o universo do trabalho precarizado. (Antunes, 2014, p.41)

Assim, a flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil, completa Antunes (2014).

Com efeito, o sonho do sistema global do capital seria o de alcançar (finalmente) um mundo sem trabalhadores. Até lá, e antes de que tal sonho possa ser alcançado em sua plenitude, cria-se o mundo dos trabalhadores e trabalhadoras “intermitentes”:

[...] trabalham (e recebem) quando são chamados; esperam (e não recebem) quando ficam torcendo para que seus celulares escapem da mudez e os convoque para qualquer trabalho intermitente da era da escravidão digital. *Uber, zero hour contract, trabalho pago por voucher, pejota, frila fixo*, empreendedor de si mesmo, a gama é heterogênea e variada. (Antunes, 2019b, p.10)

No caso brasileiro recente, leis de iniciativa do Executivo aceleraram esse processo, tornando “legal” aquilo que até há pouco era considerado “ilegal”.

Assim por exemplo, destacam-se a legislação que institucionalizou a “terceirização irrestrita” (Lei n.13.429/2017), e a Lei n.13.467/2017, que institucionalizou o “desmanche” da legislação trabalhista, com legalização da precarização do trabalho e destruição dos princípios do “trabalho decente ou digno” (Souto Maior, 2017; Souto Maior; Severo, 2017, 2019; Krein et al., 2018).

### **Patogênese das novas morfologias do trabalho contemporâneo: algumas aproximações valiosas**

A patogênese das antigas e clássicas morfologias do trabalho tem sido objeto de estudos no mundo inteiro, e no Brasil, também, muitas vezes sem uma clara linha divisória entre as ditas velhas morfologias e as supostamente novas, pois se trata de um processo intensamente dinâmico, tautológico, simbiótico e complementar.

No entanto, para os fins desta breve introdução ao tema, destacamos neste texto algumas abordagens e aproximações já realizadas em nosso meio. Elas servem para abrir o caminho às reflexões, e ajudam, também, o exercício de tentar elaborar uma sistematização taxonômica da patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, mencionamos aqui, a título de exemplos: (i) o artigo de Ricardo Antunes e Luci Praun (2015), intitulado “A sociedade dos adoecimentos no trabalho”; (ii) os livros organizados por Edivânia Ângela de Souza Lourenço e Vera Navarro (2013), intitulados *O avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (Lourenço; Navarro, 2013) e *O avesso do trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo trabalho* (Navarro; Lourenço, 2017); e (iii) a série *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, de I a IV, organizados por Ricardo Antunes (2006, 2013, 2014 e 2019a/b).

Por certo, é relativamente abundante a bibliografia disponível, e este texto não é uma revisão bibliográfica sistemática, ou do tipo “estado da arte”. Os textos estão sendo mencionados para exemplificar “explicações”, hipóteses ou “teorias patogênicas”, isto é, de prováveis mecanismos de adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras inseridos nas novas configurações do trabalho contemporâneo.

Saliente-se que tais explicações não são do campo tradicional da Patologia, mas sim, alinham-se ao “pensamento social” de Rudolf Virchow (1821-1902) e encontram abrigo, genericamente, no pensamento de “determinação social”, trazido pela Epidemiologia Social, Saúde Coletiva e Medicina Social. No nosso modo de ver, essas “explicações causais” da patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo constituem expressões objetivas (ou aparentes) do processo de determinação social da saúde-doença, na acepção mais original deste conceito, tão bem elaborado pelo equatoriano Jaime Breilh (2013), a partir das contribuições primorosas da pesquisadora mexicana Asa Cristina Laurel (1982).

Com efeito, a análise de Antunes e Praun (2015) articula as alterações ocorridas no interior dos locais de trabalho para um processo de maior amplitu-

de, de reorganização do padrão de acumulação capitalista e do redesenho da divisão internacional do trabalho (cada vez mais adequada aos desígnios neoliberais), com condições de trabalho, vida e saúde da classe trabalhadora brasileira. Nesse estudo, de base empírica mas com ousada teorização, é interesse observar que no enunciado de seus subtítulos encontram-se “explicações” emblemáticas dessa forma de análise, como *a flexibilização como base do adoecimento* (ibidem, p.412); *laços solidários rompidos: individualização e solidão no local de trabalho* (ibidem, p.414); *a gestão por metas* (ibidem, p.416); *o assédio como estratégia de gestão* (ibidem, p.419); *terceirização: porta aberta para os acidentes e mortes no trabalho* (ibidem, p.420), entre outros subtítulos, os quais se constituem *per se* ensaios explicativos de patogênese social...

Leem-se, também, como exemplos de títulos emblemáticos, verdadeiros ensaios explicativos da “patogênese do trabalho contemporâneo”: *trabalho, adoecimento e descartabilidade humana* (Praun, 2019); ou: *terceirização: máquina de moer gente trabalhadora – a inexorável relação entre a nova “marchandage” e degradação laboral, as mortes e mutilações no trabalho* (Coutinho, 2015); ou *a terceirização é o gatilho neoliberal impiedoso contra a classe trabalhadora: mata, mutila corpos e dilacera a organização coletiva obreira* (Coutinho, 2017). Ainda: *terceirização: um disfarce que precariza, adoeca e mata* é o título do capítulo escrito pela Juíza do Trabalho Laura Benda, na obra coletiva coordenada pelos juristas Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Souto Severo (Benda, 2017). A matéria da jornalista Bárbara Nor ajuda a reforçar esse entendimento em construção: *causa mortis: trabalho* (Nor, 2019).

No campo da saúde mental, a prezarização do trabalho poderia explicar muito de sua patogênese: *as novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado* (Franco et al., 2010). Hipótese explicativa causal também analisada pelo psicólogo Roberto Heloani e pela psiquiatra Edith Seligmann-Silva, segundo o texto que escreveram juntos – *Precarização – impactos sociais e na saúde mental* – na obra coletiva *O Avesso do Trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho* (Seligman-Silva; Heloani, 2017; Navarro; Lourenço, 2017). João Batista Ferreira (2009) confirma essa hipótese, segundo enuncia no título de seu livro (entre outras obras): *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*.

Esses exemplos da literatura relativamente recente apontam para a necessária ampliação do quase inesgotável leque de “explicações causais” sobre como as novas morfologias impactam a vida e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras. A superexploração de quem trabalha; a intensificação do trabalho baseada em aumento dos ritmos de trabalho, no aumento das horas trabalhadas e na redução de pausas e repouso; os modelos de gestão do trabalho baseados em técnicas perversas e no assédio moral; a exigência de produtividade, baseada em metas intencionalmente inatingíveis; a redução dos postos de trabalho e as

demissões como prática constante de gestão e ameaças; a “captura da subjetividade” e outras técnicas manipulatórias – entre outros temas – têm sido objeto de numerosos estudos. E tais estudos apontam para perfis de adoecimento e morte – antigos e novos – mas, por certo, extremamente assustadores, e que deveriam causar preocupação e muita celeuma. Já constituem acúmulo mais do que suficiente para justificar a reação imediata da sociedade, dos movimentos sociais, dos sindicatos, da mídia e dos parlamentos (Alves, 2006; Alves, 2013, 2016, 2018; Antunes, 2019a; Antunes; Praun, 2015; Araújo, 2017; Barreto; Heloani, 2013; Barreto et al., 2011; Dal Rosso, 2008; Faria, 2013; Ferreira, 2013; Frota, 2018; Heloani, 2003; Jackson Filho; Pina, 2018; Marques, 2017; Mendes, 2018, 2018b, 2018c; Merlo, 2018; Navarro; Lourenço, 2017; Neli; Navarro, 2013; Pina; Stotz, 2011; Seligmann-Silva, 2011; Silva, 2013; Soboll; Horst, 2013; Uchida et al., 2018).

A síntese dos trabalhos recém-citados aponta para a tendência do crescimento e complexificação de dois grupos de sofrimento, adoecimento, incapacidade ou morte de trabalhadores e trabalhadoras na atualidade: o grupo das “*patologias da sobrecarga e do desgaste*” (fadiga física e mental; lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho [LER/Dort]; Síndrome de Burnout, e mortes por exaustão e excesso de trabalho, entre outras); e o grupo das “*patologias da solidão ou silêncio*” (transtornos mentais depressivos e suicídio relacionado ao trabalho, entre outras) (Mendes, 2013, 2018a).

### **Patogênese das novas morfologias do trabalho contemporâneo: lacunas do conhecimento e questões metodológicas**

A despeito do conhecimento existente, e que neste breve artigo foi citado e resumido como uma amostra e, ao mesmo tempo, uma demonstração dos esforços para a sua produção e disseminação, forçoso é reconhecer, de um lado, o muito que ainda falta saber; de outro, o quanto que ainda é preciso avançar no sentido da apropriação e “uso emancipatório” do conhecimento (Santos, 2011), como enunciado no subtítulo: *conhecer para mudar!*

No entanto, no caso da patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo, o necessário e urgente avanço do conhecimento – tanto estritamente acadêmico quanto aquele de fato apropriado, reconhecido e utilizado pela sociedade – encontra múltiplos obstáculos, uns de natureza metodológica (que serão aqui abordados), e outros de insuficiente “legitimidade”, posto que, frequentemente, não são claramente conhecidos e visíveis os “sujeitos” dos estudos e pesquisas, como veremos.

Por esse motivo, temos utilizado – talvez de forma imprecisa, ensaística e provisória – a expressão “esmaecimento da concretude objetiva do trabalho contemporâneo”, nas dimensões “trabalho”, “trabalhador(a)”, “classe trabalhadora”, “tempo de trabalho” e “lugar de trabalho”, entre outras. O que denominamos “esmaecimento da concretude objetiva”, o sociólogo alemão Gerd-Günter Voss (2017) denomina “*dissolução de limites*”.

Alguns exemplos serão mencionados, tanto na perspectiva metodológica (enquanto necessidade de rever paradigmas) quanto na perspectiva de “foco” prioritário das inquietudes geradoras do Projeto de Pesquisa apresentado ao IEA-USP.

### *Conceito de trabalho*

Sem a pretensão de, necessariamente, abalar conceitos clássicos da Economia Política, do Direito do Trabalho ou de qualquer outro campo – ou até mesmo com essa intenção – faz-se oportuno dar visibilidade à evolução do conceito de “*trabalho*”, ou da “*categoria trabalho*”, tomando como exemplo paradigmático como isso é feito na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD-Contínua), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil. IBGE, 2018)

Com efeito, para o IBGE, o *conceito de trabalho* abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros, a saber:

*Trabalho em ocupação* – Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho;

*b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio.* A produção de bens para o próprio consumo inclui: produção, coleta e/ou armazenamento de produtos agrícolas, de pesca, de caça e de criação de animais; coleta e/ou transformação de produtos minerais e florestais, incluindo lenha e outros combustíveis, assim como coleta de água a partir de fontes naturais; fabricação de bens de uso doméstico (móveis, têxteis, artigos do vestuário, calçados, cerâmicas ou outros bens duráveis, incluindo barcos e canoas) utilizados por moradores do domicílio ou por parentes que residiam em outro domicílio; e – construção, ampliação ou realização de grandes reparos na própria moradia ou em outras edificações no terreno, fazenda etc.

*c) Trabalho voluntário:* é considerado o trabalho não compulsório, realizado por pelo menos uma hora na semana de referência, sem receber nenhum pagamento em dinheiro ou benefícios, com objetivo de produzir bens ou serviços para terceiros, isto é, pessoas não moradoras do domicílio e não parentes.

*d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas:* atividades realizadas por um morador em apoio ou auxílio a outro que não poderia realizá-las de forma independente. Essas pessoas poderão ser crianças, idosos, enfermos ou pessoas que necessitam de cuidados especiais.

*e) Trabalho nos afazeres domésticos:* atividades realizadas em benefício próprio e dos moradores, sem envolver qualquer tipo de remuneração (dinheiro, produtos ou mercadorias). Compreendem, ainda, o exercício de tarefas relaciona-

das às atividades de arrumação ou limpeza de quintal ou de terreno que circunda a residência e tenham caráter exclusivamente doméstico (Brasil. IBGE, 2018).

### *Conceito de trabalhador e trabalhadora*

Para a presente reflexão, torna-se crucial, de igual modo, reconhecer que o conceito de “*trabalhador*” (e “*trabalhadora*”) também evoluiu no tempo, tornando-se cada vez mais impreciso e menos categórico. Essas mudanças – para o Bem e para o Mal – superam conceitos formais e legais, principalmente os enunciados na legislação trabalhista tradicional.

Muitas poderiam ser as (novas) opções aqui apresentadas, com suas vantagens, desvantagens e limitações, porém, no contexto da Saúde e para os fins desta breve reflexão, julga-se adequado citar e adotar a conceituação de “*trabalhador*” e “*trabalhadora*” formulada no art. 3º da Portaria n.1.823 de 23 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil, a saber:

Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política. (Brasil. Ministério da Saúde, 2012)

Essa ampliação e universalização do conceito de “*trabalhador*” e “*trabalhadora*” não é simplesmente semântica ou teórica. Pelo contrário: ela está no cerne da universalização dos direitos de cidadania e de acesso à saúde, e, por conseguinte, ela rompe com as delimitações formais do passado, quase sempre vinculadas a ideias de “*empregado*”, de “*celetista*”, com “*registro em carteira profissional*”, “*contribuinte da Previdência Social*”, e outras similares. No nosso entendimento, ela consolida, também, a tendência de deslocamento setorial – do Trabalho e Previdência, para a Saúde – no campo da Seguridade Social, com necessárias expressões operacionais na estrutura do Estado.

### *“Classe-que-vive-do-trabalho”*

Numa sociedade de classes, como corolário, o conceito de *classe trabalhadora* tende, também, a se ampliar (com o risco de se descaracterizar...). Como bem explica Ricardo Antunes, a “*classe que vive do trabalho*”

[...] incorpora tanto os trabalhadores produtivos, presentes na indústria, na agricultura e também no setor de serviços, privatizados pela lógica dominante do capital financeiro, como aqueles assalariados improdutivo, que não geram mais-valia, mas que são imprescindíveis no processo de trabalho capitalista e vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos(as) trabalhadores(as) produtivos. Como todo trabalho produtivo tende a ser assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção ampliada de classe trabalhadora deve articular essas duas dimensões. (Antunes, citado em Antunes; Praun, 2015, p.408)



### *“Trabalho invisível” e “trabalhadores invisíveis”*

Direcionadas pelo ideário neoliberal e ultra neoliberal, como no caso do Brasil e de alguns países da América Latina – mas não a eles limitados (Van der Linden, 2013) – as novas configurações do trabalho no capitalismo contemporâneo contribuem não apenas para a progressiva marginalização e insignificância do trabalho vivo, como para sua “invisibilidade social”, assim como a de trabalhadores e trabalhadoras.

Com efeito, o crescente fenômeno que tem sido denominado “*trabalho invisível*” ou “*invisibilidade do trabalho*”, mais corretamente “*invisibilidade social do trabalho*”, não representa uma categoria epistemológica no âmbito das ciências em geral, na sociologia ou na epidemiologia, explicam Minayo-Gomez e Pena (2018). Antes,

[...] tal invisibilidade refere-se à caracterização metafórica de fenômenos sociais, econômicos, culturais, políticos, históricos, de saúde etc., destituídos de informações variadas do mundo do trabalho, por meio de indicadores técnicos e sociais no plano estatístico, político e midiático para o que é possível perceber e dimensionar. O resultado do invisível se expressa pelo desconhecimento do problema, por não se tornar acessível como objeto de análise e ação e, por isso mesmo, velado, destituído de visibilidade e valor social. (Minayo-Gomez e Pena, 2018, p.655)

Para esses autores,

[...] o trabalho invisível, na economia e na sociologia, refere-se, geralmente, ao trabalho informal, composto por categorias de trabalhadores não regulamentados, com precariedade no conjunto de informações, estatísticas, políticas institucionais e práticas técnicas envolvidas. A ausência de dados tem consequências, desde quando são prejudicadas as informações de natureza epidemiológica no âmbito da saúde do trabalhador. (ibidem, p.656)

Os mesmos autores, baseados no contexto brasileiro, organizaram uma síntese de alternativas de “trabalho invisível”, em cinco categorias paradigmáticas (Quadro 1).

#### *Locais de trabalho*

Muito das obrigações legais e das práticas de inspeção, vigilância e auditoria dos locais de trabalho esteve vinculado, tradicionalmente, ao conceito de “estabelecimento de trabalho”. Contudo, os conceitos na nova legislação trabalhista (pós-2017), “flexibilizaram” o reconhecimento dos lugares, locais e espaços físicos onde atividades de trabalho são desenvolvidas. O *trabalho em domicílio* e modalidades de *teletrabalho* são exemplos paradigmáticos, ainda com espaços físicos materiais concretos, muito embora o crescimento do trabalho por meio de plataformas digitais já não dependa de espaço físico material e concreto. Ele é virtual na gestão, embora material em sua execução, na maioria das vezes (Holzmann, 2011; Melo, 2017).

Quadro 1 – Exemplos de situações concretas de “trabalho invisível”, no contexto brasileiro, organizados por Minayo-Gomez e Pena (2018)

1. Condição irregular ou ilegal do trabalho, em que não há formalidade na garantia dos direitos trabalhistas e securitários, ou seja, trabalho sem carteira assinada; trabalho precoce, em que crianças e adolescentes exercem atividades ocupacionais por motivos econômicos e sociais, expondo-se aos mais variados riscos para a saúde; trabalho autônomo irregular, representado por grande número de trabalhadores ambulantes, feirantes e biscateiros que povoam os espaços urbanos e rurais. Trabalham jornadas muitas vezes extenuantes, mas se encontram em situações de invisibilidade social e, por decorrência, de invisibilidade epidemiológica.
2. Trabalho legal e precário, pela dificuldade de informações, a exemplo de grandes contingentes de trabalhadores terceirizados; trabalho tardio que traz a dimensão pós-ocupacional formal, porém, aposentados que exercem atividades cuja mensuração econômica e epidemiológica se encontram desconhecidas; trabalho autônomo em diversas esferas da economia, formais na modalidade de Pessoa Jurídica (PJ), comum em diversas profissões técnicas e acadêmicas, com perspectiva de generalização deste contrato de trabalho por meio da ampliação indiscriminada da terceirização.
3. Trabalho composto de categorias previdenciárias como segurado especial, constituído por trabalhadores rurais em regime de economia familiar, pescadores artesanais, dentre outros, que estão no campo do trabalho formal para alcançar a condição de segurado com direito ao Seguro Acidente do Trabalho (SAT). Porém, se encontram em invisibilidade epidemiológica por não possuírem acesso aos serviços de saúde do trabalhador, sem condições de diagnóstico de doenças do trabalho, persistindo com raros registros de acidentes e doenças no trabalho na Previdência Social.
4. Trabalho subjugado aos estigmas e preconceitos denominados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de “zonas sombrias”. Podem ser considerados irregulares ou mesmo crimes, em alguns países, mas em outros, estão regularizados e protegidos por lei. Tem-se o exemplo do trabalho na indústria do sexo, em geral, e dos profissionais do sexo, que no Brasil encontram-se legalizados, exceto a sua exploração por terceiros. No entanto, o perfil epidemiológico ocupacional destas categorias persiste na invisibilidade, por não serem objetos de programas de saúde do trabalhador.
5. As invisibilidades no trabalho relativas às condições de gênero, raça, etnias, migrações, portadores de deficiência, cujas informações ainda são precárias no mundo do trabalho. (Minayo-Gomez e Pena, 2018, p.656)

Assim, o melhor exemplo da ampliação (e descaracterização) da categoria “lugar de trabalho” ou “local de trabalho” são as amplas alternativas preconizadas pelo IBGE, na metodologia adotada no processo de coleta de informações

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para fins metodológicos e de reflexão, vale a pena conferir (Brasil. IBGE, 2018).

Em âmbito internacional, estas realidades das novas configurações do trabalho contemporâneo também estão presentes, por exemplo, nos estudos e documentos da Organização Internacional do Trabalho, e constituíram temática, da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, em especial em sua reunião realizada em Genebra, em 2018 (OIT, 2018)

### ***Tempo de trabalho***

O *tempo de trabalho*, categoria analítica vital na crítica à lógica capitalista hegemônica (Cardoso, 2009; Dal Rosso, 1996), é, por certo, uma das categorias mais visadas e atacadas nas novas morfologias do trabalho direcionadas pela lógica neoliberal. Decerto, o conceito de “jornada de trabalho” ou “jornada laboral”, histórico e clássico na luta dos movimentos sociais e de trabalhadores, e presente em todas utopias, tende, também a esmaecer (Machado; Souto Maior, 2017; Marques, 2017).

“Por isso que, sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho”, lembram Antunes e Praun (2015, p.413).

Os ataques à duração da “jornada de trabalho”, o combate às pausas, a redução do tempo livre, a criação e uso abusivo do “banco de horas”, a eliminação do tempo de percurso dentro de propriedades rurais, a descaracterização do direito ao repouso remunerado e as férias, o esmaecimento das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre (frequentemente invadido e apropriado pelo trabalho) e lazer estão no cerne do “retrocesso” trabalhista, como bem denunciam autores como Souto Maior e Severo (2017), Feliciano et al., (2017) e Krein et al., (2018), entre outros.

### **Comentários finais**

A abordagem dessas categorias – ainda que tão somente exemplificativas – é trazida nesta seção final do texto, para ilustrar a complexidade metodológica em ambientes e contextos de “dissolução de limites” (Voss, 2017), ou de “esmaecimento da concretude objetiva” dessas categorias. Ela tem por objetivo, também, realçar a necessidade de que os futuros estudos e pesquisas sobre a patogênese das novas morfologias do trabalho contemporâneo abordem, cada vez mais, trabalhadores e trabalhadoras socialmente menos visíveis; que laboram em trabalhos e atividades novas (ou até ontem, inusitadas ou inexistentes); em lugares ubíquos, e em jornadas exaustivas imensuráveis e, literalmente, intermináveis. No contexto atual, é muito provável que o estabelecimento de “nexo causal” entre tais condições de vida e trabalho, e o processo de desgaste precoce, sofrimento, invalidez, doença e morte prematura também caia na “vala comum” do “esmaecimento da concretude objetiva”... E do esquecimento.

Eis o grande desafio: conhecer para mudar!

## Referências

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.15. n. 3, p.90-8, 2006.

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. *A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa-humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório*. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2016.

\_\_\_\_\_. Captura da subjetividade. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.229-30.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.1, n.83 p.19-34, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/431>>. Acesso em: 2 fev.2020.

ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I*. São Paulo: Boitempo, 2006. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019a. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.) *A nova morfologia do trabalho no serviço social*. São Paulo: Cortez, 2019b. p.9-14.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.) *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo Trabalho)

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos do trabalho. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.123, p.407-27, jul.-set. 2015.

ARAÚJO, F. S. Dano existencial e excesso de trabalho. In: SOUTO MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. p.223-35.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. *O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.107-23.

BARRETO, M. M. S. et al. (Org.) *Do assédio moral à morte de si: significados do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

BASTOS, R. L. A. Desemprego tecnológico. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Org.) *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p.105-8.

BENDA, L. Terceirização: um disfarce que precariza, adoeca e mata. In: SOUTO

- MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. p.99-103.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, Bogotá, n.31(supl. 1), p.S13-S27, 2013.
- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas técnicas Versão 1.5. Rio de Janeiro 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- CAMARGO, J. L. V.; OLIVEIRA, D. E. *Patologia geral: abordagem multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p.108.
- CARDOSO, A. C. M. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo, Annablume; Fapesp, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade)
- COUTINHO, G. F. *Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora – a inexorável relação entre a nova “marchandage” e degradação laboral, as mortes e mutilações no trabalho*. São Paulo: LTr, 2015.
- \_\_\_\_\_. A terceirização é o gatilho neoliberal impiedoso contra a classe trabalhadora: mata, mutila corpos humanos e dilacera a organização coletiva obreira. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.) *O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p.163-93.
- DAL ROSSO, S. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho)
- DICIONÁRIO MÉDICO CLIMEPSI. Lisboa: Climepsi Editores, 2012. p.680.
- FARIA, J. H. Sequestro da subjetividade. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.) *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p.381-9.
- FELICIANO, G. G.; TREVISIO, M. A. M.; FONTES, S. T. C. (Org.) *Reforma trabalhista: visão, compreensão e crítica*. São Paulo: LTr, 2017.
- FERREIRA, J. B. *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. Patologias da solidão. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.) *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p.275-9.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o

- desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.35, n.122, p.229-48, 2010.
- FROTA, H. A. Dano existencial. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.338-9.
- HELOANI, R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOLZMANN, L. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Org.) *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p.437-40.
- JACKSON FILHO, J. M.; PINA, J. A. Intensificação do trabalho. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.642-3.
- KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; DOS SANTOS, A. L. (Org.) *Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México-DF, v.2, n.1, p.7-25, 1982.
- LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. *O avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- MACHADO, G. S. S.; SOUTO MAIOR, J. L. Limitação do trabalho como direito fundamental. In: SOUTO MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. p.259-65.
- MARQUES, A. C. B. R. C. Na reforma trabalhista a precarização não tem intervalo para descanso. In: SOUTO MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. p.335-43.
- MELO, S. N. Teletrabalho e o controle de jornada. In: FELICIANO, G. G.; TREVISSO, M. A. M.; FONTES, S. T. C. (Org.) *Reforma trabalhista: visão, compreensão e crítica*. São Paulo: LTr, 2017. p.117-22.
- MENDES, R. (Org.) *Patologia do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013. 2v.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018a.
- \_\_\_\_\_. “Karojisatsu” (suicídio relacionado à exaustão por excesso de trabalho). In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018b. p.682-3.
- \_\_\_\_\_. “Karoshi” (morte por excesso de trabalho). In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018c. p.683-4.
- MERLO, A. R. C. Suicídio e trabalho. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.1114-15.

- MINAYO-GOMEZ, C.; PENA, P. G. L. Invisibilidade social do trabalho e dos trabalhadores: conceito e contexto atual. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.655-7.
- NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.) *O avesso do trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- NELI, M. A.; NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil: o caso dos trabalhadores de uma unidade produtiva de abate e processamento de aves. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.287-304.
- NOR, B. Causa mortis: trabalho. *Revista VOCÊ RH*, São Paulo, p.20-32, fevereiro de 2019.
- OIT. Oficina Internacional del Trabajo. *Resolución sobre las estadísticas de las relaciones de trabajo*. 20<sup>a</sup> Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo. Ginebra, 10-19 de octubre de 2018. [CIET/20/2018/Resolución I. Ginebra, 2018. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms\\_645147.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_645147.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Participação nos lucros ou resultados e banco de horas: intensidade do trabalho e desgaste operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.26, n.123, p.162-76, 2011.
- PRAUN, L. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019. p.181-203. (Coleção Mundo do Trabalho)
- RAMAZZINI, B. *As doenças dos trabalhadores (De morbis artificum diatriba, 1700)*. 4 edição. Trad. Raimundo Estrêla. São Paulo: Fundacentro, 2016. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- REY, L. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. p.584.
- RIBEIRO, H. P.; LACAZ, F. A. C. (Org.) *De que adoecem e morrem os trabalhadores*. São Paulo: Diesat/Imesp, 1984.
- SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3 ed. 2 reimp. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época, v.11)
- SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SELIGMANN-SILVA, E.; HELOANI, R. Precarização – impactos sociais e na saúde mental. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.) *O avesso do trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p.281-300.
- SILVA, L. G. G. Os acidentes fatais entre os trabalhadores contratados e subcontratados

do setor elétrico brasileiro. *Estudos do Trabalho*, Marília-SP, v.VI, n.12, 2013. Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/os-acidentes-fatais-entre-os-trabalhadores-terceirizados.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

SOBOLL, L. A. P.; HORST, A. C. Ideologia da excelência. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.) *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p.225-30.

SOUTO MAIOR, J. L. Terceirização da atividade-fim é o fim do fetiche da terceirização. In: FELICIANO, G. G.; TREVISIO, M. A. M.; FONTES, S. T. C. (Org.) *Reforma trabalhista: visão, compreensão e crítica*. São Paulo: LTr, 2017. p.199-212.

SOUTO MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

SOUTO MAIOR, J. L.; SEVERO, V. S. (Coord.) *Resistência III: O Direito do trabalho diz não à terceirização*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

UCHIDA, S. et al. Formas de avaliação do/no trabalho e seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores. In: MENDES, R. (Org.) *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história – cultura*. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018. p.548-9.

VAN der LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

VOSS, G. G. Consecuencias psicosociales y sociales de la disolución de límites y subjetivización del trabajo. *Controversias y concurrencias latinoamericanas*, Buenos Aires, v.9, n.15, p.87-101, julio-diciembre, 2017.

*RESUMO* – Este artigo sintetiza as inquietudes e preocupações geradoras do Projeto de Pesquisa intitulado “Impactos das novas morfologias do trabalho contemporâneo sobre o viver, o adoecer e o morrer de trabalhadores”, iniciado em 2019, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Ele parte da identificação e reconhecimento dos principais estudos realizados sob a óptica sociológica (principalmente), porém o texto busca aprofundar as reflexões sobre a natureza e a complexidade dos mecanismos de patogênese das novas morfologias do trabalho sobre a vida e a saúde de trabalhadores, sob a óptica da Epidemiologia Social.

*PALAVRAS-CHAVE*: Trabalho, Novas morfologias do trabalho, Saúde do Trabalhador, Epidemiologia Social, Saúde Coletiva.

*ABSTRACT* – This article summarizes the unrests and concerns that led to the research project titled “Impacts of the new morphologies of contemporary work on the life, illness and death of workers”, started in 2019, at the Institute of Advanced Studies of the University of São Paulo (IEA-USP). It starts by identifying and acknowledging from a (mainly) sociological perspective the main studies that were carried out, but the text also seeks to deepen reflections on the nature and complexity of the pathogenesis mechanisms of the new morphologies of work on the life and health of workers, from the perspective of Social Epidemiology.

*KEYWORDS*: Work, New work morphologies, Workers’ health, Social Epidemiology, Collective Health.



*René Mendes* é médico sanitaria e do trabalho, mestre, doutor e livre-docente em Saúde Pública pela USP. Foi professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, professor titular da Faculdade de Medicina da UFMG e Senior Associate da Escola de Saúde Pública da Johns Hopkins University (Baltimore-MD, EUA). É presidente da Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Abrastt) e pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados da USP. @ – rene.mendes@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-2085-8384>

Recebido em 28.2.2020 e aceito em 9.3.2020.

<sup>1</sup>Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.



# Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico

*LOUISA ACCIARI<sup>I</sup> e TATIANE PINTO<sup>II</sup>*

## Introdução

**E**M JUNHO de 2015, o Congresso brasileiro aprovou a Lei Complementar n.150 que estende a maioria dos direitos trabalhistas à categoria das trabalhadoras domésticas, um grupo historicamente estigmatizado como “não-trabalhadoras” e excluído da CLT. Essa alteração no sistema jurídico e político brasileiro foi tão significativa que a lei foi descrita como uma “segunda abolição da escravidão” por muitos políticos e pelo próprio governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

O trabalho doméstico no Brasil é moldado pelas desigualdades de gênero, raça e classe, herdadas da história colonial, que posicionaram as mulheres negras como as principais provedoras do trabalho reprodutivo (Bernardino-Costa, 2015; Gonzalez, 1984). No período atual, há um contingente de, aproximadamente, 6,4 milhões de trabalhadoras domésticas, sendo 93% mulheres e 61% mulheres negras, e a ocupação ainda representa o maior setor de emprego para as mulheres negras. As trabalhadoras domésticas continuam recebendo uma remuneração abaixo do salário mínimo e 70% delas não possui carteira de trabalho assinada (Dieese, 2013, 2017).

Em reação a essas desigualdades arraigadas na história colonial e suas decorrentes discriminações legais, as trabalhadoras domésticas vêm se mobilizando, desde 1936, para exigir direitos iguais e serem reconhecidas como cidadãs e trabalhadoras. Com a aprovação da Lei n. 150/2015, surge a impressão de que, finalmente, após 80 anos de mobilizações e séculos de desvalorização de seu trabalho, a categoria estava finalmente tendo suas demandas ouvidas. No entanto, a legislação de 2015 não foi a revolução prometida: não equiparou totalmente os direitos da categoria, além de conter artigos que reproduzem e legitimam novas formas de exploração (como a discriminação da diarista) e foi adotada em meio a um contexto de crise política que lança importantes dúvidas sobre sua implementação. Apenas um ano após a aprovação da Lei n.150/2015, o governo do PT foi impugnado e substituído por uma coalizão conservadora com uma

agenda de desregulamentação do mercado de trabalho e desmantelamento dos direitos humanos. Em continuidade a esse movimento conservador, o deputado Jair Bolsonaro, que orgulhosamente afirma ter sido o único a votar contra a lei das trabalhadoras domésticas, venceu a eleição presidencial em outubro de 2018. Diante desse quadro, cabe perguntarmos como as trabalhadoras domésticas podem defender e efetivar seus direitos, tão dificilmente conquistados?

Neste artigo, interessa-nos compreender quais são as estratégias desenvolvidas pelas trabalhadoras domésticas (sindicalizadas ou não) para revalorizar uma atividade tão socialmente desvalorizada, e por quais meios elas podem tornar seus direitos efetivos. Refletiremos sobre como tais direitos são requeridos em seu cotidiano de trabalho na casa dos patrões, e quando são acionadas estratégias de resistência em oposição à opressão sofrida nesses espaços e nas relações em que se idealiza o mando-obediência que ameaça a efetivação daquilo que essas trabalhadoras entendem por direitos. Por fim, procuramos identificar como essas mulheres conseguem elaborar a percepção de dignidade, ou mantê-la, em um setor tão profundamente marcado pela desigualdade e exploração.

Nossa análise se fundamenta em dois diferentes estudos, cujas indagações se complementam: um deles versa sobre as trajetórias de vida de trabalhadoras na Baixada Fluminense (Pinto, 2019), e o outro sobre a formação e atuação dos sindicatos da categoria (Acciari, 2018). No campo dessas duas pesquisas foram realizadas, aproximadamente, 137 entrevistas, com mulheres, em sua maioria negras, com atuação no serviço doméstico remunerado, trabalhadoras sindicalizadas e outras não sindicalizadas.

A pesquisa específica sobre as trabalhadoras domésticas da Baixada Fluminense teve como foco identificar os modos como essas mulheres elaboram os significados de sua ocupação, explorando dimensões de seu entendimento sobre família, experiência feminina, aprendizado doméstico, trabalho e direitos. Foram enfatizadas as formas diárias e habituais de resistência dessas trabalhadoras, tanto em seus espaços de trabalho, como na relação com as famílias empregadoras e também em espaços políticos como os sindicatos da categoria.

No segundo estudo, deu-se ênfase aos espaços dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, onde procurou-se esclarecer como uma categoria tão estigmatizada alcançou uma forma impactante de organização, que levou à obtenção de uma reforma constitucional em 2013 e à aprovação da lei 150 no ano de 2015. O *locus* deste trabalho se deu entre 2015 e 2018, com etnografia de seis sindicatos (São Paulo, Campinas, Franca, Volta Redonda, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro) afiliados a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

Seguiremos a discussão por meio de três eixos: um que trata das negociações de ordem individuais nas relações de trabalho, e uma compreensão prática dos direitos por parte das trabalhadoras domésticas; outro em que abordaremos a educação legal popular organizada pelos sindicatos para conscientizar a categoria e dar-lhes instrumentos para se defender coletivamente; e por fim,

discutiremos sobre o efeito emancipador dos direitos nas ações dos sindicatos, por meio dos discursos de cidadania, democracia e através do fortalecimento de redes com outros movimentos e instituições. Demonstraremos que, apesar de serem limitados e paradoxais, os direitos são instrumentos fundamentais nas mobilizações das trabalhadoras domésticas, lhes proporcionando vocabulários de luta, legitimidade política e ganhos materiais.

### **Feminismos, direitos e mobilizações sociais**

A literatura feminista parece bastante dividida sobre a questão do uso da lei e da política de direitos; enquanto algumas autoras enxergam os direitos humanos como uma ferramenta para alcançar a igualdade de gênero (Mackinnon, 1994; Pitanguy, 2002), outras avaliaram criticamente as relações de poder decorrentes da produção e implementação desses direitos (Abu-Lughod, 2002; Grewal, 2005; Mohanty, 1988). Se os direitos humanos se destinam a reparar lesões ou situações de desigualdades, muitos autores mostraram que por si só os direitos não podem transformar o contexto que produziu desigualdades sociais (Bradshaw, 2006; Gideon, 2006; Kabeer, 2004). Além disso, uma política de direitos implica uma forte dependência do Estado para garantir e implementar os direitos humanos, quando o Estado é frequentemente o local onde a violência inicial foi produzida. Cornwall e Molyneux (2006) argumentam que qualquer relação com o Estado leva ao risco de comprometer os objetivos da justiça social.

Outro desafio é o tipo de sujeitos produzidos pelos discursos sobre direitos. Spivak (2003) argumentou que, para que os direitos sejam efetivos, eles pressupõem a existência de um sujeito liberal, respondendo a uma concepção universal abstrata do humano. Nessa perspectiva, os direitos humanos tornam-se uma forma de regulação de corpos e subjetividades, e não uma prática emancipatória. Nesse sentido, alguns autores afirmam que os direitos humanos aprisionam as mulheres na posição de vítima, mãe ou sujeito feminino heterossexual, reproduzindo assim os desequilíbrios de poder que mantêm a opressão das mulheres (Cornwall et al., 2008) e condenando-as a “sofrer direitos como paradoxos” (Brown, 2000).

No entanto, apesar dessas perspectivas críticas, os direitos também são inevitáveis e necessários. Os direitos humanos são um terreno de lutas e possibilidades, representando uma das estratégias políticas mais amplamente utilizadas por mulheres e movimentos subalternos em nível global (Collins et al., 2010). Como tal, essas práticas não podem ser desconsideradas. De fato, os direitos estão sendo cada vez mais mobilizados a ponto de alguns falarem em judicialização da política (Domingo, 2009; Sieder et al., 2005). Segundo Couso et al. (2013), a judicialização é um processo que está acontecendo além dos tribunais: nas esferas informais, subnacionais e transnacionais, onde lei e direitos estão sendo mobilizados por diversos atores. Santos (2018) usa o termo “mobilização legal” para descrever a intensificação de mobilizações baseadas em direitos, salientando o processo de tradução de um dano percebido em uma afirmação de direitos.

Assim, grupos subalternos reivindicam e negociam ativamente direitos, usando a lei como uma oportunidade de ação coletiva (Collins et al., 2010; Sousa-Santos; Rodríguez-Garavito, 2005). Se os direitos não são capazes, por si só, de transformar o contexto social que produz desigualdades e podem ser incorporados em complexas relações de poder, eles não devem ser automaticamente considerados como “paradoxos dolorosos” (Brown, 2000), ou pior, serem descartados. Os direitos fazem parte de um repertório que está sendo usado pelos movimentos sociais; podem trazer mudanças materiais concretas e produzir novos imaginários políticos. Portanto, nossa proposta aqui é analisar as formas com as quais as trabalhadoras domésticas se apropriaram dos seus direitos e as ações por elas desenvolvidas para torná-los efetivos em seu cotidiano.

Vianna (2013, p.28) demonstra o aspecto polissêmico dos direitos e destaca um desses aspectos como um amplo processo de “transformação, remodelação e conversão de histórias, vivências e relações em categorias, universos morais distintos, causas políticas”. Nos termos da autora, aparatos institucionais em sua heterogeneidade, mobilizações políticas, estratégias de coletivização, dramas morais e angústias individuais também se cruzam ao significado dos “direitos”, desvendando a dimensão socialmente fértil da elasticidade presente nesses significados. No caso específico das trabalhadoras sindicalizadas, ao acionarem a entidade, compreendem o sindicato como um espaço de luta por direitos e, em algumas situações, os motivos que as levam a procurar amparo legal são também perpassados por sentimentos de injustiça, abuso, desrespeito, dentre outros. Há uma demanda pelo respeito como pessoa, como indivíduo (Vidal, 2003). Os comportamentos “injustos” ou “humilhantes” por parte dos patrões possuem o aspecto de ofensas morais e denotam o desgaste da relação de trabalho, uma vez que já não se sentiam respeitadas em seu ofício, em suas tarefas e em sua dignidade.

A atuação das trabalhadoras domésticas em um movimento político nacional pela busca por direitos “vem de longe”, tendo em vista que são mais de 80 anos em que essas mulheres, através da organização em associações e depois em sindicatos próprios da categoria (a partir da Constituição Federal de 1988 que lhes reconhece o direito a sindicalização), buscam por uma maior visibilidade.<sup>1</sup> No período contemporâneo, registramos, em particular, a adoção da Convenção 189 pela OIT em junho de 2011, que garante o trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, assim como seus desdobramentos no Brasil com a Emenda Constitucional de 2013, e posterior Lei complementar n.150 de 2015, que reconhece uma lista extensiva de direitos a essas trabalhadoras.<sup>2</sup> Cabe, portanto, entender como, uma vez esses direitos conquistados, as trabalhadoras domésticas elaboram o entendimento sobre seus significados e procuram implementá-los tantos em suas relações cotidianas de trabalho, quanto em ações sindicais.

## Negociando direitos no dia a dia

A legislação de 2015, embora seja incompleta e mantenha ainda alguma diferenciação entre domésticas e demais categorias, atribui uma posição jurídica e política à essas trabalhadoras. É um reconhecimento, pelo menos simbólico, de que trabalho doméstico é um trabalho e merece direitos. No decorrer de nossas pesquisas, notamos que esse discurso de igualdade formal penetra o imaginário coletivo das trabalhadoras domésticas para além das dirigentes sindicalistas que lutaram por essa reforma legislativa.

Entrevistas com trabalhadoras domésticas não sindicalizadas revelaram um sentimento compartilhado de merecimento e de ter ganho algo que já estava muito atrasado. Os direitos funcionam nesse sentido para contrastar a figura da “velha”, boa e servil doméstica, com a da “nova” moderna trabalhadora que tem direitos. Tanto que, no momento dos debates em torno da reforma constitucional de 2013, foi criado nas mídias um discurso de que “as empregadas de antigamente não existem mais” ou mesmo que teria sido apagada a figura da empregada, como colocado por exemplo pela matéria da revista *Época*.<sup>3</sup> Consideramos que a “empregada de antigamente” seja a trabalhadora doméstica enquadrada em um modelo ideal de servidão desejado pelos patrões, uma vez que pode existir um horizonte moral da servidão, almejado pelos empregadores. É possível estar havendo um declínio da servidão, decorrente das mobilizações por parte das trabalhadoras domésticas amparadas pelos seus novos direitos. A “empregada de hoje” não se deixaria mais explorar tanto quanto a “empregada de antigamente”. É a presença de dois movimentos: a mudança na legislação, com a garantia de direitos, mas também a existência da resistência, uma vez que as “empregadas” resistiam no passado e as trabalhadoras domésticas continuam resistindo nos dias de hoje (Pinto, 2019).

Quase todas as trabalhadoras participantes de nossas investigações já tinham ouvido falar da legislação de 2015 e entendiam que possuíam mais direitos, mesmo que muitas vezes não soubessem o conteúdo exato desses direitos. Quando questionadas sobre a lei, elas afirmam por exemplo: “demorou o suficiente”, “nós merecemos esses direitos” ou “agora temos direitos”. Uma entrevistada em São Paulo explicou que: “é uma profissão que existe há tanto tempo, mas nunca tivemos direitos. Pela primeira vez, a gente se sente quem gente”. Essa última afirmação liga, de maneira profunda, o fato de ter direitos ao sentimento de ser “gente”, considerando que os direitos humanizam o trabalho doméstico lhe conferindo um valor social até então negado. Portanto, ter direitos produz um senso de autoestima e cidadania nas mulheres entrevistadas. Além do mais, os direitos simbolizam a forma máxima de reconhecimento pelo Estado e pela sociedade de que as trabalhadoras domésticas são trabalhadoras e cidadãs.

Embora as trabalhadoras domésticas já tivessem alguns direitos antes de 2015, o discurso das entrevistadas revela a magnitude do significado da legislação. As trabalhadoras domésticas fazem uso desse aparato legislativo como uma

ferramenta, um instrumento para negociar melhores condições de trabalho e estabelecer um limite entre o que elas consideram justo ou injusto. As mulheres não sindicalizadas encontradas, em ambos os estudos, expressaram todo o tipo de reclamações contra seus empregadores: serem demitidas no “dia errado”, ou seja, um dia que normalmente não seria dia de trabalho; serem insultadas ou desrespeitadas; não terem suas horas extras pagas; não receberem os benefícios sociais ou não terem concedido o período adequado de férias. Alguns desses itens estão de fato na lei, outros não (não há dia legalmente errado para demitir alguém), mas o que isso mostra é que as trabalhadoras domésticas se apropriaram do discurso de direitos para determinar o que podem aceitar no local de trabalho.

Destacamos aqui alguns exemplos de ação de resistência às relações de trabalho desiguais e opressoras, fundamentadas numa noção de direitos, merecimento e cidadania. O primeiro é o caso de Élide, moradora de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que fez um relato, aos risos, sobre o não cumprimento do horário de chegada ao trabalho, na casa da patroa. Geralmente, o horário combinado é em torno de 7 ou 8 horas da manhã, o que exige que as trabalhadoras domésticas remuneradas saiam de Nova Iguaçu ainda de madrugada. Élide contou que, mesmo a patroa pedindo para chegar às 8 horas, ela chegava às 11 horas. E ainda assim, se houvesse questionamento por parte da patroa, ela retrucava, justificando o atraso com o horário da saída que sempre ultrapassava as oito horas diárias de trabalho: “Ah, meu amor! Se ela reclamar, eu digo logo que eu nunca saio no horário certo da casa dela. Como é que eu vou chegar às 7, 8 horas, se eu nunca saio no meu horário, no horário da lei?! Eu hein!”. Nessa narrativa fica explícito que a trabalhadora possui uma forma particular de interpretar a legislação ou o próprio direito acerca de sua carga horária de trabalho. Desse modo, ainda que não seja uma “perita” em trâmites legais/jurídicos, há uma noção mínima daquilo que está posto na “lei das domésticas” que, assim, respalda a trabalhadora de “burlar” e se esquivar de um tratamento por parte da patroa que não esteja em consonância com o que a vigente norma estabelece. São atos cotidianos e informais, como esse, que demonstram uma maneira peculiar de as trabalhadoras domésticas se auto defenderem, demandarem e colocar em prática aquilo que entendem como direitos.

Outro exemplo é a estratégia encontrada pelas trabalhadoras ao escolherem em quantas casas trabalhar por diária e selecionarem famílias com poucos membros. Isso representaria uma vontade de não se enquadrar em um sistema de domesticidade e exploração do trabalho, com famílias extensas, com altas demandas de organização, alimentação, limpeza, entre outros aspectos para serem executados por uma única trabalhadora doméstica. Embora, no pleito dos sindicatos, hajam questões específicas acerca da situação das diaristas e da sua falta de direitos (são consideradas autônomas, portanto, as disposições da Lei n.150 e seus atrelados benefícios sociais não se aplicam) podemos entender essas escolhas como uma forma de resistir e de garantir um trabalho digno e mais



valorizado, onde essas trabalhadoras acionam brechas permitidas pela lei. Esse é o caso de Rosa, que não trabalha para famílias com mais de duas pessoas porque acredita que assim vai trabalhar menos e poderá assumir outras faxinas, podendo receber outras diárias em um único dia de trabalho, “lucrando mais”.

Esses dois exemplos revelam a força dos arranjos informais no setor doméstico, assim como a complexidade das relações de poder e subalternidade entre patroa e empregada. Apesar das profundas assimetrias, existem (pequenas) margens de protesto por parte das trabalhadoras contra as regras por elas consideradas injustas e algumas tentativas claras de afirmar seu lugar de trabalhadora, negociar seus direitos e usar a lei como forma de obter condições mais favoráveis. Observamos, então, que a lei de 2015 permite um auto reconhecimento das domésticas como trabalhadoras, sustentando a percepção de cidadania e negociações individuais com seus empregadores. Mesmo quando não organizadas formalmente, as trabalhadoras domésticas utilizam táticas para enfrentar e contestar as relações de trabalho opressivas às quais são expostas. Elas buscam redefinir seus horários, diversificar os empregos para diminuir a relação de dependência e desafiam seus padrões se referindo diretamente a lei.

### **Educação legal popular e judicialização da política**

Como discutido acima, as trabalhadoras domésticas não sindicalizadas sabem, em geral, que existe uma lei e que elas têm direitos, mas muitas vezes não conhecem o conteúdo exato desses direitos. Os sindicatos tornam-se, então, o órgão principal para informar as empregadas e, muitas vezes, os empregadores também; são obrigados a informar sua categoria profissional e intermediar nos conflitos entre patrões e empregadas, e, antes da reforma trabalhista de 2017, ainda tinham obrigação de homologar rescisão de contratos. Isso tem por implicação fundamental conceder aos sindicatos de trabalhadoras domésticas o poder de fornecer informações corretas sobre a lei e os direitos. Os sindicatos têm, portanto, o papel fundamental de sanar dúvidas e orientar as trabalhadoras para que não se submetam às condições precarizadas de trabalho (Guimarães, 2016). De fato, uma das principais atividades da entidade consiste em fazer “cálculos” para a trabalhadora demitida, para que ela saiba exatamente o que é devido. Na maioria dos casos, os cálculos dos próprios sindicatos são usados contra os dos contadores dos empregadores, revelando uma certa margem de poder de barganha na aplicação da lei a favor das domésticas.

Os sindicatos produzem também boletins informativos, com o apoio de seus aliados (CUT, Contracs, organizações feministas e redes internacionais), que distribuem em transportes públicos, na entrada de condomínios ou dos prédios onde as domésticas trabalham. Nesses boletins, são destacadas as principais disposições da Lei n.150/2015, relembrando, sempre, o papel dos sindicatos na luta pelos direitos e a importância das trabalhadoras em se sindicalizarem. A lei se tornou o ponto principal da agenda nas reuniões mensais dos sindicatos, e as líderes sempre aproveitam essas oportunidades para esclarecer dúvidas e lembrar

à suas afiliadas os direitos que têm. Essa conscientização popular constitui um repertório de mobilização legal, comparável ao usado pelos movimentos feministas para disseminar o conhecimento jurídico em torno da violência de gênero (Santos, 2018). De fato, Themis, uma ONG feminista, apoiou ativamente a Fenatrad em seus esforços educacionais, desenvolvendo um aplicativo para celular chamado Laudelina – em referência à líder histórica Laudelina de Campos Mello – que fornece informações sobre a lei, encaminha as trabalhadoras para seus sindicatos e as ajuda a fazer seus “cálculos”.

Identificamos também usos estratégicos da lei que podem ser caracterizados como uma forma de “judicialização por baixo” (Sieder et al., 2005). Apesar das limitações da lei, ela garante alguns direitos fundamentais, como carteira assinada e acesso à previdência social. Como a maioria dos empregadores tenta não respeitar essas disposições, se aproveitando das dificuldades da fiscalização em domicílios privados, as trabalhadoras domésticas encontraram suas próprias brechas legais e estão cada vez mais usando litígios individuais contra os empregadores. Ao ativar esses mecanismos judiciais, elas conseguem fazer cumprir a lei e fazer com que seus direitos sejam respeitados no nível individual. Um estudo da Lalabee<sup>4</sup> e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo mostra que, em 2014, houve um aumento de 25% nas reclamações iniciadas por trabalhadoras domésticas contra seus empregadores, atingindo um total de 9.928 casos em 2014 comparado com 7.953 em 2013. Entre janeiro e junho de 2015, o TRT registrou 5.201 reclamações, em comparação com 4.587 em 2014 no mesmo período.

Os litígios são frequentemente o resultado de uma necessidade desesperada na ausência de mecanismos formalizados para resolver disputas laborais. Eunice, uma empregada doméstica não sindicalizada, fornece um exemplo disso. Ela veio ao sindicato porque seu empregador enviou uma carta alegando que ela havia parado de ir trabalhar, e que isso constituía motivo de demissão. Eunice afirma que um dia ela foi parada na entrada do prédio e foi impedida de acessar o apartamento que deveria limpar. Depois de alguns dias, ela recebeu uma carta de demissão. Com medo de perder o salário (já muito baixo), ela procurou o sindicato em busca de conselhos:

“A primeira vez que entrei em contato com o sindicato, eu nem sabia que havia um. Eu não sabia... Já passei por muitas situações, mas nunca fiz nada, nunca liguei para o sindicato antes. É a primeira vez que faço isso porque estava desesperada por causa dessa carta, não sabia mais o que fazer. Então saí procurando o sindicato, porque estava desesperada, não sabia se ia trabalhar ou não.” (*Eunice*, entrevista em São Paulo, em 12 de agosto de 2015)

O caso de Eunice mostra que o sindicato é um instrumento para acessar o poder judicial. Em um setor de atividade tão informal e desigual, privado de controles e fiscalização governamentais, os litígios individuais aparecem como um mecanismo para garantir direitos e manter um padrão mínimo de vida em caso de demissão.

Para muitas trabalhadoras domésticas, os litígios também são uma forma de reparação pela confiança quebrada com seu empregador (Vidal, 2003). Isso é ilustrado pelo caso de Cristina, líder do sindicato de Franca. Cristina começou a ter problemas com seu empregador depois de ter sofrido um acidente de trabalho. O empregador tentou a pressionar a pedir demissão, mas Cristina sabia que, se o fizesse, perderia todos os seus benefícios sociais; portanto, decidiu levar o caso ao tribunal do trabalho. Cristina afirma: “Entrei nesse processo não por causa do dinheiro, mas por causa da humilhação que sofri”. Para ela, tornou-se insuportável ser tratada “como sujeira”, depois de anos de bons e leais serviços ao empregador e justamente no momento em que ela estava tendo um problema de saúde. Mais do que as dificuldades financeiras, o que machucou Cristina é a falta de consideração da sua patroa. Para ela, o procedimento legal era a única maneira de combater essa injustiça: “a lei é a melhor proteção que as trabalhadoras domésticas têm, não podemos fazer justiça com nossas próprias mãos”. Implícito aqui está o diferencial no poder de barganha entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores, ao qual a lei fornece alguma forma de compensação.

Assim, podemos notar um crescente papel judicial dos sindicatos, aproximando nosso caso do que a literatura denominou de “judicialização por baixo”. Por um lado, esse processo de judicialização pode ser analisado criticamente como uma individualização dos direitos coletivos (Biehl, 2013), que impõe uma carga burocrática excessiva aos sindicatos já precários. De fato, os sindicatos de trabalhadoras domésticas estão tendo que compensar a falta de fiscalização por parte do Estado e preencher as lacunas da legislação com suas ações judiciais. Isso contribui para despolitizar os debates sobre direitos, tornando-se uma questão de regulamentação legal e não mais de cidadania.

Por outro lado, esse processo também pode ser visto como um sinal de maior consciência jurídica e política por parte das trabalhadoras; as trabalhadoras domésticas sabem que têm direitos e encontram maneiras de reivindicá-los e torná-los efetivos. Os litígios são instrumentos imperfeitos, mas contribuem para tornar a lei mais eficaz e podem produzir mudanças materiais concretas na vida dessas mulheres. Quando ganham um processo, além da compensação financeira, as trabalhadoras recebem também um reconhecimento público pelo seu trabalho e uma confirmação de que merecem ser tratadas de maneira digna. Portanto, a judicialização pode ser simultaneamente regulatória e emancipatória (Sieder, 2011), trazendo mais legitimidade e visibilidade às demandas das trabalhadoras domésticas.

### **A luta sindical e o efeito “empoderador” dos direitos**

Por fim, destacamos que a lei de 2015 teve um efeito emancipatório para as líderes sindicalistas, fortalecendo um processo de ativação da cidadania. Notamos um grande investimento por parte dos sindicatos em capacitação, formação política e cidadã de seus membros. Trata-se nesse caso de formar uma

“consciência de classe” e de valorizar politicamente o trabalho doméstico, demonstrando seu valor intrínseco para a sociedade. Os sindicatos produzem um discurso contra hegemônico sobre o trabalho doméstico como sendo a atividade que torna todas as outras atividades possíveis, o colocando assim não abaixo da pirâmide social, mas sim, no centro da sociedade e da economia. Como explica Lúcia Helena, presidenta do sindicato de Volta Redonda:

“O trabalho doméstico é o pior e o melhor de todos os trabalhos. Gera educação, saúde e bem-estar. Se o trabalho doméstico acabar, vai acabar todas as outras profissões. Todos precisam de uma trabalhadora doméstica; o médico, o professor, principalmente quando tem criança, eles precisam da trabalhadora doméstica para cuidar da casa, das crianças e da alimentação. Se o trabalho doméstico termina, o Brasil acaba. É um trabalho muito digno, que deveria ter muito valor, mas as pessoas não valorizam.” (*Lúcia Helena*, entrevista em Volta Redonda, em 2 de agosto de 2017)

Ressaltamos nesse processo a parceria com a OIT que desenvolveu dois programas de formação junto com a Fenatrad desde os anos 2000: o Trabalho Doméstico Cidadão (TDC) em 2005 e os módulos “Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas” em 2018. O TDC tinha o duplo objetivo de aumentar o nível de escolarização das trabalhadoras domésticas e promover a ampliação de seus direitos. De acordo com o *Guia Para Programas de Qualificação Para as Trabalhadoras Domésticas* da OIT (2011, p.9), o TDC foi um programa federal desenvolvido entre os anos de 2005 e 2007, no âmbito do Plano Setorial de Qualificação – Planseq – do Ministério do Trabalho e Emprego e em diálogo com as trabalhadoras domésticas remuneradas e suas organizações sindicais. As atividades do programa tiveram, ainda, o apoio das extintas Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério das Cidades (Mcidades), do Ministério da Previdência Social (MPS), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Secretaria Geral da Presidência da República.

Havia uma previsão de que as ações do TDC levassem a uma “qualificação social e profissional” das trabalhadoras domésticas, proporcionando a elas um aumento de escolaridade, como mencionado anteriormente, mas também atividades que agregassem um entendimento em políticas públicas, que pudessem gerar a consolidação da representação das trabalhadoras domésticas e um consequente avanço de condições da categoria. O programa foi a primeira política pública a contar com a participação de trabalhadoras domésticas remuneradas, que eram planejadoras e também o público-alvo das ações. Estima-se que mais de 300 trabalhadoras domésticas foram beneficiadas no Brasil, com as atividades realizadas em seis estados: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Possibilitou ainda a formação de novas líderes, como por exemplo a atual presidenta de Fenatrad, Luiza Batista, que foi recrutada através desse programa.

Para as trabalhadoras domésticas, esses espaços educativos do TDC se tornaram ambientes de reconhecimento e de valorização do trabalho realizado por elas e de descobrimento do poder e da coragem dentro de cada uma. Para Alves (2013) esse espaço era um lugar de expressão pessoal e possibilidade de consolidação do processo emancipatório, de autonomia e organização como categoria profissional das trabalhadoras, mas também como uma direção para assimilação de conhecimentos, socialização de informações, aprendizagens e saberes. Essa parceria foi essencial também para garantir que a Fenatrad tenha um espaço nas negociações em torno da Convenção 189. No início de 2009, quando o Brasil teve envolvimento direto nos processos de informação e negociação, as dirigentes domésticas já estavam capacitadas e preparadas para levar suas demandas à OIT.

Com objetivos similares, a OIT e a Fenatrad lançaram em 2018 os módulos “Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas”. Com parcerias e orçamento mais restritos, esses módulos visam promover a formação das dirigentes para que possam fortalecer seus sindicatos, recrutar e formar novas lideranças em nível local. Os seis módulos são: formação política para as trabalhadoras domésticas; legislação nacional e normas internacionais; organização, função e história dos sindicatos; condições de trabalho; planejamento e comunicação. Esse material é concebido como uma forma de alcançar e formar as trabalhadoras domésticas, promovendo rodas de conversas facilitadas pelas próprias dirigentes sindicalistas. Os módulos são uma ferramenta para criar um espaço de diálogo e troca de experiência, permitindo que as trabalhadoras sejam mais cientes dos seus direitos e mais ativas nos seus sindicatos. Trata-se assim de um processo de auto formação e de fortalecimento dos sindicatos, visando explicitamente o conhecimento da Convenção 189 e da Lei n.150/2015.

Tal como foi com o TDC, esses módulos de formação permitem, além de uma capacitação formal em direitos e atuação sindical, um processo de empoderamento das trabalhadoras domésticas. Usando a perspectiva fornecida por Hill Collins (2000), conceituamos o “empoderamento” como um processo de transformação das relações sociais de dominação, expressas através do resgate da autoestima (sentimento individual de confiança), da capacidade de produzir novos conhecimentos sobre si próprio ou sobre o seu grupo (trabalhadoras domésticas como trabalhadoras), além de um maior grau de autonomia e capacidade de ação (defesa dos direitos da categoria). De fato, vemos acontecer nesses processos de formação uma afirmação do lugar da trabalhadora doméstica na sociedade, uma valorização de seu trabalho, e uma maior capacidade de enfrentar situações de exploração com as ferramentas da luta coletiva oferecidas pelos sindicatos.

Resgatando suas próprias histórias de luta, as trabalhadoras valorizam seus conhecimentos e relembram os sucessos da categoria. Destaca-se, ainda, a legitimidade para atuar como formadoras, fortalecendo sua autoestima e confiança nas suas próprias capacidades. Os referidos programas de formação tornam as

trabalhadoras domésticas cidadãs ativas, sujeitos de direitos, em oposição à imagem tradicional da trabalhadora invisível e pouco qualificada, descendente de escravizada. A formação política e sindical permite redefinir o papel do trabalho doméstico na sociedade brasileira e empoderar as trabalhadoras a fim de lutar contra a exploração e opressão da categoria.

Nessa perspectiva de um efeito “empoderador” da luta pelos direitos, cabe destacar o Seminário “Trabalho Digno e Equidade de Direitos: Fortalecendo o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Domésticas para Fortalecer a Democracia”, realizado no final do mês de março de 2018, na sede do Sindoméstico Nova Iguaçu, com financiamento de um edital do Fundo Elas (*Building Movements* – Feminismos Contemporâneos). Nessa ocasião, as duas pesquisadoras participaram como colaboradoras, ajudando na elaboração do projeto, ainda na fase da seleção do edital.

Com o valor recebido pelo edital, o Sindoméstico Nova Iguaçu planejou e executou um seminário para as 30 participantes vindas do estado do Rio de Janeiro e de outros sindicatos do Brasil. O mote principal do evento foi o intercâmbio com duas funcionárias terceirizadas do setor de limpeza da London School of Economics (local onde uma das pesquisadoras estava, na época, realizando sua tese): Mildred Simpson e Beverley Williams, do sindicato Vozes Unidas do Mundo (*United Voices of the World*), imigrantes jamaicanas, que compartilharam suas histórias de trabalho e de luta. O evento contou ainda com o apoio e presença de representantes do projeto UFF – Limpeza Total,<sup>5</sup> da Rede Criola, CUT Mulheres, e da deputada federal Benedita da Silva. Ao longo de três dias, houve dinâmicas promovidas pela Rede Criola e atividades junto a CUT Mulheres – RJ, oficinas de oratória, apresentação do Aplicativo Laudelina por uma representante da ONG Themis, finalizando com uma atividade de planejamento das ações dos sindicatos, com o apoio da CUT.

A discussão do seminário foi pautada pela luta de coletivos de mulheres negras pela efetivação de seus direitos. O direito ao salário decente, a uma vida livre de violência, a ocupar os espaços públicos e políticos, foi colocado com força em um contexto de retrocessos organizados por um governo interino considerado como ilegítimo. Esse seminário mostra a importância dos direitos como vocabulário e como plataforma comum de ação, especialmente em um contexto de golpe e ataques neoliberais aos trabalhadores. Os direitos estão interligados às concepções de democracia e cidadania, como refletido no próprio título do evento, e nesse sentido, as tentativas do governo de diminuir a proteção dos trabalhadores são entendidas como um enfraquecimento da democracia. Direitos iguais são colocados como condição e expressão do Estado democrático. Portanto, a luta por direitos iguais e “trabalho decente” se torna uma luta por justiça social e democracia. As trabalhadoras domésticas situam sua luta num contexto mais amplo de luta contra o golpe, afirmando seu status de cidadãs e sua relevância no espaço dos movimentos sociais e do sindicalismo.

## Considerações finais

A partir das questões levantadas nesse texto, acreditamos que a prática cotidiana da resistência e a busca pela equidade de direitos sejam importantes estratégias por parte das trabalhadoras domésticas, sejam elas sindicalizadas ou não. Em se tratando das trabalhadoras não afiliadas aos sindicatos, é possível afirmar que possuem uma percepção crítica para a não efetivação dos direitos e, através de práticas de resistências cotidianas e informais vão se esquivando das opressões e demandando uma maior equidade de direitos no tratamento a elas dedicado pelas famílias empregadoras e no alcance de uma real cidadania. Embora não possuam o conhecimento técnico das leis, as trabalhadoras entrevistadas demonstram ter uma concepção própria do que são os seus direitos e afirmam, com força, ter o direito de ser tratadas com dignidade. Isso aparece na noção por elas expressa de “merecimento” e nas estratégias e tentativas de retomar um certo poder nas suas relações com os empregadores.

No caso das trabalhadoras sindicalizadas, por meio de instituições formais de luta por direitos, são acionadas legislações e demandas específicas para uma melhoria de sua ocupação e pela diminuição de opressões e desigualdades. Os sindicatos investiram no que se pode caracterizar como “educação legal popular”, com o objetivo de informar e conscientizar a categoria sobre os seus direitos. Frente as deficiências da ação pública e falta de fiscalização por parte do Estado, as trabalhadoras domésticas se encontram responsáveis pela boa aplicação da lei e a efetivação de seus direitos. Por meio dos encontros e eventos realizados em dimensões nacionais, regionais e internacionais, essas mulheres vão se apropriando de um conhecimento que as empodera e torna conscientes de que são sujeitos de direitos e cidadãs acima de tudo, desenvolvendo práticas de resistências contra um severo quadro de disparidades e desigualdades. Essas mulheres trabalhadoras vão também elaborando uma nova forma de existência, forjando assim uma “re-existência” (Bernadino-Costa, 2007), reelaborando os significados de suas vivências e trajetórias enquanto pessoas, quando finalmente se sentem “que nem gente”.

Sugerimos, portanto, que os direitos são um repertório de ação coletiva importante, embora tenham limites e ambivalências. Não tivemos o espaço para discutir em detalhes os problemas levantados pela Lei n.150 de 2015, escolhendo analisar aqui os usos que são feitos dessa legislação pelas próprias trabalhadoras. Esperamos contribuir com esse estudo aos ricos debates sobre direitos, mobilizações legais e resistências, demonstrando a relevância que o campo legal/jurídico pode ter para os movimentos sociais e os grupos marginalizados. Os direitos se tornam um vocabulário, uma prática cotidiana e um instrumento possível de emancipação para as trabalhadoras domésticas com quem convivemos durante esses últimos anos. Esse exemplo nos instiga a pensar os direitos para além de quadros normativos ou de preocupações com “eficiência”, como uma ferramenta necessária aos imaginários políticos e formas de se organizar dentro do Estado democrático.

## Notas

- 1 O início do movimento organizado é em geral datado à criação da primeira associação de trabalhadoras domésticas pela militante Laudelina de Campos Mello em 1936, na cidade de Santos. Para mais detalhes sobre a história do movimento e as conquistas legislativas ver por exemplo Bernardino-Costa (2015) e Kofes (2001).
- 2 Para uma análise da luta em torno da Convenção 189, suas origens e repercussões no Brasil, ver Acciari (2019).
- 3 Em janeiro de 2012, a matéria da Revista *Época*, com o título “Por que a empregada sumiu?”, tornou pública a hipótese de que a trabalhadora doméstica remunerada desapareceria e que essa alteração seria difícil para muitas famílias brasileiras.
- 4 Lalabee Domésticas é um aplicativo destinado às trabalhadoras domésticas e aos seus empregadores, para que possam acessar, de forma rápida e objetiva, informações sobre o serviço e ter um controle maior sobre as horas gastas nos turnos de trabalho.
- 5 Projeto de educação popular para trabalhadores da limpeza terceirizados da Universidade Federal Fluminense – UFF.

## Referências

ABU-LUGHOD, L. Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist*, v.104, n.3, p.783-90, 2002.

ACCIARI, L. *Paradoxes of subaltern politics: Brazilian domestic workers' mobilisations to become workers and decolonise labour*. London, 2018. Tese (PhD) – The London School of Economics and Political Science. London, 2018.

\_\_\_\_\_. Decolonising labour, reclaiming subaltern epistemologies: Brazilian domestic workers and the international struggle for labour rights. *Contexto Internacional*, v.41, n.1, p.39-63, 2019.

ALVES, F. E. *De escrava a cidadã: educação, trabalho e emancipação das trabalhadoras domésticas*. Salvador, 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

BERNARDINO-COSTA, J. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Brasília, 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: UnB, 2015.

BIEHL, J. The judicialization of biopolitics: Claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts. *American Ethnologist*, v.40, n.3, p.419-43, 2013.

BRADSHAW, S. Is the rights focus the right focus? Nicaraguan responses to the rights agenda. *Third World Quarterly*, v.27, n.7, p.1329-41, 2006.

BROWN, W. Suffering Rights as Paradoxes. *Constellations*, v.7, n.2, p.208-29, 2000.

COLLINS, D. et al. New Directions in Feminism and Human Rights. *International Feminist Journal of Politics*, v.12, n.3-4, p.298-318, 2010.



- CORNWALL, A.; MOLYNEUX, M. The Politics of Rights: Dilemmas for Feminist Praxis: An Introduction. *Third World Quarterly*, v.27, n.7, p.1175-91, 2006.
- CORNWALL, A. et al. *Development with a Body*. Sexuality, Human Rights and Development. London: Zed Books, 2008.
- CORRÊA, S. A categoria mulher não serve mais para a luta feminista. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.13, n.24, p.215-25, 2016.
- COUSO, J. et al. *Cultures of Legality*: Judicialization and Political Activism in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- DANTAS, L. M. S. *As domésticas vão acabar?* Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Porto Alegre, 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- DIEESE. O Emprego Doméstico no Brasil. *Estudos e Pesquisas*, n.68, p.1-27, 2013.
- \_\_\_\_\_. Trabalho Doméstico Remunerado - Síntese De Resultados Apurados Em 2016 – Sped (Abril/2017). *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*, 2017, p.1-10.
- DOMINGO, P. Ciudadanía, derechos y justicia en América Latina: Ciudadanización-judicialización de la política. *Revista CIDOB, Los Retos de América Latina en un Mundo en Cambio*, n.85/86, p.33-52, maio 2009.
- ÉPOCA. Por que a empregada sumiu. São Paulo, Globo. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/por-que-empregada-sumiu.html>>. Acesso em: 28 dez. 2016.
- GIDEON, J. Accessing economic and social rights under neoliberalism: gender and rights in Chile. *Third World Quarterly*, v.27, n.7, p.1269-83, 2006.
- GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - ANPOCS*, p.223-44, 1984.
- GREWAL, I. Women's Rights as Human Rights: The Transnational Production of the Global Feminist Subject. In: GREWAL, I. (Ed.) *Transnational America: Feminisms, Diasporas, Neoliberalism*. Durham: Duke University Press, 2005. p.121-57.
- GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, n.46. Dossiê Gênero e Cuidado, p.59-77, jan.-abr. 2016.
- HILL COLLINS, P. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2 ed. New York: Routledge, 2000.
- KABEER, N. Globalization, labor standards, and women's rights: dilemmas of collective (in)action in an interdependent world. *Feminist Economics*, v.10, n.1, p.3-35, 2004.
- KOFES, S. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- MACKINNON, C. A. Rape, Genocide, and Women's Human Rights. *Harvard Women's Law Journal*, n.17, p.5-17, 1994.
- MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n.30, p.61-88, 1988.

- OLIVEIRA, L. R. C. de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- OIT. *Guia para programas de qualificação para as trabalhadoras domésticas*, Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho. Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos*. Novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed\\_protect/protrav/travail/documents/publication/wcms\\_169517.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_protect/protrav/travail/documents/publication/wcms_169517.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- PINTO, T. de O. “*Eu tinha uma certa liberdade*”: famílias, direitos e dispositivos de resistência de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu – RJ. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.
- PITANGUY, J. Bridging the Local and the Global: Feminism in Brazil and the International Human Rights Agenda. *Social Research*, v.69, n.3, p.805-20, 2002.
- SANTOS, C. M. Mobilizing Women’s Human Rights: What/ Whose Knowledge Counts for Transnational Legal Mobilization? *Journal of Human Rights Practice*, v.10, p.191-211, 2018.
- SARDENBERG, C. M. B. Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women’s Empowerment. *IDS Bulletin*, v.39, n.6, p.18-27, 2008.
- SIEDER, R. ‘Emancipation’ or ‘regulation’? Law, globalization and indigenous peoples’ rights in post-war Guatemala. *Economy and Society*, v.40, n.2, p.239-65, 2011.
- SIEDER, R. et al. *The Judicialization of Politics in Latin America*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- SOUSA-SANTOS, B.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. S. A. *Law And Globalization From Below: Towards A Cosmopolitan Legality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SPIVAK, G. C. *Outside in the teaching machine*. New York: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. Righting wrongs. In: OWEN, N. (Ed.) *Human Rights, Human Wrongs*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p.168-227.
- VIANNA, A. *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.
- VIDAL, D. A linguagem do respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.46, n.2, p.265-87, 2003.
- RESUMO* – Formas de contestação das trabalhadoras domésticas contra a desvalorização do seu trabalho serão foco de análise do artigo, indo das negociações informais com os empregadores até a mobilização sindical. Demonstraremos que a luta principal dessas trabalhadoras gira em torno do reconhecimento e do valor do seu trabalho. Para tanto, as trabalhadoras propõem uma redefinição do conceito de trabalho, desafiando a dicotomia produtivo/improdutivo, buscando alcançar mais dignidade num setor marcado pela desigualdade e exploração. Ademais, os sindicatos desenvolvem estratégias cole-

tivas pela efetivação da Lei n.150/2015, que garante direitos trabalhistas à categoria, se apoiando no discurso de “trabalho decente” da OIT e nas parcerias com outros movimentos sociais. Concluímos que a plena inclusão do trabalho de cuidado e reprodutivo na concepção de “trabalho” é indispensável para garantir dignidade e igualdade de direitos.

*PALAVRAS CHAVES:* Trabalho doméstico, Direitos, Mobilizações legais, Sindicatos.

*ABSTRACT* – This article focuses on the different ways domestic workers contest the devaluation of their work, ranging from informal negotiations with employers to union mobilization. We demonstrate that the main struggle of these workers revolves around the recognition and value of their work. To this end, domestic workers propose a redefinition of the concept of work that challenges the productive/unproductive dichotomy. They seek more dignity in a sector marked by inequality and exploitation. In addition, the unions have developed collective strategies for the implementation of Law n.150/2015, which guarantees labor rights for domestic workers, in keeping with the ILO’s “decent work” discourse and their partnerships with other social movements. We conclude that the full inclusion of care and reproductive work in the concept of “work” is indispensable to ensure dignity and equal rights in this sector.

*KEYWORDS:* Domestic work, Rights, Legal mobilizations, Labor unions.

*Louisa Acciari* é doutora em Estudos de Gênero pela London School of Economics and Political Science (LSE), mestre e graduada em Ciência Política pela Sciences Po Paris. Pós-doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro em Sociologia, e é pesquisadora associada do Departamento de Estudos de Gênero da LSE.

@ – [louisa.acciari1@gmail.com](mailto:louisa.acciari1@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0002-2335-7948>

*Tatiane de Oliveira Pinto* é doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (RJ), mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, e graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É professora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

@ – [oliveira.tatianede@gmail.com](mailto:oliveira.tatianede@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597>

Recebido em 10.12.2019 e aceito em 14.2.2020.

<sup>1</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>2</sup> Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.



# Trabalho e cuidado no Direito: perspectivas de sindicatos e movimentos feministas

REGINA STELA CORRÊA VIEIRA<sup>1</sup>

## Introdução

O TRATAMENTO jurídico dado ao cuidado no Brasil e as políticas públicas voltadas à socialização das atividades de reprodução social ficam aquém das demandas sociais,<sup>1</sup> reproduzindo e nutrindo a desigualdade de gênero no país. Seja tomado em sua acepção mais estrita – enquanto atividade de cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes –, seja como um conceito amplo, que cobre várias dimensões da vida social – desde “práticas, atitudes e valores relacionados com o afeto, o amor e a compaixão nas relações intersubjetivas”, até as ações do Estado e as políticas públicas voltadas aos segmentos da população tidos como dependentes (Hirata; Debert, 2016, p.7) –, o cuidado tem sido destacado por diversas vertentes teóricas como variável central para os estudos de gênero.

A teoria feminista (Fisher; Tronto, 1990; Molinier et al., 2009; Fraser, 2016) e a sociologia do trabalho, do gênero e das emoções (Hochschild, 2003; Hirata; Guimarães, 2012; Abreu et al., 2016) trazem grandes contribuições com pesquisas voltadas à divisão sexual do trabalho e às formas de exercício das atividades relacionadas ao cuidado (ou *care*) pelas mulheres, enquanto a economia feminista (Carrasco, 2011; Federici, 2012; Folbre, 2003), discute a invisibilidade do trabalho de cuidado e a necessidade do reconhecimento de seu papel central para a manutenção das condições de vida.

Tendo como enfoque o trabalho, essas diversas áreas do conhecimento têm-se debruçado para compreender e identificar as barreiras para as mulheres se estabelecerem como socialmente iguais, uma vez que no sistema capitalista o cuidado é uma atividade desvalorizada – e, por vezes, nem mesmo considerada “trabalho” –, cujo fardo recai quase que exclusivamente sobre as mulheres. Ademais, colocam em xeque paradigmas científicos universais, recorrendo à perspectiva de gênero para demonstrar que modelos supostamente assexuados partem, em verdade, de estereótipos masculinos (Hirata; Kergoat, 2008, p.44).

Na esfera jurídica, a igualdade perante a lei e seus desdobramentos legislativos e jurisprudenciais têm como paradigma a Constituição de 1988, mas ainda com resistência e sem efeitos práticos esperados por parte dos juristas. Em

âmbito trabalhista, os artigos da CLT evidentemente sexistas foram revogados a partir de 1989<sup>2</sup> e normas de não discriminação foram gradativamente promulgadas, incluindo a proibição de revistas íntimas e de pedido de exame de gravidez para contratação ou permanência no emprego (Lei n.9.799/1999).

Entretanto, não há apenas uma distância abissal entre prescrição normativa e sua efetividade em termos do combate à discriminação de gênero no trabalho, como essa mesma é reforçada por padrões sexistas nele arraigadas. Nesse sentido, reconhecendo o papel do direito na dominação social, o modo como o cuidado é positivado ou excluído das normas trabalhistas tem influência na reprodução da opressão de gênero – e de raça – no Brasil. Contraditoriamente, porém, o direito é também campo relevante para as lutas sociais (Melo, 2015, p.770), cujas reivindicações muitas vezes estão articuladas em torno da linguagem dos direitos.

Diante disso, o presente artigo propõe uma análise do trabalho e do cuidado no direito, mas considerando o modo como ambos são tratados por movimentos que estão no centro dos debates sobre cuidado no Brasil: organizações trabalhadoras do cuidado e movimentos feministas. Justifica-se essa escolha pela importância dos movimentos de mulheres no país, que desde o final dos anos 1970 reivindicam o reconhecimento e a socialização do trabalho doméstico, inclusive com papel de destaque em momentos cruciais da organização jurídica do país, como a Assembleia Nacional Constituinte (Teles, 1999).

Assim, tomo como ponto de partida a seguinte pergunta: como o direito do trabalho é articulado nas reivindicações de movimentos feministas e organizações de trabalhadoras que têm em suas pautas questões relativas ao trabalho de cuidado? Minha hipótese é de que o direito do trabalho, nos moldes tradicionais, não é um instrumento que responde às demandas desses grupos, representando muito mais um limitador que um impulsionador da igualdade almejada por elas.

Vale ressaltar que este artigo é fruto de um trabalho mais amplo, no qual desenvolvo uma crítica à noção de trabalho que alicerça o direito do trabalho brasileiro, colocando em teste o próprio escopo da disciplina (Vieira, 2018). Logo, a análise aqui proposta está circunscrita a tal contexto, tratando-se de uma das frentes da pesquisa de doutorado intitulada “O trabalho como cuidado: uma interpelação do direito do trabalho a partir da perspectiva de gênero”, defendida em 2018 na Universidade de São Paulo.<sup>3</sup> A proposta a ser desenvolvida aqui, porém, não irá se aprofundar na teoria do direito do trabalho, tampouco pormenorizar debates jurídicos sobre institutos trabalhistas. Pelo contrário, o esforço é no sentido refletir sobre possibilidades de o direito melhor responder às demandas sociais, dando voz às trabalhadoras do cuidado e às feministas organizadas.

Em termos metodológicos (Goldenberg, 2004), com respaldo na *feminist standpoint theory* (Harding, 2004), foram realizadas 10 entrevistas, entre 2016 e 2018, com integrantes de organizações sindicais de trabalhadoras domésticas ou cuidadoras e de movimentos de mulheres.<sup>4</sup> Complementarmente, pesquisas

bibliográfica e documental auxiliaram na análise das entrevistas, que em parte será apresentada com um breve panorama sobre o processo legislativo e a promulgação de leis sobre trabalho doméstico e de cuidado no Brasil.

### **Percepções sobre o tratamento jurídico do cuidado no Brasil**

Com enfoque no trabalho de cuidado remunerado, importante elucidar que seu tratamento jurídico no Brasil tem relação direta com a peculiar realidade nacional da provisão de cuidado, por confluência de fatores históricos, territoriais e socioeconômicos. Destaco, primeiramente, que diferentemente da Europa e da América do Norte, a provisão de cuidado público no país nunca foi universal, de modo que a grande maioria das mulheres depende de redes de apoio ou paga outras mulheres para assumirem o trabalho de cuidado a elas designado socialmente. Além disso, as trabalhadoras do cuidado são identificadas, em sua maioria, como trabalhadoras domésticas em sentido amplo, responsáveis por tarefas que vão da faxina ao cuidado de crianças e idosos, o que demonstra “escasso reconhecimento institucional de que gozam essas profissionais” (Guimarães et al., 2012, p.87).

Para se ter dimensão da expressividade dessa atividade, no Brasil há 6,3 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 5,8 milhões são mulheres (IBGE, 2018a, p.26). A raça também é marcante nessa profissão, pois 65,9% das pessoas nela ocupadas são pretas ou pardas, nos termos do IBGE (2018a, p.27). Curioso destacar que uma categoria composta majoritariamente de mulheres negras é também a que possui menor rendimento médio do país, de R\$ 832,00, abaixo inclusive do salário mínimo (IBGE, 2018a, p.23). Os baixos rendimentos têm relação com o fato de o trabalho doméstico ser a atividade com maiores índices de informalidade, chegando a 70,1% do total (IBGE, 2018a, p.44).

O marco da segregação jurídica do trabalho doméstico no Brasil<sup>5</sup> é a CLT, promulgada em 1943, que em seu artigo 7º determinou que os direitos ali previstos não se aplicariam “aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (Brasil, 1943). A comissão responsável pela organização da CLT justificou essa exclusão alegando que o trabalho doméstico seria diferente das demais formas de prestação de serviço, pois “a vida familiar apresenta aspectos de nenhuma similaridade com as atividades econômicas em geral” (Monteiro et. al., 1943, p.3).

Por conta dessa escolha, as trabalhadoras domésticas permaneceram três décadas em um constrangedor limbo jurídico (Delgado, 2017, p.380), que foi alterado pela edição da Lei n.5.859, de 1972. Na prática, essa lei formalizou um tratamento inferior à categoria em relação aos demais trabalhadores, negando garantias como salário mínimo, o descanso semanal remunerado e fundo de garantia por tempo de serviço. Essa realidade se manteve com poucas alterações<sup>6</sup> até a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, na qual as demandas do movimento de trabalhadoras domésticas por ampliação de direitos ganharam corpo.

O pleito inicialmente levado à Constituinte, tanto pelo movimento de mulheres (CNDM, 1987) quanto pelo movimento negro (Santos, 2015, p.126), era de equiparação de direitos, de modo que a CLT passasse a ser aplicada também às trabalhadoras domésticas. Com a mobilização intensa e cerca de 300 representantes da categoria ali presentes (Santos, 2010, p.4), elas conseguiram espaço em audiências públicas. Ainda assim, a tramitação da proposta foi árdua, sendo necessárias várias rodadas de negociação para se chegar a uma redação final: o trabalho doméstico não foi equiparado ao trabalho urbano e rural na Constituição de 1988, mas foi criado o parágrafo único em seu artigo 7º, no qual foram estendidos alguns dos direitos trabalhistas à categoria.<sup>7</sup> Assim, salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias remuneradas e licença-maternidade passaram a ser garantidos às trabalhadoras domésticas.

Apesar do significativo avanço, as trabalhadoras domésticas permaneceram sendo juridicamente tratadas como categoria apartada e com menos direitos. Por isso, a mobilização das trabalhadoras domésticas não cessou ao longo da década de 1990, tendo conquistado avanços como fundo de garantia por tempo de serviço facultativo (Lei n.10.208/2001), descanso remunerado nos feriados, estabilidade para gestante e vedação de descontos salariais por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia (Lei n.11.324/2006).

Em 2008, a criação de dois grupos de trabalho para discutir mudanças nas normas nacionais e internacionais sobre trabalho doméstico (Godinho, 2018), no governo Lula (2003-2010), foi crucial<sup>8</sup> nos avanços jurídicos mais marcantes para a categoria na década posterior: a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho, de 2011, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo n.172/2017; e a Emenda Constitucional 72, de 2 de abril de 2013.

Os debates em torno desta última, conhecida como “PEC das Domésticas”, tinham como interlocutores o governo, os sindicatos e a federação das trabalhadoras domésticas, bem como parlamentares, com destaque para Benedita da Silva (Godinho, 2018). A proposta de redação inicial da PEC era de revogação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição, de maneira a “estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais”, nos termos do projeto apresentado à Câmara dos Deputados.

No entanto, o texto final da EC 72/2013, negociado com o Congresso, não revogou nenhum dispositivo constitucional, mas estendeu às trabalhadoras domésticas 16 novos direitos por meio de inserção de incisos nesse mesmo parágrafo único, alguns com efeito imediato e outros dependentes de regulamentação legal (Delgado, 2017, p.423). Na avaliação de Maria Betânia Ávila (2016, p.139), a regulamentação da jornada de trabalho para o trabalho doméstico, por exemplo, constituiu “uma nova ruptura com a herança escravista de um tempo de trabalho remunerado sem determinação de horário para começar nem para terminar”.



A fim de regulamentar a EC 72/2013, foi redigido, por Comissão Mista destinada a tal propósito, projeto de lei que viria a ser aprovado como Lei Complementar n.150, de 2015. Ela regulou amplamente o contrato de trabalho doméstico no direito brasileiro, revogando a Lei n.5.859/1972 e prevendo aplicação subsidiária da CLT às trabalhadoras domésticas, mas não foi bem aceita pela categoria, porque incluiu diversas concessões aos empregadores e, novamente, reduziu garantias trabalhistas. Exemplificam essa problemática previsões como o “banco de horas doméstico”, o regime 12 por 36 para a categoria e o reconhecimento do vínculo empregatício apenas para trabalhadoras que prestam serviços “por mais de dois dias por semana”, excluindo da lei as chamadas “diaristas”.

A esse respeito, Creuza Oliveira (2016), da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), disse que ela e as demais integrantes da organização não viam sentido no fato de terem conquistado um direito que, posteriormente, precisou ser regulamentado e limitado. Nas suas palavras:

“[...] pegaram uma comissão de regulamentação cheia de macho, não tinha uma mulher, e é uma comissão que não entende, e não quer entender de trabalho doméstico. [...] Essa Lei Complementar 150/2015 tem artigos que são inconstitucionais, como, por exemplo, o banco de horas que só pode acontecer se houver sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores para negociar. Então continua o banco de horas para não pagar horas-extras. Tem também a empregada viajante, que a trabalhadora viaja com o patrão e só recebe 20% a mais do salário, sendo que ela está à disposição e não recebe horas-extras e nem adicional noturno. Tem a trabalhadora diarista, como criaram essa modalidade para poder continuar tendo trabalhadora doméstica em suas casas sem se responsabilizar em assinar a carteira de trabalho. Isso fez com que esse trabalho, que já era precarizado e terceirizado, continuasse dessa forma.” (Oliveira, 2016)

Por isso, quando perguntada sobre suas percepções em relação ao tratamento jurídico do trabalho doméstico após a aprovação da Lei Complementar n.150/2015, Creuza afirmou que a Fenatrad continua lutando pela “equiparação de fato” (Oliveira, 2016). De forma similar, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, Silvia Santos (2017), declarou que a reivindicação do sindicato é pela equiparação da categoria e pela efetivação dos direitos conquistados em 2013 (Santos, 2017). Para Silvia, “o importante mesmo que veio foi o FGTS, essa parte de seguro desemprego, que ajuda, mas ainda têm coisas necessárias para se equiparar com as outras profissões” (Santos, 2017).

Portanto, a principal crítica das trabalhadoras domésticas organizadas em relação à atual regulação de sua profissão deriva da percepção de que o trabalho doméstico ainda não é visto como um trabalho de igual valor – não merecendo iguais direitos – em comparação às demais atividades econômicas. Ainda assim, as garantias do contrato de trabalho são centrais em discursos como o de Silvia, justificado com o seguinte exemplo: “eu vejo minha mãe, ela trabalhou quarenta

anos com a mesma família e voltou para casa, com uma mão na frente e outra atrás, andando, porque ela não tinha dinheiro nem para a passagem” (Santos, 2017).

### **Cuidado como direito das mulheres**

No que tange o tratamento do cuidado nas pautas dos grupos entrevistados, ficou claro nas falas das interlocutoras que as organizações profissionais de empregadas domésticas, a federação de enfermeiras e associação de cuidadoras de idosos têm como prioritárias, em sua agenda política, reivindicações que envolvem o reconhecimento e garantias de direitos para as categorias, enquanto as organizações feministas demonstram preocupações que englobam, de modo mais claro, os debates sobre opressão de gênero e divisão sexual do trabalho (Vieira, 2018).

Nas entrevistas sobressaiu certa separação entre a luta por direitos trabalhistas e por direitos das mulheres. Foi observado que, na percepção da maioria delas, o direito do trabalho é entendido como assegurador do contrato de trabalho e das garantias a ele vinculadas, como previdência social e seguro desemprego. Assim, em especial no âmbito das organizações profissionais, por mais que a opressão de gênero, de raça, de orientação sexual etc. sejam uma preocupação, parecem apartadas dos debates trabalhistas (Vieira, 2018).

Cruza Oliveira (2016), por exemplo, considera que as demandas da Fenatrad abarcam diversas esferas, dentre as quais estão inseridas “também” reivindicações por escolas e creches, distinguindo as pautas relacionadas ao cuidado das pautas da organização que dizem respeito a direitos trabalhistas para a categoria. Em suas palavras:

“Eu sempre coloco que a luta das trabalhadoras domésticas não é só por reposição salarial, por data base, até porque a gente não tem data base. A nossa luta é mais ampla, pelo fato de nós sermos mulheres e sermos negra. [...] Então a gente luta também pela questão da educação, luta por creche, porque nós sabemos a importância de creches em período integral para que as mulheres possam trabalhar com segurança. A gente pode até dizer que a luta pelos direitos trabalhistas é nossa principal bandeira, mas existem diversas outras bandeiras.” (Oliveira, 2016).

De forma ainda mais explícita, a presidenta da Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo, Lídia Nadir Giorge, faz uma divisão entre reivindicações trabalhistas e de mulheres. Para ela, “as cuidadoras sempre foram as mulheres”, o que significa que “para as cuidadoras serem cuidadoras de outras pessoas, elas largam as famílias delas aos cuidados dos vizinhos e dos amigos”. Partindo disso, porém, ela afirma que a luta da associação se restringe à regulação da profissão de cuidadora e cuidador<sup>9</sup> e garantir a profissionalização, pois “a gente precisa ter uma profissão mais humana” (Giorge, 2017).

No caso da Federação Nacional dos Enfermeiros, Solange Aparecida Caetano (2017) deixou claro que as principais reivindicações da organização são a

regulamentação da jornada de 30 horas semanais e o piso salarial nacional para a categoria, medidas que visam à valorização da enfermagem no país. Como complementares, ela elenca pautas relativas à “saúde da mulher”, que incluem a inserção de “cláusulas nas convenções coletivas para dispensa da profissional pelo menos uma vez ou duas a cada seis meses para exames preventivos de câncer de útero e de mama”, bem como a preocupação com o trabalho das gestantes em local insalubre e combate ao assédio moral (Caetano, 2017).

Durante a entrevista, Solange problematizou “o fato de as mulheres não terem creche para deixar os seus filhos, apesar de receberem auxílio creche, em muitos lugares o valor recebido não é o suficiente para colocar suas crianças em creches decentes”, considerando o direito à guarda de filhas e filhos como “direito das mulheres”. A esse respeito, ela afirmou haver uma resistência grande entre os sindicatos patronais que negociam com os profissionais da enfermagem “em relação a ampliar o que é direito das mulheres” (Caetano, 2017).

A coordenadora da Marcha das Margaridas, Alessandra Lunas (2017), explicou as especificidades do trabalho no campo, onde muitas vezes todos os integrantes da família trabalham mas só o homem recebe o salário, o que motiva reivindicações pela contratação das esposas e dos filhos desse trabalhador. Com relação à luta por creches, ela aparece apartada do debate de direitos trabalhistas das mulheres do campo. Segundo Alessandra, “a gente tem trazido a questão do cuidado, a luta pelas creches rurais”, porque “autonomia dessas mulheres ainda é muito comprometida no campo, e isso tem a ver com criar estratégias para a gente discutir com essas mulheres os seus direitos, principalmente o de uma vida mais digna” (Lunas, 2017).

Nalu Faria, integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF), entende as creches como uma “reivindicação feminista”, não devendo ser interpretadas somente como direito à educação da criança, já que a sua provisão reduz os encargos das mulheres de cuidar de filhas e filhos, independente se elas estão ou não inseridas no mercado de trabalho. Para ela, a pauta do cuidado passa pela socialização desse tipo de trabalho, “que tem que ser assumido pelo Estado”, mas também por “uma dimensão mais geral de como a sociedade tem que se organizar e criar outras alternativas para a dimensão do trabalho” (Faria, 2017).

Na fala de Maria Betânia Ávila, integrante do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, também surgiu certa distinção entre o que são reivindicações trabalhistas e o que são reivindicações por direitos das mulheres. Em suas palavras:

“A gente defende os direitos trabalhistas não só ligados às categorias domésticas remuneradas, não. A gente defende mais amplamente não só a questão das trabalhadoras urbanas, mas também das trabalhadoras rurais, temas como direito à terra, direito ao crédito, a questão das jornadas de trabalho. A questão da creche é uma luta mais localizada com os movimen-

tos de mulheres populares. A gente tem trabalhado muito com a questão das creches, na medida em que a luta pelas creches é muito importante nos níveis locais.” (Ávila, 2017)

Por conseguinte, revela-se que para as interlocutoras, as pautas relacionadas ao cuidado e as pautas de direitos trabalhistas, ainda que dialoguem, não integram o mesmo campo de reivindicação. Ainda que cuidado seja trabalho, sua identificação pelos movimentos como na seara dos direitos das mulheres, seja por estratégia ou não, já lança luz sobre algumas limitações do direito do trabalho em face do cuidado, que serão aprofundadas no próximo item.

### **O direito do trabalho como ferramenta incompleta**

As entrevistas indicam uma compreensão do direito como ferramenta para avançar na melhoria da vida das mulheres trabalhadoras, mas fica evidente que, para as interlocutoras, ele não é uma resposta em si, deixando muito a desejar (Vieira, 2018, p.183). Isso se reflete na seguinte fala de Creuza Oliveira (2016):

“A mulher que trabalha durante o dia e estuda a noite, muitas vezes tem que abrir mão do estudo, porque não tem creche nas universidades onde ela possa deixar seus filhos. [...] As domésticas, que saem para trabalhar e quase não tem creche onde deixar seus filhos. São várias as situações em que a legislação não protege as mulheres e o Estado não garante políticas públicas para a população, especialmente para as mulheres, de serviços públicos.”

Na percepção de Eliete Silva (2017), do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região, a resposta legal para o trabalho doméstico acabou trazendo piora nas condições de trabalho das mulheres. Segundo seu relato, o sindicato passou a receber um número crescente de trabalhadoras domésticas na informalidade e com cargas mais altas de trabalho depois da promulgação da Lei Complementar n.150/2015 (Silva, 2017).

Mesmo acreditando que os avanços na lei trabalhista “ajudaram muito” as trabalhadoras domésticas, Silvia Santos (2017), do sindicato de São Paulo, confirma que a situação está longe do ideal e que há obstáculos para que os direitos da categoria sejam efetivados. Em suas palavras, “os patrões ainda não entendem direito e não aceitam; os funcionários não sabem se impor para cobrar seus direitos; muitos não têm a informação. Falta muito para equiparar a outras áreas” (Santos, 2017).

Na perspectiva das enfermeiras, apresentada por Solange Caetano (2017), o direito do trabalho não contempla as especificidades do trabalho de cuidado com o paciente, por ser “muito focado nas normas, nas regras, que são utilizadas de forma geral”. De forma semelhante, para Lídia Nadir Giorge (2017) “as leis não contemplam nem cuidadores nem contratantes”. Ela diz que é impossível aplicar as mesmas regras trabalhistas a um empregado de uma empresa e a uma cuidadora no ambiente doméstico, de modo que o direito precisaria ser sensível à realidade de quem cuida e de quem é cuidado (Giorge, 2017).

Nalu Faria (2017), da SOF, afirma que “o campo do reconhecimento dos direitos, dentro de um determinado modelo, encontra um limite que é o limite daquele modelo. Para você ir mais além, tem que ter outro modelo”. Dessa forma, ela entende que a ideia de “direitos” precisa ser redimensionada juntamente com as relações sociais e econômicas (Faria, 2017). Em uma perspectiva semelhante, Maria Betânia Ávila (2017) observa que

“[...] os direitos trabalhistas precisariam ser muito ampliados para responder as necessidades dos trabalhadores, mas, sobretudo, das trabalhadoras. Os que nós ainda temos não contemplam essa relação trabalho produtivo e reprodutivo, eles são todos instituídos tendo as mulheres como provedoras do trabalho reprodutivo.”

A expressão “os que nós ainda temos” é marcante no trecho acima transcrito, pois expõe uma mudança relevante na forma de muitas dessas entidades se posicionarem publicamente em relação ao direito do trabalho – e aos direitos sociais como um todo. Frente à reforma trabalhista de 2017 e demais ataques a direitos sociais perpetrados desde então – como a reforma da previdência social (EC 103/2019) e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n.13.874/2019) –, a defesa das garantias constitucionais e legais passou a ser a estratégia adotada por movimentos sindicais e por muitos movimentos de mulheres, na tentativa de combater e minimizar retrocessos.

### **Novas estratégias desde a reforma trabalhista de 2017**

Os direitos sociais previstos pela Constituição de 1988 estão sob ataque sistemático desde 2016, quando o governo Michel Temer (2016-2018) assumiu o papel de proponente de uma série de reformas em diversas áreas da proteção social no Brasil. A reforma trabalhista, promulgada na Lei n.13.467/2017, foi o primeiro passo de uma sucessão de alterações jurídicas que viriam a ganhar escala ainda maior no governo de Jair Bolsonaro, que assumiu a presidência da República em 2019. O cenário de desmonte dos direitos sociais pela via jurídica, empreitado via reformas legislativas, decretos e até por decisões do STF,<sup>10</sup> é agravado pelo fato de o país ter definitivamente cedido à pressão do capital pela financeirização desses mesmos direitos, relatada por economistas desde o começo dos anos 2000 (Lavinias, 2015).

Em relação ao direito do trabalho, entrada em vigor da reforma trabalhista de 2017 alterou, em profundidade, o modo como o Brasil trata essas normas, expondo de forma ainda mais evidente suas raízes sexistas e o fato de que socialmente as mulheres ainda são consideradas como força de trabalho secundária, de valor inferior à masculina (Vieira, 2018). Segundo Patricia Maeda (2018), alguns itens da reforma permitem vislumbrar esse tratamento diferenciado entre os sexos, por exemplo a expansão das formas de contratação autônoma e de precarização do vínculo contratual, que atinge em especial as mulheres que estão na informalidade e em outras atividades consideradas atípicas;<sup>11</sup> e a criação de serviços com tempo de trabalho não tradicional, como o contrato intermitente,

ou o trabalho em tempo parcial, ou o regime 12x36, que supostamente se enquadrariam melhor às responsabilidades familiares porque acabam como única alternativa das mulheres.

O fato de a reforma trabalhista ocorrer poucos anos depois da promulgação da EC 72/2013 e da Lei Complementar n.150/2015 é irônico, se não trágico, para as trabalhadoras domésticas. Se desde a década de 1940 a categoria buscava que as regras da CLT também fossem aplicadas a ela, o que foi conquistado em 2015, depois de 2017 essa aplicação subsidiária gerou alerta, por representar uma potencial redução de direitos recentemente conquistados. Nesse sentido, Luiza Pereira, atual presidenta da Fenatrad, afirma:

“A mudança na lei afetou toda a classe trabalhadora. A gente tem uma preocupação maior especialmente em dois pontos, a jornada intermitente e o negociado sobre o legislado [...]. Porque a jornada intermitente, mesmo com a carteira assinada, possibilita o empregador pagar só pelas horas trabalhadas e nós, trabalhadoras domésticas, que sempre fomos historicamente exploradas nessa questão da jornada de trabalho, sabemos que tem muito empregador que chama para trabalhar doze horas o dia. E digamos que no outro dia precisa trabalhar só três horas. E aí não fecha nem dois dias de trabalho somando as horas dos dois dias. No final do mês, o empregador só vai pagar aquele valorzinho das horas trabalhadas. [...] Então a gente discute muito isso, que foi muito prejudicial para as empregadas domésticas, principalmente porque existe uma correlação de forças em que a trabalhadora doméstica está mais desprotegida do que outras categorias.” (Pereira, 2018)

Regina Teodoro (2017), do sindicato de Campinas, explicita a apreensão das trabalhadoras domésticas organizadas da seguinte maneira: “a gente apoiava aquilo de 2013 e não o que virou a Lei Complementar n.150/2015, que acabou com tudo; e agora vem o governo e acaba um pouco mais”. Ela resume o desenrolar de um roteiro que é o seguinte: historicamente marginalizado em relação ao emprego “tradicional”, o reconhecimento social e jurídico do trabalho doméstico e de cuidado foi conquistado em 2013, com uma refratária regulamentação em 2015, que veio, porém, seguido por uma reforma trabalhista e um período de desemprego crescente e altas taxas de informalidade,<sup>12</sup> fazendo com que grande parte das conquistas pareçam perdidas.

Diante dessa conjuntura, Maria Betânia Ávila (2017) afirma que “[...] o nosso drama agora é que, mesmo com as suas restrições, estão querendo que estes direitos sejam destruídos”. Por isso, para ela, o momento é de mobilização para que os direitos sociais permaneçam, “com uma luta de resistência, para depois eles avançarem”. “Não que a luta esteja separada, mas nesse momento uma questão crucial é garantir o que já conquistamos, na perspectiva de ampliação daqui para frente” (Ávila, 2017).

Alessandra Lunas (2017) também deixou claro estar preocupada com os efeitos que as reformas trabalhista e previdenciária podem causar na vida das trabalhadoras do campo:

“Foram conquistas da Constituição de 1988, que fizeram muita diferença para a vida de muitas mulheres, mas que ainda não são unânimes e que a gente continuava lutando para que todas tivessem acesso. [...] Então, congelar os gastos de saúde e educação é dizer para as mulheres “você vão retroceder e voltar para dentro de casa”. [...] Nesse momento, nossa resistência é principalmente contra os retrocessos, contra a visão conservadora do Congresso Nacional, que também tem trazido várias coisas para a pauta que leva ao retrocesso na vida das mulheres.” (Lunas, 2017)

Nas palavras de Luiza Pereira, da Fenatrad, esse é o momento de “continuar a luta”, não só pelas trabalhadoras domésticas, mas para todas as trabalhadoras e trabalhadores. Segundo ela:

“Sabemos que essa reforma trabalhista foi feita apenas para beneficiar o empregador. Apesar de que existe trabalhador que só de saber que aquele imposto sindical não vai mais ser descontado do salário dele, ele diz que foi ótimo. Só que ele não sabe que os direitos que ele tinha antes da reforma não foram fruto de uma luta individual dele, foi uma luta coletiva. Mesma coisa a trabalhadora doméstica. Os direitos que estão hoje conquistados para a categoria não contemplaram muitas das diretoras que estão nos sindicatos, porque são pessoas com mais de 60 anos, como é o meu caso. Nem por isso a gente deu um passo atrás [...]. Não, a luta continua, para garantir o que já conquistamos e possivelmente para ampliar.” (Pereira, 2018)

Logo, houve uma mudança de perspectiva entre as interlocutoras da pesquisa, uma vez que a necessidade de resistir contra o desmonte de direitos sociais tornou-se mote após a reforma trabalhista de 2017. Nesse sentido, as críticas ao direito e a afirmação da necessidade de incorporação de demandas feministas e de trabalhadoras do cuidado no ordenamento jurídico foram deixadas em segundo plano, dando lugar ao combate ao retrocesso. O próprio direito do trabalho ganhou mais destaque na fala das entrevistadas, uma vez que ele foi o primeiro alvo no projeto de desregulação da economia e sucateamento do Estado atualmente em curso no Brasil.<sup>13</sup>

## Conclusão

A abordagem aqui proposta permitiu a elaboração de uma análise sobre o tratamento jurídico do cuidado no Brasil, com foco na perspectiva de integrantes de movimentos feministas e organizações de trabalhadoras domésticas e de cuidadoras. Neste breve retrato, se a negligência histórica do direito do trabalho em relação ao trabalho de cuidado revela o sexismo de suas bases, a luta das trabalhadoras domésticas permitiu a ampliação de seus direitos, especialmente pela Constituição de 1988 e Emenda Constitucional 72/2013.

Na busca por compreender o modo como direito é articulado nas reivindicações sociais, a hipótese de que o direito do trabalho, nos moldes tradicionais, não é um instrumento que responde às demandas desses grupos, representando mais um limitador que um impulsionador da igualdade, revelou-se parcialmente verdadeira. Por um lado, verificou-se uma segmentação na articulação de pautas

referentes aos “direitos para as mulheres” e aos “direitos trabalhistas”. Falar em “direito das mulheres” garante uma abrangência maior em relação ao escopo do direito do trabalho, ainda restrito ao contrato de trabalho. Por outro lado, o quadro de retrocessos assistido desde a reforma trabalhista de 2017 ameaça direitos sociais, inclusive os conquistados arduamente pelas trabalhadoras domésticas, tendo causado uma mudança no discurso dos movimentos estudados, que reduziram as críticas e passaram à defesa do direito do trabalho.

Conclui-se, portanto, que o direito do trabalho oferece respostas jurídicas insuficientes às demandas de movimentos feministas e organizações de trabalhadoras relativas ao cuidado, mas ainda representa socialmente um importante esteio no combate ao ímpeto desregulador e de enxugamento de garantias sociais em curso no Brasil. Vislumbra-se a necessidade de repensar as divisões disciplinares no direito, de modo a permitir um tratamento integrado das demandas por cuidado, respeitando as necessidades e garantindo uma vida digna para quem cuida e para quem é cuidado. Nesse sentido, trabalhar na resignificação do conceito de trabalho produtivo tomado pelo direito, ou buscar o uso mais amplo da terminologia “direitos sociais” podem ser soluções que contribuam para romper barreiras jurídicas à igualdade de gênero.

## Notas

- 1 Exemplo simples é o déficit de equipamentos de cuidado infantil no Brasil: 67,3% (6,8 milhões) das crianças de 0 a 3 anos não frequentavam creches ou pré-escolas em 2017, um terço das quais tinham como barreira a falta de vaga ou a distância (IBGE, 2018b, p.6).
- 2 Pontualmente é possível citar o artigo 446 da CLT, revogado pela Lei n.7.855 de 1989, que garantia a possibilidade de pai ou marido pleitear rescisão do contrato de trabalho “quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor” (Brasil, 1943). Para um panorama sobre essa evolução, ver Vieira (2019).
- 3 A referida pesquisa doutoral foi apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2016/18865-6.
- 4 Foram selecionados grupos com inserção social relevante e demandas relativas à temática do cuidado e de trabalho das mulheres, sendo eles: Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Campinas e Região, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, Federação Nacional dos Enfermeiros, Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo, Marcha das Margaridas, SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia e Sempre Viva Organização Feminista (SOF).
- 5 Trabalho aqui com os marcos temporais tradicionalmente usados no direito do trabalho, mas faço a ressalva de que a compreensão das relações de trabalho no Brasil, em especial do trabalho doméstico, só é possível com a análise da escravização da população negra e do período de transição de 1888 a 1930 (cf. Telles, 2013).



- 6 Houve a concessão de vale-transporte às trabalhadoras domésticas pela Lei n.7.418/1985, que foi expressamente aplicada por meio do Decreto n.95.247/1987.
- 7 “Art. 7º. [...] Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social”.
- 8 O Executivo nacional criou um grupo de trabalho pra discutir a mudança de legislação do trabalho doméstico, junto com vários ministérios, que foi somada a uma segunda estratégia negociada entre governo federal e OIT, no sentido de fortalecer a participação das trabalhadoras domésticas brasileiras na Conferência que abordaria a temática (Vieira, 2018, p.155).
- 9 Depois de 12 anos em debate no Congresso Nacional, o PL 1385/2007, sobre a regulamentação da profissão de cuidador, foi vetado em 2019, no último estágio da tramitação, pelo presidente Jair Bolsonaro.
- 10 Destaco o julgamento da ADPF 324, publicado em 31 de agosto de 2018, em que o STF decidiu ser lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, em confronto com a jurisprudência construída pela Justiça do Trabalho (Súmula 331 do TST). Com essa decisão, deu-se aval a uma maior precarização das relações de trabalho, pois a terceirização no Brasil é utilizada na grande maioria das vezes para pagar menores salários, reduzir encargos trabalhistas e ocultar fraudes (cf. Silva, 2017).
- 11 Experiências profissionais que são realidade para a maioria das mulheres: “o total de ocupadas com 15 anos ou mais, 40% estavam em atividades consideradas atípicas, como o trabalho doméstico, trabalhando por conta própria, em atividades não remuneradas ou trabalhando na produção para o próprio uso ou consumo; entre os homens, o percentual para o mesmo período era de 32%, conforme dados da PNAD de 2015” (Teixeira, 2017, p.17).
- 12 O primeiro trimestre de 2019 computou a maior taxa de subutilização do Brasil desde 2012, chegando a 25% da força de trabalho, ou 28,3 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Ademais, desde de 2017 o número de trabalhadores informais superou o número de formais (Hirata, 2019).
- 13 Denominado por Gilberto Bercovici (2019) de “anarcocapitalismo”.

## Referências

- ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ÁVILA, M. B. M. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, Boitempo, 2016. p. 137-46.
- \_\_\_\_\_. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira e Fabiana S. Grecco [via Skype], 10 abr. 2017.
- BERCOVICI, G. Anarcocapitalismo. *Carta Capital*, São Paulo, p.42-3, 28 ago. 2019.
- BRASIL. *Decreto-lei n.5.452*, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Presidência da República, 1943.
- CAETANO, S. A. Federação Nacional dos Enfermeiros. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira [mensagem eletrônica], 27 jan. 2017

- CARRASCO, C. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. *Revista de Economía Crítica*, v.11, p.205-25, 2011.
- CNDM. Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério da Justiça, 1987.
- DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. 16 ed. São Paulo, LTr, 2017.
- FARIA, N. Sempre Viva Organização Feminista. Entrevista concedida a Regina Stela Corrêa Vieira, São Paulo, 27 jan. 2017.
- FEDERICI, S. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012. Não paginado (e-book).
- FISHER, B.; TRONTO, J. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (Ed.) *Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives*. Albany: SUNY Press, 1990. p.35-62.
- FOLBRE, N. *Who pays for the kids? Gender and the structures of constraints*. 2 ed. New York: Routledge, 2003.
- FRASER, N. Contradictions of capital and care. *New Left Review* [online], v.100, p.99-117, jul./ago. 2016.
- GIORGE, L. N. Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira, São Paulo, 26 jan. 2017.
- GODINHO, T. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira, São Paulo, 26 abr. 2018.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Org.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HARDING, S. Introduction: standpoint theory as a site of political, philosophic, and scientific debate. In: HARDING, S. (Ed.) *The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies*. New York: Routledge, 2004.
- HIRATA, H.; DEBERT, G. G. Apresentação. *Cadernos Pagu* [online], v.46, p.7-15, jan./abr. 2016.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA* [online], v.11, n.1, p.39-50, jun. 2008.
- HIRATA, H. Trabalho: passado e presente. A divisão sexual do trabalho na crise. Slides da Conferência de Encerramento do XVI Encontro Nacional da ABET. Salvador, 2019.
- HOCHSCHILD, A. R. Love and Gold. In: EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (Ed.) *Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2003. p.15-30.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

IBGE. Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Educação 2017* – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2019.

LAVINAS, L. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Politika*, Rio de Janeiro, n.2, p.35-51, jul. 2015.

LUNAS, A. C. Marcha das Margaridas. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira [Skype], 3 mar. 2017.

MAEDA, P. *A contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora*: quando reformar significa precarizar. 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-contrarreforma-na-perspectiva-da-mulher-trabalhadora-quando-reformar-significa-precarizar>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MELO, T. Direitos e lutas sociais: a crítica jurídica marxista entre ambiguidade e resistência. In: KASHIURA JUNIOR, C. N.; AKAMINE JUNIOR, O.; MELO, T. *Para a crítica do Direito*: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.769-809.

MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'est-ce que le care?* Souci des autres, sensibilité, responsabilité. Paris: Payot & Rivages, 2009.

MONTEIRO, L. A. R. et al. Relatório da Comissão. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, Suplemento ao n.3, 5 de janeiro de 1943. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/>>. Acesso em 11. mai. 2018.

OLIVEIRA, C. M. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira, Brasília, 10 nov. 2016.

PEREIRA, L. B. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira [via telefone], 13 abr. 2018.

SANTOS, J. K. C. Participação das trabalhadoras domésticas no cenário político brasileiro. In: Fazendo o Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. *Anais do Fazendo Gênero*. 9, Florianópolis, 2010, p. 1-9.

SANTOS, N. N. S. *A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)*: um estudo das demandas por direitos. São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015.

SANTOS, S. M. S. Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira, São Paulo, 26 jan. 2017.

SILVA, E. F. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região. Entrevista concedida a Regina S. C. Vieira [via telefone], 26 jan. 2017.

SILVA, H. B. M. *Comentários à Reforma Trabalhista*: análise da Lei 13.476/2017 artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

TEIXEIRA, M. O desmonte trabalhista e previdenciário: reinventando novas formas de desigualdades entre os sexos. Análise n. 26. São Paulo: FES, jul. 2017.

TELES, M. A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, L. F. S. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

TEODORO, M. R. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região. Entrevista concedida a Regina Stela Corrêa Vieira, Campinas, 9 nov. 2017.

VIEIRA, R. S. C. *Cuidado como trabalho: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero*. São Paulo, 2018. 236p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. *Direito e gênero na saúde e segurança das mulheres no trabalho*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

*RESUMO* – O tratamento jurídico do cuidado no Brasil e as políticas públicas voltadas à socialização das atividades de reprodução social ficam aquém das demandas sociais. O Direito do Trabalho, que historicamente ignora ou negligencia o trabalho doméstico, remunerado ou não, teve avanços como a Emenda Constitucional 72/2013 e a ratificação da Convenção 189 da OIT, mas sofre atualmente com reforma trabalhista que ameaça os direitos conquistados arduamente pelas trabalhadoras domésticas. As vozes das integrantes de movimentos feministas e organizações de trabalhadoras domésticas revelam a segmentação entre luta por direitos para as mulheres e luta por direitos trabalhistas e a necessidade de repensar as divisões disciplinares no Direito. Ao mesmo tempo, evidenciam a preocupação com retrocessos jurídicos, que exige posturas efusivas em defesa dos direitos sociais.

*PALAVRAS-CHAVE*: Cuidado, Direito do trabalho, Movimentos feministas.

*ABSTRACT* – The legal treatment of care in Brazil and the public policies aimed to socialize activities related to social reproduction fall way behind the social demands. Labor Law, which historically ignored or neglected domestic work, paid or unpaid, was improved in the past few years, with, for instance, Constitutional Amendment 72/2013 and the ratification of ILO Convention 189. However, it currently endures a labor reform that threatens hard-earned rights for domestic workers. The voices of members of feminist movements and domestic workers’ organizations reveal segmentation between their struggle for women’s rights or labor rights and the need to rethink the disciplinary division of Law. At the same time, they also reveal political concern with potential legal setbacks and demand expressive protection of social rights.

*KEYWORDS*: Care, Labor law, Feminist movements.

*Regina Stela Corrêa Vieira* é doutora em Direito pela Universidade de São Paulo, professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Cebrap.  
@ – regina.vieira@unoesc.edu.br / <https://orcid.org/0000-0002-4407-4867>

Recebido em 12.12.2019 e aceito em 14.2.2020.

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

# Cuidado y responsabilidad

*NATACHA BORGEAUD-GARCIANDÍA<sup>1</sup>*

## Introducción

**E**N UNA INVESTIGACIÓN sobre el trabajo desarrollado por cuidadoras migrantes que trabajan sin retiro con personas mayores dependientes, el análisis de los afectos y las relaciones interpersonales entre los actores más íntimamente involucrados me llevó a desarrollar una reflexión sobre el papel de las “coacciones del corazón” (Morice, 2000) asociadas a lo que llamé “coacciones por responsabilidad” (hacia otros) que se experimentan simultáneamente como tantas “obligaciones morales” (para sí) (Borgeaud-Garciandía, 2017).

Profundizando la reflexión, se analiza cómo es vivida, interpretada, o inclusive utilizada la responsabilidad del cuidado que recae sobre estas trabajadoras, que ocupan posiciones sociales y empleos subalternos y por muchos aspectos extremos. Lejos de ser fácilmente descrita, delimitada y distribuida, la responsabilidad es objeto, tanto en el seno de la organización social del cuidado como de la relación entre instituciones y familias y dentro de las familias, de tensiones y acciones (delegación, asunción, omisión, ignorancia, etc.), vinculadas a posiciones diferenciadas de poder. Su distribución desigual y consiguiente responsabilización diferenciada (Biroli, 2015) se acompañan de una responsabilidad “vvida” (y padecida) intrínseca al cuidado como trabajo sobre lo humano, más en contextos de mayor dependencia y fragilidad. Sobre este aspecto de la responsabilidad deseamos profundizar.

Se ofrece, en una primera instancia, una descripción de la situación de cuidado analizada, realizado por cuidadoras migrantes en la ciudad de Buenos Aires (I). Después de eso, se propone una incursión de índole más teórica para situar mejor la perspectiva privilegiada por nuestro enfoque (II). Luego, se analizan sucesivamente: las relaciones entre responsabilidad y división del trabajo – a nivel social y luego micro sociológico – (III); entre responsabilidad y trabajo de cuidado (IV), y finalmente entre cuidado, responsabilidad, poder y dominación (V). Esta interpretación de las relaciones entre cuidado y responsabilidad se apoya en los hallazgos empíricos y teóricos provenientes de la investigación realizada anteriormente mencionada.

## **Vivir y trabajar con personas mayores muy dependientes**

La investigación se realizó en la capital argentina. Se basó en relatos biográficos de trabajadoras migrantes que cuidaban a personas mayores a tiempo completo o sin retiro, con el propósito de indagar en la complejidad del trabajo de cuidado y sus múltiples dimensiones, partiendo de la relación subjetiva que estas mujeres mantuvieron con sus experiencias.

Los relatos reunidos provienen de mujeres, en su mayoría migrantes peruanas, pero también de Paraguay y Argentina, que llegaron a Buenos Aires en busca de trabajo para mejorar sus condiciones de vida y las de sus familias. En el caso de las mujeres migrantes peruanas entrevistadas, llegaron en la década de 1990, solas, en un contexto de crisis económica y política en su país. En Argentina, tanto por la desigual estructuración del mercado laboral como (una cosa está ligada a la otra) por el funcionamiento de las redes de migrantes, se insertan en los empleos domésticos y de cuidados. Las migraciones de mujeres argentinas y paraguayas entrevistadas se inscriben con mayor frecuencia en historias migratorias familiares y comunitarias y abarcan períodos de tiempo extendidos, marcados por numerosas idas y vueltas. En todos los casos, las cuidadoras habían pasado más de 10 años en la capital.

En el transcurso de sus trayectorias de trabajo en Buenos Aires, unas y otras habían trabajado (o siguen trabajando) “sin retiro” con adultos mayores dependientes. Si bien esta modalidad de empleo es más común durante las primeras etapas de la migración cuando las trabajadoras están solas, algunas de las cuidadoras “sin retiro” contaban con familia y vivienda. Inclusive, en algunos casos, se han especializado en este tipo de empleo, encontrando en él una forma de estabilización de su trayectoria.

Los trabajos de cuidado sin retiro con personas mayores altamente dependientes presentan una cierta diversidad, dependiendo de la persona o las personas asistidas, las patologías que sufren, el tipo de acuerdo sobre la organización del empleo, la presencia o (casi) ausencia de la familia, el desarrollo de cada situación. Sin embargo, un caso prototípico reúne a una trabajadora migrante con una mujer mayor que vive sola, y padece un proceso de deterioro físico, pero más aún mental (demencia senil o tipo Alzheimer), que empeora con el tiempo llevando a la cuidadora no poder dejar el espacio doméstico de la persona asistida durante días, hasta su receso semanal.

Desde el punto de vista del empleo, siguiendo las características del sector en Argentina, la mayoría de las cuidadoras no habían sido registradas. Esta situación ha cambiado un poco desde entonces, gracias a una política más incisiva de blanqueo del empleo doméstico por parte del gobierno.<sup>1</sup> En relación con la situación migratoria, aunque la ilegalidad migratoria haya servido para justificar el no registro laboral, la posibilidad de regularizar su residencia<sup>2</sup> parece tener menos peso en el respecto de sus derechos laborales que las condiciones generales que caracterizan al sector (marcado por su alta informalidad, precariedad y devaluación social).

Las cuidadoras trabajan jornadas completas o sin retiro, teóricamente desde el domingo por la noche o el lunes por la mañana hasta el sábado por la tarde. La organización del empleo se relaciona con las necesidades de la persona asistida. Esta última, dependiente y muchas veces afectivamente ligada a la cuidadora y sus cuidados, vive con dificultad los cambios y sus ausencias, inclusive

semanales. Los empleos suelen terminarse con la muerte o institucionalización de la persona asistida. El trabajo de cuidado no se encuentra pautado tanto por la organización del empleo, como por el ritmo de la convivencia, las necesidades y la dependencia.

Las condiciones de trabajo son particularmente difíciles, hasta el punto en que las calificamos como extremas, reflejando de manera exacerbada las dimensiones y los efectos del trabajo de cuidado sobre las cuidadoras. Generalmente, las familias recurren a una cuidadora sin retiro cuando sus padres ya no pueden vivir solos, para evitar o retrasar su institucionalización. Cuanto más aumenta la dependencia, menor es la posibilidad de ausentarse, llegando a situaciones de encierro con sus efectos nocivos (Borgeaud-Garciandía, 2013). El trabajo de cuidado se inscribe en la intimidad de los hogares y de los cuerpos. La intrusión en el hogar que “equivale a una intrusión en la intimidad corporal”, en contacto con cuerpos disfóricos fuentes de espanto y rechazo (Memmi, 2016). Es un cuerpo que deja de ser unidad y frontera, evidenciando su vulnerabilidad, fuente de emociones (asco, miedo, angustia) que la cuidadora debe poder controlar y redefinir rápidamente (Borgeaud-Garciandía, 2016, 2017). Las cuidadoras trabajan a la sombra de la muerte, y acompañan a la enfermedad. Cuando las personas mayores sufren de demencia senil, se alteran las referencias compartidas, ante lo cual la cuidadora busca reconocer el universo de la persona asistida, acompañarla lo mejor posible, protegiéndose del agotamiento físico y emocional. Cuando se combinan el encierro, el agotamiento, la dependencia profunda y la demencia, el trabajo de cuidado lleva a las trabajadoras a los límites de su propia capacidad de resistencia.

### **Cuidado y responsabilidad contextualizada**

A lo largo de la investigación, se buscó analizar este trabajo de gran complejidad, las maneras de realizarlo, de relacionarse con él, de darle sentido, de protegerse de él, el papel de los afectos y el peso del sentimiento de responsabilidad que reenvía –incluso cuando éste se encuentra impuesto y constreñido por relaciones de poder desiguales– a la construcción de una ética de la responsabilidad.

Cuando Carol Gilligan (1982) desarrolla los primeros análisis que darán paso a las teorías del cuidado, destaca el rol de la responsabilidad, no desde la óptica liberal de la justicia, sino como un elemento que desarrollan los actores morales insertos en relaciones concretas de interdependencia y que constituye una dimensión central de la ética del cuidado. Lejos de referirse a un concepto abstracto, la responsabilidad integra los vínculos que tenemos con los demás, en tanto no somos entidades aisladas sino sujetos relacionales, colocados en el centro de un conjunto complejo de relaciones. Estas relaciones implican obligaciones morales que se asumen, ignoran, delegan, olvidan, priorizan, descuidan etc., y que pueden entrar en tensión (como aquella cuidadora que cuida una adulta mayor mientras sus hijos quedan solos al cuidado unos de otros, o aquella otra

que termina llevando a su pequeño hijo a vivir con ella y la anciana que cuida, a escondidas de la hija de esta última). En este sentido, tal como recuerda Tronto (2013), las relaciones son particulares y el análisis debe ser contextualizado.

Este enfoque relacional abre varias pistas para la reflexión:

Una primera reflexión tiene que ver con el sujeto que se considera. El sujeto en relación se aleja del ideal de sujeto soberano y autónomo, motivado por el interés individual, “homo oeconomicus” cuyas relaciones serían reguladas por el mercado, para reconocer un sujeto inmediatamente vinculado a los demás, y por ello mismo, dependiente y vulnerable. Pulcini nos recuerda que los temas de fragilidad y vulnerabilidad del sujeto representan temas contemporáneos de reflexión, desde diferentes enfoques que tienen en común “la idea que la parábola del individualismo moderno y del sujeto soberano terminó ocultando, o, mejor dicho, desembocó en una represión de esta condición ontológica de vulnerabilidad que, una vez admitida, puede llevar al sujeto a reconocer su insuficiencia y dependencia con los demás, el hecho de que se encuentra inevitablemente vinculado a otros, a otras vidas, a otros destinos” (Pulcini, 2012, p.55). Reconocer en la vulnerabilidad de otro la de uno mismo desempeñaría un papel fundamental en las relaciones de cuidado. Por un lado, permite la apertura hacia el otro, necesaria para poder ir hacia él. Por otro, y a diferencia de un esquema dicotómico y unilateralista que opone un dador de cuidados activo y un receptor de cuidados, dependiente y pasivo, tal enfoque introduce una forma de reciprocidad a pesar de la asimetría. Siguiendo a Gros (2007), la solicitud (pensada en la relación de cuidado curativo) abre el sujeto a la posibilidad de recibir algo del otro. Así, la “construcción ética de la solicitud” se refiere al concepto de responsabilidad ética o, siguiendo a Levinas, de “responsabilidad para con el otro” en respuesta a la confrontación con fragilidad de ese otro (ibidem, p.20). La idea de *construcción* es fundamental para nuestro enfoque. Porque entre estos enfoques teóricos y la confrontación real con el cuidado existe un trabajo, real, concreto, necesario hecho sobre uno mismo y sobre la relación de cuidado para lograr *responder* (retomando aquí el origen etimológico de la palabra responsabilidad) a las necesidades de la dependencia. La solicitud y la responsabilidad sentidas, así como los significados que tienen, no son dadas y naturales, sino que se trabajan cotidianamente y permanecen frágiles.

Otra pista de reflexión planteada por Tronto, se refiere a las diferentes capacidades que tienen los actores para actuar frente a la responsabilidad, en situaciones en las cuales las relaciones que los unen son a menudo asimétricas. Las relaciones, los cuidados, las responsabilidades se encuentran atravesados por relaciones de poder. “Cuando empezamos a percibir que nuestras actitudes ante la responsabilidad – el hecho de asignar una responsabilidad, de aceptarla, de postergarla, de evitarla o de cumplir con ella – están asociadas a posiciones de poder, entendemos que los agentes no son iguales ante la responsabilidad” (Tronto, 2013, p.112). No abarca únicamente relaciones directas, sino redes de relaciones que involu-



cran a individuos, instituciones y Estados en relaciones complejas y conflictivas. En otras palabras, aunque las relaciones personales de cuidado pueden ser objeto de estudios micro sociológicos, no se desvinculan de la organización social de los cuidados en la que están inmersos y dependen. Más cerca de las experiencias vividas, sin embargo, es posible alejarse de un patrón dominante / dominado para capturar los juegos y problemáticas que estructuran las relaciones concretas.

Un tercer tema, presente en los anteriores, se refiere a la necesidad de partir del terreno áspero de la experiencia ordinaria de trabajo de cuidado para poder captar qué significa la responsabilidad del cuidado, las dificultades que plantea, las formas que reviste, las resistencias y estrategias que genera, para no caer en una ética normativa e ideal – e inclusive idealista – de la responsabilidad, que desconocería la mirada de los protagonistas del cuidado, la rudeza y efectos dañinos de ese trabajo, su aspecto defensivo, y que, por otra parte, menospreciaría la dimensión colectiva y política del trabajo que no puede, tal como lo recuerda Garrau (2009), descansar únicamente en las actitudes del cuidador.

### **Cuidado, división del trabajo y (des) responsabilidades**

La idea de responsabilidad movilizada en la presente reflexión no corresponde a lo que generalmente se entiende como responsabilidad civil, penal o incluso moral cuando se consideran las consecuencias del daño hecho a otro (aun cuando esta dimensión está presente). En base a los resultados de la investigación y haciéndose eco de sus aproximaciones desde la perspectiva del cuidado, remite, por un lado, a la responsabilidad relacional, unida al hecho de que somos sujetos en relación, inscritos, social e individualmente, en redes de cuidado y responsabilidades unos para con otros y, por otro lado, al sentimiento o asunción de responsabilidad que induce el cuidado cotidiano de otro. Ambos aspectos son objetos de tensión y relaciones de poder, en la esfera pública y privada.

#### *Una organización social de cuidado desigual y familista*

Todos dependemos de los cuidados, pero no todos llevamos la misma carga y responsabilidad, sea cual sea el nivel social donde miramos: en la organización social del cuidado; en el seno de la población, donde la carga del cuidado y su falta de reconocimiento afectan mayormente a los grupos más desfavorecidos en función de su pertenencia de sexo, clase y “raza”; dentro de las familias donde recae en mayor medida en mujeres y niñas. Asimismo, los estudios sobre las migraciones de cuidado han puesto de manifiesto la dimensión global de la problemática entre países con diferentes recursos (generalmente de Sur a Norte). Le debemos a Hochschild (2001) haber sacado a la luz algunas dinámicas del cuidado en este contexto global, ya sea en términos de cadenas globales de cuidado (Hochschild, 2000; Parreñas, 2001) o sus consecuencias en términos de trasplante global de los afectos (Hochschild, 2008).

Estas diferentes dimensiones están estrechamente relacionadas entre sí. A diferencia de los países que cuentan con un Estado de bienestar desarrollado, los países latinoamericanos, y Argentina no es una excepción, se caracterizan por un

modelo de atención familista del cuidado, el cual se apoya principalmente en las estructuras familiares y, en menor medida, en lazos y redes comunitarios (Araujo Guimarães; Hirata, 2020). Las familias que pueden solventarlo, delegan algunas de estas tareas al mercado, sea de manera extra-doméstica (servicios educativos, de salud, gerontológicos) o en el hogar (empleadas domésticas, niñeras, cuidadoras domiciliarias) y apelan asimismo a las solidaridades familiares, para asegurar las necesidades de cuidado de la familia.

Para las familias que no pueden externalizar estas tareas, o bien la mujer no se inserta en el mercado laboral (que a menudo le reserva empleos precarios y mal remunerados) y se dedica al cuidado familiar, o recurren a las solidaridades familiares y/o a servicios comunitarios y/o a servicios asistenciales del Estado. En la mayoría de los casos, la provisión de cuidados implica una articulación entre diferentes actores, en proporciones muy variables según el nivel socioeconómico de la unidad doméstica, su ubicación territorial, las elecciones que hace, mientras la centralidad del rol de la familia y particularmente de las mujeres en el cuidado de los niños más pequeños, sigue siendo socialmente valorado (Faur, 2012). El hecho de que el Estado reserve sus intervenciones para con los más dependientes en aquellos casos en los que “fallaron” los demás recursos (por ejemplo, en el caso de cuidado de adultos mayores), destaca el papel que han de jugar las familias y el mercado en la provisión de cuidado de estas poblaciones.

### *División del trabajo y de los roles, entre ambigüedades y tensiones*

En las situaciones estudiadas, las familias de clase media, generalmente compuestas por profesionales, emplean a una persona para cuidar a un mayor dependiente. En la mayoría de los casos, se trata de una anciana que vive en su propio hogar, pero que ya no puede vivir sola. Sus hijos no pueden asumir el acompañamiento, delegándolo a una cuidadora remunerada que permanecerá con ella. Se trata en este caso de un cuidado remunerado, pero la vida compartida pesa sobre las relaciones entre las partes y sobre los deberes prestados o asumidos.

En este nivel de análisis, las relaciones entre división del trabajo, roles y responsabilidades son más complejas y ambiguas, y están sujetas a tensiones en varios puntos. Pero, ¿qué es lo que delegan las familias? No hay una respuesta única a esta pregunta, que depende de cada organización familiar, de las necesidades de cuidado y de la capacidad de los familiares de reconocer y aceptar el deterioro de sus padres, lo cual no es evidente. Si bien las cuidadoras buscan que la persona mayor atestigüe el cuidado recibido, sean cuales sean las dificultades para lograrlo, no alcanza con hablar de delegación del “trabajo sucio”.<sup>3</sup> En la mayoría de los casos, la familia vive en otro lugar y viene de visita. No hay, estrictamente hablando, división del trabajo concreto del cuidado ni delegación de una u otra de sus tareas, sino de todo lo que resulta necesario para que el asistido viva cotidianamente lo mejor posible. Esto se traduce, para la cuidadora, en estas condiciones particularmente constreñidas, en cierta libertad de acción en la producción del cuidado, así como en cierto limbo (en parte inevitable) en

torno a las actividades a realizar, fruto de las dimensiones entrelazadas del cuidado, materiales, relacionales y emocionales. Por lo tanto, se trata efectivamente de la responsabilidad del cuidado del otro y, a través de él, de la responsabilidad del otro.

Sin embargo, la división de los roles no es sencilla. Una cosa es delegar las actividades de cuidado y la responsabilidad de un mal cuidado y abuso potenciales (en situaciones en las cuales las condiciones laborales ponen a dura prueba la capacidad de resistencia y de solicitud de quien cuida), otra es reconocer el lugar del afecto y del conocimiento íntimo del otro que se crean en base a ese trabajo. Los relatos revelan situaciones en las que chocan el rol que los familiares desean conservar (con una persona que conocieron cuando era autónoma) y el que conlleva el saber privilegiado que las cuidadoras han desarrollado del otro (de quien anticipan el creciente deterioro). Como, por ejemplo, la esposa que se siente marginada por el papel que su hija le da a una cuidadora para con su esposo, de quien siempre se ocupó. O aquellos hijos que privan a la cuidadora de asistir al entierro de su madre a quien ella cuidó durante años. O esta cuidadora que, su día de descanso, ante la indiferencia que manifiesta la hija de la anciana cuidada, lleva a su asistida a su propia casa, con su familia.

Desde un enfoque de responsabilidad relacional, algunos actores, aquí encarnados por los hijos de clase media y media alta profesional, tienen la posibilidad de delegar la responsabilidad diaria del cuidado (que les correspondería por su lugar en la familia y el modelo familista de cuidados imperante) a mujeres de sectores populares o migrantes. Esta delegación de la responsabilidad cotidiana, así como cierta ignorancia hacia el trabajo de cuidado, son posibles (y se legitiman) por el lugar social que ocupan los familiares y por la contraparte monetaria (“para eso se le paga”), aumentando así la responsabilidad de la cuidadora, que carece de los medios para “comprar un alivio de su carga”. Pero, al mismo tiempo, no hay correspondencia entre actividades delegadas, responsabilidad delegada y roles atribuidos por las partes. En otras palabras, existen varias interpretaciones sobre la responsabilidad delegada y asumida, y los roles asociados, íntimamente vinculados a la complejidad del cuidado, su naturaleza por definición “en exceso”, así como a las temporalidades de la dependencia atendida.

En general, los hijos se encuentran constreñidos por sus obligaciones laborales y familiares, y visitan a sus padres una o dos veces por semana. Llaman más regularmente y esperan, por cierto, encontrar a su madre o su madre presentable, sin tener que saber demasiado acerca de las “miserias” del trabajo que implica (lo cual tiende a tapar el progreso de la enfermedad). Mantienen una responsabilidad moral como hijos; cuidan a sus padres delegando su cuidado cotidiano a una persona que podrá atenderlo adecuadamente (de lo contrario, actuarán), manteniendo cierta distancia con los aspectos menos gratos del cuidado.

Las cuidadoras, confrontadas con las dificultades del cuidado cotidiano, construyen con su trabajo una relación de responsabilidad como “estar con”,

dirigida hacia el otro, que responde a su propia concepción del cuidado (“[cuidar] es brindar lo mejor que uno tiene para que la otra persona se sienta tranquila”, “El atender a una persona es atenderlo en todo lo que necesite”). Este “estar con”, que reivindican, tiende a construirse también en oposición a sus empleadores que delegan una responsabilidad del cuidado que, según ellas, les incumbe, mientras se profundiza la dependencia física, mental, pero también psicológica y emocional del asistido con la cuidadora. Se generan las tensiones mencionadas anteriormente entre los roles, los afectos y la responsabilidad de unos y otros, mientras que, en última instancia, los hijos tienen el poder de “poner” a la cuidadora “en su lugar”. Mientras tanto, se mantiene latente la amenaza del accidente que dejaría lugar a la responsabilidad de la cuidadora en su sentido más estricto, como obligación de quien tiene que responder por sus actos y asumir las consecuencias. Tal eventualidad alimenta el miedo constante de las cuidadoras que saben que no pueden controlarlo todo.

### **Cuidado, trabajo de la relación y compromiso de sí**

Las problemáticas relacionadas con el cuidado y su responsabilidad se deben en parte a las particularidades del trabajo de cuidado en las condiciones analizadas, a la implicación física y psicológica que supone, a la huella que deja.

Lo vimos arriba y podríamos multiplicar los ejemplos, para las cuidadoras su trabajo no consiste en lavar a una persona (como se lavaría un auto) o en hacerla comer (como si fuera un gesto mecánico). Lavar un cuerpo como un vehículo o alimentarlo mecánicamente traduce, al contrario, la pérdida de la dimensión del otro como sujeto y del sentido del cuidado. Por debajo de la parte visible del iceberg, la actividad en apariencia más inocua implica un intenso trabajo sobre uno mismo, sobre el otro, sobre los allegados y sobre la relación de cuidado, dilemas y elecciones morales, entrenamiento y gimnasia perceptiva, etc. Tal complejidad ha sido analizada detenidamente en otros espacios y no se puede reproducir aquí (Borgeaud-Garciandía, 2017). Sin embargo, cabe subrayar que es precisamente a través de ese análisis que se impuso la idea de coerción por responsabilidad y obligación moral, no solo como consecuencia de la delegación por parte de otros, sino como *fruto del trabajo mismo*. Porque el cuidado no está determinado, se construye sin fijarse nunca. Los efectos perturbadores de la enfermedad, una discusión con un hijo o hija, un pico de angustia, la dosis de la medicación... una nada puede alterar el frágil equilibrio.

Lo que he llamado el “trabajo de la relación” de cuidado (ibidem) representa una parte importante del trabajo, que se refiere a la construcción, día tras día y cada uno de ellos, de las condiciones necesarias para su desarrollo. Se refiere a un intenso trabajo realizado sobre la relación de cuidado, la expresión de los afectos, el entorno espacial y relacional de la persona asistida, elaborando condiciones de desempeño lo más serenas y previsibles posible, que permiten a la vez dar los cuidados y protegerse de los aspectos perjudiciales de la actividad. Esto requiere desarrollar una percepción y conocimiento finos de la persona

asistida, de su familia y las relaciones entre ellos, de los efectos de la enfermedad y, también, mucha habilidad. Este trabajo, esencial al comienzo de la relación, continúa, más o menos intensivamente, todo a lo largo del empleo (particularmente en caso de enfermedad neurodegenerativa).

El trabajo de la relación, que introduce al otro como un sujeto de cuidado, permite elaborar afectos que protegen contra la objetivación del otro y los posibles efectos de la exasperación y la situd. La intimidad, el trabajo del cuerpo, la muerte son objeto de resignificación por parte de la cuidadora. Acompañar al otro hasta su deceso, proteger su intimidad perdida, reconocer la vulnerabilidad humana compartida (“*porque – dice Rosalba hablando de un asistido que sufre de incontinencia fecal – todos somos seres humanos, todos hacemos lo mismo*”), transformar las resistencias en desafíos a su saber-hacer, son algunas de las lecturas ofrecidas por las cuidadoras, y que contribuyen a construir el significado de su actividad y su presencia. Esta postura es necesaria para llevar a cabo su trabajo y afianzarlas en su rol de cuidadoras. Se impone para poder defenderse de las dimensiones fragilizadoras del cuidado, que se naturalizan o simplemente se aceptan, y su carácter socialmente perturbador es resignificado. Sin esta desdramatización y resignificación, que funcionan como diques protectores, el trabajo probablemente resultaría insuperable.

Todo aquello que contribuye a la penosidad particular de este cuidado representa elementos importantes que integran la asunción propia del cuidado de otro. La convivencia continua y el temor de que algo le suceda al mayor, ante lo cual serían justa o injustamente consideradas responsables, refuerzan este sentimiento, pero no es suficiente. El trabajo de la relación y los afectos, el proceso de resignificación positiva del trabajo del cuerpo y la muerte, el conocimiento íntimo del otro a la vez intelectual, psíquico, corporal y afectiva, el tiempo largo y la soledad que permiten desarrollar un cuidado personal y creativo, integran este proceso. Para decirlo de otra manera, y resumiendo lo que se avanzó anteriormente, la responsabilidad como “estar con” se construye con / por el trabajo de cuidado, tanto como respuesta a la dependencia de otro como defensa ante el riesgo de ceder a la irritación y el maltrato. Se refuerza asimismo con la no responsabilización de la persona asistida, cuando ésta ha perdido toda autonomía y no puede responder por sus actos, incluso si son violentos (Molinier, 2013). Detrás de esta señora mayor apacible y pulcra, y un empleo que parece poco demandante, se desarrolla una actividad muy intensa, compleja y delicada, que a menudo deja a las cuidadoras al borde del agotamiento.

Este compromiso personal, aunque defensivo, puede tener efectos igualmente perjudiciales. La penetración subjetiva por el cuidado y la responsabilidad del otro se manifiesta por la continuidad de la atención (llamadas telefónicas, consejos, visitas) el día de descanso, mientras que cada ausencia de la cuidadora, no siempre bien vivida por la persona mayor, se traduce a su regreso por un incremento del cuidado a brindar. Asimismo, las cuidadoras manifiestan descon-

fianza hacia su remplaceante que altera el equilibrio construido; inclusive, algunas renuncian a sus francos para tratar de controlar mejor todo aquello que puede afectar su trabajo y su empleo.

### **Relaciones de cuidado y responsabilidad, entre dominación y poder**

El trabajo de cuidado remunerado involucra relaciones de poder asimétricas. Las más evidentes son las relaciones de dependencia entre la persona que asiste y la persona asistida, y la asimetría es tanto más importante cuanto que la dependencia es profunda. Las personas que son muy vulnerables por razones de edad o salud están a merced de quienes las cuidan. Estas relaciones de poder y dependencia no son contradictorias con el ejercicio de formas de dominación ejercidas “para el bien” de la persona asistida (Garrau, 2009), o incluso para poder realizar el trabajo de cuidado. Aquí viene nuevamente el trabajo de la relación, que permite un mejor acceso a la persuasión. Esta dominación, obviamente, puede ser excesiva y caer en abusos y malos tratos, un riesgo que aumenta con el aislamiento y cuando las condiciones de trabajo impiden su desarrollo correcto. La posición de poder de las cuidadoras es al mismo tiempo “absoluta” y completamente relativa.

Garrau (2009) destaca una triple dominación que atañe a las cuidadoras: una dominación social estructural vinculada a su posición subordinada en la organización social, en función de líneas de género, clase y “raza”; una dominación derivada de esta posición socialmente dominada y que ubica a la cuidadora en una situación de dependencia económica hacia terceros (su pareja, políticas asistenciales); una dominación psicológica ejercida por la persona asistida (o su familia) que se deriva de la responsabilidad moral asociada con las actividades de cuidado y la necesaria apertura de la cuidadora hacia las necesidades de la persona asistida. Este aspecto sobresaliente de la penosidad de este trabajo puede ir acompañada, según la autora que retoma a Kittay, por una “tiranía de la carga” vinculada a formas de explotación del compromiso de la cuidadora, que no puede ponerle fácilmente fin a la relación. Un estudio micro sociológico de las relaciones de cuidado y dominación completa y complejiza este enfoque. Por ejemplo, cuando estas relaciones entremezclan relaciones de dependencia cruzadas, relaciones de empleo, relaciones de trabajo, relaciones afectivas, todas ellas generadoras de expectativas, esperanzas, reconocimiento o decepción, y que se toman apoyo en las especificidades del trabajo proporcionado (Borgeaud-Garciandía, 2017).

En los casos estudiados, aunque se trata de un trabajo remunerado realizado por una mujer empleada para este fin, las particularidades del empleo la acercan a un “cuidado familiar” cuando éste se produce dentro de un hogar compartido. La cuidadora se encuentra a la vez “adentro” y “afuera”, alternativamente íntima allegada y empleada. Se espera de ella el cuidado técnico, material, acompañado por el afecto y la ternura que se supone necesita la persona

asistida. Sin embargo, rara vez se la invita a ser parte de la toma de decisiones de mayor impacto para esta última (como su institucionalización) y será en tanto *empleada* que ha fallado que será aprehendida si llegara a sucederle algo mientras se encuentra bajo su responsabilidad (aquí, en el sentido de obligación). Esta situación es fuente de ambigüedades y tensiones entre las cuidadoras y sus empleadores, los hijos de las personas asistidas, subyace en la dinámica de las relaciones de poder e impacta en las tensiones en torno a las responsabilidades adjudicadas y/o asumidas. Desde el punto de vista de la responsabilidad, vuelve la situación aún más compleja, inseparable de las características y efectos del cuidado.

La asunción de la responsabilidad moral por parte de las cuidadoras tiene varias aristas. Sus relatos la justifican apoyándose en dos temas principales: el incumplimiento por parte de los hijos de sus deberes filiales, juzgados con severidad en base a una moral familiar tradicional,<sup>4</sup> y el “amor”, el cual se refiere menos a un sentimiento que a la obligación moral que conlleva la dependencia,<sup>5</sup> aligerándola en parte de su peso. Detrás del veredicto sobre los hijos que “abandonan” a sus viejos padres (el abandono como antítesis de la responsabilidad y el amor), o que rechazan o niegan su deterioro, subyacen críticas a las condiciones de trabajo y de empleo, a la vez que las cuidadoras se posicionan como quienes conocen en profundidad el cuidado y el sujeto del cuidado. Los reproches relacionados con las condiciones de empleo, percibidos como poco “nobles” en comparación con los afectos esperados (“*¿Qué puede prevalecer más?* – pregunta Estrella – *¿Amor o dinero?*”), se cristalizan en problemáticas morales, donde pueden ponerse en valor. El conocimiento íntimo del otro integra las relaciones de poder y articula reconocimiento de sí como trabajador y control del empleo. Pues si la dependencia se canaliza de una manera considerada satisfactoria por una relación de cuidado “que funciona”, será mucho más costoso (para la persona asistida y para su familia) reemplazar a la cuidadora. Ello, aunque al final, las cuidadoras, constreñidas por las obligaciones morales propias del cuidado dispensado, no pueden “abandonar” la persona asistida, pero sí pueden ser despedidas sin previo aviso.

### **Conclusión**

El deseo de profundizar la reflexión sobre la responsabilidad y el cuidado no es de origen teórico, sino empírico. Nace de lo que uno podría concebir como un núcleo duro del propio trabajo de cuidado, que será tanto más importante cuanto que la dependencia es profunda y la cuidadora aislada. Y contribuye sin duda a colmar la brecha entre responsabilidad como ética del cuidado y responsabilidad como parte del trabajo concreto de cuidado, que aparecen en las experiencias ordinarias de cuidado como las dos caras de una misma moneda.

En los casos analizados, la convivencia, el encierro y la soledad en un contexto de trabajo de alta dependencia tienden a exacerbar las particularidades de lo que hace al cuidado de otro, que encontramos en formas más atenuadas en

otros profesionales. Así, no se presentarán de idéntica manera según se trabaje a domicilio con un solo asistido, con tres o cuatro personas mayores semi-dependientes unas horas por semana o en una institución geriátrica de larga estada, en el seno de equipos profesionales que se hacen cargo de varios adultos mayores. Aun así, y a pesar de las exhortaciones a “mantener distancia”, el cuidado del otro implica un compromiso de sí, de apertura al otro, sin lo cual el trabajo resultaría insuperable. No se trata de ningún sentimiento positivo innato, sino del resultado del trabajo de cuidado en sí y del trabajo sobre sí mismo que implica la confrontación con la vulnerabilidad humana. El compromiso personal es inevitable, vital y defensivo. Fuente de autovaloración, también puede volverse extenuante e inclusive, en demasía, autodestructivo. Estos diferentes aspectos del trabajo de cuidado se hacen más visibles en las situaciones estudiadas, llevadas al extremo.

Pensar en la responsabilidad, en el corazón del trabajo de cuidado, se refiere a un entrelazado complejo de responsabilidades, que interviene en varios niveles, de acuerdo con sus diversos significados. La responsabilidad relacional y las relaciones de poder ofrecen elementos de respuesta a la famosa pregunta “¿Quién se ocupa de qué...?” (Molinier et al., 2009, p.103) que revela la distribución desigual del trabajo de cuidado y politiza la cuestión de su organización, en diferentes escalas. Esta pregunta ha sido ampliamente retomada por los sociólogos. Por otro lado, la pregunta siguiente –“¿... y cómo?”– (ibidem), partiendo de los puntos de vista de los trabajadores directamente involucrados, es más incómoda y ha sido menos analizada. Resulta más incómoda en tanto plantea preguntas que molestan (relacionadas con el afecto, la moral, la sexualidad, etc. tantas dimensiones embarazosas para las ciencias sociales) e implica, como lo observó Paperman (2013), cuestionar los conocimientos adquiridos y el lugar del “experto sociólogo”. Esta pregunta, que toca lo más profundo del trabajo de cuidado, moviliza otra dimensión de la responsabilidad que surge de este trabajo vivo sobre lo humano, preservándolo de la amenaza de deshumanización. Ese “¿y cómo?” que reenvía a la intimidad del trabajo de cuidado y las resistencias a las que da lugar, también se encuentra íntimamente ligado a la distribución de poder, del trabajo y de las responsabilidades. En este sentido, es a partir de las especificidades, constreñimientos y exigencias del trabajo, más que en términos de servilismo (Memmi, 2016), que podemos entender mejor los compromisos, resistencias y repliegues de las trabajadoras, así como abrirse a la complejidad de las formas de explotación a las que dan lugar, y articulan desigual división social y familiar del trabajo, delegación del cuidado hacia actores socialmente subordinados, y el compromiso de sí y responsabilidad hacia el otro que implica su asunción. Piedra discreta pero angular de la dominación, el compromiso de sí que moviliza el trabajo de cuidado reenvía a la ética del cuidado (o de sí en el cuidado), es, a su vez, fuente de autovaloración e identidad.



## Notas

- 1 Sobre los mecanismos de incitación al registro del empleo doméstico y, luego, la implementación en 2013 de la ley 26.844 dicha de Régimen Especial de Contrato de Trabajo para el Personal de Casas Particulares, ver Pereyra (2012) y Esquivel y Pereyra (2017).
- 2 La primera década del 2000 fue marcada por la campaña de regularización migratoria Patria Grande (2006), que tenía como objetivo regularizar la situación migratoria de las personas miembros del Mercosur, y por la entrada en vigencia de la nueva Ley de Migraciones (Ley 26.871, aprobada en 2004, reglamentada en 2010) que reconoce el derecho de las personas a migrar y la libre circulación de extranjeros miembros del Mercosur.
- 3 Tal como se vera más adelante, no entienden su actividad como repugnante o degradante. El cuidado realizado y su valor intrínseco llevan a las cuidadoras a construir un significado positivo de lo que se entiende por “trabajo sucio”, mientras que vinculan los aspectos menos “nobles” con otros aspectos de su empleo.
- 4 La familia, idealmente presentada como espacio de amor, cuidado y solidaridad, no se corresponde necesariamente con las experiencias familiares de las cuidadoras, sino que sirve para sostener su posición crítica.
- 5 Por ejemplo, Estrella, muy poco remunerada por sus empleadores, cuando dice: “Pero fue más que nada, el amor que le llegué a tener a la abuela; fue lo que me hizo quedarme [...]. Porque yo decía “Si yo me voy, ella se enferma” [...] Yo tenía posibilidades de irme a trabajar a otro sitio. (ver el caso de Estrella en Borgeaud-Garciandía, 2017, cap. IV). Sobre el “amor”, cf. Molinier (2005), Borgeaud-Garciandía (2017).

## Referencias

- ARAUJO GUIMARÃES, N.; HIRATA, H. (Coord.) *El cuidado en América Latina*. Mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay (título provisório). Buenos Aires: ed. Fundación Medifé, 2020.
- BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.18, 2015.
- BORGEAUD-GARCIANDÍA, N. En la intimidad del cuidado de ancianos dependientes: la experiencia de cuidadoras sin retiro en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. In: PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Org.) *Las fronteras del cuidado*. Agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- \_\_\_\_\_. Intimidad, sexualidad, demencias. Estrategias afectivas y apropiación del trabajo de cuidado en contextos desestabilizantes. *Papeles del CEIC*, v.1, papel 148, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Puertas adentro*. Trabajo de cuidado domiciliario a adultos mayores y migración en la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Teseo, 2017. Accesible en: <<https://www.teseopress.com/puertasadentro>>.
- ESQUIVEL, V.; PEREYRA F. Las condiciones laborales de las y los trabajadores del cuidado en Argentina. Reflexiones en base al análisis de tres ocupaciones seleccionadas. *Trabajo y Sociedad*, n.28, 2017.
- FAUR, E. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres–madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. In: ESQUIVEL, V.; FAUR, E.; JELIN, E. *Las lógicas del cuidado infantil*. Buenos Aires: IDES, 2012

- GARRAU, M. Le care entre dépendance et domination: l'intérêt de la théorie néo républicaine pour penser une "caring society". *Les Ateliers de l'Éthique*, v.4, n.2, 2009.
- GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GROS, F. Le soin au cœur de l'éthique et l'éthique du soin. *Recherche en Soins infirmiers*, n.89, 2007.
- HOCHSCHILD, A. R. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: GIDDENS, A; HUTTON, H. (Eds.). *On the Edge: Globalization and the New Millennium* (p.130-46). Sage Publishers, 2000..
- \_\_\_\_\_. Amor y Oro. In HOCHSCHILD, A. R. *La mercantilización de la vida íntima*. Apuntes de la casa y el trabajo. Madrid; Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- MEMMI, D. Aides à domicile et domination rapprochée. *La vie des idées*, 4 mai 2016.
- MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN P. (Ed.) *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.
- MOLINIER, P. Le care à l'épreuve du travail. Vulnérabilités croisées et savoir-faire discrets. In: PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. (Dir.) *Le souci des autres*. Éthique et politique du care. Paris: Raisons Pratiques, EHESS, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2013.
- MORICE, A. *Recherches sur le paternalisme et le clientélisme contemporains: méthodes et interprétations*. Mémoire pour l'Habilitation à Diriger des Recherches. Paris: EHESS, 2000.
- PAPERMAN, P. *Care et sentiments*. Paris: PUF, 2013.
- PARREÑAS, R. S. Migrant Filipina Domestic Workers and the International Division of Reproductive Labor. *Gender and Society*, v.14, n.4, 2001.
- PEREYRA, F. La regulación laboral de las trabajadoras domésticas en Argentina: situación actual y perspectivas. In: ESQUIVEL, V.; FAUR, E.; JELIN, E. *Las lógicas del cuidado infantil*. Buenos Aires: IDES, 2012.
- PULCINI, E. Donner le care. *Revue du MAUSS*, v.39, n.1, 2012.
- TRONTO, J. *Moral boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. London: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. Particularisme et responsabilité relationnelle en morale: une autre approche de l'éthique globale. In: MOLINIER, P.; PAPERMAN, P. (Ed.) *Contre l'indifférence des privilégiés*. À quoi sert le care. Paris: Payot & Rivages, 2013.

*RESUMEN* – El artículo ofrece una lectura interpretativa sobre la responsabilidad en el trabajo de cuidado a partir del cuidado realizado por mujeres migrantes que trabajan sin retiro con personas mayores muy dependientes en la capital argentina. En particular, se centra en la responsabilidad como asunción de la obligación moral para con el otro vulnerable. Tras dar información sobre el terreno de estudio y la perspectiva de índole más teórica que se pretende enriquecer, se analizan sucesivamente las relaciones entre responsabilidad y división del trabajo, entre responsabilidad y trabajo de cuidado y, fi-

nalmente, entre cuidado, responsabilidad, poder y dominación. Se destaca el papel que cumple la responsabilidad como parte intrínseca del trabajo de cuidado, y en la complejidad de las tramas de explotación de quienes se dedican a este trabajo, en el marco de relaciones desiguales de poder.

*PALABRAS-CLAVE:* Responsabilidad, Cuidado, Trabajo de cuidado, Adultos mayores, Ética.

*ABSTRACT* – The article offers an interpretative reading of the responsibilities associated with care work, based on experiences of live-in caregivers for the elderly in the Argentine capital. In particular, it focuses on responsibility as an assumption of a moral obligation towards the vulnerable. After providing information on this field of study and our preferred theoretical perspective, the relationships between responsibility and division of labor, between responsibility and care work and, finally, between care, responsibility, power and domination are analyzed successively. The article highlights the role of responsibility as an intrinsic part of care work, within the complexity of exploitation patterns that affect those engaged in it and in the context of unequal power relations.

*KEYWORDS:* Responsibility, Care, Care work, Elderly, Ethics.

*Natacha Borgeaud-Garciandía* es doctora en sociología de la Universidad Paris 1-Panthéon Sorbonne e investigadora del IICSAL-Flacso/Conicet en Argentina.

@ – [natachbg@gmail.com](mailto:natachbg@gmail.com) / <http://orcid.org/0000-0001-5532-8562>

Recebido em 10.12.2019 e aceito em 6.2.2020.

<sup>1</sup> Instituto de Investigaciones Sociales de America Latina, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.



# Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão

HELENA HIRATA<sup>1</sup>

## Introdução

**E**MBORA GRANDES diferenças existam entre Brasil, França e Japão, pelo seu nível de desenvolvimento econômico e tecnológico, pela sua história sociopolítica e cultural, esses três países convergem pelo contexto de envelhecimento rápido de sua população e pela eclosão de uma “crise do cuidado”, consequência desse envelhecimento rápido e a falta de mão de obra gratuita das mulheres que estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e nos empregos relacionados ao cuidado. O desenvolvimento das profissões do cuidado e a externalização crescente desse trabalho é consequência direta dessa conjuntura sociodemográfica e das transformações do mercado de trabalho feminino.

Partimos da ideia da centralidade das mulheres no cuidado, no passado sob modalidades gratuitas e hoje cada vez mais mercantilizado. Essa centralidade do trabalho das mulheres é tanto quantitativa, pela inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, quanto qualitativa, porque seu investimento é essencial para o trabalho reprodutivo e pelo fato de que elas estão nas profissões de produção da vida.

A centralidade do trabalho das mulheres pode ser observada tanto nas instituições quanto em domicílio, tanto realizado gratuitamente quanto a título de atividade remunerada.

Os principais atores do cuidado – além das cuidadoras –, Estado, mercado, família, comunidade, agem em cada país de maneira desigual e assimétrica, mas as mulheres continuam a realizar majoritariamente o trabalho de cuidado. Provavelmente, a tendência será de continuar assim, na medida em que se trata de um trabalho em grande parte precário, com baixos salários, pouco reconhecido e pouco valorizado. Entretanto, com a mercantilização, o cuidado pode se tornar inclusive um trabalho de homem, como no Japão, apesar das suas características pouco atraentes. Nas Instituições de Longa Permanência de Idosos (Ilpi) japonesas da nossa pesquisa quase 40% dos “care workers” eram homens. No cuidado em domicílio, dada a necessidade de realizar simultaneamente trabalho doméstico e de cuidado, encontramos apenas mulheres. Na Europa, mulheres imigrantes e muitas vezes sem documentos, no Brasil trabalhadoras domésti-

cas ou diaristas sem vínculos empregatícios e trabalhando na informalidade, no Japão mulheres que acumulam frequentemente o cuidado de pais idosos e o trabalho remunerado em domicílio. A organização social do cuidado atribui um papel central às mulheres e à família nos três países estudados.

O cuidado pode ser definido como um trabalho material, técnico e emocional atravessado por relações sociais de sexo, de classe, de raça, entre diferentes protagonistas: os provedores e as provedoras do cuidado, de um lado, os beneficiários e beneficiárias do cuidado, de outro, assim como todos os que administram, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele recobre um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em dar uma resposta concreta às necessidades dos outros. O cuidado é uma disposição, portanto contendo um aspecto ético, e é igualmente prática. Também podemos defini-lo como uma relação de serviço, de apoio ou de assistência, remunerada ou não, implicando um sentido da responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar do outro. O trabalho de cuidado diz respeito às pessoas em situação de dependência, mas todos os seres humanos são vulneráveis em algum momento de suas vidas.

Segui duas orientações na minha pesquisa sobre o trabalho de cuidado. A primeira é a de levar em consideração a complexidade do trabalho de cuidado e a dificuldade de apreender as fronteiras entre suas diferentes dimensões: o amor, o afeto, as emoções, por um lado, e o fazer, as técnicas, o emprego mercantil, por outro. A segunda orientação é a que relaciona o trabalho de cuidado e a sexualidade, seguindo as pistas de pesquisa de Pascale Molinier (Molinier, 2009; Borgeaud Garciandia, 2018). Aqui não desenvolvo esse aspecto da pesquisa que está ainda em desenvolvimento e que não aparece explicitamente nas entrevistas sobre “o que é o cuidado” e “em que consiste sua atividade”, questões que decidi analisar neste artigo. Mas não poderia deixar de mencionar aqui a ideia de Pascale Molinier segundo a qual o trabalho do *care* não pode ser pensado independentemente do sexual. Se é mais tranquilizador separar desejo sexual e velhice, de um lado, sexualidade e competências profissionais, de outro lado, não é possível evacuar essa dimensão constitutiva das relações de cuidado em instituição ou em domicílio.

O trabalho de cuidado que é objeto deste artigo foi e continua a ser exercido também dentro do espaço doméstico, na esfera dita “privada” e realizado “por amor” junto a pessoas idosas, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais.

Martha Nussbaum (2008, p.14) se refere à centralidade das mulheres quando ela declara: “Em todos os casos, condições sociais e políticas desiguais dão às mulheres capacidades (*‘capabilities’*) humanas desiguais”. E a atribuição às mulheres das tarefas domésticas e de educação das crianças as conduzem inevitavelmente aos trabalhos desvalorizados do cuidado (Tronto, 2009).

Minha pesquisa comparativa internacional mostrou a conjunção entre migração e desqualificação na França; entre informalidade e empregos múltiplos para

as cuidadoras, mesmo jovens, no Brasil; carreiras femininas mais estáveis e desemprego e reconversão para os homens cuidadores relativamente numerosos no Japão. Uma característica transversal a essas trajetórias diferenciadas é a precarização ou a desqualificação frequentemente observada no seu itinerário profissional. Em cada país a configuração das relações sociais é diferente, mas nos três países *são as/os mais vulneráveis* que se tornam as provedoras ou provedores do cuidado.

Este artigo visa mostrar pontos de diferença e de convergência no trabalho das/os cuidadoras/es brasileiras/os, francesas/es e japonesas/es.

Para isso nos baseamos, numa primeira parte deste artigo, na análise em profundidade de nove entrevistas de cuidadoras em instituições (instituições de longa permanência de idosos), três de cada país, para apreender a relação subjetiva ao trabalho, assim como as formas de organização e realização do trabalho de cuidado como relação social e interindividual.

Numa segunda parte deste artigo, comparamos a relação de cuidado nos três países, dentro do contexto social, e de políticas públicas, em que essas relações de cuidado se inserem.

Numa terceira parte destacamos o interesse da comparação internacional para apreender as especificidades e as similaridades do trabalho de cuidado nos três países.

### **Cuidado e atividades: as relações de cuidado no Brasil, na França e no Japão**

O trabalho realizado pelas cuidadoras e auxiliares de enfermagem nos três países são à primeira vista *grosso modo* comparáveis, mas a maneira de descrevê-lo, a expressão quanto à sua atividade, são muito diferentes de uma pessoa a outra, de um país a outro. A questão: o que significa para você “cuidar” (no Brasil ou “*prendre soin*” (na França) as respostas eram mais diretas e simples nesses dois países do que no Japão onde a palavra “*kaigo*” suscitava frequentemente o comentário “é difícil” e longos momentos de silêncio. Uma hipótese que poderia explicar essa diferença é o signo chinês representando a palavra “*kaigo*” e a banalização relativamente recente dessa palavra, ao contrário de “*prendre soin*” ou “cuidar”. Tivemos também respostas dizendo que havia duas palavras em japonês, “*kaigo*” e “*kango*”, a primeira designando o “cuidado”, e a segunda, “*kango*”, o “*soin*” propriamente dito, correspondente à distinção entre “*care*” e “*cure*”.

A realização do trabalho de cuidado como relação social e interindividual pode ser apreendida na análise das entrevistas a seguir.

As respostas à questão “O que é para você o cuidado?” sendo relativamente padronizadas e pouco singulares, decidimos relacionar as respostas a essa questão com aquelas à questão “em que consiste o seu trabalho?” As duas respostas não vão sempre no mesmo sentido como poderia ser o caso.

Assim, Sandra, 52 anos, auxiliar de enfermagem de sexo feminino, trabalhando em Paris em regime de turno noturno (21h-7h), nascida em Guadalupe (Antilhas) reponde à questão “o que é o cuidado”:

“Cuidar é estar à escuta da pessoa, saber se ocupar dela em todos os sentidos do termo. Dar de comer, saber se é necessário lava-la, se é necessário troca-la, falar com ela, mesmo se ela não compreende, mas sabe, o fato de falar relaxa, fazer um carinho na cabeça, você vê, lhe fazer saber que você está *presente*.” (Sandra, auxiliar de enfermagem, Paris)

Quando perguntada sobre em que consiste sua atividade, ela diz que olha as “transmissões para saber o que aconteceu durante o dia; depois vai aos quartos para ver se estão deitados, trocar a roupa se estão sujos, dar de beber se tem sede, um comprimido ou um sonífero da noite para os que devem tomar. Daí faz uma pequena pausa para um lanche um pouco antes das 23h e começa uma segunda ronda. Um homem não para de gritar entre 21h e 4h da manhã, mas ela não pode ir vê-lo senão de tempos em tempos porque ela precisa cuidar dos outros “doentes”. Ela pede para a enfermeira para ir ver mas ele continua a gritar.

“E preciso estar sempre presente [...] ir ver o que está acontecendo, se uma porta está fechada é preciso abrir, se não vemos um residente no seu quarto é preciso procurar onde ele está, porque não é normal. Olhe, é um trabalho muito difícil porque é preciso estar todo tempo antenado (“*sur ses gardes*”).” (Sandra, auxiliar de enfermagem, Paris)

O que fica claro na fala de Sandra é que a *presença*, que é a essência do cuidado, é difícil de realizar em meio a tantas atividades e cuidando de tantas pessoas. Ao mesmo tempo em que cuidado significa *presença*, a narrativa sobre as atividades concretas de cuidado indica que cuidado é muito mais do que simples *presença*, o que fica claro na fala de Julie, 57 anos, auxiliar de enfermagem do sexo feminino, nascida em Paris e trabalhando nessa cidade: A questão “O que é o cuidado?” ela responde: “cuidar, bem, é (silêncio) é minha *presença*”. Mas questionada sobre suas atividades, ela diz que faz duas rondas à noite, e há muitas chamadas à noite: “eles ficam angustiados, eles chamam, tocam a campainha, muitas chamadas”.

“Agora acabei de levar água para uma senhora, todas as noites começo por ela [...] Faço as trocas (de fralda, de roupa) de manhã às 5h, uma senhora que se mexe muito ela se mexe muito mesmo, sou obrigada a ir ver à noite se ela não foi para baixo da cama, ela fica presa, embaixo da cama [...] ela é bem pequenininha [...] ela é de vidro [...]. Faço três rondas, a primeira a uma hora da manhã, agora faço uma lá pelas duas e meia e depois uma às quatro horas; e aí às quatro horas da manhã faço um café sim.” (Julie, auxiliar de enfermagem, Paris)

“Estar *presente*” é uma expressão que aparece tanto na fala de Sandra quanto de Julie, mas quando se trata de atividades concretas elas sublinham muito claramente os constrangimentos de um serviço onde há poucos cuidadores em relação ao número de beneficiários do cuidado, um número demasiado grande para poder cuidar bem. Nas respostas de Julie, a palavra *presença* remete a uma preocupação quanto à saúde dos beneficiários, observação, atenção, responsabilidade. As “trocas” (de fralda, de roupa) que faz Julie às quatro horas da manhã



implicam práticas, gestos, um comportamento que vai bastante além da simples *presença*.

Já Antoine, 45 anos, Auxiliar Médico-Psicológico (AMP) do sexo masculino, em turno diurno, nascido nas ilhas Comores, a comparação do que ele diz sobre o cuidado e o que ele diz sobre suas atividades de cuidado reforça as respostas de Sandra e Julie: o objeto do cuidado é um indivíduo, um beneficiário singular, enquanto sua atividade de trabalho coloca em cena imediatamente a cooperação – com os colegas, o médico, os psicólogos. Uma segunda constatação é que a atividade concreta de trabalho coloca-o em presença de níveis diferentes de dependência, tornando mais complexo o trabalho e exigindo práticas distintas do cuidado para cada caso. Enfim, ele salienta o número importante de residentes dependentes para cada cuidador no seu cotidiano de trabalho.

“Cuidar quer dizer muitas coisas, estar atento, estar à escuta, ser paciente, euh escolher o momento euh tomar uma certa distância, euh conhecer seus limites [...]” (*Antoine*, AMP, França)

Entretanto perguntado sobre suas atividades, Antoine diz que começa por fazer transmissões (orais) com seus colegas da manhã às 13h38:

“Com o médico se ele está lá, com os psicólogos se eles estão lá, com as cuidadoras da manhã e da tarde (cerca de 30m). Antes de partir a gente faz as transmissões escritas (cerca de 10 a 20 minutos) [...] A gente faz eles comerem (3 cuidadores para 27 residentes, 9 residentes para cada cuidador), 5 pessoas que a gente tem que colocar a comida na boca, outros que a gente estimula, uns 5 nesse caso; é preciso estimular, é preciso ficar olhando, heim, é preciso verificar. Quase a metade. E de 27 residentes, 9 são cadeirantes.” (*Antoine*, AMP, França)

Outras questões são levantadas por Milton, 26 anos, cuidador de idosos do sexo masculino numa instituição de longa permanência para idosos em São Paulo. Ele introduz a questão do respeito no trabalho de cuidado, e se refere a passeios, trabalhando numa instituição de cuidado a pessoas idosas de posses:

“O cuidado é respeitar, respeitar a pessoa. E também o respeito da pessoa em relação ao cuidador. Cuidar não é apenas realizar diferentes atividades, é contribuir, é a contribuição e (a pessoa idosa) também deve retribuir [...] Meu trabalho (atividades) são os ‘cuidados integrais’ às pessoas idosas. A única coisa que não fazemos são os remédios que faz parte do trabalho dos técnicos de enfermagem. Damos todo o cuidado de que a pessoa idosa tem necessidade, ajuda para se alimentar, se trocar, o acompanhamento para as consultas médicas, os passeios etc.” (*Milton*, cuidador de idosos, São Paulo)

No caso de Milton o respeito mútuo e a contribuição-retribuição, presentes na definição do *care* não consta na descrição de suas atividades, que aparecem como uma lista de tarefas que dizem respeito ao beneficiário, como se o domínio da ética e o das práticas fossem separados, o primeiro sendo da ordem unicamente da disposição e o segundo, do universo do fazer concreto. O domínio das atividades traz também nesse caso a necessidade de cooperação, aqui com

os técnicos de enfermagem que cuidam dos remédios, cooperação que pode também significar tensão e conflitos.

No caso de Maria, 20 anos, cuidadora em São Paulo, há convergência entre suas palavras sobre o cuidado e suas palavras sobre sua atividade de trabalho, convergência que se materializa na palavra *ajudar*. Entretanto, seu discurso sobre suas atividades introduz a questão da saúde das pessoas idosas e o fazer face a suas necessidades, tanto psicológicas quanto “de base”.

“Para mim; o cuidado é fazer com que a pessoa esteja bem [...] Para mim, se ela está bem, é cuidar [...] se ela tem um problema, poder ajudá-la nas suas necessidades [...] estar a todo momento, em não importa que situação, pronta a ajudar, para mim isso é cuidado Maria. (Atividades?) Meu trabalho consiste em ajudar a tratar as pessoas idosas para que elas possam ter uma velhice melhor, ajudar nas necessidades de base, inicialmente nas necessidades psicológicas [...] ajudar a ter uma velhice com saúde na medida do possível.” (*Maria*, cuidadora, São Paulo)

Amélia, 35 anos, cuidadora em São Paulo, introduz a questão do amor no cuidado. Cuidar é amar, tanto o beneficiário quanto sua própria atividade. E se colocar no lugar do outro. E tornar as outras pessoas “felizes”. Para isso é necessário realizar toda uma série de atividades de acompanhamento, com uma preocupação cotidiana quanto à saúde do beneficiário, inclusive psicológica: “Porque ele está triste, porque ele está agitado”. A paciência faz parte das disposições para realizar essas atividades.

“O cuidado para mim é como se você estivesse no lugar deles. Será que gostaria de ser tratada assim? E se fosse sua mãe, seu pai? E isso o cuidado, amar o próximo. Dar satisfação. ‘Cuidar’ é amar o que fazemos, senão procurar algo de satisfatório, que as outras pessoas sejam felizes [...] cuidar do residente também em relação a seu estado de saúde; dar o banho, fazer a higiene íntima e oral, alimentação [...] Ver o que se passa, porque ele está triste, porque está agitado. Observar também suas necessidades fisiológicas, se está normal, se ele não faz durante três dias devemos chamar a enfermeira para dar o remédio [...] a gente também o acompanha ao médico, ao hospital [...] para cuidar deles é necessário se dedicar [...] ter paciência, um estado psicológico equilibrado porque não é fácil [...] muitas vezes eles se sentem deprimidos [...] eles gostariam que a gente ficasse um pouco mais com eles.” (*Amélia*, cuidadora, São Paulo)

Para Sueko, mulher, 21 anos, cuidadora em Toquio, *care* evoca utilidade e orgulho. A dificuldade da atividade de cuidado vem do fato de que a dependência aumenta com a idade mas é necessário dizer às pessoas idosas de fazer o que eles ainda são capazes de fazer. É interessante observar que também no seu discurso, como no de Maria, do Brasil, a palavra *ajudar* aparece em relação ao cuidado.

“O ‘care’... hum... sim... é um trabalho de que podemos nos orgulhar. Ser útil às pessoas. E penso que é um trabalho muito difícil. Um trabalho

de que podemos nos orgulhar. [...] Meu trabalho é fazer o que os velhos ('oditian') e as velhas ('obatian') não conseguem mais fazer, isso aumenta nos velhos dias, e pedir a eles para fazer o que eles podem (ainda) fazer, e o que eles não podem fazer nos os *ajudamos* [...] Entre o que aprendemos na escola e o que fazemos aqui, é completamente diferente. Quando fazemos exercícios entre nós na escola, o outro se mexe. Mas na realidade, eles não conseguem ficar de pé, eles não conseguem se mexer, eles não abrem a boca (quando a gente pede), há muitos residentes assim." (Sueko, cuidadora, Tóquio)

Yumiko, mulher de 34 anos, enfermeira de formação e cuidadora em Tóquio, compara seu trabalho de cuidadora à sua experiência anterior numa clínica psiquiátrica, e a falta de futuro dos beneficiários na sua atividade atual. Ela compara também seu corpo são que ela pode aprender a conhecer com o cuidado às pessoas dependentes. Como a brasileira Maria e a japonesa Sueko ela utiliza a palavra *ajudar* para descrever sua atividade: *ajudar* a se alimentar, *ajudar* a tomar o banho, ajuda que não é mobilizada numa clínica psiquiátrica

"O *care*, é uma espécie de espelho para o autoconhecimento. O trabalho físico é duro, mas dizer coisas desse tipo não leva a nada. Quanto ao *care* como profissão [...] eu faço esse trabalho porque tenho um corpo são, fazer *care* é portanto melhor conhecer a si mesma.

(Atividade?) Meu trabalho? *Care* da manhã à noite. Mesmo à noite [...] Pessoas que não trabalham nem vão trabalhar no futuro [...] Na minha experiência numa clínica psiquiátrica, eles não trabalhavam mas podiam voltar a trabalhar no futuro. Havia um futuro [...], aqui não. Queremos que eles passem bem o seu tempo. Aqui a gente se ocupa da vida cotidiana. Na clínica, não era necessário ajudar a se alimentar ou a tomar banho.

Minoru, homem, 50 anos, cuidador e "líder de equipe" em Tóquio, faz uma equivalência entre cuidado e trabalho. Para ele, seu trabalho é *care*, mas há coisas que ele pode aceitar como fazendo parte do seu trabalho e outras que ele não pode aceitar como fazendo parte do seu trabalho. As atividades concretas se resumem, segundo ele, a refeições, evacuação, banho. E ele utiliza também o termo *ajudar*: "é um trabalho que serve para *ajudar*, apoiar pessoas muito diferentes". As diferenças entre os beneficiários num estabelecimento é sublinhada por ele, como já tinha sido sublinhado por Antoine, o cuidador francês:

"O *care* é atualmente meu trabalho. Mas no meu trabalho há coisas que posso aceitar ('*Shigoto to shite warikireru bubun*') e outras que não posso aceitar como fazendo parte de meu trabalho ('*Warikirenai bubun*'). Entretanto, é um trabalho que serve para *ajudar*, dar um apoio ('*shien suru*') a pessoas bastante variadas. (Atividades?). É a profissão do cuidado ('*kai-goshoku*'): refeição ('*shokuji*'), evacuação ('*háissetsu*'), o banho ('*nyuyoku*'), 'é isso principalmente o trabalho do cuidado'."

A partir dessas falas, podemos constatar as seguintes *diferenças e convergências* na definição do cuidado e na relação com a atividade.

Uma primeira convergência: a ideia de *presença* associada ao *care*. Cuidar é estar presente, e a presença é sempre para um indivíduo, e não para uma multiplicidade de pessoas. Quando se trata de muitas pessoas, a possibilidade de garantir a *presença* se esvai.

Uma segunda convergência: a diferença na resposta sobre “o que é o cuidado” e “em que consiste suas atividades”. A questão sobre o que é o cuidado remete à *disposição*, e coloca o cuidador na dimensão da *ética* e a questão sobre *as atividades* remete ao *trabalho* concreto. O *care* é pensado em relação a um *indivíduo* singular, as “atividades” nos põem em presença de um *coletivo*, à necessidade de cooperação, e a níveis de dependência diferentes segundo os indivíduos.

Uma terceira convergência: o “*care*” e as “atividades” podem ser pensados como *ajuda* pelas cuidadoras mulheres (Maria, Brasil; Sueko, Japão; Yumiko, Japão) e por um cuidador homem (Minoru, Japão).

Uma quarta convergência: as atividades se referem não apenas à dimensão fisiológica, mas também à dimensão psicológica e entre as disposições a paciência é necessária para realizar essas atividades.

Embora as diferenças sociais entre os três países considerados sejam significativas, como veremos a seguir, na definição do que é o cuidado e nas diferentes atividades tais como elas são expressas pelas trabalhadoras e trabalhadores entrevistados, não foi possível constatar diferenças importantes, mas sobretudo convergências e similitudes nas disposições e nas práticas.

### **O peso do contexto nacional: a variedade das organizações sociais do cuidado**

É necessário mencionar aqui a variedade das modalidades de organização social do cuidado segundo os contextos nacionais, que tem repercussão sobre as trajetórias e as atividades das cuidadoras e cuidadores.

Os múltiplos atores do cuidado na sociedade – o Estado (estruturas centrais e locais), o mercado, a família, as Organizações Não Governamentais (ONG), as organizações sem fim lucrativo (NPO, Non Profit Organization); associações, instituições filantrópicas, trabalhadores voluntários e comunitários – se combinam de maneiras diferentes, desiguais e assimétricas em cada contexto social para assegurar a organização social do cuidado (Hirata, Guimaraes, 2012). As configurações múltiplas que alguns chamam *care diamond* (o “diamante do *care*”) entre Estado, mercado, família, comunidade (Razavi, 2007; Ochiai, 2015) são perceptíveis na nossa comparação Brasil, França e Japão.

Na França as políticas públicas têm um papel central no cuidado às pessoas idosas, com um grande número de mecanismos de auxílio, o que não significa que o governo financia devidamente as instituições que cuidam das pessoas idosas, vejam-se as mobilizações de trabalhadores das instituições (EHPAD) na França em 2017 e 2018 contra os cortes orçamentários (Pelletier, 2019). A Alocação Personalizada de Autonomia (APA), criada em 2002, é o principal

instrumento de política pública no que diz respeito às pessoas de mais de 60 anos em situação de perda de autonomia na França. Tal situação é avaliada por uma equipe médico-social segundo uma classificação de níveis de dependência, a grade *Autonomie, Gérontologie, Groupes Iso-Ressources (Aggir)*, de 1 a 6, as pessoas classificadas de nível 5 e 6 sendo consideradas autônomas e sem possibilidade de receber esse benefício, e as pessoas classificadas nos níveis 1 a 4 podendo ser beneficiárias da APA. Essa alocação é concedida a todos os que têm 60 anos ou mais independentemente do seu nível de recursos, mas o valor da alocação será maior ou menor dependendo de tal nível. A APA custeia despesas para que uma pessoa idosa possa ficar em casa ou para pagar uma parte das despesas para permanência numa instituição. Os membros da família que cuidam de uma pessoa idosa da família podem também ser remunerados pela APA, com exceção dos cônjugues. Segundo pesquisa de Florence Weber (Weber; Trabut; Billaud, 2014) 16% de membros da família recebem (baixos) salários para cuidar das pessoas idosas da família em domicílio. Não há algo equivalente a esse tipo de medida no Japão ou no Brasil. Os membros da família fornecem, nos dois últimos países, o trabalho de cuidado não remunerado.

A APA reforça o poder local na medida em que ela é administrada pelos Centros Comuns e pelos Conselhos Departamentais. Os dossiês para ser beneficiário da APA devem ser retirados no Centro Comunal de Ação Social (CCAS) e serem enviados ao Conselho Departamental.

As associações e as ONG estão igualmente muito presentes na provisão do cuidado às pessoas idosas. Elas são estruturadas para realizar a mediação entre os beneficiários do *care* e os diversos atores provedores. O voluntariado/filantropia é também tradicionalmente estruturado e ativo. Quanto ao mercado, constata-se o desenvolvimento de um mercado de trabalho informal, de um lado e, de outro, o desenvolvimento de estruturas – empresas privadas – que agem com a autorização do governo.

No Japão, o cuidado às pessoas idosas é considerado do domínio da família e em particular das mulheres no interior das famílias. Assim, o cuidado informal não remunerado tem um papel central nesse país. Segundo Ito (2010, p.141), em 2004, “13,6% das pessoas idosas são cuidadas em estabelecimentos de longa permanência de pessoas idosas dependentes, 75% são cuidadas por membros de sua família. Entre os cuidadores familiares 75% são mulheres: esposas, filhas, noras etc.”.

O setor público é também bastante ativo, sobretudo desde o “reconhecimento institucional do *care*” (Ito, 2010, p.141) com a instauração do Long-Term Care Insurance (LTCI) em 2000. Essa política pública, assim como o APA na França, cobre despesas tanto do cuidado em domicílio quanto em instituição como os Centros Dia ou as instituições de longa permanência de idosos de 65 anos ou mais. Para o governo japonês trata-se de uma política flexível para fazer face ao movimento das pessoas idosas que escolhem diferentes modalida-

des de cuidado. Fluxos financeiros importantes existem entre o setor público e o mercado, de um lado, e as ONG, do outro. O LTCI é financiado por um imposto obrigatório de todos os residentes no Japão de 40 anos ou mais (inclusive os residentes estrangeiros). Em caso de necessidade, um residente paga 10% dos custos e o governo local paga os 90% restantes.

Como na França, o mercado assiste os beneficiários do cuidado sob a forma de empresas privadas ou parapúblicas, que têm a autorização do governo para agir nesse setor.

Enfim, em 2007, o governo tentou introduzir mão de obra imigrante no setor do *care* com acordos de parceria econômica com a Indonésia (APEJI) mas obtendo magros resultados por uma série de razões (Ito, 2010, p.145). Também um Acordo de Parceria Econômica (APE) com Filipinas entrou em vigor em 2008 (Ito, 2010, p.138). O pouco sucesso desses acordos para estimular o trabalho de imigrantes no setor de cuidado tem certamente a ver com a questão da língua de difícil aprendizado para um estrangeiro, e cujo domínio é fundamental no cuidado da pessoa idosa.

No Brasil não há políticas públicas para o cuidado de pessoas idosas como o APA na França ou o LTCI no Japão. O Brasil carece de financiamento público do cuidado mas também de estruturas para acolher pessoas idosas em número suficiente.

Anna Bárbara Araújo (2019) diz a propósito da cidade de São Paulo que a oferta de equipamentos públicos de cuidado está bem abaixo da demanda porque o número de idosos na população de São Paulo é de 1.733.664 pessoas (14,75% em 2018 segundo os dados da Fundação Seade) e o número de vagas nas instituições públicas de acolhida às pessoas idosas é de apenas 19.660.

As Instituições de Longa Permanência de Idosos (Ilpi) brasileiras acolhem apenas 1% da população idosa do país (Camarano; Barbosa, 2016) quando no Japão, como já vimos, o mesmo tipo de instituição acolhia já em 2004, quase 14% da população idosa.

No caso brasileiro, são, portanto, as redes sociais (redes familiares, redes de vizinhança, redes sociais mais amplas) que são centrais na provisão do cuidado. A família é sempre o provedor principal do *care*, que é da responsabilidade de seus membros, sobretudo das mulheres, mas também das trabalhadoras domésticas e diaristas que são contratadas para o trabalho doméstico mas também para cuidar das pessoas idosas e das crianças da família. O mercado é assim um provedor de cuidado sobretudo pela oferta de serviço dessas trabalhadoras domésticas, mas também pelas empresas e agências de “home care”. O Estado, a despeito de esforços sistemáticos, sobretudo a partir dos anos 1990, não dispõe ainda de um programa de cuidado de pessoas idosas eficaz e bem dotado do ponto de vista financeiro.

## **Diferenças e similitudes.**

### **Aportes da comparação internacional do trabalho de cuidado**

Um primeiro elemento de análise diz respeito à divisão internacional do trabalho. Há hegemonia dos trabalhadores imigrantes no trabalho do *care* na região metropolitana de Paris, e os movimentos de migração externa (França, Japão) ou interna (Brasil), são estreitamente relacionados ao trabalho do *care*. As mulheres são imigrantes externas na região de Paris e imigrantes internas, sobretudo do Nordeste, no Brasil. No caso das cuidadoras imigrantes que entrevistei na França, não constatei o tipo de separação do casal descrito por Arlie Hochschild (Ehrenreich; Hochschild, 2003). As separações eram muito provisórias, as famílias viviam juntas na quase totalidade dos casos (mulheres casadas ou em concubinato, com ou sem filhos). Pode-se também constatar que um grande número de casais e de famílias se formaram na França e não no país de origem das cuidadoras. Essa constatação reforça a ideia desenvolvida por Christelle Avril et Marie Cartier (2019) segundo a qual há uma grande diversidade no perfil das migrantes no trabalho de cuidado nos Sul(s) e nos Norte(s) (cf. também Bourgeaud-Garciandia et al., 2020).

Os fluxos migratórios para o trabalho de cuidado e a globalização desse tipo de trabalho desenham os contornos de uma nova divisão internacional do trabalho de serviços. Nessa nova divisão internacional, o trabalho das mulheres é central, tanto realizado gratuitamente quanto como atividade remunerada. A comparação internacional do trabalho de cuidado indica essa centralidade do trabalho das mulheres apontando para a materialidade desse trabalho, mas também para a representação do cuidado às pessoas dependentes como sendo intrinsecamente feminino. A globalização do cuidado contribui hoje para a projeção, sobre a cena pública, de questões até então encerradas na esfera privada, ou mesmo da intimidade (Dammame et al., 2017).

Um segundo elemento concerne as diferenças palpáveis na organização social do *care*: a preeminência do Estado no caso da França, da família no caso do Japão, da comunidade, redes de sociabilidade e de vizinhança no caso do Brasil. A comparação internacional ressalta essas diferenças que já tínhamos apreendido numa pesquisa anterior sobre o desemprego em Paris, em Tóquio e em São Paulo. Entretanto, se o Estado na França e as redes de proximidade no Brasil são nos dois casos eficazes, não é a família, mas a empresa que tem um papel central em relação ao desemprego no caso do Japão (Demaziere et al., 2013).

Uma outra grande diferença macrossocietal entre o Brasil, de um lado, a França e o Japão, de outro, é a existência nos dois últimos países de um quadro institucional estruturado para o cuidado às pessoas idosas. Trata-se – como vimos na seção anterior – no caso da França, da Allocation Personnalisée d’Autonomie (APA), estabelecida em 2002 e, no caso do Japão, da Long Term Care Insurance (LTCI), “Kaigo hoken”, introduzida em 2000. Não há uma política pública similar no Brasil, nem há no Brasil algo que se compare com o Sistema Nacional

Integrado de Cuidados (Snic) do Uruguai, criado em 2015. O programa do governo federal “Saúde da Família” tem como objetivo a prevenção de todos os membros da família, as pessoas idosas sendo objeto de cuidado apenas a esse título. Trata-se de um programa destinado às camadas pobres da população. Existem alguns programas municipais de cuidadores em domicílio, mas são em número muito reduzido, mobilizando apenas algumas centenas de trabalhadores do cuidado na cidade de São Paulo, que conta, como já dissemos na seção precedente mais de 1.700.000 pessoas idosas. Além disso, fica ainda por analisar as numerosas diferenças existentes entre a APA na França e o LTCI no Japão, sobretudo as modalidades de financiamento: a existência de um imposto obrigatório inclusive para os residentes estrangeiros a partir da idade de 40 anos para financiar o “seguro do cuidado” (“kaigo hoken”) e os projetos controvertidos para a criação de um seguro similar na França onde o financiamento da APA não provém por enquanto de um imposto específico.

Outras diferenças foram constatadas na organização do trabalho e nas políticas de gestão da mão de obra. Em primeiro lugar, nos surpreendemos com o número importante de homens “care workers” nos estabelecimentos (shisetsu) japoneses. A proporção entre mulheres e homens era de cerca de 1 homem para 10 mulheres na França e ainda menos no Brasil; ora, no Japão, quase 40% dos cuidadores nos três estabelecimentos pesquisados eram do sexo masculino. Uma tentativa de explicação dessa diferença na divisão sexual do trabalho de cuidado nas instituições de longa permanência de idosos pode ser encontrada nas políticas públicas em face do desemprego. As mudanças no mercado de trabalho consequente à crise econômica que atingiu o Japão com a falência de Lehman Brothers em 2008, as demissões e a necessidade de reorientar as carreiras se tornou presente para homens e mulheres que tinham empregos muito estáveis nas grandes empresas, industriais ou comerciais. Trabalhar no setor dos serviços se revelou ser uma oportunidade sobretudo porque o governo, para facilitar a reinserção dos desempregados, ofereceu formações gratuitas no setor do *care*, prometendo emprego para os que fizessem o curso. Embora o cuidado seja um trabalho considerado feminino, num país de tradição machista, ele apareceu como preferível ao desemprego.

Em seguida, quanto às práticas de remuneração, há diferenças consideráveis entre os três países, sobretudo pela existência do “bônus”, um salário suplementar pago duas vezes ao ano, representando 3 a 4 salários mensais e beneficiando os assalariados regulares na empresa. As/os entrevistadas/os japoneses ficaram espantados em saber que não havia “bônus” na França e no Brasil, mas às vezes “cheques-presente” (França) na época do Natal de cerca de um terço do salário mínimo francês, ou um “décimo terceiro salário” (Brasil) representando apenas um salário mensal por ano. Diferenças no valor do salário existem entre os três países, o Japão pagando os salários mais altos, seguido pela França e por último o Brasil.



Uma outra diferença notável entre o Japão, de um lado, o Brasil e a França de outro, é o número considerável de horas extras não pagas aos cuidadores do primeiro país. No Japão, o tempo de trabalho semanal era, formalmente, de 40h, mas as/os “care workers” faziam um grande número de horas extras não remuneradas, que podia ir até 6h num só dia de trabalho. O que eu tinha visto como prática corrente na empresa industrial nos anos 1980-1981 no Japão permanecia como prática habitual entre os trabalhadores 30 anos depois, em 2010-2011, dessa vez no setor terciário. Como a chefia adota essa prática de horas-extras não remuneradas, o trabalhador de base não se sente à vontade de reivindicar o pagamento de horas extras que ele executa, por exemplo, para as transmissões escritas, que nunca consegue realizar durante o tempo prescrito.

A variável sindical deve provavelmente ser levada em conta para explicar essa diferença. Quando avaliamos as entrevistas realizadas nos três países, é preciso notar que as respostas das/os entrevistadas/os são mais uniformes e padronizadas no Japão. Nesse país, há pouca contestação da organização do trabalho e da atitude da direção. Na França, os sindicatos estão mais presentes e os discursos manifestam mais frequentemente desacordos com a direção.

Um terceiro elemento que indica o aporte da comparação internacional concerne as convergências e similitudes entre os três países.

Dois pontos de similitude nos três países em relação às questões abordadas:

- primeiramente, a percepção dos salários, considerados baixos nos três países a despeito das desigualdades salariais entre eles. A ideia da parte dos homens empregados, sobretudo no Japão, de que eles não poderiam se casar e fundar uma família com os salários que recebiam. A ideia de um não reconhecimento do valor monetário do trabalho do cuidado é recorrente no Japão, como na França e no Brasil;
- em segundo lugar, um outro ponto de similitude é relativo aos problemas de saúde no trabalho, sobretudo as lombalgias (“yotsuu” no Japão), a hérnia de disco, declarados como males muito frequentes nos três países.

O que espanta é a ausência de toda política empresarial em termos de prevenção quanto às lombalgias – como por exemplo a ginástica para as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) observada nas empresas francesas e brasileiras quando de uma pesquisa anterior sobre filiais e matrizes das firmas multinacionais francesas e japonesas no Brasil.

### **Conclusão**

A heterogeneidade no perfil das trabalhadoras/es do cuidado entrevistadas/os contrasta com o fato de que nos três países trata-se de uma profissão pouco valorizada, com salários relativamente baixos e pouco reconhecida socialmente. Essa igualdade das condições profissionais a despeito da desigualdade dos perfis e das trajetórias dessas/es trabalhadoras/es parece encontrar sua ex-

plicação no coração mesmo da atividade do cuidado, realizada tradicionalmente e gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres.

Assim, a comparação internacional se mostra metodologicamente muito útil para examinar o trabalho do cuidado no cruzamento das relações sociais de sexo, de classe e de raça (Hirata et al., 2017; Kergoat, 2016). Ela permite mostrar suas configurações diferentes em cada país, mas também permite apreender as modalidades comuns da desvalorização do trabalho de cuidado.

### Anexo metodológico

O trabalho de campo foi realizado no Brasil, França e Japão em instituições de longa permanência de idosos dependentes e junto a cuidadoras domiciliares entre 2010 e 2011, com financiamentos múltiplos (USP, Fapesp, Cebrap, CNRS, Universidade Paris 8 Saint-Denis, Japan Foundation, Universidade Hitotsubashi). No Japão, entrevistas foram feitas em três “shisetsu” cujo *status* jurídico era o “Toyo”, “Tokubestu yogo rojin home”, o *status* mais próximo dos homólogos brasileiros (“ILPI”, Instituição de longa permanência para idosos) e franceses (“EHPAD”, Etablissement de hébergement des personnes âgées dépendantes). Assim procurei para entrevistar as trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, de um lado, estabelecimentos para pessoas idosas e, por outro, instituições que realizam a intermediação entre famílias e trabalhadores do cuidado ou que ajudam esses últimos, como por exemplo os sindicatos no Brasil, as associações na França e os NPO (Non Profit Organizations) e as empresas prestadoras privadas e semi públicas no Japão.

Foram realizadas 330 entrevistas nos três países, com 235 “care workers” empregados em instituições de longa permanência de idosos e 95 “care workers” trabalhando em domicílios. Para a realização das entrevistas no Brasil contei com a colaboração de Myrian Matsuo, pesquisadora na Fundacentro (Ministério do Trabalho) no Brasil e de Efthymia Makridou, na época doutoranda na Universidade de Paris 8/GTM, na França. No Japão, eu mesma realizei o conjunto das entrevistas (num total de 100) mas contei com a colaboração para a preparação do meu campo e para minhas leituras de uma estudante de Master da Universidade de Hitotsubashi, Ayaka Kashiwazaki. No Japão entrevistas semidiretivas de 40m a 1h de duração foram realizadas com “home helpers”, “care workers”, enfermeiras (kaigo shi), líderes de equipe e representantes da hierarquia: “soodanshi”, “care manager”, “fuku-shunin”, “shunin”; “kacho”, “encho”). Na França e no Brasil também entrevistei trabalhadores e gerência. Nessas entrevistas três aspectos foram privilegiados: o trabalho, condições de trabalho, saúde; salários, carreira, formação; relação subjetiva ao trabalho, sofrimento e prazer no trabalho, projetos. Realizei observações nos estabelecimentos, mas não pude realizar observações nos domicílios.

## Referências

- ARAUJO, A. B. *Políticas sociais, emoções e desigualdades: enredando o trabalho de cuidado de idosos em uma política pública municipal*. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019
- AVRIL C.; CARTIER, M. *Care, genre et migration. Pour une sociologie contextualisée des travailleuses domestiques dans la mondialisation*. *Génèses*, v.1, n.114, p.134-52, 2019.
- BORGEAUD-GARCIANDIA, N. Intimidación, sexualidad, demencias. Estrategias afectivas y apropiación del trabajo de cuidado en contextos desestabilizantes. In: \_\_\_\_\_. (Comp.) *El trabajo de cuidado*. Buenos Aires: Fundación Medifé, Colección Horizontes del Cuidado, 2018. p.83-104.
- BOURGEAUD-GARCIANDIA, N.; GUIMARAES, N. A.; HIRATA, H. *Care aux Suds. Travail, genre, inégalités*. *Revue Internationale des Etudes du Développement*, dossier Care, inégalités et politiques aux Suds, n.242, 2020, no prelo.
- CAMARANO, A. A.; BARBOSA, P. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando? In: ALCANTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Org.) *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.479-515.
- DAMAMME, A.; HIRATA, H.; MOLINIER, P. (Dir.) *Le travail entre public, privé et intime. Comparaisons et enjeux internationaux du care*. Paris: L'Harmattan, 2017. Collection Logiques Sociales.
- DEMAZIERE, D. et al. *Etre chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.
- EHRENREICH B.; HOCHSCHILD, A. R. (Ed.) *Global Woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. Nova York: Henry Holt and Company, 2003.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HIRATA, H. et al. Trajectoires professionnelles et rapports sociaux: le travail du care dans une perspective comparative. In: DAMAMME, A.; HIRATA H.; MOLINIER, P. (Dir.) *Le travail entre public, privé et intime*. Comparaisons et enjeux internationaux du care. Paris: L'Harmattan, 2017. p.33-53.
- ITO, R. Immigration et travail de care dans une société vieillissante : le cas du Japon. In: FALQUET, J. et al. (Dir.) *Le sexe de la mondialisation*. Genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris: Presses des Sciences Po, 2010. p.137-50.
- KERGOAT, D. Le care et l'imbrication des rapports sociaux. In : GUIMARAES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (Dir.) *Genre, race, classe*. Travailler en France et au Brésil. Paris: L'Harmattan, 2016. p.11-23. Coll. Logiques Sociales.
- MOLINIER, P. Quel est le bon témoin du care? In: MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.
- NUSSBAUM, M. *Femmes et développement humain*. L'approche des capacités. Paris: Des Femmes, 2008.
- OCHIAI, E. *Changing care diamonds in Europe and Asia: Is Europe becoming Asia?* – Conferência, Center for French-Japanese Advanced Studies in Paris, EHESS, 13 de abril de 2015.

PELLETIER, A. S. *EHPAD, une honte française*. Paris: Plon, 2019.

RAZAVI, S. *The Political and Social Economy of Care in a Development Context. Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options*. Genève: UNRISD, Gender and Development Programme, Paper n.3, June 2007.

TRONTO, J. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009.

WEBER, F.; TRABUT, L.; BILLAUD, S. (Dir.) *Le Salaire de la confiance. L'aide à domicile aujourd'hui*. Paris: Éditions rue d'Ulm, 2014.

*RESUMO* – Considerando a centralidade das mulheres no cuidado, quer gratuito quer mercantilizado, verificaremos, numa abordagem comparada, os principais pontos de convergência e divergência no trabalho de cuidadoras/es de idosos no Brasil, França e Japão, de modo a apreender as formas de organização e realização do trabalho de cuidado como relação social e interindividual. A diversidade dos contextos social, econômico, político e cultural no seio dos quais se realiza o trabalho de cuidado é tratada aqui de maneira central. O artigo considera a divisão sexual do trabalho de cuidado, a relação subjetiva ao trabalho e o papel do trabalho emocional, levando em conta as características individuais e as trajetórias profissionais e pessoais das cuidadoras. Queremos mostrar como o gênero, a raça e a classe social coconstroem essas trajetórias.

*PALAVRAS-CHÁVE:* Cuidado, Comparações internacionais, Centralidade do trabalho das mulheres, Trajetórias profissionais e pessoais, Gênero. Divisão sexual do trabalho.

*ABSTRACT* – Women are central in paid and unpaid care work. With a comparative approach, this article studies convergences and divergences in elderly care in Brazil, France and Japan. It examines the forms of organizing and performing care work in terms of social and inter-individual relations. The diversity of social, economic, political and cultural contexts is considered. This article broaches the sexual division of care work and the workers' subjective relation to their labor, including its emotional aspects. It also takes into account individual characteristics, as well as the professional and personal trajectories of care workers. It shows how gender, race and social class co-construct the workers' trajectories.

*KEYWORDS:* Care, International comparisons, Centrality of women's work, Personal and professional trajectories, Gender, Sexual division of labor.

*Helena Hirata* é diretora de pesquisa emérita do Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França. Professora visitante internacional no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

@ – helenahirata99@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0341-4124>

Recebido em 14.2.2020 e aceito em 9.3.2020.

<sup>1</sup>Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França.